# REVISTA TRIMENSAL

DO

# INSTITUTO HISTORICO

## Geographico e Ethnographico do Brasil

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO

DEBAIXO DA IMMEDIATA PROTECÇÃO DE S. M. I.

**O Sr. D. Pedro II**



**TOMO XL**

**Parte segunda**

*Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos*
*Et possint serâ posteritate frui.*



RIO DE JANEIRO

B. L. Garnier — Livreiro-editor

65 Rua do Ouvidor 65

**1877**

# NOTA

## ÁCERCA DE COMO NÃO FOI NA—COROA VERMELHA—NA ENSEADA DE SANTA CRUZ

### QUE CABRAL PRIMEIRO DESEMBARCOU E EM QUE FEZ DIZER A PRIMEIRA MISSA

**Acompanhada do texto integro (e não truncado, segundo o publicou Cazal) da carta-chronica do descobrimento, escripta ao rei D. Manoel pelo cavalleiro de sua casa Pero Vaz de Caminha, que ia de escrivão na armada.**

Offerecida ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro
Pelo seu socio honorario

VISCONDE DE PORTO SEGURO

---

O rio Buranhem, antes de despejar suas aguas no oceano, proximamente na latitude de 16° 25' S., encontra um recife, que se estende no sentido do correr da propria costa, quasi norte-sul, o qual, á maneira do de Pernambuco, obriga a corrente do mesmo rio a tomar para o norte, e a ter n'esse rumo a sua foz ou entrada, deixando antes formado o denominado *Porto Seguro*, que é como uma pequena bahia, muito maior e mais larga que o *Mosqueiro* de Pernambuco, onde podem a um tempo fundear muitos navios.

O dito recife descobre muito com a baixa-mar, e em alguns lugares o adornam arbustos de mangues, e n'outros se lhe encontram algumas pequenas praias de arêa. Além d'isso é todo ilhado, pois das aguas do mesmo rio Bura-

nhem se póde sahir ao mar, não sómente pela mencionada foz, como tambem pela parte do sul do recife, navegando-se por um canal ou mar pequeno até uma barreta, que fica tres milhas ao sul, defronte da igreja de Nossa Senhora da Ajuda, erradamente denominada da *Judéa* em varios roteiros e cartas maritimas. D'este modo o mencionado recife vem a ter umas tres milhas de comprido. O facto de ser elle um ilhéo, o que não se encontra explicado em nenhum escripto nem carta maritima (começando pelas aliás bastante correctas do hydrographo E. Mouchez (1) ; e d'elle sómente viemos a ter conhecimento por havermos tido que recolher ao vapor, que ficára surto ao largo durante um grande temporal, que nos obrigou a seguir de preferencia pelo dito mar pequeno e barreta d'Ajuda por occasião de visitarmos, por ordem do governo imperial, esta paragem (2).

Ora, o conhecimento d'este facto, de haver no dito porto um tal ilhéo, é da maior importancia, pois permitte explicar cabalmente a narração de Pero Vaz de Caminha a respeito do descobrimento de Cabral, ao qual aliás sempre nos repugnava o animo de assignar outra paragem fóra da de Porto Seguro, porquanto a simples conservação d'este nome, dado pelo mesmo Cabral, equivalia para nós a uma tradição constante.

Adquirido, porém, o conhecimento de que o dito recife é um verdadeiro ilhéo, de grande extensão, as circumstancias e promenores do descobrimento de 1500 explicam-se todos mui naturalmente.

Avistado no dia 22 de Abril o monte, a que foi dado o nome

(1) Vej. *Hydrographie française*, plan 2039.

(2) Vej. o nosso officio ao Exm. Sr. ministro do Imperio, de 25 de Setembro (1877), no *Diario Official* de 10 de Outubro e *Jornal do Commercio* de 11.

de *Pascoal* (nome que ainda conserva), seguiram os navios avizinhando-se da costa até fundearem, obra de seis leguas de terra, em dezenove braças de ancoragem limpa. Dir-se-hia, que a Providencia se empenhára em favorecer a Cabral n'este descobrimento, mostrando-lhe de longe, como um verdadeiro pharol, o dito monte Pascoal, e salvando-o, d'este modo, de se haver encontrado, antes de avistar terra, envolvido em meio dos baixios e arrecifes de Itacolumin e outros, que, logo ao sul da paragem em que chegaram á costa, começam a correr para o sul até os Abrolhos. Effectuou-se, pois, essa primeira ancoragem proximamente na latitude de 16° 40' S.; e effectivamente ahi, á umas vinte milhas da costa, devem as sondas dar o mencionado fundo (uns trinta e quatro metros), pois mais longe se encontraram quarenta, e mais perto trinta.

No dia 23, de manhã, velejou a frota em direitura da terra, com os navios menores adiante: as sondas foram successivamente diminuindo a dezesete, dezeseis, quinze, quatorze, treze, doze, dez, e finalmente nove braças ou proximamente dezeseis metros, onde lançaram ancoras, á obra de meia legua da terra, « em direito da boca de um rio, » mui provavelmente defronte da barra do rio do Frade ou do da Ponta de Itaquena, um pouco mais ao norte, a cujas paragens ambos, na carta de Mouchez, vemos, n'essa distancia, assignar dezoito e dezenove metros de fundo, com boa ancoragem.

A circumstancia de estar á vista o monte Pascoal (excluida toda a costa dos arrecifes de Itacolomin para o sul) admittiria ainda a possibilidade de ser o mencionado rio o de Craminuan ou o do Corumbabo, ao sul das pontas de *Juassema* (*Insuacoma* é erro, por manifesta adulteração do nome nas cópias *mss.*, da mesma fórma que *João de Tyba* proveiu de leitura errada de *Sernambitiba*); mas mi-

litam em contra as sondas muito menores, a vizinhança dos recifes, de que Vaz de Caminha não falla, e o ser ahi a costa mais abrigada, quando na boca do tal rio não foi possivel a Nicoláo Coelho entender-se com os da terra ou desembarcar, « pelo mar quebrar na costa, » motivo porque, no dia immediato, proseguiram todos para o norte « pera veer se achavam alguma abrigada. »

Com effeito n'esse dia (24), de manhã, navegou a esquadra para o norte, indo os barcos menores mais junto á terra, com ordem de amainarem, quando encontrassem pouso seguro, segundo fizeram, apenas descobriram um « arrecife, com um porto dentro muito bom e muito seguro, cõ huua mui larga entrada, » dentro do qual porto se metteram, arribando as náos sobre elles e vindo a amainar « obra de huma legua do arrecife, » um pouco ante sol posto, ancorando em onze braças (dezenove metros proximamente).

Não ha mais lugar para hesitações. Esse grande porto, « muito bom e muito seguro, » em que entraram, e a que Caminha denomina tambem « bahia, » é o chamado ainda hoje Porto Seguro. Quem, depois de avistado o monte Pascoal, corria a costa para o norte, em busca de um porto, não podia passar desapercebido pela foz do Buranhem, em virtude da grande rebaixa que ahi faz a mesma costa, até então de barreiras altas, e depois de morros, de modo que, até do mar, de longe, á simples vista, se reconhece a existencia, n'esse lugar, de uma quebrada ou abra, com surgidouro para navios. Não é, pois, admissivel, que os pilotos deixassem de vêr esse por to, e que, vendo-o, o desprezassem, sendo elle tão bom, sem o menor indicio de que mais adiante poderiam encon trar outro. Sabemos hoje que, umas dez milhas mais ao norte, encontrariam o de Santa Cruz; mas tambem sabemos, que antes de lá chegarem os navios,

que, como vimos, iam navegando junto da costa, teriam encontrado a grande esteira dos recifes de coral, *Banco de Fóra*, *Sororoca*, *Itassepanama*, etc., que ahi se estendem pelo mar fóra, por umas tres milhas(3), nos quaes recifes apenas por milagre não haveria algum naufragado. Ora, não só nenhum naufragio teve lugar, mas nem sequer ha noticia de nenhuns receios d'elle ; pois, se tivessem occorrido alguns, não deixaria isso de haver sido relatado por Vaz de Caminha. Assim, não temos duvida de acreditar, que o Porto Seguro de Cabral foi o proprio, que hoje leva este nome, e não a concha ou angra dita de Santa Cruz, conceituada de bahia *Cabralia*, nem tão pouco o rio de Santa Cruz, « onde está a villa d'este nome, » conforme julgou Gabriel Soares, escrevendo de memoria, e sem ter á vista o documento, que hoje possuimos; e, por conseguinte, cremos tambem, que o « ilheo grande, que na bahia está, que de baixa mar fica mui vazio, pero é de todas partes cercado d'agua, que não póde ninguem ir a elle sem barco ou a nado, » no qual Cabral primeiro desembarcou e onde fez dizer a primeira missa, seria o proprio recife-ilhéo de Porto Seguro, e de nenhum modo a *Corôa Vermelha*, na mencionada angra ou enseada de Santa Cruz, que, especialmente junto á Corôa Vermelha, não é porto manso, mas sim costa, mais ou menos brava.

Diz, é verdade, Caminha, que encontraram o tal porto, em que entraram, « sendo pela costa obra de dez leguas, » d'onde se haviam levantado ; e provavelmente seria esta a principal indicação, que levaria Ayres do Cazal a buscar, em Santa Cruz, uma paragem mais longinqua. Mas o proprio porto de Santa Cruz dista, em linha recta, do rio do Frade

(3) E. Mouchez, *Les côtes du Brésil*, 2e ed., pag. 96. *Hydrographie Française*, 2039.

menos de vinte e cinco milhas, e por conseguinte bastante menos de dez leguas, que então se contavam de quatro milhas ou quinze ao grão, pelo que devemos suppôr haver o mesmo Caminha, que aliás não era piloto, computado a distancia pelo tempo decorrido, não dando todo o abatimento ao espaço perdido nas singraduras, especialmente se o vento soprasse do norte, como parece mais que provavel, visto que, para vencer a distancia, os navios navegavam desde as 8 da manhã até quasi o sol posto.

Admittidas estas interpretações, unicas que, desde que visitámos o local, temos por possiveis, modificando em conformidade d'ellas algumas proposições, que consignámos ainda na segunda edição da *Historia Geral*, tudo se explica e se entende perfeitamente na carta de Caminha.

No sabbado 25 demandaram os navios maiores a entrada do dito porto, onde já estavam os menores, e foram ancorar tambem dentro, em fundo de cinco e seis braças. Tal é a interpretação genuina das palavras de Caminha, e não a que lhe deu um habil hydrographo(4), de que toda a frota havia partido d'este primeiro ancoradouro para buscar o de Santa Cruz, mais ao norte. Accrescenta Caminha, que a entrada do porto era mui larga, e o mencionado hydrographo(5) dá á de Porto Seguro não menos de duzentos metros. Quanto ao fundo, em que dentro ancoraram, o não passar hoje o de Porto Seguro de tres a quatro metros, não será argumento em contra para os que saibam, que, com as roças, todos os nossos portos, começando pelos de S. Vicente e Pernambuco, estão hoje consideravelmente mais arêados que antes.

O primeiro trato com os indios, que dentro do porto teve

(4) E. Mouchez.

(5) *Les côtes du Brésil*, etc., 2e édition, pag. 105.

a gente, que ás ordens de Bartholomeu Dias e Nicoláo Coelho passou á terra n'essa mesma manhã de 25, e onde o capitão-mór desembarcou no dia seguinte (domingo) á tarde, foi á margem esquerda, junto a um rio, que fica logo á entrada, rio em que ainda hoje se faz aguada. Durante a primeira missa, que teve lugar no domingo da Pascoela, 26 de Abril, no ilhéo grande, conservaram-se os indios na praia, á margem esquerda do porto. Ainda hoje esse recife-ilhéo, como então, com a vasante, descobre bastante arêa e cascalhão, com pedaços de cascas de mariscos. A qualificação de *grande*, que lhe dá Caminha, faz nos crêr, que trata d'esse proprio recife, depois que pelo passeio, pela enseada, nos esquifes ou escaleres, foi reconhecido que era todo ilhado, e não de uma corôa de arêa, tambem com praia e mangue no meio da mesma enseada, separada do dito recife, que aliás ahi existe, segundo nossa lembrança.

Finalmente, certa lagôa d'agua doce, bem como uma ribeira, que lhe segue apaulada, citadas por Caminha, ainda hoje ahi se encontram, como antes, salvo o que d'esta se tem aterrado para os caminhos e construcção de casas, na parte baixa da villa, junto ao rio.

Quanto ao local, em que, no dia 1° de Maio, e com assistencia já dos indigenas, se disse a segunda missa, junto á cruz de madeira inaugurada « com as armas e divisa de S. A., que lhe primeiro pregarão, » contentemo-nos por agora com a certeza de que não foi (como até agora nos havia feito crêr certa tradição) o alto d'esse morro, onde depois Pero de Campo fundou a primeira villa, e onde ainda hoje está a matriz e a casa da camara da actual villa; mas sim, pelo rio acima, « contra o sul, onde nos pareceu, que seria a mesma cruz milhor vista, na distancia « do rio obra de dois tiros de bésta. » Ao criterio dos morado-

res da ribeira ou bairro inferior da villa de Porto Seguro deixamos a tarefa de dissertar ácerca de qual haverá sido ao justo essa paragem, tendo presentes as ditas palavras do mencionado Pero Vaz de Caminha, cuja carta escripta ao rei, d'este Porto Seguro, constitue, por si só, n'este ponto, como em tudo o mais, a chronica mais minuciosa e authentica, que possuimos d'este descobrimento, ao passo que é, ao mesmo tempo, o documento mais venerando da historia colonial. Pelo que muito pedimos, n'esta occasião, ao Instituto, que não tenha, por mais tempo, privado d'elle a collecção dos seus annaes, e que se resolva a annexal-a á esta nossa memoria, valendo-se da cópia que, com esta, lhe offerecemos, conferida por nós á vista do original, e muito mais correcta, e não truncada como a de Ayres do Casal. Além de que, pela commodidade dos leitores, preferimos dal-a com uma orthographia mais regular e menos antiquada, pontuando-a convenientemente.

Segundo é sabido, o original d'esta carta, escripto em sete folhas de papel florete, guarda-se, em perfeitissimo estado, em Lisboa, no archivo real, dito da *Torre do Tombo*. E' o documento n. 8 do maço segundo da gaveta oitava.

A carta é datada no 1° de Maio, « d'este Porto Seguro, » da « illha da Vera Cruz. »

Esta data envolve tres revelações : primeira, que o nome dado ao ancoradouro foi o que elle ainda hoje conserva ; segunda, que a terra foi então conceituada como uma simples ilha, conceito, em que estava ainda o proprio rei nas instrucções, que deu a João da Nova, quando ia para a India, e, depois do regresso de Cabral, na carta, que de Cintra (Symtra) dirigiu aos reis catholicos ; terceira, que á terra foi posto o nome, não de Santa Cruz, mas sim de *Vera Cruz*.

# CARTA

DE

# PERO VAZ DE CAMINHA

Senhor.—Posto que o capitão-mór d' esta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento d'esta vossa terra nova, que se ora n'esta navegação achou, não deixarei tambem de dar d'isso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que, para o bem contar e fallar, o saiba peior que todos fazer; porém tome Vossa Alteza minha ignorancia por boa vontade, a qual bem certo creio, que, por aformosentar nem afeiar, haja de pôr mais que aquillo que vi e me pareceu.

Da marinhagem e singraduras do caminho, não darei aqui conta a Vossa Alteza, porque o não saberei fazer, e os pilotos devem ter esse cuidado; e, portanto, Senhor, do que hei de fallar começo e digo:

Que a partida de Belém, como Vossa Alteza sabe, foi segunda-feira 9 de Março, e sabbado 14 do dito mez, entre as 8 e 9 horas, nos achamos entre as Canarias, mais perto da Gran-Canaria; e ahi andamos todo aquelle dia em calma, á vista d'ellas, obra de tres ou quatro leguas.

E domingo, 22 do dito mez, ás 10 horas pouco mais ou menos, houvemos vista das ilhas de Cabo Verde, a saber: da ilha de S. Nicoláu, segundo dito de Pedro Escobar, piloto: e á noite seguinte, á segunda-feira, lhe amanheceu, se perdeu da frota Vasco de Ataide, com a sua náo, sem ahi haver tempo forte, nem contrario para poder ser; fez o capitão suas diligencias para o achar n'umas e n'outras

partes, e não appareceu mais ; e assim seguimos nosso caminho por este mar de longo até terça-feira, oitava da Pascoa, que foram 21 de Abril, que topamos alguns signaes de terra, sendo da dita ilha, segundo os pilotos diziam, obra de seiscentas e sessenta ou setenta leguas, os quaes eram muita quantidade de hervas compridas, a que os mareantes chamam *botelho*, e assim outras, a que tambem chamam *rabo de asno*, e á quarta-feira seguinte, pela manhan, topámos aves, a que chamam *fura-buchos*, e n'este dia, á horas de vespera, houvemos vista de terra, a saber : primeiramente de um grande monte mui alto e redondo, e de outras serras mais baixas no sul d'elle, e de terra chan com grandes arvoredos, ao qual monte alto o capitão pôz nome o *Monte Pascoal*, e á terra o de *Vera Cruz*. Mandou lançar o prumo : acharam vinte e cinco braças, e ao sol posto, obra de seis leguas de terra, surgimos ancoras em dezenove braças, ancoragem limpa. Alli ficamos toda aquella noite.

E quinta-feira, pela manhan, fizemos vela e seguimos direitos á terra, e os navios pequenos indo diante por dezesete, dezeseis, quinze, quatorze, treze, doze, dez e nove braças, até meia legua de terra, onde todos lançamos ancoras, em direito da boca de um rio. E chegariamos a esta ancoragem ás 10 horas, pouco mais ou menos. E d'alli houvemos vista de homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito, segundo os navios pequenos disseram, por chegarem primeiro alli. Lançamos os batéis e esquifes fóra; e vieram logo todos os capitães das náos a esta náo do capitão-mór, e alli fallaram, e o capitão mandou no batel em terra Nicoláu Coelho para vêr aquelle rio ; e tanto que elle começou para lá a ir, acudiram pela praia homens, quando dois, quando tres, de maneira que, quando o batel chegou á boca do rio, eram alli dezoito ou vinte homens pardos, todos nús, sem nenhuma cousa, que lhes cobrisse

suas vergonhas; traziam arcos nas mãos e suas setas. Vinham todos rijos para o batel, e Nicoláu Coelho lhes fez signal, que puzessem os arcos, e elles os puzeram.

Alli não póde d'elles haver falla, nem entendimento, que aproveitasse, pelo mar quebrar na costa. Sómente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho, que levava na cabeça, e um chapéo preto; e um d'elles lhe deu um sombreiro de pennas de aves compridas, com uma copasinha pequena de pennas vermelhas e pardas, como as de papagaio e outro lhe deu um ramal grande de continhas brancas miudas, que querem parecer de aljaveira, as quaes peças creio, que o capitão manda a Vossa Alteza. E com isto se volveu ás náos, por ser tarde e não poder d'elles haver mais falla por causa do mar.

A' noite seguinte ventou tanto sueste com chuvaceiros, que fez cassar as náos, e especialmente a capitanea; e á sexta, pela manhan, ás 8 horas pouco mais ou menos, por conselho dos pilotos, mandou o capitão levantar ancoras e fazer vela, e fomos de longo da costa com os batéis e esquifes amarrados por pôpa contra o norte, para vêr se achavamos alguma abrigada e bom pouso, onde jouvessemos para tomar agua e lenha, não por nos já minguar, mas por nos acertarmos aqui.

E quando fizemos vela, seriam já na praia assentados, junto com o rio, obra de sessenta ou setenta homens, que se juntaram alli, poucos e poucos.

Fomos de longo, e mandou o capitão aos navios pequenos, que fossem mais chegados á terra, e que, se achassem pouso seguro para as náos, amainassem; e sendo nós pela costa, obra de dez leguas d'onde nos levantamos, acharam os ditos navios pequenos um recife, com um porto dentro muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada; e metteram-se dentro e amainaram, e as náos arribaram

sobre elle, e um pouco antes do sol posto amainaram obra de uma legua do recife, e ancoraram-se em onze braças. E sendo Affonso Lopes, nosso piloto, em um d'aquelles navios pequenos, por mandado do capitão, por ser homem vivo e destro para isso, metteu-se logo no esquife a sondar o porto dentro, e tomou em uma almadia dois d'aquelles homens da terra, mancebos e de bons corpos; e um d'elles trazia um arco, e seis ou sete setas, e na praia andavam muitos com seus arcos e setas, e não lhes aproveitaram. Trouxe-os logo, já de noite, ao capitão, onde foram recebidos com muito prazer e festa.

A feição d'elles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos; andam nús, sem nenhuma cobertura, nem estimam nenhuma cousa cobrir, nem mostrar suas vergonhas, e estão ácerca d'isso com tanta innocencia como têm em mostrar o rosto; traziam ambos o beiço de baixo furado, e mettido por elle senhos onos de osso, brancos, de compridão de uma mão travéssa, e de grossura de um fuzo de algodão, e agudo na ponta como furador; mettem-n'os pela parte de dentro do beiço, e o que lhe fica entre o beiço e os dentes é feito como roque de xadrez, e em tal maneira o trazem alli encaixado que lhes não dá paixão, nem lhes torva a falla, nem comer, nem beber. Os cabellos seus são corredios, e andavam tosquiados de tosquia alta, mais que de sobrepente, de boa grandura, e rapados até por cima das orelhas. E um d'elles trazia por baixo da solapa, de fonte á fonte, para detraz, uma maneira de cabelleira de pennas de aves amarellas, que seria de compridão de um couto, mui basta e mui cerrada, que lhe cobria o toutiço e as orelhas, a qual andava pegada nos cabellos penna e penna com uma confeição branda como cêra (6), e não n'o era, de maneira

(6) *Icica* ou alméciga, sem duvida. (*P. S.*)

que andava a cabelleira mui redonda, e mui basta e mui igual, que não fazia mingua mais lavagem para levantar.

O capitão, quando elles vieram, estava assentado em uma cadeira, e uma alcatifa aos pés por estrado, e bem vestido com um collar de ouro mui grande ao pescoço, e Sancho de Toar, e Simão de Miranda, e Nicoláu Coelho, e Ayres Corrêa, e nós outros que aqui na náo com elle imos, assentados no chão por essa alcatifa: accenderam tochas e entraram, e não fizeram nenhuma menção de cortezia nem de fallar ao capitão nem a ninguem; porém um d'elles pôz olho no collar do capitão, e começou de acenar com a mão para terra e depois para o collar, como que nos dizia, que havia em terra ouro; e tambem viu um castiçal de prata, e assim mesmo acenava para a terra e então para o castiçal, como que havia tambem prata; mostraram-lhes um papagaio pardo, que aqui o capitão traz; tomaram-n'o logo na mão e acenaram para a terra, como os havia ahi; mostraram-lhes um carneiro, não fizeram d'elle menção; mostraram-lhes uma gallinha, quasi haviam medo d'ella, e não lhe queriam pôr a mão, e depois a tomaram como espantados; deram-lhes alli de comer pão e pescado cosido, confeitos, fartes, mel e figos passados; não quizeram comer d'aquillo quasi nada, e alguma cousa, se a provavam, lançavam-a logo fóra; trouxeram-lhes vinho por uma taça; puzeram-lhes assim á boca tão a lá vez, e não gostaram d'elle nada, nem o quizeram mais; trouxeram-lhes agua por uma albarrada, tomaram d'ella senhos bocados, e não beberam; sómente lavaram as bocas e lançaram fóra; viu um d'elles umas contas de rosario brancas; acenou, que lh'as dessem, e folgou muito com ellas e lançou-as ao pescoço, e depois tirou-as e embrulhou-as no braço, e acenava para a terra e então para as contas e para o collar do capitão, como que dariam ouro por aquillo; isto tomavamos nós

assim pelo desejarmos; mas se elle queria dizer, que levaria as contas e mais o collar, isto não queriamos nós entender; porque lh'o não haviamos de dar; e depois tornou as contas a quem lh'as deu, e então estiraram-se assim de costas na alcatifa a dormir, sem terem nenhuma maneira de cobrirem suas vergonhas, as quaes não eram fanadas, e as cabelleiras d'ellas bem rapadas e feitas; o capitão lhes mandou pôr ás cabeças senhos coxins ; e o da cabelleira procurava assaz pôl-a não quebrar, e lançaram-lhes um manto em cima, e elles consentiram e jouveram e dormiram.

Sabbado pela manhan mandou o capitão fazer vela, e fomos demandar a entrada, a qual era mui larga e alta de seis a sete braças; e entraram todas as náos dentro, e ancoraram-se em cinco, seis braças, a qual ancoragem dentro é tão grande e tão formosa, e tão segura, que podem jazer dentro n'ella mais de duzentos navios e náos. E tanto que as náos foram pousadas e ancoradas, vieram os capitães todos a esta náo do capitão-mór. E d'aqui mandou o capitão Nicoláu Coelho e Bartholomeu Dias, que fossem em terra, e levassem aquelles dois homens, e os deixassem ir com seu arco e setas, aos quaes mandou dar senhas camisas novas e senhas carapuças vermelhas e dois rosarios de contas brancas de osso, que elles levavam nos braços, e senhos cascaveis e senhas campainhas. E mandou com elles, para ficar lá, um mancebo degradado, criado de D. João Tello, a que chamam Affonso Ribeiro, para andar lá com elles, e saber de seu viver e maneira, e a mim mandou, que fosse com Nicoláu Coelho. Fomos assim de frecha direitos á praia; alli acudiram logo obra de duzentos homens, todos nús, e com arcos e setas nas mãos. Aquelles que nós levavamos acenaram-lhes, que se afastassem e puzessem os arcos e elles os puzeram e não se afastaram muito; abasta que puzeram os seus arcos; e então sahiram os que nós levavamos, e o mancebo degradado com

elles; os quaes assim como sahiram, não pararam mais, nem esperava um por outro, senão a quem mais correria; e passaram um rio, que por ahi corre de agua doce, de muita agua, que lhes dava pela braga, e outros muitos com elles; e foram assim correndo, além do rio, entre umas moitas de palmas, onde estam outros, e alli pararam. E n'aquillo foi o degradado com um homem que, logo ao sahir do batel, o agazalhou e levou até là. E logo o tornaram a nós, e com elle vieram os outros, que nós levamos; os quaes vinham já nús e sem carapuças; e então se começaram de chegar muitos, e entravam pela beira do mar para os batéis até que mais não podiam, e traziam cabaços d'agua; e tomavam alguns barris, que nós levavamos, enchiam-os de agua e traziam-os aos batéis, não que elles de todo chegassem a bordo do batel, mas, junto com elle, lançavam-o da mão e nós tomavamol-os, e pediam, que lhes dessem alguma cousa. Levava Nicoláu Coelho cascaveis e manilhas; e a uns dava um cascavel, e a outros uma manilha, de maneira que, com aquella encarva, quasi nos queriam dar a mão; davam-nos d'aquelles arcos e setas por sombreiros, e carapuças de linho, e por qualquer cousa, que lhes homem queria dar. D'alli se partiram os outros dois mancebos, que não os vimos mais.

Andavam alli muitos d'elles, ou quasi a maior parte, que todos traziam aquelles bicos de osso nos beiços, e alguns, que andavam sem elles, traziam os beiços furados, e nos buracos traziam uns espelhos de páu, que pareciam uns espelhos de borracha, e alguns d'elles traziam tres d'aquelles bicos, a saber: um na metade e os dois nos cabos; e andavam ahi outros quartejados de cores, a saber: d'elles a metade da sua propria côr, e a metade de tintura negra, maneira de azulada, e outros quartejados de escaques. Alli andavam entre elles tres ou quatro moças, bem moças e

bem gentis, com cabellos mui pretos, compridos pelas espaduas, *e suas vergonhas tão altas e tão saradinhas, e tão limpas de cabelleiras, que de as nós muito bem olharmos não tinhamos nenhuma vergonha* (7). Alli, por então, não houve mais falla nem entendimento com elles, por a barbaria d'elles ser tamanha, que se não entendia nem ouvia ninguem; acenamos-lhes, que se fossem ; e assim o fizeram e passaram-se além do rio, e sahiram tres ou quatro homens nossos dos batéis, e encheram não sei quantos barris d'agua, que nós levavamos, e tornamo-nos ás náos ; e, em nós assim vindo, acenaram-nos, que tornassemos ; tornamos, e elles mandaram o degradado, e não quizeram, que ficasse lá com elles, o qual levava uma bacia pequena e duas ou tres carapuças vermelhas, para dar lá ao senhor, se o ahi houvesse; não curaram de lhe tomar nada, e assim o mandaram com tudo ; e então Bartholomeu Dias o fez outra vez tornar, que lhes désse aquillo em vista de nós áquelle que o da primeira vez agazalhou, e então veiu-se e trouvemol-o. Este que o agazalhou era já de dias, e andava todo por louçainha cheio de pennas pegadas pelo corpo, que parecia assetado, como S. Sebastião. Outros traziam carapuças de pennas amarellas, e outros de vermelhas e outros de verdes, e uma d'aquellas moças era toda tinta, de fundo á cima, d'aquella tintura, a qual certo era tão bem feita e tão redonda, *e sua vergonha, que ella não tinha, tão graciosa, que a muitas mulheres de nossa terra vendo-lhe taes feições fizéra vergonha, por não terem a sua como ella* (8). Nenhum d'elles não era fanado, mas todos assim como nós ; e com isto nos tornamos, e elles foram-se.

(7) Estas palavras faltam na edição da *Corographia Brazilica. (P. S.)*

(8) Estas palavras faltam na edição da *Corographia Brazilica.* (*P. S.*)

A' tarde sahiu o capitão-mór em seu batel, com todos nós, e com os outros capitães das náos, em seus batéis, a folgar pela bahia, a carão da praia; mas ninguem sahiu em terra pelo capitão não querer, sem embargo de ninguem n'ella estar. Somente sahiu elle, com todos, em um ilhéo grande, que na bahia está, que de baixa-mar fica mui vasio; porém é de todas as partes cercado d'agua, que não póde ninguem ir a elle sem barco ou a nado. Alli folgou elle, e todos nós outros bem uma hora e meia; e pescaram ahi, andando marinheiros com um chinchorro e mataram pescado miudo, não muito, e então volvemo-nos ás náos já bem noite.

Ao domingo de Pascoela, pela manhan, determinou o capitão de ir ouvir missa e prégação n'aquelle ilhéo, e mandou a todos os capitães, que se corregessem nos batéis e fossem com elle, e assim foi feito. Mandou n'aquelle ilhéo armar um esparavel, e dentro n'elle alevantar altar mui bem corrigido, e alli, com todos nós outros, fez dizer missa, a qual disse o padre Fr. Henrique, em voz entoada, e officiada com aquella mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que alli todos eram, a qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção. Alli era com o capitão a bandeira de Christo, com que saiu de Belem, a qual esteve sempre alta da parte do Evangelho. Acabada a missa, desvestiu-se o padre, e pôz-se em uma cadeira alta e nós todos lançados por essa arêa, e prégou uma solemne e proveitosa prégação da historia do Evangelho, e em fim d'ella tratou da nossa vinda e do achamento d'esta terra; conformando-se com o signal da cruz, sob cuja obediencia vimos, a qual veiu muito a proposito e fez muita devoção.

Emquanto estivemos á missa e á prégação seriam na praia outra tanta gente, pouco mais ou menos como os de hontem, com seus arcos e setas, os quaes andavam fol-

gando e olhando-nos, e assentaram-se. E depois de acabada a missa, assentados nós á prégação, alevantaram-se muitos d'elles, e tangeram corno ou bozina, e começaram a saltar e dansar um pedaço; e alguns d'elles se metteram em almadias, duas ou tres que ahi tinham, as quaes não são feitas como as que eu já vi; somente são tres traves atadas juntas (9); e alli se mettiam quatro ou cinco, ou esses que que queriam, não se afastando quasi nada da terra, senão quanto podiam tomar pé.

Acabada a prégação, moveu o capitão e todos para os batéis, com nossa bandeira alta, e embarcamos, e fomos assim todos contra terra, para passarmos ao longo, por onde elles estavam, indo Bartholomeu Dias em seu esquife, por mandado do capitão, com um páo de uma almadia, que lhes o mar levára para lh'o dar, e nós todos, obra de tiro de pedra, atraz d'elle. Como elles viram o esquife de Bartholomeu Dias, chegaram-se logo todos á agua, mettendo-se n'ella até onde mais podiam; acenaram-lhes, que puzessem os arcos, e muitos d'elles os hiam logo pôr em terra, e outros os não punham; andava ahi um, que fallava muito aos outros que se afastassem, mas não já que me assim parecesse, que lhe tinham acatamento, nem medo.

Este que os assim andava afastando, trazia o seu arco e setas e andava tinto de tintura vermelha pelos peitos e espaduas, e pelos quadris, coxas e pernas até baixo; e os vasios, com a barriga e estomago, eram de sua propria côr, e a tintura era assim vermelha que a agua lh'a não comia nem desfazia; antes, quando sahia da agua, era mais vermelho. Sahiu um homem do esquife de Bartholomeu Dias, e andava entre elles, sem elles entenderem nada n'elle quanto para lhe fazerem mal, senão quanto lhe davam cabaços de agua e

(9) Aliás jangadas. (*P. S.*)

acenavam aos do esquife, que sahissem em terra ; com isto se volveu Bartholomeu Dias ao capitão, e viemos ás náos a comer, tangendo trombetas e gaitas, sem lhes dar mais oppressão, e elles tornaram-se a sentar na praia, e assim por então ficaram. N'este ilhéo, onde fomos ouvir missa e pregação, espraia muito a agua, e descobre muita arêa e muito cascalho.

Foram alguns, em nós ahi estando, buscar marisco, e não o acharam; e acharam alguns camarões grossos e curtos, entre os quaes vinha um muito grande camarão e muito grosso, que em nenhum tempo o vi tamanho; tambem acharam cascas de brigões e de ameijoas, mas não toparam com nenhuma peça inteira. E tanto que comemos, vieram logo todos os capitães a esta náo, por mandado do capitão-mór, com os quaes se elle apartou, e eu na companhia, e perguntou assim a todos, se nos parecia ser bem mandar a nova do achamento d'esta terra a Vossa Alteza, pelo navio dos mantimentos, para a melhor mandar descobrir, e saber d'ella mais do que agora nós podiamos saber por irmos de nossa viagem. E entre muitas fallas, que no caso se fizeram, foi por todos, ou a maior parte, dito, que seria muito bem; e n'isto concrudiram, e tanto que a conclusão foi tomada, perguntou mais, se seria bom tomar aqui por força um par d'estes homens para os mandar a Vossa Alteza, e deixar aqui por elles outros dois d'estes degradados. A isto acordaram, que não era necessario tomar por força homens, porque geral costume era dos que assim levavam por força, por alguma parte, dizerem, que ha ahi todo o que lhe perguntam e que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens d'estes degradados, que aqui deixassem, do que elles dariam, se os levassem, por ser gente que ninguem entende, nem elles tão cedo aprenderiam a fallar para o saberem tambem dizer; que muito melhor estes outros

não digam, quando cá Vossa Alteza mandar; e que portanto não curassem aqui de, por força, tomar ninguem, nem fazer escandalo, para os de todo mais amançar e a pacificar; senão somente deixar aqui os dois degradados, quando d'aqui partissemos. E assim por melhor parecer a todos ficou determinado.

Acabado isto, disse o capitão, que fossemos nos batéis em terra, e ver-se-hia bem o rio quejando era, e tambem para folgarmos. Fomos todos nos batéis em terra, armados, e a bandeira comnosco; elles andavam alli na praia, á boca do rio, onde nós iamos, e antes que chegassemos, do ensino que d'antes tinham, puzeram todos os arcos, e acenavam, que sahissemos; e tanto que os batéis puzeram as prôas em terra, passaram-se logo todos além do rio, o qual não é mais ancho que um jogo de mangual; e tanto que desembarcamos, alguns dos nossos passaram logo o rio e foram entre elles, e alguns aguardavam e outros se afastavam; porém era a cousa de maneira que todos andavam misturados; elles davam d'esses arcos, com suas setas, por sombreiros e carapuças de linho, e por qualquer cousa que lhes davam; passaram além tantos dos nossos, e andavam assim misturados com elles, que elles se esquivavam e afastavam-se, e hiam-se d'elles para cima, onde outros estavam. E então o capitão fez-se tomar ao collo de dois homens, e passou o rio e fez tornar todos. A gente, que alli era, não seria mais que aquella que soía, e tanto que o capitão fez tornar todos, vieram alguns d'elle a elle, não pelo conhecerem por senhor; cá me parece, que não entendem, nem tomavam d'isso conhecimento, mas porque a gente nossa passava já para aquem do rio, alli fallavam e traziam muitos arcos, continhas d'aquellas já ditas, e resgatavam por qualquer cousa, em tal maneira que trouveram d'alli para as náos muitos arcos, setas e contas; e então tor-

nou-se o capitão aquem do rio, e logo acudiram muitos á beira d'elle. Alli verieis galantes pintados de preto e vermelho, e quartejados assim pelos corpos, como pelas pernas, que certo pareciam assim bem; tambem andavam entre elles quatro ou cinco mulheres moças, assim núas que não pareciam mal, entre as quaes andava uma com uma conxa, do giolho até o quadril e nadega, toda tinta d'aquella tintura preta, e o al todo da sua propria côr; outra trazia ambos os giolhos com as curvas assim tintas, e tambem os collos dos pés, *e suas vergonhas tão núas, e com tanta innocencia descobertas, que não havia ahi nenhuma vergonha* (10). Tambem andava ahi outra mulher moça com um menino ou menina, no collo, atado com um panno, não sei de que, aos peitos, que lhe não parecia senão as perninhas; mas as pernas da mãi e o al não trazia nenhum panno. E depois moveu o capitão para cima, ao longo do rio, que anda sempre a carão da praia, e alli esperou um velho, que trazia na mão uma pá d'almadia; fallou, estando o capitão com elle, perante nós todos, sem o nunca ninguem entender, nem elles a nós, quantas cousas que lhe o homem perguntava do ouro, que nós desejavamos saber-se, o havia na terra. Trazia este velho o beiço tão furado, que lhe caberia pelo furado um grande dedo polegar; e trazia mettido no furado uma pedra verde ruim, que cerrava por fóra aquelle buraco, e o capitão lh'a fez tirar, e elle não sei que diabo fallava, e ía com ella para a boca do capitão, para lh'a metter. Estivevemos sobre isso um pouco rindo e então enfadou-se o capitão e deixou-o. E um dos nossos deu-lhe pela pedra um sombreiro velho; não por ella valer alguma cousa, mas por mostra, e depois a houve o capitão, creio, para com as outras cousas a mandar a Vossa Alteza.

(10) Palavras faltas na edição da *Corographia Brazilica* (P. S.)

Andámos por ahi vendo a ribeira, a qual é de muita agua e muito boa ; ao longo d'ella ha muitas palmas, não muito altas, em que ha muito bons palmitos; colhemos e comemos d'elles muitos. Então tornou-se o capitão para baixo, para a boca do rio, onde desembarcamos; e além do rio andavam muitos d'elles, dançando e folgando, uns diante dos outros, sem se tomarem pelas mãos, e faziam-no bem.

Passou-se então além do rio Diogo Dias, almoxarife que foi de Sacavem, que é homem gracioso e de prazer, e levou comsigo um gaiteiro nosso, com sua gaita, e metteu-se com elles a dansar, tomando-os pelas mãos, e elles folgavam e riam, e andavam com elle mui bem, ao som da gaita; depois de dansarem, fez-lhe alli, andando no chão, muitas voltas ligeiras e salto real, de que se elles espantavam e riam, e folgavam muito; e com quanto os com aquillo muito segurou e afagou, tomavam logo uma esquiveza, como montezes, e foram-se para cima, e então o capitão passou o rio, com todos nós outros, e fomos pela praia de longo, indo os batéis assim a carão de terra; e fomos até uma lagôa grande de agua doce, que está junto com a praia, porque toda aquella ribeira do mar é apaúlada por cima, e sahe a agua por muitos lugares. E depois de passarmos o rio, foram uns sete ou oito d'elles andar entre os marinheiros, que se recolhiam aos batéis, e levaram d'alli um tubarão, que Bartholomeu Dias matou e levava-lh'o e lançou-o na praia, abasta que até aqui como quer que se elles em alguma parte amansassem, logo de uma mão para a outra se esquivavam, como pardaes de cevadouro, e homem não lhes ousa de fallar rijo por se mais não esquivarem, e tudo se passa como elles querem pelos bem amansar.

Ao velho, com quem o capitão fallou, deu uma carapuça vermelha, e com toda a falla, que com elle passou e com a

carapuça, que lhe deu, tanto que se expediu, que começou de passar o rio, foi-se logo recatando, e não quiz mais tornar do rio para aquem. Os outros dois que o capitão teve nas náos, a que deu o que jà dito é, nunca aqui mais pareceram; de que tiro ser gente bestial e de pouco saber e por isso são assim esquivos; elles porém com tudo andam muito bem curados e muito limpos, e n'aquillo me parece ainda mais, que são como aves ou alimarias montezes, que lhes faz o ar melhor penna e melhor cabello que as mansas; porque os corpos seus são tão limpos, e tão gordos e tão formosos, que não póde mais ser, e isto me faz presumir, que não têm casas nem moradas, em que se colham, e o ar, a que se criam, os faz taes. Nem nós ainda até agora não vimos nenhumas casas nem maneira d'ellas.

Mandou o capitão áquelle degradado Affonso Ribeiro, que se fosse outra vez com elles, o qual se foi e andou lá um bom pedaço, e à tarde tornou-se, que o fizeram elles vir e não o quizeram lá consentir, e deram-lhe arcos e setas, e não lhe tomaram nenhuma cousa do seu; antes disse elle, que lhe tomara um d'elles umas continhas amarellas, que elle levava, e fugia com ellas; e elle se queixou, e os outros foram logo após elle, e lh'as tomaram, e tornaram-lh'as a dar, e então mandaram-n'o vir; disse elle, que não vira lá entre elles senão umas choupaninhas de rama verde e de fetos, muito grandes, como d'entre Douro e Minho; e assim nos tornamos ás náos, já quasi noite, a dormir.

A' segunda-feira, *depois de comer* (11), sahimos todos em terra a tomar agua; alli vieram então muitos, mas não tantos como as outras vezes, e traziam já muito poucos arcos, e estiveram assim um pouco afastados de nós, e

(11) Faltam estas tres palavras na *Corographia Brazilica* (P. S.)

depois, poucos e poucos, misturavam-se comnosco, e abraçavam-nos e folgavam, e alguns d'estes se esquivavam logo. Alli davam alguns arcos por folhas de papel, e por alguma carapucinha velha e por qualquer cousa, e em tal maneira se passou a cousa, que bem vinte ou trinta pessoas das nossas se foram com elles onde outros muitos d'elles estavam com moças e mulheres, e trouveram de lá muitos arcos e barretes de pennas de aves, d'elles verdes e d'elles amarellos, de que creio, que o capitão ha de mandar amostra a V., A. e segundo diziam esses que lá foram, folgavam com elles. N'este dia os vimos de mais perto, e mais á nossa vontade, por andarmos todos quasi misturados e alli d'elles andavam d'aquellas tinturas quartejados, outros de metades, outros de tanta feição como em pannos de armar, e todos com os beiços furados, e muitos com os ossos n'elles, e d'elles sem ossos. Traziam alguns d'elles uns ouriços verdes de arvores (12), que na côr queriam parecer de castanheiros, senão quanto eram mais e mais pequenos ; e aquelles eram cheios de uns grãos vermelhos pequenos, que, esmagando-os entre os dedos, fazia tintura muito vermelha, do que elles andavam tintos ; e quanto se mais molhavam, tanto mais vermelhos ficavam ; todos andam rapados até acima das orelhas, e assim as sobrancelhas e pestanas ; trazem todos as testas, de fonte á fonte, tintas da tintura preta, que parece uma fita preta ancha de dois dedos ; e o capitão mandou áquelle degradado Affonso Ribeiro, e a outros dois degradados, que fossem andar lá entre elles, e assim a Diogo Dias, por ser homem ledo, com que elles folgavam; e aos degradados mandou, que ficassem lá esta noite.

Foram-se lá todos e andaram entre elles ; e, segundo

(12) Sem duvida d'urucú (*P. S.*)

elles diziam, foram bem uma legua e meia a uma povoação de casas, em que haveria nove ou dez casas, as quaes diziam, que eram tão compridas, cada uma, como esta náo capitanea, e eram de madeiras, e das ilhargas de taboas e cobertas de palha, de razoada altura, e todas em uma só casa, sem nenhum repartimento; tinham de dentro muitos esteios, e, de esteio a esteio, uma rêde atada pelos cabos em cada esteio, altas, em que dormiam; e debaixo, para se aquentarem, faziam seus fogos; e tinha cada casa duas portas pequenas, uma em um cabo e outra no outro; e diziam, que em cada casa se colhiam trinta ou quarenta pessoas, e que assim os achavam, e que lhes davam de comer d'aquella vianda, que elles tinham; a saber: muito inhame e outras sementes, que na terra ha, que elles comem e como foi tarde fizeram-n'os logo todos tornar, e não quizeram que lá ficasse nenhum; e ainda, segundo elles diziam queriam vir com elles. Resgataram lá, por cascaveis e por outras cousinhas de pouco valor, que levavam, papagaios vermelhos, muito grandes e formosos, e dois verdes pequeninos, e carapuças de pennas verdes, e um panno de pennas de muitas cores, maneira de tecido, assaz formoso, segundo Vossa Alteza todas estas cousas verá; porque o capitão vôl-as ha de mandar, segundo elle disse; e com isto vieram, e nós tornamo-nos ás náos.

A' terça-feira, depois de comér, fomos em terra dar guarda de lenha e lavar roupa. Estavam na praia, quando chegámos, obra de sessenta ou setenta, sem arcos e sem nada. Tanto que chegámos, vieram-se logo para nós, sem se esquivarem, e depois acudiram muitos que seriam bem duzentos, todos sem arcos, e misturaram-se todos tanto comnosco, que nos ajudavam d'elles a acarretar lenha e metter nos bateis, e tratavam com os nossos e tomavam muito prazer, e, emquanto nós faziamos a lenha, faziam

dois carpinteiros uma grande cruz, de um páo, que se hontem para isso cortou; muitos d'elles vinham alli estar com os carpinteiros, e creio, que o faziam mais por verem a ferramenta de ferro, com que que a faziam, que por verem a cruz; porque elles não têm cousa, que de ferro seja, e cortam sua madeira e páos com pedras feitas como cunhas, mettidas em um páo, entre duas talas mui bem atadas, e por tal maneira que andam fortes, segundo os homens, que hontem ás suas casas, diziam, porque lh'as viram lá. Era já a conversação d'elles comnosco tanta, que quasi nos estorvavam ao que haviamos de fazer; e o capitão mandou a dois degradados e a Diogo Dias, que fossem lá á aldêa, e a outras, se houvessem d'ellas novas, e que em toda maneira não se viessem a dormir ás náos, ainda que os elles mandassem, e assim se foram.

Emquanto andavamos n'esta mata, a cortar a lenha, atravessavam alguns papagaios por essas arvores, d'elles verdes e outros pardos, grandes e pequenos, de maneira que me parece, que haverá n'esta terra muitos; porém eu não veria mais que até nove ou dez; outras aves então não vimos; sómente algumas pombas seixas, e pareceram-me maiores, em boa quantidade, que as de Portugal. Alguns diziam, que viram rôlas, mas eu não as vi; mas, segundo os arvoredos, são mui, muitos e grandes, e de infindas maneiras; não duvido, que por esse sertão haja muitas aves; e ácerca da noite nos volvemos para as náos com nossa lenha.

Eu creio, Senhor, que não dei ainda aqui conta a Vossa Alteza da feição de seus arcos e setas. Os arcos são pretos e compridos, e as setas compridas e os ferros d'ellas de cannas aparadas, segundo Vossa Alteza verá por alguns, que creio, que o capitão a ella ha de enviar.

A' quarta-feira não fomos em terra, porque o capitão-

mór andou todo o dia no navio dos mantimentos a despejal-o, e fazer levar ás náos isso que cada uma podia levar. Elles acudiram á praia muitos, segundo das náos vimos, que seriam obra de trezentos, e segundo Sancho de Toar, que lá foi, disse. Diogo Dias e Affonso Ribeiro, o degradado, a que o capitão hontem mandou, e que em toda maneira lá dormissem, volveram-se já de noite por elles não quererem, que lá dormissem, e trouveram papagaios verdes e outras aves pretas, quasi como pêgas, senão quanto tinham o bico branco e os rabos curtos. E quando se Sancho de Toar recolheu á náo, queriam se vir com elle alguns ; mas elle não quiz senão dois mancebos dispostos e homens de prol. Mandou-os essa noite mui bem pensar e curar, e comeram toda a vianda, que lhes deram, e mandou-lhes fazer cama de lençoes, segundo elle disse, e dormiram e folgaram aquella noite, e assim não foi mais este dia que para escrever seja.

A' quinta-feira, derradeiro de Abril, comemos logo, quasi pela manhan, e fomos á terra por mais lenha e agua; e em querendo o capitão sahir, chegou Sancho de Toar, com seus dois hospedes, e por elle não ter ainda comido puzeram-lhe toalhas, e veiu-lhe vianda e comeu; os hospedes assentaram-n'os em senhas cadeiras, e de todo o que lhes deram comeram mui bem, e especialmente cação cosido frio e arroz; não lhes deram vinho por Sancho de Toar dizer, que não bebiam bem. Acabado o comer mettemo-nos todos no batel, e elles comnosco. Deu um grumete a um d'elles uma armadura grande de porco montez, bem revolta, e tanto que a tomou metteu-a logo no beiço; e porque se lhe não queria ter, deram-lh'o uma pequena, de cêra vermelha, e elle corregeu-lhe detraz seu adereço para se ter, e metteu-a no beiço, e assim revolta para cima, e vinha tão contente com ella, como se tivéra uma grande

joia. E tanto que sahimos em terra, foi-se logo com ella, que não pareceu ahi mais.

Andariam na praia, quando sahimos, oito ou dez d'elles, e d'ahi a pouco começaram de vir, e pareceu-me, que viriam quatrocentos ou quatrocentos e cincoenta. Traziam alguns d'elles arcos e setas, e todos os deram por carapuças e por qualquer cousa, que lhes davam. Comiam comnosco do que lhes davamos, e bebiam alguns d'elles vinho, e outros o não podiam beber; mas parece-me, que se lh'o avezassem, que o beberiam de boa vontade. Andavam todos tão dispostos, e tão bem feitos e galantes com suas tinturas, que pareciam bem. Acarretavam d'essa lenha quanta podiam, com mui boa vontade, e levavam-n'a aos bateis, e andavam já mais mansos e seguros entre nós do que nós andavamos entre elles. Foi o capitão, com alguns de nós, um pedaço por este arvoredo até uma ribeira grande e de muita agua, que a nosso parecer era esta mesma que vem ter á praia em que nós tomámos agua. Alli jouvemos um pedaço, bebendo e folgando ao longo d'ella, entre esse arvoredo, que é tanto e tamanho, e tão basto e de tantas plumagens, que lhe não póde homem dar conta.

Ha entre elles muitas palmas, de que colhemos muitos e bons palmitos.

Quando sahimos do batel, disse o capitão, que seria bom irmos direitos á cruz, que estava encostada a uma arvore, junto com o rio, para se pôr de manhan, que é sexta-feira, e que nos puzessemos todos em giolhos e a beijassemos, para elles verem o acatamento, que lhe tinhamos; e assim o fizemos, e estes dez ou doze, que ahi estavam, acenaram-lhes, que fizessem assim, e foram logo todos beijal-a. Parece-me gente de tal innocencia, que se os homens entendessem e elles a nós, que seriam logo christãos; porque elles não têm nem entendem em nenhuma crença, segundo pa-

rece; e, portanto, se os degradados, que aqui hão de ficar, aprenderem bem a sua falla e os entenderem, não duvido, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, fazerem-se christãos e crerem na nossa santa fé, á qual praza o Nosso Senhor, que os traga, porque certo esta gante é boa e de boa simplicidade, e imprimir-se-ha ligeiramente n'elles qualquer cunho, que lhes quizerem dar; e logo Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, e elle, que nos por aqui trouve, creio, que não foi sem causa. E, portanto, Vossa Alteza, pois tanto deseja accrescentar na santa fé catholica, deve entender em sua salvação, e prazerá a Deus, que com pouco trabalho será assim. Elles não lavram, nem criam, nem ha aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem gallinha, nem outra nenhuma alimaria, que costumada seja ao viver dos homens; nem comem senão d'esse inhame, que aqui ha muito, e d'essa semente e fructos, que a terra e as arvores de si lançam; e com isto andam taes, e tão rijos e tão nedios, que o não somos nós tanto com quanto trigo e legumes comemos. Emquanto alli este dia andaram, sempre ao som de um tamborim nosso, dansaram e bailaram com os nossos, em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus: se lhes homem acenava se queriam vir ás náos, faziam-se logo prestes para isso, em tal maneira que, se os homens todos quizéra convidar, todos vieram; porém não trouvemos esta noite ás náos senão quatro ou cinco, a saber: o capitão-mór dois, e Simão de Miranda um, que trazia já por pagem, e Ayres Gomes outro assim pagem. Os que o capitão trouve era um d'elles um dos seus hospedes, que a primeira, quando aqui chegámos, lhe trouveram, o qual veiu hoje aqui vestido na sua camisa, e com elle um seu irmão, os quaes foram esta noite mui bem agazalhados, assim de vianda, como de cama, de colchões e lençoes, pelos mais amansar.

Hoje, que é sexta-feira, primeiro dia de Maio, sahimos pela manhan em terra, com nossa bandeira, e fomos desembarcar acima do rio, contra o sul, onde nos pareceu, que seria melhor chantar a cruz para ser melhor vista ; e alli assignou o capitão onde fizessem a cova para a chantar. E, emquanto a ficaram fazendo, elle, com todos nós outros, fomos pela cruz, abaixo do rio, onde estava. Trouvêmol-a d'alli, com esses religiosos e sacerdotes diante, cantando, maneira de procissão. Eram já ahi alguns delles, obra de setenta ou oitenta ; e quando nos assim viram vir, alguns d'elles se foram metter debaixo d'ella a ajudar-nos. Passámos o rio, ao longo da praia, e fômol-a pôr onde havia de ser, que será do rio obra de dois tiros de bésta. Alli, andando n'isto, viriam bem cento e cincoenta ou mais.

Chantada a cruz, com as armas e divisa de Vossa Alteza, que lhe primeiro pregaram, armaram altar ao pé d'ella, e alli disse missa o padre Fr. Henrique, a qual foi cantada e officiada por esses já ditos. Alli estiveram comnosco a ella obra de cincoenta ou setenta d'elles, assentados todos em giolhos, assim como nós ; e quando veiu ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, elles se levantaram comnosco e alçaram as mãos, estando assim até ser acabada; e então tornaram-se a assentar como nós ; e quando levantaram a Deus, que nos puzemos de giolhos, elles se puzeram todos, assim como nós estavamos, com as mãos levantadas, e em tal maneira assocegados, que certifico a Vossa Alteza, que nos fez muita devoção. E estiveram assim comnosco até acabada a communhão, e depois da communhão commungaram esses religiosos e sacerdortes, e o capitão com alguns de nós outros. Alguns, por o sol ser grande, em nós estando commungando, alevantaram-se, e outros estiveram e ficaram. Um d'elles, homem de cincoenta ou cincoenta e cinco annos, ficou alli com aquelles

que ficaram; aquelle, em nós assim estando, ajuntava aquelles que alli ficaram, e ainda chamava outros. Este, andando assim entre elles, fallando-lhes acenou com o dedo para o altar, e depois mostrou o dedo para o céo, como quem lhes dizia alguma cousa de bem, e nós assim o tomámos. Acabada a missa, tirou o padre a vestimenta de cima e ficou na alva, e assim se subiu, junto com o altar, em uma cadeira, e alli nos prégou do Evangelho e dos apostolos, cujo dia hoje é, tratando em fim da prégação d'este vosso proseguimento tão santo e virtuoso, que nos causou mais devoção. Esses, que á pregação sempre estiveram, estavam, assim como nós, olhando para elle, e aquelle que digo chamava alguns, que viessem para alli. Alguns vinham e outros iam-se. Acabada a prégação, trazia Nicoláo Coelho muitas cruzes de estanho, que lhe ficaram ainda da outra vinda, e houveram por bem, que lançassem a cada um sua ao pescoço, pela qual cousa se assentou o padre Fr. Henrique ao pé da cruz, e ahi a um e um lançava a sua, atada em um fio ao pescoço, fazendo-lh'a primeiro beijar e alevantar as mãos. Vinham a isso muitos, e lançaram-as todas, que seriam obra de quarenta ou cincoenta, e isto acabado era já bem uma hora depois do meio-dia. Viemos ás náos comer, onde o capitão trouxe comsigo aquelle mesmo que fez aos outros aquella mostrança para o altar e para o céo, e um seu irmão com elle, ao qual fez muita honra e deu-lhe uma camisa mourisca, e ao outro uma camisa d'est'outras. E, segundo o que a mim e a todos pareceu, esta gente não lhe fallece outra cousa para ser toda christan que entenderem-nos, porque assim tomavam aquillo que nos viam fazer como nós mesmos, por onde pareceu a todos, que nenhuma idolatria nem adoração têm; e bem creio, que se Vossa Alteza aqui mandar quem mais entre elles devagar ande, que todos serão tornados ao desejo de

Vossa Alteza. E para isso, se alguem vier, não deixe logo de vir clerigo para os baptizar, porque já então terão mais conhecimento da nossa fé pelos dois degradados, que aqui entres elles ficam, os quaes ambos hoje tambem commungaram. Entre todos estes, que hoje vieram, não veiu mais que uma mulher moça, a qual esteve sempre á missa, á qual deram um panno, com que se cobrisse, e puzeram-lh'o ao redor de si; porém ao sentar não fazia memoria de o muito estender para se cobrir; assim, Senhor, que a innocencia d'esta gente é tal, que a de Adão não seria mais quanta em vergonha. Ora, veja Vossa Alteza, quem em tal innocencia vive, ensinando-lhe o que para a sua salvação pertence, se se converterão ou não. Acabado isto, fomos assim perante elles beijar a cruz, e despedimo-nos e viemos comer.

Creio, Senhor, que com estes dois degradados, que aqui ficam, ficam mais dois grumetes, que esta noite se sahiram d'esta náo, no esquife, fugidos, os quaes não vieram mais; e cremos, que ficarão aqui, porque, de manhan, prazendo a Deus, faremos d'aqui nossa partida.

Esta terra, Senhor, me parece, que da ponta que mais está contra o sul vimos até outra ponta, que contra o norte vem, de que d'este porto houvemos vista, será tamanha, que haverá n'ella vinte ou vinte cinco leguas por costa; traz ao longo do mar, em algumas partes, grandes barreiras, d'ellas vermelhas e d'ellas brancas, e a terra por cima toda chan, e muito cheia de grandes arvoredos de ponta em ponta: é toda praia parma, muito chan e muito formosa; pelo sertão nos pareceu do mar muito grande, porque a estender olhos não podiamos vêr senão terra e arvoredos, que nos parecia mui longa terra. N'ella até agora não podemos saber se haja ouro nem prata, nem nenhuma cousa de metal, nem de ferro, nem lh'o vimos; porém a terra

em si é de muito bons ares, assim frios e temperados, como os d'entre Douro e Minho, porque n'este tempo de agora assim os achavamos como os de lá : as aguas são muitas, infindas ; em tal maneira é graciosa, que, querendo-a aproveitar, dar-se-ha n'ella tudo por bem das aguas, que tem ; porém o melhor fructo, que n'ella se póde fazer, me parece, que será salvar esta gente, e esta deve ser a principal semente, que Vossa Alteza em ella deve lançar ; e que ahi não houvesse mais que ter aqui esta pousada, para esta navegação de Calecut, bastaria, quanto mais disposição para n'ella cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber : accrescentamento da nossa santa fé.

E n'esta maneira, Senhor, dou aqui a Vossa Alteza do que n'esta vossa terra vi, e, se algum pouco alonguei, ella me perdôe, que o desejo, que tinha de vos tudo dizer, m'o fez assim pôr pelo miudo.

E pois que, Senhor, é certo, que assim n'este carrego, que levo, como em outra qualquer cousa, que de vosso serviço fôr, Vossa Alteza ha de ser de mim muito bem servido, a ella peço, que, por me fazer singular mercê, mande vir da ilha de São Thomé Jorge de Soyro, meu genro, o que d'ella receberei em muita mercê. Beijo as mãos de Vossa Alteza.

D'este Porto Seguro da vossa ilha da Vera Cruz, hoje sexta-feira 1° dia de Maio de 1500.—*Pero Vaz de Caminha.*

# HYMNOS PATRIOTICOS

COMPOSTOS POR

EVARISTO FERREIRA DA VEIGA

POR OCCASIÃO DA INDEPENDENCIA DO BRASIL

Pequena memoria lida no Instituto Historico e Geographico Brasileiro em sessão de 3 de Agosto de 1877.

PELO

DR. LUIZ FRANCISCO DA VEIGA

*Socio do mesmo Instituto Historico*

---

Ha factos de diminuto valor que vão avultando com o correr do tempo, que os doura, sublima e immortalisa.

Assim, os que constituem o assumpto d'este escripto.

E' geralmente conhecida a biographia de Evaristo Ferreira da Veiga, o redactor da *Aurora Fluminense.*

Além dos trabalhos biographicos, publicados em 1837, quando teve lugar o fallecimento d'aquelle immaculado patriota, existem: a biographia que acompanhou seu retrato na *Galeria dos brasileiros illustres* e a que devemos á varonil penna do conspicuo Sr. conselheiro barão Homem de Mello, e apreciações syntheticas e honrosissimas de diversos escriptores e oradores brasileiros e até estrangeiros.

O Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo, reparando voluntaria e gostosamente uma falta involuntaria, por outrem motivada, está escrevendo, e já nos tem permittido em parte apreciar, uma muito instructiva e importantissima biographia d'aquelle nosso finado compatriota, uma biographia que é um verdadeiro poema heroico.

Referindo-se ao periodo da nossa independencia, na biographia de Evaristo, explicou o illuminado biographo a que ultimamente nos referimos o silencio de então d'aquelle brasileiro, attribuindo-o ao severo regimen paterno e á impossibilidade moral de ser perturbada a respeitosa harmonia d'aquelle regimen por qualquer rebeldia do mancebo patriota.

O facto é juridicamente verdadeiro, e sua explicação honrosa para o caracter de Evaristo e para o inspirado talento do illustrado e digno biographo.

O que é verdade, porém, é que Evaristo, posto só tivesse nos tempos férvidos da independencia vinte e dois annos de idade, e possuisse um pai austero de costumes e severo de doutrinas, não ficou mudo e impassivel n'esse dia da libertação do grande reino americano, que lhe fôra berço.

Não foi coryphêo, nem *patriarcha da independencia*, nem mesmo permittiu que seu nome figurasse em qualquer documento importante d'aquelle tempo; mas, anonymamente escreveu a favor d'essa legitima e irresistivel aspiração da sua patria.

Entre esses escriptos sobresahem, pela popularidade que conquistaram, os hymnos patrioticos que então compôz, hymnos que mereceram a acceitação do primeiro Imperador, do publico fluminense e das provincias, *maximè* o que tem por estribilho: « *Brava gente brasileira.* »

Na sua *Historia do Brasil*, á pag. 224, diz o historiador inglez John Armitage, referindo-se a Evaristo:

« Entre as suas primeiras producções poeticas deve contar-se o hymno nacional « *Brava gente brasileira,* » que foi depois publicado como obra de D. Pedro. »

No elogio recitado pelo Sr. Dr. Antonio Felix Martins, hoje conselheiro e barão de S. Felix, na Loja Integridade Maçonica, por occasião das exequias celebradas pela maçonaria á memoria de Evaristo Ferreira da Veiga, lê-se o seguinte:

« Sua juventude foi consagrada ao conhecimento das linguas latina, portugueza, italiana, franceza e ingleza, ao estudo de philosophia e rhetorica, e á cultura do talento poetico, e, muitas vezes, inspirado pelo céo de sua patria, pelo aspecto de suas montanhas, pela sombra de suas mangueiras, pelo porte de suas palmeiras, pelo ruido de cascatas, e sobre tudo pela aura vital com que as azas da liberdade o favonearam, desferiu versos dignos dos Gonzagas, dos Caldas e dos Alvarengas, tão queridos das musas.

. . . . . . . . . . . . . . . . . .

« O grito da independencia, partido do Ypiranga, ribombando em todo o Brasil, que desde esse momento esboroou as algemas que, por mais de tres seculos, arrocharam os seus pulsos e enervaram suas faculdades, cujo desenvolvimento tanto temêra a metropole, lhe offereceu o opportuno ensejo de desprender as azas do genio, já assaz emplumado, para elevar-se muito acima do balcão. Electrisado pela centelha da liberdade, abrasado por ella seu coração, elle teceu, em prosa e na linguagem das musas, elogios ao primeiro dia do Brasil, e suas expressões assaz annunciavam que elle estava de uma vez votado aos interesses de seu paiz, a despeito de todas as forças que contra elle se empenhassem ; com effeito elle teve logo de combater impressos que correram contra a independencia e de burlar planos traçados da *reivindicação da colonia*. Comtudo, ou por modestia, ou por não se achar ainda bem apparelhado para a grande luta, não inseria seu nome a seus escriptos. »

No extenso e minucioso elogio feito ao mesmo cidadão pelo Sr. Dr. Luiz Vicente De Simoni lê-se tambem o seguinte :

« Evaristo, sem fazer alarde de sua riqueza intellectual, e mesmo escondendo-a, conservou-se por muito tempo cauto e modesto em seu privado retiro, de maneira que sua

cultura e talento apenas eram conhecidos e apreciados por alguns amigos que o frequentavam ; e quando, depois do grande dia do Ypiranga, o pavilhão brasileiro, tremulando sobre as fortalezas americanas, por muitos annos dominadas pelo das quinas, annunciou ao mundo o surgimento de uma nova nação, o enthusiasmo do amor da patria lhe pôz a lyra na mão, para applaudir a libertação de seu paiz. Timido ainda e desconfiado de seus meios e de si mesmo, elle conservou o véo do anonymo, debaixo do qual publicou *varios opusculos, não só em prosa, como na linguagem das musas*. O espirito que, para instruir-se e exercer-se na eloquencia, havia meditado sobre as obras dos classicos, não só acompanhára, com o pensamento, a Cicero, no fôro e no senado, mas subira tambem ao Parnaso com Virgilio e com Horacio, e continuamente embalado por seus maviosos encantos, contrahira uma alta paixão pela poesia. N'esta elle empregava algumas vezes com successo o calor de seu genio elevado, e as vibrações de seu coração juvenil, patriota e virtuoso. Entre suas producções d'este genero citam-se o hymno nacional « *Brava gente brasileira*, » de que D. Pedro compôz a musica, e o *Hymno marcial* que cantavam os corpos militares da guarnição. »

Evaristo nunca teve a menor relação ou communicação com a familia real e imperial.

Seu irmão mais velho, João Pedro da Veiga, porém, tendo aceitado (requerendo, por insinuação do proprio rei D. João VI) um modesto emprego na casa real, permaneceu ainda por algum tempo, n'esse emprego, nos primeiros annos do reinado do Sr. D. Pedro I.

Tendo seu irmão Evaristo composto um hymno patriotico á independencia do Brasil, isto em data de 16 de Agosto de 1822, portanto vinte e um dias antes do grito do Ypiranga, mandou elle imprimir esse hymno, que tem o

referido estribilho « *Brava gente brasileira,* » e levou doze exemplares d'elle ao paço imperial (1).

Offertando ao primeiro Imperador seis exemplares e retirando-se com outros seis, afim de offertal-os á Imperatriz, disse-lhe D. Pedro (textual): *Para quem leva isto?* Respondeu-lhe o offertante: *Para S. M. a Imperatriz.* O Imperador, porém, retorquio: *Para que quer ella isso? dê-me mais quatro.* No que foi obedecido.

Este facto foi varias vezes contado, em familia, pelo Sr. João Pedro da Veiga, nosso venerado pai, e sua palavra foi sempre para nós e para todos os que o trataram um Evangelho.

Nunca a mentira queimou ou polluio aquelles honrados labios, que só foram orgãos da verdade.

O hymno patriotico, pois, que tem o estribilho « *Brava gente brasleira,* » foi irrefutavelmente obra de Evaristo Ferreira da Veiga, um dos poucos tributos que o mancebo fluminense pagou á patria no dia da sua libertação.

Vamos, porém, dizer mais alguma cousa sobre este, pelo menos, interessante assumpto, *ex abundantia cordis.*

E' interessante, senão importante, tudo o que importou adhesão e solidariedade para a independencia de uma nação.

O fallecido visconde de Cayrú, com a assignatura adoptada de *Jurista*, escreveu, entre outros artigos, o seguinte no *Diario do Rio de Janeiro* de 10 de Setembro de 1833, no periodo culminante das refregas do grande partido nacional, identificado com o governo, contra os tramas insidiosos e miserandos dos clubs *restauradores*:

(1) A bibliotheca publica possue tres dos hymnos patrioticos de Evaristo Ferreira da Veiga, e, entre elles, o que tem o estribilho « *Brava gente brasileira,* » impressos (impressos, note-se) em 1822, na typographia do *Diario.*

« Lembranças ha, que, á primeira vista, parecem de objectos pequenos e insignificantes; mas são na realidade importantes e de effeitos transcendentes, quando excitam a reminiscencia de factos que por si fallam em honra dos bemfeitores publicos, e assaz se adverte que não devem ficar em esquecimento certos actos dos principes das nações, que deram forte impulso ao corpo politico, para se executarem cousas grandes Tal foi o decreto com que o Sr. D. Pedro de Alcantara, depois da referida proclamação, ordenou o tôpe nacional e a divisa da *independencia ou morte.* Tal foi tambem o hymno patriotico, *de sua letra* e musica, com que deu elevação ao espirito brasileiro, e que foi aceito pelo povo da côrte e provincias, sendo d'ahi em diante cantiga popular e militar:

« *Brava gente brasileira,*
Etc.
« *Nossos peitos, nossos braços,*
« *São muralhas do Brasil.* »

« E' de cordial congratulação a todos os verdadeiros amantes da patria que este hymno, com a sua musica, se acha estampado na obra ingleza do Dr. Walsh, secretario de lord visconde de Strangford, embaixador de S. M. Britannica, que ahi brevemente refere muitas acções egregias do proclamador da independencia do Brasil. Elle tambem louva o talento raro d'esse genio de harmonia, attribuindo-lhe a composição de melodias sagradas do *Te-Deum*, com que solemnisava os dias mais insignes do calendario ecclesiastico. Os sempre fieis e agradecidos habitantes do Brasil têm por isso mais uma razão de o venerarem com perpetua memoria, como tendo o espirito duplicado dos antigos philarmonicos da *Historia Heroica*, Theophilo e Amphião,

que fundou a *Thebas de cem portas*(1). Embora maldizentes, esquecidos dos bens sem numero que D. Pedro I fez ao Brasil, antes e depois da proclamação da sua indepencia, porfiem eclipsar-lhe a gloria; embora almas vulgares, tendo cauterisada a consciencia, bebendo já o crime como agua, em ignominiosa caterva, não cessem de aspersões nefarias contra o bemfeitor ausente, é licito dizer-lhes: —vieram mui tarde para tirar-lhe o credito, que está firme e esplendido na chronica da Europa, onde se acham os juizes competentes do merito politico. Tambem no Brasil ha *brava gente brasileira*, que é excepção da regra do mundo corrupto: não nega os beneficios, e faz votos pela vida, saude e prosperidade do bemfeitor da terra da Santa Cruz(2). »

Na *Aurora Fluminense* de 13 do mesmo mez e mesmo anno deu Evaristo a seguinte resposta a este abstruso dythirambo:

« O *Jurista*, esquadrinhando pretextos para exaltar ás nuvens o Sr. D. Pedro I, lá foi topar com um hymno patriotico, que elle nos deu de mimo, e por conta do qual o *Jurista* se extasia em louvores ao seu heróe alexandrino; veremos se com razão. Ouçamol-o primeiro: « Tal foi, diz « elle, tambem o hymno patriotico *de sua letra* e musica, « com que deu elevação ao espirito brasileiro, e que foi « aceito pelo povo da côrte e provincias, sendo d'ahi em « diante cantiga popular e militar:

« *Brava gente brasileira, etc.*
« *Nossos peitos, nossos braços,*
« *São muralhas do Brasil.* »

(2) Conservamos todas as bellezas de redacção do *Jurista*.

« Conta ao depois o *Jurista* que esse hymno veiu estampado na obra do Dr. Walsh, secretario de lord Strangford, o que é de cordial congratulação a todos os verdadeiros amantes da patria. Gaba por fim o espirito duplicado do ex-Imperador, semelhante ao dos antigos philarmonicos Theophilo, Amphião, etc.

« Vamos á letra do hymno « *Brava gente,* » diz Evaristo: se elle vale ou não alguma cousa, nós não somos o juiz competente; mas o que podemos certificar é que não foi obra do ex-Imperador. Esse hymno, aceito pelo povo da côrte e provincias, estampado na obra do Dr. Walsh, e elevado, emfim, a tantas honrarias, como as que eloquentemente refere o *Jurista, é sahido do humilde balcão e producção mesquinha da nossa primeira mocidade.* Em que desastrado engano foi cahir o nosso antagonista! Sem duvida terá elle de desdizer-se ante o povo *caramuruano* de todos os seus louvores hyperbolicos, e de fazer solemne protestação de que esses encomios todos eram prodigalisados, porque elle suppunha ser o pobre hymno obra do Sr. D. Pedro I Não sendo assim, o *Jurista* dá o dito por não dito, e o declara *pueril, chôcho, mal versificado, e até jacobinico e digno da forca!* Poucas vezes um bom cortezão se tem visto em entalação semelhante; e o adulador, que, illudido por Luiz XIV, em face do rei, chamou detestavel um epigramma de sua composição, não se achou ao depois em maior angustia e anciedade. O genio da adulação arrasta algumas vezes a terriveis contratempos! Passemos á musica. Ha, com effeito, uma musica adaptada ao hymno brasileiro, a qual dizem ser do ex-Imperador, bem como existe outra da composição do insigne Marcos Portugal. E' a esta ultima que temos ouvido fazer elogios; quanto á do principe, *com a ajuda dos vizinhos,* não sabemos que seja tão apreciada. Todavia, como não entendemos da ma-

teria, deixamos a decisão d'esse negocio a quem de direito pertencer. Que não haja tambem algum *quiproquo* ácerca da musica, assim como houve a respeito da letra, e por fim nada reste ao Theophilo-Amphião, fundador da *Thebas de cem portas*(3) e autor do hymno « *Brava gente!* » Tenha cautela o *Jurista*, afim de que não appareça algum curioso reclamando o seu trabalho da composição musical. »

No *Diario* de 20 do já referido mez transcreve o *Jurista* uma parte do artigo da *Aurora*, a qual, como vimos, terminava assim :

« Sem duvida terá elle de desdizer-se ante o povo *caramuruano* de todos os seus louvores hyperbolicos, e de fazer solemne protestação de que esses encomios eram todos prodigalisados, porque elle suppunha ser o pobre hymno obra do Sr. D Pedro I. Não sendo assim, o *Jurista* dá o dito por não dito, e o declara *pueril, chôcho, mal versificado, e até jacobinico e digno da forca!* »

Depois de transcrever esta parte do artigo, desdizendo-se deploravelmente, como tinha previsto o redactor da *Aurora*, exclama o impavido *Jurista* : « Respondo—tu disseste, não eu. »

De sorte que o visconde de Cayrú, isto é, o *Jurista*, mudava totalmente de opinião a respeito do merecimento do mencionado hymno da independencia, só porque não era elle producção do primeiro Imperador, mas do homem logico e pundonoroso que contraminava valentemente os planos ignominiosos da facção *restauradora*, da qual era elle o inglorio João das Regras!

(3) O Sr. Evaristo olvidou-se de notar o grave erro historico e geographico commettido pelo visconde de Cayrú: houve duas cidades chamadas Thebas, uma no Egypto e outra na Grecia; a do Egypto é que se denominava de *cem portas* ou antes de *cem palacios*; mas Amphion foi rei da Thebas grega, que nada tem com cem portas ou palacios.

Eis o pudor da coherencia e a coherencia do pudor dos immortaes paladinos do primeiro reinado!

Finalmente, diz o *Jurista*:

« O silencio do jornalista, por um decennio, é titulo valioso de *prescripção(!)* para se desprezar o *trincafio*, e peior que *ponta de letrado*, do *rabulistico reivindicador.* »

Omittimos grosserias e insolencias deploraveis...

Como é natural, não ficou este artigo sem a merecida resposta. Em sua *Aurora* de 23, ainda do dito mez de Setembro, escreveu Evaristo, treplicando:

« Pensava-se que o *Jurista*, apanhado em flagrante de adulação, nos hyperbolicos elogios que deu ao hymno « *Brava gente brasileira,* » entendendo ser obra do ex-Imperador, guardasse agora o silencio, ou se contentasse de responder—enganei-me. Não foi assim: o *Jurista* quiz mostrar que não é homem que se desça de seu erro, e que no seu arsenal de más razões ainda tem algumas com que possa encher duas columnas do *Diario* sobre a materia, mesmo propondo-se a contradizer a verdade conhecida por tal A primeira coartada que dá para provar que o hymno « *Brava gente* » pertence com effeito ao duque de Bragança, e que por consequencia é elle o Theophilo-Amphião das *cem portas*, consiste em que na semana de Julho existiu em Paris Evaristo Dumoulin, um dos patriotas que contribuiram para ser derribado o estupido despotismo dos Bourbons, e que nos chamamos tambem Evaristo. Ora, á vista de tão feliz achado, quem não confessará que o *Jurista* sahiu victorioso da contenda, e que o Dr. Walsh, secretario de lord Strangford, é grande autoridade ácerca da propriedade dos hymnos patrioticos? O *Jurista*, irritado da conspiração com que machinamos roubar ao augusto fundador a *crença publica* de ter sido autor da pobre cantiga, diz-nos mil injurias que nós de boamente perdoamos

aos seus setenta e sete annos ; e declara que logo prevenira parecer o objecto á primeira vista trivial e insignificante, mas que se constituira de transcendente importancia, por ter o principe regente destinado por esse expediente dar elevação ao espirito brasileiro. Nós o tinhamos já previsto : todo o merito da cantiga estava em ser obra de D. Pedro ; sabendo-se quem é o verdadeiro autor, ella não passa de cousa trivial e insignificante.

. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .

« Por ultimo o *Jurista* se admira de que por dez annos não reclamassemos a propriedade do hymno de que se trata : a cousa não valia a pena, e tambem ninguem até agora, que soubessemos, nos havia contestado essa exigua propriedade. »

Saltemos de 1833 para 1862 : é um não diminuto periodo de... apenas vinte e nove annos : a verdade é eterna, e a mentira só transitoriamente triumphará n'este mundo, a despeito de todos os interesses inconfessaveis que n'elle se gladiam, a despeito de todas as paixões miserandas que n'elle bramem e refervem...

Tendo o programma da ceremonia da collocação da pedra fundamental do monumento que se ia erguer na praça da Constituição ao Sr. D. Pedro I declarado que seriam encerrados em uma caixa de cedro, entre outros objectos, o *Hymno da independencia*, composto pelo primeiro Imperador e as folhas diarias do dia, aguardámos esse acontecimento, e no dia em que elle teve lugar, isto é, a 1 de Janeiro de 1862 fizemos publicar nas paginas do *Jornal do Commercio*, do *Correio Mercantil* e do *Diario* o seguinte protesto :

« Tendo apparecido n'esta folha o programma da festa que tem de haver no dia 1° de Janeiro de 1862, pela collocação da primeira pedra do monumento que se vai erigir á

memoria do Sr. D. Pedro I, e dando-se n'esse programma o hymno da independencia como obra do mesmo Imperador, seja-nos licito reivindicar para o cidadão Evaristo Ferreira da Veiga o legitimo quinhão que lhe cabe na gloria d'aquelle hymno, porquanto foi elle o autor da letra, d'essas quadras ardentes de patriotismo, que o povo brasileiro ainda hoje canta com enthusiasmo, e cantará por muitos seculos futuros, se aprouver a Deus. »

Este breve protesto deu lugar a uma pequena discussão, procurando mostrar nosso contendor a inculpabilidade da commissão directora da inauguração da estatua equestre, que apenas se referira ao *Hymno da independencia* em geral, sem fazer menção dos versos, aliás parte essencial do mesmo hymno.

Em todo o caso, dentro da caixa de cedro ficaram, ao lado do programma da commissão e do hymno, as folhas diarias que os rectificam para sempre...

N'esse tempo ainda era vivo felizmente o Sr. João Pedro da Veiga, nosso honrado pai, e d'elle só tivemos nova confirmação, inteiramente desnecessaria á vista da declaração positiva e solemne de Evaristo, em sua *Aurora Fluminense* de 13 de Setembro de 1833, sobre a paternidade do alludido hymno.

Fallecendo a 2 de Maio do dito anno de 1862 o Sr. João Pedro da Veiga, encontrámos, entre outros manuscriptos de Evaristo, os autographos de todas as suas numerosas poesias, tendo cada uma a propria data em que foi composta, e mais uma nitida copia d'essa collecção de versos, por ordem chronologica, devida á penna de um digno brasileiro, um dos caracteres mais rigidos que temos conhecido, amigo e compadre tanto do Sr. Evaristo, como do Sr. João Pedro da Veiga, o tambem fallecido fluminense João José Dias Camargo, irmão do Sr. desembargador José Ignacio Vaz Vieira.

Entregámos á viuva de Evaristo todos os *autographos* das poesias de seu fallecido marido, que encontrámos, com exclusão dos dos *sete* hymnos da independencia, seis dos quaes (dos *autographos*) offerecemos a este Instituto, acompanhados de uma carta nossa, que o mesmo Instituto (do qual não tinhamos então a honra de ser membro) resolveu mandar publicar na sua *Revista*, onde de facto foi inserta á pag. 682 do quarto trimestre de 1862.

Este Instituto possue, pois, em seu archivo, *os autographos* dos hymnos patrioticos compostos por Evaristo Ferreira da Veiga por occasião da independencia do Brasil, *e taes quaes foram escriptos n'aquella mesma occasião*, o que dá a esses *autographos* um precioso cunho, um caracter ainda mais respeitavel, um grato perfume d'esses tempos heroicos.

Na *Revista Popular* de 15 de Setembro de 1862 fizemos publicar os referidos hymnos, com exclusão de um que, talvez erradamente, julgámos inferior, e cujo *autographo*, como já declarámos, não offertámos a este Instituto.

Cumpre não esquecer que Evaristo tinha vinte e dois annos de idade, quando compôz esses versos, que apenas tiveram, e têm, o grande merito historito e politico de terem sido a expressão do querer, do pensar e do sentir do pujante Brasil-povo no dia da sua libertação.

Tambem o egregio Beranger, o *homem-nação*, como o denominou Lamartine, não se julgou digno das honras do Instituto de França pelas suas canções populares... E o culto das musas foi para Evaristo apenas uma diversão; nunca uma profissão ou occupação habitual.

Outro devia ser, e outro foi, o theatro de suas glorias: a imprensa, a Sociedade Defensora da Liberdade Nacional e a Camara dos Deputados.

E', entretanto, digno de ser rememorado, apreciado e

louvado, tudo o que ligou-se sympathicamente e foi propicio á independencia de um povo.

Quanto á musica, é sabido (e já foi dito no citado artigo da *Aurora* de 13 de Setembro de 1833) que existem duas : uma do provecto compositor portuguez Marcos Portugal, a primeira que se compôz, e por meio da qual foi, nos primeiros tempos, cantado o *Hymno da independencia* (asserto este que nos foi confirmado pelo distincto professor e compositor brasileiro o fallecido fluminense Francisco Manoel da Silva), e outra que se attribue ao Sr. D. Pedro I.

Quanto aos versos da duas musicas, *são os mesmos* e da lavra de Evaristo Ferreira da Veiga, como ficou dito e provado.

Sobre este ponto apenas nos é permittido accrescentar o seguinte : que, ainda quando houvesse carencia absoluta de documentos (e elles são de sobra) para provar que foi Evaristo Ferreira da Veiga o autor do *Hymno da independencia*, que tem o estribilho « *Brava gente brasileira* » (como foi de mais outros seis e de outras muitas poesias, entre as quaes a « Despedida de Minas, » que foi publicada em 1837 no *Museu Universal* e que foi sua ultima composição poetica), nunca poderia ser tal hymno producção do primeiro Imperador. Basta lêl-o : D. Pedro não poderia dizer de si em 1822 (fazemos-lhe esta justiça) o que se lê nos versos d'aquelle hymno ; seria triste, estulto e soberanamente ridiculo.

Em casa do Sr. Arthur Napoleão, o eminente pianista, hoje commerciante, á rua dos Ourives n. 56, encontram-se á venda as duas musicas, estando a poesia de Evaristo *dividida* entre ellas.

Em um hymno patriotico parece-nos, entretanto, que os versos, isto é, as palavras, isto é, a fórmula mais expressiva e authentica do pensamento humano, tem preeminencia sobre a musica.

Escrevendo sobre este ponto, dissémos o seguinte, nas paginas do *Jornal do Commercio* de 6 de Janeiro de 1862, respondendo a uma observação que então nos foi feita:

« Não ha paridade alguma entre um hymno patriotico, um hymno nacional e uma peça lyrica de canto italiano. Rouget d'Isle é conhecido no mundo, e principalmente em França, como autor da *Marselheza*, não tanto por causa da musica (que é igualmente de sua composição e esplendida), mas principalmente por causa d'aquelles celebres versos, animados do fogo sagrado da liberdade e do patriotismo.

« O que se cantava e se canta entre nós, o que electrisava e electrisa o espirito nacional não é ou não são a musica ou as musicas do *Hymno da independencia* (e tanto assim é que ha duas musicas que rarissimos distinguem), porém o verbo potente, talvez rude, mas inspirado da emancipação de uma grande nação americana.

« O povo brasileiro não dizia, nem diz—*dó, ré, mi, fá, sol, lá, si*—mas « *Brava gente brasileira,* » etc. Isto é que o anima e enthusiasma, porque o engrandece, nobilita e exalta, porque é a concreção de seu amor-proprio nacional, porque é a explosão, cheia de hombridade, de seu patriotismo, um quasi desafio aos que pretenderem combater ou suffocar seus anhelos férvidos de independencia !

« O que excita o patriotismo ou o nacionalismo do inglez não são tanto as harmonias meio selvaticas de seus hymnos, porém estas expressões orgulhosas e caracteristicamente nacionaes : « *Rule, Britannia, rule the waves,* » ou « *God save the Queen.* »

Para a grande maioria ou para a quasi totalidade da nação brasileira não existe senão um *Hymno da independencia*, o que tem por estribilho « *Brava gente brasileira.* »

Com musica do primeiro Imperador ou de Marcos Por-

tugal se podem recitar quaesquer quadras que tenham o mesmo rythmo e o mesmo numero de syllabas, e ninguem reconhecerá o *Hymno da independencia*; recitai, porém, a poesia que tem por estribilho « *Brava gente brasileira* » com qualquer outra musica que com ella se adapte, e todos dirão: Eis o *Hymno da independencia* com diversa modulação ou melodia.

Evaristo Ferreira da Veiga, repetimos, não foi *patriarcha da independencia do Brasil* (era muito moço para sêl-o), não foi coryphêo d'esse heroico movimento de libertação do grande reino americano, não inseriu mesmo seu singelo nome em nenhum documento official d'esse pleito de honra para todos os brasileiros válidos; mas, no seu modesto retiro, ignorado e arredio, ergueu um canto cheio de civismo e de nobres estimulos, formulou um hymno patriotico, vinte e um dias antes do grito do Ypiranga, em prol da libertação do futuro Imperio brasileiro!... Não foi, pois, mudo e impassivel espectador d'essa luta gloriosa, d'esse tão nobre e tão digno certame, e podia dizer aos seus compatricios, na hora do seu infausto passamento, referindo-se áquella éra auspiciosa, aurora do grande dia (o 7 de Abril de 1831) que viu jubiloso surgir: « Eu tambem então palpitei, provei ou revelei a minha existencia, quando a patria nascia... quebrando seus grilhões... »

Em 2 de Agosto de 1877.

# Hymnos Patrioticos

COMPOSTOS POR

# EVARISTO FERREIRA DA VEIGA

POR OCCASIÃO DA

## INDEPENDENCIA DO BRASIL

---

1º

## HYMNO CONSTITUCIONAL BRASILIENSE (*)

Já podeis, da patria filhos,
Vêr contente a mãi gentil :
Já raiou a liberdade
No horizonte do Brasil.

Brava gente brasileira !
Longe vá temor servil ;
Ou ficar a patria livre,
Ou morrer pelo Brasil.

Os grilhões que nos forjava
Da perfidia astuto ardil...
Houve mão mais poderosa...
Zombou d'elles o Brasil.

Brava gente brasileira, etc.

(1) Os elogios prodigalisados a D. Pedro I, n'estes e nos outros hymnos, pelo futuro redactor da *Aurora Fluminense* provam com quanto amor foi D. Pedro aceito pelos brasileiros, quanto n'elle confiavam, e provam que só seus actos posteriores poderam divorcial-o da nação brasileira. Evaristo era monarchista, mas prezava a liberdade constitucional.

O real herdeiro augusto,
Conhecendo o engano vil,
Em despeito dos tyrannos,
Quiz ficar no seu Brasil.

Brava gente brasileira, etc.

Revoavam sombras tristes
Da cruel guerra civil;
Mas fugiram apressadas,
Vendo o anjo no Brasil.

Brava gente brasileira, etc.

Mal soou na serra, ao longe,
Nosso grito varonil,
Nos immensos hombros, lógo,
A cabeça ergue o Brasil.

Brava gente brasileira, etc.

Filhos, clama, caros filhos,
E' depois de affrontas mil
Que a vingar a negra injuria
Vem chamar-vos o Brasil.

Brava gente brasileira. etc.

Não temais impias phalanges,
Que apresentam face hostil:
Vossos peitos, vossos braços
São muralhas do Brasil.

Brava gente brasileira, etc.

Mostra Pedro, á vossa frente,
Alma intrepida e viril;
Tendes n'elle o digno chefe
D'este Imperio do Brasil.

Brava gente brasileira, etc.

Parabens, ó! brasileiros!
Já com garbo juvenil
Do universo entre as nações
Resplandece a do Brasil.

Brava gente brasileira, etc.

Parabens ; já somos livres ;
Já brilhante e senhoril
Vai juntar-se em nossos lares
A assembléa do Brasil. (2).

Brava gente brasileira, etc.

Em 16 de Agosto de 1822.

(2) Este e os outros hymnos da independencia aqui insertos, com exclusão do quinto, são pura copia dos *autographos* existentes no archivo do Instituto.

2°

## HYMNO MARCIAL

Valentes guerreiros,
Que a fama buscais
E as armas alçais
A novo explendor ;

Mostremos ao mundo
Bravura, energia ;
A patria confia
No nosso valor.

Oh ! vós, que aos clamores
Da Patria correstes
E nada temestes
No heroico fervor ;

Mostremos ao mundo, etc.

E vós, que, seguindo
As novas bandeiras,
Antigas fileiras
Deixastes sem dôr ;

Mostremos ao mundo, etc.

Ouvi de Bellona
O grito que entôa ;
Ao longe já sôa
Da guerra o fragor.

Mostremos ao mundo, etc.

Se vive na fama
De heróes a memoria,
Salvou-os a gloria
Do tempo ao furor.

Mostremos ao mundo, etc.

Que horror nos combates!
Que p'rigos no assalto!
Mas, falla mais alto
O bellico ardor.
Mostremos ao mundo, etc.

Os chefes zelosos
Vos vão excitando;
Marchai ao seu mando,
Sem susto ou temor.
Mostremos ao mundo, etc.

Fiel disciplina
De Marte é diviza;
Seguir-se precisa
A vóz sup'rior.
Mostremos ao mundo, etc.

A mão bemfeitora
De Pedro immortal
Quiz ser liberal
Em nosso favor.
Mostremos ao mundo, etc.

Os seus beneficios
Nos peitos guardai
E gratos lhe dai
Mil provas de amor.
Mostremos ao mundo, etc.

Em vós, ó! guerreiros!
A patria descansa;
Da sua esperança
Vós sois o penhor.
Mostremos ao mundo, etc.

Por vós não receia
Inimigos alfanges,
Nem teme as phalanges
De injusto oppressor.
Mostremos ao mundo, etc.

Da esposa e dos filhos
Quem guarda o direito
Não teme o seu peito
Aos tiros expôr.

Mostremos ao mundo, etc.

Corramos á gloria,
Que assim nos cónvida ;
Mais vale que a vida
Da patria o louvor.

Mostremos ao mnndo, etc.

Em 19 de Agosto de 1822

## 3º

# INDEPENDENCIA OU MORRER

Ouvi, o! povos, o grito
Que vamos livres erguer;
O Brasil sacóde o jugo:
Independencia ou morrer.

Leis que a impostura ditava
Não mais devemos soffrer;
Ferros nunca, nem dourados:
Independencia ou morrer.

Congresso oppressor jurára
Nossos fóros abater;
Em seu despeito, jurámos:
Independencia ou morrer.

Um povo que quer ser livre,
Livre por força ha de ser;
E' esta a lei das nações:
Independencia ou morrer.

Temos herói que trabalha
Em nosso jús defender;
Longe fuja o servilismo;
Independencia ou morrer.

Unem-se força e direito
Para as cadêas romper;
Mão real as despedaça:
Independencia ou morrer.

Depois de trezentos annos,
Livre o Brasil vai viver ;
Deve a Pedro a liberdade :
Independencia ou morrer.

Da nossa patria, o ! Regente !
Só tu penhor pódes ser ;
Ou Pedro, ou deixar a vida :
Independencia ou morrer.

O Brasil, do mundo inveja,
Não deve em ferros gemer ;
E' tempo, sejamos livres :
Independencia ou morrer.

Abrasado ém patrio zelo,
Sente-se o sangue ferver ;
Resôa em todas as bocas :
Independencia ou morrer.

Embóra esquadrões armados
Ferros nos venham trazer,
E' brazão das almas livres :
Independencia ou morrer.

Os satellites do crime
O que nos podem fazer ?
Jurámos no altar da patria :
Independencia ou morrer.

Os corações dos tyrannos
Hãode cobardes tremer,
Vendo escripto em fortes braços :
Independencia ou morrer.

Nós escravos ! o ! vergonha !
Mais vale a vida perder !...
Nossa patria tem por timbre :
Independencia ou morrer.

Havemos entre as nações
Nossos direitos manter :
Corra embora o sangue em rios :
Independencia ou morrer.

Vem, o ! Brasil ! os teus filhos
Hoje abraçar de prazer ;
De ti são dignos seus votos :
Independencia ou morrer.

Em 16 de Setembro de 1822.

4°

## HYMNO PATRIOTICO

Já da querida patria
Foi decidida a sorte;
E' do Brasil divisa:
Independencia ou morte.

Temos por nós a Pedro,
Heróe prestante e forte;
Longe o receio fuja,
Independencia ou morte.

Quer Pedro, o! vis tyrannos!
Que o negro plano aborte;
Queremos nós com elle
Independeneia ou morte.

Do throno e Patria esteios,
O! filhos de Mavórte!
Dentro gravai dos peitos:
Independencia ou morte.

Da guerra entre os horrores
Vosso valor conforte
O grito da victoria:
Independencia ou morte.

De nossos lares fuja
Feroz, hostil cohorte,
Ao lêr em vossos braços,
Independencia ou morte.

Quem haverá que os ferros
Da escravidão supporte?
Ao vêl-os, quem não clama:
Independencia ou morte?

No Prata, no Amazonas,
Do sul resôe ao norte
O grito que retumba :
Independencia ou morte.

Os pais da patria venham
Com venerando porte
Dar leis, que têm por base
Independencia ou morte.

Recebam destes povos,
Entre o geral transporte,
O santo juramento :
Independencia ou morte.

Em 19 de Setembro de 1822.

5°

## HYMNO PATRIOTICO (1)

De seus briosos filhos
Hoje o Brasil precisa
E dá-lhes por divisa:
Independencia ou morte.

Nos ferros dos tyrannos
Triste infeliz gemia,
Mas clama n'esse dia:
Independencia ou morte.

Roubar os nossos fóros
Quer oppressor congresso;
A vida perca o preço,
Independencia ou morte.

Corramos aos combates,
A gloria está segura;
Comnosco Pedro jura
Independencia ou morte.

O heróe nos mostra escripto
No braço seu prestante,
Em letra rutilante:
Independencia ou morte.

Do principe execellente
Vai ser eterna a gloria;
Dá-lhe por timbre a historia
Independencia ou morte.

(1) D'este hymno não foi offerecido o respectivo *autographo* ao Instituto, como declara o autor da memoria; este autographo está em poder da Exma. viuva de Evaristo.

Por elle as vis cadêas
Quebrámos de Lisboa;
Por elle entre nós sôa :
Independencia ou morte.

Grato o Brasil a Pedro,
Incensos mil tributa,
E um só clamor escuta :
Independencia ou morte.

Brasilica assembléa
Se vem aqui juntar ;
Por base ás leis vai dar
Independencia ou morte.

O ! gente brasileira !
Surge da escuridão !
Surge ! já sois nação !
Independencia ou morte.

Rompa de vossos labios
Voz que nos peitos clama ;
Repita ao longe a fama:
Independencia ou morte.

Amavel liberdade,
Que os braços nos estende,
Nosso paiz defende :
Independencia ou morte.

Vê, o ! querida patria !
Quanto fieis te amamos !
No teu altar juramos :
Independencia ou morte.

Em 19 de Setembro de 1822.

6°

## HYMNO NACIONAL BRASILIENSE

Parabens, ditosos filhos
Do brasilico hemispherio!
Vossa patria, novo Imperio,
Ergue a fronte sem temor.

Jura o povo brasileiro
Dar contente os bens, a vida,
Pela patria tão querida,
Pelo grande Imperador.

Os tyrannos intentavam
Lançar ferros ao Brasil,
Mas um peito varonil
Lhes rebate o vão furor.

Jura o povo brasileiro, etc.

Por mil leguas os limites
Este Imperio ao longe estende ;
Seus direitos lhe defende
Pedro, o anjo protector.

Jura o povo brasileiro, etc.

Pedro existe á nossa frente ;
O triumpho está seguro :
E' da patria o forte muro
Seu denodo e seu valor.

Jura o povo brasileiro, etc.

Já nação a par das outras,
O Brasil assombra o mundo:
Ruge a inveja, e no profundo
Vai sumir-se a immensa dor.

Jura o povo brasileiro, etc.

Sabias leis espera o povo
Da brasilica assembléa;
De cem luzes a rodeia
Brilhantissimo explendor.

Jura o povo brasileiro, etc.

Aos conselhos seus presida
Zelo ardente, sã prudencia;
Firmem nossa independencia.
Contra as furias do aggressor.

Jura o povo brasileiro, etc.

Vinde, o! povos! neste dia
Contemplar a patria cara!
Seu destino lhe prepara
No universo o gráo maior.

Jura o povo brasileiro, etc.

Em 14 de Outubro de 1822.

## 7º

# HYMNO PARA O BATALHÃO DO IMPERADOR

Hoje a patria é quem vos chama,
O! valentes brasileiros,
E do ferro dos guerreiros
Vossos braços vem armar.

Bravos filhos de Mavorte
Já no campo estais da gloria ;
Vamos, vamos á victoria,
Combater e triumphar.

Do Brasil a mãi primeira,
Formosissima Bahia,
Da feróz aleivosia
Quer os vis grilhões quebrar.

Bravos filhos de Mavórte, etc.

Do Janeiro sobre as margens
Seus clamores escutastes :
Desde logo alli juraste
Os seus muros libertar.

Bravos filhos de Mavorte, etc.

Eis da guerra o clarim sôa
E a triumphos mil nos chama ;
Negra furia, que rebrama,
Não nos póde intimidar.

Bravos filhos de Mavorte, etc

Lá nos tece a patria c'rôas,
Nossa patria, o grão Brasil,
Que sublime e senhoril
Vai dois mundos assombrar.

Bravos filhos de Mavórte, etc.

Lusas quinas, enfiadas,
Da soberba em vituperio,
Vêm do novo, augusto Imperio,
As estrellas fulgurar.

Bravos filhos de Mavorte, etc.

Pedro a nossa independencia
Sobre base pôz segura ;
A promessa da impostura
Não nos ha de fascinar.

Bravos filhos de Mavorte, etc.

Pedro firma o throno egregio
Em valentes, livres peitos ;
Sua gloria illustres feitos
Deve a todos inspirar.

Bravos filhos de Mavorte, etc.

Appareça n'estes lares
Sacrosanta liberdade :
O egoismo, a vil maldade,
A seus pés hão de expirar.

Bravos filhos de Mavórte, etc.

Já no céo fuzilam raios !
Chega o dia da vingança !...
O vislumbre da esperança
Vai nos monstros acabar.

Bravos filhos de Mavorte, etc.

Em 24 de Janeiro de 1823.

# ESTUDOS

SOBRE A

# TRIBU « MUNDURUCU' »

## MEMORIA

ESCRIPTA E LIDA PERANTE O INSTITUTO HISTORICO GEOGRAPHICO BRASILEIRO

Pelo engenheiro

ANTONIO MANOEL GONÇALVES TOCANTINS

Socio correspondente do mesmo Instituto.

---

## I

Viagem ás aldêas centraes dos *Mundurucús*, situadas no valle do Alto Tapajoz.—Itinerario de Belem, capital da provincia do Pará, até essas aldêas.—Scenas da vida selvagem.

A 18 de Junho de 1875 parti de Belem, com destino ao Alto Tapajoz.

A viagem de Belem a Santarem pelo rio Amazonas, e de Santarem á Itaituba pelo Tapajoz, é feita em cinco dias, em um dos grandes vapores da companhia do Amazonas.

Em Itaituba embarquei em uma pequena canôa, tripolada por oito indios, quasi todos da tribu *Maués*, e penetrei pelas cachoeiras do Alto Tapajoz.

Com dez dias de viagem cheguei á Missão do Bacabal, que o governo imperial mandou fundar, e que foi effectivamente fundada á margem direita do Tapajoz em 23 de Fe-

vereiro de 1872 por Fr. Antonino e por Fr. Pelino de Castrovalva. Esta missão contém cerca de quinhentos indios da tribu *Mundurucú*.

O missionario Fr. Pelino, unico que então ahi se achava, pois que o seu companheiro já se havia retirado do Bacabal, cedeu-me para interprete um indio *Mundurucú*, que, além do seu dialecto, tambem comprehende e falla as linguas portugueza e *tupí*.

Continuei minha viagem pelo Tapajoz acima, e com cinco dias, a contar da Missão do Bacabal, cheguei á foz do rio Caderery, affluente, pelo lado direito, do mesmo Tapajoz.

Ahi devia eu encontrar, segundo se me havia dito, um audaz sertanejo, que conhece o caminho que leva ás aldêas centraes. Infelizmente, porém, não o encontrei. Ninguem de minha tripolação conhecia ao menos o curso do rio Caderery.

Estava eu embaraçado, por falta de guias e de informações, quando vimos por acaso apparecerem na praia dois selvagens *Mundurucús*.

Perguntámo-lhes, por intermedio do interprete, que tempo nos seria necessario para chegarmos ás fontes do Caderery.

O mais idoso dos dois selvagens respondeu pelo seguinte signal: com o dedo indicador apontou para o nascente, descreveu uma semi-circumferencia na direcção do curso apparente do sol até o poente, acompanhando este movimento com o olhar, gestos e vozes expressivas, e repetiu pausada e distinctamente seis vezes a mesma mimica de tal sorte, que, antes que o interprete o houvesse traduzido, já eu comprehendêra que o selvagem queria dizer que seriam necessarios seis dias.

Disse-nos mais que, ás cabeceiras do Caderery, encontrariamos outros indios, que nos poderiam guiar até a aldêa de Necodemos, de onde elle e seu companheiro vinham.

Este nome de Necodemos, que os *Mundurucús* deram a uma de suas principaes aldêas, impressionou-me, pois é o appellido do judeu generoso e compassivo, que fez modestas honras funebres a Christo, dando-lhe um lençol para amortalhar-lhe o cadaver e um sepulchro para o guardar.

Porque deram os *Mundurucús* este nome á sua aldêa não o sei dizer. Presumo que a identidade de nome nada mais seja do que o effeito de méro acaso.

Como quer que seja, resolvi-me a procurar a aldêa de Necodemos de preferencia a qualquer outra.

Alguns guerreiros d'essa aldêa, segundo referiu ainda o mesmo informante, tinham chegado, poucos dias antes, de uma guerra, e conservavam duas cabeças de inimigos mumificadas, collares de dentes humanos e outros trophéos.

E não tive de arrepender-me d'essa preferencia, porque em Necodemos fui bem recebido, e encontrei mais viva do que em outra qualquer parte a tradição da genesis *Mundurucú*, que considera justamente esta *maloca* ou aldêa como o berço do genero humano.

Segui pelo Caderery acima. Rio singular! Todos os dias tinhamos de passar á força de braços nossa ligeira embarcação por cima de bancos de arêa. Aqui confirmei a opinião que havia formado de que o Caderery, assim como o Araguaya, Juruena, Mamoré, e outros affluentes superiores que alimentam os grandes tributarios meridionaes do Amazonas, taes como o Tocantins, o Tapajoz, o Madeira e outros, se esgotariam totalmente durante o verão, ficando os alveos a sêcco se não fossem as cachoeiras do curso médio, que servem de comportas a tão impetuosa corrente. O declive geral do curso médio d'esses grandes affluentes do Amazonas, que descem do planalto central, é maior do que convem para constituir um curso d'agua nas condições normaes de um rio.

Emfim, ao amanhecer do sexto dia calculado pelo indio, encontrámos uma arvore atravessada sobre o rio, em fórma de ponte, e á margem uma tosca cabana. Não havia pessoa alguma. Tocámos buzina para chamar á falla o proprietario da cabana, que devia achar-se caçando nas matas vizinhas. Não apparecendo ninguem, seguimos viagem, deixando eu alguns insignificantes presentes para annunciar a passagem de pessoa amiga.

Julguei dever proceder d'este modo lembrando-me que o capitão-tenente Soares Pinto fôra atacado e morto pelos selvagens por haver destruido pontes que elles haviam lançado sobre o rio. Ora, não se póde fazer esta navegação sem destruir as pontes, e nem sempre é possivel restaural-as.

Por isso, todas as vezes que eu não podia collocal-as de novo sobre os mesmos lugares, pois que ainda encontrámos n'esse dia mais quatro pontes, deixava presentes para de alguma sorte compensar o prejuizo que causava ao selvagem. No fim d'esse dia tornou-se o rio totalmente innavegavel : era-nos impossivel levar nossa canôa mais adiante. Felizmente, n'esta apertada conjunctura, encontrámos uma outra ponte sobre o rio e uma cabana á margem ; tocámos buzina com persistencia, e vimos por fim apparecer um velho indio, acompanhado de uma india, que teria trinta annos de idade, e cinco crianças menores, uma das quaes ainda de peito. Chegaram em seguida dois robustos rapazes.

Escusado é dizer que todos os indios que encontrámos n'essas alturas, homens e mulheres, velhos, moços e crianças, estavam inteiramente nús.

Facilmente reconhecemos que esta familia pertencia á tribu *Mundurucú*, porque a moça, os rapazes e o velho, estavam todos pintados no rosto, no peito e em todo o corpo. com os losangos e outras figuras caracteristicas da tribu

O velho *Mundurucú*, maior seguramente de setenta annos e já quasi surdo, recebeu-nos com indifferença, assim como os dois rapazes. À moça e as crianças pareciam transidas de susto e de espanto.

Aqui pousámos e passámos a noite.

## II

Trajecto da cabeceira do Caderery á aldêa de Necodemos, nas campinas.

Na madrugada do dia seguinte, por um estreito e tortuoso trilho, partindo da cabeceira do Caderery, onde deixámos nossa canôa, embrenhámo-nos por estas matas seculares, cujos troncos carcomidos parecem ainda cobertos das vasas de um diluvio universal. Um dos dois rapazes servia-nos de guia.

Não tinhamos caminhado muito, quando ouvimos latir de cães, e logo depois encontrámos um lindo rapaz de dezeseis a dezesete annos de idade. Ao avistar-nos não manifestou a menor sorpresa ; pelo contrario, sua physionomia risonha exprimiu alegria infantil.

Parecia que já nos esperava e que eramos amigos de longa data, pois elle tomou logo a dianteira de nossa caravana, e guiou-nos á sua cabana situada á beira do caminho, na margem de um lindo regato. A cabana era coberta e cercada de folhas de palmeira ; dez cães gordos annunciavam que ahi reinava a abundancia.

Sobre os madeiros do tecto estavam suspensas dez rêdes, arcos, flechas, cuias e outros objectos. O rapaz offereceu-nos uma cuia cheia de fructos da palmeira muruty (*mauricia venifera*) ; mostrava os maiores desejos de nos

obsequiar, e declarou-se prompto a nos acompanhar até Necodemos se seu pai consentisse. Tocámos buzina para chamar o pai, e após uma hora de espera, vendo que ninguem acudia ao chamado, resolvi seguir adiante, e segui effectivamente, deixando com pezar este sympathico selvagem, que em sua cabana me recebêra com tamanha alegria.

A' tarde, tendo atravessado a mata, caminhando sempre a pé, sahimos em uma vasta campina, e avistámos sobre o cume de uma collina a *maloca* ou aldêa de Absenanty.

O que, porém, eu achava singular é que faziamos esses encontros quando menos esperavamos, pois nunca consegui do guia que dissesse de antemão o caminho que deviamos seguir, nem quaes as habitações que deviamos encontrar.

A aldêa de Absenanty estava em construcção ; constava ainda apenas de uma vasta casa nova, com o tecto coberto de palha, o qual consistia em um simples lanço baixo para o lado do poente e elevado para o lado do nascente.

Não encontrámos pessoa alguma n'esta casa, mas um crescido numero de rêdes, arcos e flechas, que vimos suspensos do tecto, indicava que era ella habitada por varias familias.

O fogo estava acceso ; como de costume tocámos buzina para chamar os donos da casa.

Não tardou muito, que appareceu com ares de desconfiado um rapaz de fórmas esbeltas, trazendo á mão uma criança de menor idade, que estava muito assustada e agitada.

Esse rapaz teria cerca de vinte annos de idade ; a pintura do rosto ainda não estava concluida ; continha apenas os losangos ; na parte que consiste em uma camada unida de tinta negra, usada pela tribu, ainda não estava feita. Estes traços, com uma regularidade toda geometrica, e com

côres frescas e vivas, sobresahindo sobre a tez ainda com o viço da mocidade, davam á physionomia do selvagem certa graça bastante original.

Quando estava para anoitecer disseram-me que algumas mulheres, crianças e homens, que vinham das matas circumvizinhas recolhendo-se á *maloca*, haviam parado junto a um ribeiro vizinho, e hesitavam em vir para casa, porque nós ahi estavamos.

A' vista d'isto levantei acampamento, e fui pousar uma milha distante, deixando o interprete para passar a noite em Absenanty e convencer aquella gente desconfiada de que não tinhamos o menor proposito de lhe fazer mal. Continuámos nossa viagem na madrugada do dia seguinte, atravessando successivamente matas e campinas.

Ao atravessar uma d'estas matas vi um dos quadros mais tocantes da vida selvagem. Encontrei junto a um d'esses numerosos regatos que correm em todos os sentidos, e que constituem as fontes do Caderery, uma joven familia. O chefe não tinha mais de dezoito annos, e sua companheira não tinha mais de quinze ou dezeseis, e já trazia nos braços uma criança de poucos mezes. Estavam acompanhados por uma india idosa. O joven casal não tinha ainda o rosto nem o peito pintado com as tintas indeleveis da tribu; mas a moça, que sahia do banho no regato, havia pintado as faces com tinta de urucú, que lhe dava a graça infantil. Esse interessante casal, ao vêr-nos passar, deu mostras visiveis de sorpresa e de susto.

Cançado, e com pressa de chegar ao termo da viagem, nem mesmo me foi possivel deter-me alguns minutos para dirigir palavras de sympathia a esses pobres selvagens, mesmo porque na occasião não se achava presente o interprete.

Uma toalha ao menos desejava eu offerecer para ampa-

rar dos raios ardentes do sol aquellas duas crianças, mãi e filho, que tinham de atravessar vastas campinas desabrigadas; mas nossa gente, aliás insubordinada, como são os indios *Maués*, apenas levava o estricto necessario para nossa subsistencia.

Esboçámos com tudo aqui este tocante quadro para mover a sympathia pelos miseros selvagens, sobre os quaes pesam grandes infortunios.

## III

Chego á aldêa de Necodemos.—Os *Mundurucús* me offerecem agazalho e boa hospitalidade.

Após cinco dias de incessante caminhar, a contar do ponto onde haviamos deixado a canôa, á cabeceira do Caderery, avistámos, emfim, ao longe, uma columna de fumo, que se erguia da *maloca* de *Necodemos.*

A' tarde vi-me quasi perdido nos trilhos que conduzem ao aldêamento. Os indios *Maués* que me acompanhavam, o proprio guia e o interprete, seguindo adiante, me haviam deixado atraz, com dois companheiros, e tinham já chegado á *maloca*, emquanto eu ainda procurava a custo acertar com o caminho, guiando-me apenas pelo som de uma buzina que ouvia tocar diante de mim.

Era um indio *Mundurucú* de Necodemos, que viéra generosamente a meu encontro, e tocava seu instrumento justamente para guiar-me.

Grande foi minha satisfação quando, já quasi noite, encontrei este selvagem, que teria de trinta e cinco a quarenta annos de idade, e era baixo, gordo, escuro e feio, mas tão alégre e tão risonho que parecia uma criança.

Cheguei a Necodemos ás 7 horas da noite.

Realizava, emfim, um dos maiores desejos que sempre tive, isto é, vêr uma tribu selvagem em seu estado primitivo, exactamente como devêra estar antes da descoberta do Brasil, vivendo a lei da natureza, sem contacto algum de idéa com outros povos, que lhe alterasse as crenças e tradições.

Pensadores ha, que não admittindo as tradições biblicas, entendem que o genero humano começou sua peregrinação sobre a terra partindo das trévas, e d'este estado de nudez e selvageria, que eu via diante de mim, para, guiado pela luz da razão e pela Providencia, elevar-se até o actual estado de civilisação. Esta doutrina é mais consoladora do que a que representa o homem decahido de um paraiso de luz e de bemaventurança; decahido por ligeiras faltas que não commettêra, até o extremo de miseria em que jazem estes infelizes selvagens.

Quando cheguei, estavam de pé no terreiro cerca de oitenta robustos *Mundurucús*, que me esperavam e me receberam com mostras de não dissimulada curiosidade.

Para mim não era menos curioso o aspecto d'estes homens, pintados todos com desenhos tão identicos, que pareciam guerreiros vestidos de rigoroso uniforme. Dezenas de fogueiras, que ardiam no terreiro, davam a este quadro um aspecto sinistro, lançando reflexos sobre estes largos peitos nús, côr de bronze.

Cumprimentei-os, dando-lhes a boa noite com uma das poucas palavras da lingua, que eu havia para este fim estudado: « Chipate. » Todos me responderam: « Chipate. » Um d'elles dirigiu-se a mim e offereceu-me cêa por outra palavra, que eu tambem já conhecia: « Cobicobi. »

Dirigi-me em seguida para uma das extremidades da vasta casa, onde habitam os homens sómente, e ahi fixei o meu aposento.

Os *Mundurucús*, que tinham para este lado as suas rêdes, e cuja vizinhança me poderia incommodar, cederam-me graciosamente o lugar, levando-as para outro lado.

Devo deixar bem patente a generosa hospitalidade que recebi em Necodemos, tanto mais de sorprender, quanto procedia de barbaros, inteiramente estranhos a nosso trato social. Tudo foi posto á minha disposição; nada fizeram que podesse enfadar-me ou contrariar-me.

Velhos e moços fizeram um circulo em torno de mim. Não havia alli uma só mulher nem mesmo criança do sexo feminino. No extenso casarão, onde me alojei, situado no meio da aldêa e chamado « ekçá, » só são admittidos homens.

Minha visita foi uma festa para os selvagens; admiravam com curiosidade tudo quanto viam: a vela de spermacetti que accendi, o relogio, a mala de viagem, a carteira; tudo examinavam, passando de mão em mão, no meio de ruidosas gargalhadas.

Assim levámos até meia-noite; os *Mundurucús* apreciavam muito esta diversão, unica em sua vida, quando me nos o esperavam. Por fim disse-lhes que estava cançado, e elles me reponderam: « Pois então dorme. » E immediatamente cada um retirou-se para sua rêde, dizendo-me: *Até amanhã*—« Cuia dhê. »

Mas estes barbaros têm o costume de tocar buzina durante toda a noite no seu quartel ou *ekçá*. Parece um signal de alerta. Ora um, ora outro, que na occasião desperta, tira-se de seus cuidados, lança mão da buzina, que tem sempre suspensa ao tecto sobre a rêde, e leva a tocal-a durante o tempo que lhe parece. Após este, outro faz o mesmo. E esta musica monotona e tristonha echôa lugubremente pelas matas circumvizinhas. E' gosto puramente selvagem.

## IV

Um *Mundurucú* me faz presente da cabeça mumificada de uma moça da tribu *Parintintin*, e conta-me como e por que matára esta moça.

Um d'estes barbaros, de vinte e cinco a trinta annos de idade, expansivo e desembaraçado, orador verboso, no dia seguinte me fez presente da cabeça mumificada de uma moça da tribu *Parintintin*. Esta cabeça, que se acha

actualmente no museu nacional, conserva sua abundante cabelleira; na frente está raspada, como se fôra á navalha. Assim, a fronte parece prolongar-se sobre a cabeça até quasi o meio; no centro d'essa fronte artificial destaca-se uma mecha circular de cabellos negros. Trazia um ornato

de pennas de brilhantes côres. Devêra ser de uma moça da moda em sua tribu, que foi morta em guerra.

Mas aqui devo observar que os *Mundurucús* fazem frequentes guerras a outros gentios seus inimigos, com o fim precisamente de aprisionar mulheres moças e crianças, e não de matal-as. Matam sim os homens, cujas cabeças conservam como trophéos. Quando se preparam para estas correrias dizem francamente: « *Eu vou porque preciso de uma mulher para me casar, ou preciso de um pequeno para filho de minha mulher.* »

Qualquer guerreiro *Mundurucú* devia, pois, ter o maior empenho de aprisionar, e não de matar uma rapariga como aquella, cuja cabeça me era offerecida.

Com effeito disse-me o barbaro que só por engano a matára no ardor do combate, que lhe não permittira distinguir o sexo. Ella sahia correndo da cabana, que elle e seus companheiros haviam sorprendido pela madrugada, e elle lançára-se atraz d'ella e a atravessára pelas costas com a sua formidavel taquára. Quando a reconheceu mulher e moça teve pezar. Comtudo cortou-lhe a cabeça, extrahiu-lhe o cerebro, expôl-a á fumaça de lenha verde até mumifical-a.

E' singular, porém, a extrema ternura com que o barbaro tratava a cabeça de sua inimiga. Entre as tribus *Mundurucú* e *Parintintin* reina desde longos annos odio de morte, e fazem-se guerras de exterminio.

Mas este *Mundurucú* estava como louco pela cabeça *Parintintin.* Não a deixava um só momento. Quando chegou a occasião de eu retirar-me de Necodemos, como adiante direi, elle, bem como doze outros indios, acompanhou-me durante oito dias de viagem, através das matas, até as cabeceiras do Caderery. Durante este trajecto, quando se approximava a noite e tinhamos de pousar, o indio fincava em terra, junto á sua rêde, uma haste que trazia expres-

samente para isto, e sobre ella suspendia a cabeça, como em um cabide, cobrindo-a cuidadosamente com uma toalha que eu lhe havia dado.

Ao amanhecer, seu primeiro olhar era para ella: punha-a sobre o collo, penteava-lhe com os dedos os longos cabellos e acariciava-a, como se fosse uma filha querida.

Só me fez entrega d'esta reliquia no ultimo momento, quando eu já estava embarcado para descer o Caderery, e n'esta occasião disse ainda: « *Mas eu a queria para mim!* » Tambem eu lhe tinha feito presente de uma espingarda de dois canos, de polvora, chumbo e outros objectos. Assim mesmo nos acompanhou com a vista até a canôa desapparecer pelo rio abaixo.

Em Necodemos havia ainda outra cabeça mumificada. Fôra de um guerreiro *Parintintin*. O *Mundurucú* que a possuia, já bastante idoso, não quiz mostrar-m'a nem conversava sobre ella. Tambem eu não insisti. Alguns traziam collares de dentes de inimigos mortos por elles.

Vi meninos que o meu interprete me disse serem prisioneiros da ultima guerra. Os da aldêa não tocaram sequer n'este assumpto; receiavam talvez que lhes quizessemos tomar os seus prisioneiros.

## V

Genesis *Mundurucú*.—Crenças e tradições.—Apparição de « Carú-Sacaebê. »—Ingratidão dos habitantes de Acupary.—Castigo.—Necodemos berço do genero humano.

Pareceu-me vêr n'este povo singular, traços de uma civilisação antiga. Os *Mundurucús* vivem em republica fortemente organisada; de longa data movem guerra a seus inimigos, quando bem lhes parece; fulminam sentenças de

morte contra os feiticeiros; têm uma genesis propria, e possuem crenças e tradições que vão passando de geração em geração.

Não será este povo, pensava eu, oriundo dos *Quichuas* ou dos *Aymaras*, que, descendo dos Andes, se fixaram sobre estas vertentes? Por isto investiguei com a mais detida attenção as tradições, interrogando repetidas vezes os mais antigos da *maloca*, para que me dissessem, se seus avós não vieram de terras longinquas e elevadas, que demoram do lado onde o sol se esconde todas as noites? Mas elles me respondiam invariavelmente que não; que os primeiros homens que appareceram sobre a terra fundaram a *maloca* de Acupary. Caru-Sacaebê appareceu entre elles e lhes ensinou a caçar: até então só havia caça inferior; Caru-Sacaebê fez apparecer caça maior.

Não teve pai nem mãi; teve um filho de nome Carutaú e um companheiro de nome Rayrú, que o reconhecia por mestre.

Um dia Caru-Sacaebê foi infeliz na caça. Voltou á Acupary, e mandou seu filho Carutaú que fosse pedir alguma ave, inambú ou perdiz, aos caçadores, que as tinham morto em abundancia.

Os caçadores, porém, recusaram, e por escarneo atiraram a Carutaú as pennas das aves, dizendo: « *Teu pai tambem é bom caçador.* »

Tres vezes Caru-Sacaebê repetiu o pedido; tres vezes os caçadores recusaram.

Então Caru-Sacaebê colheu as pennas que elles haviam atirado por escarneo a Carutaú, e fincou-as uma por uma em torno da *maloca*. E subito, com um gesto, converteu em porcos bravios todos os habitantes de Acupary, homens e mulheres, velhos, moços e crianças.

Estes animaes vorazes iam esbravejando extramalhar-se

e dispersar-se, quando Caru-Sacaebê, com outro gesto, transformou as pennas em elevados morros.

Junto da actual *maloca* de Acupary existe com effeito uma vasta caverna. Dizem os *Mundurucús* que ainda hoje ouvem-se ahi grunhidos de porcos selvagens e accentos de agonia.

Outros affirmam que á entrada da caverna encontram-se ornatos de mulheres, como braceletes feitos de ouriço de castanha, e outros vestigios da tremenda catastrophe. Os *Mundurucús* não ousam penetrar na caverna de Acupary.

Então Caru-Sacaebê retirou-se acompanhado de Rayrú, unico que sobreviveu ao desastre de Acupary.

Chegando ao lugar, onde está Necodemos, bateu com o pé a terra, e de uma larga fenda que se abriu tirou um casal de *Mundurucús*, um de casal brancos, um de indios e um de pretos.

O casal de *Mundurucús* Caru-Sacaebê pintou pela mesma fórma por que elle proprio estava pintado, e foi o principio da *maloca* de Necodemos e o tronco da tribu, que se tornou numerosa e pujante, a ponto de fazer estremecer a terra quando marchava para a guerra.

Os brancos, os indios e os pretos, dispersaram-se e foram povoar outras terras.

Em Necodemos Caru-Sacaebê preparou um campo, semeou-o, e quando cahiram as primeiras chuvas brotou a mandioca, o milho, a batata, o cará, o algodão, e outras plantas alimenticias e medicinaes.

Ensinou a construir fornos e a preparar a farinha.

Fez uma pequena estatua de madeira, animou-a e chamou-a Hanhu-Acauâte, que foi seu segundo filho.

Para servir de mãi á Hanhu-Acauâte, Caru-Sacaebê adoptou por companheira uma donzella da tribu, chamada Chicridhá.

Cresceu Hanhu-Acauàte ; mas algumas mulheres illudiram a vigilancia de Chicridhá e abusaram da innocencia de Hanhu-Acauâte.

Caru-Sacaebê converteu Hanhu-Acauâte em anta, e Chicridhá e as mulheres culpadas em peixes.

Necodemos estava já poderosa e forte.

Caru-Sacaebê traçou sobre um rochedo elevado, entre Acupary e Necodemos, os caracteres symbolicos, que ainda hoje se vêm nos morros de Areucrê. Fez com que Rayrú fosse arrebatado pelas nuvens, e desappareceu de Necodemos, seguindo o curso do Tapajoz, á margem esquerda do qual, em altura onde não póde chegar a mão do homem, traçou tambem os caracteres da barranca de Cantagallo.

E desde então nunca mais se soube para onde fôra. Os *Mundurucús* guardam fielmente memoria de seus feitos, e pintam-se rigorosamente a si, suas mulheres e filhos, pela mesma fórma por que Caru-Sacaebê era pintado.

## VI

### Apparecimento do cão em Necodemos.—Lenda.

Entre todos os povos o cão é considerado como amigo fiel. Os *Mundurucús*, selvagens caçadores, o têm em suas lendas por oriundo de uma donzella da propria tribu com um guerreiro desconhecido, que apparecêra na *maloca* e desapparecêra sem que ninguem nunca soubesse quem era, de onde tinha vindo nem para onde fôra. Era um *deus ignotus.*

O caso deu-se do modo seguinte. Depois que Caru-Sacaebê desapparecêra, os *Mundurucús* de Necodemos conti-

nuaram a caçar, devassando em todos os sentidos os campos e as florestas. Um dia, que estavam na caça, appareceu na *maloca* um guerreiro desconhecido, chamado Caru-Pitubê.

Dirigiu-se para o *ekçá*, deitou-se em uma « hamaca, » tirou do tecto uma buzina e começou a tocar de modo desusado. Uma donzella da *maloca*, de nome Iracheru, acudiu ao chamado e offereceu *dahú* ao guerreiro em signal de boa hospitalidade.

Caru-Pitubê chegára quasi ao anoitecer.

Não havia ninguem mais em Necodemos.

Ao amanhecer do dia seguinte Caru-Pitubê disse á donzella :

« *Darás á luz sêres que farão o espanto dos guerreiros de tua tribu. Não os mates.* »

E desappareceu.

Grande foi com effeito em Necodemos o terror, o espanto e a indignação, quando virám Iracheru dar á luz um casal de cães.

Os irmãos de Iracheru e sua propria mãi foram os primeiros em proferir contra ella sentença de morte.

Mas Iracheru, quando os algozes se approximavam para matal-a, a ella e a seus tenros filhos, rapida como a ema, despppareceu nos bosques, arrebatando em seus braços tremulos os fructos de seus mysteriosos amores.

Errante pela floresta Iracheru pousou, emfim, exhausta de cansaço junto á fonte de um limpido regato.

Não tardou, porém, que a joven mãi visse crescidos os filhos que tanto a custo amamentára, aquecendo-os á noite em seus seios ardentes.

Por fim os viu já percorrendo as matas e os campos, caçando, e trazendo inhambús e perdizes, e então Iracheru viveu no seio da abundancia.

A' noite seus filhos eram-lhe formidaveis guardas, que velavam sem cessar pelos seus dias. As proprias onças se afastavam medrosas.

Um dia Iracheru dirigiu-se a Necodemos e contou estas maravilhas.

Iracheru bem sabia que, se os guerreiros de Necodemos não revogassem a sentença de morte, ella só morreria: seus filhos punham-se facilmente fóra do alcance dos algozes.

Se, porém, a revogassem, a tribu *Mundurucú* seria a senhora dos campos e das florestas; seria vencedora de todas as outras tribus; dominaria sem rivaes.

Mas os filhos de Iracheru foram recebidos com geral applauso; a tribu inteira os reconheceu como proprios filhos.

O *Mundurucú* com effeito trata o cão verdadeiramente como filho; as mulheres os amamentam quando recem-nascidos em seus proprios seios, e lhes dão agazalho em suas « hamacas, » ao lado dos proprios filhos, como se foram nascidos do mesmo ventre.

Quando morre um cão é largamente pranteado e seu corpo cuidadosamente dado á sepultura, pois teriam por impiedade abandonal-o á voracidade dos corvos.

## VII

Fama antiga dos *Mundurucús*.—Recordações historicas.

O caudaloso Tapajoz em cujo valle estão situadas as aldêas dos *Mundurucús*, ha apenas 130 annos foi descoberto, pois sómente em 1748 desceu por elle de Matto-Grosso até o Pará o mineiro João de Sousa de Azevedo, trazendo sessenta e quatro oitavas de ouro, extrahido do affluente, que denominou *Rio das Tres Barras*.

Em 1817 Ayres de Cazal, dividindo em sua *Corographia Brasilica* a provincia do Pará em quatro grandes comarcas, naturalmente limitadas pelos quatro grandes affluentes do Amazonas, o Tocantins, o Xingú, o Tapajoz e o Madeira, deu o nome de Mundurucania, naturalmente porque era ahi preponderante a tribu *Mundurucú*, áquella que foi comprehendida entre o Tapajoz, pelo lado do nascente, o Madeira pelo lado do poente, ao norte pelo Amazonas e ao sul pelo Juruena. Descrevendo a Mundurucania diz aquelle autor que, á excepção de alguns pedaços sobre as margens dos rios que a limitam, tudo o mais estava dominado por varias nações selvagens, das quaes as mais conhecidas eram os *Jumas*, os *Maués*, os *Pamas*, os *Parintintins*, os *Muras*, os *Andirás*, os *Aráras* e os *Mundurucús* que dão o nome ao paiz.

« Os *Mundurucús*, diz ainda Ayres de Cazal, que costumam tingir o corpo de negro com genipapo, são numerosos, apessoados, guerreiros e temidos de todas as outras nações, que lhes dão o appellido de *Pay-quicé*, que significa *Corta-cabeça*, porque costumam cortal-a a todo inimigo que lhes cahe em poder, e sabem embalsamal-as, de sorte que se conservam largos annos com o mesmo aspecto do momento em que foram cortadas.

« Ornam as suas toscas e mesquinhas cabanas com esses horrendos trophéus. Aquelle que mostra dez está habilitado para poder ser eleito chefe da horda. Conhecem a virtude de varios vegetaes, com cujo uso curam algumas molestias perigosas.

« Quasi todas as hordas *Mundurucús* estão hoje nossas alliadas e algumas já christãs.

«A deshumanidade dos que ainda vaguêam pelos mattos, porquanto não dão quartel á sexo nem á idade, têm obrigado grande parte das outras nações a refugiarem-se junto

das povoações dos christãos, onde, á sua sombra e de paz, vivem seguros d'aquelles desalmados inimigos.

« Os valorosos *Mundurucús* são periécos dos *Macassares*, das Ilhas Celebres, que passam pelos mais esforçados d'entre os povos do grande archipelago oriental.»

## VIII

Situação actual das aldêas centraes das campinas. — Desapparecimento das hordas do valle do Tapajoz.

Pois toda essa grande população selvagem, que, segundo refere Ayres de Cazal, ainda ha sessenta annos vagava pelo territorio da Mundurucania, não apparece mais por essas regiões.

Vêm-se no Baixo-Tapajoz os indios baptisados, oriundos dos antigos selvagens; e no Alto-Tapajoz apenas se encontra a *malóca Maués*, denominada do Acará, e outra *maloca* de *Apiacás*, que mantêm relações de mesquinho commercio com os raros sertanejos que por alli penetram. Além d'estas duas *malocas* apparecem tambem de quando em quando, ás margens do Tapajoz ou de seus affluentes, levas de *Parintintins*; mas não se fixam em parte alguma, porque os *Mundurucús* lhes movem perseguição implacavel e sem treguas.

Note-se que os *Maués* e os *Apiacás* tambem já foram em outros tempos muito perseguidos e batidos pelos *Mundurucús*, que só os deixaram em paz depois que estabeleceram relações com os christãos. Os *Maués* já não pintam o rosto; os *Apiacás* têm apenas um traço negro-azul, que, partindo do angulo exterior de cada olho e descendo até a barba, muito se parece com um sulco de lagrima.

Convem tambem notar que as aldêas centraes dos *Mundurucús*, designadas no Alto-Tapajoz pela denominação de *Maloca das Campinas*, não estão situadas no territorio a que Ayres de Cazal deu o nome de Mundurucania. Estão no territorio que este geographo chamou Tapajonia, entre o Tapajoz e o Xingú, e proximas ás fontes dos affluentes orientaes do Tapajoz, de nomes rios das Tropas (que os *Mundurucús* chamam Pitunzy), do Crepury, Caderery, Cabetutum e Cururú.

Eu encontrei em minha excursão grande numero de riachos, fontes do Caderery, affluentes do Tapajoz.

Se caminhasse alguns dias mais no mesmo rumo que levava, além de Necodemos, encontraria certamente as fontes dos tributarios do Xingú.

## IX

Guerras dos *Mundurucús*.—Modo de as fazer.—Fim d'estas guerras.

Já dissemos que as guerras d'estes barbaros não têm outro fim senão fazer captivas mulheres moças e crianças de ambos os sexos. Os captivos, porém, são tratados na tribu sem differença dos *Mundurucús* natos. São pintados com os mesmos arabescos de côres indeleveis ; a mulher encontra logo marido, e o menor encontra pai adoptivo, que quasi sempre é o proprio indio que o aprisionou. Quando se fazem os preparativos para estas excursões, a irmã, mãi ou qualquer parente do guerreiro lhe faz encommenda de uma criança, dizendo : « *Traze-me um menino para meu filho.* »

As principaes victimas dos *Mundurucús* são os *Parintintins*, porque, além do interesse de fazer captivos, o odio

mortal, que existe de longa data entre estas duas tribus, tambem serve de movel para frequentes ataques.

Tanto que consta que uma leva de *Parintintins* apparece em alguma parte, immediatamente os *Mundurucús* marcham-lhes ao encalço. Para com as outras tribus, porém, não me consta que haja este odio inveterado. Entre os *Mundurucús* corre o boato, provavelmente inexacto, de que, quando um d'elles cahe prisioneiro dos *Parintintins*, estes o devoram vivo, ás dentadas, « *como se foram onças e nós veados*, » dizem elles.

Inexacto ou não, este conto contribue para accender ainda mais o desejo de vingança.

Isto, a que temos chamado guerras, em geral são simples correrias.

Quando chega o verão um certo numero de *Mundurucús* combinam entre si, preparam seus arcos, flechas, buzinas, provisões, e pôem-se em marcha.

Sempre que é possivel, cada guerreiro é acompanhado pela mulher ou por uma irmã. O officio d'esta vivandeira, que ás vezes não tem mais de quinze a dezeseis annos, consiste em armar a rêde do guerreiro nos ramos das arvores, preparar para elle a castanha, transportar qualquer carga, ajudar a preparar a cabeça do inimigo e a trazer os captivos ; emfim, ella encarrega-se de tudo quanto é necessario, afim de deixal-o inteiramente desembaraçado para o ataque.

Assim, vão caçando tranquillamente, de sorte que n'estas correrias, consomem muitas semanas e mesmo mezes. A' noite reunem-se para pousar.

Se encontram algum trilho na espessura do mato, ou outro qualquer vestigio que indique a passagem de um ser humano, elles o estudam com tino e cautela admiravel. Se apercebem uma cabana ou uma aldêa, fazem o reconheci-

mento no maior silencio possivel ; e marcham com tal destreza, que não se ouve nem o ruido da folha sêcca que esmagam debaixo dos pés. Parece que andam sobre espesso tapete. Cercam a cabana e esperam em silencio a madrugada. Então, com longa haste, cuja extremidade está impregnada de breu inflammado, lançam-lhe fogo e postam-se de emboscada á porta.

Despertando em sobresalto, os sitiados soltam logo este grito terivel : *Mundurucús!*

Os homens que, perturbados, pretendem romper o cerco são logo traspassados por tremendos chuços.

As crianças, conhecendo que estão sob a taquara inimiga, rendem-se ao captiveiro.

As mulheres quasi sempre resistem, lutam e só são feitas prisioneiras á viva força.

E então os *Mundurucús* se pôem em retirada á marcha dobrada. As cabeças inimigas são cortadas e preparadas ás pressas. Quando sentem ou receiam que são perseguidos caminham dia e noite. A' noite guiam-se com archotes feitos de fragmentos de uma madeira rezinosa, a que chamam *ouichique-taque*, e que os indios do Baixo-Tapajoz conhecem pela denominação de *páo-candêa*. Esta madeira, estando sêcca, inflamma-se facilmente, dando labaredas quando o indio corre com ella na mão.

Quasi sempre estas excursões são tão longas, que as provisões se acabam, e por fim os indios sustentam-se de castanhas em falta de farinha e de batatas. Soffrem longas privações ; alguns voltam magros.

Affirma-se que todos os annos os *Mundurucús* fazem d'estas correrias e sempre trazem captivos.

Uma india muito idosa, provavelmente oriunda da interessante tribu dos *Tapajoz*, que deu nome ao rio, hoje extincta, referiu-me que em sua mocidade mais de uma vez

os *Mundurucús* desciam pelas margens do Alto e Baixo Tapajoz, batendo cruelmente as muitas *malocas* que então existiam, cortando cabeças dos inimigos e causando immenso terror por toda esta extensa região.

A tradição bem averiguada tambem registra o caso de terem estes barbaros chegado atè a foz do Tapajoz, e posto em sitio a fortaleza que os portuguezes fundaram no aldêamento christão dos indios *Tapajoz*, hoje florescente cidade de Santarem.

## X

Noticias de algumas tribus indigenas a quem os *Mundurucús* fazem guerra e que andam errantes pelo valle do Alto-Xingú e para as fronteiras de Matto-Grosso.

Dizem os *Mundurucús* que ainda encontram muitas hordas gentilicas nas extensas regiões que percorrem, e que para o lado do nascente corre um rio largo, caudaloso, encachoeirado, a que chamam Caruntunzy, cujas margens são povoadas de muito gentio.

Deve ser o Alto-Xingú que é realmente um dos maiores affluentes do Amazonas e um d'aquelles que mais proximos se acham da capital do Pará. Seu curso superior é entretanto ainda inteiramente desconhecido.

Em 1842 o principe real da Prussia, Adalberto, acompanhado do conde Oriolo e do conde de Bismark, seguiu de Belém do Pará em canôa, percorreu o curso inferior do Xingú atè ás primeiras cachoeiras, e as *malocas* dos indios *Jurunas*. Foram estes cavalheiros, creio eu, que deram o primeiro esboço para o traço do Baixo-Xingú.

Entretanto o curso superior é até hoje desconhecido.

Os *Mundurucús* têm muitas vezes passado do valle do

Alto-Tapajoz para o do Alto-Xingú, pois residem quasi junto á linha de divisão d'estes dois valles. Elles dão noticias dos gentios que encontram n'estas excursões, não sómente pelas margens do Alto-Xingú, mas tambem pelo lado das fronteiras do Matto-Grosso.

Os principaes são os seguintes :

*Puparurûtes.*—Têm por distinctivo um traço escuro que desce do angulo exterior de cada olho até a barba; parecendo sulco de lagrimas. Ha cerca de tres annos appareceram á margem do Baixo-Tocantins, perto das cachoeiras, cerca de quinhentos selvagens, exactamente com este distinctivo; foram depois dizimados pelas bexigas; os que sobreviveram ainda ahi permanecem.

*Biche-Irameran.*—Só têm o beiço inferior pintado de negro.

*Ipitiuâte.*—Não são pintados, raspam a cabeça em roda, são corpolentos, barbados, bravos, temidos dos proprios *Mundurucús*; não usam de redes, dormem em esteiras, e servem-se de formidaveis tacapes.

*Pararaoâte.*—Possuem canôas, são pintados pelas fontes em fórma de caracóes.

*Uiraraoâte.*— Que os *Mundurucús* chamam nação de onças, porque, dizem, urram como este animal.

*Peren-an-an.*

*Parinrinrin.*

*Titidhuâte.*

*Jurupuá.*—Corpolentos e ferozes.

*Tupaiunas.*—Pintam-se de negro.

*Paribitat.*— Habitam campos na direcção de Cuyabá.

*Paribitêtê.*—Habitantes das cabeceiras do rio D. Manoel, affluente do Tapajoz.

Em outros tempos batiam tambem os *Bacahiris*, a que

chamam *Mureufuâtes*, e os obrigaram a sahirem para Matto-Grosso onde foram aldêados.

Batiam os *Apiacás*, e só os deixaram depois que estes gentios fixaram-se no Juruena, ao pé do Salto-Augusto. Ainda hoje aquelles têm muito medo dos *Mundurucús*; e quando estes vão para suas guerras e passam pelas *malocas Apiacás*, estes lhes fornecem farinha e outras provisões.

*Itiuâtes.*—Já se têm retirado para o lado de Cuyabá. São barbados.

*Tuparurûtes.*—Estão do lado do Xingú.

*Nhauanhen.*—Horda pertencente á tribu *Parintintin*, e que habitam as cachoeiras do Jauanxin, affluente do Tapajoz.

Os *Mundurucús* de Necodemos conhecem Cuyabá; mas dizem que para este lado erram muitas hordas de gentios ferozes.

Encontram ainda em suas excursões levas de outros selvagens, cujos nomes não sabem.

E' de suppor que parte das populações indigenas, que têm desapparecido das margens do Tapajoz e do Tocantins ande agora errante pelo valle do Alto-Xingú.

Talvez fosse de interesse scientifico estudar o movimento d'estas populações selvagens e desconhecidas.

## XI

Apparece nas *malocas* um *Mundurucú* elegantemente vestido, que diz ter sido baptizado no Rio de Janeiro.

Era natural que eu convidasse os *Mundurucús* a virem partilhar comnosco das vantagens da vida social, e sobre-

tudo a mandarem seus filhos para serem convenientemente educados, e depois voltarem ás *malocas* sabendo construir casas, arcos, fornos, e outros objectos que lhes seriam de grande utilidade.

Procurava por todos os meios convencêl-os de que entre nós encontrariam amigos dedicados, quando me responderam que Teiú Burubê lhes havia dito que S. M. o Imperador era amigo dos *Mundurucús*.

Teiú Burubê era um *Mundurucú* que desapparecêra das aldêas ha muitos annos, e após longa ausencia regressára. Apresentou-se na *maloca* de Cabroá elegantemente vestido á nossa moda. Os parentes o receberam com extrema satisfação.

Então contou que se baptizára no Rio de Janeiro, que se ficára chamando Martinho de Alcantara, e que S. M. o Imperador lhe servira de padrinho e de protector. Encontrou na *maloca* de Cabroá parentes, e particularmente uma irmã, que o tratou com extrema dedicação. Quando deixou a aldêa natal, ainda muito moço, fôra acompanhado por um irmão, e ambos desceram pelo rio Canumá.

Este *Mundurucú* descrevia com vivas côres as vantagens da vida civilisada, sem comtudo mover os seus parentes a abandonarem a vida selvagem.

Por fim estranhou a mudança de regimen e cahiu doente de violentas febres.

Dizendo-se na *maloca* que estava enfeitiçado por causa dos elegantes vestidos que possuia, a irmã, indignada, reuniu-os no terrèiro e lançou-lhes fogo.

Convalescendo, ainda em maiores privações se achou, pois estava nú.

Por fim falleceu; a irmã, que o não abandonára um só momento, enterrou-o embaixo de sua propria rêde.

## XII

### População das *malocas* centraes dos *Mundurucús.*

E' mui difficil, ou antes impossivel, dar um recenseamento exacto d'esses indios, que têm suas *malocas* situadas em brenhas inaccessiveis.

Accresce que, durante o verão, grande numero de familias deixam as *malocas* e vão construir ligeiras cabanas no meio das florestas, onde, assim isoladas, encontram mais abundante caça.

E' certo, porém, que essa tribu é uma das mais possantes e numerosas do valle do Amazonas. Alcide d'Orbigny hesitou se a devia considerar uma simples tribu ou uma nação. De longa data ella fórma uma republica fortemente organisada. As *malocas* centraes, situadas fóra do alcance da acção de nossas autoridades, gozam de liberdade sem limites, como se foram um Estado independente.

Na impossibilidade de proceder por mim mesmo a um recenseamento rigoroso, tenho de louvar-me na opinião de um cidadão residente na villa de Itaituba, que eu julgo muito competente n'esta materia. Refiro-me ao Sr. tenente Joaquim Caetano Corrêa, abastado commerciante, que, por nomeação feita pelo conselheiro Sebastião do Rego Barros, presidente do Pará, em Setembro de 1853, exerce desde esse tempo o lugar de director dos indios do rio Tapajoz.

Posto que este prestante cidadão nunca tenha ido ás aldêas centraes, comtudo entretem estreitas relações com os *Mundurucús* das margens d'esse rio.

Eis-aqui o quadro da população, que me foi ministrado pelo Sr. tenente Joaquim Caetano Corrêa.

| *Nomes das malocas.* | *População.* |
|---|---|
| Dauapone | 1.500 |
| Carucupy | 2.300 |
| Dairy | 2.600 |
| Capipique | 2.000 |
| Necodemos | 2.100 |
| Aiká (Samuuma) | 1.500 |
| Acupary | 800 |
| Areucrê | 700 |
| Arebadury | 400 |
| Teiu Curupy | 500 |
| Ipsananty | 600 |
| Cererepçá | 500 |
| Cabroá | 500 |
| Imburariry | 350 |
| Macapá | 360 |
| Ucubery | 250 |
| Cabetutum | 350 |
| Chacorão | 700 |
| Airy | 300 |
| Bacabal (Missão) | 500 |
| Boburé | 100 |
| | 18.910 |

Talvez que este calculo seja um tanto exagerado, ou pelo menos a população d'estas *malocas* tenha soffrido sensiveis modificações. A aldêa de Chacorão, por exemplo, está actualmente abandonada; a de Boburé quasi extincta. Se é certo que a população *Mundurucú*, propriamente selva-

gem, não attinge actualmente a cifra de 18.000 almas, por outro lado estou convicto que as antigas povoações d'essa tribu, fixadas em outro tempo nas margens do Alto e Baixo-Tapajoz, excediam muito por si sós d'este algarismo. Estas ultimas populações de que acabo de tratar fixaram-se nas antigas missões, ou fundiram-se pouco a pouco com a população christã, de tal sorte que seus descendentes não comprehendem hoje sequer o dialecto da tribu.

## XIII

*Maloca* de Nicodemos.—Disposição das *malocas* dos *Mundurucús*

Necodemos está situada sobre uma collina, no meio de uma vasta campina, pouco distante das matas.

No centro da *maloca* está o *ekçá* ou o quartel dos guerreiros.

O *ekçá* consiste em uma longa casa, de cerca de cem metros de comprimento, coberta de palha, e em toda sua extensão aberta para o nascente. N'esta situação está perfeitamente ventilada, e isenta da invasão dos carapanás e de outros mosquitos insupportaveis, que constituem o supplicio dos que vivem no meio das matas ou á margem dos rios. Os raios do sol ao nascer penetram livremente e debellam o frio da madrugada, que ahi é muito intenso. No *ekçá* moram somente os homens validos, os guerreiros e seus filhos maiores de oito annos.

Cada guerreiro arma no *ekçá* sua rede no lugar que bem lhe parece.

No terreiro, tambem para o nascente estão tres linhas de esteios unidos por travessas, onde os guerreiros armam suas redes nas bellas noites de verão.

Suspenso ao tecto do *ekçá*, sobre a rede tem o guerreiro á mão tudo quanto possue—arcos, flechas, tacápe e buzina.

Todos dormem em redes tecidas de fios de algodão e tão pequenas que é preciso estar immovel para não cahir no chão.

O algodão é plantado pela india ; o fio e a rede por ella fabricados.

No *ekçá*, por entre as redes dos guerreiros, ardem muitas fogueiras durante a noite.

Em torno do *ekçá* estão as casas das mulheres, onde tambem habitam as crianças de ambos os sexos, os velhos decrepitos e os doentes.

Em Necodemos estas casas são em numero de cinco, bastante vastas, construidas com mais cuidado, mais altas, fechadas por todos os lados, tendo por entrada uma abertura apenas, e ás vezes duas. Não tem divisão alguma interior: é toda commum ; mas cada mãi de familia, com suas crianças, seus velhos decrepitos e seus doentes, tomam conta de um lado da casa, e ahi armam suas redes. Junto d'ellas estão seus utensilios, a saber : balaios, teares, paneiros, etc. No meio da casa estão um ou dois fornos de fabricar farinha : não são mais do que toscas pedras, mais ou menos planas, collocadas sobre outras pedras. Por baixo do forno arde a fogueira. Nas casas das mulheres os guerreiros podem entrar quando lhes parece ; mas as mulheres nunca penetram no *ekçá*. N'essas casas das mulheres elles guardam os objectos mais preciosos, taes como ornatos de pennas, collares de dentes humanos, cabeças inimigas, etc.

Todas as vezes que tive occasião de entrar n'estas casas encontrei sempre as mulheres trabalhando ; umas teciam a rede, outras fabricavam farinha, outras moqueavam caças, outras coziam, outras preparavam mingáu de bananas, etc.

Nunca ahi fui que não me offerecessem alguma cousa para comer : ora batata cosida, ora mingáu de bananas.

Uma india risonha e alegre, com o rosto todo pintado de urucú além de suas pinturas do costume, offereceu-me uma enorme lagarta que trazia sobre o dedo. Era uma lagarta repugnante, que se contrahia e alongava convulsivamente ; e a india queria por força passal-a para minha mão, dizendo-me que era para comer : «*Cobi-cobi.*»

## XIV

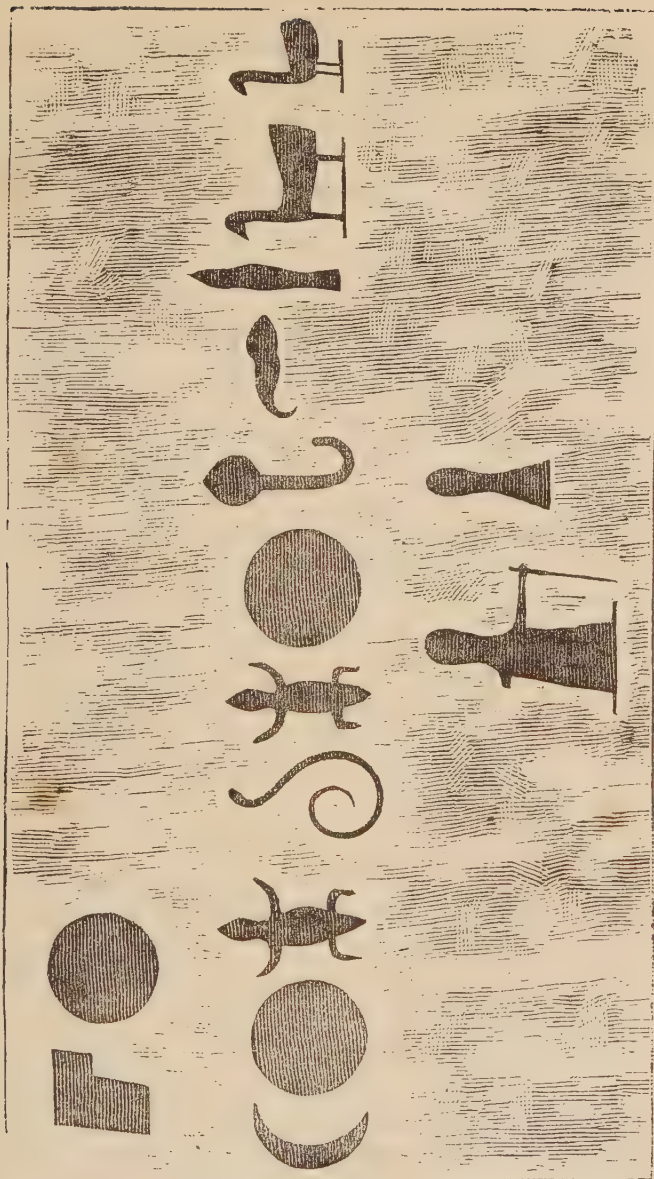
### Caracteres symbolicos traçados na barranca de Cantagallo, á margem do Alto-Tapajoz, e nos morros de Areu-crê entre Acupary e Necodemos.

A' margem esquerda do Alto-Tapajoz no lugar conhecido pela denominação de Cantagallo, vêm-se desenhadas sobre a superficie de um morro, de cerca de cem metros de altura cortado a prumo pelo rio, quinze figuras.

Ellas ahi estão de tempo immemorial : os mais antigos sertanejos, que têm penetrado pelo Alto-Tapajoz, e os mais idosos *Mundurucús*, já as encontraram taes quaes estão, mas não lhes conhecem a significação.

São de côr vermelha-escura, como de ocre, e estão cerca de oito metros acima do nivel maximo das aguas no tempo das cheias do inverno.

Hoje seria impossivel a um homem traçal-as n'aquella altura, ainda mesmo com o auxilio de andaimes, pois á base do morro o rio fórma uma especie de enseada, onde a corrente é violenta, sobretudo na época em que o nivel do rio chega á sua maior elevação.

Não farei conjectura alguma sobre a origem nem sobre a significação d'estes caracteres. Apenas lembrarei que Humboldt encontrou tambem, ás margens do Orenoco, nas

mesmas circumstancias e em altura inaccessivel á mão do homem, caracteres d'este genero.

Este illustre sabio é de opinião, se bem me recordo, que o nivel das aguas do Orenoco em épocas anteriores, muito remotas, elevou-se a altura muito maior do que actualmente.

Penso que se poderá fazer applicação aos caracteres do Alto-Tapajoz das mesmas deducções estabelecidas pelo illustre sabio allemão em relação aos que encontrou no Orenoco.

Eu tirei o esboço no Alto-Tapajoz d'esses caracteres, não sei se symbolicos.

Mostrando-os aos *Mundurucús* de Necódemos e de Samuuma (Aiká) todos elles me disseram que tambem nos morros de Areucrê, no meio dos campos que se estendem entre Acupary e Necodemos, existem caracteres d'este genero, mais numerosos. Eu não tive occasião de os vêr.

A tradição *mundurucú* refere que Caru-Sacaebê, depois de ter destruido a *maloca* de Acupary, para punir a ingratidão de seus habitantes, viéra fundar a de Necodemos, que se tornára por este modo o berço do genero humano. Então traçou estes caracteres entre as duas aldêas para deixar um monumento que relembrasse este facto memoravel, diz a tradição. Depois que Caru-Sacaebê deixou Necodemos forte e opulenta, desceu, seguindo o curso do Tapajoz, á cuja margem deixou ainda novos caracteres para trazer mais viva entre os *Mundurucús* a memoria de seus feitos e de sua passagem entre elles.

## XV

Os *Mundurucús* fulminam pena de morte contra os feiticeiros. — Alguns casos mais recentes da applicação d'esta pena.

Ainda nos principios do seculo actual a legislação portugueza applicava o supplicio de fogueira nas praças publicas contra os infelizes que a credulidade e superstição da época accusavam de feiticeiros. Muitos outros povos, senão todos, tem dado á historia o triste espectaculo d'esta aberração da razão humana.

Os *Mundurucús* são muito aferrados a este erro fatal: o feiticeiro entre elles é irrevogavelmente punido de morte, mas é este o unico caso a que applicam esta pena.

O missionario do Bacabal, Fr. Pelino de Castrovalvas, no *Relatorio* que apresentou á presidencia do Pará, a 14 de Agosto de 1876 refere o caso de que tratam os tópicos seguintes:

« Primeiro que tudo V. Ex. deve saber que um dos meus maiores empenhos, nos cinco annos do apostolado n'esta missão, tem sido apagar na cabeça dos indios inveteradas superstições, especialmente aquellas que mais directamente se oppunham á religião e ao bemestar da sociedade.

« Ora, uma das maiores superstições com que tenho tido de lutar tem sido a do feitiço.

« O que não tenho dito, o que não tenho feito para arrancar dos corações d'elles tão perniciosa superstição? E quantas mortes não têm elles feito com estes erroneos principios antes da fundação da missão? Comtudo, quando já pensava tel-os persuadido a detestar tão abominavel vicio,

eis que um dia, que lhes falta o missionario, reproduzem os mesmos factos.

« V. Ex. está sciente de que no anno passado eu desci a esta capital para tratar de alguns negocios da missão. Ora bem, n'esse tempo, que eu faltei adoeceram e morreram n'essa missão varias pessoas.

« Eis uns indios a gritar : « E' feitiço,é feitiço ! »

« E' preciso matar os feiticeiros. Elle nos querem matar a todos : é preciso matal-os ! Designaram quatro moços da missão para serem immolados como feiticeiros. Encontraram um chamado Ismael ; os outros, avisados a tempo, evadiram-se, e depois do meu regresso voltaram á missão.

« O rapaz foi morto com dois tiros de espingarda, acabando-o com pancadas na cabeça.

« Foram executores Silvano da Silva e outro rapaz (hoje defunto).

« Foi mandante o capitão José da Gama, que pela volta do meio-dia, do dia em que elle mandou matar o Ismael (o qual se achava da parte opposta á missão, além do rio, no meio do matto), vendo que os seus enviados, que mandára de manhã, não voltavam, impaciente disse : *Esta gente não presta para matar gente, vou eu !* Mas, quando elle chegou achou a victima, que já estava sacrificada. Satisfeitos, voltaram, deixando o cadaver aos Urubús, sem lhe darem enterro.»

Este capitão José da Gama de quem falla o padre missionario, foi cacique de um antigo aldêamento que existia á margem do Tapajoz, e veiu com toda sua gente para a Missão do Bacabal. Seu nome indigena é Mari-Baxi; o padre missionario o deixava sempre governando a missão, quando tinha de retirar-se por algum tempo. E' um indio energico e resoluto, e já antes da fundação da missão havia immolado varios de seus companheiros accusados de feiti-

ceiros, um dos quaes foi seu proprio irmão, que elle lançou no meio das cachoeiras com uma pedra ao pescoço.

Se Mari-Baxi, ou José da Gama, ainda commette actos d'estes em uma missão que está sob a vigilancia do governo, faça-se idéa do que não farão os outros caciques das aldêas centraes. Este facto deu-se em 1875, quando eu me achava além da Missão do Bacabal, visitando as aldêas das campinas ; quando regressei, demorei-me dois dias n'aquella missão, de cuja direcção se achava então encarregado o mesmo José da Gama, durante a ausencia do missionario, que havia seguido para a capital.

Aquelle cacique me recebeu com muitas provas de attenção e de amizade, mas nada absolutamente me disse sobre o crime que acabava de commetter. Elle, assim como os outros seus cumplices, guardaram o mais inviolavel segredo sobre este assumpto. O proprio missionario que ahi chegou após alguns dias da minha passagem pela missão veiu a ter conhecimento d'estes factos muito depois.

Por essa mesma época occorreu tambem em uma das aldêas das campinas o seguinte facto. Varias indias foram banhar-se em um regato proximo da aldêa ; ao regressarem cada uma d'ellas trazia á cabeça uma cabaça de agua para sua casa. Quando menos esperavam sahem-lhes ao encontro quatro *Mundurucús*, e lançando mão de uma d'essas pobres raparigas, de cerca de dezoito annos de idade, a traspassam com suas formidaveis taquaras. As companheiras pararam um momento e lançaram involuntariamente a vista para este lugubre espectaculo ; mas os algozes lhes disseram : « *Sigam seu caminho, é uma feiticeira.* »

O cadaver da moça india ahi ficou no caminho durante todo este dia. No seguinte lançaram-n'o sobre uma fogueira e o reduziram a cinzas.

Outro caso : — á margem do Tapajoz, em casa de um

sertanejo existe uma india *Mundurucú*, toda pintada, de seus vinte annos idade: é pagã, mas tem o nome christão de Sebastiana; já falla um pouco o portuguez e é muito expansiva. Ella conta que sua familia residia na aldêa de Curucupi. Grassando alli febres de máo caracter, algumas pessoas succumbiram.

Succedeu que sua mãi encarregou-se do tratamento de alguns d'esses doentes.

Um dia, chegando a velha india do seu trabalho do campo, uma pessoa de sua intima amizade disse-lhe em segredo: « *Olha que o teu doente morreu; dizem já que és feiticeira.* » Sem perda de tempo a india toma uma resolução, de accordo com seu marido. Abandonam a aldêa de noite mesmo, levando comsigo duas filhas e um filho, todos tres ainda de menor idade. Com effeito, durante toda noite e durante o dia seguinte, emquanto fugiam, ouviram o latir dos cães dos algozes que lhes vinham no encalço.

Esta pobre familia, após varios dias de bom caminhar pelos matos, sahiu emfim, ás margens do Tapajoz, e nunca mais voltou a Curucupi, nem á outra qualquer *maloca*.

Diz Sebastiana que o principal motor do motim, que ia dando em resultado a morte de sua mãi, acha-se actualmente na Missão do Bacabal.

Esta mesma india referiu-me outro caso não menos triste, que succedeu por occasião das mesmas febres. Poucos dias antes da fuga de sua familia, havia ella e algumas de suas companheiras chegado a Acupary, vindo de outra aldêa vizinha. Ainda n'essa tarde fizeram em commum a refeição no terreiro da casa. Pela madrugada, porém, ella foi despertada em sobresalto por um grito de desespero e de agonia que ouviu junto a si. Logo após viu dois *Mundurucús* passarem junto á sua rêde, levando quasi de rastos

o cadaver de sua companheira, em cujo peito haviam cravado a lamina aguda da taquara, terminando este horrivel sacrificio estrangulando a misera em sua propria rêde. O cadaver, nú e ensanguentado, amanheceu no meio do terreiro, e ahi ficou exposto até a tarde. Todos passavam junto a elle em silencio e sem murmurar.

Ha muitos outros casos d'estes, pois são infelizmente ainda frequentes as execuções por motivo de feitiço. Dizem que no tempo, que esteve entre elles Caru-Sacaebê, nunca houve feitiço nem feiticeiros.

Tambem todo codigo criminal dos *Mundurucús* reduz-se a isto.

Não consta que um *Mundurucú* tenha jámais sido morto por outro, a não ser por motivo de feitiço. Se manifesta-se entre dois d'estes indios, habitantes da mesma aldêa, odio violento, o que rarissimas vezes succede, um dos dois inimigos não faz mais do que desatar a sua rêde, dirigir-se a qualquer das outras aldêas que bem lhe parece, e n'ella escolher um lugar no *ekçá*, e ahi ficar residindo pelo tempo que bem lhe apraz.

## XVI

Sentimento de sociabilidade entre os *Mundurucús*.—A familia.—A pintura caracteristica da tribu.

E' notavel o pronunciado espirito de sociabilidade, ou antes de nacionalidade, que, ligando fortemente entre si os individuos e as aldêas d'esta tribu, tem conservado n'aquelles desertos fóra do contacto e da influencia de nossa civilisação, ousarei dizer, a autonomia da republica *Mundurucú*.

Que os *Quichuas* sobre os Andes, apascentando suas ricas manadas de llamas e de alpacas, e cultivando em grande copia a batata, originaria d'essas montanhas, tenham podido reunir-se em grandes centros de população e constituir uma poderosa monarchia, não admira. Povo agricultor e pastor, possuia os elementos necessarios para viver no seio da abastança, desenvolvendo pelo impulso da vida social suas qualidades intellectuaes e moraes.

Mas os *Mundurucús* são agricultores e caçadores. Sua mesquinha lavoura não lhes póde fornecer abundantes recursos. A caça, mesmo n'essas planicies de rica fauna, nunca póde abastecer regularmente um grande centro de população. A' medida que a caça vai se tornando rara, os caçadores se vêm na necessidade de ir cada vez mais longe para encontral-a.

O gosto e a necessidade da caça, em vez de reunir os homens, tende ao contrario a isolal-os cada vez mais, pois só pelo isolamento podem evitar a concurrencia n'esse trafico, do qual dependem essencialmente os seus meios de existencia.

Não é outro o motivo que leva as familias das aldêas *Mundurucús* a dispersarem-se durante o verão. Como já tive occasião de referir, em minha excursão,encontrei algumas d'estas familias em cabanas situadas no meio das matas ou á margem do Caderery.

Entretanto, apezar de tudo, a tribu conserva-se fortemente unida, posto que dividida em vinte aldêas.

Não existe, é certo, um centro de governo civil ou religioso, ao qual todas essas aldêas prestem obediencia ; mas os laços moraes, que vinculam entre si todas ellas e todos os individuos da tribu, são tão fortes, que têm resistido durante o longo curso de sua existencia a todas as causas de dissolução.

O casamento entre elles consiste em um simples accordo entre os nubentes e suas familias, e não é revestido de caracter ou fórmula alguma religiosa.

Succede ás vezes que um *Mundurucú* toma por noiva uma menina ainda de menor idade, de accordo com a familia d'ella, e trata-a então como sua futura esposa, fornece-lhe caça e outros meios de subsistencia até que ella chegue á puberdade para realizar o casamento.

Desde o momento do accordo a noiva é por todos como tal respeitada, e ninguem ousa disputal-a áquelle que está destinado a ser um dia seu marido.

O casamento, uma vez celebrado, constitue um forte laço de união entre os dois esposos. A polygamia não está em uso n'esta tribu, e não raras vezes se dão scenas de ciume.

As mulheres, nas aldêas, apezar de sobrecarregadas com trabalho, são por todos tratadas com certo recato ; nem lhes é permittido entrar no *ekçá* ou quartel dos guerreiros.

Não obstante andarem inteiramente núas, ellas evitam cuidadosamente posições que possam parecer indecentes, a tal ponto que ninguem nota quando ellas atravessam certos periodos melindrosos peculiares a seu sexo.

A proposito de zelos e de ciumes, referirei um caso, porque entendo que estes factos observados pintam mais ao vivo do que qualquer descripção em termos geraes os usos, costumes e sentimentos de um povo.

A india Sebastiana, de quem já fallei anteriormente, era casada em Acupary. Um dia chega-se a ella um rapaz e diz-lhe : « *Deixa o teu marido, que não é bom caçador, e vem comigo para outra aldêa.* » N'este momento justamente apparece o marido, que, dirigindo-se para ella, lhe pergunta—*o que o seu interlocutor lhe havia dito ?* A india, embaraçada, não sabia o que responder, e o marido lança mão de um arco e a castiga severamente. Entretanto este

casal viveu sempre unido, amando-se um ao outro, até que a desgraça, que ameaçou a mãi de Sebastiana, a obrigou a deixar o marido, fugindo de Acupary.

As familias são muito unidas; tanto os paes como as mãis são extremosos pelos filhos, e são capazes de arrostar os maiores perigos para amparal-os e protegêl-os.

Eu vi nas grandes casas das aldêas algumas crianças doentes serem tratadas com muito desvelo e solicitude.

Quando um *Mundurucú* refere-se a um outro individuo de sua tribu, emprega sempre esta phrase—*um nosso parente*—para distinguil-o de outro qualquer individuo de tribu differente.

Quando por acaso se encontram esses barbaros longe de suas aldêas, no meio das florestas ou á margem dos rios, facilmente se reconhecem pelas pinturas ou tatuages uniformes, e caracteristicos da tribu.

A pintura dos *Mundurucús* é cousa notavel. São desenhos traçados com extrema habilidade por mão de artista consummado.

No rosto e no peito são grande numero de losangos perfeitamente desenhados. Na parte posterior do corpo são linhas parallelas, tiradas desde o pescoço de alto a baixo até quasi os calcanhares; os seios, as nadegas e as partes sexuaes das mulheres, são pintadas com desenhos de fantasia, mas uniformes para o mesmo sexo.

Tanto os homens, como as mulheres, tiram grande vaidade d'este singular ornamento.

A operação da pintura é dolorosissima.

Começa quando a criança attinge a idade de oito annos. Como é natural, a criança não se presta voluntariamente ao supplicio; mas é tomada á força, lançada ao chão e privada de todo movimento.

Então o pintor, armado de agudo dente de cutia, vai tra-

çando os desenhos sobre o corpo da criança, que chega a verter sangue.

Sobre os traços applicam o suco do genipapo, que constitue uma tinta indelevel. Essas feridas, abertas á força, inflammam-se ordinariamente; ás vezes sobrevêm febres. Por isso a operação é feita de preferencia no inverno por ser menos intensa n'esta estação a acção do calor.

O trabalho é lento: deixam-se as primeiras feridas cicatrizar para continuar a operação. Por isso a pintura só fica completa quando o individuo se approxima dos vinte annos de idade, tão morosa é ella.

Parece, pois, isto uma especie de baptismo de sangue — um laço social—um vinculo consagrado, que, como solidos elos de uma cadêa, prende entre si todos os membros da tribu.

E' o traço de união intima, cuja origem remonta a Caru-Sacaebê, conforme refere a tradição.

Todo o corpo do *Mundurucú* é integralmente tomado por estes desenhos. E' impossivel que outro qualquer povo os faça mais extensos e mais perfeitos.

## XVII

Divisão de tempo.—Crenças.—Modo de enterramento.

Os *Mundurucús* dão ao sol o nome de *caxi.*

Distinguem o verão, a que chamam *coatu*, do inverno, a que chamam *ixi.*

Dizem que o inverno começa quando principiam a cahir as castanhas. E realmente os fructos da castanha (*bertholetia excelsa*) começam a cahir tanto que apparecem as primeiras chuvas.

Dizem que o verão começa quando apparecem as andorinhas.

Chamam a lua *caxiate*.

Lua cheia, *caxi-tupambon-pimau*.

Quarto crescente, *caxi-quite*.

Quarto minguante, *caxi-hian*.

Dia, *cabiá*; noite, *ximan*.

Para designar a manhã, meio-dia ou a tarde, apontam com o dedo indice a posição em que deve estar o sol na hora que querem designar.

A's estrellas chamam *cacutá*.

A' constellação das sete estrellas (hesperides), *tauadirá*.

Estrella d'alva, *cabiará*.

Cruzeiro do sul, *chenchentá* (*ch* pronunciado como em hespanhol na palavra *muchacha*).

Dizem que a terra é chata, mas não sabem onde começa nem onde acaba.

Quando um *Mundurucú* morre, quer seja homem ou mulher, velho, moço ou criança, seu espirito—*biumbê*—vai para outra vida, especie de paraiso, a que chamam *cabi*.

O *cabi* consiste em um campo sem limites, no meio do qual ha um *ekçá* bastante grande para abrigal-os a todos.

A's vezes esses espiritos vagam pelo espaço e produzem a tempestade. Outras vezes o espirito do *Mundurucú* baixa á terra, converte-se em *matin tapirera* para caçar durante a noite. Em todo o valle do Amazonas ouve-se com effeito durante a noite o canto descompassado de uma ave nocturna, que parece repetir continuamente estas vozes: *matin tapirera*.

Além da vida, além do tumulo, não ha mais penas nem lugares destinados ao supplicio dos espiritos. A existencia de além-tumulo é muito mais suave do que a vida terrena.

Estando no *cabi* não morrem mais, e se precisam de alguma cousa vêm a terra em fórma de trovão. Não ha espiritos máos empenhados em perder os *Mundurucús.*

Quando morre um d'estes selvagens os parentes cavam uma sepultura embaixo da propria rêde ; a sepultura tem a fórma de um cylindro a eixo vertical ; sobre ella descem o cadaver, accommodando-o na mesma posição em que se acha o féto no ventre materno, occupando a cabeça a posição mais elevada.

E' a posição de cócoras, a mesma que usavam os *Quichuas* e os egypcios. Deitam junto com o cadaver alguns objectos que foram de seu uso quando em vida, taes como armas, ornatos de pennas, etc. O meu interprete era um indio intelligente, e fallava, além do seu dialecto *mundurucú*, as linguas portugueza e *tupí*. Elle me traduzia em dialecto *mundurucú* sem hesitar as seguintes phrases : « Tenho saudades de minha mãi—*Nhebên uexi cahi* ; » « Tenho saudades de meu filho—*Nhebên opute cahi.* » A palavra *nhebên* significa saudade. « Minha alma vai para o céo—*Ubiumbê cabi cahi dhê.* »

Este conhecimento dos astros, posto que ainda muito limitado ; estas crenças de uma vida futura sem as perturbações de odiosas superstições ; esse poder de conceber e exprimir idéas abstractas, e os sentimentos mais puros e mais suaves do coração humano, como sejam saudades de mãi e de filho, me causavam sorpresa da parte de um povo, que sempre foi considerado como um dos mais barbaros e mais ferozes do valle do Amazonas.

Presumo que os *Mundurucús*, se não trouxeram essas idéas e conhecimentos de algumas das raças civilisadas do planalto dos Andes, ao menos têm vivido durante seculos da mesma fórma por que ainda vivem hoje os que habitam as aldêas das campinas, isto é, em centros tão populosos,

quanto o podem ser os de selvagens, que vivem de caça e dos exiguos recursos de uma lavoura rudimentar. Estas aldêas, em continuas communicações entre si, conservam os mesmos usos e costumes. A pintura dos *Mundurucús* outra cousa não é senão, como já disse acima, um baptismo de sangue, que imprime caracter indelevel—um laço sagrado, que estreita entre si em communhão fraternal todos os membros da numerosa e pujante tribu.

Entretanto me abstenho de tirar conclusões de qualquer natureza que seja. O meu proposito é observar escrupulosamente os factos e descrevêl-os com fidelidade.

Talvez que sobre este ligeiro esboço, que faço da vida de uma tribu selvagem, medite algum d'estes espiritos superiores, que se preoccupam do destino da humanidade e dos problemas da vida humana.

A estes pertence prescrutar os arcanos da Providencia, indagar qual o ponto de partida que tiveram os povos em sua peregrinação sobre a terra, quaes os trilhos que têm percorrido e quaes os destinos que lhes são reservados.

## XVIII

Meios de vida dos *Mundurucús*.— Caça. —Plantas cultivadas.—Fructos silvestres.

Os *Mundurucús*, dominando um vasto territorio coberto de mattas virgens, e campinas, sendo destros caçadores e possuindo excellentes cães, tiram da caça a principal base de subsistencia.

Possuem tambem uma pequena lavoura, ainda bastante rudimentar, mas que entretanto lhes é de não pequeno auxilio.

O territorio produz tambem muitos frutos silvestres, alguns de excellente qualidade.

Não mencionarei todas as variedades de caça que se encontram n'aquellas regiões onde abundam a anta, o veado, os porcos selvagens, o mutum, inhambú, jacamins e muitos outros. Darei aqui, entretanto, um quadro de todas as plantas cultivadas pelos *Mundurucús*, e outro dos frutos silvestres, com os respectivos nomes no dialecto d'estes selvagens :

### *Plantas cultivadas*

| Nomes portuguezes ou tupis. | Nomes *mundurucús.* |
|---|---|
| Mandióca . . . . . . . . | *Mocetá.* |
| Macacheira ou aipim. . . . | *Mocepean.* |
| Cará grande branco . . . . | *Puerá erechache.* |
| » » roxo. . . . . | *Puerá aniucate.* |
| » » pequeno branco. . | *Auairá.* |
| » » roxo. . . . . | *Anauerá aniucate.* |
| Batatas doces. . . . . . | *Uixiá.* |
| Ananaz. . . . . . . . . | *Para-â.* |
| Mamão. . . . . . . . . | *Ação-â* |
| Pimenta . . . . . . . . | *Aium-â.* |
| Canna de assucar. . . . . | *Canipec.* |
| Timbó. . . . . . . . . | *Comopi.* |
| Algodão. . . . . . . . . | *Bruun-â.* |
| Milho . . . . . . . . . | *Muirarâ.* |
| Fava grande . . . . . . | *Ueitei.* |
| Banana . . . . . . . . | *Acoubá.* |
| Banana de S. Thomé . . . . | *Acoreqempá* |
| Tajá grande . . . . . . . | *Pan-an-uan.* |
| Maniquera. . . . . . . . | *Mocerá* |
| Flechas . . . . . . . . . | *Bepá* |
| Jamarú (cabaça) . . . . . | *Uiaiá* |

## *Fructos silvestres*

### *Fructos das matas e varzeas.*

| Portuguez ou tupi. | Mundurucû. | Portuguez ou tupi. | Mundurucû. |
|---|---|---|---|
| Castanha do Pará | *Hennain.* | Araticû | *Bocubocu.* |
| Assahy | *Oaporeme.* | Mocajá | *Uacuriá.* |
| Burity | *Inherepeá.* | Anajá | *Uaritaiá.* |
| Bacaba | *Haruruxê.* | Copu-ahy | *Acarapá.* |
| Patauá | *Uadhu.* | Pajurá | *Cobican-a* |
| Uxi | *Taruá.* | Cumahy (solvasi-nha) | *Iubaá.* |
| Pequiá | *Xaá.* | Massaranduba | *Cirara-â.* |
| Abio | *Anacareá.* | Cacáo do mato | *Uadherá.* |
| Cajú do mato | *Herecerá.* | Jutahy ou Jatubá | |
| Maracujá | *Maracuiá.* | Copu-assú | *Acarapá.* |
| Bacury-pari | *Uaremeçá.* | | |
| Solva | *Utuá.* | | |

### *Fructos dos campos.*

| | | | |
|---|---|---|---|
| Jaboticaba | *Jubã.* | Murucy | *Quenhen-â* |
| Mangaba | *Unhuâ.* | Marmelada | *Hera-â.* |
| Cajú do campo | *Hacerá ca-raú.* | Araticû do campo | *B o cubocu baru.* |
| Axiua | *Eten-ã.* | Ananaz | *Iparâ.* |

O *dahu* é a comida predilecta dos *Mundurucús*. Prepara-se com castanhas denominadas do Pará

Esta castanha é bastante conhecida, pois que a provincia do Pará exporta todos os annos para a Europa milhares de hectolitros.

E' conhecida na Europa pela denominação de noz do Brazil, contem sessenta por cento de um oleo muito fino e de sabor delicado.

Para preparar o *dahu*, os *Mundurucús* cozinham a castanha, tiram-lhe a casca, lavam-n'a, maceram-n'a, poem-n'a em uma panella, abafam-n'a com folhas e a expoem ao fumeiro por espaço de oito dias.

Esta massa experimenta uma especie de fermentação e exhala cheiro activo.

Então pilam-n'a e de novo põem-n'a em uma panella ao fogo.

Assim preparado o *dahu* conserva-se por muito tempo.

Tambem preparam outra especie de *dahu*, que consiste na mesma castanha, que depois de convenientemente cosida e macerada, é misturada com peixe ou carne de caça.

Ainda faz parte do regimen alimenticio dos *Mundurucús* o mingáu de bananas, de cará, mingáu de farinha misturada com assahy, patauá, bacabas mingáo de maniquera.

Tomam durante o verão uma especie de refresco feito de favas bravas, a que chamam—*uteima*.

Não consta que façam uso de bebidas alchoolicas nem que se embriaguem.

São mui sobrios. Si por acaso em dias chuvosos de inverno falta-lhes caça, a alimentação reduz-se a batatas, carás, castanhas, dahu, etc.

Conservam a carne de caça *moqueada*, o que conseguem expondo a caça a um fogo lento, pelo meio conhecido.

## XIX

Plantas cultivadas das aldêas *Mundurucús*(*).

| | |
|---|---|
| Mandióca. | *Manihot utilissima.* Linn. Fam. euphorbiaceas. |
| Macaxera ou aipim. | *Manihot aypim.* Fam. euphorbiaceas. |

(*) Devo esta nota technologica á obsequiosa collaboração do Sr. Dr. Lourenço José Ribeiro da Cruz Rangel, distincto praticante da secção de botanica do Museu Nacional.

| | |
|---|---|
| Cará grande branco.<br>Cará grande rôxo.<br>Cará pequeno branco.<br>Cará pequeno rôxo. | *Dioscorea bulbifera*, dioscorea sativa, Linn. Fam. dioscoreas. Ha diversas especies de cará, como sejam: *Dioscorea dodecaneura*, Vall.; *Dioscorea hyperi folia*, Velloso; *Dioscorea tribola*, Vil.; *Dioscorea brasiliensis*, etc., etc. |
| Melancia. | *Cucurbita citrullus*, Linn. Fam. cucurbitaceas. |
| Jerimú. | *Cucurbita maxima*, D. C. Fam. cucurbitaceas. |
| Batata doce. | *Convolvulus edulis*. Fam. convolvulaceas. |
| Ananaz. | *Bromelia ananas*, Linn. Fam. bromeliaceas. |
| Mamão. | *Caryca papaya*, Linn. Fam. papayaceas. |
| Pimenta. | Grande numero de fructos de familias e generos differentes é conhecido sob o nome de pimenta; porém a mais conhecida dos indios, e da que elles mais uso fazem, é a pimenta malagueta, *Capsicum pendulum*, de Velloso. Fam. solanaceas. |
| Canna de assucar. | *Saccharum officinarum*, Linn. Fam. graminaceas. |
| Timbó. | Cipó timbó, tambem conhecido por cururú-apé é a *Paulinia pinnata*, e o timbó do Rio de Janeiro é o *Physalis heterophilla*. Além d'estes ha tambem no genero Serjania algumas especies toxicas, |

conhecidas sob o nome de timbó: assim, a *S. caracasana, S. clematidifólia* e a *S. lethalis*, principalmente esta ultima, como o nome caracteristico indica.

| | |
|---|---|
| Algodão. | *Gossipium herbaceum*, Lamarkc. Fam. malvaceas. |
| Milho. | *Zéa mais*, Linn. Fam. graminaceas. |
| Fava grande. | Fava, *Vicia sativa*, Linn. Fam. leguminosas. Ha grande numero de favas, quasi todas pertencentes ao genero *Phaseolus*. Fam. leguminosas. |
| Banana. | Banana prata, *Musa argentea*; banana da terra, *Musa sapientum*; banana anã, *Hexandria mouœcia*, Linn. Todos generos da familia das musaceas. |
| Banana de S. Thomé. | *Musa paradisiaca*, Linn. Fam. musaceas. |
| Taja grande. | *Caladium esculentum*, Linn. Fam. aroideas. |
| Flechas. | As flechas empregadas pelos indios na fabricação das settas pertencem á canna brava, *Anthoxanthium gigans*. Fam. graminaceas. |
| Cabaços. | Cabaço, *Cucurbita lagenaria*, Linn.; *Cucurbita leucalhes*, Duch., generos da familia das cucurbitaceas. O nome de cabaço é empregado para designar diversas especies do genero *Cucurbita* da familia das cucurbitaceas, das quaes umas são comestiveis e outras toxicas. |

Fructos não cultivados e indigenas d'essas regiões.

*Fructos dos campos.*

| | |
|---|---|
| Mangaba. | *Hancornea pubescens*, Martius. Fam. apocineas. |
| Jaboticaba. | *Myrtus cauliflora*, Martius. Fam. myrtaceas. |
| Cajú do campo. | *Anacardium humile?* Martius. Fam. therebentinaceas. |
| Axina. | |
| Muruxi. | *Byrsonima sericea.* |
| Marmelada. | Dão este nome em Sergipe ao fructo de um arbusto agreste, que se parece com o jenipapo, de um arroxado escuro; é comestivel, e suppõe-se ser uma especie de marmello das Alagôas, *Cydonia?* Fam. rosaceas. |
| Ariticú do campo. | *Anona cornifolia*, St. Hilaire. Fam. anonaceas. |
| Anany. | *Leopoldina imperialis*. Fam. cucurbitaceas. |

*Fructos das matas e varzeas.*

| | |
|---|---|
| Castanha. | Castanha do Pará ou Maranhão, *Bertholletia excelsa*, Humb. e Bomp. Fam. myrtaceas. |
| Assahy. | *Euterpe edulis*, Martius. Fam. palmeiras. |
| Muruty. | *Mauritia vinifera*, Linn. Fam, palmeiras. |
| Bacaba. | *Oenocarpus baccaba*, Martius. Fam. palmeiras. |

| | |
|---|---|
| Patauá. | *Oenocarpus?* Fam. palmeiras. |
| Uxi. | *Uxi umbrossimus.* Fam. crisobolaneas. |
| Pequiá. | Pequiá-café ou café bravo, *Casearia fœtida* Fam. samydeas. |
| Abio. | *Labatia reticulata*, Martius. Fam. sapotaceas. |
| Cajú da mata. | Suppõe-se pertencer ao genero *Cassuvium* Fam. therebentinaceas. |
| Maracujá. | *Passiflora maliformis*, Linn. e Wild. Fam. passifloraceas. |
| Bacuru-pari. | *Platonia insignis*, Martius. Fam. canellaceas. |
| Salva. | *Lippia citrata*, Schelt. Fam. verbenaceas. Salva do Brasil, *Salvia fulgens*, Cav. Mahl. Fam. labiaceas. Salva do mato, *Hurreria salsaparrilha*. |
| Ariticú. | *Anona silvatica*, St. Hilaire. Fam. anonaceas. |
| Mocaja. | Conhecido no Rio de Janeiro por côco de catarrho, *Acrocomia sclerocarpa*, Martius. Fam. palmeiras. |
| Anaja ou majá. | Fam. palmeiras. |
| Cupu-assú. | *Deltonea luctea.* Fam. malvaceas. |
| Cupu-ahy. | Fam. leguminosas. |
| Pajura. | Fam. das laurineas. |
| Cumaty. | *Psydum albidum*, St. Hilaire. Fam. myrtaceas. |
| Massaranduba. | *Achras paraensis. Massaranduba emarginata*, Lacerda. Fam. sapotaceas. |

Cacáo do mato. Cacáo, *Theobroma cacáo*, Linn. Fam. buthneriaceas. Cacáo bravo, *Theobroma guianensis*, Willd. Fam. buthneriaceas.

Jotobá *Hymenœa stibocorpa*, Haine e Martius. *Hymenea courbaril*, Linn. Fam. leguminosas.

## XX

### Dialecto *mundurucú*.

Damos em seguida algumas phrases e alguns termos do dialecto *mundurucú*:

| Portuguez. | Tupí. | Mundurucú. |
|---|---|---|
| Boa tarde | *Ianê caruca* | *Oui caxitengue.* |
| Bom dia | *Ianê eoema* | *Cabiá.* |
| Até a volta | *Acuri cha iuera ramé* | *Repite bimá.* |
| Boa noite | *Ianê pitúna* | *Iaicate.* |
| Como está? | *Catu meri será?* | *Chi pateene?* |
| Estou bom | *Catu teên* | *Une chipale.* |

| Portuguez. | Mundurucú. | Portuguez | Mundurucú. |
|---|---|---|---|
| Sol | *Coxi.* | Vamos comer | *Nhachecon.* |
| Lua | *Caxiate.* | Verruga | *Querêra.* |
| Homem | *Anhocate.* | Nariz | *Ueramboque* |
| Mulher | *Aiatiate.* | Dente | *Ueirei.* |
| Dia | *Cabiá.* | Olho | *Uetá.* |
| Noite | *Ximân.* | Lingua | *Ueicu.* |
| Estrella | *Taçêpetá.* | Boca | *Ueibi-xéo.* |
| Chuva | *Mambaûte.* | Rosto | *Ueirupá.* |
| Trovão | *Beru-xixi.* | Cabeça | *Uiaã.* |
| Céo ou espaço celeste | *Cabi.* | Orelha | *Oenhembôe* |
| Nuvem | *Cabi crereate* | Perna | *Uiraû.* |
| Agua | *Iribi.* | Pé | *Uiei.* |
| Menino | *Berechata.* | Braço | *Uibá.* |
| | | Unha | *Uêinrãn.* |

| Portuguez. | Mundurucú. | Portuguez | Mundurucú. |
|---|---|---|---|
| Barba | *Uibirape.* | Sovaco | *Ueinhembi.* |
| Cabello | *Uiarape.* | Venta | *Uiabingta.* |
| Mão | *Uebaraná.* | Rêde | *Caran.* |
| Dedo da mão | *Ueibê.* | Eu | *Une.* |
| Sobrancelhas | *Ueitá embite.* | Tu | *Ene.* |
| Dedo do pé | *Uiei.* | Elle | *Inhedhe.* |
| Peito | *Ueicametá.* | Elles | *Inhedheanhe.* |
| Barriga | *Uêiecca.* | Amigo | *Ubeixi.* |
| Umbigo | *Uêrampeá.* | Irmão mais velho | *Uamu.* |
| Garganta | *Uecumbirá.* | Irmão mais moço | *Òcouto.* |
| Pescoço | *Uanhembé.* | Irmã | *Uêixite.* |
| Pinta | *Ueixiquetique.* | | |

Dar—*Unheme.*

| | |
|---|---|
| Eu dou | *Une unheme.* |
| Tu dás | *Ene unheme.* |
| Elle dá | *Inhedhe-ate unheme.* |
| Elles dão | *Inhedianhe unheme.* |

Ser homem—*Anhocate dhê.*

| | |
|---|---|
| Eu sou homem | *Une dhê anhocate.* |
| Tu és homem | *Ene dlhê anhocate.* |
| Elle é homem | *Inhe dhê anhocate.* |
| Elles são homens | *Inhedianhe anhocate.* |

Comer—*Uchecune.*

| | |
|---|---|
| Eu como | *Une uchecune.* |
| Tu comes | *Ene edhuú.* |
| Elle come | *Inhedhêê udhuú.* |
| Elles comem | *Inhedianhe udhuú.* |

| Portuguez | Mundurucú |
| --- | --- |
| Eu ja vou.............. | *udhebeque.* |
| Lembranças para ti mesmo. | *Ecatu dhe euê bê.* |
| Os *Mundurucús* são todos parentes................. | *Mundurucús nheên dhiu anhum umain.* |
| Minha alma vai para o céo.. | *Ubiumbê cabi cahi dhe.* |
| Tenho saudades de minha mãi | *Nheben nexi cahi.* |
| Tenho saudades de meu filho | *Nheben opute cahi.* |
| Eu sou teu amigo......... | *Une ubei xixi.* |
| Eu não te hei de vêr mais... | *Nhan sên edhuame dhei une.* |

Para facilitar a confrontação do dialecto *mundurucú* com as tres principaes linguas americanas, damos o seguinte quadro :

# QUADRO COMPARATIVO

| Portuguez | Quichuas | Aymará | Tupi | Mundurucú |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| — | — | — | — | — |
| Homem | *Runa* | *Hake* | *Apgaua* | *Anhocate* |
| Mulher | *Huarmi* | *Marmi* | *Cunhã* | *Aiatiate* |
| Cabeça | *Uma* | *Ppekeña* | *Akanga* | *Uiaâ* |
| Rosto | *Ceaklla* | *Nauna* | *Ruá* ou *çuá* | *Ueirupá* |
| Olho | *Nahui* | *Nayra* | *Teçá* | *Uetá* |
| Orelha | *Rinri* | *Inchu* | *Apiçaqua* | *Oenhembóe* |
| Mão | *Maki* | *Ampara* | *Mbó* | *Ubaranã* |
| Sol | *Inti* | *Inti* | *Guaraci* | *Caxi* |
| Lua | *Killa* | *Phakhi* | *Jacy* | *Caxi-âte* |
| Agua | *Jacu* | *Uma* | *Y* | *Iribi* |
| Eu | *Noca* | *Na* | *Ixé* ou *xé* | *Une* |
| Elle | *Pay* | *Hupa* | *Ahé* | *Inhendhe* |
| Comer | *Micumi* | *Mankatha* | *U* | *Uchecne* |

## XXI

Honras funebres feitas aos guerreiros que morrem em combate.

Quando em uma d'essas frequentes guerras succede que um *Mundurucú* morre em combate, seus companheiros cortam-lhe a cabeça e a fazem mumificar pelo processo conhecido.

Regressando á aldêa, collocam-n'a em um lugar reservado, assim como as armas, a buzina e os ornatos que pertenceram ao guerreiro defunto.

Esta reliquia torna-se objecto de veneração publica.

Se passa algum *Mundurucú* das aldêas vizinhas vai visital-a e rende-lhe o culto devido, chorando e lamentando a sorte do finado. Na aldêa natal preparam-lhe honras publicas; fixam de antemão a época, e fazem convites ás aldêas vizinhas.

Chegada a época aprazada reune-se o povo; depositam a cabeça em uma especie de cesto ou balaio, o qual é collocado sobre o collo da viuva, mãi e irmãs do defunto.

As outras mulheres sentam-se no chão, fazendo um circulo em torno. Varias tochas de madeiras resinosas ardem junto ao cesto funerario.

Os guerreiros, ornados com enfeites e armados de arcos e flechas, dansam em torno do grupo, tocando as businas e outros instrumentos de musica.

Outros grupos de homens fazem outro tanto no *ekçá*, outros vão dansando e cantando em torno da casa onde se acha a cabeça, objecto d'estas honras funebres. Ao mesmo tempo vão entoando em voz alta estas lamentações:

« Tu morreste, meu parente, nós te vingaremos; para

este fim estamos no mundo, para vingarmos uns aos outros que morrem na guerra. Nossos inimigos não são mais valentes nem mais homens do que nós. »

O texto *mundurucú* é o seguinte:

« Etean ari ubaripcinhaçan eted ei ue-gne ari utiede aipanme idie ôpe be ateúeiame rupanhô be tean anhem parui áte bé. Uterupanhon ibeixi ame utie de utedie ute beixi. »

Estas festas funebres duram mais de um dia. Celebram uma em cada um dos quatro primeiros annos que se seguem á morte do guerreiro.

A festa do quarto anno termina pelo enterro da cabeça; n'esta occasião, tanto os homens, como as mulheres, dirigem-lhe as palavras seguintes:

« Meu irmão, ou meu filho, aqui viemos para te fazer o enterro. Morreste; para este fim nasceste. Morreste em guerra, porque foste valente; para isto nossas mãis e paes nos crearam. Não devemos temer o inimigo. Quem morre em guerra morre com honra; não é como quem morre de molestia. Viemos de todas as *malocas* para chorar e dansar até o fim do teu enterro.»

A versão em *mundurucú* é a seguinte :

« Uanhum inhaçan uté sôte écú tcháme. Imenhame ari utiê bai utiê mai pánme. Etêâ uanhum utê rupanhum bê anhocate ediê. Imenhame utiê xi utiê me pito utiê bai ari uê utiê úebé anhocate opéçupeidiô ipi bé utiê parará ama utiê rupanhum bê-xime. Rupanhum-bê tiê à âen anhocate ediê tutu uê-ê utié rupanhum bê-ibé pame une pite idiôtié mà utié pa-âme paï bêxime cauxi pibône. Idiôtié utiésote anhuncaxiri bêúi caracuie cuié âê uadime uté cabé ute racui axirau umãe iueipe iúé utiê uébé pam utié sote nhaçam diutié achi-tutúne pre ibiman utié diepite diei. »

Ao mesmo tempo as mulheres, em torno da cesta funeraria, dizem como se fosse o defunto que fallasse:

« Minha mãi (ou minha mulher), tu has de morrer de molestia em tua cama. Eu morri na guerra por ser valente. »

Durante estas festas os pagés tocam um instrumento especial: é uma especie de corneta, a que chamam—*caruquê*.

Para isto o pagé occulta-se em uma pequena cabana, expressamente construida para este fim, na qual é rigorosamente vedado ás mulheres entrarem.

Por outro lado, estas mulheres supersticiosas evitam por todos os meios ao seu alcance lançar as vistas sobre este instrumento sagrado e mysterioso. Estão intimamente convictas de que, se chegassem a vêr um momento sequer o *caruquê* teriam commettido um sacrilegio, que as tornaria infelizes por toda a vida.

Emfim, dentro da casa, onde habita a familia do guerreiro defunto, abrem uma sepultura em sentido vertical, e n'ella enterram a cabeça, em cuja honra se celebram as festas.

## XXII

### Festas em honra da caça, da pesca e da lavoura.

Cada aldêa *Mundurucú* celebra tambem no começo do inverno de cada anno uma festa publica, sendo alternativamente um anno em honra da caça e outro em honra da pesca.

Para isto a aldêa elege um director de festa, que é naturalmente escolhido entre os guerreiros de mais prestigio, e que deve tambem ser bom cantor.

Fazem de antemão abundante provisão de caça, de bejús, (especie de pão feito com a massa da mandioca), de batatas e de outros generos alimenticios.

As mulheres pintam-se de genipapo, urucú e outras côres de grande effeito.

Homens e mulheres, ornados com enfeites de pennas, com collares de dentes de inimigos, reunem-se em grupos, onde bem lhes parece, e começam a tocar, dansar e cantar.

Reunem craneos de antas, veados, e de outras caças ou peixes, e offerecem-lhes as melhores iguarias, *dahu*, o tarubá, a maniquera e outras.

A' meia-noite o pagé recolhe-se a um quarto reservado, onde não possa penetrar vista profana. Ahi, no meio de profundas trévas, evoca em altas vozes a *mãi* da anta, em primeiro lugar, se a festa é consagrada á caça.

Não tarda muito que o povo, que se acha em torno da barraca mysteriosa, ouve dentro d'ella o grito agudo da anta.

E' o pagé que imita o grito d'esse animal para dar a entender aos circumstantes que o genio evocado acudiu ao seu chamado e baixou á sua cabana.

Então começa em altas vozes um dialogo animado entre a *mãi* da anta e o pagé. Elle pede áquella que durante o anno seja propicia aos caçadores da aldêa, fazendo com que seus filhos não se afastem para longe e appareçam em grande numero. A resposta é sempre favoravel.

Depois é evocada a *mãi* do veado, e successivamente as de todos os outros animaes que os *Mundurucús* desejam encontrar em suas caçadas.

A festa em honra dos peixes é em tudo semelhante á precedente.

Além d'estas festas consagradas aos genios tutelares da caça e da pesca, os *Mundurucús* celebram ainda todos os annos, no começo do verão, outra em honra da lavoura.

Homens e mulheres collocam-se em linha, tocando uma especie de corneta, chamada—*ken*; —dansando e cantando invocam as *mãis* da mandioca, do milho, etc., pelo seguinte modo:

« Oh *mãi* da mandioca, favorece-nos com os fructos de teus filhos. Não nos deixes passar privações. Todos os annos te dirigimos nossas supplicas; não nos esquecemos nunca de ti. »

Os pagés cantam na frente do povo esta invocação, que o mesmo povo repete em côro.

O texto ***Mundurucú*** é o seguinte:

« Mucêipixi eirú beré bereme u tiédié imenedié diéi chipanme mucê dê aipanem itabungue diêé taraibote ama epôtepôte diêe imenedié tutu utiê-diê araiarai utêcôpo ixi abime pame euatu abime éirú berereme bate que mêaipánhate uéré mon utiê caroi diêai panme tuman. »

## XXIII

Missão do Bacabal.—Historico.—Luta renhida entre os principaes moradores do municipio e o missionario

O governo imperial não tem poupado esforços para chamar ao gremio da civilisação as hordas que erram pelo valle do Alto-Tapajoz. Foi com esse fim que em 1872 mandou fundar a Missão do Bacabal.

Esta missão, chamando a si todos os indios *Mundurucús* que habitavam as margens do Alto-Tapajoz, provocou desde logo vivas reclamações da parte dos principaes moradores do municipio de Itaituba.

Para dar uma idéa dos obstaculos com que o governo luta, para realizar o seu grande empenho de catechisar as

tribus indigenas, darei aqui o historico da Missão do Bacabal, que chegou a reunir uma população de quinhentos indios de uma das tribus mais importantes do Brasil, como é incontestavelmente a *Mundurucú*.

E para que não possa ser acoimado de parcial n'esta narrativa, transcrevo textualmente os proprios documentos, tanto da parte dos moradores do municipio, como da parte do missionario, os quaes põem em relevo a animosidade que reina entre as duas partes.

Os principaes lavradores e negociantes do municipio de Itaituba, em 1° de Março de 1874, enviaram á asssembléa legislativa da provincia do Pará uma reclamação, queixando-se de que o missionario do Bacabal nada mais fazia do que monopolisar o trabalho dos indios mansos das margens do Tapajoz, e não curava de fazer a catechese entre as hordas selvagens das aldêas centraes.

Eis-aqui a integra d'essa representação :

« Senhores membros da assembléa legislativa provincial.—Em fins do anno de 1871 subiram ao Alto Tapajoz os Rvs. missionarios Fr. Pelino de Castrovalva e Fr. Antonino, para montar uma missão em lugar mais apropriado ao descimento das tribus indigenas, que ainda numerosas povoam os sertões d'esta região. Este acontecimento foi por todos applaudido, porque d'est'arte o crescimento e florescimento d'esta parte do Imperio seria certo á vista da falta de braços que sente a provincia para a agricultura que definha, e outros ramos que constituem e alimentam o commercio entre nós. Os missionarios escolheram o lugar denominado Bacabal, onde existia um aldêamento antiquissimo de indios já civilisados, que se empregavam na agricultura, fabrico de borracha, e muitos serviços prestavam ás canôas, como praticos, negociando com a permuta dos generos de sua lavra. Os missionarios, mal informados e

imprudentes, dando ouvidos aos zoilos e aventureiros, declararam desde logo guerra cruel aos negociantes, denominando a todos, sem excepção, ladrões, perversos, e aconselhando aos indios que não pagassem suas dividas, porque nada deviam, impedindo que os mesmos prestassem serviços ás canôas nas viagens perigosas das cachoeiras, dando causa a prejuizos gravississimos nos annos de 1872 e 1873, taes como a perda de doze canôas, com seus carregamentos e algumas vidas!... Havendo na cidade de Santarem um periodico, fez-se sciente ao governo d'estes factos pelas columnas do mesmo jornal; infelizmente parece que as autoridades superiores são illudidas, e não acreditam nas verdadeiras relações dada pela imprensa. O mal se vai aggravando de dia em dia, porque recebendo os missionarios protecção do governo, que nutre os mais louvaveis desejos a bem da catechese, concentram no Bacabal os indios que ahi estavam residindo, seduzindo muitos assalariados pelos negociantes, e homens de côr que viviam irregularmente, empregando-os em serviços aproveitaveis sómente a elles missionarios, em canticos, e outros actos que a decencia manda calar. Pelos documentos juntos será apreciado o procedimento dos ditos missionarios, que até o presente nenhum serviço têm prestado a bem da catechese, o que já determinou a camara municipal de Itaituba a representar ao governo sobre a maneira por que esses missionarios procedem, tudo contrario ao fim de sua missão, não tendo ate hoje surtido effeito algum.—Pedem, pois, os abaixo-assignados a esta nobre corporação que, tomando em conta os males que vão em crescimento, prejudicando ao Alto Tapajoz, autorise ao presidente da provincia a enviar uma commissão de homens competentes para syndicar dos factos, conhecer a verdade, e então serem dadas providencias conducentes a extinguir-se os soffrimentos

que os obrigam a levar esta reclamação aos eleitos do povo. Itaituba, 1° de Março de 1874. » (Seguem-se as assignaturas.)

Por outra parte tambem, o padre missionario queixa-se amargamente, não de todos os cidadãos signatarios da representação, mas dos negociantes denominados *regatões*, que todos os annos costumam penetrar pelo Alto-Tapajoz, levando algumas mercadorias em pequenas canôas para trocarem com a borracha, a salsa, o oleo de cupahyba, e outros productos naturaes d'essa região.

Em officio de 20 de Janeiro de 1876 diz o missionario Fr. Pelino de Castrovalva ao presidente da provincia do Pará:

« Foi em 10 de Julho do anno passado que o Sr. Dr. Tocantins visitou esta missão e poucos dias depois da partida d'este senhor eu tive de chegar até essa capital, por motivos que interessam a bem da mesma missão, como é de V. Ex. sabido.

« Durante a minha ausencia a moralidade publica na aldêa foi muito perturbada por uns regatões contrabandistas.

. . . . . . . . . . . . . . . . .

« Estes regatões com seus tripolantes tendo recebido noticia de que a Missão estava desamparada, cada um por sua vez correu sem demora á aldêa, e ahi chegando commetteram excessos de ladroeira e devassidão.

« Conforme o costume d'elles, embriagaram primeiro os indios com cachaça, e estando elles privados assim do uso da razão lhes tiraram tudo que puderam, farinha, criação de patos e gallinhas, etc., dando-lhes apenas em troco a cachaça que bebiam.

« Levantaram prostitução publica de dia e de noite, no porto e nas casas, e, oh! Exm. Sr., n'este ponto foram ver-

dadeiramente excessivos! Não houve familia dos pobres indios, de cuja honra e decoro mais caro não abusassem de um modo horrrivel, e choraram até as pedras a tanta calamidade!

« A desmoralisação foi tanto além, que os mesmos indios, no estado de embriaguez, esquecendo todas as boas instrucções, imitaram os regatões na devassidão e assim tornou-se n'aquelles dias a missão um verdadeiro lupanar!

« Em consequencia d'este estado anormal em que se achou o aldêamento, nos poucos dias de minha ausencia, que não passaram de quarenta e nove, houve n'elle uma retrogradação notavel.

« N'aquelle mesmo tempo dez indios, preoccupados de superstição (e não se sabe se esta veiu tambem de gente estranha), diziam que, achando-se desamparados do padre missionario o governo os teria mandado matar a todos elles, repetindo, loucamente, que a este fim viéra o Sr. Dr. Tocantins: entregaram-se á fuga, entranhando-se no mais recondito das florestas.

« Outros, em numero de mais de vinte, illudidos pelos regatões, tinham tambem deixado o aldêamento acompanhando os ditos regatões na extracção da borracha.

« Outros varios contrahiram allianças com outros regatões ou trabalhadores de borracha, e estes na minha chegada estavam tambem para deixar a missão.

« E se poucos dias mais ficasse ella desamparada ficaria completamente destruida.

« A minha inesperada volta á missão sendo de grande alvoroto para os indios, foi tambem de espanto para os adversarios.

« A ordem publica, graças á Divina Providencia, restabeleceu-se. Fiz dar busca aos indios que se achavam fóra desviados, e com pouco consegui restituil-os todos á mis-

são. Dobrei em rigor na observancia da disciplina, conforme o regulamento, não consentindo que espertalhões estranhos parem na missão, ou contratem com os indios sem minha licença e sem minha presença.

« A protecção que o governo mui justa e sabiamente dá á missão tem posto em desespero os adversarios da mesma; e hoje, que estão perfeitamente scientes d'isto, vão abandonando a causa.

« Depois da miuha volta á missão só temos um caso a lamentar, e é o seguinte:

« Um tal Boaventura Alves Pereira, um dos maiores enganadores dos indios, devasso e portador de cachaça, e que por esta razão tem sido expulso por vezes da missão, uma noite, de 10 a 15 de Dezembro passado, illudindo a minha attenção, apresentou-se occultamente a alguns indios, e os convidou a virem negociar com elle em um porto perto da missão. Os indios, posto que com algum medo, consentiram e foram. Renovaram-se então as scenas do costume: houve tudo, embora com mais moderação.

« Logo que apercebi a presença do regatão mandei immediatamente uns indios com uniforme militar (que formam aqui uma especie de destacamento), recommendando-lhes que me trouxessem o regatão, afim de eu lhe tirar o roubo que tinha feito. Foram; mas o regatão, avistando soldados, desprendeu a canôa do porto, e, como o cabo para prendêl-o quizesse reter a canôa, que já se ia afastando, o regatão ameaçou de matal-o com um tiro de espingarda.

« Desapontado o cabo e os seus companheiros, correram a buscar uma canôa para perseguil-o; eu, porém, não quiz consentir para evitar conflicto.

« Castiguei os maioraes dos indios culpados, e sendo o regatão recedivo o denunciei ao subdelegado de Itaituba, conforme manda o regulamento das missões.

« Mas, Exm. Sr., sciente das desaffeições que reinam em Itaituba contra a missão, nada de lá podemos esperar. Por isso me volvo a V. Ex., e lhe peço e supplico que me mande botar fóra do districto da missão dois individuos, que são summamente nocivos ao desenvolvimento da mesma.

. . . . . . . . . . . . . . . . . . . .

« Vivo seguro que V. Ex. livrará a missão d'esta peste de gente, mandando-a expulsar até cinco leguas fóra dos limites do districto, conforme ordena o respectivo regulamento. »

## XXIV

Os *Mundurucús* atacam uma leva de *Parintintins*.—Os *Parintintins* atacam alguns moradores á margem do Tapajoz.

Por este tempo appareceu ás margens de um dos affluentes do Tapajoz, não longe da missão, uma leva de *Parintintins*.

Estes pobres selvagens, longe de encontrarem christãos, que lhes fossem ao encontro, e os chamassem ao campo do trabalho e á vida social, só encontraram algozes.

Alguns aventureiros, d'esses que costumam penetrar durante o verão por estas regiões para extrahirem borracha, foram logo dar aviso aos *Mundurucús* de uma aldêa vizinha. Estes puzeram-se immediatamente em marcha, encontraram os *Parintintins*, bateram-n'os, mataram alguns e puzeram em debandada os que escaparam, e regressaram á aldêa, trazendo varios captivos, entre mulheres e crianças.

Não admira pois que os *Parintintins* não tenham jámais podido fixar suas aldêas no valle do Tapajoz, por onde

andam errantes constantemente ha longos annos. Mas estes barbaros, cuja sorte é andar continuamente em sobresalto e alarma, perseguidos no mais recondito das florestas, expostos a vêrem a cada momento arrebatados violentamente suas mulheres e seus filhos, affagam tambem em seus peitos agitados o sentimento da vingança.

Não podendo fazer mais estragos nas fileiras de seus inimigos *Mundurucús*, nem entre aquelles sertanejos que se ligaram a estes na miserevel esperança de ficarem talvez com algumas crianças *Parintintins* captivas, estes barbaros procuraram comtudo demonstrar, pelo modo que lhes era possivel, o profundo odio que lhes causára este infame massacre.

Eis-aqui textualmente como Fr. Pelino de Castrovalva, em *Relatorio* de 14 de Agosto de 1876, refere ao presidente do Pará o assalto dado pelos *Parintintins* á casa de uns sertanejos vizinhos da missão:

« Os *Parintintins*, que é outra tribu numerosa, que vive vida selvagem, errando nas florestas, e em continua guerra com os *Mundurucús*, não se fariam esperar para a civilisação, reunidos os *Mundurucús*: desde a fundação da missão, tendo-se attenuado o rigor com que eram batidos pelos *Mundurucús*, vão elles fazendo alguma apparição nas suas excursões. Têm havido varias d'estas em diversos pontos do littoral do Tapajoz, sendo a ultima em primeiros de Julho proximo passado, na boca do Jauanchim, confluente do Tapajoz.

« Moravam no dito lugar, em uma pequena barraca, á margem do rio, tres individuos, dois homens e uma mulher, vindos de Itaituba ao Alto-Tapajoz para extrahirem borracha. N'uma tarde de um dos primeiros dias de Julho ultimo, pelas 5 horas, viram no meio do mato, perto da barraca, desfilar uma numerosa horda de selvagens, nús,

armados de arcos e flechas, enfeitados alguns com pennas de arára. Os tres individuos, no meio do susto, imprudentemente confiaram que passassem além, e não houvesse nada de mal, assim como tem succedido em outros pontos em alguns outros apparecimentos dos mesmos indios.

« Porém não foi assim : passada a noite, ás 6 horas da manhã do dia seguinte, se viram cercados em casa pelos *Parintintins*, que, urrando e uivando, á guisa de animaes ferozes, acommetteram os tres individuos. Estes defenderam-se com arma de fogo ; houve então um renhido combate. O chefe dos *Parintintins* ficou morto, muitos outros feridos ; os dois homens siringueiros ficaram gravemente feridos, levando um até seis flexadas, e algumas traspassaram.

« No meio do combate, faltando aos *Parintintins* flexas, as foram buscar perto das mulheres d'elles, que estavam esperando á pouca distancia. Os dois siringueiros, aproveitando esse pequeno intervallo, deram-se á fuga ; e a pobre mulher, que no meio do susto não pôde acompanhar os fugitivos, ficou presa dos selvagens, que de volta, furibundos de não ter podido findar os homens, amputaram-lhe a cabeça com facas de madeira, levaram-n'a, deixando só o tronco, e muitas flexas enfincadas no tecto da pequena barraca e n'uma canôa e outras postas em fórma de cruz em signal de vingança.

« Em seguida d'este facto, todos os trabalhadores de siringa, que se achavam n'aquellas vizinhanças, retiraram-se para as ilhas, deixando deserta a margem direita do Tapajoz desde o Apuy até as Montanhas, distancia de umas cincoenta leguas.

« Tendo eu na missão recebido noticia d'esse acontecimento, teria querido voar para ir em busca d'aquelles infelizes aborigenes ; porém, ponderando seriamente o caso e

ouvindo as informações dos *Mundurucús* da missão, reconheci impossivel qualquer tentativa. As bastas florestas intransitaveis, os lagos, os igarapés que trato-trato se seguem no centro, tornam impossivel a passagem ao missionario. »

## XXV

Continuam as hostilidades entre o missionario do Bacabal e os principaes cidadãos do municipio de Itaituba.

As hostilidades entre o missionario e aquelles que elle chamava adversarios da missão continuavam sempre.

O governo imperial tinha todo o empenho de elucidar esta questão, pois toma a peito o serviço da cathechese; mas difficil lhe era apurar a verdade n'aquellas longinquas regiões.

O digno presidente da provincia do Pará, o Sr. commendador Pedro Vicente de Azevedo, incumbiu-me então de vizitar a missão do Bacabal, para estudar tudo quanto interessar podesse ao serviço da cathechese, de maneira a habilital-o a dar minuciosas informações ao ministerio da agricultura.

Tive occasião de verificar que aquella missão, uma das mais populosas do Imperio, pois que conta quinhentos indios, está no caso de prestar assignalado serviço, chamando á christandade, não somente a parte da tribu *Mundurucú*, que ainda vive nas selvas, longe das margens do Tapajoz, mas tambem os intrataveis *Parintintins*, e todas as hordas gentilicas que vagam pelo valle do Alto-Xingú, e para o lado das fronteiras da provincia do Matto-Grosso.

Sobre Fr. Pelino pesava a grave accusação de occupar-se mais do commercio do que da cathechese, em seu proprio interesse pessoal.

E' certo que o missionario fazia importante transacção com a praça do Pará, vendendo partidas de borracha, salsa, oleo de cupahyba, e outros productos naturaes d'aquelle rico territorio, extrahidos pelos indios da missão, e comprando mercadorias estrangeiras.

Este commercio, diziam os cidadãos que representavam contra Fr. Pelino, é feito em grande parte por conta do missionario, que tem chegado até a fazer remessas de sommas importantes para a Europa.

Mas o missionario negava este ultimo facto, e affirmava que o commercio que fazia era, não no interesse proprio, mas sim por conta dos indios da missão, que extrahiam dos matos esses productos e aos quaes elle prestava conta.

Como quer que seja, não tendo o governo provas robustas que o convencessem de que o missionario se locupletava realmente, com prejuizo da missão, provas tanto mais necessarias, quanto mais graves eram as accusações, resolveu sustentar, e effectivamente sustentou o missionario e a missão.

Infelizmente, porém, novas occorrencias sobrevieram, novos factos se deram, que puzeram em dura prova os creditos do missionario.

Os acontecimentos tomaram maior vulto; a questão foi largamente discutida na imprensa diaria e na tribuna da assembléa legislativa do Pará.

Na camara dos Srs. deputados, a voz authorisada do meu illustre amigo o Sr. Dr. Cantão ergueu-se em favor do missionario.

A opinião esclarecida do paiz manifestou-se de modo positivo, que não é indifferente á questões d'esta ordem.

Ficou fóra de duvidas, infelizmente, que o missionario nem sempre procurou corresponder dignamente á confiança que n'elle depositára o governo imperial.

Então o Sr. ministro da agricultura, por aviso de 22 de Dezembro de 1876, dispensou Fr. Pelino de Castrovalva do cargo de director da Missão do Bacabal, tomando ao mesmo tempo promptas e acertadas providencias para manter a mesma missão, e proseguir com o mesmo vigor com que até agora tem sido feito o serviço da cathechese n'aquellas remotas regiões.

## XXV

### Commercio entre os regatões e os indios das margens do Alto-Tapajoz.

A luta desabrida, travada entre os principaes cidadãos do municipio de Itaituba e o missionario do Bacabal, não teve outra causa senão o commercio feito com os indios.

Refiro-me aos indios que habitam a Missão do Bacabal e outros pontos das margens do Alto-Tapajoz, e não aos *Mundurucús* das aldêas centraes, denominadas das Campinas, taes como Necodemos e outras.

Estes, verdadeiramente selvagens, não fazem commercio de natureza alguma, antes parecem evitar relações com missionarios e regatões.

O missionario do Bacabal accumulava as funcções de director do aldêamento, de almoxarife, de mestre-escola do sexo masculino e do feminino, e o de parocho. Não mostrava empenho de obter do governo auxiliares para tantos trabalhos diversos, e isolava completamente a missão do contacto dos moradores, e sobretudo dos regatões.

Todo o commercio dos indios do Bacabal era feito por seu intermedio directamente com a praça do Pará, e d'essas transacções elle não prestava conta alguma ao governo.

Procuramos agora dar uma idéa geral da maneira por que é feito o commercio no Alto-Tapajoz.

O municipio de Itaituba, cujos limites vão além da Missão do Bacabal até as fronteiras de Mato Grosso, é um dos mais ricos do valle do Amazonas em productos naturaes.

Produz em larga cópia borracha de excellente qualidade, genero a que as provincias do Pará e Amazonas devem o rapido desenvolvimento, que tem tido o seu commercio de exportação e importação.

O preço da borracha na praça do Pará tem regulado de 1$500 até 2$ o kilogramma, e só o Tapajoz exporta annualmente cerca de cento e cincoenta mil kilogrammas, e maior seria a exportação se houvesse braços sufficientes para colher todos os productos expontaneos do solo. O municipio produz tambem o guaraná, genero preciosissimo de reconhecidas propriedades medicinaes.

São os indios *Maués* exclusivamente que cultivam a planta e preparam o producto ; geralmente o preparam em fórma de pão cylindrico ; outras vezes, porém, moldam-n'o sob fórma de animaes da fauna d'essas regiões, taes como antas, serpentes, tartarugas e outros, trabalhando n'este artefacto com notavel intelligencia e gosto artistico.

O guaraná na praça do Pará regula de 4$ a 5$ o kilogramma, e em Mato Grosso, onde se faz d'elle grande consumo, o preço é quatro vezes maior.

Cada tripolante das canôas, que navegam por essas regiões, toma todas as manhãs uma decoção de guaraná, e mesmo varias vezes por dia, como preservativo contr as febres, e isto com feliz resultado.

Produz ainda expontaneamente oleo de copahyba, salsa-

parrilha e outros generos de alto preço e estimação em todos os mercados.

Agora mesmo leio em um acreditado jornal da capital do Pará a seguinte noticia :

« *Indios.*—Vieram a esta capital apresentar-se á presidencia, e promover a venda de duzentas e noventa e duas arrobas (mais de quatro mil kilogrammas), de borracha, um cacique e dezeseis indios *Mundurucús*, aldêados na Missão do Bacabal.

« O fardamento do cacique, bem como a pintura da cara d'esses indios tem provocado a curiosidade do povo. »

O commercio do Alto-Tapajoz é feito por uma classe de negociantes, conhecidos pela designação de *regatões*, que, durante o verão e durante a safra da borracha, penetram por essas regiões em pequenas canôas carregadas de mercadorias. Difficil e arriscada é a navegação pelas cachoeiras; muitas vezes é necessario descarregar toda a canôa, transportar ao hombro a carga por terra na distancia de varios kilometros; depois passar a canôa á força de braços, carregal-a de novo e mais adiante recomeçar o mesmo trabalho, correndo a cada momento o perigo de sossobrar no meio dos innumeros rochedos que obstruem o curso do rio. Accrescem as privações, as febres, e algum assalto possivel de indios ferozes, como *Parintintins*. Alguns regatões, partindo de Itaituba, navegam n'estas regiões, remontando o rio durante um mez e ás vezes dois.

Ahi não encontram com quem commerciar, a não ser os *Mundurucús* e alguns poucos *Maués* selvagens, que andam nús ou semi-nús, não têm a menor noção da nossa lingua, nem do nosso alphabeto, nem do nosso systema de pesos e medidas, nem dos preços correntes dos generos que vendem, nem das mercadorias que compram.

Pois os regatões vendem a credito, parece incrivel,a selva-

gens, que não possuem outro capital além de uma machadinha para cortar a arvore da borracha, mercadorias, que em suas contas correntes attingem muitas vezes á cifra enorme de cinco, seis e sete contos de réis, e as vezes mais! Talvez não houvesse alli um indio que não fosse devedor de somma elevada. Quando se pergunta a estes indios quanto devem, respondem sempre: — *Quem sabe! Só o patrão é que póde saber!* dando sempre o titulo de patrão ao seu credor.

O regatão, credor por sua parte tambem, considera o indio devedor como seu servo; segundo entende mais conveniente a seus interesses, manda-o para as florestas extrahir borracha, prohibindo-lhe expressamente de vendel-a a outro qualquer negociante, ou então leva-o em sua canôa como remeiro, ou leva para sua propria casa quando se acaba a safra e o faz trabalhar debaixo de suas vistas. Levam este abuso odioso a ponto de reduzir os indios a uma especie de escravidão; negam-lhes o direito de irem para onde lhes convem, e se por acaso evadem-se occultamente, elles o vão capturar á viva força.

Muitos lavradores tambem têm um certo numero de indios sob a sua sujeição, e a seu serviço. Eu vi muitos d'estes selvagens, homens, mulheres e crianças, retidos á força em casa dos lavradores. Quando um d'estes credores vem a fallecer, o indio vai para casa d'aquelle a quem cabe em partilha a sua divida. Uma vez eu perguntei no Alto-Tapajoz a quem *pertencia* um indio por quem eu me interessava; responderam-me: «*Ainda não se sabe, porque ainda não está feita a partilha da casa do antigo patrão que morreu ha pouco tempo.*»

Fr. Pelino de Castrovalva, chamando para a Missão do Bacabal grande numero d'estes infelizes, lhes disse: «Meus filhos, vossês nada devem aos regatões contrabandistas;

agora só trabalham para si, para suas mulheres e seus filhos.»

## XXVI

Commercio dos indios com os regatões.—Contas correntes fabulosas e curiosas.

O missionario do Bacabal mostrou-me varias contas correntes, passadas pelos regatões aos indios, nas quaes estes figuravam sempre como devedores d'aquelles de quantias muito elevadas.

Adiante transcrevemos a conta corrente entre o regatão Manoel Quirino Paes e o indio cacique Joaquim Correia Piampé. Em seguida damos a mesma conta corrente, mas já calculada em moeda e com os respectivos preços.

Por ella se verá, que ainda mesmo supondo que tivesse havido exactidão e lisura quanto á quantidade e qualidade das mercadorias vendidas, e quanto ao peso de borracha comprada, ainda assim as mercadorias foram vendidas ao indio com porcentagem de 400 por cento.

Segue-se outra conta corrente, pela qual se vê que o cacique José Francisco é devedor ao regatão José Domingos de Oliveira da enorme somma de seis contos oitocentos setenta e seis mil duzentos e oitenta e dois réis!

Parece uma transacção feita entre ricas partes; mas José Domingos de Oliveira não é mais do que um pobre regatão, estabelecido em modesta cabana á margem do Alto-Tapajoz, e o cacique José Francisco é um selvagem analphabeto, semi-nú.

CONTA CORRENTE

« O cacique Joaquim Corrêa Piampé deve a Manoel Quirino Paes até 28 de Março:

| | | |
|---|---|---|
| 2 peças de americano grosso, 80 jardas . . . . . . . . . | 5 arrob., seringa. | |
| 2 peças de riscado forte, 80 jardas | 5 » | |
| 1 peça de riscado xadrez, 35 jardas | 1 » | e meia. |
| 4 peças, fino largo, 80 jardas . . | 4 » | |
| 2 peças de lenços . . . . . . . | 1 » | |
| 10 alqueires de sal. . . . . . . | 6 » | |
| 2 barris de polvora, 50 lib.; 3 arrobas de chumbo . . . . | 10 » | |
| 8 frasqueiras de cachaça com garrafão | 10 » | |
| 6 milheiros de espoletas. . . . | 2 » | |
| 1 caixa de sabão, 42 lib. . . . | 1 » | |
| 1 libra de linha de novellos. . . | 1/2 » | |
| 5 armas fulminantes. . . . . | 5 » | |
| 1 chapéo preto fino . . . . . . | 3 » | |
| 2 duzias de terçados americanos . | 7 » | |
| 1 duzia de terçados americanos grandes . . . . . . . . | 3 » | |
| 9 isqueiros com fuzil. . . . . | 1 » | e 4 lib. |
| 100 pederneiras de fogo . . . . . | 11 » | e 8 » |
| 4 facas pampas . . . . . . . | 2 » | |
| Resto da conta de 1870. . . . . . | 11 » | |
| Somma. . . . . . . . . | 76 1/2 arrobas. | |

« A 16 de Fevereiro de 1872 recebi vinte e cinco arrobas de seringa, duas arrobas de sernambi e cinco ditas de breu. Resta-me cincoenta arrobas. »

Para dar uma idéa mais clara d'esta transacção, damos em seguida esta mesma conta corrente, mas reduzida já á nossa moeda, com os preços correntes na praça do Pará, relativos á época em que foi feita a permuta.

Por elle se vê que as mercadorias foram vendidas ao indio com uma porcentagem de mais de 400 por cento.

| Generos vendidos, a receber em borracha | BORRACHA A RECEBER | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Custo | Somma | Com 100 °/° | Por | @ | lb | Preço | TOTAL |
| 2 Peças de americano grosso legitimo, 80 jardas | $440 | 35$200 | 70$400 | por | 5 | » | 25$000 | 125$000 |
| 2 Peças de riscado forte legitimo, 80 jardas | $660 | 52$800 | 105$600 | » | 5 | » | » | 125$000 |
| 1 » » » xadrez, 35 jardas | $260 | 9$100 | 18$200 | » | 1 | 10 | » | 32$814 |
| 4 » » » largo, 85 jardas | $400 | 34$000 | 68$000 | » | 4 | » | » | 100$000 |
| 2 » » lenços | 5$000 | 10$000 | 20$000 | » | 1 | » | » | 25$000 |
| 10 Alqueiros de sal | 1$600 | 16$000 | 32$000 | » | 6 | » | » | 150$000 |
| 2 Barris com 50 lb. de polvora | 1$000 | 50$000 | 100$000 | } » | 10 | » | • | 250$000 |
| 3 Arrobas de chumbo | 4$400 | 13$200 | 26$400 | } | | | » | |
| 8 Frasqueiras com cachaça, com garrafão | 6$000 | 48$000 | 96$000 | » | 10 | » | » | 250$000 |
| 6 Milheiros d'espoletas | 1$000 | 6$000 | 12$000 | » | 2 | » | » | 50$000 |
| 1 Caixa com sabão (42 lb.) | $400 | 16$800 | 33$600 | » | 1 | » | » | 25$000 |
| 1 Lb. linha em novellos | 1$500 | 1$500 | 3$000 | » | | 16 | » | 12$500 |
| 5 Espingardas entrefinas | 15$000 | 75$000 | 150$000 | » | 5 | » | » | 125$000 |
| 6 Chapéos pretos finos | 4$000 | 24$000 | 48$000 | » | 3 | » | » | 75$000 |
| 2 Duzias terçados americanos legitimos | 25$000 | 50$000 | 100$000 | » | 7 | » | » | 175$000 |
| 1 Duzia machados grandes legitimos | | 32$000 | 64$000 | » | 3 | » | » | 75$000 |
| 9 Isqueiros com fuzil | | 4$000 | 8$000 | » | 1 | 4 | » | 28$124 |
| 100 Pederneiras | | 2$000 | 4$000 | » | | 8 | » | 6$250 |
| 4 Facas pampas | $500 | 2$000 | 4$000 | » | | 20 | » | 15$624 |
| | | 481$600 | 963$200 | | 65 | 26 | | 1.645$312 |

Saldou a conta antiga, e deu por conta da presente conta o seguinte:

| | | |
|---|---|---|
| 9 Arrobas de borracha a 25$000. . . | 225$000 | |
| 2 Arrobas de Sernambi a 16$000. . . | 32$000 | |
| 5 Arrobas de Breu a 2$000 . . . . . | 10$000 | 267$000 |
| | | 1.378$312 |

OUTRA CONTA CORRENTE

*Cacique José Francisco da Boa-Vista a José Domingos de Oliveira Bahia, comprou as seguintes mercadorias e*

| | | | DEVE | |
|---|---|---|---|---|
| | | Importancia que ficou devendo desde 11 de Agosto de 1870 até 8 de Junho de 1871. | | 3:996$815 |
| Junho 9 | 1 | Inxó de Fuzil | | 5$520 |
| 1871 | 3 | Duzias de colheres de chumbo | 1$600 | 4$300 |
| | 24 | Ralos de cobre | 1$325 | 31$800 |
| | 16 | Tesourinhas finas | $550 | 8$800 |
| | 1 | Barrica com 25 libras de polvora | 1$980 | 49$500 |
| | 1/2 | Arroba de chumbo | 10$830 | 16$245 |
| | 2 | Galões de kerozene | 6$500 | 13$000 |
| | 12 | Massos de coraes | 1$000 | 12$000 |
| | 13 | Massos de missangas brancas finas | $520 | 6$700 |
| | 6 | Frasqueiras de cachaça | 13$320 | 73$920 |
| | 12 | Terçados americanos | | 56$207 |
| | 2 | Bahús de tres palmos | 12$000 | 24$000 |
| | 2 | Caixas de sabão com 90 libras | $360 | 32$400 |
| | 1/2 | Arroba de assucar | 12$000 | 18$000 |
| | 1/2 | Dita de café velho | | 9$525 |
| | 2 | Vidros de balsamo Philantropico | 19$000 | 3$800 |
| | 2 | Frascos de salsaparrilha de Bristol | $400 | 2$800 |
| | 2 | Vidros de Opodeldocc | 1$200 | 2$400 |
| | 1 | Garrafa de oleo de amendoa doce | 5$480 | 10$960 |
| | 8 1/3 | Covados de baêta encarnada | $800 | 1$600 |
| | 1 | Caixa de genebra Altona | | 13$500 |
| | 6 | Chapéos finos de feltro | 5$000 | 30$000 |
| | 6 | Copos de pedra | | 3$000 |
| | 120 | Pederneiras | 1$600 | 2$400 |
| | 5 | Alqueires de sal ensacados | 5$000 | 25$000 |
| | 2 | Arrobas de arroz | 7$680 | 15$360 |
| | 20 | Ouvidos para armas | $300 | 4$000 |
| | 2 | Mòlhos de tabaco, digo 1 dito de 4 libras | 7$000 | 14$000 |
| | 100 | Pregos meio forros | | 1$540 |
| | 4 | Latas de bolachinhas de soda | 1$500 | 6$000 |
| | 2 | Machados americanos | 3$700 | 7$400 |
| Março 23 | 12 | Libras de sabão | $400 | 4$800 |
| 1871 | 1/2 | Groza de botões | | $600 |
| | 2 | Alqueires de sal | 5$000 | 10$000 |
| Junho 9 | 10 | Armas fulminantes finas | 28$000 | 280$000 |
| 1871 | 2 | Peças de americano, marca nova, 83 jardas | $656 | 54$448 |

| | Qtd. | Descripção | Preço | Total |
|---|---|---|---|---|
| | 2 | Ditas inglez, 68 jardas............. | $560 | 38$080 |
| | 1 | Dita de dril branco, 42 1/2 jardas... | $800 | 33$600 |
| | 2 | Ditas tinto largo, com 80 jardas..... | $660 | 52$800 |
| | 2 | Ditas de dita, estreita, 80 jardas..... | $385 | 30$880 |
| | 1 | dita de dril azul, 42 jardas......... | $127 | 50$694 |
| | 1 | Dita de riscadão Francisco, 34 jardas. | 1$100 | 37$400 |
| | 1 | Dita forte, superior, 39 jardas....... | 1$225 | 47$770 |
| | 1 | Dita de rapão azul, 41 jardas........ | $332 | 35$212 |
| | 2 | Ditas de riscadão xadrez, 70 jardas.... | $450 | 31$500 |
| | 1 | Dita azul e branco, 34 jardas........ | $450 | 13$525 |
| | 3 | Ditas de superior qualidade, 72 jardas........................ | $500 | 3$600 |
| | 2 | Ditas de chitas finas de côres, 7 1/2 covados ......................... | $480 | 35$680 |
| | 2 | Ditas rôxas, 74 covados e 2/3........ | $400 | 29$783 |
| | 2 | Ditas azul, 74 covados e 2/3......... | $400 | 29$783 |
| | 2 | Ditas encarnadas, 74 covados e 2/3... | 4$800 | 35$680 |
| | 6 | Córtes de calças de dril............ | 3$620 | 21$720 |
| | 3 | Pares de lenços finos de côres....... | 6$600 | 17$800 |
| | 1 | Serrote grande.................... | | 6$000 |
| | 3 | Duzias de facas Pampas, grandes.... | 9$530 | 28$580 |
| | 2 | Ditas de pentes de seringa, altos, ns. 32. | 2$950 | 41$900 |
| | 2 | Libras de linha de novellinhos....... | 2$900 | 5$800 |
| | 3 | Duzias de carrinhos de dito......... | $600 | 1$800 |
| | 2000 | Anias............................ | 2$100 | 4$200 |
| | 24 | Peças de clastros de côres.......... | 1$920 | 3$840 |
| | 3 | Grosas de botões para camisas...... | $400 | 1$200 |
| | 6 | Ditas de marca.................... | $400 | 2$400 |
| | 7 | Libras de linha de pescar........... | 2$800 | 19$600 |
| ho 16 | 5 | Milheiros de espoletas.............. | 2$400 | 12$000 |
| 371 | 4 | Duzias de itassumbas............... | 1$600 | 6$400 |
| | 2 | Peças de chitas finas de côres, 74 2/3 covados ...................... | $400 | 29$600 |
| | 2 | Ditas americano, marca nova, 83 jardas | $750 | 62$250 |
| | 3 | Ditas dito, tinto, largo, 6 jardas. . . . | $580 | 34$800 |
| | 16 | Latas de pomadas. . . . . . . . . . . | $450 | 7$200 |
| | 2 | Frascos de vinagre. . . . . . . . . . | 1$800 | 3$600 |
| | 6 | Ditos de vinho tinto. . . . . . . . . | 3$600 | 19$200 |
| | 4 | Duzias de tigelas. . . . . . . . . . . | 3$500 | 14$000 |
| | 6 | Pares de chicaras. . . . . . . . . . . | $020 | 7$920 |
| | 1 | Frasqueira de cachaça. . . . . . . . . | | 13$200 |
| | 1 | Duzia de pratos brancos finos. . . . . | | 3$500 |
| | 4 | Garrafas de agua Florida. . . . . . . | 1$700 | 6$800 |
| ubro | 300 | Pregos de fôrro. . . . . . . . . . . . | | 12$000 |
| 1871 | 2 | Frasqueiras de cachaça. . . . . . . . | 13$200 | 26$400 |
| | 1 | Peça de americano trançado legitimo, 42 jardas. . . . . . . . . . . . . | $990 | 41$500 |
| | 2 | Garrafas de licor. . . . . . . . . . . | 7$200 | 2$400 |

| Data | Qtd. | Descrição | Preço | Total |
|---|---|---|---|---|
| | 1 | Duzia de facas Pampas, grande. . . . | 11$040 | 11$ |
| | | Dinheiro que pediu. . . . . . . . . . | | 4$ |
| | 1 | Cabeça de cordas para cavaquinho. . | | $ |
| | 24 | Ralos de cobre. . . . . . . . . . . . . | 13$200 | 26$ |
| | 1 | Molho de tabaco. . . . . . . . . . . | | 12$ |
| | 18 | Libras de assucar. . . . . . . . . . . | $320 | 5$ |
| Dezembro | 1 | Milheiro de espoletas. . . . . . . . . | | 1$ |
| 2 de 1871 | 1/2 | Frasqueira de caxaça . . . . . . . . . | | 6$ |
| Março 2 | 1 | Mólho de tabaco. . . . . . . . . . . | | 10$ |
| 1872 | | Importancia que paguei a Paulo Christo | | 41$ |
| | | Com os 10 % da dita quantia. . . . . | | 84$ |
| | | Somma S. E. . . | | 6:876$ |
| | | HADE HAVER: | | |
| | 3 | Arrobas de sernambi. . . . . . . . . | $800 | 24$ |
| | 45 | Arrobas de seringa fina, embarcadas para capital por sua conta e risco. | | |

Jacú-coara, 9 de Março de 1872.

*José Domingos de Oliveira Bahia.*

## XXVIII

### Estado actual da raça indigena no valle do Amazonas.

Os altos poderes do Estado não descuram da sorte das populações indigenas que ainda andam errantes pelas florestas, como animaes bravios, e a lei do orçamento consagra todos os annos verba importante para este ramo do serviço publico.

Mas o governo encontra grandes difficuldades para realizar este nobre empenho, sendo uma das principaes a falta de missionarios, e de pessoal idoneo e dedicado.

A experiencia tem infelizmente provado que não se póde contar com o concurso do clero nacional.

No valle do Amazonas a população indigena pode-se considerar dividida em duas partes bem distinctas. Uma, composta dos descendentes dos antigos selvagens, trazidos das brenhas pelos missionarios de outr'ora; são actualmente, não direi christãos nem catholicos, porém baptizados. Vivem em ligeiras cabanas, ás margens dos rios; caçam, pescam, e extrahem das matas productos naturaes, que vendem aos commerciantes.

Quando crianças são levados ao parocho que os baptiza, e voltam á cabana paterna, crescem e vivem á lei da natureza; mas são considerados catholicos e como taes figuram nas estatisticas. Entretanto, indifferentes aos preceitos do christianismo, mesmo porque os ignoram, conservam-se aferrados a superstições de sua antiga mythologia.

A mor parte d'elles não ouve sequer uma vez em todo o decurso de sua existencia a explicação da doutrina christã.

A outra parte da população indigena é a que se acha

ainda inteiramente selvagem. Esta vai-se afastando cada vez mais das margens do Amazonas, e procura de preferencia os cursos superiores de seus affluentes. Por esta fórma collocam entre si e as populações baptizadas uma larga secção de cachoeiras.

Mas esta especie de territorio neutro é constantemente invadida pelos regatões, que penetram com incrivel audacia pelos mais reconditos sertões; e vão, arrostando mil perigos convidar o selvagem, não para dedicar-se á lavoura, mas para extrahir borracha, salsa e outros generos de permuta. Assim, são os regatões que vão attrahindo um por um os habitantes das selvas para o campo do trabalho.

Mesquinho é, pois, o quinhão que coube ás populações indigenas do valle do Amazonas, na partilha d'este thesouro de prosperidade, que a civilisação e o christianismo lhes devia trazer. Para elles parece que Colombo não veiu á America nem Christo ao mundo.

Ainda esboçarei um ligeiro quadro da vida d'estes desherdados de fortuna, e será o ultimo.

A' margem esquerda do Alto-Tapajoz, no meio da secção das cachoeiras, não longe de Bacabal, e entra esta missão e a importante villa de Itaituba encontrei as ruinas de uma antiga feitoria.

Eram destroços de quatro vastas casas, cobertas de palha de palmeiras, que foram propriedade de um temerario sertanejo de nome Manoel Quirino Paes, que pouco tempo antes tinha sido assassinado, deixando após si grande fama.

Era um mulato, que descêra da provincia de Mato Grosso como simples remeiro de canôa, ganhando mesquinho salario por trabalhos longos e descommunaes.

Mas o mulato abandonou a canôa e o patrão, e fixou-se n'esses lugares, occupando-se da extracção de borracha.

Depois associou a si, como companheiro e camarada, um indio *Maués*, depois outro, depois mais outro, até que ultimamente teve em sua companhia perto de cem indios de ambos os sexos.

Dotado de grande energia e methodo de trabalho, apoderou-se de uma larga zona de terra em cada uma das margens do rio, e de uma importante ilha que fica de permeio—que tudo era terreno nacional devoluto.

Este territorio poderia conter cerca de cinco mil arvores de borracha. Logo ao amanhecer o activo sertanejo fazia seguir em todas as direcções para os seus seringaes uma flotilha de ligeiras canôas, e á tarde cada indio regressava, trazendo pouco mais ou menos cinco kilos de borracha. Bem entendido, que todos os indios trabalhavam por conta do laborioso mulato, que durante a safra da borracha podia fazer, e fazia sem esforço, uma receita diaria no valor superior de cento e cincoenta mil réis.

A exportação que fazia annualmente d'este genero era realmente consideravel, e eu ouvi varios commerciantes de Itaituba calcularem-n'a em quantia superior a vinte contos. Tornado assim opulento, o mulato trazia os indios em verdadeiro e rigoroso captiveiro. Ai d'aquelle que tentasse ausentar-se de sua feitoria!

As mulheres eram empregadas em serviço de casa, e não iam ao mato cortar borracha. Nem por isso o captiveiro era menos duro.

Entre as captivas havia uma moça da tribu *Maués*, de nome Francisca, que, indignada, nunca pôde curvar-se ao despotismo e aos caprichos deshonestos d'esse tyrannete. Duas vezes tentou fugir, mas ambas foi capturada e rigorosamente castigada.

Então concebeu o firme proposito de vingar-se, e confiou a execução de sua justa vingança a um indio, ainda

criança, da tribu *Apiacá*. A india entregou uma espingarda carregada a este rapaz, conhecido pelo nome e appellido de José Apiacá, e o levou uma noite de emboscada defronte da porta por onde tinha de entrar o sertanejo. Quando este appareceu José Apiacá hesitou ; mas a india, que se conservava a seu lado quiz, arrancar-lhe a arma da mão, tratando-o de fraco e sem brio. Então José Apiacá desfechou o tiro, cahindo o verdugo morto, envolto em jorros de sangue.

Levados ao jury em Santarem, Francisca Maués declarou-se unica autora do crime ; erguendo a curta saia perante o tribunal, mostrou as pernas ainda com os vestigios dos ferros que por longo tempo soffrêra.

Diante de um auditorio numeroso e transido de pasmo, a india indignada revelou as scenas de barbaridades e horrivel devassidão, que tinham por theatro a feitoria d'aquelle homem feroz, e por victimas ella, e suas companheiras de captiveiro e de infortunio. O jury a absolveu.

José Apiacá, menino de physionomia doce e attrahente, declarou que matára o algoz para libertar os seus companheiros e para vingar Francisca Maués, a quem amava.

O jury o condemnou, e o infeliz acha-se actualmente cumprindo sentença na casa de correcção da Bahia.

Os indios da feitoria dispersaram-se immediatamente. Ha cerca de quatro annos que recuperaram a liberdade quando menos o esperavam ; e a heroica criança que lhes quebrou os ferros da escravidão, longe dos seus, esquecido em sua prisão, ainda nem mesmo attingiu á maioridade.

## XXIX

Regresso desde a *maloca* de Necodemos até as cabeceiras do Caderery. O grito de anhangá. Despedida.

Quando chegou, emfim, a hora do meu regresso, fui de casa em casa despedir-me de todos os habitantes de Necodemos.

N'esta occasião treze *Mundurucús*, em cujo numero estava o que me havia feito presente da cabeça *Parintintin*, tomaram seus arcos e flechas, e puzeram-se em movimento de me acompanhar, sem ter-me dito cousa alguma a respeito d'esta resolução. Confesso que não fazia o menor empenho de ver em minha companhia estes barbaros durante oito dias atravez essas matas bastas e desertas, antes fazia sinceros votos para que se ficassem em paz em sua *maloca*.

Disse-lhes que eu já não tinha farinha nem viveres, e que impossivel seria ácerca de vinte homens, que tantos ficavamos sendo, caminhar durante tanto tempo sem recurso algum.

Mas esta questão em nada os preoccupava ; apenas levavam comsigo algumas batatas, que quando muito poderiam bastar para um frugal almoço.

Não sei realmente de que aquelles homens se sustentavam durante esta viagem. Iam constantemante caçando, e apanhando aves, lagartos e fructos silvestres, com que se nutriram.

De espaço a espaço encontravamos limpidos e deliciosissimos regatos, e os selvagens nunca perdiam occasião de atirar-se n'estas frescas correntes, tanto mais que nenhum trabalho tinham de despir-se nem de vestir-se. A' noite nos reuniamos ao som da buzina, e sempre pousavamos á beira

de um riacho, que vai serpenteando em todas as direcções, ou correndo atravez dos campos, ou á sombra de mattas virgens.

Depois da refeição da tarde cada um de nós armava sua rede ; aquelles que as não traziam faziam camas de ramas de arvores.

***Maués*** e ***Mundurucús*** dormiam tranquillamente ao lado um do outro, tribus outr'ora inimigas implacaveis, que não se encontravam sem bater-se.

Tenho muitas vezes ouvido fallar no silencio profundo dos desertos. Mas durante a noite, n'estas solidões, um só momento não se passa de silencio absoluto. Mil vozes descompassadas, umas perto, outras ao longe, roucas ou agudas, estridentes ou plangentes—ranger de ramos uns sobre outros, chilrar de insectos, o silvo de reptis e o cantar lugubre de aves nocturnas, constituem uma orchestra de singular effeito.

No meio d'estes sons discordantes nota-se um grito ao mesmo tempo agudo e plangente, que parece mudar continuamente de lugar.

Os *Maués*, gentio de nação *Tupy*, diziam ser o *grito de anhangá*. Mas, apezar de eu os interrogar varias vezes sobre este assumpto,não consegui saber se elles attribuiam o grito simplesmente a um pequeno veado branco, que designam pelo nome de *anhanga*,ou se o attribuiam ao espirito maligno, que,segundo suas crenças, costumam encarnar-se em veado para os vir enganar e desvial-os do caminho quando vão á caça. Entretanto, quando fallavam em *anhangá*, não davam manifestação alguma de terror supersticioso.

Pois a theogonia *tupy* representa o principio do mal simplesmente sob a figura de um veado matreiro,que tece engenhosos ardiz para transviar os caçadores.

Já não é Siva, sempre sedento de sangue como se affi-

gurava na mais remota civilisação sanscrita, nem o Arithman dos persas.

Está mesmo muito longe da figura, ao mesmo tempo terrivel e carnavalesca, de Satanaz, de que tanto fallavam os antigos missionarios em suas predicas e em suas chronicas.

A' cabeceira do Caderery passei o ultimo dia e a ultima noite em companhia dos *Mundurucús* que desde Necodemos me haviam acompanhado.

Fiz-lhes presentes de tudo quanto eu trazia em minha canôa, mesmo de objectos de meu uso particular que não me fossem estrictamente necessarios, e senti profundamente não poder n'essa occasião dispor de mais recursos para obsequial-os.

A' ultima hora ainda insisti com estes selvagens, para que viessem ver nossas cidades, ou ao menos para que mandassem alguns de seus filhos, compromettendo-me eu a fazel-os regressar mais tarde para a companhia de seus pais.

Alguns apenas responderam por um signal negativo, e outros nem siquer responderam, como se não considerassem o convite digno de ser tomado em consideração.

Parece que sobre estes miseros selvagens e seus filhos cahe com todo o rigor da fatalidade o terrivel anathema— de que resam os livros santos: *Vagus et profugus éris super terram.*

---

# NOTAS

PARA A

# HISTORIA PATRIA

## SEGUNDO ARTIGO (*)

### Os primeiros povoadores. Quem era o bacharel de Cananéa ?

(*Memoria lida perante o Instituto Historico e Geographico na sessão de 7 de Julho de* 1876 *pelo socio Candido Mendes de Almeida.*)

---

I

Descobrir quem era este personagem, que representa um importante papel, antes e no começo da povoação da primeira colonia portugueza no Brasil meridional, é decifrar um dos enigmas da nossa historia. E tanto mais notavel é o facto quanto, depois de encetada a colonisação do paiz n'essa parte do Brasil, jámais se ouve fallar d'essa individualidade, de modo ao menos a assegurar, por interesse puramente historico, a respectiva identidade ; maxime com relação á sorte das familias que n'aquella época se estabeleceram no territorio paulistano, e cuja memoria perdura com mais ou menos gloria.

O mesmo succedêra com o portuguez encontrado na Bahia por Martim Affonso de Sousa (1531), e pelos companheiros da desastrada expedição de Simão de Alcaçova Souto Maior (1535) ; mas sua identidade com o celebrado *Caramurú*, muito depois se estabeleceu, pois de factos tão

(*) Vide o primeiro artigo na *Revista* de 1876 á pags. 5 e 386.

naturaes e sem estranheza se fez uma lenda heteroclita que tanto deturpa a historia patria.

E em nossos tempos (1848), felizmente, foi quando melhor se póde tirar a limpo essa identidade, posta de lado a phantasia, graças aos esforços do nosso tão erudito, como incansavel historiador, Varnhagen.

A identidade do bacharel de Cananéa ainda é mui questionavel, e, póde-se dizer, tem-se procurado mais obscurecêl-a que aclaral-a.

Nas considerações em que vamos entrar, esperamos, senão resolver de uma vez todo o problema, esclarecer a questão mais do que hoje se acha, assignalando o individuo á quem coube essa denominação, com provas que suppomos irrecusaveis.

No *Diario da navegação* de Pêro Lopes de Sousa diz-se que, arribando a frota lusitana no dia 12 de Agosto á ilha da Cananéa(1), hoje do *Bom Abrigo*, d'alli mandára o ca-

(1) Ainda hoje é desconhecida a razão d'esta denominação, aliás de summa importancia, em relação á historia do paiz. Este porto, como o de S. Vicente, era bem conhecido dos nautas especuladores que demandavam o litoral sul do Brasil, e vê-se do mesmo *Diario* nas palavras: « *e reconhecendo ser a ilha da Cananéa.* »

Note-se que dias antes a frota esteve em frente ao porto ou rio de S. Vicente, e não pôde entrar em relações com a gente da terra. Eis o que diz o *Diario*:

« Terça feira (8 de Agosto) ao meio dia fisemos o caminho ao noroeste; porque pelo dito rumo nos fasiamos com o *Rio de S. Vicente.*

« Quarta feira nove dias d'Agosto no quarto d'alva fasiamos o caminho ao noroeste e a quarta do norte; e ás nove horas do dia seguimos bem pegados com a terra em fundo de oito braças de arêa grossa. Estando surtos mandou o capitam I. hum bargantim á terra, e nelle huã *lingua* para ver se achavam gente, e para saber onde eramos; porque a cerraçam era tamanha, que estavamos hum tiro d'abombarda de terra e nam na viamos. De noite veio o bargantim, e nos disse como nam pudera ver gente.

« Quinta feira pela menhãa nos fisemos á véla. »

pitão-mór Martim Affonso de Sousa pelo estreito ou *paraná-mirim*, que chamam hoje *mar pequeno*, traducção d'aquella palavra, o piloto Pedro Annes em um bergantim (grande falúa), afim de entender-se com os indigenas, visto que era *lingua* da terra, isto é, pratico no idioma *tupí*, que se fallava em toda a nossa costa.

A volta do piloto, que conhecia a terra, é assim relatada:

« Quinta feira 17 dias do mez de Agosto veio Pedro Annes piloto no bargantim, e com elle veio Francisco de Chaves e o *bacharel*, e cinco ou seis Castelhanos.

« Este bacharel havia *trinta annos* que estava *degradado* nesta terra, e o Francisco de Chaves era *mui grande lingua* desta terra.

« Pela informação que della deu ao capitão I., mandou á Pêro Lobo com oitenta homens, que fossem descobrir pela terra a dentro; porque o dito Francisco de Chaves se obrigava que em dez meses tornára ao dito porto com quatrocentos escravos carregados de prata e ouro(2). Partirão

(2) Noticia de taes riquezas já Martim Affonso colhêra no Rio de Janeiro durante sua estada e com referencia ao Paraguay.

Parece que Francisco de Chaves havia sido companheiro da celebrada expedição de Aleixo Garcia (1524), que fôra tão mal aventurada. A expedição de Pêro Lobo teve, como se sabe, fim o mais desastrado, assaltada pelos *Carijós*, perecendo n'ella não só Pêro Lobo, como Francisco de Chaves, nas vizinhanças do rio Iguassú.

Entretanto, é nossa conjectura, que o padre da Companhia de Jesus, de que trata Simão de Vasconcellos em differentes lugares de sua *Chronica*, era o mesmo Francisco de Chaves, á menos que não fosse algum irmão, filho ou parente.

Vide a mesma *Chronica*, liv. 1, n. 70, onde se lê o seguinte:

« Admittiu (o padre Leonardo Nunes) em primeiro lugar á Pedro Corrêa, e á *Manoel de Chaves*, homens principaes, moradores da terra, de muitos annos do Brasil, e *muito grandes linguas*. »

Vide tambem no mesmo livro os ns. 127 e 174.

desta ilha em o 1° de Setembro de 1531, os quarenta bésteiros e os quarenta espingadeiros(3). Aqui nesta ilha estivemos quarenta e quatro dias. »

Temos portanto aqui, além dos castelhanos inominados, dois individuos: Francisco de Chaves, mui habil na lingua dos indigenas, e o *bacharel*, cujo nome se não declina, mas que pelo tratar no *Diario* parece ser personagem mui conhecida dos maritimos que frequentavam a costa do Brasil meridional.

Um dos seus caracteristicos era estar degradado na terra, havia trinta annos; portanto, conforme o *Diario*, residia n'essa parte do Brasil desde 1501.

Herrera, na sua *Historia das Indias Occidentaes*, dec. IV, liv. 1, cap. 1, referindo-se á viagem do piloto Diogo Garcia em 1527, e á sua chegada ao porto de S. Vicente, diz o seguinte:

« El piloto Diego Garcia, *portuguez*, con el armada que llevava, se halló en los baxos que llaman de *Abre el ojo*(4), que estan en 17 grados en la costa del Brasil, en fin del año passado (1526): y saliendo de ali fue a la bahia de San Vicente, que está en 24 grados, adonde llegó a 15 de Enero: y un *Bachiller portuguez* le dio mucho refresco de carne, pescado, y vitualla de la tierra, por su dinero; y un yerno suyo(5) se concertó con Diego Garcia de yr *por lengua* al rio de la Plata. »

(3) *Quarenta bésteiros e quarenta espingardeiros*.
Este facto mostra a imperfeição das espingardas n'àquella época, e a difficuldade de maneal-as: e por isto não se abandonou logo o uso das béstas, que desappareceram de todo na Europa no principio do seculo XVII.

(4) Os baixos dos *Abrolhos*.

(5) Seria este genro Francisco de Chaves ou algum dos castelhanos que conviviam com o bacharel? Hoje seria difficil, senão impossivel, verifical-o.

O que relata Herrera acha-se confirmado pelo mesmo Diogo Garcia na *carta-memoria* que dirigiu ao rei de Hespanha contra Sebastião Cabot em 1529 ou 1530, de que felizmente temos cópia em nossa *Revista* tomo XV, graças aos esforços do mesmo nosso incansavel consocio, supracitado, onde á pag. 9 se lê :

« 1527. E de aqui (*ilha da Trindade*) fuemos a tomar refresco en S. Vicénte questa en 24 grados, e *alli vive* un Bachiller e unos yernos suyos mucho tiempo ha que ha bien 30 anos e alli estuvimos hasta 15 de Enero del ano seguiente de 27, é aqui tomamos mucho refresco de carne e pescado e de las vitualhas de la tierra para provision de nuestra nave, é agua, é leña é lo que ovimos menester, é compré de un yerno deste Bachiller un vargantin que mucho servicio nos hizo, é mas el proprio se acordó con nós otros de ir por lengua al rio (*da Prata*) ; y *este Bachiller* con sus yer nos (6), y hicieron comigo una carta de fletamiento para que los truxese en España con la náo grande ochocientos esclavos (7), é yo la hice con acuerdo de todos mis oficiales é contadores é tesoreros que allegando en el rio (*da Prata*) mandasemos la náo, porque la náo no podia entrar en el rio, por que muchas veces les dixe al conde D. Fernando e a los yactores que hicieron el armada, que aquella náo no podia entrar en el rio que era muy grande, y ellos no qui-

Mas colhe-se d'este dado historico que os europeus, naufragos ou desertores, e mesmo degradados, conheciam o litoral meridional desde S. Vicente até o Rio da Prata, antes da povoação e colonisação regular do Brasil.

Não obstante, pelo que mais adiante diz o mesmo Diogo Garcia, os companheiros do *Bacharel* eram seus genros.

(6) Vide a nota precedente.

(7) Pensamos ser erro de cópia, devendo lêr-se *oitenta* em vez de *oitocentos* escravos, carga demasiada para um navio naquella epoca

sieron sino hacer-me-la llebar *para vir* cargada con esclavos, è asi lo hice que asi la mandé cargada de esclavos, por que ellos no hicieron ni me dieron la armada que S. M. mandé que me diesen, é lo que con ellos yo tenia capitulado, concertado é asentado é firmado de S. M., mas antes hicieron lo contrario que me dieron la náo grande e no conforme á lo que S. M. mandava ; e no me la dieron en tiempo que les fue mandado por S. M. que me la diesen en entrando Setiembre, y ellos me la vieron mediado Enero que no me podia yo aprovechar della por que aqui V. M. lo verá por esta navegacion, *y está una gente alli con el Bachiller* que comen carne humana y es muy buena gente, amigos mucho de los cristianos, que se llaman *Topies* (8).»

E mais adiante accrescenta, depois de haver encontrado a gente de Sebastião Cabot no rio Paraná, e dispondo-se a subir o rio em um bergantim :

«.....é tornamos a nuestro navio (9) á donde se quedava haciendo el otro vergatin, é luego acordamos todos mis officiales de la mandar fuera del rio la *nao* questava en grant peligro de las garupadas (*pampeiros*), que en aquel tiempo ay en aquel rio, é mas que fuese á cargar *los esclavos del dicho Bachiller* que tenia fletados para en España, é daria nuebas como Savastian Gavoto estava en el rio, é luego *la nao hizo véla* é fuese fuera del rio á S. Vicente á esperar mi respuesta en aquel puerto de S. Vicente, é luego mandé á los otros navios que luego se fuesen á donde estavan los navios de Sevastian Gavoto por que no

(8) *Topies*, isto é, os *Tupís*, *Tupins* ou *Tupininkins*, denominação generica, com que eram conhecidos pelos navegantes os selvagens que viviam no litoral de S. Vicente até á Cananéa.

(9) Cumpre ter em consideração que quem escreveu a carta era um portuguez ao serviço da Hespanha, pouco letrado, e por isso mistura os dois idiomas em sua linguagem.

avia por alli otra estancia para que estuviesen en salvo, etc.»

Estas citações são a melhor e mais veridica noticia do que era S. Vicente antes do estabelecimento de Martim Affonso de Souza em 1532, e, combinadas com o *Diario* de Pêro Lopes de Souza, explicam e justificam a razão da preferencia dada pelo capitão-mór portuguez ao estabelecimento de S. Vicente, porto melhor, de bom fundo e mais abrigado.

A entrevista de Martim Affonso em Cananéa com o *Bacharel* determinou sem duvida a preferencia, abandonando-se a posição da foz do rio da Prata, onde por certo não teriam os novos colonos os promptos recursos de S. Vicente, e onde o Bacharel com seus genros e outros européos que com elle viviam, podia facilmente abastecer de mantimentos os navios que alli aportavam, e construir bergantins.

Isto presuppunha trato antigo com os européos que frequentavam aquelle litoral; portanto já alli existia um principio de colonia posto que irregular e pouco numerosa.

Quanta distancia d'esta historia veridica e natural, da lenda, senão phantasiada, repetida por Fr. Gaspar da Madre de Deus, nas suas *Memorias* e por Pedro Taques, os creadores da historia imaginosa Paulistana !

E convem notar que Gabriel Soares, em sua *Noticia do Brazil*, conforma-se com o que acima dissemos, bem como com o author da *Carta annua* de 1584, estampada no tomo VI da nossa *Revista*, que suppõe-se ser obra do veneravel padre Joseph de Anchieta, de santa memoria.

Os indigenas do litoral, *Tupís, Tupins, Tupinsquis* ou *Tupinanquis* (sem que por ora excluamos os de serra acima —*Guayanases*), eram amigos dedicados d'esses poucos européos que viviam em Cananéa e em S. Vicente; assim como tambem eram os *Carijós* ou *Patos* dos que se achavam em Santa Catharina. Eram sobretudo estes indigenas, os ultimos,

adversos á antropophagia, e isto facilitava muito as relações com os europêos desterrados, naufragos ou desertores dos navios que demandavam por qualquer circumstancia aquelles mares. Não se podia dizer outro tanto dos *Tupís*, embora amigos, e nem mesmo dos *Guyanases*, que aliás, vivendo em serra acima, damno algum faziam aos navegantes, ainda não tendo paz com os indigenas do litoral.

Mas quão differente e mui apreciavel é esta historia, firmada em dados certos, das lendas posteriormente creadas para poetisar sem gosto esses começos da colonisação lusitana !

Parece que, confrontadas as duas noticias, portugueza e hespanhola, resulta a identidade do individuo visto em 1527 em S. Vicente, e em 1531 em Cananéa. E' o mesmo *bacharel portuguez* degradado, tendo muitos filhos no paiz e genros europêos, e dispondo de riqueza da terra, sobre tudo indigenas escravos, na generalidade *Carijós.*

Creada e organisada a colonia em 1532, esse personagem, com semelhante caracteristico, como que desapparece da scena; nenhum escriptor mais o assignala, nem nos documentos officiaes até o presente conhecidos, nem nas chronicas que nos restam.

O primeiro que procurou resolver o problema, decifrando o enigma, foi Ayres do Casal, na *Corographia Brasilica*, e, aliás, não dispunha senão do texto de Herrera, e das *Memorias da Capitania de S. Vicente* de Fr. Gaspar da Madre de Deus, benedictino, e natural de Santos, na provincia de S. Paulo.

Ayres do Casal sustenta, ou melhor julga provavel, que o bacharel portuguez, visto em S. Vicente por Diogo Garcia, fosse ou *João Ramalho* ou *Antonio Rodrigues*, outra individualidade de que Fr. Gaspar lhe deu noticia, e de que é

o inventor (10). A esta opinião acolheu-se o general Abreu Lima, na sua *Historia do Brasil*, repetindo, sem critica, as mesmas palavras de Ayres do Casal.

Machado de Oliveira, no seu *Quadro historico da provincia de S. Paulo*, é mais positivo, e declara que esse bacharel era Francisco de Chaves, o mesmo que aconselhou a expedição de Pêro Lobo, que tão desastradamente mallográra-se.

Mas basta confrontar esta opinião com o trecho do *Diario* de Pêro Lopes de Sousa para adquirir-se certeza de sua improcedencia. Esse trecho assignala duas individualidades bem salientes por occasião da arribada á Cananéa—*Francisco de Chaves* e o *bacharel*.

O editor d'aquelle *Diario*, Varnhagen, na sua *Historia geral do Brasil*, segue outra doutrina, e, a nosso vêr, tão insustentavel como a opinião de Machado de Oliveira. Transcrevemos aqui suas palavras :

« Quanto ao nome do degradado cumpre-nos dizer que um *bacharel* Gonçalo da Costa levou Cabot comsigo da Cananéa ; e como isso não obsta á que elle regressasse, pode ser que fosse o mesmo encontrado por Pêro Lopes. Veja o nosso texto na pagina 50 (refere-se á narrativa de Diogo Garcia).

« Em S. Vicente havia, pouco depois,outro bacharel que chamavam *mestre Cosme*. Porém a crermos Charlevoix o nome do dito bacharel *degradado* deveria ser *Duarte*

(10) Mostraremos em tempo opportuno a razão de nosso asserto. Por outro lado suspeitamos que o celebre aventureiro portuguez *Aleixo Garcia*, que atravessou os nossos sertões meridionaes, e foi pelo Paraguay até o Perú, antes da conquista de Pizarro, era o companheiro de João Ramalho, ou dos que ficaram em Cananéa na passagem de Americo Vespucio, ou de Gonçalo Coelho, se passou do Rio de Janeiro, onde por largo tempo demorou-se, impedido de navegar. São méras conjecturas de nossa parte.

*Peres*, companheiro de Mosquera, segundo o escritor jesuita. »

No artigo *Primeira Exploração da costa brasileira de* 1501 *a* 1506 publicado no tomo 36 de nossa *Revista*, fixando o roteiro de Americo Vespucio em 1501, exprime-se o mesmo distincto historiador por esta fórma :

« Do porto de S. Vicente passou a esquadrilha ao de Cananéa, no qual deixou degradado um bacharel portuguez, que ainda vivia trinta annos depois. Propendemos á crer que seria este o proprio bacharel *Gonçalo da Costa*, que ahi veio á ser encontrado por Cabot. »

E em nota accrescenta :

« Não havemos podido legitimar o nome de *Duarte Peres* que dá um escritor do seculo passado á *certo bacharel* degradado n'essas paragens, de que faz menção sem allegar titulos convincentes. »

Não nos podemos conformar com a explicação que do facto dá-nos o nosso tão illustrado consocio, e faz-nos especie sua opinião, que nem apoio encontra em Ayres do Casal (11).

Em verdade Cabot nunca foi á Cananéa, e Herrera, que cita-nos o facto da vinda á Europa de Gonçalo da Costa, não nos diz que elle era *bacharel :* onde pois descobriu o nosso douto collega o que affirma para justificar sua opinião ?

Vejamos o que diz Herrera na sua *Historia das Indias*

(11) Ayres do Casal na *Corographia Brasilica*, em uma das notas á sua introducção exprime-se, n'estes termos :

« Não sabemos em que porto do Brasil Sebastião Caboto recolheu o portuguez *Gonçalo da Costa*, que depois de ter vivido muitos annos no paiz, voltou com elle, e estabeleceu-se em Sevilha ; nem em que parte do mesmo paiz estivera *Henrique Montes*, que foi na armada de Martim Affonso em 1531, segundo nos informa Antonio Herrera. »

*Occidentaes*, dec. IV, liv. X, cap. VI, referindo-se ao anno de 1531:

« Fué informada la Reyna, que el Rey de Portugal avia escrito a Sevilla, á un portuguez llamado *Gonçalo de Acosta*, que avia estado muchos años en la provincia del Brasil, entre los Indios, y se vieno con Sebastian Gavoto a Castilla, ofreciendo-le seguro (12), y mercedes, por que fuese á Lisbóa; y que aviendo-le preguntado muchas cosas del *rio de Solis*, que dicen *de la Plata*, le rogaron que fuese en una armada que se despachava para aquellas partes, haviendo-le crecidos partidos. »

Como se vê n'este capitulo de Herrera, tratava-se de uma expedição ao Rio da Prata, como foi a de Martim Affonso de Sousa, e o auxilio de Gonçalo da Costa, portuguez, que d'alli tinha vindo com Cabot, era importante. Ora, como já notámos, nem Cabot foi á Cananéa, pois a sua arribação no nosso littoral foi na ilha dos Patos por elle denominada de *Santa Catharina*, e nem se diz que Gonçalo da Costa fosse *bacharel*.

Em que autor ou documento basêa-se, pois, o illustrado

(12) Esta circumstancia faz crêr que este Gonçalo da Costa era um criminoso, desertor de algum navio das armadas portuguezas ou degradado, que abandonando, talvez, Cananéa ou S. Vicente, se refugiára em Santa Catharina, e demandasse a protecção de Cabot, acompanhando-o ao Rio da Prata.

Quem sabe mesmo se não seria elle o companheiro degradado de João Ramalho?

São problemas actualmente insoluveis.

Vide *supra* nota (10).

Entre Aleixo Garcia e Gonçalo da Costa, tem este, a nosso vêr, maiores probabilidades, em vista das duas circumstancias — longa estada no Brasil, e a offerta de seguro.

Mas tem contra si a estada de Cabot em Pernambuco, onde talvez o acolhêra na ida para o sul.

historiador para assegurar que o bacharel de Cananéa era Gonçalo da Costa?

Se não tem outra base senão Herrera, esse recurso não póde aproveitar-lhe.

A hypothese de *Duarte Perez*, citado por Charlevoix, tem os defeitos da precedente, e nem o escritor jesuita o classifica de bacharel.

Charlevoix, na sua *Historia do Paraguay*, diz que Ruy Mosquera, não podendo conservar-se na torre de Cabot, depois do celebre assalto dos indigenas *Timbués*, desceu o Paraná e foi estabelecer-se no litoral do Brasil, na latitude de 32 gráos, em um porto commodo, onde construira um forte (13). Passados poucos dias veiu reunir-se-lhe um *cavalheiro* portuguez, chamado *Duarte Perez*, que havia sido degradado na sua vizinhança, acompanhado de sua familia, voltando depois para o seu degredo por ordem do capitão-general do Brasil.

Portanto d'aqui se não póde concluir que Duarte Perez fosse o bacharel degradado em Cananéa. A narração de Charlevoix é tão cheia de inverosimilhanças, que é difficil aceita-la, ainda mesmo com as explicações de Fr. Gaspar da Madre de Deus nas suas *Memorias da Capitania de S. Vicente*, pois as datas ficam muito em desaccordo, e em uma distancia de mais de trinta annos.

Não nos detemos em discutir a individualidade de

(13) Quem sabe se se não trata aqui de Maldonado, ou do Chuy? Tudo são duvidas e obscuridades difficeis de destrinçar.

Veja-se sobre este assumpto Demersay, *Historia do Paraguay*, tomo 2, pags. 235 e 236.

Segundo este escritor, que se apoia em autoridades platinas, Mosquera, abandonada a torre de Cabotto, embarcou-se com a sua gente e veiu até Iguape (*Yguá*), lugar vizinho á S. Vicente, colonia portugueza de que se apoderou em 1534, para ir depois estabelecer-se em Santa Catharina.

*mestre Cosme*, visto que sua apparição no Brasil, ou em S. Vicente, é posterior ao estabelecimento de Martim Affonso. E' o que se deduz das seguintes palavras de nosso douto historiador :

« Em S. Vicente havia *pouco depois* outro bacharel que chamavam *mestre* Cosme. »

Portanto não era e não podia ser este o *bacharel de Cananéa*.

Quaes deverão ser os caracteristicos que nos levem a determinar o assignalamento d'esse personagem, de modo a estabelecer sua identidade com algum individuo da colonia de Martim Affonso, e assim conhecer o seu nome, que nenhum documento, depois d'essa época, positivamente designa ?

Não passam de *quatro :* a nacionalidade portugueza ; a residencia na terra do Brasil desde 1502 ; o cumprimento de uma penalidade rigorosa ou infamante ; e contar genros européos na época da passagem de Diogo Garcia por S. Vicente em 1527, e da arribada de Martim Affonso de Sousa, em Cananéa, em 1531.

O individuo que na época do estabelecimento da nova colonia reunir esses caracteristicos deverá ser o *bacharel*, cujo nome procuramos conhecer, no interesse da historia em geral do nosso paiz, e mesmo dos primeiros estabelecimentos dos européos n'esta parte da America.

Ha ainda uma questão a ventilar, e vem a ser : se esse bacharel era em verdade um homem que cursára alguma faculdade, Coimbra, Lisboa ou Salamanca, ou se era a designação de *bacharel* um appellido ou alcunha. Sabe-se que os grandes criminosos muitas vezes são conhecidos por alcunhas. Esta questão ventilaremos mais adiante.

Sabe-se que nas frotas portuguezas, que se dirigiam á descoberta de paizes novos, iam de ordinario alguns de-

gradados, que se deixavam n'esses paizes, sempre aos pares, afim de conhecerem os costumes dos naturaes e aprenderem sua linguagem, para que servissem de interpretes aos portuguezes em suas relações commerciaes futuras. Assim praticavam na Africa e mesmo na Asia, e o fizeram tambem na nossa America, de que deu o primeiro exemplo Pedro Alvares Cabral, em Porto Seguro.

E n'este caso houve a circumstancia notavel de voltar um á Portugal, em 1513, com alguns indigenas, em um navio do contrato de páo-brasil, como se lê em Damião de Goes, na *Chronica de el-rei D. Manoel*, parte primeira, cap. 51, e em João de Barros, *Asia*, dec. I, liv. 5, cap. 2, sem esquecer os indigenas que levou a frota de Vespucio em sua primeira viagem, para esse fim, na continuação do seu périplo no nosso litoral do sul (14).

O *bacharel* encontrado em S. Vicente e Cananéa por Diogo Garcia e Martim Affonso de Sousa, e tão conhecido dos navegantes que frequentavam o litoral sul-americano, era portuguez. A carta do primeiro á Carlos V, então reinando na Hespanha, e o *Diario da navegação* de Pêro Lopes de Sousa, irmão de Martim, positivamente o declaram.

A estada de um em S. Vicente e de outro em Cananéa não contrariam a identidade, por isso que Garcia comprou a um dos genros do *bacharel* um bergantim (falúa ou grande bote) para ir ao Rio da Prata, servindo-lhe esse individuo ao mesmo tempo de *lingua* ; e por outro lado o *bacharel* era personagem influente e poderosa, visto como celebrára contrato, afim de mandar para a Hespanha oitocentos (800) escravos indios para vender. Conhecia e estava habituado á viagens pelo litoral sul no interesse de seu negocio.

(14) Referimo-nos aos indigenas que recebeu a frota em um porto da costa do Brasil, pouco depois de passado o cabo de Santo Agostinho.

Portanto, a navegação pela costa de S. Vicente ao Rio da Prata, sendo conhecida e praticada por esses individuos, os dois differentes pontos em que foi encontrado o bacharel, em épocas tambem differentes, não excluem a respectiva identidade. Accresce que a estada d'esse individuo em Cananéa(15), na occasião da arribada de Martim Affonso, era ou podia ser casual, porquanto este, voltando do Rio da Prata, não demandou mais esse porto, mas o de S. Vicente, preferencia que indica prévio accordo com o bacharel encontrado em Cananéa.

Ainda outra razão que confirma a identidade.

Pêro Lopes de Sousa, no seu *Diario*, assevera que esse bacharel, havia trinta annos, estava *degradado* n'essa terra(16); portanto não era um naufrago, pois se fôra era mui natural, tendo tantas relações com os navios europêos que frequentavam o litoral, como revelam o facto da construcção do bergantim e a vinda directa de Diogo Garcia áquelle porto(17), que procurasse voltar á Europa, muito antes d'essa época. Só um degradado, habituado á tão escabrosa vida, se resolveria á ficar em companhia de selva-

(15) *Cananéa* era a principal aldêa dos *Tupinikins* ou *Tupís* na fronteira dos *Carijós*, seus emulos. Esses *Tupís* ou *Tupins*, assim denominados pelos Europêos, não eram *Guayanases*, tribus do interior. Viviam os primeiros no litoral; eram menos barbaros que os de serra acima, o que convem sempre ter em vista.

(16) *Degradado n'essa terra* não quer dizer em determinado lugar, Cananéa ou S. Vicente, mas em geral.

(17) De onde viriam estas relações de Diogo Garcia com os naufragos ou degradados de S. Vicente, anteriores á esta viagem? Naturalmente por ter yindo em outras expedições de portuguezes, de que hoje não temos noticia, por parte do governo ou de particulares.

E quem sabe se esse nauta portuguez, ultimamente ao serviço da Hespanha, não teria relações de parentesco com o famoso aventureiro—Aleixo Garcia?

gens, renunciando, por necessidade, o volver á patria, e tornar, ao menos, a vêr a familia.

Podia acontecer, mas não é mui presumivel o facto, partindo de um homem de letras que houvesse gozado de certa posição na sociedade de seu torrão natal, e tendo, se quizesse, facilidades de ir e voltar. Podia acontecer, indo o degradado conviver em paiz estranho, exposto á outras contrariedades e desgostos ; e n'este caso seria preferivel manter-se no degredo em que já estava.

E' certo que Diogo Garcia não diz que o *bacharel* era um degradado : n'esse ponto é silente ; mas assegura que vivia alli, havia quasi *trinta annos*, calculo referente á época em que escreveu a carta ao rei de Hespanha (Carlos V), isto é, 1531, segundo Herrera, e não á em que aportára á S. Vicente com a sua expedição.

## II

O individuo que no principio do estabelecimento de Martim Affonso de Sousa se achava n'estas condições era João Ramalho, ou outro menos celebrado; por exemplo : *Antonio Rodrigues* (18), se se quizer (admittida a denominação de Fr. Gaspar), provavelmente os dois degradados deixados

(18) Nossa opinião é contraria, como já vimos ; pensamos, por méra conjectura, que o companheiro do bacharel outro não era senão Aleixo Garcia.

Este aventureiro portuguez, segundo as tradições argentinas, emprehendeu a sua invasão ao Perú em 1524, existindo ainda o *Inca* Huayná-Capac, predecessor de Atahualpa, morto por Pizarro em 1533.

Vide *Historia Argentina* por Ruy Diaz de Gusman, liv. I, cap. 5º; Gay, *Historia da republica jesuitica do Paraguay*, cap. 1º, e Demersay, *Historia do Paraguay*, parte 3, cap. 2º, nota 1.

em 1501 pela frota onde vinham embarcados André Gonçalves e Amerigo Vespucci. N'essa frota havia degradados para esse fim, como se vê das cartas do mesmo Vespucci.

Mas á Antonio Rodrigues faltam circumstancias que militam em pró de *João Ramalho*. Este era um degradado, assim nôl-o declara Simão de Vasconcellos, na sua *Chronica da Companhia de Jesus*, liv. I, n. 77, nas seguintes palavras :

« Havia em S. Vicente um João Ramalho, homem *por graves crimes* , *infame*, e actualmente excommungado. Mandou-lhe o padre Leonardo pedir com cortesia fosse servido sahir-se da igreja, por que podesse elle celebrar sacrificio, pois não podia em sua presença : fê-lo assim, e celebrou o padre. Porém dous filhos seus *mamelucos*, dados por affrontados, determinarão castigar no servo de Senhor a injuria que tinhão por feita ao pai; etc. »

E mais adiante, n. 126 :

« Aquelle famoso João Ramalho, homem rico na terra, mas *infame* nos vicios, amancebado publico, por quasi *quarenta annos*, e de ordinario por essa causa excommungado (cujos filhos dissemos acima intentaram pôr as mãos no servo de Deos Leonardo Nunes), lembrado agora dos seus antigos odios, e tendo ainda vivo em seu peito o aggravo que cuidou lhe fizéra o padre, quando o mandou avisar se sahisse da Igreja, por que, presente elle não podia exercer o sacrificio do altar, por estar censurado : entre as alegrias e parabens, com que o povo recebia, por hospede o padre Nobrega, andava elle com a caterva dos seus filhos, muitos em numero, e todos de má casta, *mamelucos* illegitimos, e desalmados, com arcos, frechas e gritarias, fasendo gente, e desinquietando a villa contra os Padres, etc. »

E ainda no n. 161 :

« Aquelles mamelucos Ramalhos, de arvore ruim peiores fructos, tornam agora a resuscitar seus rancôres; e foram maiores os males que excitarão, que a propria peste.

« Moravão estes em um lugar *tres leguas* distante de Piratininga por nome S. André (19) : daqui tramavão seus embustes e despedião a peçonha, que concebêrão contra os Padres, amotinando toda a creatura, que conjurasse contra elles, como contra os maiores inimigos em vingança de *suas*, que elles chamavão *injurias*, e em liberdade do uso da terra de assaltear, e captivar os Indios. »

Portanto, João Ramalho era o progenitor de muitos filhos, amancebado publico por longo tempo, quasi quarenta annos, isto é, em 1549 ou 1553, quando o padre Leonardo Nunes foi para S. Vicente, ou o padre Manoel da Nobrega quando veiu com Thomé de Sousa. São datas que se não podem tomar em rigor; consequentemente desde o principio do seculo, pouco mais ou menos.

(19) Diz Fr. Gaspar, em suas *Memorias*, que o local de S. Bernardo, antiga fazenda da ordem benedictina, era o da povoação ou villa de S. André, mas não mostra o fundamento.

Não duvidamos. O interesse por sua ordem leva este religioso á querer celebrisar todos os lugares do seu estabelecimento. Mas se era S. André, porque não conservou-se o nome? E qual a razão da mudança?

Não se sabe ao certo a posição d'aquella aldêa, embora se conheça a distancia da cidade.

Por outro lado, S. André estava situada á borda do campo, na direcção do antigo traçado da estrada do Ramalho, e a tres leguas de Piratininga. Esse traçado desappareceu com a direcção que posteriormente deram á mesma estrada os padres Luiz da Grã e Manoel da Nobrega, e não Anchieta.

Os desvios de Fr. Gaspar em muitos pontos da historia paulistana pôem-nos de sobreaviso.

Simão de Vasconcellos, *Chronica*, liv. 2, n. 85.

E, pois, na época da vinda de Diogo Garcia (1527), e de Martim Affonso de Sousa (1531), podia João Ramalho já ter filhas casadas, á modo dos selvagens, com europêos, isto é, castelhanos, portuguezes e italianos, que n'esses tempos concorriam nos navios hespanhoes, por causa de pertencerem certos paizes d'aquella peninsula á monarchia de Aragão, depois ligada á de Castella.

E era isto mui natural por abundarem mais os castelhanos ou hespanhoes entre os desertores e naufragos de Santa Catharina e de Cananéa, limite do territorio *Carijó* e *Tupiniquim*, onde Martim Affonso achou, em 1531, cinco ou seis, em companhia do *bacharel*, accrescendo que os escravos contratados por Diogo Garcia tinham por destino a Hespanha, de onde alguns *genros* do bacharel eram naturaes.

O que o padre Simão de Vasconcellos em sua *Chronica* diz de João Ramalho é confirmado por uma testemunha insuspeita, o allemão Ulrico Schmidel, de Straubing, na sua *Historia verdadeira de uma viagem curiosa na America ou Novo Mundo, pelo Brasil e Rio da Prata, desde o anno de* 1534 *até* 1554, pela primeira vez publicada em Francfort sobre o Mena em 1567.

Schmidel acompanhára ao Rio da Prata D. Pedro de Mendoza, e assistira á fundação de Buenos-Ayres. Tomando parte mui activa nas expedições hespanholas desde a foz d'esse rio memoravel até o Paraguay, penetrou e fez a guerra em muitos territorios, indo até á Bolivia, e á região dos Andes, e n'essa vida de curiosas e interessantes aventuras despendeu quasi vinte annos completos.

Querendo voltar para a Europa por S. Vicente, emprehendeu por terra, e por inhospitos sertões, uma viagem sobremodo arrojada com fraquissimos recursos e poucos companheiros, n'aquella época, quando S. Paulo, a cidade,

ainda não existia! Partiu de Assumpção em 26 de Dezembro de 1552, e chegou ao termo do seu commettimento a 13 de Junho de 1553, isto é, á S. Vicente, seguindo a 24 do mesmo mez para Lisboa em um navio de Pedro Rossel, agente de Erasmo Schetzen, de Antuerpia.

Este intrepido viajante esteve na villa de Santo André, fundação de João Ramalho: alli demorou-se pouco tempo, mas sempre diz alguma cousa ácerca do nosso celebrado colono, cujo nome germanisa, chamando-o João *Reinmeille*(20), e outro tanto faz com o de S. Vincente, que denomina *Vincenda*.

Ouçamos suas palavras:

« Chegamos emfim á uma aldêa habitada por christãos, cujo chefe chamava-se João Reinmeille (*João Ramalho*). Felizmente para nós elle estava ausente, porquanto esta aldêa pareceu-me um valhacouto de ladrões.

« Ramalho (*Reinmeille*) tinha ido para onde estavam outros christãos que habitavam em outra aldêa chamada *Vicenda* (S. Vicente), para terminar um tratado com elles.

« Os Indios d'este paiz assim como perto de oitocentos christãos que vivem n'essas aldêas, são vassallos do rei de Portugal, mas são governados por João Reinmeille (*João Ramalho*).

« Elle pretende, que havendo feito a guerra por espaço de *quarenta annos* nas Indias (*o Brasil, S. Vicente*) e conquistado esse paiz, era mui justo que fosse elle quem o governasse.

« João Reinmeille fazia a guerra aos portuguezes que não queriam reconhecer seus direitos. Elle é tão poderoso e tão considerado que póde pôr em campo até 5 mil indios,

(20) Ternaux Compans, o traductor francez, diz *Reinvielle*, o que está em desaccordo com o original allemão, e traducção latina do seculo XVII, que devem ser preferidos.

ao passo que não se reuniriam dois mil sob os estandartes do rei.

« Na aldêa (*já era a villa de Santo André* não encontramos senão seu filho: fomos mui bem recebidos, ainda que elle nos inspirasse mais desconfiança que os proprios indios, e deixando este lugar rendemos graças ao Céo por termos podido sahir sãos e salvos. »

No cap. 53 diz ainda :

« Continuamos nossa viagem, e chegamos á 13 de Junho de 1553 á uma pequena cidade chamada S. Vicente, situada á vinte milhas d'aquelle ponto(21). Achei ahi um navio portuguez que acabava de ser carregado de assucar, páos de tinturaria e de algodão, por Pedro Rossel, agente de Erasmo Schetzen de Antuerpia. »

Depois de dizer que foi bem recebido por Pedro Rossel, que lhe arranjou uma passagem a bordo d'aquelle navio e de recommendal-o á tripolação, accrescenta :

« Passei onze dias em S. Vicente(22) para munir-me de todas as cousas que são necessarias para uma larga navegação. Cheguei alli, seis mezes depois de haver deixado Assumpção : a distancia he de 376 milhas. »

Por este testemunho insuspeito vê-se que João Ramalho vivia no territorio e littoral de S. Paulo, pois tinha feito a guerra aos indios por espaço de quarenta annos, o que está de perfeito accordo com Simão de Vasconcellos, quando, referindo-se ao mesmo Ramalho, diz que era « homem rico na terra, mas infame nos vicios, amancebado publico por quasi quarenta annos, » e isto relata como chronica do anno de 1553, época em que Schmidel fôra ter á Santo André, povoado de Ramalho, e depois a S. Vicente.

(21) A milha allemã equivale á uma legua, e quasi um terço.
(22) E' notavel o seu silencio sobre a povoação de Santos.

Se esta data é rigorosa, deve-se acreditar que o desembarque de João Ramalho nas praias do Brasil meridional foi em 1510 ou 1512, e provavelmente na exploração da costa de nosso paiz por Gonçalo Coelho ; outro não se conhece ; mas se não é, em vista do que disseram Diogo Garcia e Pêro Lopes de Sousa, não podemos deixar de admittir como mais fundada a conjectura de que o seu desembarque foi á 22 ou 25 de Janeiro de 1502, esta ultima data sobre tudo, quando foi alli ter Americo Vespucio na frota lusitana(23), de que era cabo D. Nuno Manoel(24), como pretende o illustrado visconde de Porto Seguro, ou melhor André Gonçalves, o que levou a D. Manoel a noticia da descoberta, conforme Gaspar Corrêa, em suas *Lendas da India*, e que sem duvida era o mais adaptado para guiar e dirigir a frota na exploração que se ia emprehender. A' esta conjectura mais nos inclinamos (25).

Se o desembarque foi n'aquella época de 1502, quando se deu á terra o nome de S. Vicente, em consequencia do dia em que aportou a frota, como se havia já praticado com outros pontos do litoral desde o cabo de S. Roque (26) ; parece-nos verosimil que, sendo o bacharel de Cananéa o mesmo João Ramalho, o ponto onde ficou foi S. Vicente, e não *Cananéa ;* já pela volta de Martim Affonso de Sousa aquelle e não a este ponto, e pelo que logicamente se de-

(23) Tomamos aquellas datas pelo que adiante diremos.

(24) A hypothese de D. Nuno Manoel parece-nos insustentavel.

(25) A carta de Vespucio a Lourenço. Pier Francesco de Medicis mantem com força nossa opinião, quando diz que o piloto da frota ignorava a cosmographia, e esse piloto era o chefe : — «*nullus erat nauclerus, seu dux noster navigationis.*» Esse piloto outro não era senão André Gonçalves.

(26) Não damos como certo que fosse este cabo o primeiro ponto em que tocou a fróta lusitana.

prehende da carta de Americo Vespucio a Soderini, de que citaremos o trecho importante para esta questão :

« E como passamos um cabo a que pozemos o nome de S. Agostinho (27), principiamos a seguir a feição da terra. »

Portanto a viagem, em vez de ser ao largo, foi acompanhando a costa. Continuemos :

« Está este cabo distante do lugar em que vimos matar os dous christãos (28), cento e cincoenta leguas para Levante, em 8 gráos (29) alem da equinocial para o Sul.

« *E, continuando a nossa navegação,* avistamos um dia muita gente pela praia, que tinha corrido a ver o prodigio das nossas náus, e *cessando de navegar* nos fizemos na volta de terra, aonde fomos nos bateis, e achamos um bom ancoradouro.... »

Este porto, que, conforme a narrativa, devia estar não mui afastado do cabo de S. Agostinho, ou pelo mais entre esse cabo e o ponto da Bahia, que, em vista da segunda carta de Vespucio, ficou bem assignalado, e foi onde a frota demorou-se mais tempo e plantou um padrão (30) ; n'este porto deu-se uma circumstancia que de alguma sorte permitte, àssegura o conhecimento do territorio onde póde ser procurado.

(27) Suppõe-se que este nome foi dado por havel-o a frota visto ou dobrado em 28 de Agosto de 1501. Esse dia é o da festa d'este santo.

(28) Refere-se ao lugar em que primeiro tocou a frota, que muitos querem que fosse o cabo de S. Roque, e nós presumimos que foi o dos *Marcos* nos limites das provincias da Parahyba, e Rio Grande do Norte.

(29) Segundo Vital de Oliveira este cabo jaz em 8 gráos, 20 minutos e 27 segundos de latitude meridional. Mouchez pelo contrario diz que fica na lat. sul 8° 20' e 45".

(30) O nome d'este padrão era S. Antonio, denominação dada ao cabo ou ponta, que tambem se chama do Padrão.

N'elle havia em abundancia *cannafistula*, que os indigenas denominavam *tapyra-coynana* (31). Essa planta cresce e floresce com grande pujança nas regiões banhadas pelo rio de S. Francisco, e em suas immediações, portanto no territorio das duas provincias maritimas de Sergipe e de Alagôas.

A cannafistula ou cassia é uma planta medicinal, conhecida dos europêos antes da descoberta da America. O Brasil a produz como o Egypto, a Arabia, a India, e outros paizes da Asia meridional, e os europêos recebiam-n'a pelo porto de Alexandria. Os portuguezes já a haviam plantado em S. Thomé, de onde vieram sementes e plantas para o Brasil (32); mas não continuou o cultivo, embora encerre o merecimento que a indigena, por amarga e desagradavel, não tem. Mas com essa arvore aconteceu o mesmo que com a *ubirapitanga*, cùja tinta assemelhava-se com a do *pao brasil* da Asia, posto que com diversa fortuna. A nossa madeira é superior á asiatica na quantidade e belleza da côr, e as vagens da *tapyra-coynana* de Macgrav, ou *jeneune* de Gabriel Soares, não dão o producto da cassia da Asia e da Africa, embora seja uma arvore de extrema belleza quando coberta de flôres. A semelhança dos seus fructos com os de proveniencia asiatica, a grandeza das suas vagens, e a extrema abundancia, attrahiram desde logo a attenção dos nautas, sobre tudo a do cosmographo florentino, que acompanhava a frota, e era entendido no assumpto, causando-lhe muita impressão a descoberta.

Continuemos :

(31) Vide Martius no *Glossaria Linguarum* á pag. 393 e 407.

(32) Gabriel Soares — *Noticia do Brasil* parte segunda, cap. 60.

« .... e homens de melhor condição do que os passados; pois ainda que com algum trabalho em domestical-os, forão por fim *nossos amigos*, e commerciamos com elles. »

III

Esta nova circumstancia faz crêr que o facto teve lugar menos no territorio da provincia das Alagoas do que no da de Sergipe, por isso que na primeira dominavam os *Cahetés*, tribu perfida, cruel e menos accessivel, e na outra os *Tupinambás*, mais accommodados e hospitaleiros.

« Estivemos cinco dias nesta paragem, e aqui *achamos canafistola* muito grossa, verde e tambem secca em cima das arvores... »

A circumstancia da demora de cinco dias é mais um motivo para a exclusão do territorio alagoano, porquanto descobrindo a frota o rio de S. Miguel(33) no dia 29 de Setembro de 1501, e o rio de S. Francisco á 4 de Outubro, essa demora no primeiro não era possivel. Os nomes á esses lugares foram impostos conforme os santos inscriptos no almanack.

As margens da foz do rio de S. Francisco, pela difficuldade da abordagem, arrebentações, areaes mui baixos e

(33) No mappa de Barlœus este rio tem o nome de *Cenemby*, que os nossos pronunciam *Sinimbú*, por causa da ultima letra que em *tupí* é mui difficil de pronunciar-se, e que uns a expressavam por *y* e outros por *u*.

*Cenembĩ* e *Genembĩ*, que conforme nossa pronuncia seria *Cenembim*, eis como o nome d'esse rio se acha escripto no mappa de Barlœus. Em portuguez significa *camaleão*.

mangaes mui densos, tambem por essa circumstancia ficam postas de lado.

Essa difficuldade na época era tanto maior, quanto coincidia com a cheia do grande rio, que impellia muito para o mar as suas aguas barrentas, tingindo por muitas leguas a côr das do oceano, tornando mesmo n'esse ponto incommoda, senão perigosa, a navegação.

Accresce ao que fica dito que a narração de Vespucio se não presta ao desembarque junto á foz de um rio tão caudaloso, circumstancia que não seria olvidada. Vespucio diz:

« Continuando nessa navegação avistamos um dia muita gente pela praia... »

Os terrenos á margem do S. Francisco, na foz, não se prestam, como já notámos, á esta descripção.

Mas por isso o ponto deve ser procurado no litoral, entre os rios de S. Francisco e o Real, quando muito. O nome de Rio Real dado á um rio de pouca importancia, mas com uma foz apparatosa, é mais um indicio de que os nautas d'essa frota não viram a foz do rio de S. Francisco, e pelas aguas impellidas pelo mar em fóra foi que reconheceram a existencia de um rio n'essas latitudes.

O espaço comprehendido entre os rios de S. Francisco e o Real, póde-se dividir em duas partes. Uma entre o rio de Parapucú, ao sul da grande barra do S. Francisco, e a foz do rio de Japaratuba, senão ás do Cotindiba. N'este espaço se acha a famosa enseada de Vasabarris, que tão celebrada se tornou pela sua furiosa corrente, que tantas desgraças causou(34).

Aqui não é possivel que a frota tentasse um desembarque, e mesmo não é provavel que se approximasse do litoral, embaraçada pelo impulso das aguas na barra do S. Francisco.

(34) Gabriel Soares, *Noticia do Brasil*, parte I, cap. 21.

A outra parte entre os rios Cotindiba e Real, cujo litoral tambem se chama impropriamente de Vasabarris, e a tal ponto que o nome outr'ora dado ao Japaratuba nas primeiras cartas maritimas passou para o rio que hoje conserva-o; não está nas mesmas condições, embora os rios que n'ella desembocam, Cotindiba, Vasabarris, Real, e ainda o Itapucurú, tenham pessimas barras, e mui difficultosa navegação.

Aqui tem muito cabimento a narração de Vespucio. Praias de facil desembarque nos batéis, e de ancoradouro supportavel para os navios de tonelagem d'essas frotas do principio do seculo XVI, se encontram na Cotindiba, em Vasabarris, em Rio Real. Ora, tanto mais facil era o desembarque quanto a navegação se fazia no verão, em que a costa não ficava desabrigada, e com a circumstancia de que em todo esse territorio addicto ao litoral, *maxime* á margem d'aquelles rios, havia cannafistula em abundancia, como ainda hoje.

Agora o que cumpre é fixar o ponto d'esse desembarque. Excluido o ponto do rio de S. Francisco, que é o assignalado pelo traductor das cartas de Vespucio na *Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*, pelas razões já expendidas, menos póde subsistir a opinião do nosso illustrado consocio o Sr. visconde de Porto Seguro, que pronunciou-se pelos portos da Bahia ou de Caravelas, onde se não encontram as arvores de cannafistula, salvo no interior, segundo o testemunho de Gabriel Soares na sua *Noticia do Brasil*, parte II, cap. 60.

Portanto, no espaço mui limitado de dez a doze leguas entre a foz do Cotindiba e a do Rio Real, se acha o ponto ou o nó da questão.

Gabriel Soares vai dar-nos o fio, ou antes a chave da questão, no cap. 22 do seu *Roteiro*, quando assegura que

dentro d'aquelle espaço existe um rio com o nome de *Cannafistula* ou do Pereira. Infelizmente a latitude por elle marcada para esse rio, duas leguas ao norte do Rio Real, destróe o merecimento da sua indicação, porquanto entre as barras dos rios Vasabarris e Real nenhuma outra corrente existe: a costa entre esses dois pontos, como diz com razão Mouchez, contém uma praia coberta de comoros brancos sem nenhuma interrupção, como succede entre o Vasabarris e o Cotindiba, ou melhor até a foz do Poxim-assú.

Gabriel Soares, por equivoco, confunde os nomes dos rios de Sergipe, ou antes, augmenta o seu numero por separar nomes que indicam o mesmo rio, e vice-versa(35).

Felizmente o *Atlas da historia do descobrimento da America*, que Kunstmann e outros publicaram em 1859, reproduzindo fielmente as cartas originaes dos primeiros tempos da descoberta d'esta parte do mundo, sobretudo o famoso *Atlas* de Fernão Vaz Dourado, desvendaram as confusões e equivocos de Gabriel Soares de Sousa.

Segundo o *Roteiro* de Gabriel Soares o rio que os primeiros descobridores denominaram de S. Francisco, os indigenas, pela sua grandeza, chamavam simplesmente *Pará*, e é o mesmo rio que no mappa de Barlœus traz a denominação de *Parapitinga*(36).

Ao rio que hoje chamamos *Japaratuba*, no *Roteiro* vem com o nome de *Ubirapatiba*, de que o primeiro é por certo corrupção. No mappa de Barlœus, já do seculo XVII, o

(35) *Noticia do Brasil*, parte 1ª, cap. 22.

(36) Entre o *Maniçoba* e o rio *Maroim*, ou de Lourenço de Sousa, como lhe chama Barlœus, se achava o curral ou fazendola do Camarão, depois que foi obrigado a abandonar o territorio de Pernambuco, antes do levantamento de João Fernandes Vieira.

nome é *Juparátibuçú*, de que o *Ciriy* e o *Maniçoba* eram affluentes(37).

O *Cotinguiba* ou *Cotindiba* de hoje, o *Roteiro* dá-lhe o nome de *Cirigy*, isto é, *Sergipe*, que prestou o nome ao territorio, e que de corrente principal passou a affluente, occupando o primeiro o seu lugar(38). O nome de *Cirigí* e o de *Cirigy* são conservados por Barlœus.

O *Vasabarris* da época presente tem no *Roteiro* o nome de *Cotigipe*, talvez por equivoco, havendo na sua proximidade o affluente do Sergipe, que lhe conquistou a posição. Em Barlœus, o nome é *Potiiïpeba*, ou *Potigypeba*, como nós escreveriamos. A denominação de *Vasabarris*, de que já se usava no tempo de Barlœus, é impropria, mas Gabriel Soares explica o motivo. E o mesmo se póde dizer ácerca da de *Irapirang*, que sómente cabe á um seu affluente á esquerda, que Barlœus escreve *Icaperangu*.

Após este rio o litoral de Sergipe para o sul apenas accusa a existencia de um, que por sua larga embocadura os primeiros navegantes, suppondo que tinha um prolongado curso, o denominaram *Real*, denominação accorde em todos os mappas. Entretanto Gabriel Soares assignala

(37) Um dos affluentes d'este rio era o *Márecagi*, que deu o nome á nova capital da provincia, já corrompido em *Aracajú*.

A nova cidade não foi, como se pretende, edificada no lugar da primeira, S. Christovão, destruida pelos hollandezes. Esta tinha o seu assento á margem esquerda do *Cirigy*, hoje *Cotindiba*, e mui proxima á barra e do *Apicum-Pomonga*, que Barlœus chama *Apacuy-Pomonga*. Na *Razão d'Estado* a fortaleza se acha á direita do rio.

(38) *Parapetinga*, contracção de *Paranapetinga*, rio de aguas claras ou limpas, segundo Martius; mas quanto ao rio de S. Francisco, a significação é outra: *rio de aguas brancas*, isto é, barrentas, como são as d'este rio.

*Paranapetinga*, ao pé da letra, quer dizer—caminho de agua branca.

mais um rio entre o Vasabarris e o Real, que chama rio da *Canafistula* ou do *Pereira*, cuja foz pretende que estava situada duas leguas ao norte da do Rio Real. Manifesto equivoco de sua parte, como já deixámos notado.

Mas a indicação de Gabriel Soares quanto á um rio denominado da *Canafistula* é preciosa, por isso que com tal designação era conhecida na Europa occidental, e sobre tudo nos portos do Mediterraneo, a planta medicinal que o commercio obtinha em Alexandria, e em outros mercados no litoral da Syria.

Essa planta, como já notámos em outro lugar, era de proveniencia do Egypto, e de algumas regiões da Asia meridional, e sómente um conhecedor e pratico no commercio, como era Vespucio, podia á primeira vista, e pela simples inspecção de suas vagens, reconhecer e assignalar a semelhança, senão das duas plantas, ao menos das vagens que dos paizes orientaes vinham ao mercado europêo, com as da nossa bella arvore.

Talvez, se Vespucio não acompanhasse a frota, esse assignalamento, em que aliás tanto insiste em sua carta, não se fizesse.

Os italianos, como os romanos, chamavam ao producto asiatico *casia-fistula*, os hespanhoes e portuguezes *canna-fistula*, e os ultimos tambem *cassia purgante*. Os outros povos da Europa, em geral, *cassia*, *casse*, etc.

A circumstancia de se achar um tal producto em nosso territorio, impressionando os nautas como revela a carta de Vespucio, devia naturalmente deixar uma lembrança no roteiro d'essa navegação, tratando-se, como se tratava, do primeiro ponto em que se desembarcava e se travava relações de commercio com os indigenas.

Eis o que bem indica a revelação de Gabriel Soares, quando nos assegura que em um ponto do litoral de Ser-

gipe desemboca um rio chamado de *Cannafistula*, planta que não floresce senão á margem de mananciaes de agua doce, e nunca á beira do oceano.

Se a frota lusitana, depois de passado o cabo de S. Agostinho não póde fazer desembarque senão no littoral de Sergipe, após a enseada de Vasabarris, ou além da foz do Japaratuba ou de Ycatú, e se ao sul d'este ponto encontra-se um rio com o nome de rio da *Cannafistula*, assim conhecido nas cartas e roteiros do seculo XVI, o seculo da descoberta, é claro ou bem presumivel que o primeiro desembarque dos nautas se fez no littoral vizinho á foz d'esse rio.

Gabriel Soares escreveu em 1586, e já assignalava esse ponto no seu *Roteiro*, posto que confusamente; mas, examinados os mappas colligidos por Kunstmann, muito anteriores á essa época, encontrámos o rio da *Cassia*, que é o da *Cannafistula*, bem descriminado.

O mappa sob n. II, que não tem autor conhecido, mas que é antigo, nota os seguintes rios após o de S. Francisco: O rio *Bafra barill*, que evidentemente é o *Japaratuba*, que se lança na enseada tão perigosa de Vasabarris. O rio do *Pereira*: é o da *Cotindiba* actual; o rio de *Caxa*, corrupção de *Cassia*: é o actual de *Vasabarris*, pois a este segue logo a *Punta Real*, a foz do Rio Real, e o rio de *S. Jeronymo*, hoje *Itapicurú*.

Os mappas de n. III e VII apenas apontam os rios de *S. Francisco* e o *Real*. Mas no V, que tem por autor Visconte de Maiollo, e foi organisado em 1519, nota-se além do S. Francisco, os rios da *Cassia*, o *Real* e o de *S. Jeronymo*. A proximidade dos dois primeiros rios bem demonstra que o da *Cassia*, tão proximo do *Real*, era o rio *Vasabarris* do precedente mappa n. II.

Estes dados são perfeitamente confirmados pelo *Atlas*

de Fernão Vaz Dourado, o celebrado cartographo portuguez, trabalho de muito merecimento, organisado em Gôa no anno de 1571. No mappa IX se acha em boa ordem e mui claramente notados os rios ao sul de S. Francisco até o Itapicurú por esta disposição: Vasabarris (*Japaratuba*), do Pereira (*Cotindiba*), da Cannafistula (actual *Vasabarris*), e em seguida os rios Real e Itapicurú (39).

N'esta nomenclatura não se lêm os nomes indigenas de taes rios que os nautas ignoravam, e foram depois applicados, fazendo esquecer os primitivos, causando á principio a confusão de que a obra de Gabriel Soares dá testemunho.

Portanto, foi no littoral, proximo á foz do actual rio de Vasabarris(40), que a frota lusitana ancorou, e sem desastre, porque não era a época do inverno, e os ventos que reinavam no momento mostraram-se favoraveis.

(39) No mappa annexo á obra de Theodoro de Bry, de 1627, o actual *Vasabarris* vem com o nome de rio *Canafistolas*, e a foz tão larga que o braço do norte, circumdando uma ilha, tem o nome de rio do *Pereira*, e o do sul rio *Canafistolas*. De modo que faz crêr que o desembarque dos nautas foi na ilha, por mór segurança, e que n'essa ilha foi onde viram as arvores com abundancia d'essa vagem medicinal.

Ora essa ilha, segundo outros mappas, existe de facto á foz do supracitado rio.

(40) *Vasabarris*. E' notavel que este nome já venha notado no mappa de João de la Cosa de 1500, sob a denominação hespanhola de *Basiabariles*, quasi que na embocadura do rio *Assú*, no Rio Grande do Norte, na hypothese de que o cabo além ou ao sul de porto Formoso seja o de S. Roque; mas á ser o de S. Agostinho o rio com tal denominação, não poderia ser outro senão o Parahyba de norte. Tal é a nossa conjectura.

A descoberta d'essa parte de nossa costa, diz João de la Cosa, foi feita em 1499 por Vicente Yanes Pinçon.

## IV

Liquidado este incidente, que nos pareceu importante, e mesmo necessario para bem comprehender-se o pensamento do cosmographo florentino, continuemos com a citação de sua carta :

«.....assentamos de traser deste lugar hum par de homens para aprender a lingua, e vierão tres delles por sua vontade para Portugal.

« Mas como estou cansado de escrever, só posso em breve referir á V. S., que partimos deste porto (41) navegando sempre pelo sudoéste *á vista de terra*, fasendo muitas escálas (42) e fallando com infinita gente.»

Continuando accrescenta, e é este o ponto para que mais chamamos a attenção do Instituto :

« Emfim andamos tanto para o Sul, que já estavamos

(41) O porto, como já vimos, era o de uma ilha á foz do rio de Vasabarris, pelos nautas denominado da *Canafistulas* ou da *Cassia*.

(42) No *Summario de suas navegações*, que vem em Ramusio e que é obra do mesmo Vespucio, lê-se o seguinte :

« Navegamos por esta costa algumas seiscentas leguas sahindo muitas veses á terra, e vindo muitas á falla com os naturaes, os quaes nos recebião com cortesia e amorosamente, e assim movidos da sua bondade e innocentissima naturesa, nos demoravamos ás veses com elles *quinze a vinte dias*, pois tem uma grande hospitalidade para com os forasteiros.»

Com uma tal viagem de exploração, o porto da Bahia não podia escapar de ser reconhecido, como foi, tornando-se uma d'essas escalas a que Vespucio refere-se por muitas circumstancias. E então como poder-se-ha sustentar a lenda de Caramurú, creada adrede no seculo XVII ?

O porto ficou tão assignalado que ahi deixou a frota um padrão; e, na viagem seguinte, foi considerado ponto de reunião dos navios dispersos da nova frota, que ia descobrir Málaca.

fóra do tropico de Capricornio, aonde o polo antartico se levanta sobre o horizonte 32 gráos.....»

Note-se aqui este algarismo 32, pois o suppomos *erro de cópia*, devendo ler-se 23, ou melhor 25, pelo que mais adiante vai-nos Vespucio dizer (43):

«.....e já tinhamos perdido de todo a ursa menor (44), e a maior estava tão baixa que apenas apparecia no fim do horizonte.....»

Esta circumstancia tambem é digna de nota, tanto mais quanto se harmonisa com a nossa conjectura.

Vespucio pelo theor de sua descripção parece que apenas acabava de ultrapassar o tropico de Capricornio ; portanto estava á 23 e meio gráos, 24 ou 25, por isso que a Ursa maior *apenas apparecia no fim do horizonte.*

Humboldt, no seu *Exame critico da historia da geographia do novo continente* (45), com quanto diga em nota, tratando d'esta parte da carta de Vespucio, que a frota estaria além de 38 gráos e dez minutos, tomando somente em consideração as grandes estrellas (*canopos*, como dizia Vespucio), em outro lugar da mesma nota assegura o seguinte : « Toda a ursa maior roçava ainda o horizonte em 25 gráos e 35 minutos de latitude austral » ; portanto pouco mais ou menos pela altura, senão de S. Vicente, da Cananéa (46).

(43) Esse erro de cópia póde ser com mais razão 25, quasi na latitude da Cananéa, que pouco mais ao sul se acha, porto onde Martim Affonso encontrara o *bacharel.*

(44) Esta constellação, segundo Humboldt, desapparece á vista em 16 gráos e 24 minutos de latitude sul.

(45) Tomo V, secção II, n. 6, á pag. 17.

(46) Eis a nota :

«Não considerando senão as grandes estrellas das duas *Carroças*, segundo o uso dos pilotos daquella epocha, *n* da grande Ursa desappareceria já em 38° 10', e *y* da pequena Ursa em 16° 24' de latitude austral (sem o effeito de retracção).

E o que diz o eminente Humboldt se acha de accordo com o que relata Schmidel no cap. 39 de sua interessante *Viagem*, ou antes peregrinação, quando, acompanhando Alvaro Nunes Cabeça de Vacca em uma expedição militar, subíra o Paraguay, e penetrára no territorio da Bolivia, além do Chaco, no paiz dos *Chiquitos*, precisamente por aquella latitude (47).

Continuando accrescenta :

«.....e assim nos governamos pelas estrellas do outro pólo antartico, que são muitas, muito maiores, e mais lusentes que as do nosso, etc.

« Corremos algumas setecentas e cincoenta leguas desta costa, a saber 150 do cabo de S. Agostinho para o Ponente, e 600 para o Sudoéste.»

Temos, pois, aqui definida em leguas a extensão da

«São sete estrellas que compoem cada uma das constellações que o povo designa debaixo do nome de *carroças*, aquellas cuja distancia polar é maior.

«Toda a grande Ursa roçaria ainda o horizonte aos 25° 35' de latitude austral. As declinações de Piazzi foram reduzidas para o anno de 1500.»

Por isso Humboldt suppõe que Vespucio n'esta passagem declara ter alcançado 40 gráos de latitude sul.

(47) Eis o que diz Schmidel :

«Nunca vi entre os Surucusis um só homem que tivesse 40 ou 50 annos, nem paiz mais insalubre. Está situado *sob o tropico do Capricornio*, e onde o sol bate perpendicularmente. Este clima é tão pestilento como o de S. Thomé.

«Eu tornei a ver entre estes Indios a constellação chamada carroça, ou a *grande Ursa*, que não tinhamos mais visto depois que passamos as ilhas de Cabo Verde.»

Isto é uma exageração tão commum nos antigos navegantes. Mas parece-nos antes um engano, querendo Schmidel referir-se á *pequena* Ursa.

viagem feita pela frota desde o cabo de S. Roque (48), primeiro ponto alcançado na costa do Brasil, até o ultimo em que foi, ao que se diz, abandonada. Este numero de leguas corresponde com o numero de gráos do *Summario*, que a frota navegou, á saber: 25 e meio gráos pouco mais ou menos.

Mas completemos a citação que nos falta d'esta carta para que possamos apreciar e comparar todos os elementos que nos levam a firmar nossa opinião quanto ao ultimo ponto do littoral do Brasil em que tocou a frota lusitana.

« Se eu me propusesse, diz Vespucio, a contar as cousas que vi n'esta navegação, não teria papel bastante, mas pode-se dizer que n'ella não encontramos nada de proveito *excepto infinitas arvores de pau Brasil e de Cannafistola*, as de que se tira a myrrha, . . . . . »

Eis o seu principal limite n'essa exploração da frota, as-

(48) E' questão se a frota de Vespucio foi precisamente ao ponto do Cabo de S. Roque, se pelo contrario ao denominado—*os Marcos*, isto é, mais ao sul, entre as bahias Formosa e da Traição. Este é o nosso parecer.

Para isto temos as seguintes razões:

1.º—Vespucio diz em sua carta de 1502 que, na primeira terra que avistaram e desembarcaram tomou-se posse d'ella em nome de El-Rei de Portugal; portanto chantaram-se padrões, isto é, titulos de dominio em pedra. O lugar *os Marcos* bem indica que ahi se executou uma tal ceremonia, e talvez ainda existam estas provas materiaes.

2.º—I. da C. Quintella, vice-almirante da armada Real, nos seus *Annaes da marinha portugueza*, tomo I, pag. 260, diz sobre este assumpto, em uma nota, o seguinte:

« Parece que seria o Cabo de S. Roque, que está em latitude Sul cinco gráos e sete minutos; e mais provavelmente algum ponto da costa ao sul d'elle, aliás se perderiam nos baixos do mesmo nome, que correm desde o cabo para o norte. »

3.º—Vespucio refere-se á *uma terra*, e não á *um cabo* como declara quando trata do de S. Agostinho.

Vide supra nota 28.

signalado não já por leguas e gráos, mas pelas producções intertropicaes, e pouco além, e continúa por esta fórma:

«....e outras mais maravilhas da natureza, que seriam longas á referir (49), havendo já bons *dez mezes* que via-

(49) No *Summario* das suas navegações Vespucio é mais explicito, dá noticias da terra mais detalhadas quanto á população, cujos usos e costumes descreve, e quanto ás producções dos tres reinos da natureza. Trasladaremos n'esta nota alguns trechos do artigo que Vespucio traçou.

« Este paiz é o mais povoado que eu tenho visto, e as gentes muito domesticas e mansas: não offendem á ninguem, andam sempre nuas, são muito bem feitas de corpo, e a sua cor é avermelhada, etc.

« Nas orelhas trazem ornatos mais preciosos com aneis e perolas pendentes, segundo o uso dos egypcios e indianos. Estes povos não tem propriedade alguma, porem sim tudo em commum sem rei nem imperio... nem religião alguma. »

Se Americo Vespucio houvesse desembarcado no littoral do Uruguay poderia descrever os indigenas, sobretudo os *Charruás*, negros, horrendos e intrataveis, da mesma sorte como os de raça *tupica* da nossa costa, desde o Rio Grande do Norte até S. Vicente, ou antes até Cananéa, onde havia no littoral a ultima aldêa d'essa raça?

Não é crivel. Continuemos:

« O paiz é mui temperado, fertil e deleitoso; bem que tenha muitas collinas, é comtudo regado de infinitas fontes e rios, e tem os bosques *tão cerrados* que não se pode passar por entre as arvores. »

Serão estas as scenas das regiões mais meridionaes do Brasil?

« Os fructos crescem espontaneamente e sem cultura, são optimos, em grande abundancia, sadios, e totalmente differentes dos nossos.

« Igualmente produz a terra infinitas hervas e raizes de que fazem pão e outras iguarias. Todas as arvores exhalam um cheiro tão suave, quanto é possivel imaginar, e estilam gomma, licores, e succos, cujas virtudes se nós as conhecessemos, penso que viriamos no conhecimento que não falta aqui nada, não só para o prazer, mas para nos manter sãos, e fazer recuperar a saúde perdida.

javamos (isto é, de 10 de Maio á 15 de Fevereiro), vendo que *na terra* não achavamos mina alguma (50) resolvemo-nos a deixal-a e *ir examinar o paiz* por outra parte (51), e assim se determinou seguir aquella navegação, que me parecesse bem; incumbindo-me *absolutamente* do commando da armada (52).

« O céo e o ar estão raras vezes cobertos com nuvens, quasi sempre os dias são serenos, algumas vezes cahem cassimbas em pequena quantidade, e não duram mais de tres ou quatro horas desfazendo-se á maneira de nevoa, etc. »

Esta descripção bem revela que Vespucio não viu as nossas regiões meridionaes, muito além da latitude de 25°; e quem sabe se fôra além de 32°?

(50) No *Summario* diz Vespucio quasi o contrario, n'estes termos:

« O paiz não produz metal algum senão ouro do qual ha grandissima abundancia, bem que n'esta primeira viagem não tivessemos tirado nenhum: mas certificarão-nos indubitavelmente d'isso todos os naturaes, que affirmavam ser o terreno muito abundante d'elle, e muitas veses ouvi que entre elles tinha muito pouca estimação, e quasi valor nenhum. »

(51) *E ir examinar o paiz por outra parte.* Estas palavras demonstram ainda que a viagem da frota de Americo Vespucio não navegava com rumo á le-sueste, o que o *Summario* confirma nas palavras — « verso il polo Antartico navigando por esso detta costa traspassarono il tropico hyemale verso il detto polo gradi 17 et mezzo. »

E mais adiante:

« Fummo adunque tra noi di concorde parere di navigar presso diquesta costa, et di non lasciarla mai di vista. »

Quintella, nos *Annaes da Marinha Portugueza* tomo 1, pag. 263, nota, diz — que a frota continuou a tomar ainda de 15 de Fevereiro de 1502 em diante o rumo do *sudoeste*, com quanto a carta de Vespucio diga o rumo de *es-sueste*, erro palpavel, porquanto a direcção da costa que ainda seguia a frota era pelo sudoeste.

(52) Eis a melhor prova de que Americo Vespucio ia na armada lusitana astronomo piloto ou cosmographo, do que como chefe ou capitão-mór, posto confiado á portuguezes.

Esse capitão-mór não era outro senão André Gonçalves, o commandante do transporte de mantimentos, que fôra levar á D. Manoel,

« Mandei, pois, *fazer provimento de agoa e lenha* para seis mezes, que tanto julgaram os officiaes das náos que podiamos navegar com ellas (53); e feito isto principiamos a nossa viagem pelo *Les-Suéste* (54) aos quinze de Fevereiro

por ordem de Pedro Alvares Cabral, a noticia da descoberta, e portanto o que devêra ir mostrar o caminho ao cosmographo para levantar-se a carta do littoral já descoberto.

Foi com razão Vespucio escolhido para esta commissão, por isso que, além de cosmographo ou astronomo, tinha pratica de viagens á America, em que os portuguezes não eram ainda peritos.

A obscuridade do nome do capitão-mór não admira, em razão do procedimento tão reservado da côrte lusitana n'estes assumptos. E posto que o personagem fosse pouco conhecido, era indispensavel para guia do caminho.

Não era possivel ser D. Nuno Manoel, em razão de sua alta posição official na côrte, e não ser elle maritimo, e demais sendo a missão, para a época, de mui somenos importancia. Mas este fidalgo, por suas riquezas e valimento, tinha navios que por sua conta navegavam, com permissão Real, tanto para a costa de Guiné, como para a India e America.

A carta publicada por Varnhagen no opusculo *Novos esclarecimentos a respeito de Americo Vespucio*, de Alvaro Mendes de Vasconcellos escrita de Medina del Campo em 14 de Desembro de 1531 bem o comprova, assim como, quanto a primeira parte, Damião de Góes na *Chronica de D. Manoel*, pag. 1, cap. 5, e p. 4, cap. 36.

D'estas licenças Reaes outros fidalgos obtiveram em differentes epochas.

(53) Estes preparos de viagem não se poderia fazer em littoral desabrigado como por exemplo o de Albardão e o do Chuy, onde a lenha para as náos não seria talvez facil obter-se.

(54) *Le-sueste*.

Quintella nos *Annaes da marinha portugueza* tomo I, pag. 263 assegura que o rumo da frota era Sudoeste, sendo um erro palpavel a direcção Le-sueste, quando outra (sudoeste) é a da costa.

E tanto a observação d'este official de marinha parece fundada, que Pêro Lopes de Sousa, em 1531, tomou o rumo do Sudoeste quando de S. Vicente seguia para o Sul, e mesmo póde-se dizer da Cananéa.

(de 1502), quando o sol estava visinho ao equinocio, e voltava para este nosso hemisferio septentrional.

« E tanto navegamos por este rumo, que a elevação do Polo antartico sobre o nosso horizonte era de cincoenta e dois gráos *e desde então*......

Note-se mais esta circumstancia que contraria a importancia do algarismo da graduação.

«.....não viamos mais estrella alguma da *grande*, nem da pequena Ursa (55), estavamos distantes *da terra* d'onde tinhamos partido boas quinhentas leguas (500) *Les-Sueste* e isto aos tres de Abril.»

Se, segundo Humboldt, as estrellas das duas Ursas deixam de ser completamente visiveis na latitude austral de 38 gráos e dez minutos, Vespucio não podia em 3 de Abril usar d'aquella linguagem se se achasse tão distante na latitude de 52 gráos. Ora n'esse dia a frota mudou de rumo, como se vai vêr, e portanto na latitude de 38° 10' de nosso hemispherio pouco mais ou menos não teria alcançado além das latitudes menos meridionaes da Patagonia (56).

O capitão-mór portuguez não queria continuar mais a exploração; mas insistindo por ella Vespucio, encarregou a este de dirigir a viagem para outra parte sem abandonar e antes seguir o littoral, como fez.

E mesmo o proposito de fazer viagem pelo Atlantico, deixando o littoral ao Sudoeste, seria um cumulo de extravagancia e em contrario ás ordens do rei.

(55) A Ursa menor perde-se primeiro de vista que a maior, ao 16° 24' de latitude austral.

(56) Sendo assim não era possivel que a frota podesse ter alcançado nem as ilhas Malvinas, a terra do Fogo, e menos ainda a ilha de Georgia. O impulso do vento do Sudoeste, e as leguas percorridas pela costa quasi na mesma direcção, não permittiria ir além de 40° ou 41 gráos de latitude austral, e o littoral inhospito da Confederação Argentina, e a nossa costa do Rio Grande do Sul, se harmonisam com a narração de Vespucio sem ser preciso ir tão longe como a 52 gráos.

« N'este dia (3 de Abril) principiou no mar uma borrasca tão grande, que nos fez ferrar de todo as vélas, corriamos arvore sêcca com um vento muito forte (que então era Su-Sudoeste) com muito grande mar, e o ar muito carregado, sendo tal a furia do vento, que toda a armada estava na maior consternação.

« As noites eram muito grandes, e a de sete de Abril foi de quinze horas (57), porque o sol estava no fim de Aries, e era *então inverno* n'estas paragens (58), como V. S. pode facilmente comprehender.

« Estando, pois, assim afflictos, no dia 7 de Abril tivemos vista de huma *nova terra*, a qual corremos cousa de vinte leguas (59), e achamos toda a costa brava, sem porto, nem gente alguma, e era tanto o frio que ninguem da armada se podia valer, nem supportal-o etc.»

Portanto temos tres importantes dados a apreciar, afim de que possamos assignalar o ponto *ultimo* em que a frota lusitana estacionou em nossa costa.

A graduação, o numero de leguas percorridas na exploração da costa, e as producções relatadas. Depois de comparados estes dados, os confrontaremos com os mappas publicados durante aquellas eras, e que poderam chegar á nossos tempos.

(57) Esta indicação *quinze horas*, que não se dá senão nas latitudes de 38° á 40°, com a circumstancia do assignalamento da invisibilidade da Ursa maior, comprovam nosso acerto, isto é, que Vespucio não alcançou o gráo 50 e menos 52. Houve engano ou erro na cópia dos algarismos.

Apesar da intrepidez de Vespucio e de seus companheiros é natural que, perdendo de vista as ultimas estrellas da Ursa maior, temessem continuar mais longe a viagem, *maxime* com a tempestade que havia, e assim procurassem terra. Achando a costa inhospita e despovoada preferiram aproar para o norte, e volver para Lisboa.

(58) Isto he inexacto.

(59) Vide a nota precedente n. 57.

A graduação notada na carta de Vespucio leva muito ao sul o littoral percorrido pela frota,mas o numero de leguas vencido (60), e as producções notadas restringem muito o percurso. Basta notar o páo-brasil e a cannafistula, productos que mais lhe attrahiram a attenção, para demonstrar que a frota não attingiu com exploração regular e detida o nosso littoral meridional, além de 25 gráos. D'ahi em diante não ancorou em parte alguma.

O illustrado annotador portuguez das cartas de Vespucio, firma a convicção de que pela enumeração das leguas percorridas, que não podiam ser de vinte ao grão (61), a frota não podia alcançar ou antes ancorar em portos da latitude austral de trinta e dois gráos, pelas regiões pouco abastecidas de arvoredo e mesmo pouco accessiveis, de territorio da nossa provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul e da republica oriental do Uruguay. Sua opinião se fixa no ponto de S. Vicente, onde depois veiu estabelecer-se Martim Affonso de Sousa, em 1532, cuja latitude austral pouco além vai de 23 e meio gráos. Eis suas palavras:

« Ora como as 600 leguas do cabo de S. Agostinho para diante, devem ser iguaes cada uma de per si as 150 anteriores (do cabo de S. Roque ao dito cabo); a governarmo-nos por esta conta, não passaria (*a frota*) do rio de S. Vicente que fica em 23 gráos e meio, e por conseguinte tambem já fóra do tropico de Capricornio. »

(60) Quintella, nos *Annaes da marinha portugueza*, tomo I, pag. 260, nota (2), diz, que a distancia percorrida pela frota de Cabo Verde á costa do Brasil onde primeiro aportou, 700 leguas, era excessiva, assim como todas as declaradas por Vespucio (ou seu copista). Mas adverte « que os italianos contavam *quatro milhas* por cada legua e assim o gráo tinha *oitenta milhas*. »

(61) O traductor portuguez das *Cartas* de Vespucio na collecção de *Noticias sobre as nações ultramarinas*, diz que os gráos n'aquella época eram de 15 leguas.

Em abono d'esta opinião ha ainda a circumstancia do nome dado ao local, resultante do estylo adoptado, isto é, mediante o almanack. Assim deu-se á ilha de S. Sebastião, o nome d'este santo por isso que sua descoberta fez-se a 20 de Janeiro, assim como o de *rio de S. Vicente* á emboca dura formada pelas aguas que cercam a ilha do mesmo nome, onde fundou-se a villa de igual denominação, e depois a cidade de Santos, por isso que a frota alli chegára á 22 de Janeiro de 1502.

O espaço decorrido entre essa data e a partida da frota na direcção de les-sueste a 15 de Fevereiro foi empregado no córte de madeiras para lenha e aguada, explicação facil de admittir.

A estas circumstancias accresce que o porto de S. Vicente era mui conhecido dos navegantes que frequentavam o nosso littoral meridional com esse nome nos principios do decimo sexto seculo, como já notamos.

Mas se todos estes dados excluem a pretenção de haver a frota lusitana navegado pelo nosso littoral até á latitude de 32 gráos não permittem acolher o ponto de S. Vicente como o ultimo em que tocou aquella frota, como parece que com sobejidão iremos mostrar, cabendo essa distincção ao de Cananéa, por mais de uma solida razão.

A palavra *Cananéa* (62) parece ser a corrupção de alguma expressão indigena, mal comprehendida pelos primeiros

Referindo-se á distancia que percorreu a frota da ilha de Fernando á Bahia, e a róta que julga acertada, diz Quintella nos *Annaes da marinha portugueza*, tomo I, pag. 277, nota (1), que essa distancia e róta — « não concordam mal com o verdadeiro rumo, e distancia entre a a Bahia e a ilha de Fernando, attendendo a que Vespucio conta por leguas mais pequenas, que as nossas leguas maritimas. »

(62) *Cananéa.* — Este nome tambem não póde referir-se ao paiz de Chanaan, significando paiz de abundancia, por isso que nenhum documento do tempo o declara; e menos referir-se á celebrada Syro-

navegantes ; e em alguns mappas d'aquelle tempo esse local tem o nome de *Cananor*, que nada tem de commum com o porto da India na costa do Malabar, em razão da discordancia das épocas em que um foi descoberto, e o outro pouco conhecido e conquistado (63).

Cananéa e S. Vicente eram dois pontos do nosso littoral sul mui conhecidos dos navegantes, como prova, e mui bem, o *Diario* de navegação de Pêro Lopes de Sousa.

Em Cananéa estava a ultima aldêa dos *Tupís* e começava o dominio dos *Carijós*, e como limite era mais povoada do que S. Vicente, como o mesmo *Diario* dá noticia.

Melhor que S. Vicente, sua posição se ajusta com a circumstancia da desapparição ou occultamento da constellação da Ursa maior. A sua latitude mais meridional vai um pouco além de 25 gráos.

Por outro lado, na ponta ou pontal de Cananéa, denominado de Itacurussá, perto ou fronteiro da ilha do *Bom Abrigo*, foi onde se acharam os celebres padrões de marmore com as quinas reaes (64), que os navegantes portuguezes costumavam deixar em pontos do littoral, quando iam á descobertas. E era mui natural que, deixando a

Phenicia de Sarepta, pois seria preciso que se tratasse de um caso de fé profunda e extraordinaria para que o *simile* se podesse estabelecer.

Demais a palavra *Cananor* dos primeiros mappas exclue toda a approximação de semelhante denominação com aquella personagem.

Portanto, se os portuguezes mantiveram semelhante nome, foi porque assim denominavam os indigenas da localidade, a sua aldêa.

(63) Tendo André Gonçalves ido á descoberta da India com Vasco da Gama, podia saber da existencia de *Cananór*, onde o cabo lusitano foi melhor acolhido, com quanto não quizesse desembarcar.

(64) Ayres do Casal assim os descreve em sua *Corographia*, tomo 1, pag. 188, nota 1 :

« Na entrada da barra da *Cananéa* da banda do continente, sobre

frota o littoral brasilico para se lançar ao oceano com outra direcção (65), deixassem bem assignalado o ponto de sua ultima exploração, para em qualquer tempo assegurar-se o direito de Portugal.

Tanto no porto de S. Vicente, como no de Cananéa, foi encontrado o *bacharel* por nautas portuguezes, como dão testemunho a carta de Diogo Garcia, piloto ao serviço da Hespanha, e depois Pero Lopes de Sousa no seu *Diario*; notando-se que no aldêamento mais meridional foi elle encontrado com mais companheiros, sobretudo os seus genros, em geral da proveniencia de Castella.

Sendo mais importante a aldêa da *Cananéa* é de presumir, ha quasi certeza, que alli, de preferencia, deixasse a frota dois degradados, como faziam os portuguezes em outras partes, e notavelmente em Porto Seguro.

umas pedras, está um padrão de marmore Europêo, com quatro palmos de comprimento, dois de largo, um de grossura, e *as armas reaes de Portugal sem castellos;* posto que mais deteriorado que muitos pensariam, bem se conhece que foi collocado em 1503. »

Essas armas eram simplesmente *quinas*.

Na nossa *Revista*, tomos 12, 13 e 21, no ultimo á pag. 439, o nosso consocio Varnhagen exprime-se n'estes termos :

« Tentado pela curiosidade, á vista da menção que de um d'estes padrões, situado em um pontal defronte da ilha da Cananéa, faz o paulista Fr. Gaspar, fui em pessôa no local em Janeiro de 1841 ; e não encontrei ahi um só, mas tres padrões, *apenas com as quinas*, e sem esphera e nem castellos, nem a data.

« Os padrões eram iguaes; estavam juntos, um ao meio, com seus dois tenentes aos lados; d'estes um tinha cahido e estava lá mui no fundo, onde o levára o rôlo do mar que o cobria, sendo já sujo de ostras e sururús. Lá o deixamos em paz. »

Exclusive o numero, o que diz Casal conforma-se com Varnhagen.

(65) *Le-sueste.* Vide supra notas (51) e (53) á pags. 200 e 201.

No roteiro de Fernando de Magalhães, que vem no tomo 4, da *Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*, pag. 151, em nota, tambem ha uma direcção de rumo

Portanto, os *padrões*, e os *degradados*, que, por hypothese, suppomos dois em numero, não podiam deixar de ser os melhores assignalamentos da descoberta lusitana, e do respectivo direito de prioridade e de senhorio. A presença dos ultimos de certa maneira, na hypothese figurada, constituia um indicio precioso de que Cananéa, se não era o ponto terminal da viagem exploradora e detalhada do nosso litoral, não deixava de ser ponto de summa importancia, e portanto bem considerado.

Ora, cumpre ainda accrescentar que nos primeiros mappas, que na Europa se publicaram sobre esta parte da Ame-

pelo sueste, pela costa meridional do Brasil, e ha uma emenda declarando *sudoeste*, resultante de outro manuscripto do mesmo roteiro, que era contraposto e comparado.

Examinando de novo a questão, parece-nos que não se deve alterar a declaração de Vespucio; que aliás diz em sua carta, que, feito o provimento de agua e lenha, *principiára* a sua viagem de Cananéa pelo Le-sueste, porquanto no roteiro de Pêro Lopes de Sousa dá-se a mesma circumstancia no começo da partida, com o vento léste, mas o rumo sul, para depois tomar o sul-sudoeste.

Não se tratando de rumo, mas de vento, o que o original italiano e traducção latina de 1507 sustentam, é claro que não comprehenderam Vespucio, os que suppõem que elle obrigado a explorar a costa do Brasil, se fizesse ao mar em contraposição ao seu encargo, e menos ainda os que tomam como direcção de derrota o vento que aproveitava a frota.

Eis o que diz o original italiano:

« *Cominciamo nostra navicatione per el vento scilocho: e fu a di* 15 *de Febraio, etc.* »

E mais adiante:

« .... *e tanto navicamo per questo vento, etc.* »

E ainda:

« 500 *leghe per scilocho, etc.* »

Traducção latina de 1507:

« *Et inde navigationem nostram* per serocum ventum *initiantes, etc.* Vide *Amerigo Vespucci*, por Varnhagen, pag. 60.

rica, o ponto da *Cananéa* é o ultimo assignalado, posto que com a denominação de *Cananôr*, immediatamente á S. Vicente.

O primeiro mappa de que ha noticia é o levantado por João Ruisch, sob a direcção de Fr. Marco Beneventano, religioso celestino, editor da obra de Ptolomeu, que se imprimiu em Roma, em 1508. Esse mappa, contendo os novos esclarecimentos do mundo então conhecido (*Universalior cogniti orbis tabula ex recentioribus confecta observationibus*), foi feito, quanto ao nosso paiz, conforme as cartas, já então publicadas, de Americo Vespucio, e não podiam ter outra fonte, como reconhece o traductor portuguez, e as proprias notas estampadas no mappa melhor justificam(66).

N'esse mappa vêm reunidas as descobertas de João de la Cosa, ou o Biscainho de 1500, com as da frota lusitana,

(66) Um portuguez não daria taes informações, salvo se quizesse expatriar-se, pelo interesse que havia, sobretudo o governo, de tudo occultar aos estrangeiros. E mesmo entre os que foram não havia quem podesse fazêl-o convenientemente.

Vespucio não estava nas mesmas circumstancias; pois, com quanto houvesse sido o cosmographo da armada, já estava fóra do serviço de Portugal, e privado do seu roteiro. Sem esta circumstancia taes mappas estariam melhor traçados, e com a nomenclatura completa dos pontos percorridos pelos exploradores.

Não obstante, as informações foram dadas por alto; não se desceu a detalhes. Vespucio reservava para si o exhibil-os em obra que preparava, contendo a narrativa de todas as suas viagens e descobertas, mas a morte, infelizmente, impediu-o (22 de Fevereiro de 1512).

Suas cartas, de caracter todo particular, foram logo impressas no idioma patrio, e traduzidas em latim desde 1504 e 1507.

O convite que lhe fez D. Manoel tinha seu fundamento na pratica que Americo adquirira em viagens para o Novo Mundo, o que não tinham os pilotos portuguezes, mui habilitados nas navegações para a costa d'Africa e recentemente para as Indias orientaes.

onde embarcou Vespucio em 1501 e 1502. As inscripções latinas são de todo conformes com as cartas de Vespucio, pela primeira vez impressas em 1504 a 1507 em differentes lugares da Italia.

Registremos aqui essas inscripções :

« *Terra Sanctæ Crucis sive Mundus novus.*

« Passim incolitur hæc regio quæ à plerisque alter Terrarum orbis existimatur. Fæminæ maresque vel nudi prorsus, vel intextis radicibus aviumque pennis ornati incedunt. Insunt margaritæ atque auri maxima copia. Avehuntur à Lusitanis ligna *brasi*, aliàs *verzini* et *cassiæ.* »

Abaixo do lugar denominado *rio de Cananor*, ultimo ponto assignalado após o *rio de S. Vicente*, como o mappa os denomina, lêm-se as seguintes palavras :

« Nautæ Lusitani partem hanc terræ hujus observarunt et usque ad elevationem Poli Antartici 50 graduum pervenerunt, nondum tamen ad ejus finem austrinum. »

Na descripção d'esse mappa, feita por Fr. Marco Beneventano, religioso celestino, editor já notado, da mesma edição de Ptolomeu em fórma de *Appendix*, diz o escriptor no fim estas palavras :

« Daqui (refere-se á terra abaixo do tropico de Capricornio) mette para dentro (*o territorio*) pouco a pouco tambem para o Occidente, até a latitude meridional de 37 gráos, e longitude de 332. Ainda que os primeiros navegadores Portuguezes navegaram até á latitude meridional de 50 gráos, segundo dizem: comtudo não achei descripta a costa *d'aqui para diante* ; e assim basta o que deixo dito á respeito d'esta terra. »

De onde parece concluir-se que a frota lusitana approximou-se á terra em 37 gráos, e por isso pôde autorisar a descripção que lê-se no mesmo *Appendix*, e que se conforma com o que acima dissemos, quando tratámos das

vinte leguas em costa desabrida, em ponto que levamos á 38 gráos, pouco mais ou menos.

Convem ainda notar que, a regularmo-nos pelo *Summario* das mesmas navegações, publicado na collecção de Ramusio, no cap. II, Vespucio não foi além de 41°, navegando sempre á vista de terra 17 gráos e meio para o sul, além do tropico de Capricornio.

« Tanto navigamo *presso di detta costa*, che traspassammo il tropico hyemale verso polo Antartico per 17° e 1/2. »

Portanto sua navegação não ultrapassou quando muito de 41° gráos no littoral argentino, onde se deram e se podiam dar todos os phenomenos de que nos dá noticia após 3 e 7 de Abril de 1502(67). Tudo o mais que allegou-se ou foi exageração, ou erro de algarismo.

Mas ainda que fossem de Vespucio, como são, as cartas que se haviam publicado na Italia, não era isto bastante para se organisar um mappa com os nomes dos lugares respectivos; e, se se fez, por certo foi com apontamentos seus; nenhum outro então os poderia dar. Isto portanto vem assegurar o que havemos asseverado, isto é, que o ponto ultimo de nossa costa em que tocou a frota exploradora portugueza, onde servia Vespucio, foi precisamente *Cananéa* ou *Cananor*, como mostra a carta de Ruysch, de 1508.

O outro mappa em que podemos tambem apoiar nossa opinião é o da America, da edição de Ptolomeu de 1513, do qual nosso illustrado consocio, o Sr. visconde de Porto

(67) O nosso illustrado consocio visconde de Porto Seguro, ainda depois de uma tal confissão, pretende que Vespucio foi esbarrar á ilha da Georgia austral, entre 53° 57' e 54° 57', quando a frota não se apartou da vista da terra ou do litoral. Os navegantes não desembarcaram em parte alguma, após Cananéa, do contrario as localidades teriam nome, de que os mappas da época dariam noticia.

Seguro, publicou o *fac-simile* em seus trabalhos tão interessantes sobre Vespucio.

N'esse mappa ainda as ultimas terras do nosso territorio são os portos de S. Sebastião e o de S. Vicente, e o *rio de Cananor* (Cananéa). Ora se Vespucio ou quaesquer outros exploradores houvessem estendido os seus conhecimentos, além d'esse ponto, até aquella época, seriam, pelo interesse que já tanto excitavam, contemplados no mappa os lugares reconhecidos. Este mappa, sendo a reproducção do de 1508, com alguns accrescimos intermedios, é favoravel á nossa conjectura, isto é, de que a Cananéa foi a ultima terra do nosso littoral reconhecida pelos primeiros exploradores lusitanos, e S. Vicente a penultima.

Mas será sempre um segredo até á descoberta de novos documentos, a razão do nome de *Cananor* ou *Cananéa.*

Consequentemente os degradados, que alli deixou a frota com os padrões da ponta Cananéa ou Itacurussá(68), são factos mui importantes, e assignalam bem esse ponto como o ultimo em que tocou a frota no littoral sul do Imperio.

Os padrões ou marcos alli encontrados têm pois sua razão de ser quanto ao primeiro descobrimento, que era firmar e assegurar a posse da potencia que ordenou a exploração, como bem diz Americo na sua primeira carta, logo que a frota chegou á primeira terra do nosso littoral.

Os padrões de Cananéa não foram alli deixados nem por Martim Affonso de Sousa em 1531, como pretendem os tres paulistas Fr. Gaspar(69), Machado de Oliveira(70) e vis-

(68) Hoje diz-se *Tacurussá*, pedra da cruz. Outr'ora, segundo Manoel de Figueiredo, o nome indigena era *Itacoatiara.*

(69) *Memorias*, tomo I, n. 52.

(70) *Quadro historico da provincia de S. Paulo*, pag 20.

conde de Porto Seguro(71); e nem por Gonçalo Coelho, como com mais fundamento suppõe Ayres do Casal, apoiando-se provavelmente em Gabriel Soares(72), e ainda nas razões de exclusão da frota de Americo Vespucio, exhibidas por Fr. Gaspar em suas *Memorias*, liv. I, n. 11, todas *contraproducentes* pelo que hoje se conhece d'essa navegação: e antes, de suas palavras, vê-se que era o douto Visconde mais favoravel á Vespucio(73) do que á Gonçalo Coelho.

Gabriel Soares na *Noticia do Brasil* sustenta que Gonçalo Coelho e Christovão Jacques empregaram-se em explorar o nosso littoral, e em muitos pontos fixaram padrões ou marcos, e outro tanto não diz de Martim Affonso de Sousa (74). E comtudo trata do *cabo do Padrão*, a ponta da Cananéa ou de Itacurussá, declarando que assim se chama por alli se assentar um pelos *primeiros* descobridores da costa (75). Ora, pelo que se tem visto, a frota de 1501 onde ia Vespucio, primeiro que qualquer outra tocou em Cananéa.

E não podia ser Christovão Jacques, por isso que seus trabalhos, quaesquer que fossem, não se realizaram senão no reinado de D. João III (1525), quando Cananéa já

(71) *Revista do Instituto*, tomo 12, pag. 366; tomo 13, pag. 229, e tomo 21, pag. 438 e 439. E ainda na *Historia do Brasil* na primeira e na segunda edição.

(72) *Corographia Brasilica*, tomo 1, pag. 188, nota 1, da edição do Rio de Janeiro de 1833.

(73) Nas notas á obra de Gabriel Soares é o illustrado visconde de Porto Seguro favoravel á nossa opinião.

Não tendo examinado com mais estudo a questão, tambem já partilhámos a doutrina sem fundamento de Ayres de Casal.

(74) *Noticia do Brasil*, parte 1, cap. 1 e 60.

(75) Idem, cap. 65.

era mui conhecida (76); e nem por Gonçalo Coelho, pelo que acima já fica declarado.

Sobreleva ainda notar que, confrontando as cartas de Vespucio das duas viagens que fez ao Brasil por conta do rei de Portugal com o ultimo capitulo da obra de Gabriel Soares, na primeira parte, vêr-se-ha que o périplo de

(76) Ayres do Casal sustenta na introducção á sua *Corographia* que Christovão Jacques fôra o segundo capitão-mór que veiu á costa do Brasil fazer explorações, depois da primeira expedição, fundado na declaração de Gabriel Soares; mas ao mesmo tempo assegura que este escriptor se enganára, quando suppõe este acontecimento no reinado de D. João III.

Parece que em toda esta discussão ha um *qui pro-quo* que cumpre desfazer.

O governo portuguez mandou logo explorar a costa do Brasil não duas vezes, mas uma só em 1501 durante o reinado de D. Manoel. O seu fim era conhecer o paiz, e garantir o seu direito, sendo capitão-mór um individuo, hoje desconhecido, que uns querem que seja Gonçalo Coelho, ou Christovão Jacques, e outros D. Nuno Manoel. Por nossa parte suppomos que foi André Gonçalves, o mesmo capitão que levára ao rei a nova da descoberta por ordem de Cabral, em vista do que disse Gaspar Corrêa. Isto não exclue certas explorações parciaes, mesmo de particulares com autorisação do rei.

Em 1525 ou 1526 foi Christovão Jacques fazer explorações, mais de verificação do que de descoberta no littoral do sul, por ordem de D. João III, com o encargo de guardar a costa. O mesmo fez depois Martim Affonso (1531) e Diogo Leite: um ao sul, e outro ao norte. O primeiro foi encarregado de fazer descobertas na nossa costa meridional, além dos pontos, já conhecidos.

Gonçalo Coelho, em 1503, não foi fazer descobertas ao Brasil, mas ia por aquella costa ao sul até encontrar a passagem que o levasse á Malaca, objectivo que não conseguiu, mas depois alcançou-o Fernando de Magalhães. O seu mallogro foi como o de Sebastião Caboto.

Gonçalo Coelho (77) foi mui differente do de Americo Vespucio, tanto na primeira, como na segunda viagem (78).

(77) Este maritimo já figura na historia lusitana desde 1488, quando foi á Senegambia em commissão ao celebre, mas infeliz regulo africano Bemoy, assassinado por Pedro Vaz da Cunha.

Parece que Gonçalo Coelho era irmão de Nicoláo Coelho que acompanhou Vasco da Gama e Pedro Alvares Cabral á India.

(78) O périplo de Vespucio foi differente. Da ilha de Fernando de Noronha partiu para o sul á 18 ou 20 de Agosto de 1503, com direcção á Bahia, onde chegou á 6 de Setembro pouco mais ou menos, acompanhando-o outra náo (*caravela*) da frota.

Na Bahia demorou-se dois mezes e quatro dias, e portanto partiu á 10 de Novembro para o sul, e com o littoral á vista tomou um porto que se achava á 18 gráos de latitude, o que verificára com os seus instrumentos, e portanto com o maior cuidado.

Nos mappas das edições de Ptolomeu de 1508 e 1513, na segunda sobretudo, notam-se dois pontos com a designação de *rio do Brasil* e de Santa Luzia, o que importava, no ultimo, uma descoberta correspondente ao dia 13 de Dezembro de 1503. Estes rios, pela latitude n'esses mappas, não excedem á marcada por Vespucio, sobretudo a do *rio de Santa Luzia* que em outros mappas da collecção de Kunstmann correspondem ao ponto de Caravelas, no que concordam o traductor das cartas do mesmo Vespucio, na *Collecção das noticias das nações ultramarinas*, assim como Quintella nos *Annaes da marinha portugueza*, tomo 1, pag. 278, nota 2, com quanto lhe faça especie a distancia de 260 leguas, e a longitude de Lisboa, que é 31 e não 37 gráos.

Mas, se se attender que as leguas italianas eram inferiores ás *portuguezas*, as distancias quasi que se correspondem, por isso que assim o algarismo não irá além de 115, o que dista pouco de cem que Quintella marca para a distancia da Bahia a Caravelas. E quanto á longitude, é mui possivel ser erro de copia entre 31 e 37°.

O *rio Brasil* ficava mais ao norte da latitude de Caravelas, e do monte Pascoal, mas ao sul de Porto Seguro; talvez seja o rio depois denominado do *Frade*.

Designar um ponto com o nome de *rio Brasil* parece ter por fim indicar a abundancia do producto e o respectivo trafego, o que se podia dar nas visinhanças de Caravelas, por isso que por alli havia

Gonçalo Coelho, não se havendo reunido á Vespucio no ponto da Bahia como haviam assentado, seguiu provavelmente para o sul, no proposito de ganhar Málaca pelo occidente, como em Portugal se havia projectado, julgando talvez que Vespucio não o poderia mais alcançar, se se não perdêra.

Continuou sua viagem, e, se foi feliz, alcançando o ultimo ponto a que chegára a primeira frota, que suppomos a latitude de 38°, ou quando muito 41°, passára além e alcançára a latitude de 44° para 45°, onde lançou o respectivo padrão, isto é, no littoral da Patagonia, no ponto que nos mappas portuguezes, *maxime* o *Atlas* de Fernão Vaz Dourado, se chama a *Terra do Marco*, ao sul da bahia de S. Mathias.

Tudo isto é hypothetico, porquanto não se tem certeza do percurso da viagem de Gonçalo Coelho, e suspeitamos que essa latitude é provavelmente o ponto ultimo em que tocou a primeira frota, com os accrescimos que a ambição internacional impunha (79).

abundancia d'essa madeira, como em Porto Seguro, que tão proximo está.

Por outro lado: o nome portuguez de *Caravelas* dado aquelle ponto desde o seculo XVI, como se vê na obra de Gabriel Soares, parece indicar uma circumstancia de summa importancia para assim ser assignalado. Ora, em 1503, duas caravelas da frota de Gonçalo Coelho, sendo uma dirigida por Vespucio, fizeram na foz do rio de Santa Luzia uma estadia de cinco mezes, e voltaram carregadas de páo-brasil, entrando em Lisboa a 18 de Junho de 1504.

Se se não perdêra o *Roteiro do Brasil* de Pedro Nunes esta questão parece que não teria outra solução.

A hypothese de ser Cabo Frio este ponto, como pretende Varnhagen, parece-nos sem procedencia, de todo insustentavel.

(79) Quem sabe mesmo se esse padrão não foi posto por alguma frota armada á expensas de particulares, com autoridade real, muito depois de Gonçalo Coelho, e antes do reinado D. João III, da qual nenhuma memoria nos reste? Tudo são obscuridades. Esse padrão ao sul da bahia de S. Mathias é um enigma.

Os nomes de todo esse littoral, desde o cabo de Santo Antonio, á foz do rio Prata, foram impostos por Fernando de Magalhães em 1520. A enseada de Santa Apollonia foi descoberta a 9 de Fevereiro, e a bahia de S. Mathias a 24 do mesmo mez ; e pois, excluida a carta de Americo Vespucio em que trata da sua primeira viagem ao Brasil por conta do governo portuguez, nenhum signal surge de navegação por parte de Portugal (80).

Se n'essa latitude de 44° para 45° sul terminava a demarcação da corôa portugueza, se não existe para comproval-a outros documentos além da palavra do insigne mathematico e cosmographo real, Dr. Pedro Nunes, um tal direito não se firmava bem. Essa palavra estava consagrada, provavelmente, no seu *Roteiro do Brasil*, conforme a asseveração de Gabriel Soares; e obra cuja perda tanto lastimamos.

Gonçalo Coelho, não podendo, por circumstancias que desconhecemos, continuar sua viagem, como depois, em 1519, realizou-a Fernando de Magalhães, voltou, e arribou á bahia do Rio de Janeiro, ou melhor á de Mambucaba(81), onde por largo tempo demorou-se, e por isso a esse lugar no mappa da edição de Ptolomeu de 1513 se lê : *Pinachullo detetio*(82).

(80) A carta de Alvaro Mendes de Vasconcellos, escrita de Medina del Campo, em 1531, e publicada por Varnhagen, cita em pró dos direitos de Portugal ao territorio do Rio da Prata, o haver ido alli, no reinado de D. Manoel, *uma armada de D. Nuno Manoel*. Mas não se precisa na carta a época, não podendo ter sido a primeira expedição.

Por outro lado parece que o padrão, ao sul da bahia de S. Mathias, nunca foi chantado ; mas o ponto indicado era por onde passava a linha da demarcação pontificia, base das pretenções lusitanas, ao menos segundo o *Atlas* de João Teixeira, de 1640.

(81) Parece-nos mais aceitavel esta explicação, porquanto no mappa de Ptolomeu de 1513, o nome da *bahia dos Refens* que está mais ao norte cabe de preferencia á do Rio de Janeiro.

(82) Varnhagen interpreta bem por *Gonc. Choelho detẽtio.*

Este ultimo facto é real, o mais é hypothetico, porquanto é muito possivel que nem Gonçalo Coelho alcançasse latitude tão meridional, e novo fracasso, como o da ilha de Fernando, o acommettesse nas proximidades d'aquella bahia, como nos parece mais provavel.

O que, porém, parece comprovado, é que as navegações portuguezas, quando muito, não passaram em nossa America da latitude 41°, se tanto; e que seus nautas sómente impozeram nomes, no geral, até á foz do rio da Prata, comprehendidos os cabos de Santa Martha e de Santa Maria, e o proprio rio baptizado com esta ultima denominação, muito antes da passagem de Fernando de Magalhães (83).

Portanto, voltando á nossa questão, os degradados que ficaram em Cananéa em 15 de Fevereiro de 1502, estavam em boa paz com os indigenas pelo trato havido com os navegantes, e provavelmente informações dos *linguas*, transportados de Sergipe ou de outro qualquer ponto do littoral. E a demora que os navegantes tiveram n'aquelle ponto, tratando e sendo bem tratados pelos indigenas, devia concorrer muito para a ficada dos degradados, mais familiarisados com elles, e que assim já contavam com brandura e amizade em suas mutuas relações.

O *bacharel* degradado, isto é, João Ramalho, alli ficou com o seu companheiro, quem quer que fosse, que a tradição da época não declina o nome, mas nós suppomos ser

(83) Talvez o nome fosse dado por alguma armada ou frota de particulares, como uma a que já nos referimos, de D. Nuno Manoel, e que fôra a descobrir ao Rio da Prata, de que trata a carta de Alvaro Mendes de Vasconcellos, embaixador de Portugal na Hespanha, dirigida á D. João III em data de 14 de Dezembro de 1531.

Esta carta, como já notámos, foi publicada por Varnhagen nas suas *Novas indagações* sobre as ultimas viagens de Vespucio, pag. 10.

Aleixo Garcia(84), e provavelmente tendo armas e utensis de ferro, com que tanto se habilitou, com os naufragos ou desertores castelhanos, para construir bergantins (*falúas*), e navegar n'ellas pelo litoral do sul até o Rio da Prata.

Por estas circumstancias era o porto de S. Vicente e o da Cananéa mui demandados, muito antes da vinda de Martim Affonso de Sousa colonisar e estabelecer-se no littoral do nosso paiz. Assim tambem foi alguns annos depois o porto dos *Patos*, hoje de Santa Catharina, pelos hespanhoes naufragos ou arribados, antes e depois das viagens de Solis, de Magalhães e de Caboto.

## V

O que fica bem firmado é, que esses tres pontos do littoral do sul eram mui conhecidos e frequentados por navegantes hespanhoes e portuguezes, e até por francezes(85), antes da colonisação regular lusitana.

O bacharel de Cananéa, como chama Varnhagen, é tambem o bacharel de S. Vicente de Diogo Garcia, isto é, João Ramalho, o primeiro colono do Brasil meridional, o pai, o progenitor da população mistiça vicentina, hoje paulistana.

Vivendo este colono ora em S. Vicente, ora em Cananéa, o limite da tribu *Tupí*, confrontante com a *Carió* ou *Carijó*, parece que a razão da preferencia do assento da colonia em

(84) E' este o celebrado aventureiro portuguez que em 1525 penetrou na Bolivia (*alto-Perú*), muito antes da conquista de Pizarro. Fez alli taes depredações que voltou carregado de muitas riquezas, tendo a infelicidade de ser assassinado pelos indigenas *Paiaguás*, nas vizinhanças de Assumpção.

(85) Referimo-nos á viagem de Paulmier de Gonneville, em 1503, arribado á ilha de S. Francisco, em Santa Catharina.

S. Vicente, ponto insular como Cananéa, resultou da bondade do porto, e estar menos exposta a nascente colonia aos assaltos dos inimigos *Cariós*, como estava Cananéa. Tal é a nossa conjectura. Cananéa continuou a ser praça fronteira da defensa territorial.

Mas contra a these que temos sustentado levantam-se duas autoridades de grande nomeada na historia d'essa illustre e heroica provincia—Pedro Taques de Almeida Paes Leme, e o religioso benedictino Fr. Gaspar da Madre de Deus, notaveis por seus talentos e instrucção.

Ambos se esforçam por dar melhor origem á vinda ou apparição de João Ramalho no torrão de sua patria, nobilitando-o mesmo quanto á sua procedencia na terra de sua nacionalidade. O colono era um naufrago, lançado pelo infortunio ás plagas de Santos, e tinha nobre ascendencia!

Se fôr exacto o que sustentam estes dois mui celebrados chronistas, tão venerados pelos paulistas, a hypothese de que João Ramalho é o *bacharel degradado* ficaria excluida irremediavelmente.

Mas não é assim. A verdade é outra.

Ouçamos o primeiro, por ser mais antigo, pois falleceu em 1777, e de quem Fr. Gaspar tanto aproveitou para suas *Memorias;* obra, cujo merecimento seria mui reduzido, se os trabalhos collossaes de Pedro Taques fossem logo impressos(86). Não lograram essa ventura senão no presente seculo, e não pouco alterados.

(86) Pedro Taques nasceu em S. Paulo no 1º de Julho de 1714, e falleceu em Janeiro de 1777.

Fr. Gaspar da Madre de Deus, no seculo Gaspar Teixeira de Azevedo, era natural de Santos: tomou a cogula de S. Bento em 1732, fallecendo em principios do anno de 1800, segundo Innocencio, que aliás tambem diz que nascêra em 1730.

Provavelmente nasceu em 1712, mas o nosso consocio Dr. Joaquim Manoel de Macedo, no seu *Anno Biographico*, dá-o nascido em 1714.

Entretanto uma é complemento de outra, parecendo que ambas foram escriptas sob um plano assentado, ao menos em certos assumptos, em que pelo sangue eram os autores interessados.

Na *Nobiliarchia Paulistana*, impressa em nossa *Revista*, tratando-se da familia dos *Affonsos Gayas*, exprime-se Taques n'estes termos:

« Vieram mais em 1531 Jorge Ferreira(87), cavalleiro fidalgo, casado com Joanna Ramalho, *filha* de João Ramalho, que tinha o fôro de cavalleiro, e foi depois o fundador da villa de Santo André da borda do Campo, de cuja povoação (antes de ser elevada á villa em o dia 8 de abril de 1553) foi Guarda-mór e Alcaide-mór do Campo dito Ramalho. »

Em outro lugar, referindo-se á familia dos *Prados*, diz o seguinte:

« Vieram tambem com este fidalgo (*Martim Affonso de Sousa*) para S. Vicente João Ramalho, que tinha o fôro de cavalleiro, e sua *irmã* Joanna Ramalho, mulher de Jorge Ferreira, cavalleiro-fidalgo, que foi capitão-mór, governador da Capitania de S. Vicente pelos annos de 1556, etc. »

Ora n'estes dois trechos já vimos Joanna Ramalho figu-

(87) Hans Staden e Gandavo ém suas obras tratam d'este Jorge Ferreira, assim como as *Memorias* de Fr. Gaspar, liv. 1, n. 96.

Hans Staden, no cap. 47 de sua *Historia*, exprime-se por esta fórma, referindo-se á prisioneiros feitos pelos *Tamoyos* e que deviam ser devorados.

« Entre os que foram devorados n'essa noite havia dois mamelucos que eram christãos; um era filho de um capitão portuguez, chamado Jorge Ferrero (Ferreira), e de uma mulher selvagem; o segundo chamava-se Jeronimo. »

Parece que á este caso allude, por outra fórma, Gandavo no cap. 11 da sua *Historia de Santa Cruz*. Um dos filhos d'este Jorge Ferreira, por nome Balthazar, foi o matador da celebre *Hipupiara*, monstro marinho apparecido, em S. Vicente, no anno de 1564.

rando ao mesmo tempo como *filha* e *irmã* de João Ramalho, vindo elle na companhia de Martim Affonso em 1531, na qualidade de cavalleiro!

Continuemos.

Tratando da familia dos *Alvarengas Monteiros* declara Taques o seguinte:

« Francisco Ramalho e sua irmã Maria de Macêdo mulher de Lasaro de Torres, foram netos de João Ramalho, o progenitor de muitas familias de S. Paulo, que foi o fundador da povoação de Santo André da borda do Campo, que se acclamou em villa em 8 de Abril de 1553, sendo então o dito Ramalho, guarda-mór e alcaide-mór do Campo, e *tinha o fôro de cavalleiro*.»

E accrescenta:

« Este João Ramalho veiu de Portugal (era natural de Barcellos, comarca de Viseu) na companhia de Martim Affonso de Sousa no fim do anno de 1530, etc., etc.

« E o dito Ramalho foi *pai* de Joanna Ramalho, mulher de Jorge Ferreira, que tinha o fôro de cavalleiro fidalgo, e sendo povoador e morador de S. Vicente foi d'esta capitania Capitão-mór, governador e ouvidor pelos annos de 1556 por mercê do donatario Martim Affonso de Sousa.»

Eis-aqui temos João Ramalho, ataviado com o fôro de cavalleiro, e companheiro de Martim Affonso de Sousa na sua frota, tendo por patria Barcellos na comarca de Viseu! Fr. Gaspar dá-lhe outra patria: *Broucéla*, na provincia da Beira.

Ambos estes chronistas tinham bem fracos conhecimentos da geographia de Portugal. *Barcellos*, na provincia do Entre Douro e Minho, figurando em comarca da provincia da Beira e *Broucéla*, nome desconhecido n'aquelle paiz!

Parece que o que os dois chronistas queriam dizer, visto que se julgavam compromettidos á dar uma patria á Ra-

malho, *o degradado*, como na Bahia deram ao Caramurú, era que este celebrado colono nascêra em *Vouzella*, povoado da comarca de Viseu, na outr'ora provincia da Beira Baixa.

Agora confrontemos as notas extrahidas da *Nobiliarchia Paulistana* com o que diz Pedro Taques na sua *Historia da capitania de S. Vicente*, tambem impressa no tomo IX da nossa *Revista*; é interessante:

« Fundadas as villas de S. Vicente e do porto de Santos, João Ramalho, homem *nobre*, de espirito guerreiro e valor intrepido, que já muitos annos *antes* de vir Martim Affonso de Sousa a fundar a villa de S. Vicente em 1531, como fica referido, tinha vindo ao Brasil, e *ficando na praia de Santos*, e tendo sido achado pelos piratininganos, o trouxeram ao seu rei *Tevireçá*, que por providencia de Deus se agradou d'elle e lhe deu sua filha, que depois se chamou no baptismo *Isabel*, e quando Martim Affonso de Sousa chegou á S. Vicente lhe foi fallar o dito João Ramalho, e já com filhos casados, *o que tudo assim consta* de uma sesmaria que o dito Martim Affonso concedeu ao dito João Ramalho em 1531 na ilha do *Guaibe* (S. Amaro).

« Este Ramalho, pois, com o concurso de alguns européos da villa de S. Vicente, fundou uma nova povoação de serra acima na *sahida do mato*, chamada *Borda do Campo*, com a vocação de Santo André.»

Portanto é o mesmo Pedro Taques quem a si mesmo responde. João Ramalho já não veiu com Martim Affonso na frota de 1530, mas não era um degradado. Era provavelmente um naufrago ou passageiro esquecido na praia de Santos, e descoberto, não pelos *Tupis* ou *Tupiniquins* do littoral mas pelos piratininganos, isto é, *Guayanazes*, indigenas do campo, residentes em serra acima, por especial disposição da Divina Providencia!

Ora tudo isto, infelizmente, é lançado no proposito de confirmar a fabula, sem base, do casamento de João Ramalho com a filha do cacique Tebireçá, denominada *Isabel* no baptismo, e *Bartira* em *Guayanaz*, conforme a descoberta de outro chronista patrio, Machado de Oliveira, no seu *Quadro Historico*.

De onde Machado de Oliveira colheu esse apontamento? Não o diz; mas provavelmente foi aproveitado, se não nos enganamos, de alguma velha chronica exhumada das cavernas em que habitavam aquelles antropophagos troglodytas, reputados por esses illustres chronistas mais nobres que os *Tupís* do littoral, e que, aliás dil-o a historia, eram senão mais crueis, menos cultos (88).

(88) Os *Guayanazes* eram *Tapuyas*; viviam em geral no interior, além dos montes, repellidos provavelménte pelos *Tupis*.

Comtudo uma colonia sua escapára na ilha Grande e era alliada dos *Tamoyos*, como se vê em Lery, que os trata por *Oueanem* (cap. 16).

Parece que outr'ora dominavam a bahia do Rio de Janeiro, de onde vem talvez o nome de *Ganabara* ou *Guanabara*, senhorio ou dominio de *Guayanazes*.

Hans Staden, no cap. 3 da parte II, tratando dos *costumes dos Tupinambás*, faz d'aquelles selvagens hediondo retrato n'estes termos:

« Essas montanhas são habitadas por selvagens, chamados *Vayganná*, que fazem a guerra á todas as nações, e devoram todos quantos possam alcançar.»

Ao inverso dos *Tupis* deixavam crescer os cabellos e as unhas.

João de Laet, na sua *Historia do Novo Mundo*, liv. 16 apoiando-se em Antonio Knivet, não os trata melhor.

A sua fortuna em S. Paulo proveio da reputação que lhes fizeram os jesuitas, domesticando-os. Simão de Vasconcellos na sua *Chronica* não podendo contemplal-os como *Tupis*, segrega-os do geral dos *Tapuyas*, constituindo-os familia á parte. Ao inverso dos *Tupis*, que se pintavam de genipapo, elles usavam do urucú.

Simão de Vasconcellos é a base das historias de Pedro Taques e de Fr. Gaspar.

E' questão de que nos occuparemos em outra occasião, se houver opportunidade.

Entretanto Ramalho é sempre o fidalgo, goza do fôro de cavalleiro, não porque se ennobrecesse com os serviços prestados á nascente colonia, com os seus amigos, *Tupìs*, ou *Tupiniquins*, indigenas do littoral, e com o fortim que estabeleceu em serra acima para ter em respeito o gentio *Guayanaz*, e com elle traficar,com segurança; não. Ramalho é reputado já nobre quando veiu de Portugal; pois, ao que parece, segundo taes chronistas, não desembarcava, em S. Vicente, n'aquelle feliz torrão, colono que não fosse fidalgo de primeira linhagem e da mais limpa nobreza.

E, se casava com indigena, era, em regra, filha de *moroubixaba*. Ha mesmo quem graciosamente nos primeiros tempos da colonisação faça distincção entre *Mamelucos* e *paulistas*, como se, na época, fossem abundantes na colonia as mulheres portuguezas. Eram rarissimas: havia em quantidade as mistiças e regorgitavam as selvagens(89).

O que acontecia em S. Vicente dava-se tambem nos outros pontos do Brasil, sem exceptuar a colonia do Governo, a capitania do Salvador, directa e especialmente protegida pelo Rei.

(89) Póde-se fazer uma idéa do estado da colonia a este respeito, considerando que ainda em 1561, vinte e nove annos depois de estabelecidos os portuguezes na capitania de S. Vicente, e sete depois da fundação de S. Paulo, a camara d'esta villa representava á rainha D. Catharina, regente na menoridade de D. Sebastião, a necessidade de enviar colonos ainda que fossem degradados, por estas palavras:

« E outrosy mande que os degradados qua não sejão ladrõys, sejão trasidos á esta villa para ajudarem a povoar, por que ha aqui muitas molheres da terra *mystyças* com quem casarão e povoarão a terra.»

Vide Gandavo nas suas duas obras.

Os *Mamelucos* iam apparecendo, e eram no geral o producto de illicitas relações. Até hoje ignora-se a causa de semelhante denominação, usada desde o principio pelos colonos, tanto em S. Vicente, como em Pernambuco, e talvez proveniente de alguma expressão *tupi* (90).

Havia na Bahia tão pequeno numero de mulheres brancas no principio da colonia, que se pedia com instancia para Portugal a remessa das que fossem possiveis, ainda mesmo das de vida airada, « porque, dizia Nobrega, casarão todas mui bem, comtanto que não sejam taes que de todo tenham perdido a vergonha a Deus e ao mundo. » Sómente o rebutalho era por elle excluido. Uma que viéra na armada de Thomé de Sousa, como ama do filho de um homem casado, foi muitissimo disputada para casamento.

Os colonos não queriam casar com as indigenas; recusavam com ellas formar familia, mas entretinham relações illicitas. E note-se: as representantes do sexo amavel na Bahia tinham outro merecimento que não as incultas e horridas *Guayanazes*.

Pêro Lopes de Sousa, que era conhecedor em razão de sua posição social e viagens que tinha feito, traça, no seu

(90) *Mameluco* dizia-se o filho de portuguez e de indigena. No Egypto chamavam-se *Mamelucos* os meninos christãos roubados ou apprehendidos em guerra, que eram depois educados no mahometismo, e incorporados á uma força militar escolhida, de ordinario a guarda do chefe do Estado.

Mas essa denominação em arabe importa o mesmo que *escravo*. Dariam os portuguezes esse nome aos filhos que tinham das indigenas, porque eram suas escravas? E' possivel que ficasse essa denominação em Portugal do tempo do dominio arabe-mourisco.

Pedro Taques diz que esse nome era usado tanto em S. Paulo, como nas possessões hespanholas.

Entretanto elle define o *Mameluco* o filho de europêo com india *Carijó*; e depois diz que é tambem o filho da india da terra com branco ou europêo. Vide Fr. Gaspar, *Mem.* liv. 1, n. 166 nota.

*Diario*, um lisongeiro retrato das damas *Tupinambás* da Bahia em 1531; eis suas expressões:

« A gente d'esta terra é toda alva *(não era negra)*; os homens mui bem dispostos, e as mulheres mui fermosas, que nam ham nenhua inveja ás da *rua nova* de Lisbôa. »

E quasi o mesmo retrato fez Pêro Vaz de Caminha das indigenas *Tupiniquins* de Porto Seguro, na tão celebrada carta que dirigiu á el-rei D. Manoel em data de 1 de Maio de 1500.

Eis a fonte da nossa primitiva população colonial; e o que succedia em nosso paiz, reproduzia-se nas colonias de outros Estados, sem excepção das dos inglezes, cuja repugnancia pelos selvagens era extraordinaria. Na Virginia, ao principio, as mulheres inglezas eram raras, e não obstante causou sensação o consorcio tão decantado da gentil e intelligente Pocahontas, filha do cacique Powhatan com João Rolfe em 1613, e de quem mui distinctas familias d'aquelle Estado se ufanam de descender.

No nosso Brasil ha tambem quem se ufane de lhe correr nas veias sangue *Tupí* e mesmo *Tapuya*, tomando n'este sentido as tribus mais rusticas do interior, com tanto que o avoengo seja de classe princiaria. Temos os pretensos descendentes de Tebireçá, de Gupéva, de Paraguassú, de Uiráuby (*Arco Verde*), do Poty-guassú (*Camarão*), do Jacaúna, e outros. E o que mais maravilha é, que não tendo casado no Brasil, e nem reconhecido filhos, haja quem ostente orgulho de descender do conde de Nassau, e use das côres do seu brasão, nas librés de seus creados!

A vaidade das distincções genealogicas é, talvez, uma fraqueza, senão um merito, que acompanha a humanidade. Todos querem proceder do alto. Cada povo tem n'esta parte a sua quota n'esse defeito ou n'essa virtude. São conhecidos o *de* francez, o *dom* castelhano, o *illustrissimo*

portuguez, o *van* hollandez, o *ó* escossez, e o *mac* irlandez. Essas distincções têm não obstante sua utilidade; o que se deve estranhar, são os meios, pouco regulares, muitas vezes empregados para alcançal-as, ou para cohonestar o uso, e confirmar a ancianidade.

Os chronistas da Bahia e de outros pontos do Brasil, nos ultimos dois seculos, padecem da mania nobilitaria; mostram pela heraldica uma irresistivel paixão. Mas forçoso é reconhecêl-o, não a exhibem com a intensidade dos da provincia de S. Paulo, sobre tudo Pedro Taques(91).

O que se deve ainda mais lastimar é que vão procurar esses titulos de nobreza, mui discutiveis, fóra da patria, quando podiam simplesmente firmal-os em serviços prestados no interesse do torrão natal.

Mas não se limitam á galardoar com esses brasões aos heróes, cuja memoria querem perpetuar: alargam em demasia o circulo dos seus protegidos.

As familias nobilitadas são sem numero: é uma alluvião; o que não succede em Pernambuco, na Bahia, e mesmo no Rio de Janeiro. E comtudo não houve uma só expedição de povoadores para o nosso territorio, na época dos donatarios, em que não viessem nobres, e até de mui alta linhagem, a darmos credito ás primeiras chronicas.

No Maranhão e no Pará, parece que por mais modernas, não houve tanto prurido pelo culto genealogico. Entretanto, da historia do ultimo quarto do precedente seculo em diante, já se assignala em uma a fidalguia luso-marroquina de Mazagão, transportada para as regiões amasonienses; e em outra a energia com que se procurou sustentar

(91) Fr. Gaspar nada lhe fica a dever. Vide *Memorias*, liv. I, ns. 99 a 102 e Ayres do Casal na *Corographia Brasilica*, tomo I, art. *Capitania de S. Paulo*, pags. 185 a 186, edição de 1833.

o privilegio das infanções(92), outra especie de nobreza de herdança portugueza, que aproveitava a algumas familias, senão mais antigas, mais favorecidas pela fortuna, ou pelos cargos da governança na capital. Algumas foram procurar a procedencia de seus avoengos em casas illustres da Inglaterra e Irlanda, da Escossia(93) e França.

Todavia não se póde desconhecer que entre os primeiros povoadores da nossa importante colonia do sul avultava desde o começo o elemento castelhano, contendo nomes que, a serem exactas as genealogias, pertencem a familias de incontestavel nobreza no velho mundo, mesmo da ordem princiaria. De Portugal tambem podia ter vindo, e provavelmente vieram, colonos d'essa classe, arrastados por motivos de desgosto ou de fortuna; que, tendo grande descendencia, estavam em condições de alargar o numero de familias de ordem elevada. Sabe-se que alguns, ou a mór parte, vieram obrigados pela justiça.

## VI

Passemos agora ao outro chronista, o benedictino Fr. Gaspar da Madre de Deus nas suas *Memorias para a*

(92) Estes privilegios, que eram os do senado da camara do Porto, obtiveram quatro corporações da mesma especie no Brasil: as da Bahia e Rio de Janeiro, Maranhão e S. Paulo.

A mais nenhuma concedeu o governo portuguez esse privilegio: a de S. Paulo foi a ultima.

(93) Berrêdo em seus *Annaes* aponta Antonio Teixeira de Mello, natural da ilha da Madeira, como descendente da casa dos Drummonds da Escossia, estirpe nobilissima.

Foi elle o inclyto libertador do Maranhão, na invasão hollandeza, assim como outro madeirense foi depois de Pernambuco.

Deixou na terra que salvou larga descendencia feminina.

*historia da Capitania de S. Vicente.* Este escriptor, depois de phantasiar, á seu paladar, uma derrota da frota de Martim Affonso para justificar a denominação de S. Vicente, crêa a individualidade de Antonio Rodrigues para companheiro de João Ramalho, e á ambos faz protectores de Martim Affonso, não por causa dos *Tupís*, senhores do littoral, mas dos queridos e preconisados *Guayanazes* dos campos de Piratininga (94).

(94) Os nossos antigos chronistas não fazem uma conveniente descriminação dos indigenas que habitaram o territorio de S. Paulo na época da creação das capitanias. Gabriel Soares, o pai da historia do nosso paiz, tudo confunde, querendo que uma só tribu, a dos *Guayanazes* dominasse o littoral e os centros d'aquella provincia, talvez porque na Ilha Grande havia uma colonia d'esses indigenas alli estabelecidos ou esquecidos, e alliados dos *Tamoyos*.Era uma colonia destacada entre as tribus *Tupís* do Rio de Janeiro e de S. Paulo até Cananéa pelo littoral.

As do Rio de Janeiro, mais poderosas, se denominavam *Tupinambás*, como se póde vêr em Thevet e Lery, que pronunciam *Tupinambaoults*. Mas os *Tupís* de S. Paulo os tratavam de *Tamoi* (*Tamoyos*) que quer dizer *avós*, e assim tambem os tratam os portuguezes.

Os *Tupís* de S. Paulo eram, a nosso vêr, *Temíminós*, isto é, *netos*. Havia-os tambem no Espirito Santo, de que a mais notavel individualidade era o celebrado *Ararigboia*, que teve o nome de Martim Affonso de Sousa, e tanto se distinguiu na luta contra os *Tamoyos* e francezes.

Esses *Temiminós* eram tratados pelos *Tamoyos* de *Maracayás*, os *Margaiás* de Lery, do nome de um dos seus chefes que vivia na ilha, hoje do Governador, á quem os Portuguezes tratavam simplesmente pelo nome de *Gato* (Maracayá).

Com o nome de *Tupiniquins* tambem os tratavam os portuguezes; mas parece que por essa expressão se queria dizer, não *Tupí vizinho*, mas *Tupí-amigo*. Esta expressão tambem é usada por Lery, para com os *Tamoyos* indifferentemente, como a de *Tupinambá* :

De tudo o que temos dito póde-se concluir o seguinte :

E' mui curioso, e mesmo assaz divertido, o romance do empenho de João Ramalho com o pretenso sogro Tebireçá,

1.° Que os *Tupís* se intitulavam indifferentemente *Tabayaras* (senhores da terra), *Tupinambás* (guerreiros), *Tupiniquins* (vizinhos ou amigos).

2.° Que os *Tupís* amigos dos portuguezes eram tratados de *Tupiniquins*, mas no geral de *Tabayáras*. Os dos francezes de *Tupinambás* (Bahia), *Tupinambaoults* (Rio de Janeiro) e *Tupinambás* (Maranhão).

Entre estas duas ordens de *Tupís*, havia alguma differença na linguagem e no córte dos cabellos. Note-se que Anchieta, na *Revista* do nosso Instituto, tomo VIII, pags. 258, faz distincção entre os *Tupís* do littoral de S. Paulo e os *Temiminós* do Rio de Janeiro e Espirito Santo.

3.° Que os nomes de *Maracayás* ou *Margaiás*, como diziam os francezes, eram impostos pelos *Tupinambás* do Rio de Janeiro aos *Tupís* ou *Tabayaras* do littoral de S. Paulo, e de alguns pontos da bahia do Rio de Janeiro. E por sua parte os de S. Paulo tratavam de *Tamoi* os *Tupinambás* do Rio de Janeiro. Estas denominações contrarias, parece que eram alcunhas.

Os *Margaiás* do Rio de Janeiro tambem eram chamados *Temiminós* (netos) talvez por contraposição á *Tamoi* (avô). Entretanto eram irreconciliaveis adversarios. Thevet chama á estes *Tominous*, e Lery *Tenreminou*.

Os francezes os sabiam distinguir tanto, que passando a frota, onde veiu Lery, pelo littoral do Espirito Santo, praticavam com os *Tupiniquins*, que vieram procural-os, com muita cautela, tratando-os de *Margaiás*, amigos dos portuguezes, e seus adversarios.

Thevet nas estampas de sua obra os faz distinguir pelos nomes nos combates, mas aos *Tamoyos* chama *Tabayaras*, e aos adversarios *Margaiás*.

Entretanto Hans Staden no cap. 14 de sua obra assegura que os *Tupiniquins* de S. Vicente chamavam aos *Tupinambás* do Rio de Janeiro, *Tabayaras* (*Tawaijar*), porque essa palavra quer dizer *inimigo*.

Varnhagen pretende que a palavra *Tabayara*, significa *aldeão*, e Gonçalves Dias, *cunhado do homem! Tot capita, tot sententiæ.*

para o bom e confortavel acolhimento dos portuguezes, e salvar Martim Affonso de Sousa da corriola em que por certo cahiria se essa indiada de serra acima, antropophaga e troglodyta, de longas unhas nas mãos e nos pés, debruçada nas ameias de Paranápiacaba, não corresse á *marche-marche* para o Pilão Grande (*Engudguassú*) da ilha de S. Vicente, das veigas de Piratininga, além dos que vieram do grande salto do Ytú e de outros pontos ainda remotos, afim de pôr-se em franquia e arreganhar os dentes aos invasores portuguezes.

E sobre tudo os famosos quinhentos sagitarios que desceram ao Guaibe (*Santo Amaro*) no ponto da Bertioga, ou no da armação das Balêas, onde Fr. Gaspar suppôz ser o local primeiro abordado pelos portuguezes, conforme a direcção que deu á frota de Martim Affonso; força mandada pelo bom sogro de Piratininga á instancias de um genro tão patriota como João Ramalho. Era o caso de dizer como o épico lusitano :

> « Acode, e corre pai; que se não corres,
> « Póde ser que não aches quem soccorres. »
>
> (*Lus.* canto III, est. 105.)

Mas esses quinhentos sagitarios das *Memorias* passam a tresentos na *Noticia dos annos em que se descobriu o Brasil*, obra posterior á precedente. O ultimo algarismo, mais modesto faz comtudo relembrar os heróes das Termopylas, e portanto mais aceitavel e preferivel.

E' enternecedora, commovente e mui dramatica a scena da primeira entrevista do heróe de Vousella, esquecido em Santos, o naufrago de Guarapissumã, com o chefe da expedição lusitana, o que mostra o quanto este chronista religioso tinha uma imaginação de poeta, e por isso des-

tacamos para esta tosca nota os §§ 49 e 50 das suas tão apreciadas *Memorias*:

« 49. Já n'esse tempo estava cavalgada a artilharia, e o forte (*da Bertioga*) em termos de resistir: avistaram-se os indios, e o capitão-mór deu as ordens necessarias para uma vigorosa defensa. Estando a gente de guerra postada nos lugares competentes, devisaram um homem que caminhava com passos largos para a Fortaleza; e tanto que chegou á distancia d'onde pudesse ser ouvido, levantando a vóz, e fallando em lingua portugueza entrou a congratular-se com os seus nacionaes, fazendo todos os esforços por lhes persuadir que nada temessem.

« He inexplicavel a admiração dos portuguezes, quando viram homem branco, e ouviram o idioma da patria em lugar que suppunham habitado só de feras e barbaros: parecia-lhes illusão dos sentidos, o mesmo que na realidade percebiam, e para se livrarem da duvida, consultavam-se uns aos outros, fazendo reciprocas interrogações.

« Desenganaram-se finalmente, e então foi seu gosto igual ao seu espanto. Apresentou-se Ramalho ao capitão-mór, assegurou-lhe que á instancias suas, vinha o *Senhor da terra* (o sogro Tebireçá) á defendel-o com os indios que alli via (os taes quinhentos sagitarios! »

« 50. Depois de agradecer Martim Affonso este serviço á João Ramalho, cheio de admiração pelo que tinha ouvido, recebeu a Tebireçá com os obsequios devidos a um principe e bemfeitor, de quem tanto dependia o bom exito da sua viagem. Logo ajustou com elle perpetua alliança, e os indios festejaram as pazes com rusticas, porém sinceras demonstrações de alegria.

« Vinhão ornados com manilhas e plumas de pennas que os portuguezes muito gostavam de vêr pela variedade e formosura de suas côres finissimas.

« Os selvagens despediam setas ao ar, cantavam, e dançavam ao som de instrumentos, festejo a que corresponderam os brancos com a harmonia de outros mais accordes, e tambem com o estrondo da artilharia para elles tão medonha, como para os nossos insoffrivel o estrepito de suas festivaes algazarras. »

Sómente faltou aqui, para complemento d'esta tão apparatosa e festival recepção, a entrega do *marraque*, o sceptro, symbolo do poder (95), como no poema de Santa Rita Durão fez á Thomé de Sousa, Paraguassú com tão exemplar e mimosa abnegação.

Todo este romance, tão pouco consentaneo com a seriedade de um chronista, lê-se do § 42 á 52, e toda a obra resente-se d'esta má disposição de espirito do autor, que, aliás, era um religioso de ordem tão respeitavel, e tão afamada pela consciencia com que na Europa organisava trabalhos d'esta especie.

O escandalo da lenda do Caramurú, na Bahia, com todos os seus extravagantes e phantasticos detalhes, desafiou, ao que parece, o appetite dos dois chronistas de S. Paulo, mais ciosos de dar pasto á sua vaporosa imaginação, não comprehendendo a altura dos deveres do encargo, do que a de escrever em presença de authenticos documentos uma historia séria, veridica e sensata.

E n'aquella provincia deve por sem duvida haver para isso rico material accumulado em mais de tres seculos em S. Vicente, em Santos, e sobretudo na propria Paulicéa. A queima dos archivos de S. Vicente em 1592 pelos inglezes privou-nos dos mais valiosos, como interessantes documentos, do começo da colonisação lusitana ; mas, excep-

(95) *Marraque* era o maracá, instrumento e symbolo do poder entre os indigenas.

tuado este desfalque, quanto se não aproveitaria do cabedal até hoje recolhido e resguardado ?

Pouco, mui pouco, conhecemos das expedições dos paulistas contra os indigenas ; das proprias lutas entre si em mais de trezentos annos ; desconhecemos mesmo os nomes d'esses heróes que devassaram o deserto da nossa America, das praias do Atlantico ás abas orientaes dos Andes, deixando por toda a parte inequivocos signaes de seu extremado valor, e, infelizmente, de sua desmarcada cobiça e ferocidade.

Eram tambem assim os heróes antigos, porquanto estas existencias estão sempre na dependencia da cultura intellectual da época.

Os Mamelucos de S. Paulo só encontram similes nos devastadores hespanhoes, seus emulos e vizinhos. A raça sul-americana não encontrou peiores e mais desalmados exterminadores.

Entretanto não se póde desconhecer n'estes mestiços os seus sacrificios, o seu arrojo, e sua heroicidade. E' para lastimar que não conheçamos o historico fiel de suas aventurosas e homericas expedições, podendo apenas citar-se os nomes dos Raposos, Pretos, Buenos, Campos, Pires, Arzões, Camargos e outros, productos asperrimos do sangue ibero com o *Tupy* e *Guayanaz*.

Da lenda da Bahia são complices Vasconcellos e Rocha Pitta, seus historiadores ; ambos concorreram para que a musa de Durão a commemorasse em rimas immortaes.

Pedro Taques e Fr. Gaspar construiram a de S. Paulo, tendo por base a *Chronica* de Simão de Vasconcellos, representando os principaes papeis João Ramalho e Tebireçá, o pretenso sogro *Guayanaz* ; faltava somente quem, inspirado pelas musas, immortalisasse a imaginaria aventura em metro alexandrino. A *Confederação dos Tamoyos* satisfez

em parte essa necessidade; mas, exceptuado o moroubixaba *Guayanaz*, a segunda figura do poema após o Aimbiré, Ramalho, o vulto homerico da primeira colonisação paulistana, o progenitor dos primeiros *Mamelucos*, representa o papel de um comparsa mui secundario.

No canto V d'esse poema, aliás tão offensivo da verdade historica e sem necessidade, vê-se Tebireçá em S. Vicente, dirigindo-se ao sobrinho Iagoanharó, n'estes termos:

«Vês tu aquella casa? Alli habita
« O portuguez Ramalho, que é meu genro;
«Has de vêl-o, e a mulher, e os meus netinhos.»

Quanta poesia despendida n'este idyllio tão *guayanaz* do senhor de Piratininga!

Póde-se dizer é a chave de ouro do romance criado por Pedro Taques e pelo benedictino chronista de Santos.

Não se limitaram á esta lenda os dois chronistas: construiram outras; mas a que causou maior estrondo foi a da famosa renuncia da corôa de Piratininga, ou, como querem os enthusiastas, da corôa do Brasil por Amador Bueno em 1641, que, havia pouco, servira na camara de S. Paulo o cargo de vereador. Obra de pura imaginação e de vaidade genealogica, uma imitação da lenda bahiana, contra a qual protesta a verdade historica, e em que, infelizmente, vem ainda envolvida a ordem respeitavel de S. Bento. Se Pedro Taques foi quem inventou-a, Fr. Gaspar procurou dar-lhe maior realce com as provas que procurou adduzir. Mas se provou, provou de mais.

Voltando á nossa these, diremos que, conforme Fr. Gaspar, João Ramalho achava-se em S. Vicente, o paiz de *Morpion* dos *Tamoyos*, o *Urbioneme* e *Orbioneme* de

Hans Staden (96), ou antes, o que é mistér que se saiba, nas praias de Santos, a patria do douto chronista, antes da chegada de Martim Affonso de Sousa. Mas o illustre bene-

(96) O douto visconde de Porto Seguro, na segunda edição de sua *Historia do Brasil*, tomo I, pag. 123, diz o seguinte sobre esta denominação:

«A ilha de S. Vicente chamavam *Orpion* ou *Morpion*, nome que sômente podemos explicar como uma contracção de *Morubi-nhum*, isto he, campo dos trabalhadores ou lidadores.»

Na nota diz:

«Veja-se Thevet e Abbeville. Staden diz que *Orbioneme* (*Orbion-ém*, ou *Orpion-mà*) e na collecção de Purchas (V, 1242) ha quem a denomine *Warapisumama*. Este ultimo nome alludiria aos guarás que ali se matavam.»

Esta interessante ave, que havia em tanta abundancia desde *Guaratuba* (Paraná) ao Rio de Janeiro, desappareceu totalmente. No Maranhão e no Pará ainda existe; mas tal é a perseguição que se lhe faz, que em breves annos desapparecerá um dos mais bellos ornamentos do nosso littoral.

Parece que houve engano na citação de Abbeville, e que devêra lêr-se Lery. Mas este em sua obra diz que *Morpion* era o nome do forte dos portuguezes, isto é, a *Bertioga*. Vide pag. 227 de sua *Historia da America*.

E' notavel que o mesmo visconde se mostrasse tão indifferente quanto á palavra *Warapissumama* que encontrou em Purchas, e perfeitamente corresponde á *Guarapissumã*, o nome dado pelos indigenas á enseada de Santos. Além de que ella não tem a significação que aquelle illustre consocio presume.

Ambas as expressões não são exactas. São a corrupção das palavras *guirapaçâmã*, arco de tirar flechas e corda, que podemos traduzir por *arco apparelhado*, como talvez seja a figura ou se representava aos *Tupís*, a enseada.

Pelo que respeita á palavra *Morpion*, nome dado pelos *Tamoyos* á ilha de S. Vicente, a etymologia lembrada pelo illustre visconde parece-nos insustentavel. Essa palavra, assim como a de *Orbion* ou *Orbioneme*, conforme a pronuncia allemã, são, provavelmente corrupções da indigena *guira piran* que significa *passaro vermelho*: portanto o *guará*.

dictino não se contenta com isto, vai mais longe, o que de todo arruina a hypothese de ser João Ramalho o bacharel degradado em S. Vicente ou em Cananéa.

Com a autoridade prestigiosa de sua palavra o chronista santarino assegura-nos que, se não leu, *viu* o testamento original de João Ramalho, e *d'elle obteve cópia authentica*, que encarece com reflexões com que adorna o acontecimento, por onde se prova de modo irresistivel haver Ramalho desembarcado ou aportado na patria Santos, pelo Guarapissuman dentro, não em 1502 ou em 1514, mas precisamente em 1490, isto é, dois annos antes de abicar Colombo no archipelago das Lucayas, em Guanahani (97).

O testamento tinha uma data feliz: foi lavrado á 3 de Maio de 1580. Essa data em si comprehendia duas épocas notaveis: a do descobrimento do Brasil por Pedro Alvares Cabral (3 de Maio), e a do estabelecimento da ordem benedictina entre nós (1580). Que descoberta, e quantas coincidencias!

Se a paleographia fosse uma sciencia tão bem cultivada

Mas ainda assim este nome parece que não era applicavel senão á ilhota proxima á Bertioga, onde os indigenas vinham fazer provisão de pennas d'esses passaros para seus adornos, de que trata Hans Staden no cap. 19, e em vista do que assevera Lery com relação á Bertioga na vizinhança.

Lembramos ainda a etymologia de *guira apuam* ou *upaon*, ilha de passaros, ou do arco; de que as palavras *Morpion* ou *Orbion* podem ser contracções, prestando-se muito para isto o vocabulo *guira*, como se vê no *Glossaria* de Martius. Por outro lado, essa palavra *Morpion* póde tambem ter sua etymologia nos termos *mobyrion*, muitos, e mesmo em *mindy pyron*, papas grossas (o actual *pirão*), indicando assim a fertilidade, e abundancia da terra.

(97) Está hoje reconhecido pelos trabalhos de M. Major, que essa ilha tem presentemente o nome de *Guanima*, e é conhecida pelo de *Walteling* nos mappas inglezes. A memoria de M. Major intitula-se *Land's chaft of Columbus*.

no seculo XVIII, como é no presente, talvez a imaginação dos escriptores não trabalhasse tanto em organisar chronicas e scenas dramaticas no intuito de explicar as origens e o começo maravilhoso de sua patria. Mas não era assim.

O trabalho paleographico é enfadonho; nem todos podem com elle arcar. Pedro Taques já o reconhecia quando teve de organisar em 1772 a sua *Historia da capitania de S. Vicente*. E Fr. Gaspar preferia com todo o descanso escrever as suas *Memorias*, encerrado na cella do mosteiro com os documentos que facilmente pôde colher e os pios subsidios de sua casa, a ir revolver o pó dos archivos accumulado em mais de dois seculos, e destrinçar segredos paleographicos a bem da verdadeira historia em monumentos carcomidos pela traça e devastados pelo tempo e incuria dos interessados.

## VII

Além d'aquella descoberta, fez ainda mais: o veridico e grave chronista na mesma *Noticia* em que relata essa famosa descoberta que tanto tem feito cogitar os americanistas-europêos, brinda João Ramalho com uma idade além de centenaria, pois fazendo-o fallecer em 1580 ou mais, só de estada de Brasil contava elle noventa annos!

Trataremos d'este assumpto mais detidamente em outra opportunidade; por ora basta dizer que, por nossas conjecturas, João Ramalho já não era d'este mundo em 1560. Precisamente poderiamos, talvez, assegurar 1558.

Portanto, ainda á luz dos argumentos expendidos, em nossa opinião é elle o bacharel degradado, visto por Diogo Garcia em 1527, em S. Vicente, e por Martim Affonso de Sousa em 1531, em Cananéa.

## VIII

Resta ainda apreciar se esta individualide era realmente um homem de letras, arrastado por seus crimes á infamia, ou se, por seus commettimentos extra-legaes, alcançou essa alcunha tão conhecida dos navegantes de outr'ora.

A primeira hypothese parece-nos sustentavel, e diremos a razão d'esta nossa conjectura. Se João Ramalho fosse um criminoso vulgar, curvado pela idade e naturaes padecimentos, não resistiria, como resistiu, á influencia de sacerdotes cheios de fé, de zelo e de sciencia, como eram e são os jesuitas. No ultimo quartel da vida se renderia á voz da religião que recebêra no berço, como com tantos outros succedêra.

Quanta differença entre Ramalho e Diogo Alvares ! Este, provavelmente, era algum grumete desertor ou esquecido de algum navio, e tórnou-se um bom lingua entre os indigenas da Bahia, como era João Ramalho em Cananéa e em S. Vicente ; mas não gozava de grande influencia entre os *Tupinambás* a ponto de poder sustentar o primeiro donatario Francisco Pereira Coutinho, antes do abandono da colonia.

Pelo contrario a ascendencia de João Ramalho entre os indigenas do littoral paulistano, os *Tupiniquins*, que o acolheram, e mesmo um pouco em serra acima, era outra cousa, com quanto não desconheçamos a differença que havia entre um *Tupinambá* vivendo á beira do mar, e um *Guayanaz*, mais inculto.

João Ramalho não impôz sómente sua influencia ás tribus do littoral paulistano. Dominou, governou-as ; fez a guerra e relacionou-se com as tribus vizinhas, *Carijós*, *Guayanazes* de serra acima, *Guarominis* e *Tamoyos*.

Tornou S. Vicente um porto certo de escala para o trafego com os europêos, assim como Cananéa, que aliás não tinham as proporções da Bahia. Vendia indigenas que capturava em suas guerras; construia bergantins com que navegava pelo littoral até o rio da Prata; facilitava aguadas, viveres e refrescos aos navegantes que a terra permittia n'aquellas épocas. E assim, com seu exemplo, de alguma sorte impedia, ao menos para com os europêos, a pratica selvagem da horrenda anthropophagia.

E mesmo, depois de firmada a colonia lusitana, para conter e negociar com os *Guayanazes* de serra acima, fundou uma importante povoação, S. André, que fortificou, ligando-a á S. Vicente mediante uma via de communicação, obra de grande difficuldade, e que partia de um ponto á margem do braço que circumda a ilha, outr'ora denominado —*o estreito do Ramalho*.

Esta via foi posteriormente melhorada no seu traçado, até o presente mantido, obra dos padres da heroica companhia de Jesus, á quem S. Paulo tanto deve(98).

(98) A nova direcção da estrada foi dada pelos padres Luiz da Grã e Manoel da Nobrega; mas a grande veneração em que, depois, era tido o padre José de Anchieta fez com que o povo se habituasse a chamar essa estrada *o caminho do padre José*, se é certo o que affirma Fr. Gaspar em suas *Memorias*.

A nova estrada, portanto, não passava provavelmente por S. André, onde devêra existir, segundo Fr. Gaspar, população pouco affeiçoada áquelles religiosos.

Essa povoação desappareceu, ignorando-se ainda hoje o local certo de sua fundação *a borda do campo*; mas o sangue dos *Mamelucos* que alli se procrearam, espargiu-se por toda a provincia. Houve desforra. Em poucos annos os jesuitas amargaram os grandes bens que fizeram á população de S. Paulo. Bem entendido, se é exacto o que assegura Fr. Gaspar, quanto á razão da mudança da villa para S. Paulo. Elle escrevia em época em que tudo se podia, sem reparo, allegar contra esses religiosos

Todas estas façanhas, e com tão fracos recursos, indicam um homem de intelligencia vigorosa, com algum cultivo litterario, embora dominado por grandes e violentas paixões; lançando mão de meios extra-legaes, de certa ordem, para fazer vingar seus designios. Na nossa historia é por certo essa individualidade um grande vulto.

O orgulho do homem de cultura litteraria é mui refractario á idéas estranhas. Difficilmente se subordinará á doutrinas de que outros sejam os iniciadores, ou se constituam os mestres, *maxime* se, o que carrega-o, é adiantado em annos e habituado ao mando. Eis o caso de João Ramalho.

A luz da razão, os esplendores da fé não o despertam: é para elle um cofre cerrado á sete sellos. O que adquiriu e cultivou na mocidade é sómente o fundo que conserva. D'ahi resultou a divergencia, a luta com os religiosos da companhia de Jesus logo que aportaram em 1549 á S. Vicente. Esta semente deu posteriormente fructos bem agros.

João Ramalho, acostumado por longo tempo ao mando, não queria deixar a vida licenciosa á que, tambem por longos annos, se habituára na convivencia com os *Tupiniquins* de Cananéa(99), de Morpion e de Guaibe.

Os sacerdotes, que desde o começo da colonia compareceram em S. Vicente, faziam sensivel contraste com os missionarios da companhia. Os primeiros sem nenhum zelo,

(99) De um *livro* intitulado *das Novidades* que se acha no archivo d'esta villa contendo factos alli acontecidos, desde 1637 á 1795, e alguns bem importantes, obtivemos varias notas, por onde vê-se que a antiga aldêa indigena era situada, quasi defronte da presente villa, na ilha da Costa do Mar ou do Mar Pequeno (*Paranã-mirim*) na parte occidental, e no ponto hoje denominado *Boa Vista*.

O seu nome indigena era *Maratayama*, e com elle conservára a prerogativa de villa como se via de um auto de 1579, salvo do incendio do cartorio da villa em 1747, que, por causa do cupim,

baldos de sciencia e talvez de fé, indifferentes ao viver dos colonos, imitando-os, senão excedendo-os em desregramentos. Os segundos cheios de fé e de zelo, de espirito cultivado, eram caridosos com os indigenas, que os colonos e os outros sacerdotes reputavam, não homens, mas féras.

O antagonismo com semelhante entidade era logico e inevitavel. Ramalho foi surdo á todas as admoestações, e com desprezo repelliu-as. Jámais casou, conforme os ritos da igreja; vivia como um *Mormon* desbragado antes e depois da vinda de Martim Affonso; antes e depois da entrada dos jesuitas em S. Vicente, que nada d'elle conseguiram em materia de moral. Preferindo, por amor de seus vicios e extrema libidinagem, ser excommungado, manteve obcecado essa posição até sua morte.

Homem emprehendedor e activo, tendo no littoral o apoio dos seus conterraneos europêos e dos *Tupiniquins*, seus velhos alliados e parentes, subiu com estes a serra de Paranápiacaba, e foi estabelecer-se no ponto em que termina a região das matas, á borda do campo, onde os *Guayanazes* viviam e sabiam defender-se, ao envez dos que demoravam nas vizinhanças do littoral, e abrigados nos bosques. Taes eram as suas relações com esses indigenas.

Se Ramalho convivia em taes e tão francas relações com os *Guayanazes*, porque esse estabelecimento fortificado proximo ás matas? Porque não se foi metter com os Piratininganos no meio das campinas? O que significa esse res-

mandou executar o Dr. Antonio Pires da Silva e Mello Porto Carreiro, na qualidade de corregedor.

Novo Erostrato! e por isto consignamos aqui mais este acto de vandalismo e de insensatez contra os repositorios de nossa historia.

A mudança da localidade em 1637 trouxe em resultado a do nome da villa, que depois se chamou *Cananéa*, denominação que outr'ora tivéra a ilha do Cardoso, onde está assentado o padrão.

guardo de tão bons amigos, e isto quasi vinte annos depois da fundação da colonia de Martim Affonso ?

Foi sómente em 1553 que essa guarita ou pequeno povoado pôde ser elevado á categoria de villa forte fronteira, de que Ramalho, o sesmeiro do Guaibe, foi o alcaide-mór, encarregado da defensa da população de serra abaixo, contra os indios das campinas, isto é, os ferozes *Guayanazes*.

E quando os jesuitas domesticaram á estes por meio da religião e da caridade, o ponto da villa fronteira, o baluarte de S. André, tornou-se inutil e quasi imprestavel, até contra os *Tamoyos*, indigenas das matas, e que não sabiam combater em rasa campanha; razão da importancia de S. Paulo, fundada no meio do campo entre os *Guayanazes*, e na confiança da sua amizade e alliança. Ora, isto não se podia dar no estabelecimento posto que fortificado de Santo André.

Portanto, João Ramalho era, de feito, um homem de letras, embora não as houvesse mais cultvado em seu longo degredo (1502 á 1532), e na convivencia dos selvagens.

Era elle proprio indubitavelmente, a mesma personagem conhecida dos nautas que frequentavam as costas do Brasil meridional, pelo *bacharel*, visto e relacionado com Diogo Garcia em 1527 em S. Vicente, e por Martim Affonso de Sousa em 1531, em Cananéa. Não era, pois, o seu titulo uma alcunha (100).

Não enfraquece nossa these a circumstancia de não saber João Ramalho bem escrever, traçar caracteres como acreditou Varnhagen em vista de sua assignatura nas actas das vereanças da sua villa de Santo André da borda do Campo,

(100) O que sentimos ignorar é o nome que os indigenas imposeram á João Ramalho, como procederam com Diogo Alvares, o *Caramurú*, na Bahia.

assignatura, que, aliás, era propria e não á rogo. Em verdade é um facto hoje conhecido, e bem averiguado, que o longo deshabito da escripta, e mesmo da linguagem fal-as de todo esquecer.

Esta questão foi ultimamente bem discutida e apreciada por causa do celebre processo Tichborne, em Inglaterra.

A historia da rica, heroica e importante provincia de S. Paulo está ainda por escrever, e comtudo é a provincia que apresenta mais historiadores. Essa historia interessa immenso, por seu entrelaçamento, á de todo o nosso paiz, por tambem ser S. Paulo a filha mais velha, a que se manteve com mais segurança desde o começo da colonisação, *maxime* depois que a companhia de Jesús, por seu immorredouro apostolado, firmou por uma vez a alliança com o gentio *Guayanaz*, que dominava no seu interior. Ella domesticou-o e converteu-o á nossa fé, e, sobretudo, fundando S. Paulo á 25 de Janeiro de 1554.

Martim Affonso de Sousa e João Ramalho, o fundador da colonia e o progenitor dos primeiros *Mamelucos*, têm os seus nomes gravados na historia d'essa bella e interessante porção do territorio brasileiro. A escolha de um e o auxilio de outro são serviços de grande relevancia, e que os posteros não poderão encarecer demasiado. Esses vultos, posto que em limitado ponto de vista, são duas incontestaveis glorias paulistanas.

Mas que valor teriam esses serviços se a colonia lusitana, havia dezesete annos, comprimida entre o mar e a serra alterosa de Paranápiacaba, não conseguisse pacificar e attrahir ao gremio da fé christã as tribus *Guayanazes*, tão brutaes e tão refractarias á vida social, derramadas nas campinas e veigas ao noroeste d'aquella famosa serra ?

Quem, pois, consolidou aquella obra não foi o heroico guerreiro portuguez, não foi o bacharel degradado em Ca_

nanéa, mas a companhia de Jesus, resistindo resolutamente aos vicios monstruosos de Ramalho, e fundando S. Paulo, a auspiciosa cidade, no centro do territorio *guayanaz*, e fazendo de uma população barbara e hostil, um povo culto, laborioso, alliado ou amigo dos colonos.

Sem essa fundação predestinada a historia de S. Paulo, torna-se nulla, deficiente e incomprehensivel. Se os destinos d'essa cidade forem eminentes, gloria sem par e merecida caberá por certo a quem fundou-a, e ennobreceu-a desde o lançamento de seus alicerces com o alto patrono que lhe deu e com as lutas homericas que sustentou.

Essa historia, pois, ha de escrever-se, e a gratidão paulistana mais uma vez transluzirá por actos bem patentes que a glorifiquem. S. Paulo conta filhos mui dignos e prestimosos para que um momento se possa duvidar da realização d'esse trabalho, como d'essa reparação moralisadora e de rigorosa justiça. Temos n'isto profunda confiança.

Concluindo :

Presumimos haver sustentado a these que enunciamos—*João Ramalho é o bacharel de Cananéa*—respondendo pertinentemente á pergunta lançada no começo d'esta memoria. Não o fizemos, é certo, com provas directas e positivas, mas com circumstanciaes, que quasi tocam á evidencia.

As outras não são possiveis, ao menos por ora ; salvo se algum documento importante vier a descobrir-se nos archivos de Portugal ou de Roma, da França ou da Hespanha, ou finalmente no famoso repositorio do Museu Britannico em relação á este assumpto; hoje tanto mais facil quanto o estudo das questões americanas, que interessam á sua historia, geographia e ethnographia, se acham na ordem do dia nos paizes mais cultos.

E não desesperamos, por isso que o chronista benedic-

tino tornou João Ramalho personagem muito saliente, e mesmo muito importante n'aquellas questões, desde que ousou assegurar que elle aportára em nossa America dois annos primeiro que Christovão Colombo (101) !

Isto nos obrigará á escrever outra memoria, discutindo e apreciando este estupendo facto.

O Instituto Historico, á quem somos reconhecidos pela benigna attenção que nos dispensou, desculpará o tempo absorvido na exhibição d'estas fastidiosas, mas necessarias investigações.

---

(101) Gaffarel, *Etude sur les rapports de l'Amérique et de l'ancien continent avant Christophe Colomb*, pags. 327 e 328.

# MEMORIA
# HISTORICA E GEOGRAPHICA
DA
## ILHA DA TRINDADE

Organisada e dedicada ao Illm. e Exm Sr. barão da Ponte Ribeiro

PELO BACHAREL

PEDRO TORQUATO XAVIER DE BRITO

Coronel do corpo de engenheiros, archivista do archivo militar, membro effectivo do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico Brasileiro e socio fundador do Instituto Polytechnico.

---

## Dedicatoria

Illm. e Exm. Sr.—O respeito e a estima que sempre votei ás distinctas qualidades e merecimentos de V. Ex., me animam a rogar á V. Ex. que se digne de aceitar este meu insignificante trabalho sobre a geographia e a historia da ilha da Trindade, do qual peço a V. Ex. desculpa pelas muitas imperfeições que certamente encontrará n'elle, restando-me affirmar á V. Ex. que meus esforços ficaram muito aquem dos meus desejos, e, que se me animo a trazer á publicidade este fructo de meus estudos, é porque, amparado com o nome de V. Ex., o verei abrigado de estranhas censuras e com um outro superior realce.

Tenho a honra de ser, com a maior consideração, muito obrigado criado.—Illm. e Exm. Sr. barão da Ponte Ribeiro.—S. C., 28 de Agosto de 1877.—*Pedro Torquato Xavier de Brito.*

Pigres ubi nula campis arbor æstiva recreatur aura

(HORACIO.)

## I

### POSIÇÃO GEOGRAPHICA, EXTENSÃO E TOPOGRAPHIA

A ilha da Trindade está situada em 20° 31' de latitude sul, e 13° 47' 57" de longitude éste do imperial observatorio do Rio de Janeiro(1).

(1) Segundo *The patrice of navigation and nautical astronomy*, by Henry Rapper, Lieut R. N. 7 ed., London, 1862, dista seiscentas e

Tem de comprimento a NNO. ou SSE. cinco kilometros, um e oito decimos de largura, e seis e oito decimos quadrados de superficie.

Excessivamente accidentado, o solo d'esta itha, de natureza vulcanica contém montanhas elevadissimas e escalvadas; entre ellas acha-se no littoral, ao O., uma, com duzentos e sessenta e quato metros de altitude, denominada pelos navegantes *Monumento* (K)(2); na extremidade do N. outra, que chamam *Crista de Gallo* (A); a léste outra, de côr avermelhada, com sessenta e seis metros de elevação, tem na sua base uma galeria (G), formada pela natureza, que tem cento e trinta e dois metros de comprimento, por onde atravessa o mar de lado a lado com grande fragor; ao S. está outra, denominada *Pão de Assucar* (H), que tem trezentos e noventa metros de altitude; e no centro da ilha outra, que fórma o seu ponto culminante; entre esta montanha, e que fica-lhe a léste, o solo fórma uma depressão (Q), que ainda assim está vinte e dois metros acima do nivel do mar, e que se estende para o N. e para o S. até o littoral em planos inclinados. Da encosta septentrional da mesma montanha central dimana um riacho, unico que parece haver em toda a ilha. No littoral termina por penhascos ponteagudos, com excepção ao N. das praias *Sem nome*, *Empedrado*, das *Tartarugas* e do *Porto da Canôa* (C); a léste outra *Sem nome*, e ao S. a que fórma a enseada ou *Porto do Principe*; entre as pontas da *Crista de Gallo*, do *Vallado*, dos *Recifes Alagados* (H), das *Tartarugas* (E) e dos recifes das *Pedras Rasas* (F), ao N., e o que estende para o mar um recife

cincoenta e uma milhas geographicas do ponto da costa da provincia do Espirito Santo, situado na mesma latitude de 20° 31′ sul.

(2) Vide a planta junta da ilha da Trindade.

com duzentos e quarenta metros ao NE. Em frente de *Porto do Principe* ha uma ilhota de pedra (I), e perto da praia varios recifes, uns emergidos e outros immergidos; segue a ponta dos *Cinco Farilhões* (J), continuando depois os penhascos a guarnecer o littoral, tendo em frente a ponta SO. duas ilhotas altas, por entre as quaes e mesmo littoral passa uma pequena embarcação.

A natureza incendiavel do solo d'esta ilha, que parece ter passado por mais de um abalo vulcanico, quando revolvido e exposto aos ardentes raios do sol, é, no conceito do sabio Sr. visconde do Rio Grande, devido ás camadas de turfa que contém.

## II

### NOTICIA HISTORICA

Segundo o nosso illustre historiographo José Ignacio de Abreu Lima(3), o navegante portuguez João da Nova, mandado á India por capitão de quatro náos, partindo de Lisboa em 5 de Março de 1501, descobriu a ilha de Ascensão (hoje da Trindade) aos 20° 1/2 austral, e que demora a cento e vinte leguas da costa do Brasil, e reconhecida, dois annos depois, por Affonso de Albuquerque, que sahira de Lisboa a 6 de Abril de 1503, commandando uma esquadra para a India. Em 15 de Abril de 1700 aportou a esta ilha e tomou posse d'ella, em nome do seu governo, o capitão inglez Edmond Halley.

J. Kook, em sua segunda viagem, descobriu em 28 de Maio de 1775 a ilha da Trindade, onde fundeou a 31 do

(3) *Synopsis ou deducção chronologica dos factos mais notaveis da historia do Brasil*, 1 vol., pag. 26. Pernambuco, 1845.

mesmo mez(4). O seu aspecto medonho excede ao das ilhas da Pascoa e da Terra de Fogo; suas montanhas, formadas de pedras partidas, parecem produzidas pelo fogo de algum vulcão. Quasi no meio da ilha eleva-se uma montanha branca, sobre a qual, com o oculo, avistámos algum arvoredo; tem vinte milhas de comprimento de NO. a SE., e de largura cinco a seis; apresenta muitas collinas e estreitos valles, despidos de vegetação por espaço de muitas milhas, onde só se encontram pedras e arêa, ou antes cinzas, signaes evidentes de que a ilha foi produzida por um vulcão; uma montanha que se eleva ao SE. parece provar o seu estado primitivo; o seu solo é formado de uma especie de marne, que possue ainda a sua propriedade vegetativa.

Em 1781, achando-se o governo da Grã-Bretanha em guerra com o da Hespanha, mandou occupar a ilha da Trindade, afim de estabelecer um entreposto para o contrabando que se fazia á sombra do seu commercio, com as provincias hespanholas do Rio da Prata, depois que o governo de Portugal cedeu ao da Hespanha a colonia do SS. Sacramento pelo tratado preliminar do 1° de Outubro de 1777. Em consequencia d'este pacto e das reiteradas reclamações do governo da Hespanha ao de Portugal, ordenou-se ao vice-rei do Brasil que mandasse uma expedição, afim de expellir os inglezes d'essa ilha, que inquestionavelmente pertencia aos dominios portuguezes da America meridional. Assim, em seu officio de 20 de Agosto de 1789 (5), diz o vice-rei Luiz de Vasconcellos e Sousa ao seu successor conde de Rezende:

(4) *Histoire universelle des voyages effectués par mer et par terre dans les cinq parties du monde*, par Albert de Montmont, vol. IX, pag. 151.

(5) Tomo IV, pag. 129, da *Revista* do Instituto Historico e Geographico.

« No que respeita ao anno de 1782 achará V. Ex. as ordens por que Sua Magestade mandou occupar a ilha da Trindade, pertencente a estes dominios, da qual os inglezes se tinham senhoreado no tempo da recente guerra entre os governos da Inglaterra e da Hespanha, formando n'élla um estabelecimento de pouca duração. Não foram necessarios os meios da força, que então se preveniu, por se achar já abandonada a mesma ilha na occasião em que se expediu d'aqui a tropa com o determinado fim de evacual-a, formando-se conseguintemente n'ella, em conformidade das mesmas reaes ordens, um estabelecimecto, que, promettendo ao principio ter alguma capacidade para fazer menos pesada a despeza por meio da lavoura, que se podesse continuar no abreviado terreno de oitocentas braças (setecentos e sessenta metros) de comprimento e duzentas ditas (quatrocentos e quarenta metros) de largura, como mostram as plantás que estão juntas á correspondencia da corte do mesmo anno de 1783 (6), veiu depois a conhecer-se que nem podia sustentar o diminuto numero de seis casaes que para alli foram mandados. Todos os lugares que, sendo cobertos de terra, pareciam capazes de qualquer plantação, depois de roçados, mostraram, sem necessidade de maior exame, que a terra estava tão superficialmente sobre as pedras, que com o impulso de um pequeno golpe de enchada descobria o terreno inutil, e incapaz de semear-se n'elle cousa alguma; e conseguintemente muitas porções da mesma ferra, que em alguns lugares pareceram proporcionadas para a cultura, de nenhuma sorte a podiam admittir por ser muito delgada a capa que cobre a rocha e o cascalho que fórma todo o fundo. Além d'isso esta mesma terra é de tal qualidade que se inflamma por si mesmo sem a in-

(6) Acham-se no fim d'este escripto.

troducção de outra qualquer materia combustivel, que communicada exteriormente faça atear e accender a chamma, como se veiu a conhecer no dia 9 de Fevereiro de 1783, em que, vendo a terra lançando fumo, averiguada a causa, não se pôde descobrir outra senão que o fogo que sahia, bastantemente profundo, levantando chammas, e que por onde passava reduzia a terra a um cinzeiro esbranquiçado e brando, que atolava ; e a custa de muito trabalho, abrindo-se n'ellas em roda cheias de agua, para atalhar a passagem do mesmo fogo, pôde diminuir-se o incendio, mas de nenhuma sorte a origem do fogo por ser propria e natural d'aquelle terreno. Do commando d'esta ilha foi d'aqui nomeado o capitão do regimento de Estremoz Manoel Rodrigues Silvano, graduado em sargento-mór, com um corpo de destacamento de cento e cincoenta praças, que então pareceu indispensavel para a defesa e segurança d'aquelle posto, e que acabava de ser occupado por uma nação estranha, e devia ser guarnecido para prevenir outros semelhantes acontecimentos. Porém sendo certo que aquella primeira occupação dos inglezes na ilha foi mais por um acaso a que os obrigou a necessidade, emquanto recebiam outros soccorros para passarem á Inglaterra, do que com o animo premeditado de permanecerem alli, como veiu a verificar-se, me pareceu necessario diminuir o destacamento que presente se acha reduzido a oitenta e oito individuos, em que se comprehendem as praças do mesmo destacamento, e ainda assim a conservação d'aquelle inutil estabelecimento, que jámais será appetecido de qualquer nação, por isso que agora se conhece a sua incapacidade, não deixa de fazer um grande peso e embaraço a este governo e a esta provedoria, por ser indispensavel expedir d'aqui de seis em seis mezes uma embarcação com mantimentos, com que é soccorrida por não ter outros meios para subsis-

tir independentemente, e mudar de anno em anno o dito destacamento, o qual, não se devendo suppôr de melhor gente, obriga a maiores e mais impertinentes providencias do que parece. Foi presente a Sua Magestade estas noticias em 10 de Junho de 1783, as quaes em grande parte chegaram com as primeiras que o coronel de mar José de Mello se antecipou a dar, quando foi á dita ilha com o fim de evacuar, podendo só com a vista descobrir a sua extensão, e medir a sua grandeza sem o preciso exame da sua inutilidade; não tem produzido effeito algum de providencia por não se ter fallado mais n'esta ilha da Trindade nem no seu figurado estabelecimento(7). »

Tendo os inglezes abandonado a ilha da Trindade, e achando-se n'ella uma guarnição portugueza, ordenou-se ao vice-rei em 16 de Setembro de 1782, que promovesse communicações com esta ilha, por meio de sumacas e outras embarcações pequenas, e exigisse do seu commandante uma minuciosa descripção da qualidade do terreno, das aguas, das plantas e dos fructos, que possam haver n'ella, particularmente do trigo, do milho; e que das sementes que houvessem no Brasil se lhe mandariam porções sufficientes para semear, examinando cuidadosamente as plantações que fizeram os inglezes e a maneira empregada, para que fosse imitada; finalmente, que a bordo de um navio mercante seguiam para o Rio de Janeiro oito casaes, uns destinados para Angola, e outros para a ilha de Santa Catharina; que podia mandar todos para a ilha da Trindade, querendo estes, e que se ficava cuidando de

(7) Não se póde deixar de notar n'este officio a reserva com que trata da occupação da ilha pelos inglezes, mostra ignorar as reclamações do governo da Hespanha e pretende com subterfugios encobrir o seu conhecido fim, que estava longe de ser casual como se quer inculcar.

mandar mais alguns casaes para povoal-a. Prevenindo-o, em 18 do mesmo mez que mandasse, pela náo em viagem, o commandante e mais inglezes que estavam na ilha. Em 9 de Outubro informou o sargento-mór João de Abreu Pereira, encarregado de inventariar o armamento que os mesmos inglezes abandonaram na ilha, que encontrára doze peças de artilharia.

« O Sr. J. F. Galaup de Laperouse(8), encarregado em 1785 de uma viagem de descoberta, avistou-nos, diz a *Relação da viagem*, no dia 16 de Outubro d'este anno, ás 10 horas da manhã, as ilhas de Martin Vaz, cinco leguas ao N. O.; deveriam ficar-nos ao O., porém as correntes arrastaram-nos treze milhas para o S. durante a noite; infelizmente os ventos, sendo constantes do S. E. até então, obrigaram-nos a bordejar para podermos approximar-nos d'essa ilha, passando a uma e meia afastado d'ellas. Depois de determinar as suas posições, e feito um reconhecimento para podermos traçar sobre o plano as suas respectivas situações, seguimos para a ilha da Trindade, distante d'estas ilhas cerca de vinte e sete milhas, para O. 1/4 S. O.: estas ilhas são, propriamente fallando, rochedos, podendo o maior ter um quarto de legua de perimetro; são tres, separados por pequenas distancias, os quaes, vistos de longe, parecem cinco cabeças. Ao anoitecer avistámos a dita ilha da Trindade, que ficava-nos a E. 8° N.: o vento conservava-se sempre de N. N. O., obrigando-nos a bordejar toda a noite para conservar-nos sempre a E. S. E.; assim que amanheceu, dirigimo-nos para terra, contando com um mar mais manso ao abrigo da ilha, e ás 10 horas estavamos a duas e meia leguas da ponta S. E., e avistámos no

(7) *Relação da viagem*, redigida e publicada pelo Sr. Milet de Mureau em 1797, 4 vol. in-4° e atlas, pag. 23 a 30 do 2° volume.

fundo da enseada, formada por essa ponta, uma bandeira portugueza, içada no meio de um pequeno forte, ao redor do qual havia cinco a seis casas de madeira. A presença d'esta bandeira excitou a nossa curiosidade, e resolveu-nos a mandar um escaler á terra, para informarmo-nos se os inglezes já tinham evacuado a ilha, porque começavamos a vêr que n'esta ilha não encontrariamos a agua e a lenha de que careciamos; no cume das montanhas apenas avistámos algumas arvores; em todo o littoral da ilha as vagas quebravam-se com força, que receiavamos que o nosso escaler podesse, sem risco atracar a praia; tomámos, pois, o expediente de bordejar todo o dia, afim de acharmo-nos no dia seguinte, ao amanhecer, na ponta da ilha, bastante afastados para que podessemos ganhar o fundeadouro ou mandar pelo menos o nosso escaler á terra; á tarde chamámos o commandante do *Astrolabio*, e communicámos-lhe a manobra que pretendiamos fazer, accrescentando que não observariamos nenhuma ordem nos nossos bordos, devendo ao amanhecer estarmos reunidos na enseada; ordenámos ao Sr. Langle que qualquer dos dois navios, a *Bussola* e o *Astrolabio*, que se achasse mais á mão, mandaria um escaler á ilha para se informar dos recursos que poderiamos encontrar n'ella: no dia 18 de manhã, estando o *Astrolabio*, distante meia legua da praia, mandámos a *chalupa*, governada pelo Sr. Vaujuas, levando os Srs. de la Martinière e o recebedor de bordo, naturalista infatigavel, que penetrou no interior da enseada, por entre dois rochedos; as vagas eram, porém, tão fortes, que teriam infallivelmente naufragado se não fossem os promptos soccorros prestados pelos portuguezes, que arrastaram a chalupa para a praia, escapando todos os objectos, excepto a fateixa, que se perdeu: o Sr. Vaujuas contou n'este porto cerca de duzentos homens, dos quaes sómente quinze estavam

fardados, e os mais em fraldas de camisa ; o commandante d'este destacamento, ao qual não se podia chamar colonia, por não haver nenhuma lavoura, disse que tinha vindo para alli mandado pelo vice-rei para tomar posse da ilha, ha um anno pouco mais ou menos ; ignorava ou fazia ignorar que os inglezes tivessem-n'a precedentemente occupado, não devendo entretanto dar-se inteiro credito á sua conversação, porquanto estava na triste necessidade de occultar toda a verdade ; pretendia que a sua guarnição era de quatrocentos homens, e que o seu forte era guarnecido com vinte peças de artilharia; entretanto estava convencido que nenhuma estava em bateria nos arredores do estabelecimento ; receiava-se tanto do seu governo, que não permittiu aos Srs. de la Martinière e recebedor que se afastassem da praia para estudarem a flora da ilha e fazerem um estudo botanico ; e despediu-os, dando-lhes todas as demonstrações de consideração, accrescentando que a ilha nada poderia fornecer, que de seis em seis mezes se enviava do Rio de Janeiro viveres, e que n'essa occasião tinha apenas sufficientes para a sua guarnição, sendo ainda assim preciso ir longe buscar a agua e a lenha de que carecia. A sua guarnição ajudou a pôr ao mar a nossa chalupa. Na mesma occasião mandámos tambem um escaler, governado pelo Sr. Bautin, levando os Srs. Lamanon e Monneron, recommendando-lhes que não desembarcassem emquanto o *Astrolabio* não estivesse perto d'elles, devendo então procederem á sondagem da enseada e levantar o plano o melhor que lhes fosse possivel ; em consequencia o Sr. Bautin approximou-se da praia ao alcance de um tiro de espingarda. Todas as sondas annunciavam um fundo de pedra e arêa. O Sr. Monneron tirou a vista do forte tão bem, como se estivesse na praia, e o Sr. Lamanon reconheceu que as rochas eram de basalto ou de materias fun-

didas, restos de algum vulcão extincto, opinião que o recebedor confirmou, trazendo para bordo uma grande porção de pedras, todas vulcanicas, e de arêa intimamente ligada com detrictos de conchas e de coral. Segundo o conceito do Srs. Vaujuas e Bautin a ilha não podia fornecer-nos a agua e a lenha de que careciamos, e assim resolvemo-nos a seguir para a ilha de Santa Catharina. Aproveitando os dois dias que nos demorámos na ponta S. da ilha da Trindade, para fazer Bernizet traçar o plano da parte meridional da ilha, que differe muito pouco do que apresentou o Sr. Edmond Halley: a vista da ilha, tirada pelo Sr. Duchez de Vancy, é de uma rigorosa exactidão, e sufficiente para que os navegantes que se approximarem do lado meridional da ilha jámais se possam enganar. Ella offerece á vista um rochedo quasi esteril, tendo nos desfiladeiros estreitissimos alguns arbustos, n'um dos quaes a SE., que terá cerca de quinhentos e noventa e quatro metros de largura, está o estabelecimento portuguez. A natureza não parece ter destinado certamente esta ilha para ser habitada pelos homens e os animaes irracionaes, pois não encontrariam n'ella a subsistencia necessaria. Os portuguezes, porém, receiosos de que alguma nação da Europa queira aproveitar-se da sua proximidade da costa do Brasil, para estabelecer o contrabando, são empenhados em occupar uma ilha, que a todos os respeitos lhe é sómente onerosa.

« O Sr. Monneron diz que a ilha da Trindade está situada no hemispherio meridional ácerca de cento e oitenta leguas da costa do Brasil; achava-se deserta até a ultima guerra, quando os inglezes a occuparam, com o fim, sem duvida, de poderem mais facilmente tomar os navios francezes, hespanhoes e hollandezes; assegura que a abandonaram quando se declarou a paz, fazendo-a por isso o

Sr. Laperouse reconhecêl-a. Avistámos a bandeira portugueza sobre uma montanha, situada no reconcavo de uma pequena enseada a SE.; o official que governava o nosso escaler mandado a terra teve ordem para desembarcar só, caso que podesse fazêl-o sem risco; assim seguimos perto do littoral sem podermos atracar á praia; tivemos entretanto occasião de examinar o fundo da pequena enseada do estabelecimento portuguez, que se achava a um terço da altura da encosta de uma montanha, situada, como dissemos, no fundo da enseada, a qual terminava ao O. n'uma montanha escalvada, que, assim como todas as outras da ilha, são de producção vulcanica, tendo a E. uma outra, do feitio de um pão de assucar, com cerca de noventa e seis metros de altitude, e contigua a esta outra, formada de uma especie de argamassa, tendo um terço de altitude da precedente; a praia terá proximamente mil trezentos e oitenta metros de profundidade, elevando-se depois o solo em declive regular até uma especie de esplanada, que, em termos de fortificação, chama-se terrapleno, com grande inclinação para a praia, circumstancia que o expõe aos fogos dos navios que se acharem fundeados na enseada; não descobrimos parapeito, embora seja de presumir que haja uma barbeta; esforçámo-nos por descobrir peças de artilharia, mas foi debalde: no terra-pleno haviam cinco a seis casebres, dos quaes o maior, collocado no angulo saliente do forte, se tal nome lhe podemos dar, assemelha-se a um reducto, tendo uma de suas faces parallela á praia e outra ao barranco, onde fenece a esplanada; este estabelecimento parece mais um escondrijo de bandidos que um posto occupado por uma nação civilisada: supprimi os obstaculos naturaes de fazerem o accesso difficil, não descobrireis nenhum vestigio que indique um projecto de resistencia a um primeiro

ataque. Podemos assegurar, sem receio de enganar-nos, que não ha alli nenhuma embarcação, o que faz-nos crêr que os portuguezes estão a pouco tempo estabelecidos na ilha ou que são muito descuidados. O Sr. Vaujuas, que tambem desembarcou, avaliou em duzentos o numero dos individuos presentes; nós, que os contámos mais de uma vez, só achámos trinta e tres, dispersos pelas montanhas e pela praia, e trinta e seis que nos observavam da esplanada, o que nos fez acreditar que não excitavámos a curiosidade de todos os desterrados n'este rochedo. Como julgamos que o fundo da enseada era de pedra, talvez que seja difficil ás náos e fragatas fundearem n'ella para abrigarem o posto a render-se; assim, com o systema actual de defesa, seria preferivel fundear do lado SO. da ilha, onde se deve encontrar mais segurança no fundo, e onde se poderá facilmente contornar o posto, occupando o cume da montanha, que está a cavalleiro do terra-pleno. »

Resolvendo o governo de Portugal, que á vista das representações do vice-rei do Brasil, conde de Rezende, que a ilha da Trindade fosse abandonada, mandou em 6 de Fevereiro de 1797 retirar o destacamento e o armamento que alli se achava, o qual embarcando na fragata *Princeza da Beira* e em uma curveta, chegaram ao Rio de Janeiro em 11 de Outubro do mesmo anno.

Depois d'este successo ficou, como se devia esperar, a ilha da Trindade em completo abandono, quando aportaram a ella os naufragos do bergantim *La Jeune Sophie*, (9) que, fazendo-se de véla de um dos portos da França para a Ilha de França em 28 de Maio de 1817, commandado pelo capitão Deveaux, levando o conde de Amerval,

(9) Vide *Gazetas do Rio de Janeiro* de 10 e 13 de Setembro Setembro de 1817.

sua familia, onze passageiros mais e quatorze homens de guarnição, seguiu com feliz divertida viagem até o dia 6 de Agosto. Tendo-se acabado a provisão de aguardente, o commandante mandou buscar ao porão ; mas, apenas se abriu a escotilha, sahiu uma chamma amarellada e suffocante, que os marinheiros mal a poderam fechar ; comprehendendo o commandante que estava com fogo a bordo, e para atalhar o perigo, mandou, com toda a calma e sangue frio, calafetar todas as escotilhas com colxões dos passageiros e outros objectos que tinha á mão, e lançar por todos agua, para evitar os progressos do fogo, do qual se ignorava a causa e a natureza. Averiguado com mais attenção, conheceu-se, pelo cheiro, que era vitriolo ou agua-forte, que consumia a embarcação ; este caso assombrou ainda mais o commandante, que não se lembrava de ter visto semelhante artigo no seu livro de carga ; folheando-o com mais cuidado, conheceu que provinha de uma caixa com garrafas que continham vitriolo, que foi embarcada por um negociante, com o falso distico de — pharmacia preparada.—Apezar da quantidade de agua que se lançava na embarcação, o fogo, solapando, fazia grandes progressos ; o calor tornava-se insupportavel ; mal se podia pôr á mão no costado. Estava então o bergantim na latitude de 20° 25', e em 26° 50' de longitude O. de Paris. Aquelle infelizes vendo a morte certa, trataram de aportar á mais proxima terra, que era a ilha da Trindade ; depois de tres dias de fadigas continuas, alagando dia e noite o navio com agua, descobriram afinal a dita ilha, tão desejada. O conde de Amerval e o commandante, dotados de grande animo, que a desgraça não abate facilmente, preferindo antes arrostar uma morte infallivel do que se expôrem a morrer de fome ou a serem victimas das féras, resolveram os passageiros e a guarnição a seguir para o

Rio de Janeiro, e para este fim estavam já a quatorze leguas da ilha, quando o immediato do navio, pondo a mão sobre uma das cunhas das escoteiras grandes, sentia-a queimada e com uma bolha. Todos, atterrados com este successo, examinando com mais cuidado os progressos do fogo, conheceram que o fumo sahia com força por todas as fendas da embarcação ; e, vendo que a morte era inevitavel, pediram ao commandante que fosse para a ilha, o qual, sensivel ás justas reclamações dos seus companheiros da desgraça, facilmente renunciou o projecto de alcançar o Rio de Janeiro, e immediatamente governou para a ilha, que já havia perdido de vista. No dia 10 avistaram os seus medonhos rochedos, e ás 4 horas da tarde d'este dia chegaram a uma enseada por entre dois d'aquelles rochedos ; abertas então as escotilhas, a agua precipitou-se no convés da embarcação e apagou o incendio, empregando-se no dia seguinte aquelles infelizes em salvar os poucos viveres apenas alterados pelo fogo, desembarcando parte dos passageiros, mas na noite de 12 para 13, ventando do S. O., engrossou o mar, quebrando-se com tanta força no costado da embarcação, que se abriu pelo meio, e as ondas, em poucos instantes, levaram os seus fragmentos e tudo quanto ella continha ; os passageiros que estavam a bordo, tiveram apenas tempo de se lançarem na lancha e ganharem a praia com muito trabalho, depois de acossados pelas vagas entre os recifes, sendo necessario passar uma corda por debaixo dos braços d'elles para salval-os. Todos os passageiros assim que chegaram á praia, levantaram barracas encostadas as montanhas, que esbroavam de instante a instante, enchendo-os de terror. O conde de Amerval, desejoso de salvar as vidas de vinte e sete pessoas, que poderiam ficar abandonadas n'aquella ilha deserta, conferenciou no dia 18 com o commandante, e tentou fazer a viagem n'um escaler

até o Rio de Janeiro ; para isso o commandante fez apparelhar a sua lancha, e em companhia do conde e cinco marinheiros affoutos seguiu n'este mesmo dia de manhã, despedindo-se dos seus companheiros, e promettendo-lhes que voltariam para livral-os se a Providencia favorecesse a sua arriscada viagem. Com esta lisongeira esperança fazem á véla o seu fragil batel; durante tres dias a sua navegação foi muito feliz ; no terceiro encontraram uma embarcação ingleza, que seguia para a Ilha de França; abordaram-a para pedir viveres; o commandante ficou admiradissimo de encontrar semelhante embarcação no mar alto ; tomou-os por piratas, e só a muito custo conseguiram fazer-lhe saber o que lhes aconteceu, para que, commovido da sua desgraça, lhes déssem agua e biscoutos. Continuaram a navegar ; o tempo ficou máu, as ondas engrossaram, e estes infelizes, depois de treze dias de perigos, expostos a todo o momento serem tragados pelas ondas, e faltos já de mantimentos, chegaram milagrosamente ao Rio de Janeiro a 31 do mesmo mez de Agosto, gozando todos de boa saude. Desembarcaram na fortaleza de Santa Cruz, sendo perfeitamente acolhidos pelo bravo governador, que os convidou para jantar com elle. Assim que chegaram á cidade, dirigiram-se ao seu consul-geral o Sr. Maller, que se apressou em ser-lhes util, impetrando de S. M. Fidelissima, que condoído de semelhante desgraça, e animado da proverbial bondade e benevolencia com que costuma soccorrer os infelizes, deu as mais promptas ordens para que no dia 6 de Setembro a escuna de guerra *Maria Emilia*, commandada pelo 2° tenente Manoel Pedro de Carvalho, levando o referido commandante e marinheiros em demanda da ilha da Trindade, para soccorrer os infelizes que alli estavam e que sem este auxilio infallivelmente succumbiriam. Quando esta embarcação aportou, porém, á ilha, só encontrou pen-

durada a uma arvore uma garrafa, contendo um papel com a declaração — *que, tendo, se approximado da ilha um navio, os havia levado para a India, que era o seu destino*, persuadidos que os seus companheiros não voltassem com a lancha da *Jeune Sophie*.

Em 6 de Outubro de 1825 o Sr. Duperrey (10) descobriu as ilhas de Martin Vaz e da Trindade, situadas aquellas em 20° 27' 42" de latitude S., e 31° 12' 58" de longitude O. Paris ; e esta em 20° 30' 32" de latitude S., e 31° 57' de longitude O. Paris : as ilhas de Martin Vaz são rochedos escalvados ; a ilha da Trindade é elevada, que com tempo claro póde avistar-se na distancia de cincoenta e quatro milhas ; apresentando alguma vegetação do lado meridional, e algumas montanhas, das quaes uma que chamam *Monumento*, outra *Pão de Assucar*. A distancia entre ella e as ilhas de Martin Vaz é proximamente de vinte e sete milhas.

Esta ilha foi no mesmo anno visitada pelo Sr. capitão de mar e guerra Diogo Jorge de Brito (11), commandante da curveta *Itaparica*, e dos aspirantes á guarda-marinhas, entre os quaes se contavam os distinctos e prestimosos officiaes da armada os Srs. vice-almirante barão de Angra, almirante barão do Amazonas, e chefe de esquadra Raphael Mendes de Moraes Valle.

Segundo a *Carte de l'Ocean Atlantique meridionelle* (12) do Sr. Bernard, as ilhas de Martin Vaz estão no parallelo

(10) *Histoire universel des voyages effectués par mer et par terre dans les cinq parties du monde*, par Albert de Montémont, vol. XVIII, pag. 113.

(11) Não obstante as nossas diligencias, não nos foi possivel encontrar o *Relatorio* ou *Diario* d'este official, que tanto se distinguiu em diversas importantes commissões.

(12) Rubeque, *libraire hydrographique*. Paris, 1826.

de 20° 29' 42" meridional e o meridiano de 31° 12' 58" O. de Paris, e cruzam-se proximamente no centro da maior das tres que seguem em linha recta. A ilha da Trindade está entre os parallelos de 20° 29' 46,"6, e 20° 32' 26,"6 meridionaes, e os meridianos de 31° 42' 32" e 31° 39' 48" O. de Paris; o parallelo de 20° 31' 23' S. e o meridiano de 31° 41' 18" O. de Paris cruzam-se no centro da ilha; a variação da agulha era de 6° 50 6° 50' NO. Na mesma carta vem o plano d'esta ilha levantado pelo Sr. Gressien.

O Sr. Durmont Durville (13) visitou a ilha da Trindade em 31 de Junho de 1829, e diz o seguinte: « Distinguimos as ilhas de Martin Vaz, e a ilha da Trindade, que se dobram pelo S, contemplando a grande montanha de trezentos e sessenta e oito metros de altitude, inclinada, isolada e escalvada, que apparece ao S., á qual deram os inglezes o nome de *Pão de Assucar*, perto do qual estão os dois unicos portos da ilha, se comtudo assim se podem denominar; perto d'ella ha uma montanha de fórma cylindrica, com duzentos e sessenta e quatro metros de altitude e vinte e seis a trinta e tres ditos de diametro, quasi que inteiramente destacada da massa da ilha, torre natural que parece uma outra Babel. A ilha parece ser esteril, com excepção da enseada a SE., onde se distingue alguns arbustos muito enfesados nas quebradas das montanhas.

Em 1846, apenas sabemos que esta ilha da Trindade foi tambem reconhecida pelo Sr. capitão de fragata Manoel Maria de Bulhões Ribeiro, commandante da corveta *Sete de Abril*.

(13) *Hist. universel des voyages* etc., etc., par Albert de Montémont, vol. 18, pag. 213.

A ilha da Trindade (14), cento e setenta a cento e setenta e cinco leguas da costa do Brasil, é montanhosa ; tem uma enseada ao NO., com vinte braças fundo limpo ; alli ha rochedo alto e destacado em fórma pyramidal, que póde servir de reconhecimento ; entre elle e a terra não podem passar barcos.

*Horsbourgh* diz que esta ilha terá seis milhas em circumferencia ; estende SO. — NE. ; é alta e desigual ; póde ser avistada do convés de um grande navio na distancia de dezoito leguas ; é cheia de rochas, quasi esteril ; nas alturas da parte do S. ha arvoredo. Na parte de E. e SO. ha boa agua ; em dois regatos tambem ás vezes se encontra na rocha que fórma a ponta do SO. porém navio algum deve demandar esta ilha para se refazer, salvo á uma extrema necessidade, porque os regatos são muito pobres, e é natural que, faltando as chuvas, séquem ; além d'isso a mesma ressaca obsta a que se possa fazer essa mesma aguada com facilidade, e por fóra o ancoradouro não é seguro, porque os ventos do O. e SO. são travessias, e sendo fortes é arriscado a ir á praia. Recommendo aos navios, que demandarem esta ilha, para fazer aguada, que fundêem em trinta braças e uma milha, em distancia da ponta de O. da ilha, afim de poderem mandar montar a terra em qualquer dos bordos se o vento soprar de O. ; d'este lado está o rochedo de oitocentos e cincoenta pés de alto, em fórma cylindrica, com arvores no cume. Ha tambem uma especie de arco natural em rocha escalvada e escabrosa com oitocentos pés de altura, tendo o arco quarenta pés de largo e cincoenta de altura, e comprimento ou profundidade quatrocentos e

(14) *Roteiro Geral*, parte 11ª, que comprehende as costas do Brasil do cabo do Norte até o Rio da Prata, etc., etc., por Antonio Lopes da Costa Almeida, 2ª edição, 1849. Lisboa.

vinte pés ; o mar alli rebenta pelo arco dentro com grande estrepito : ha mais de nove braças d'agua debaixo d'elle, como igualmente na bacia formada da sua parte de E. ; na ponta do SE. tambem ha uma rocha com figura conica, que terá mil cento e sessenta pés de alto, denominada Pão de Assucar, tambem coberta de arvoredos. Ainda que esta ilha esteja na zona dos ventos geraes de SE., comtudo os ventos juntos a ella variam, e ás vezes sopram de NE. e N., e outras vezes vêm aguaceiros e temporaes de SO.

As rochas de *Martim Vaz* (15) estão separadas da ilha da Trindade por um canal, que terá 8,5 leguas de largo ; ellas são alcantiladas e inaccessiveis ; a distancia entre as duas rochas mais afastadas anda por tres milhas ; são geralmente altas e estereis : a do centro é a maior, e póde-se avistar na distaneia de onze leguas ; ella está um pouco a E. das outras duas, que correm quasi N.—S. ; as rochas do N. e do centro estão muito proximas ; porém, entre estas e a do S. ha canal seguro, por onde em 1800 passou o navio *Cherstfiel'd*, tendo doze braças d'agua, e a rocha grande demorando uma milha ao ENE., vendo-se claramente até 1,5 braças junto á rocha grande.

O Sr. capitão de mar e guerra Arthur Silveira da Motta, commandante da corveta *Nictheroy*, diz no seu officio (16) : « No dia 31 de Janeiro de 1871 avistamos as ilhotas de Martim Vaz, na distancia de vinte a vinte e cinco milhas ao N. vinte NE. magnetico ; d'esta posição os tres ilhotes, que formam o grupo, apresentam o aspecto de um só ; são inaccessiveis e totalmente despidos de vegetação ; correm a EO. verdadeiro da ilha da Trindade, da qual distam

(15) Vide estampa no fim.

(16) Dirigido ao Sr. ministro da marinha em 14 de Fevereiro e 1871.

vinte e seis milhas ; o ilhote central está em 28° 54' 16'' O. Greenwich. A ilha da Trindade tem perto de tres milhas em sua maior extensão NNO. ao SSE., e proximamente seis de circumferencia. E' toda montanhosa e cercada de rochedos ponteagudos nas bordas do mar, excepto do lado SE. onde ha uma pequena praia de areia muito branca, na unica enseada que tem a ilha.

« Antes, porém, de chegar á praia encontram-se muitas pedras, umas cobertas e outras á vista. N'esta parte da ilha fica o Pão de Assucar, rochedo pyramidal, de perto de mil e duzentos pés de altura, e muitissimo semelhante ao rochedo do mesmo nome da barra do Rio de Janeiro. Refere um navegante inglez que, em uma das vezes que passou pela ilha da Trindade, viu um jorro d'agua que emanava d'aquelle rochedo da altura de setecentos pés, formando uma cascata de um effeito magnifico. Provavelmente dá-se este phenomeno depois de chuvas fortes e duradouras. Por uma quebrada, que principia em uma pequena planicie, com apparencia de alguma fertilidade, no cimo da montanha, do lado do SE., corre um sulco irregular e pouco profundo, um filete d'agua que se lança no mar, um pouco ao N. da praia acima descripta ; o pequeno volume d'esta corrente faz suppor que ella não seja perenne. No extremo S. da ilha ha um immenso rochedo, de côr avermelhada, de mais de duzentos pés de altura, no qual o mar abriu um tunnel no sentido de NE. a SO., de mais de duzentos pés de extensão, por onde as vagas atravessam de um lado a outro, produzindo um grande estrepito. E' o unico ponto da ilha que lança para fóra um recife de duas amarras de comprimento. As faces são NE., N. e NO.; são alcantiladas e bordadas de coraes ponteagudos. O aspecto geral do lado do N. é o de uma montanha de rocha completamente arida. Ao O. levanta-se verticalmente á pe-

quena distancia do mar e destacado da montanha, lateralmente, um rochedo cylindrico, de oitocentos pés de altura (muito semelhante ao pico da ilha de Fernão de Noronha), ao qual alguns roteiros dão o nome de *Monumento.*

D'este lado pruma-se em cem bracas a 1,5 de distancia da terra; mais proxima d'ella 0,5 pruma-se em quarenta e trinta braços. E' este o unico ancoradouro em que podem estar navios; mas alli não se podem reputar em segurança, não só porque os ventos de O. e SO. são de travessia, como tambem pela qualidade do fundo, que é todo de rocha, tendo em suas cavidades alguma arêa, coraes, madreporas e vegetações sub-marinas. E com o Monumento ha uma ilhota, distante quarenta ou cincoenta braças de terra. Entre o Monumento e um outro pico que ha a SO. corre do alto da montanha principal um outro filete de agua, tambem escasso, e é esta a unica parte do terreno onde se vê arvoredo crescido nas quebradas dos pincaros mais elevados. O contorno de SO. fórma algumas reentrancias ou pequenas enseadas, em uma das quaes ha uma praiazinha de arêa vermelha, na qual se póde talvez desembarcar em balsa ou jangada em condições favoraveis; em escaler, n'este ponto da ilha, ha de ser em todas as circumstancias arriscado, em consequencia dos encobertos que ha pouco fóra da praia. O mar é limpo á meia milha de distancia ao redor da ilha. O que acabo de escrever é o que me foi possivel reconhecer em uma volta que fiz com o navio em redor da ilha, á meia milha afastado d'ella, e em um escaler que a contornou o mais proximo que era possivel de terra, sem ter podido encontrar um lugar de desembarque desde o N. até o S.; pelo lado do O., onde a a arrebentação era menor em consequencia de serem da parte opposta os ventos reinantes n'esta estação, ordenei a um official intrepido, e conhecedor do que é um desem-

barque em costas desabridas por ser filho do Ceará, o Sr. 1° tenente Quintiliano de Castro e Silva, que fez todos os esforços para saltar em terra, mas nada conseguiu, apezar de se ter arriscado bastante no escaler em que o mandei. O facto de não ter podido desembarcar alli depois de tantos dias de bonança, faz-me crêr, como affirmam quasi todos os roteiros, que o desembarque na Trindade é uma operação muito precaria, e que só se póde fazer em occasiões excepcionaes. Alguns navegantes, que têm desembarcado na ilha da Trindade em principios d'este seculo, deram noticia de terem alli encontrado cães, gatos e cabras, deixados pelos portuguezes quando abandonaram a ilha, depois de a terem occupado por algum tempo. Hoje, porém, supponho que não existirão alli mais animaes d'aquella especie, pois muitas vezes, em tão longo espaço de tempo, deve ter faltado agua em seus escassos mananciaes. A longitude do centro da ilha foi determinada em 29° 21' 16'' O. Grenwich, e a variação da agulha 8° NO.

Finalmente, em 1873, esta ilha da Trindade foi tambem visitada pelo Sr. capitão de fragata João Antonio Alves Nogueira, commandante da corveta *Bahiana*, em viagem de instrucção, o qual, segundo as informações que nos foram obsequiosamente prestadas pelo Sr. capitão de mar e guerra barão de Teffé, diz :

« A ilha da Trindade está situada em 20° 31' de latitude S., e 29° 20' de longitude O. de Greenwich, dista da costa da provincia do Espirito Santo duzentas e trinta leguas : tem de circumferencia cinco milhas, e é quasi exclusivamente composta de penedos escarpados e despidos de vegetação pela parte do N. ; entretanto é dotada de dois pequenos regatos de boa agua, um a E. e outro a SO., não podendo, porém, assegurar que sejam perennes taes fontes ou se extinguem em certas estações do anno. »

Terminaremos o que tinhamos de dizer sobre a ilha da Trindade com a noticia que se acha no tomo XV do excellente *Dictionnaire universel du XIX siècle*, de Mr. Pedro Larousse, ultimamente publicado :

« Trindade, ilha do Atlantico, a oitocentos kilometros da costa E. da provincia brasileira do Espirito Santo, a que está sujeita, perto da ilha de Martin Vaz : sua ponta SE. acha-se em 20° 30' 82" de latitude S., e 32° 40' 57" de longitude O. Paris. E' pequena, escarpada e possue boa agua ; mas tem apenas um máo porto : assim, está despovoada. »

## III

### CONTROVERSIA GEOGRAPHICA

Por largos annos persistiu entre os geographos e navegantes a crença de que existia uma ilha denominada da Ascensão ao O. da ilha da Trindade, chegando a marcal-a em suas cartas hydrographicas e roteiros ; assim fazem menção d'ella : Pimentel(17) assignal-a em 20° 30' de latitude S., e 331° 36' de longitude da ponta occidental da ilha do Ferro ; Bélin, na sua *Carte de l'ocean Atlantique*, que acompanha o primeiro tomo de *L'Histoire génerale des voyages*, por A. Prevost(18) ; Diogo Barbosa Machado, no seu grande e magnifico *Atlas* manuscripto, que contém as cartas do reino de Portugal e suas conquistas, que apresenta o plano da mesma ilha, que, por sua configuração, parece pertencer antes á outra ilha do mesmo nome, situada em 7° 57' de latitude S., e 16° 19' de longitude O. de Paris ; J. J. Paganino(19) diz que, segundo J. B.

(17) *Arte de Navegar*, pag. 497, um vol. in-folio. Lisboa, 1692.
(18) Publicada em Paris em 1766.
(19) *Roteiro da costa do Brasil*, 4ª parte. Lisboa, 1763.

D'Après de Mannevillete, o Sr. Dupensel, de la Haye, que commandava a fragata *La Renomée*, vinda da Ilha de França para o Rio de Janeiro em 1760, vira pedras ou ilhéos a E. 4ª NE. da ilha da Trindade, que avaliou distantes tres leguas, e que, passando ao N. d'ella a quatro dias, seguindo para O., reconheceu a ilha da Ascensão, distante cento e vinte leguas de Cabo Frio. Esta ilha é alta, e do lado do N. tem uma enseada (A), a que desce uma ribeira (B) de boa agua; junto a esta enseada está um buraco grande (C), como uma lapa, por onde entra a agua do mar; esta lapa fica quasi ao pé de uma montanha elevadissima, da feição de um um pão de assucar, quasi correspondbnte ao meio da ilha; a léste apparece outra montanha, não tão alta e quasi que da mesma feição, e ambas são conhecidas por mais altas que as outras que tem a ilha; do lado do occidente tem cinco farilhões: o mais afastado é o mais alto. Quem der fé da ilha ha de parecer-lhe com um navio á vela: esta ilha é tambem deserta como a da Trindade; tem fruta de espinho, e muitos passaros do tamanho de gallinhas com crista de gallo, e o mar ao redor è muito piscoso. Na *Chart of the banks of S. Roque to the island of S. Anne*(20) vem tambem a mesma ilha; Alexandre Dalrymple(21) apresenta na *Collection of voyages in the Atlantique soutern ocean* os perfis das ilhas da Trindade e da Ascensão, segundo Edmond Halley, que provam com toda a evidencia que não ha identidade entre ellas; na carta hydrographica, que acompanha a viagem do Sr. Laperouse vem a ilha da Ascensão situada, segundo o Sr. D'Après, em 20° 30' de latitude S., e 38° de longitude O. de París; em 1784 foi mandado pelo vice-rei do Brasil um official da armada averiguar da existencia da dita ilha,

(20) Publicada em Londres em 1774.
(21) Publicada em Londres em 1775.

percorrendo todas as posições que lhe foram assignadas, o qual, não tendo-a encontrado, propôz que fosse eliminada das cartas hydrographicas, afim de não eternisar um antigo erro geographico, ao que se oppôz o Sr. D'Après por julgar semelhante eliminação perigosa aos progressos da navegação e funesta aos navegantes, sob pretexto de uma vã indagação, embora a sua posição seja duvidosa, attendendo-se aos poucos meios que haviam para collocal-a com exactidão nas referidas cartas quando se descobriram. E tanto mais quando mostrou a existencia da mesma ilha. O Sr. de Laperouse em 20 de Outubro do mesmo anno, em cumprimento das suas instrucções, foi certificar-se da existencia da ilha da Ascensão, que o Sr. D'Après colloca a cem leguas ao O. da ilha da Trindade e 15' mais ao S.; deixando, pois, esta ilha navegou para o occidente em direcção áquella ilha até o dia 24 do referido mez, á tarde; abandonando esta indagação, depois de ter caminhado cento e quinze leguas, com tempo claro, para que podesse enxergar á distancia de dez leguas em redor, seguindo sempre pelo parallelo de 20° 32', podendo, pois asseverar que até ao 7° ao O. da ilha da Trindade, e entre os parallelos de 20° 10' 15'', não existe semelhante ilha. O Sr. Milet de Mureau, porém, não se conformando com este parecer, allega que, segundo o testemunho authentico, referido pelo mesmo Sr. D'Après(22), accresce que o Sr. Lepine, tocando na ilha da Trindade, na ilha da Ascensão, fixou a latitude da primeira um 20° 22', e da segunda em 20° 38', e suppôz esta a cento e vinte leguas da costa do Brasil; na *Taboa das latitudes e longitudes dos lugares maritimos da terra*(23) acha-se a ilha da Ascensão em 20° 39' de latitude

(22) *Discurso do Neptuno oriental*, pag. 10. Paris. 1775.
(23) Lisboa, 1797.

S., e 334° 30' de longitude occidental da ilha de Ferro; na carta reduzida da costa do Brasil, feita em 1798 por Basilio Ferreira de Carvalho, vem a ilha da Ascensão. Comtudo o Sr. José Fernandes Portugal, na sua carta reduzida da parte meridional do oceano Atlantico, desde o equador até 38° 20' de latitude, dedicada a S. M. F. o principe regente nosso senhor, em 1802, deixou de contemplar a ilha da Ascensão (24).

Lê-se no *Roteiro Geral* do Sr. Antonio Lopes da Costa Almeida, á pag. 70:

« Existe a ilha da Ascensão quasi na latitude da ilha da Trindade, cousa de cem leguas a O. d'ella, e cento e vinte (segundo Pimentel) da costa do Brasil; dizem ser descoberta por João da Nora em 1501: é muito alta, e da parte do N. tem uma enseada, onde desagua uma ribeira de agua doce; proximo a esta enseada está uma lapa, onde entra o mar, que fica junto a um elevado monte, com a figura de pão de assucar, e que corresponde quasi ao meio da ilha; da parte de E. apparece outro monte, não tão alto, porém com o mesmo contorno; da parte de O. ha cinco farilhões: o quinto é o mais elevado; até aqui temos quanto indica Pimentel, porém os navegantes modernos e Horsburgh dizem que ella tem sido de proposito procurada pelos navios portuguezes, inglezes e francezes, sem que se tenha descoberto o menor indicio d'ella; e, portanto, é provavel que não exista, ou antes que seja a mesma ilha da Trindade. »

Finalmente, Duperrey, em 6 de Outubro de 1825, depois de tratar das ilhas da Trindade e de Martin Vaz, accrescenta: « Suppunha-se que n'estas paragens havia uma outra ilha com o nome de Ascensão, porém reconheceu-se depois que esta ilha e a da Trindade são uma e a mesmailha. »

FINIS

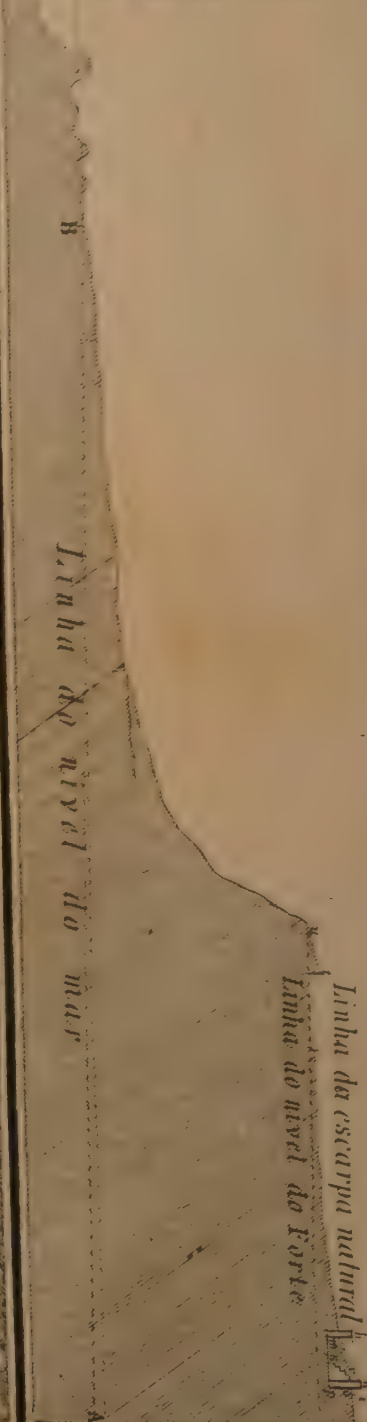
(24) Foi lithographada e acha-se á venda no archivo militar.

# PLANTA DA ILHA DA TRINDADE

*Levantada por* Antonio de Sousa Coelho, e Antonio Rodriguez Montezinho *em Janeiro de 1783, e redusida a escala de 1 : 20000 em Setembro de 1872 por* F. T. X. de Brito.

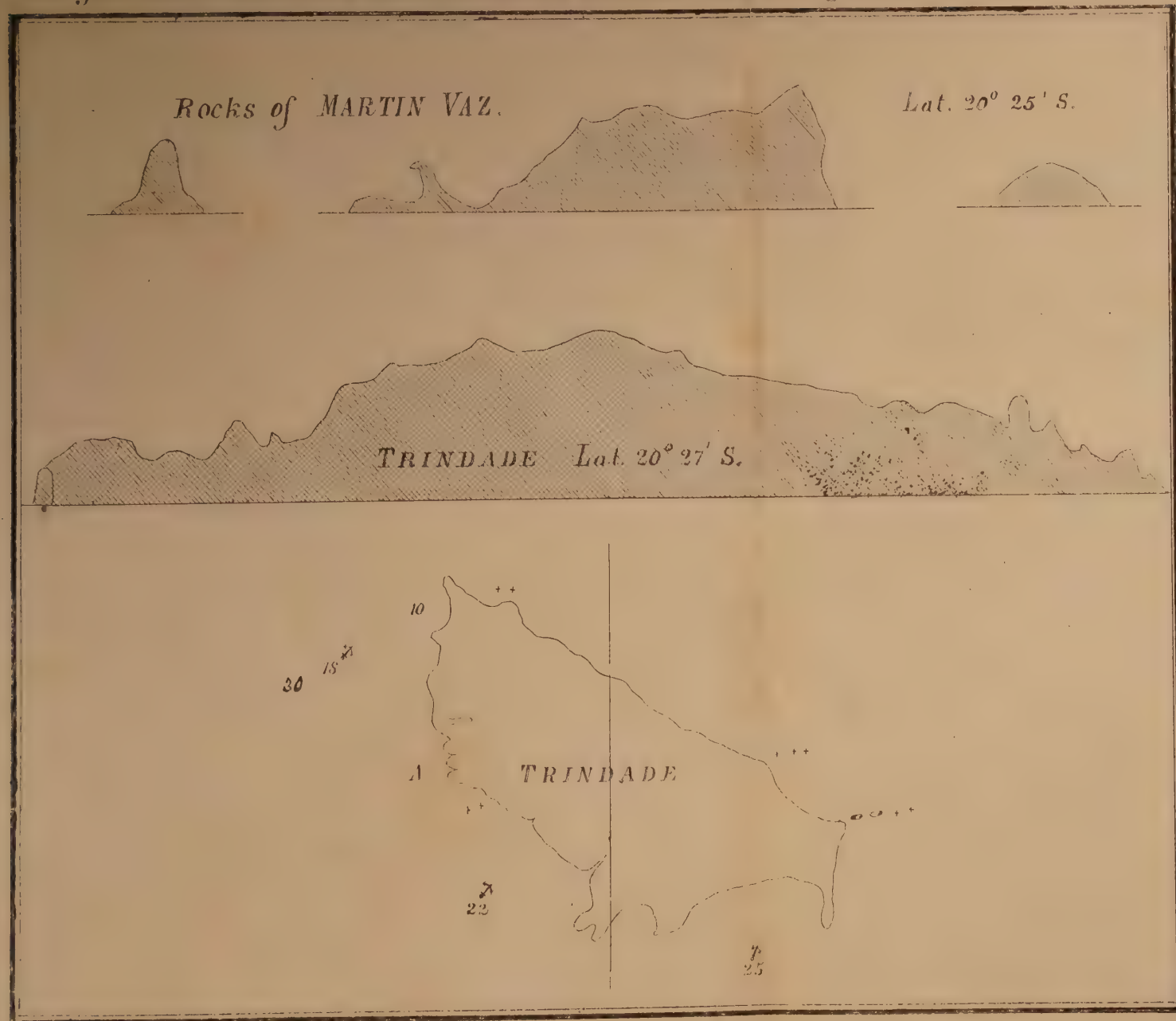
*Lith. do Archivo Militar. 1877.* *J. G. Thr.*

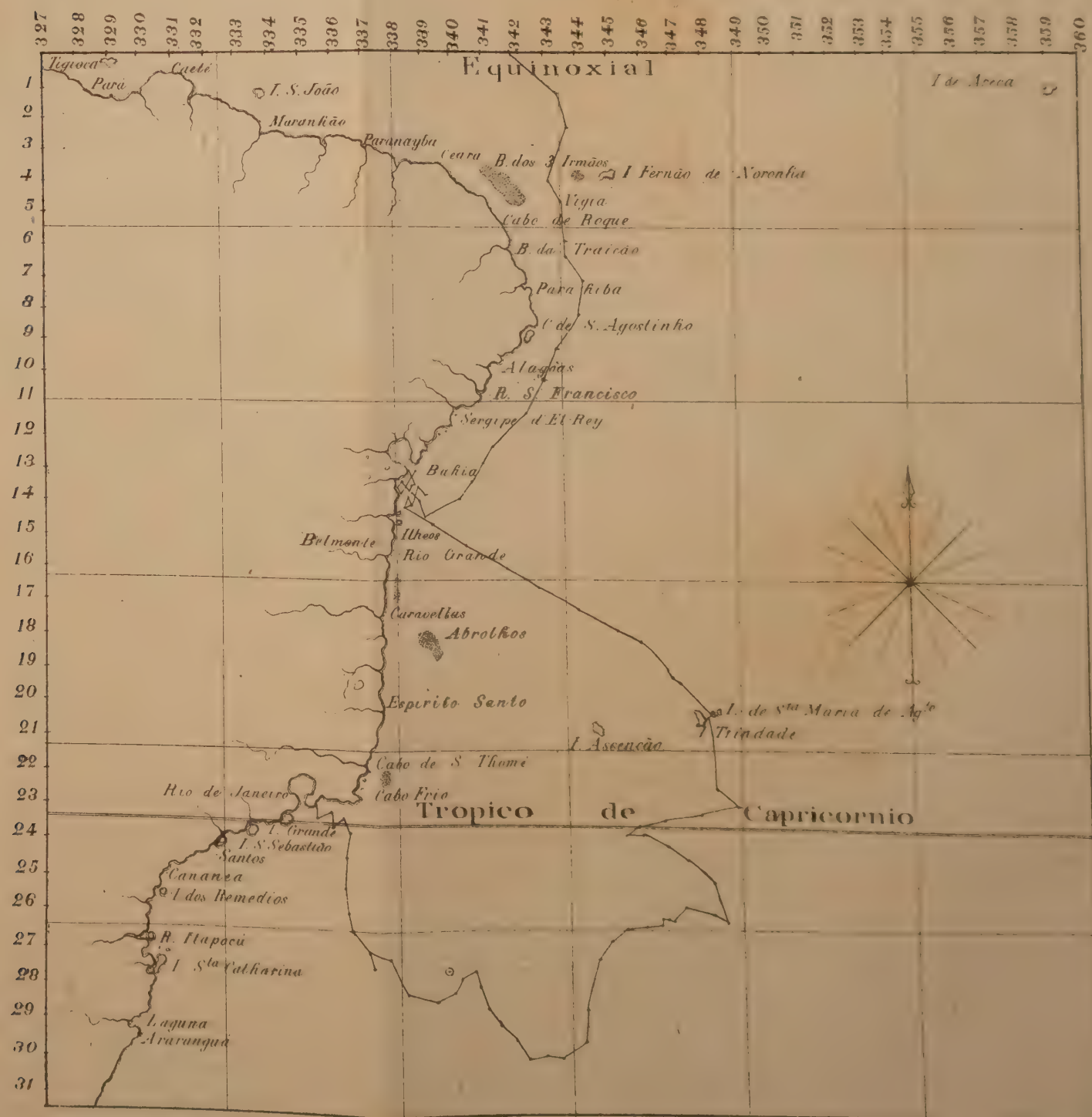
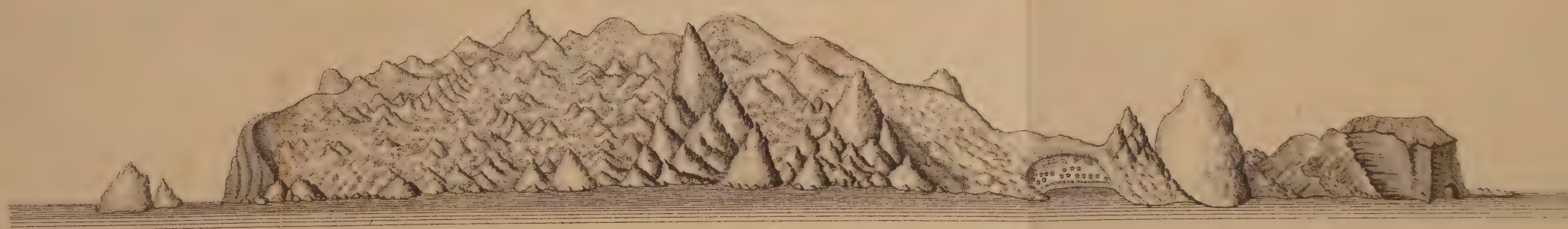
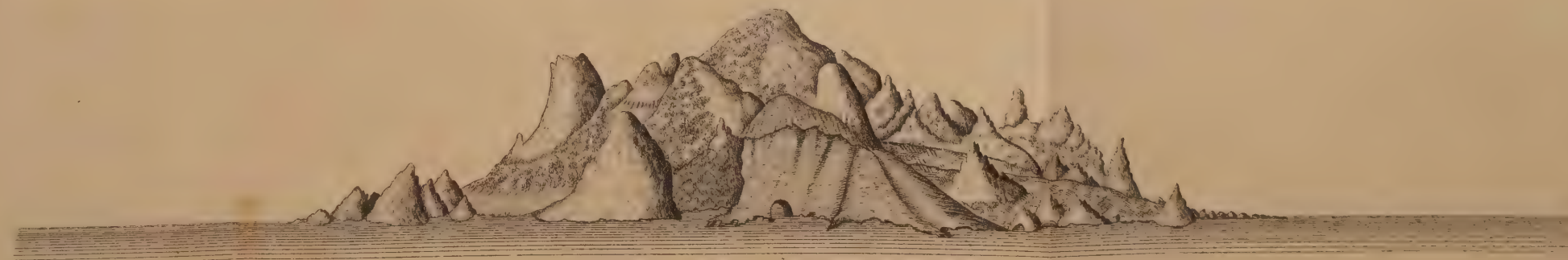
Lith. do Archivo Militar. 1877.

J. G. Thr.

*Perfis das Ilhas de MARTIN VAZ e da TRINDADE, segundo Dalrimple.*

Rocks of MARTIN VAZ. Lat. 20° 25' S.

TRINDADE Lat. 20° 27' S.

10 30 18 A TRINDADE 22 25

*Carta hydrographica extrahida do atlas da viagem de Lapereuse em 1785 á 1788.*

**CARTA** *de parte da costa do Brasil e do oceano atlantico meredional em que está situada a derrota do Rio de Janeiro até a equinoxial, feita a bordo da Não Princeza da Beira, auxiliando o comboio commandado pelo chefe de Esquadra Francisco de Paula Leite em 1798, feita e offerecida ao S. D. Rodrigo de Souza Coutinho por Bazilio Ferreira de Carvalho e redusida pelo Bacharel Pedro Torquato Xavier de Brito*

*Prospectos da* **ILHA DA TRINDADE** *tirados por diferentes lados como acima se ve, por* **AGOSTINHO JOSÉ MARQUES ROSA** *2.º Tenente do Regimento de Artilheria da Côrte em 23 de Janeiro de 1783.*

**JOSÉ DE MELLO BRAYNER** Commandante da Expedição.

P. REIS GR. LITH. DO ARCH. MILITAR.

# NOTAS

PARA A

# HISTORIA PATRIA

## TERCEIRO ARTIGO (*)

### João Ramalho, o bacharel de Cananéa, precedeu Colombo na descoberta da America ?

(*Memoria lida pelo socio Candido Mendes de Almeida na sessão do Instituto Historico a 4 de Agosto de 1876.*)

---

I

Antes de proclamada a maioridade do principe eminente que honra o solio brasileiro, quasi dois annos, um notavel acontecimento, largo em esperanças, realizou-se n'esta côrte á 18 de Agosto de 1838.

Das entranhas da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional surgiu a associação de que hoje somos membros, a qual tantos serviços já tem prestado á historia, á geographia e ethnographia patrias.

Dois brasileiros de elevado merecimento, cheios de sciencia e do mais elevado patriotismo, Raymundo José da Cunha Mattos e Januario da Cunha Barbosa, conceberam esse magnifico pensamento, e tiveram a fortuna de leval-o a effeito com estranha celeridade; graças ao perseverante, valioso e nunca desmentido patrocinio do augusto

(*) Vide o segundo artigo na *Revista* deste anno, á pags. 163.

protector, que desde o seu nascedouro tomou para si a nossa associação.

Em 21 de Outubro de 1838 o Instituto Historico e Geographico Brasileiro estava installado no mesmo salão onde fôra concebido o plano.

Começou, portanto, a nossa associação a prestar serviços, com particularidade ás sciencias a que se dedicára; serviços que teriam outro alcance se, em todos os seus membros de então até hoje approvados, correspondesse zelo igual aos desejos que mostram por partilhar nossos trabalhos.

Esses serviços, com quanto modestos, em relação ao alvo que procuramos attingir, estão revelados em nossa *Revista*, procurada com anciedade pelas associações dos dois mundos, que cultivam as mesmas plantas.

No terceiro anno da existencia do nosso Instituto, a sua *Revista* attrahiu desde logo as vistas do mundo scientifico pela publicação de uma memoria até então inedita, escripta no seculo passado por um litterato que gozava de grandes creditos pelo seu saber, e pela respeitabilidade do seu caracter.

Elle pertencia á uma corporação religiosa de nossa igreja, que, em assumptos como o que se havia tratado na memoria indicada, conquistára merecida reputação de probidade litteraria, e de veracidade nos factos que exhibira em suas producções.

A verdade não soffria ultrage, e se por qualquer circumstancia era vulnerada sempre a boa fé ficava a salvo.

Portanto foi um verdadeiro acontecimento a publicação em nossa *Revista* da memoria inedita do venerado autor da chronica da outr'ora capitania de S. Vicente, por elle intitulada *Memorias para a historia da capitania de S. Vicente.*

Essa memoria terminada em 1784, fôra até 1841 guardada com extremo zelo no mosteiro da ordem benedictina de S. Paulo, de onde conseguiu extrahir uma copia o nosso finado consocio Dr. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, que offertou-a ao nosso Instituto.

Esse mimo foi recebido com geral satisfação. O Instituto ia tirar do olvido o trabalho de um brasileiro de merecimento, de nomeada bem assentada entre os que conhecem e cultivam nossa historia e nossa litteratura ; e conseguia pelas revelações d'esse documento chamar sobre o nosso paiz, a benevola attenção dos cultores das sciencias historico-geographicas de ambos os mundos.

Por essa memoria provava-se á luz da verdade e de sérias investigações que Colombo, o feliz e denodado piloto genovez, descobridor do novo mundo, achava no portuguez João Ramalho, lançado ás praias de Santos por infortunio nautico, um predecessor.

Dois annos antes de aportar Colombo em Guanahani, já Ramalho em 1490 respirava as auras beneficas e perfumadas do paiz de Morpion, e consorciava-se com uma joven *Guayanaz*, a princeza *Bartira*, filha do senhor da terra o famoso *Tebyreçá* (1).

Para que se faça idéa da estupenda revelação convem que tenhamos presentes as proprias palavras do celebrado benedictino Fr. Gaspar da Madre de Deus, no seculo Gaspar Teixeira de Azevedo, nascido em Santos(2), e que recebêra no mosteiro da Bahia a illustre cogula do seu santo patriarcha, como diz Pedro Taques na *Nobiliarchia Paulistana*, aos 15 de Agosto de 1732.

Eis a inscripção ou ementa da memoria :

(1) Pedro Taques escreve *Tevireçá*.

(2) O nosso illustrado consocio Dr. Joaquim Manoel de Macedo no seu *Anno Biographico* o faz nascido em 1714.

*Noticia dos annos em que se descobriu o Brasil, e das entradas das religiões e suas fundações, etc.*

« Ordenam-me que diga os annos em que se descobriram as Americas e o Brasil; outrosim, que noticie quantas religiões existem n'este Principado, e as épocas das suas entradas, e fundações: como sou obrigado, direi o que souber.

« Uma tempestade horrorosa, que constituiu Affonso Sanches na precisão de discorrer por mares nunca d'antes navegados até certa altura, d'onde avistou certa terra desconhecida, á qual não pôde arribar, como desejava, por se mudarem os ventos para rumos contrarios ao seu designio, occasionou a este piloto andaluz, como dissemos, ou portuguez, como querem outros(3), a ventura de noticiar no mundo antigo a existencia do novo.

« Instruido por elle Christovão Colon, outro piloto genovez, morador na ilha da Madeira, aonde hospedára ao primeiro, que morreu na sua casa, depois de alli chegar enfermo e derrotado, guiando-se tambem por uma carta, em que o defunto havia arrumado a terra incognita, fez-se memoravel este heróe com o descobrimento da America, valorosa e felizmente executado por elle no anno de 1492. »

Por estes primeiros periodos vê-se a curteza dos estu-

(3) Vide Simão de Vasconcellos, *Noticias*, liv. I, n. 2, citando Fr. Antonio da Purificação na primeira parte das *Chronicas de Santo Agostinho*, em Portugal, no prologo cap. 3.•

Todas as declarações á respeito d'este facto nos antigos escriptores estão colligidas no interessante opusculo publicado em francez pelo Sr. Luciano Cordeiro, intitulado: *De la part prise par les Portugais dans la découverte de l'Amérique*. Lisboa 1876.

Está redigido em fórma de carta endereçada ao Congresso internacional dos Americanistas.

dos d'este benedictino n'estes assumptos. Elle não conhecia senão as obras do padre Simão de Vasconcellos, as *Noticias* e a *Chronica*, do contrario, mesmo com o que se havia publicado até ao seculo passado sobre Colombo, poderia organisar melhor trabalho.

Continuemos.

« D'aqui veiu crêr-se, como artigo de fé historica, que Colon e seus companheiros foram os primeiros europeus que entraram na America; *o contrario porém se infere do testamento de João Ramalho*, um portuguez natural de Broucela, na provincia da Beira, a quem o illustre Martim Affonso de Sousa, conquistador e primeiro donatario da *capitania de S. Vicente*, hoje chamada *de S. Paulo*, deveu a facilidade com que fez o seu estabelecimento n'esta provincia, sendo n'ella recebido amigavelmente pelo senhor da terra *Tibereçá*, regulo *Guayanaz*, e senhor das aldêas de Piratininga; o qual por respeito de João Ramalho, seu genro, mandou á Bertioga trezentos indios armados, e na terra d'elles ao dito Ramalho para defenderem aos brancos, que haviam entrado pela dita barra da Bertioga, e estavam construindo um forte de madeira no lugar, onde hoje existe a armação das balêas, para n'elle se defenderem, o qual soccorro pedira João Ramalho; por saber que os maioraes de algumas aldêas se armavam para disputarem o nosso estabelecimento.

« Com effeito, vieram os caciques de Itú, e outros mais vizinhos com seus guerreiros todos resolvidos a darem o condigno castigo aos hospedes que reputavam usurpadores das suas terras; chegando porém mais tarde do que a gente de *Tibereçá*, vendo que este protegia aos brancos, e conhecendo que eram nacionaes de Ramalho, seguiram o exemplo do regulo mais poderoso, e todo o bellico apparato se trocou em festas e congratulações amigaveis. »

N'estes dois trechos não ha senão um tropel de fabulas creadas por sua imaginação ou aceitas em primeira mão de Pedro Taques, e por Fr. Gaspar accrescentadas e embellezadas. A base foi a *Chronica* do padre Simão de Vasconcellos que prestou o pessoal para a organisação e dramatisamento do quadro já traçado ; e com tudo eram estes dois escriptores acerrimos adversarios dos jesuitas.

Já na *Memoria* sobre o bacharel de Cananéa, alguma cousa dissemos sobre o assumpto, manifestando a deficiencia desses chronistas quanto á geographia de Portugal, de que *Broucela*, a inculcada patria de João Ramalho, é claro indicio; e a pouca lealdade com que um descreve a pretendida recepção de João Ramalho feita a Martim Affonso, tendo a seu lado o sogro *Tebyreçá* com os seus *Guayanazes.*

Será assumpto de outra nota o casamento d'esse portuguez com a princeza *Bartira*, filha do senhor da terra, o *moroubixaba Tebyreçá*, e baptisada com o nome de *Isabel.*

A ignorancia da verdadeira historia de sua terra fez com que este religioso e Pedro Taques creassem uma lenda, para que a do Caramurú não fosse unica; e assim se tem deturpado nossa historia n'esta parte do Brasil, que aliás é tão rica de factos verdadeiros de subida importancia, e de muita gloria para nossa patria. Falta sómente quem os estude e os coordene, consignando-os depois na téla do historiador.

Talvez que ainda esta gloria esteja reservada ao illustre paulista, nosso consocio, o Sr. visconde de Porto Seguro, que tantos serviços ha prestado á elucidação da historia patria.

Notemos esta proposição do chronista benedictino :

« O contrario, porém, se infere do testamento de João Ramalho. »

Vejamos as provas :

« Eu tenho *uma copia* do testamento original de João Ramalho, escripto nas notas da villa de S. Paulo pelo tabellião Lourenço Vaz, aos 3 de Maio de 1580.

« A' factura do dito testamento, além do referido tabellião, assistiram o juiz ordinario Pedro Dias e quatro testemunhas, os quaes *todos* ouviram as disposições do testador.

« Elle duas vezes repetiu que tinha alguns noventa annos de assistencia n'esta terra, sem que algum dos circumstantes lhe advertisse que se enganava, o que certamente fariam se o velho por caduco errasse a conta; porque bem sabiam todos que em 1580 ainda não chegava a cincoenta annos a assistencia dos portuguezes na capitania de S. Vicente, aonde entrára Martim Affonso de Sousa com sua armada em dia de S. Vicente, 22 de Janeiro de 1532 ; e este facto tão notavel não podia ignorar morador algum de S. Paulo, por ainda existirem n'esse tempo alguns povoadores, que vieram na armada *com suas mulheres* e seus filhos. Eu podéra numerar alguns dos primeiros que viviam, e fizeram testamento no anno de 1601.

« Se, pois, na éra de 1580 contava João Ramalho alguns noventa annos de residencia no Brasil, segue-se que aqui entrou em 1490, pouco mais ou menos ; e como a America pela parte do norte foi descoberta em 1492, resulta que no Brasil assistiram portuguezes *oito annos* pouco mais ou menos, antes de se saber na Europa que existia o mundo novo : digo portuguezes no plural, porque das *Memorias do padre Jorge Moreira*, escriptas no meio do seculo passado, consta, que com João Ramalho veiu Antonio Rodrigues, o qual, diz o autor, casára com uma filha de Piquirobi, cacique da aldêa de Hururay. »

Continuando accrescenta :

« O dito João Ramalho e seus companheiros só podiam vir em alguma embarcação, que fizesse viagem para a Asia,

ou Ethiopia, e désse á costa na praia de Santos, entrando no numero de varias, que desappareceram, sem nunca se saber no reino que fim levaram.

« A assistencia de João Ramalho no Brasil, antes de chegarem a S. Vicente os primeiros povoadores, deve ser inculcada em uma dissertação que a persuada. Eu a faria se houvéra tempo para isso. »

A principal prova do asserto da vinda de João Ramalho ao Brasil é o seu testamento em 3 de Maio de 1580, data que, como em outra nota já observámos, envolve duas épocas notaveis, o descobrimento do Brasil e o anno em que, se diz, aportaram na Bahia os religiosos benedictinos.

Para assegural-a o escriptor figura um testamento publico lavrado em presença do juiz e tabellião nominalmente indicados, quatro testemunhas, que sendo da época do estabelecimento da colonia em 1532, deviam pelo menos ter sessenta e oito a setenta annos, e João Ramalho provavelmente cento e dez annos! Se fossem de época anterior a 1532 a idade devia ainda mais alçar, e excepto Antonio Rodrigues, outra personagem da *Chronica* de Vasconcellos, que se dá como companheiro de Ramalho, nenhum poderia testemunhar *de visu* sua estada em S. Vicente em 1490, isto é, dois annos antes de Colombo haver aportado á Guanahani. Todos, se o facto fosse certo, deporiam por outiva, por ouvir dizer ao mesmo Ramalho, ou a outros interessados de sua descendencia, se de tal cousa algum dia curaram.

O declarar perante testemunhas em testamento aberto que desembarcou em tal época no Brasil nem por isto se prova a veracidade da asserção; tem-se em consideração, é certo, a declaração attendendo-se ao caracter e posição do individuo, e á gravidade das circumstancias em que foi feita.

Não vale a pena apreciar-se o valor juridico de semelhante testamento mesmo á luz da Ordenação Manuelina tit. 76 no paragrapho inicial; pois, pelo simples ennunciado, vê-se que não estava em condições legaes, e era dispensavel para o acto a presença do juiz, salvo se comparecia como simples testemunha, o que se não diz. Mas o proposito era tornar mais solemne o acto, para que podesse valer no futuro uma tal declaração, cuja importancia ninguem em S. Paulo podia então cogitar. Provava-se demais o empenho.

Prescinda-se, não obstante, d'estas circumstancias, e examinemos o valor do facto em si.

Como veiu parar João Ramalho á Santos? E' sómente admissivel, em vista do que se allega, uma hypothese, o *naufragio*. Alguma caravela portugueza desvairada pelos ventos e correntes podia, como a frota de Cabral, ir despedaçar-se no littoral de Morpion *(Uirapuam ?)* como chamavam os *Tamoyos*, não só a ilha de S. Vicente, mas tambem o territorio occupado e fortificado pelos portuguezes, assignalado por essa pequena ilha de passaros (*guarás*) nas vizinhanças da Bertioga (4), salvando-se o naufrago por esse rio, ou pela barra grande até Santos.

A asserção é facil de arriscar, mas não de provar. A probabilidade d'esse successo é mui remota, e basta attender-se para a direcção das correntes do Atlantico em nossa costa, a latitude de S. Vicente ou de Cananéa, e os pontos do littoral africano occupados pelos portuguezes, exclusive a parte da exploração de Bartholomeu Dias em que não houve perda de navio algum.

A navegação que os portuguezes faziam nas aguas

(4) Hans Staden no cap. 36, na segunda parte de sua obra chama ao *guará* não *uira píran* como Abbeville, mas *uwara pirange*.

d'aquelle littoral não se alargava muito a oeste, e remoto oeste, como se acha o nosso territorio. A feliz descoberta e quasi inesperada de Bartholomeu Dias, seguida da não menos feliz de Vasco da Gama deu largas á navegação, apartando-a mais da linha de léste. Antes d'essa época não havia motivo seductor que desviasse os navegantes portuguezes d'aquella linha para oeste.

A experiencia de Bartholomeu Dias terminára em 1487, e a de Vasco da Gama ia começar em 1497, dez annos depois, quando Colombo já havia feito (1492) a descoberta da America, e, n'aquelle decennio, não consta que navio algum portuguez houvesse soffrido desastre a ponto de ser arrastado á tão remotas distancias. Mas, com quanto a aventura não seja provavel, é possivel, tudo permittindo arriscar os azares das viagens maritimas.

Feitas estas considerações ouçamos o nosso autor.

« João Ramalho e seus companheiros (*sic*), diz o autor da *Noticia*, só podiam vir em alguma embarcação que fizesse viagem para a Asia, ou Ethiopia. »

Esta simples proposição revela só por si que quem a exhibira não conhecia a historia de taes navegações n'aquella época. Vasco da Gama foi quem primeiro realizou a navegação em toda a linha da Africa occidental, grande parte da sul-oriental até a Asia; mas depois de executado o grande commettimento de Colombo em 1492. Como, pois, pensar em navegação para a Asia, ou mesmo para a Africa oriental por particulares sem auxilio do governo em 1490?

Para a Ethiopia, ainda menos, se por tal denominação quiz o autor indicar a Abyssinia actual, outr'ora Ethiopia. Sómente Diogo Dias, irmão de Bartholomeu Dias, e um dos capitães da frota de Cabral, conseguiu arribar bem perto d'esse paiz, em Barbara (*Berbera*), no anno de 1500.

Mas, se por Ethiopia quiz Fr. Gaspar referir-se á Africa occidental, descoberta pelos portuguezes, a resposta já foi, ha pouco prevenida. Por outro lado para alcançar-se em tal desvairamento, por arrojo de tempestade, o parallelo de S. Vicente, em 1490, seria mister circumstancia em extremo extraordinaria, attenta a situação dos paizes descobertos pelos portuguezes na costa da Guiné; e mesmo do litoral do Congo, ainda pouco conhecido da marinha privada.

Não obstante aceite-se a possibilidade do acontecimento, e apreciemos por outra face esta questão.

O nosso illustre consocio, o Sr. Norberto, na sua douta e importantissima memoria sobre a descoberta de Cabral (*Revista do Instituto* tomo 15, pag. 135 e 136) não quiz contestar o facto da prioridade de João Ramalho sobre Colombo, contentou-se com mostrar que todo o merecimento d'esse facto resultou da descoberta de Cabral. Todavia, sua fé não se mostra robusta e allude a engano na conta dos annos por um analphabeto embrutecido na convivencia com os selvagens por mais de quarenta annos, supposto o desembarque na praia de *Embaré*, ou em Santos, em 1490.

Machado de Oliveira, comprovinciano de Fr. Gaspar, no seu *Quadro historico da provincia de S. Paulo*, vai mais longe, e assim exprime-se:

« .... não podendo-se tomar senão como um effeito de alienação mental a declaração em seu testamento feito em 1580, segundo refere o chronista da capitania de S. Vicente, de residir no Brasil havia noventa annos, porque seria mister que á sua chegada ahi precedesse ao descobrimento do novo mundo por Colombo em 1492. »

Machado de Oliveira condemna João Ramalho por mentecapto pela gloria que lhe querem attribuir, para poder salvar a boa fé do chronista benedictino, infelizmente

muito compromettida, em mais de uma circumstancia n'esta narrativa.

Assim diz Fr. Gaspar: « e este facto tão notavel *não podia ignorar* morador algum de S. Paulo, por ainda existirem n'esse tempo alguns povoadores, que vieram na na armada (de Martim Affonso) *com suas mulheres* e seus filhos. »

O que vale em si esta asserção ha pouco o declaramos, e não voltaremos á novas considerações, mas para aquilatar o valor moral das allegações d'este escriptor contraporemos aqui o que sustentou em suas *Memorias*, em relação ás mulheres e filhos dos povoadores que vieram com Martim Affonso na armada. Eis suas palavras :

« 62. A nobreza com que Martim Affonso povoou S. Vicente, foi mais numerosa e mais distincta, do que suppôem até os mesmos que d'ella descendem. »

Comprova isto com a *Nobiliarchia Paulistana* de Pedro Taques, fallecido em Janeiro de 1777, e accrescenta o seguinte contestando a Jaboatão, chronista nas mesmas condições :

« 63 ........ Pelo que respeita á conducção de casaes (*na armada de Martim Affonso*), não posso concordar com o padre Jaboatão : o contrario, do que elle diz, infere-se da sesmaria das terras de *Iriripiranga*, concedidas pelo capitão-mór Gonçalo Monteiro ao meirinho de S. Vicente, João Gonçalves, em 4 de Abril de 1538. Entre varios titulos da sua fazenda em Sant'Anna, conservava minha mãi, D. Anna de Siqueira e Mendonça, uma escriptura de troca que o dito João Gonçalves fez com Antonio do Valle em S. Vicente aos 3 de Junho de 1538, e n'ella vem copiada a sesmaria, na qual diz o capitão-mór :

« Por João Gonçalves, meirinho em esta villa de « S. Vicente, me foi feita petição, que lhe désse um pedaço

« de terra nas terras de Iriripiranga, para fazer fazenda
« como os outros moradores, visto como era casado com
« mulher e filhos em a dita terra, passa de um anno, e é o
« *primeiro* homem que á dita capitania *veiu com mulher*,
« casado, só com determinação de povoar, etc. »

« Se Martim Affonso trouxéra casaes na sua armada, não allegaria João Gonçalves como serviço especial, ter elle sido o *primeiro* que veiu casado, e *com mulher;* quando muito diria que foi dos primeiros; menos faria semelhante allegação a Gonçalo Monteiro, o qual era um sacerdote(5) que acompanhou ao primeiro donatario, e ficou parochiando a igreja de S. Vicente, e por isso muito bem saberia que o meirinho não fôra o primeiro, se, na mesma occasião e armada, tiveram mais alguns conduzido suas mulheres. »

E accrescenta no outro paragrapho:

« Ora não é verosimil que viessem casaes na primeira esquadra: como n'esse tempo não havia colonia alguma regular de portuguezes no Brasil, ninguem quereria embarcar sua familia para região tão distante, e tão pouco conhecida, sem primeiro se vêr o successo de Martim Affonso. A primeira mulher branca que passou á *Nova Lusitania*, foi a de João Gonçalves, mas parece que

(5) Gonçalo Monteiro ficou como *vigario* na colonia estabelecida por Martim Affonso, isto é, como fazendo as vezes do donatario emquanto voltava a Portugal, mas não ha certeza de que fosse sacerdote, cura ou parocho da colonia.

Denominar-se o cura, *vigario*, é expressão sómente usada no nosso paiz e talvez em outros do dominio portuguez, que dependiam da Ordem de Christo, que tinha um cura em Thomar, e todos os mais parochos eram considerados *vigarios*, d'aquelle cura.

D'ahi o habito de chamar-se ao cura, impropriamente *vigario*, o que hoje nos parece tão natural.

*nem esta* se embarcou na esquadra do dito Martim Affonso(6). »

No § 64 declara que vieram posteriormente casaes do reino e das ilhas da Madeira e dos Açores, conforme o registro das sesmarias ; mas não é isto muito natural, em vista do que occorria em outras capitanias, em semelhante época. E quando viessem algumas mulheres o numero seria mui reduzido, *maxime* apreciando mais os colonos a franca libertinagem que lavrava na terra, e havendo já abundancia de mistiças (*mamelucas*) com melhor trato que as indigenas.

Era mui difficil, n'aquella época, o transporte de mulheres, pelo oceano, por muitas e differentes circumstancias faceis de apreciar.

Pela confrontação das duas citações do proprio punho de Fr. Gaspar é muito custoso prestar fé a um chronista em proposições de caracter tão pouco commum.

A ultima asserção parece-nos uma *fiche de consolation* para os descendentes d'esses mistiços, e que já no ultimo seculo pretendiam ser oriundos de puro sangue se não saxonio, ao menos celta, por se acharem mais alvos do que seus antepassados pelos repetidos consorcios com os naturaes da metropole por espaço de mais de dois seculos.

Em verdade Fr. Gaspar não apresenta um documento sequer de sua ultima proposição, quanto á casaes das ilhas, o que lhe seria muito facil se houvesse, e aliás tem contra si o testemunho de Pedro Taques na *Nobiliarchia Paulistana*, onde quasi todas as familias das capitanias de Martim Affonso e de Pedro Lopes de Sousa, começam por con-

(6) Como podia isto acontecer se João Gonçalves veiu para S. Vicente em 1537, e talvez depois da assaltada dos castelhanos de Iguape, cinco annos posteriormente á fundação da colonia lusitana ?

sorcios de portuguezes com indigenas, está entendido, filhas ou netas de *moroubixabas* ou *mamelucas*, filhas ou netas de João Ramalho, de seus genros e companheiros.

Simão de Vasconcellos jámais cita o nome de uma portugueza ; as mulheres dos colonos e cathecumenos que assistiram na pequena igreja dos jesuitas ao cerco de S. Paulo em 15 de Julho de 1562, e as que tantas vezes foram raptadas pelos *Tamoyos*, eram ou indigenas ou *mamelucas*, a saber misticas.

Schmidel não encontrou na sua passagem em 1553 uma só mulher branca em S. André e nem em S. Vicente ; e Hans Staden, em sua tão curiosa viagem e peregrinação por S. Vicente e Rio de Janeiro, tambem nenhuma assignala, pois faria especie a presença de qualquer uma em taes lugares.

As ilhas Açoritas, que Fr. Gaspar aponta, colonisadas, havia menos de um seculo, ainda não se achavam bem povoadas nos principios do seculo XVI, como já estavam no seguinte, o XVII, para poderem fornecer colonos para as novas descobertas da America, tão remotas da mãi patria. A propria metropole não tinha bastante população para mandar soldados para as conquistas da Africa e da India, e habitantes fieis para povoar os pontos que desejavam conservar como Gôa, Cananôr, Cochim, Málaca e Ormuz.

O expediente de ligar a raça indigena com os invasores por meio de casamentos, era, além de economico, benefico, por motivos faceis de comprehender. Creou-se uma população mixta amada dos invasores e da raça aborigene, o que facilitou a Portugal a conquista de tão vasto territorio.

Sem os heroicos *mamelucos*, que em todos os pontos do Brasil se assignalaram, fallando a lingua de suas mãis, com os costumes de seus tios e a cultura de seus pais, jámais os portuguezes, pobres de população, poderiam realizar o que fizeram, e hoje se chama o vasto Imperio do Brasil.

## II

Mas, antes de darmos a prova completa da these que sustentamos de modo a não deixar em pé a menor parede do edificio levantado por Fr. Gaspar, permitta o Instituto que arrisquemos mais algumas considerações sobre o povoamento do nosso paiz no começo das colonias E' uma questão ethnographica que não deixa de ter seu merecimento.

Os portuguezes povoaram o Brasil como os hespanhoes e francezes as suas colonias. Póde-se dizer que n'este ponto procediam como os gregos no littoral da Asia-Menor, mas sem os morticinios e os rigores d'aquellas éras. Demais os portuguezes no tempo de Albuquerque, por um rasgo de alta politica, já tinham dado o exemplo em Gôa.

Sabe-se, pelo testemunho de Herodoto, de que fórma os *Ionios* partindo de Athenas e atravessando o archipelago se estabeleceram em Miléto, occupada pelos Carios. Exterminaram toda a população masculina, desposando a feminina.

Esta por largo tempo, em odio a seus dominadores, manteve a sua linguagem differente da de seus maridos.

Facto da mesma especie encontraram os hespanhoes entre os *Caraibas*, como se vê em Laffitau. Mas estes barbaros eram talvez mais desculpaveis que os *Ionios*, que haviam, *sponte*, deixado em Athenas as suas esposas; e os *Caraibas*, do ponto d'onde emigraram, provavelmente, não poderam conduzir as suas. Vencendo seus adversarios, e exterminando-os, pouparam a seu beneficio as mulheres.

Na segunda viagem de Colombo á Hispaniola, quando já se tratava de colonisar não levaram os hespanhoes uma mulher. No desembarque, grande foi o terror dos indigenas,

vendo surgir tantos homens sem uma mulher de sua raça! E não se enganaram, pois os hespanhoes deixados por Colombo na sua primeira viagem em um fortim na ilha do Haity, assaz comprovaram o fundamento d'esse terror.

O proprio Colombo que, aliás, bem comprehendia a necessidade d'esse elemento na colonia, apenas pôde alcançar na sua terceira viagem a remessa de trinta castelhanas para estabelecerem-se em Hispaniola.

A deficiencia de mulheres e a sua demanda já havia concorrido para derramar-se sangue com abundancia, travando-se luta entre os invasores e os indigenas. Os primeiros succumbiram; tomado e arrasado o pequeno forte, á que já nos referimos, levantado por Colombo durante a sua primeira viagem.

Nas regiões do Prata tiveram os hespanhoes o mesmo procedimento. Na apparatosa expedição de Pedro Mendoza, o que lançou, em 1534, os fundamentos da cidade de Buenos-Ayres, parece que bem poucas ou raras mulheres a acompanharam.

A chronica d'essa expedição e de seus resultados apenas assignala a existencia de uma Lucia de Miranda, esposa de Sebastião Hurtado, presa do cacique Siripó, da tribu dos *Timbués*, e victima desgraçada do cruel ciume d'esse selvagem

Achou-se essa joven e gentil castelhana nas condições de D. Francisca Sardinha, nomeada por sua belleza, e tambem arrebatada á seu marido Diogo Pereira de Vasconcellos pelos indigenas de Sumatra para o régulo de Menancabo, quando junto áquelle littoral, em 1561, naufragára a náu *S. Paulo*, da conserva da frota de D. Jorge de Sousa e que na viagem para a India havia antes arribado e refrescado na Bahia.

E a mais robusta prova que temos de que os hespanhoes

no rio da Prata, poucas ou quasi nenhumas mulheres levaram, a despeito das pretenções dos portenhos que se julgam a salvo de sangue indigena; temos o facto da batalha ferida por Oyolas contra os indigenas *Agacés* no local de Villeta (15 de Agosto de 1536), em que estes foram derrotados; e, como preço da victoria, entregaram aos invasores, além dos viveres que solicitaram, sete mulheres para o chefe, e duas para cada um de seus soldados! Mas, convem muito não esquecer, a mulher entre os indigenas americanos servia, sobre tudo, para transportar os objectos de que precisavam os guerreiros, com especialidade alimentos.

« Tal foi o começo, diz Demersay, d'essas uniões illegitimas de que temos assignalado a influencia decisiva no progresso da conquista.»

Essas uniões produzindo em nossa patria o *Mameluco*, deram nas regiões Platinas o nascimento ao *Gaúcho*.

Os francezes em nosso paiz procederam da mesma sorte. São exemplos notaveis o Rio de Janeiro e o Maranhão, além de outros pontos do littoral em que não poderam fundar estabelecimento algum como n'esses dois pontos.

Thevet, na sua obra—*Singularités de la France antartique* dando noticia dos preparativos da frota commandada por Villegaignon, que partiu do Havre á 6 de Maio de 155[illegible] frota importante, assevera que o pessoal se distinguia n[illegible]o só pelo numero como pela qualidade, havendo gente [illegible]e todas as profissões; nobres, soldados, variedade de artesãos e equipagem para os navios, da melhor especie. Nada diz quanto á mulheres, por não tranportal-as a frota.

O silencio de Thevet é confirmado por João de Lery, seu antagonista, e que não perdia occasião de apontar-lhe os erros e os desvios da verdade em suas narrações. Este escriptor, posto que francez, por pertencer ao ducado de Borgonha, sujeito á soberania da França, fallava ainda o

alto allemão, circumstancia importante para apreciar a sua obra á certos respeitos.

Lery descrevendo a frota de Bois-le-Comte (1556) em que embarcára, exprime-se n'estes termos:

« No outro navio, que se chamava *Rosée*, do nome do que o commandava, embarcaram seis mancebos, que levavamos para aprenderem a lingua dos selvagens, e *cinco moças* com uma mulher para governal-as (e foram as primeiras francezas levadas á terra do Brasil, pelo que os selvagens do paiz, como mais adiante veremos, não tendo visto mulheres assim vestidas, ficaram mui maravilhados á sua chegada), e ao todo n'este navio quasi noventa pessoas.»

Essas mulheres casaram no Rio de Janeiro, no forte Coligny, com francezes já estabelecidos na terra, sobretudo linguas ou interpretes dos selvagens.

E' á essas mulheres que allude Mem de Sá na carta que, em 1 de Junho de 1558, dirigiu ao rei D. João III, cujo fallecimento ainda ignorava, nos seguintes termos:

« Dizem mais que os francezes têm *muitas mulheres*, que lhes vêm de França, e que correm tanto já por dentro da terra e pelo rio da Parahyba que se mettem entre elles e o campo de S. Vicente, onde estão os padres de Jesus e João Ramalho por *fronteiro* com uma aldêa de nossos indios (*S. André*), que é jornada de dois dias assim por este rio .. em que se acham rastos dos contrarios nossos e amigos dos francezes. »

Ora n'essa data (1 de Junho de 1558) já a frota, onde viéra Lery para o Rio de Janeiro, era chegada, pois partindo de Honfleur em 20 de Novembro de 1556, aqui aportára a 7 de Março de 1557.

No Maranhão, sessenta annos depois, quando já o Brasil meridional era florente em muitas de suas capitanias, tendo na Bahia um governo central regular (1612), os francezes

não conduziram, ao que parece, para a colonia que alli projectavam fundar, e de feito fundaram, mulher alguma.

Fr. Claudio d'Abbeville, na sua — *Histoire de la mission des peres Capucins en l'isle de Maragnan*, — citando fidalgos, soldados e marinhagem transportados para a colonia, é silente quanto á individuos do sexo feminino.

Nas expedições que se seguiram o mesmo succedeu, o que se comprova com o que assevéra Fr. Ivo d'Evreux em sua obra — *Voyage dans le nord du Brésil fait durant les années* 1613 *et* 1614, — e parece confirmar Simão Estacio da Silveira no seu opusculo *Relação summaria das cousas do Maranhão*, em 1618 ; a saber os mais antigos documentos que ácerca d'aquella provincia se podem invocar, depois do bello trabalho de Fr. Claudio d'Abbeville, e da importante *Jornada do Maranhão*, impressa n'este seculo, e de que era autor Diogo de Campos Moreno.

Transcreveremos aqui, um trecho curioso, mas interessante sobre este assumpto, da obra de Fr. Ivo d'Evreux, em que referindo-se ao que passava-se nos *Carbets* (assembléas dos selvagens) á cerca dos capuchinhos, exprime-se d'esta sorte :

« Ha largo tempo, dizia um dos selvagens, que nos relacionamos com os francezes, e um só d'elles não nos trouxe padres, nem nos tem dito o que nos asseguram os padres mèdiante os seus linguas (*interpretes*). Além de que elles obrigam os francezes (*Karaibas*) a procederem de modo differente de outr'ora. Os padres vedam que os francezes se apossem de nossas mulheres, como antigamente faziam por troca de mercadorias. »

E mais adiante :

« Mandaram vir mulheres de França para que ensinem nossas filhas a proceder como ellas.

. . . . . . . . . . . . . . . . .

« Ah! diziam alguns d'entre os selvagens ao correr d'estas praticas. Se vissemos chegar mulheres de França em nosso paiz, estejamos certos que os francezes não nos abandonariam mais, nem os padres, sobre tudo se nos derem mulheres de França.

« Um dizia: — Se possuisse uma mulher de França, não quereria outra; e faria tantos jardins (*roças*) para os francezes, que por mim sómente trataria de tantas quantos dedos tenho nas mãos e nos pés, isto é, vinte, o seu maior numero. »

A continuação d'este trecho ainda contém curiosidades sobre projectos que os *moroubixabas* do Maranhão faziam, na hypothese, que lhes escaldava a mente, de virem a possuir por esposas mulheres francezas!

Entretanto Diogo de Campos Moreno, par occasião das treguas com os francezes, após a batalha de Guaxenduba, em que os adversarios cómeçaram a travar relações e trocar cortezias, assegura na *Jornada do Maranhão* que vira no forte S. Luiz, onde se achava o Sr. de la Ravardière, duas francezas vestidas de sedas e ricamente, á moda de seu paiz, casadas com dois indigenas tambem elegantemente trajados e condecorados com a ordem de S. Luiz, os quaes tinham ido á França, onde se haviam christianisado e casado segundo as leis da igreja.

Em outro lugar, accrescenta o mesmo escriptor — que havia na terra francezes pobres e mechanicos, mas catholicos, que tinham vindo de França com suas mulheres e filhos, e desejavam ficar.

Estes factos parecem em desacordo com o que dizem os outros escriptores, sobre tudo Simão Estacio, mas não influem para a questão, porquanto o numero das mulheres era, em todo o caso, mui diminuto (7).

(7) Vide *Memorias do Maranhão*, tomo II, pags. 250, 255. 257. E' de presumir que estes factos se deram depois de escriptas as

Passemos ao Brasil Lusitano, e vejamos o que se praticava na colonia, que o governo da metropole tomara a seu cargo, fundada no littoral da Bahia de Todos os Santos, sob o titulo de cidade do *Salvador*.

Francisco Pereira Coutinho, o donatario primitivo d'esse territorio, não levou em sua companhia a sua esposa.

Mas Gabriel Soares na *Noticia do Brasil*, parte I, cap. 28, assegura que Pereira Coutinho transpuzéra o oceano com muitos moradores *casados*, e o mesmo sustenta quanto á Pêro de Campos Tourinho, donatario de Porto Seguro, que, além de conduzir sua mulher e filhos, fez-se acompanhar de *muitos* moradores *casados* seus parentes e amigos(8).

Estes factos nos fazem especie, porque não foram seguidos nas outras capitanias, exclusive a de Martim Affonso de Sousa, para onde tambem foram a principio na propria frota, diz o mesmo escriptor, *muitos* moradores *casados*(9).

Mas hoje sabemos o merecimento da ultima asserção pelo que já, nas paginas precedentes, observámos quanto ao povoamento da capitania de S. Vicente.

Não temos meio directo para contrariar o que affirma o autor da *Noticia* com relação ás capitanias do Salvador e de Porto Seguro ; mas o succedido com a primeira colonia da Corôa em 1549, e o silencio dos antigos documentos, *maxime* os escriptos dos missionarios da companhia de Jesus, quanto a facto de tamanha importancia, que mere-

obras dos dois capuchinhos francezes. A época, nestes casos, influe muito.

Os retratos d'esses indigenas, casados depois com francezas, se encontra na *Historia* de Fr. Claudio d'Abbeville.

(8) Gabriel Soares, *Noticia do Brasil*, parte I, cap. 36.

(9) Gabriel Soares, *Noticia do Brasil*, parte I, cap. 60.

cia ser assignalado, dá-nos o direito de hesitar, não prestando toda a confiança, n'este caso, a escriptor de tanto merecimento.

Não obstante, essa colonisação primitiva desappareceu nas lutas tremendas contra indigenas *Tupinambás*, *Tupiniquins* e *Aymorés*; e esses *muitos* casaes, quando mesmo subissem á algumas dezenas, eram ainda mui poucos para o povoamento de tão espaçoso e vasto torrão, de modo a fazer predominar o elemento puro lusitano sobre o mistiço.

Para a capitania da Corôa, em 1549, Thomé de Sousa levou com grande cópia de pessoal masculino algumas mulheres casadas com empregados que iam para a nova colonia temporariamente, emquanto durasse sua commissão, e, ao que parece, conduziu tambem a sua.

Segundo Gabriel Soares, na terceira frota, em 1551, foram as primeiras mulheres de Portugal com destino á colonia, por determinação da rainha D. Catharina, mas, muito poucas. Ellas foram mandadas para casar com moradores principaes da terra, levando em dote officios de fazenda e de justiça. N'essa frota foram muitos colonos casados, mas parece que o facto não se repetiu, em vista do que diz o mesmo escriptor no final do capitulo que trata do assumpto (parte II, cap. 4).

Essas mulheres foram para a Bahia a reclamo do padre Manoel da Nobrega, como mais adiante notaremos. No dizer de Gabriel Soares, eram ellas donzellas, orphãs sem fortuna, mas de nobre estirpe, mandadas criar em mosteiros pela rainha. Eram, não obstante poucas, insufficientes, como revela a palavra—*algumas*, empregada pelo escriptor.

Mas na primeira frota não vieram. O pessoal, além da marinhagem, constava de seiscentos soldados e quatrocentos degradados destinados á residencia na colonia. O chefe, os empregados, e os missionarios, era pessoal não sujeito áquella permanencia.

Na localidade, isto é, na povoação do Pereira, do nome do infeliz donatario, depois *Villa Velha* (10), havia trinta europêos, pouco mais ou menos, inclusive Diogo Alvares e seus cinco genros, casados (*sic*) com *mamelucas*, filhas d'aquelle lingua, tidas com varias indigenas, como naturalmente se presume.

Mas, se Gabriel Soares pouco nos diz sobre o pessoal da primeira frota, sua narrativa póde ser completada por um coevo, mui competente, o padre Manoel da Nobrega, que acompanhou Thomé de Sousa. Este religioso, escrevendo ao padre-mestre Simão, preposito ou provincial da companhia de Jesus em Portugal, na data de 9 de Agosto de 1549, poucos mezes depois do estabelecimento da colonia, exprime-se n'estes termos :

« N'esta terra ha um grande peccado, que é terem os homens, quasi todos, suas negras (*escravas indias*) por mancebas, e outras livres, que pedem aos negros (*indios*) por mulheres, segundo o costume da terra, que é terem *muitas* mulheres.

« E estas deixam quando lhes apraz, o que é grande escandalo para a nova igreja que o Senhor quer fundar. Todos se me escusam que *não têm* mulheres com quem casem.

« E conheço eu que casariam se achassem com quem ; emtanto que uma mulher, ama de um homem casado, que veiu n'esta armada, pelejaram sobre ella a quem a haveria por mulher.

« E uma escrava do governador (*Thomé de Sousa*) lhe

(10) Esta povoação era conhecida dos nautas estrangeiros que abordavam á Bahia para traficar ou refrescar, pelo nome de *Quirimure*, talvez corrupção do nome de *Caramurú* como era designado Diogo Alvares, pelos selvagens. Vide Marcgraw e João de Laet em suas obras.

pediam por mulher, e diziam que lh'a queriam forrar (era uma branca)!

« Parece-me cousa muito conveniente mandar Sua Alteza algumas mulheres que lá têm pouco remedio de casamento á estas partes, ainda que fossem *erradas*, porque casarão todas muito bem, comtanto que não sejam taes que de todo tenham perdido a vergonha a Deus e ao mundo.»

Que esses eram os costumes da colonia, e o que se praticava em todo o littoral do Brasil antes dos estabelecimentos regulares dos portuguezes, prova o mesmo Gabriel Soares tratando dos francezes no littoral da Bahia de Todos os Santos, em pontos onde traficavam antes da vinda de Thomé de Sousa.

No seu reconcavo havia outra população proveniente das relações dos francezes com as indigenas. Os navegantes d'essa nacionalidade frequentavam as praias d'este tão notavel golfo, desde os primeiros tempos da descoberta, desde 1504, talvez, quando Binot Paulmier de Gonneville, voltava de um ponto da ilha de S. Francisco, na provincia de Santa Catharina(11). Os francezes penetravam pelos rios

(11) Vide a carta *annua* dos religiosos da Companhia de Jesus de 1584, intitulada *Informação do Brasil, e de suas Capitanias* no capitulo:—*Da primeira entrada dos francezes no Brasil.*

Sómente o primeiro periodo d'esse capitulo lança por terra a estulta fabula do Caramurú, na Bahia, com as circumstancias que se phantasiaram.

Essa carta *annua* acha-se impressa na *Revista do Instituto*, tomo VI, pag. 412.

Vide os *Annaes de Viagens*, revista franceza de Junho e Julho de 1869, onde vem publicada a viagem de Binot Paulmier de Gonneville com varias notas de Mr. d'Avezac; e bem assim Mouchez na sua importantissima obra *les Côtes du Bresil*, segunda secção do Rio de Janeiro ao Rio da Prata, pag. 279, nota (1).

O navio da expedição que foi ter á ilha de S. Francisco, na provincia de Santa Catharina, tinha o nome de—*Espoir de Honfleur.*

Vide tambem a *Revista do Instituto*, tomo 38, artigos do nosso consocio Varnhagen, visconde do Porto Seguro.

de Seregipe (*Sergy*) e Paraguassú, e outros pontos do littoral d'essa tão vasta quão importante bahia.

Eis como se exprime esse notavel escriptor, Gabriel Soares, no cap. 177, parte segunda da sua *Noticia do Brasil*:

« Ainda que pareça fóra de proposito, o que se contém n'este capitulo, pareceu decente escrever aqui, o que n'elle se contém para se melhor entender a natureza e condição dos *Tupinambás*, com os quaes, os francezes, alguns annos antes que se povoasse a Bahia, tinham commercio.

« E quando se ião para França com suas náos carregadas de páo de tinta, algodão e pimenta, deixavam entre os gentios alguns mancebos para aprenderem a lingua, e poderem servir na terra, quando tornassem de França para lhes fazer seus resgates.

« Estes se amancebaram na terra, onde morreram sem se querer tornar para França, e viveram como gentios com muitas mulheres, dos quaes, e dos que vinham todos os annos á Bahia, e ao rio Seregipe (*Sergy*) em náos de França, inçou a terra de *mamelucos*, que nasceram, viveram e morreram como gentios, dos quaes ha hoje (1576) muitos seus descendentes, que são louros, alvos e sardos, e havidos por indios *Tupinambás*, e são mais barbaros que elles. »

Em nossa digressão ethnologica do sul para o norte é natural que passemos da Bahia para Pernambuco.

O littoral d'esta importante provincia foi por certo, ou com toda a probabilidade, o primeiro em que se lançou os fundamentos de um estabelecimento de commercio, ou resgate, de escála, refresco, ou abrigo para os navios portuguezes que seguiam para a India oriental, e para os que percorriam o littoral do Brasil em demanda principalmente de páo-brasil e de escravos. A especialidade de sua situação explicativa e justificava a escolha.

O ponto não era propriamente o *porto* depois chamado *de Pernambuco*, a principio *Mairy* (12), agua, aguada ou rio dos Francezes, transformado por corrupção em *Marim* pelos portuguezes, e por ultimo em Olinda.

O nome generico de porto de Pernambuco, peculiar ao Recife, comprehendia a situação de *Mairy* (Olinda), porquanto aquelle porto sempre foi o seu. Era assim chamado da palavra—*paranã-puc*—irrupção, sahida ou bôca para o mar. Esta denominação assim applicada encontra-se em outros pontos do littoral brasileiro.

Os portuguezes, de *Paranan-puc*, talvez pela phonetica nasal dos indigenas, entenderam *Pernampuc*, e por corrupção *Pernambuco*.

O estabelecimento lusitano de commercio, refresco ou abrigo foi, como era natural, fundado, cercado e fortificado para mór segurança em uma ilha, *Itamaracá*, quasi em frente á foz do rio de Iguarassú que desagua no *paranan-miri* (*pernam-mirim* como diziam os portuguezes) que separa a ilha do continente.

A' esse *paranan-miri* que circula pelo lado occidental *Itamaracá*, chamavam os portuguezes *rio da Serêa, ou de Pernambuco*, porque tambem os indigenas denominavam o limite meridional d'esse braço ou *paranan-miri*, onde as aguas do oceano se confundiam com as do rio de Iguarassú que n'elle irrompiam—*paranan-puc* ou *buc*, como á todas as aberturas da mesma especie.

(12) Esta palavra é uma das que mais têm custado descobrir a etymologia. Os portos frequentados pelos francezes eram pelos indigenas chamados *Mairy*, como succedia com o de Olinda.

Não obstante vemos na linguagem dos *Tupís* do Pará e Amazonas designar-se a cidade por *Mairy* e o cidadão, o habitante da cidade, por *Mairy-oara*. Corrêa de Faria, *Compendio da lingua brasilica*, cap. 9, pag. 24.

Os portuguezes, como já notámos, de *paranan* fizeram *pernam*, de *puc*, *buco*, e os francezes que disputaram esse ponto aos portuguezes, *Fernambouc.* Tal é a singular origem d'esse nome.

Ora a esse rio de Pernambuco, que contornava o primeiro e mais notavel estabelecimento portuguez no Brasil antes da divisão do territorio pelos donatarios, deu el-rei D. João III o nome de *rio de Santa Cruz*, alludindo provavelmente ao nome dado á terra por Pedro Alvares Cabral, e por ser esse o ponto central da região que se ia positiva e seriamente colonisar.

Esse forte ou feitoria, como chamavam os portuguezes a exemplo do que praticavam os povos navegadores da meia idade, quando estabelecidos para o commercio fóra do seu territorio, nos littoraes do Levante, do mar Negro, Mediterraneo, mares do Norte e Baltico ; por mais de uma vez foi conquistado pelos francezes, e retomado por ultimo por Pêro Lopes de Sousa, razão porque lhe coube em sorte o respectivo territorio adjacente, com extensão de trinta leguas para o norte e limitrophe das capitanias de João de Barros, e de Duarte Coelho Pereira, por este denominada *Nova Lusitania*, mas a que o destino impôz o nome de Pernambuco. E hoje os dois territorios a que esta denominação poderia competir, isto é, Pernambuco e Itamaracá, se acham comprehendidos na mesma circumscripção.

Estas circumstancias explicam a causa porque Pernambuco se encheu facilmente de immigrantes da metropole, e tinha tambem em seu seio população de origem franceza em avultada quantidade, assim como na Parahyba e no Rio Grande do Norte.

Essa população era talvez maior que na Bahia ; pois, em razão da abundancia e superioridade do páo-Brasil

d'esta procedencia, os francezes estavam muitissimo relacionados com os indigenas desde a foz do rio de S. Francisco até o Rio Grande do Norte. Seus grandes amigos eram as bellicosas tribus dos *Caités* e *Petiguares*, como no sul se mostraram os *Tupinambás* da Bahia e Rio de Janeiro e tambem no Maranhão.

E' admiravel como esta nação, tão sympathica aos indigenas do nosso littoral, não dominou-o e colonisou o paiz.

Dada, como já dissemos, a capitania de Itamaracá á Pêro Lopes de Sousa pela relevancia dos seus serviços alli, o territorio mais meridional foi confiado á Duarte Coelho que tambem já havia precedido a Pêro Lopes como capitão de mar no mesmo littoral.

Duarte Coelho conhecia a terra que demandára ou lhe fôra offerecida; e por isso sabendo o seu valor para ella veiu estabelecer-se com sua familia.

As riquezas que adquirira na India, auxiliado com a experiencia que já tinha de viver fóra da patria entre povos incultos, o habilitavam para bem e convenientemente aproveitar sua doação.

Mas como lidava com indigenas bellicosos, acoroçoados por europêos civilisados, foi obrigado á conquistar palmo a palmo, e com muito esforço, o territorio que a realeza lusitana lhe havia doado. Não foi como Martim Affonso de Sousa que pouco deteve-se em S. Vicente, e preferiu convolar para a conquista das glorias mais ruidosas do Oriente.

Apreciemos este começo de povoamento d'esta parte do territorio brasileiro sob o ponto de vista ethnologico, que aliás não differe dos precedentes.

Segundo Gabriel Soares, na sua *Noticia do Brasil*, Duarte Coelho trouxe para Pernambuco sua esposa D. Brites de Albuquerque, e isto alguns annos depois de haver formado

e assegurado o seu estabelecimento. Não houve alli por muito tempo outra mulher branca. E a presumpção de que este era o facto patente e notorio é que seu proprio cunhado, irmão d'aquella senhora, Jeronymo de Albuquerque manteve-se por largo tempo sem casar, conforme as prescripções da igreja.

Vivia á maneira dos indigenas, casando á gentia com a filha de um poderoso *moroubixaba* da localidade, da tribu *Tabayara*, depois alliada dos colonos (13) por nome *Uirá-uby*, a qual lhe havia salvo a vida, estando prisioneiro. E' um acontecimento quasi semelhante ao de João Smith na Virginia (*Estados-Unidos*), com a indigena Pocahontas, da tribu *Powhatan*.

Albuquerque, aceitando a indigena como esposa, a modo dos selvagens, não ratificou o seu casamento perante a igreja, depois que fêl-a baptisar ! e comtudo devia-lhe a vida. E' esta indigena, conhecida em nossa historia por D. Maria do Espirito-Santo Arco Verde, extrahido este appellido do nome de seu pai traduzido em portuguez.

Este exemplo dado de cima era imitado por todos os portuguezes na colonia, com raras excepções. Jeronymo de Albuquerque, somente veiu a casar muito tempo depois, á exigencia da rainha D. Catharina, regente, viuva de D. João III, que lhe estranhou a vida pouco edificante que levava na colonia. E foi por isso que chegando a Pernambuco D. Christovão de Mello, fidalgo pobre, com quatro filhas solteiras, elle desposou uma, o que jámais fez com a selvagem.

Jeronymo de Albuquerque representa em Pernambuco o papel que em S. Vicente e na Bahia representaram João

(13) Ao certo não se sabe se este *moroubixaba* era *Tabayara*, ou *Caitê*.

Ramalho e Diogo Alvares. Grande numero de familias de Pernambuco descendem d'este tronco (14).

Entretanto Duarte Coelho fazia o que lhe era possivel afim de realizar na sua colonia o systema que Affonso de Albuquerque consagrára em Gôa, após sua conquista, querendo ter na metropole lusitana, na India, um povo em quem confiasse, por seus costumes christãos. Para isto não contou com o auxilio da nobreza, mas com a burguezia e outras classes.

Depois da tomada de Gôa, Affonso de Albuquerque fez apprehender cento e cincoenta raparigas das primeiras familias gentias e musulmanas da cidade e casou-as com portuguezes, depois que as fez converter á religião catholica.

Dotou-as, e tratava-as com a maior distincção em seu palacio, e em publico, empregando bem os maridos. E assim animando taes consorcios em breve teve Portugal em Gôa, para onde raras mulheres portuguezas iam, uma população mistiça, fiel, christianisada, fallando a lingua européa, como ainda hoje se conservam. Foi este o resultado de uma politica habil, sensata e mui proveitosa ao dominio lusitano em regiões tão remotas. Até então os portuguezes viviam na India encerrados em feitorias fortificadas, exemplos :—Cochim e Cananôr.

E' curioso lêr em João de Barros (*Asia*—dec. II, liv. 5, cap. XI) o que, sobre este singular assumpto, occorreu em Gôa.

Mas, no Brasil, a realização de tal systema era mui difficil; a população d'onde deviam sahir as esposas, era em demasia barbara. Taes esposas repugnavam, e muito, a um povo christão e culto.

(14) Vide *Memorias de Pernambuco* por Fernandes Gama, tomo I, pag. 85 da 2ª edição. Ahi vem impresso o testamento de Jeronymo de Albuquerque, datado de 13 de Novembro de 1584.

Não obstante, Duarte Coelho ensaiou-o em Pernambuco, ao envéz do que se praticára na Bahia e em S. Vicente, em que a idéa do casamento christão com selvagens sómente foi iniciada e avivada depois da vinda dos jesuitas ao Brasil. As relações dos dois sexos toleradas, e mesmo bem aceitas, eram irregulares.

A prova d'esse proposito de Duarte Coelho, o donatario de Pernambuco, ou da *Nova-Lusitania* como denominava a sua capitania, colhemos de uma carta que, em 15 de Abril de 1549, dirigiu á D. João III. Elle temia, pelo facto da Bahia, que fosse desapossado de sua capitania, como se projectava, para se entregar aos armadores, em vista do que se lhe communicára de Portugal. Eis suas palavras :

« Que entre todos os moradores e povoadores, uns fazem engenhos d'assucar, porque são poderosos para isso, outros cannaviaes, outros algodoaes, e outros mantimentos que é a principal e mais necessaria cousa para a terra : outros usam de pescar, que outrosim, é mui necessario para a terra.

« Outros usam de navios que andam buscando mantimentos, e tratando pela terra conforme ao regimento que tenho posto : outros são mestres de engenhos, outros mestres de assucar, carpinteiros, ferreiros, pedreiros, oleiros, e officiaes de fôrmas, e *sinos* para os assucares ; e outros officiaes que andam trabalhando e gastando do meu por adquirir para a terra, e os mando buscar a Portugal e á Gallisa e ás Canarias, ás minhas custas.

« E alguns que, os que vêm a fazer os engenhos, trazem e aqui moram e povoam d'elles solteiros, e d'elles *casados aqui* ; e d'elles que cada dia caso, e trabalho *por casar na terra* ; porque toda esta ordem e maneira, senhor, se ha de ter para povoar terras novas e tão alongadas do reino, e tão grandes como estas, e de que se espera tanto bem e

proveito ; assim para o serviço de Deus, como do de Vossa Alteza, e para bem de todos os seus reinos e senhorios, e pelas mais razões que Vossa Alteza sabe, por cuja causa *me qua mandou.*»

D'estas ultimas palavras parece deduzir-se que Duarte Coelho não solicitou a doação que obteve, mas o convidaram para esse fim (15), e como conhecia a localidade, por haver occupado no seu littoral o posto de capitão do mar, havia alguns annos, aceitou o encargo, e por lhe haver agradado não queria mais abandonar.

Entretanto no seu ensaio não havia o donatario sido afortunado, em vista do que sobre o assumpto nos informa testemunha insuspeita, dezeseis annos depois de firmada a colonia, o padre Manoel da Nobrega, em carta de 17 de Setembro de 1551, escripta á D. João III, onde traça com fidelidade o quadro de Pernambuco, n'aquella éra ; ouçamol-o :

« N'esta capitania se vivia muito seguramente nos peccados de todo o genero, e tinham o peccar por lei e costume ; os mais ou quasi todos não commungavam nunca, e a absolvição sacramental a recebiam perseverando em seus peccados.

« Os ecclesiasticos que achei, que são cinco ou seis, viviam a mesma vida, e com mais escandalo, e alguns apostatas, etc.»

E mais adiante :

« Para as outras capitanias mande Vossa Alteza mulheres orphãs, porque todas casarão : n'esta não são necessarias

(15) Na mesma carta escripta de Olinda aos 15 de Abril de 1549, confirma Duárte Coelho o nosso juizo expressando-se assim :

« E, pois, Vossa Alteza sabe que, *pô-lo servir qua vim*, e me concedeu em minhas doações para se a cousa melhor, e mais prestesmente poder fazer, etc.»

por agora, por haverem muitas filhas de homens brancos e de indias da terra, as quaes todas *agora* casaram com a ajuda do senhor; e se não casavam d'antes era porque *consentiam* viver os homens em seus peccados livremente, e por isso não se curavam tanto de casar, e alguns diziam que não peccavam, porque o arcebispo de Funchal lhes dava licença. »

Segundo Nobrega a libertinagem n'esta capitania era maior que nas outras, pois diz:

« E posto que por todas as outras capitanias houvesse os mesmos peccados, e porém não tão arraigados, como n'esta, e deve-se a causa porque foram já mui castigados de Nosso Senhor, e peccavam mais a medo, e esta não.

« Duarte Coelho e sua mulher são tão virtuosos quanto é fama que têm, e certo creio que por elles não castigou a justiça do Altissimo tantos males até agora; e porém é já velho e falta-lhe muito para o bom regimento da justiça, e por isso a jurisdicção de toda a costa devia de ser de Vossa Alteza. »

Para o Maranhão, conquista que já se fez no começo do seculo decimo setimo (1614), o systema precedente empregado em outras colonias mais meridionaes não foi alterado.

Jeronymo de Albuquerque, *mameluco*(16), filho natural do cunhado de Duarte Coelho e da indigena D. Maria do

(16) Com esta designação trata o pai d'este cabo de guerra, a filhos seus, cuja mãi era indigena, no seu proprio testamento. Vide Fernandes Gama *Memorias historicas de Pernambuco*, tomo I, pags. 88 e 89.

Uma de suas filhas naturaes que legitimou, de nome Felippa, *mameluca*, era filha de uma indigena escrava.

Entre legitimos e legitimados teve o primeiro Jeronymo de Albuquerque—vinte e quatro filhos.

Espirito Sasan Arco Verde, foi o chefe da expedição que levou a effeito a conquista. Habil, intrepido e mui experiente n'aquellas lutas conseguiu sem grandes tropeços com os recursos da terra e poucos de fóra, o que seria bem difficil sómente empregando tropas européas, ainda não praticas n'esse lidar. Na incerteza do resultado da empreza, tambem não levou comsigo outras mulheres, além de algumas indigenas de Pernambuco e da Parahyba que acompanhavam seus maridos.

Após a victoria de Guaxenduba a colonia lusitana, ainda com o accrescimo que trouxe depois Alexandre de Moura, iniciou-se como a franceza, e, sem mulheres européas, ou suas descendentes no Brasil.

Posteriormente é que começaram a vir portuguezas, como attesta-o Simão Estacio da Silveira, official de marinha mercante, em seu opusculo *Relação summaria das cousas do Maranhão*, nas seguintes palavras do seu prologo:

« Quando fui á esta conquista, no anno de 1618, se abalaram muitas pessoas das ilhas a meu exemplo, parecendo-lhes que pois eu sem obrigação, a que ir buscar remedio deixava Lisboa, e me ia ao Maranhão, não seria sem algum fundamento.

« Na náo de que fui por capitão se embarcaram perto de trezentas (300) pessoas, *alguns* com muitas filhas donzellas, que logo em chegando, casaram-se todas, e tiveram vida que cá lhes estava mui impossibilitada, e se lhes deram suas leguas de terra. »

Como se vê o numero de pessoas do sexo feminino era em demasia limitado posto que muito superior ao que embarcára em seu começo para as outras Capitanias.

Em relação ao sexo masculino a reducção era grande, e continuava a ser, por isso que sendo mais facil de

transportar a outra immigração ia sempre em augmento, e fraca compensação havia na feminina.

Posto que a distancia da mãi patria fosse em relação ás outras Capitanias mais limitada, ainda n'aquella época se tornava longa pela imperfeição da navegação, e os máos transportes, que se faziam para a conducção de pessoas do sexo delicado, mui incommodos e inconvenientes.

A obra de Simão Estacio da Silveira parece que foi ordenada com o proposito de attrahir povoadores á nova colonia; mas o beneficio em parte se mallogrou pelas difficuldades naturaes na época, falta de capitaes e de uma empreza seriamente organisada para esse fim, e que ao menos podesse adiantar, com a esperança de algum lucro, a importancia das primeiras despezas. Ainda que Lisboa fosse então, a primeira praça da Europa, pelo monopolio que ainda conservava, bem que já enfraquecido, dos productos do Oriente, não estava ainda alli desenvolvido o espirito de associação, de modo que podesse fazer das novas Capitanias do norte, o mesmo que as companhias de commercio em Londres fizeram da Virginia, e outros pontos do littoral da America septentrional, que então começavam a ser colonisados.

Entretanto pede a verdade que se diga que além da empreza de Simão Estacio, mais duas appareceram durante a administração de Domingos da Costa Machado (1620 e 1621), não mediante o esforço de companhias ou associações mercantis, mas por impulso do governo de Madrid.

Jorge de Lemos Bethencourt, sob a promessa de uma commenda de lote de 400$, se obrigára a introduzir á sua custa n'essa capitania duzentos casaes de açoritas; e parece que conseguiu realizar todo o empenho em tres embarcações que fretou, bem que Berredo nos seus *Annaes*, liv. VI, n. 485, não seja bem explicito.

No anno seguinte (1621) por contrato feito pela corôa, diz o mesmo escriptor no n. 488 dos *Annaes*, com Antonio Ferreira Bethencourt, outro navio transportou para o Maranhão, das ditas ilhas, quarenta casaes.

Não foi pequeno reforço para a nascente colonia, que n'essa época passava por uma grande crise, o flagello da varíola que, com a perseguição dos colonos esclavagistas, acabou por exterminar em maxima cópia os infelizes indigenas que povoavam a ilha.

D'ahi por diante o empenho do governo cessou ou enfraqueceu. A emigração por massas escasseou, e foi-se fazendo lentamente, mas constantemente por individuos do sexo masculino, que logravam poder satisfazer o transporte no navio *annuo* da frota.

Segundo Simão Estacio o abandono dos francezes não foi completo na ilha do Maranhão, ficaram alguns individuos que depois casaram com mulheres açoritas, deixando as selvagens. Passavam por bons artesãos e de muito prestimo, e dos que melhor conheciam a terra. Estamos mesmo persuadidos que, depois, muito se prestaram na luta com os hollandezes, concorrendo para a defecção dos francezes que, como mercenarios, serviam nas forças adversas.

D'elles descendem os Launay, os Lamagnères e os Lecomtes. Assim como da estada dos hollandezes ficaram os Jansens, os Mullers e os Lappenbergs; comquanto os ultimos sejam de progenie germanica e dinamarqueza.

A população mistiça ou *mameluca* que alguns dos companheiros da frota dos filhos de João de Barros, ao que se diz crearam na ilha do Maranhão perdeu-se barbarisando-se(17).

(17) Não aconteceu assim com os *mamelucos* de progenie franceza, porquanto, segundo Simão Estacio da Silveira, continuaram

Parece que os *Tupinambás* asylados na serra da Ibiapába, depois da sua expulsão do Rio de Janeiro e Bahia, invadiram a ilha do Maranhão; se não vieram de outro ponto ou do lado do Amazonas como é mais presumivel em vista das aldêas que tinham no littoral ao norte até o Pará, e d'ella expelliram os *Teremembés* que dominavam a costa desde as margens do rio Camucy no Ceará até as do rio Thoury (18).

A população que alli havia, com quem se alliaram os naufragos d'aquella frota, foi coagida a internar-se para o continente proximo. E a difficuldade que teve de relacionar-se com os armadores européos, que depois frequentaram o littoral, ainda mais tornou-a completamente selvagem.

Com razoavel fundamento, ao que parece (19), eram esses os indigenas que posteriormente se chamou *Barbados*, por isso que além de ter os mesmos costumes que os outros dispunham d'aquelle ornamento, que a pura raça *Tupica* não possuia com essa abastança, pois que a pouca barba que tinha arrancava.

a residir e conviver entre os portuguezes, e eram em grande numero.

Vide *Memorias do Maranhão*, por nós editadas, tomo II, pag. 11, cap. 9°, no fim.

(18) Este rio é o que actualmente se chama *Negro*, e desemboca no littoral dos Lençoes Grandes. O nome de *Thoury* confundindo-se com o de *Tury* deu causa ao engano de suppôr-se que o dominio d'essa tribu tão notavel se estendesse pelo norte além do rio, até as margens do Gurupy.

Pelo sul tambem se suppunha que alcançasse essa tribu as margens do actual Jaguaribe, talvez por identica razão, isto é, confusão nas denominações de rios.

(19) O padre José de Moraes na *Chronica da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, considéra fabula, a existencia de tal tribu. Examinaremos esta questão em outra opportunidade.

Eram ainda esses barbaros os que repelliam toda a alliança com os francezes, a acreditar-se em Simão Estacio, porquanto diziam que não eram elles os verdadeiros, os seus tão queridos *Perós* (20). Ora esta expressão era empregada por todos os indigenas da costa do Brasil para designar os portuguezes, sem que tivessem prévia intelligencia. Assim tambem elles tratavam em geral os europêos pela denominação de *Caraibas* em reconhecimento de sua intelligencia; mas aos francezes tratavam especialmente por *Maír*, e em geral por *Ayürú-juba*, papagaio amarello, os europêos de cabello louro, sobretudo os hollandezes, allemães, inglezes, etc.

Cumpre notar que entre os regulos do interior da ilha do Maranhão Fr. Claudio d'Abbeville aponta um, cujo nome parece indicar ascendencia lusitana dos primitivos e mal aventurados colonos d'essa origem. Referimo-nos a *Marcoyá-Peró*, principal da aldêa de *Carnaúpió* (actualmente *Lugar*), que, na opinião do escriptor, era de idade quasi centenaria. Na verdade se fôra oriundo de algum dos portuguezes da expedição de 1535 dos filhos de João de Barros, podia, em 1612, ter perto de oitenta annos, portanto bastante idoso.

Assim *Marcoiá-Peró* significaria *Maracayá* (gato), *Peró* (portuguez), para differençar de outro *Maracayà* não oriundo d'essa procedencia.

Infelizmente Fr. Claudio que em algumas partes de sua obra chama a este indigena centenario *Marcoiá Peró*, em outras denomina *Marcoyá Peróp* e *Margoyá Perop*, declara que este nome significa a casca amargosa de um fructo chamado *margoyaue* que suppomos ser o *maracujá* em

(20) *Perós*. Em artigo especial daremos a razão verdadeira porque os indigenas em todo o nosso littoral designavam assim os portuguezes, para distinguil-os dos outros europêos.

vista da descripção que no cap. 38 da obra o autor apresenta. Entretanto com este nome, mas escripto *morgouid*, os *Tupinambás* do Rio de Janeiro (*Tamoyos*) designavam a laranja, talvez por alguma semelhança com o maracujá, bem que um pouco remota.

Na colonisação da provincia do Grão Pará quasi da mesma época que a do Maranhão, o systema adoptado, se porventura houve, foi identico.

A immigração européa era na maxima generalidade do sexo masculino, excepção feita em 1770 da entrada de cento e quatorze familias que vieram para *Mutuacá*, aldêa fundada á margem do rio do mesmo nome, pequeno affluente do Amazonas, após a evacuação da praça de Mazagão no littoral de Marrocos, cujo nome lhe foi imposto.

Entretanto tão avantajada foi a immigração masculina européa por aquellas regiões, que autorisou Baena, alli nascido, a declarar, no seu *Ensaio Corographico*, que a pelle da população paraense, ou se se quizer paraoara, é mui alva, o que bem provava que a alvura não era alheia d'aquelle clima. E devemos presumir que assim se exprimiu este escriptor, tão convencido da sua proposição, não no sentido de Pêro Lopes de Sousa, tratando da côr das tribus *Tupinambás* da Bahia em 1531, mas no verdadeiro e real(21).

Todas as outras colonias de origem lusitana tiveram a mesma origem, sem exceptuar a do Rio de Janeiro, fun-

(21) Durão, no poema *Caramurú*, foi mais longe que Pêro Lopes de Sousa, talvez por liberdade poetica. No canto II, estancia 78, faz n'estes termos o retrato da imaginaria *Paraguassú*, posto que legitima *Tupinambá* como se deve presumir:

> « Paraguassú gentil (tal nome teve),
> Bem diversa de gente tão nojosa;
> De côr tão alva, como a branca neve;
> E d'onde não é neve, era de rosa. »

dada quarenta annos depois de suas vizinhas : S. Vicente, Espirito Santo e Bahia. Foi com a mescla da população d'essas tres Capitanias e additamento da que veiu nas frotas de Portugal, e esta na sua quasi totalidade masculina, que se lançaram os fundamentos de colonia, desde o começo, tão esperançosa.

A parte feminina dos *Tamoyos* não foi, ao que parece, inteiramente exterminada ou expulsa do torrão patrio ; ficou vivendo com os invasores a parte que aprisionaram ou reduziram ao captiveiro. Ora na opinião de Pêro Lopes de Sousa, no seu *Diario de Navegação*, o pessoal feminino das tribus que aqui viviam em sua passagem, tambem de estirpe *Tupinambá*, era ainda mais gentil que o da Bahia, que, aliás, como já notámos, o intrepido navegador tanto encarece.

## IV

De todas as nações da Europa que fundaram colonias no continente americano, foi a britannica, a unica, talvez (22), que recusou entrelaçar-se com os indigenas, exceptuados um ou outro colono mais desabusado de sua raça que, á exemplo de João Rolfe, marido da celebrada Pocahontas, da tribu dos *Powhatans*, casou e conviveu com os selvagens.

Mas, e convem ter muito em consideração, os inglezes colonisaram mais tarde, um seculo depois dos hespanhoes, portuguezes e francezes, e mesmo dos hollandezes e suecos ; e, pois, aproveitaram da experiencia dos seus pre-

(22) *A unica talvez*. Cumpre estender aqui a excepção quanto ás colonias francezas no Canadá, Nova Escocia (*Acadia*), e nas suas Antilhas, onde, em algumas ao menos, já não encontraram selvagens.

decessores. O seu systema colonial, portanto, foi mui differente, mais proveitoso, como o futuro veiu demonstrar.

Prescindamos das colonias mais modernas fundadas no territorio dos Estados-Unidos por nucleos religiosos—*puritanos, quakers e catholicos*, porquanto, em taes condições, a immigração se fazia por familias completas, por grandes nucleos, e como que por um exodo. Ahi estão os exemplos da Nova Inglaterra, da Pennsilvania, do Maryland, e ainda do Delaware.

Basta que confrontemos com as colonisações dos outros povos a dos inglezes na Virginia, colonia não de uma seita religiosa, mas de uma companhia de negociantes, armadores, nobres e de aventureiros, portanto nas condições das dos outros povos.

Esta colonia, como todas as d'esta especie, passou em seu começo por muitas phases angustiosas ; e, por vezes, mangraram os ensaios, a despeito da pasmosa perseverança do primitivo autor da idéa, do seu generoso e infeliz fundador ou antes iniciador Gualter (*Walter*) Raleigh.

Mas a pertinacia britannica tudo superou, arrostando mil obstaculos que, no Brasil, não encontraram os portuguezes. O clima aspero, os mares desabridos e quasi inaccessiveis, a difficuldade de alimentação, a resistencia mais pronunciada e vigorosa, mesmo mais bellica dos aborigenes, e a pessima direcção dada aos colonos nos primeiros tempos do estabelecimento.

A' obra encetada e mal dirigida pelos agentes tão pouco habeis quão mal aventurados que mandou Raleigh, succedeu a empreza de Gosnold, bem inspirado por haver-se associado a homens de merito e de provada constancia, taes como João Smith, o verdadeiro salvador da nascente colonia, e Ricardo Hakluyt, tão tenaz como Raleigh, porém mais afortunado.

Esta nova empreza consolidada pela fortuna, intelligencia e firmeza de Smith, e repetidas remessas de colonos da mãi patria em larga escala, começou tambem a receber immigrantes do sexo feminino, dois ou tres annos depois da installação da colonia de Jamestown.

Nos primeiros ensaios mallogrados abordaram o littoral da America apenas *dezesete* mulheres. Depois immigraram duas, quatro annos antes do casamento de Pocahontas, a gentil Powhatan, com João Rolfe em 1613; mas o exemplo pouco animou, a tentativa ficou por algum tempo esterilisada.

Decorreram ainda seis annos, para que essa proveitosa e indispensavel immigração se levasse á effeito (1619) em ponto mais elevado. Era grande a difficuldade de transportar mulheres christãs e civilisadas em vehiculos d'aquelles tempos, e mui penoso o persuadil-as á travessia do oceano para regiões tão remotas, perdendo a esperança de volver á patria.

Vejamos o que sobre este tão importante como curioso assumpto expõe o eminente escriptor americano Bancroft na sua *Historia dos Estados-Unidos:*

« Quando Edwin Sandeys tomou posse do seu cargo (de *thesoureiro da companhia*), depois de doze annos de trabalhos (1607—1619), e uma despeza de oitenta mil libras (800:000$) feita pela companhia, a população da Virginia contava apenas, no maximo, seis centas almas; comprehendendo—homens, mulheres e meninos; e após um anno, Sandeys conseguiu a passagem de mil duzentos e sessenta e um colonos para a America (23.)

« O caracter d'esta nova emigração merece ser observado.

(23) Nunca Portugal pôde mandar para suas colonias partidas tão numerosas. As consequencias corresponderam aos principios.
E vivemos a fazer comparações com os Estados-Unidos!

Os colonos da Virginia não tinham ainda tido a intenção de alli estabelecer-se definitivamente.

« Antes das ultimas reformas da companhia, os colonos não partiam para a Virginia senão com o firme proposito de voltarem mais tarde para Inglaterra; era, pois, necessario multiplicar os motivos de prisão e de ligamento ao solo.

« Até então poucas mulheres tinham mesmo ousado atravessar o Atlantico; mas actualmente a perspectiva de felicidade animou a noventa jovens, lindas e gozando de boa reputação, a render-se ás solicitações da companhia e aos conselhos benevolentes de Sandeys, embarcando para a colonia, onde estavam certas de receberem um bom acolhimento.

« A companhia pagou os gastos da viagem; e na Virginia os lavradores da corporação ou os que tinham meios para tratal-as e pagar o preço de sua passagem, o fizeram, pois foi rigorosamente exigido o embolso.

« A empreza, que tinha sido em parte uma especulação mercantil, teve tão feliz resultado, que resolveu-se mandar cem novas recrutas no anno seguinte (1620), mas, antes que fosse possivel reunil-as, a companhia, achou-se tão debilitada que para realizar o projecto, recorreu á uma subscripção.

« Depois de algumas demoras, a companhia mandou (1621) sessenta bellas raparigas, sustentadas com boas recommendações de que tinham recebido uma educação virtuosa senão esmerada. O preço das passagens subiu de cem á cento e cincoenta libras de tabaco, e mesmo mais, afim de que todos os precedentes encargos da companhia fossem satisfeitos. »

E accrescenta mais abaixo:

« Então a onda da emigração engrossou; em tres annos

(1619—1621) concedeu-se cincoenta sortes de terras, e tres mil e quinhentas pessoas dirigiram-se para a Virginia, que tornou-se mesmo um refugio para os Puritanos. »

Nunca se deram no nosso Brasil taes acontecimentos. Os homens não emigravam em larga escala em consequencia de varios obstaculos, que as circumstancias da metropole e do seu proprio governo, creavam. E rarissimas eram as mulheres que ousavam emprehender taes commettimentos, sem esperanças de volta.

Portanto, n'esses dois systemas de colonisação temos em grande parte a explicação do pouco que fizeram na America os portuguezes e hespanhoes, e mesmo os francezes na parte meridional em materia de colonisação, precedendo os primeiros, como já notámos, de mais de um seculo aos inglezes.

E por esta causa fundaram os ultimos uma nação de sua raça, refractaria ao cruzamento com as tribus indigenas e com os africanos, na sua quasi totalidade. Portanto,o que se creou na America do Norte, era uma nacionalidade européa transportada para o novo continente, e até com a vantagem de, vivendo quasi nas mesmas latitudes,manter no novo solo o mesmo systema de agricultura e de alimentação.

Nas outras colonias, o fundo da população tornou-se como era natural *mistiço*, e, cumpre dizêl-o, com todas as suas desvantagens. O elemento europêo sempre predominava porque era a raça conquistadora; e, conforme os povoados estavam mais ou menos vizinhos do littoral, mais ou menos se revelava sua influencia. O caracter e costumes de taes populações foram-se transformando em sua prole natural ou mesclada, pendendo sempre a balança para o elemento caucasico, pela lenta, mas constante immigração do ultramar.

Em breve as colonias britannicas constituiram um ver-

dadeiro Estado civilisado, tendo não só agricultura como a mãi patria, mas tambem industria mineira de metaes uteis, como o ferro um dos primeiros elementos da cultura material de um povo.

Além d'isto, estas colonias, concorrendo com a mãi patria na industria da grande pesca, habilitaram-se cedo para crear uma marinha mercante, e com liberdade de transportar seus productos ás Antilhas, colonisadas por outras nações, e mesmo a pontos commerciaes da Europa, além dos da metropole. Era um passo em extremo agigantado para a independencia politica.

Desde os principios do ultimo seculo já se previa na Europa a independencia americana. Os francezes, vizinhos e emulos dos inglezes, nos territorios da Acadia, Terra Nova e Canadá de longo se prepararam para um tal evento. Os inglezes, que bem conheciam o perigo, procuraram antepôr-lhe todos os possiveis estorvos. Quando chegou o momento decretado pela Providencia, que o homem não podia reduzir ou demorar, o facto realizou-se.

Tudo ao envez acontecia no nosso paiz, em que se despenderam tres longos seculos de lentissimo movimento. As frotas lusitanas vinham uma ou duas vezes por anno ao Brasil; e de cada uma, em certo ponto do Atlantico, destacava-se um pequeno e mal apparelhado navio para determinado estabelecimento colonial importante, exceptuada a metropole americana, a cidade do Salvador, para onde ia descansar o grosso da frota, afim de novo apparelhar-se para a volta.

E, pois, que numero de colonos poderiam de cada vez transportar taes vehiculos ?

Por outro lado : Portugal era pobre de gente, e tinha de acudir á segurança do que chamava suas *conquistas* na Africa, e sobretudo na Asia, de onde extrahia tantos recursos para a sua vida commercial na Europa.

A provincia do Entre Douro e Minho era a grande fonte de emigração, por ser a mais populosa, e a que podia fornecer melhor pessoal agricola. Infelizmente pouco então dava.

Nem essa rica provincia com razão chamada *o jardim de Portugal*, nem com o additamento de suas congeneres podiam beneficiar tão vantajosamente ao Brasil como a Inglaterra podia então fazer ás suas colonias. Portugal era forçado a distribuir sua população superabundante, e esta era mui limitada, por todos os seus dominios ultramarinos.

O archipelago dos Açôres, que hoje nos fornece tantos colonos, então não podia fazêl-o. No seculo XVI, e mesmo durante o XVII, ainda esse archipelago não tinha bastante população para exportar ; e menos havia especuladores que o demandassem com seus navios com esse proposito.

Hoje mesmo, só esse genero de negocio attrahirá do littoral americano do sul para essas ilhas o especulador. Os outros não têm tal importancia que facilitem e promovam as relações commerciaes.

E tanto tem fundamento o que acabamos de dizer, que Duarte Coelho, o donatario de Pernambuco, natural da provincia do Entre-Douro e Minho procurou os povoadores de sua colonia n'essa região, e na sua limitrophe, a Galliza, e tambem nas Canarias, principalmente por causa do fabrico do assucar, e nunca se lembrou, nem então poderia lembrar-se do archipelago açorita. E tratava-se de uma colonia á margem do oceano, em ponto de refresco de navios que se dirigiam ao Oriente, perto da Europa, dirigida por seu donatario em pessoa, homem de vigorosa intelligencia e sobre energico, mui prudente, experimentado, duplicando o seu prestigio pela abundancia de recursos pecuniarios.

Confrontem-se estas circumstancias com as de outra colonia, em condições menos favoraveis, mui remota da me-

tropole, e quasi que abandonada por seu donatario, todo absorvido nas glorias que foi alcançar no Oriente, e que bem depressa perdêra o auxilio de seu intrepido irmão, donatario visinho, que muito poderia fazer em prol do nascente estabelecimento, se não fôra o desastre de que foi victima.

Trata-se de Pêro Lopes de Sousa, que naufragára em 1539 nas aguas de Madagascar ou em suas visinhanças. O que muito valeu á esta colonia de S. Vicente, foi ter começado logo com o pessoal de uma grande frota, de modo que quarenta annos depois em 1573 ou 1576, como diz Gandavo, havia em S. Paulo, a povoação do campo, muitos visinhos, e a mór parte d'elles nascidos de indias naturaes da terra, e filhos de portuguezes, base da população da famosa capitania.

A' estes productos chamou-se *mamelucos* (24) *ad instar* do costume da metropole que appellidava como taes os nacionaes oriundos de portuguez e de moura, conforme nos assegura em sua *Historia do Brasil* o illustre visconde de Porto Seguro.

## V

Mas, voltando ao nosso assumpto, a prioridade da descoberta da America pelo pretenso naufrago de Santos, e demonstrada a improcedencia de uma das circumstancias conducentes á prova da realidade do acontecimento, isto é, o

(24) E' singular o que sobre esta expressão diz Pedro Taques na *Nobiliarchia Paulistana*, artigo *Buenos da Ribeira*, queixando-se de um escriptor estrangeiro que molestára os paulistas, por causa de suas aggressões na America hespanhola, dizendo, que a tropa invasôra se compunha de *mamelucos* e selvagens.

Aos brancos, diz Pedro Taques indignado, chamava esse escriptor *mamelucos*.

*testamento* de João Ramalho, referimo-nos ao testemunho dos colonos que tinham vindo com Martim Affonso de Sousa, acompanhados de *suas mulheres* e *filhas ;* cumpre que assignalemos outros que clara e positivamente mostram que semelhante documento nunca existiu.

Esse testamento não passa de uma creação da fantasia do chronista benedictino, arrastado por mal entendido patriotismo, afim de dar certo realce ao torrão do seu nascimento, por Hans Staden chamado *Ywawa Supe*, assim como S. Vicente era designado por *Urbioneme* e *Orbioneme*, denominações indigenas mal reproduzidas pelo escriptor allemão (25), muito depois do duro captiveiro que soffreu. Foi uma pia fraude contra a verdade historica, creada pela imaginação do celebrado benedictino santense, como tantas outras que infelizmente formigam em suas *Memorias*.

Appliquemos a este assumpto o instrumento da critica, e a verdade transparecerá com toda a sua luz.

Mas, como adduzimento de mais uma prova do sestro anti-veridico d'esse escriptor, façamos algumas considerações sobre o nome indigena de sua patria e do seu pretenso fundador.

Se a aldêa que Staden chama *Uwawa Supe* é *Santos*, como todas as circumstancias de distancia e posição, parecem demonstrar, a conclusão é que essa aldêa indigena, que se transformou posteriormente em povoação lusitana, não foi fundada por Braz Cubas, comquanto não duvidemos de que fosse esse colono o creador e fundador do hospital da misericordia, com a denominação de *Santos*, ou de *Todos os Santos*, como o de Lisboa, substituindo esse o nome indigena primitivo da aldêa *Tupiniquim*.

(25) Vide supra a nota (96) do *segundo artigo* á pag. 237 do presente tomo XL de nossa *Revista*.

Como na enseada do *Uwawa Supe* era onde fundeavam os navios de maior calado que vinham de Portugal, e isto póde-se dizer, quasi desde o principio da colonisação, como reconhece o chronista benedictino, é natural que alli, além da população indigena, se accumulasse a dos navios que vinham da mãi patria commerciar n'esse ponto do Brasil, e alguns colonos sedentarios, fixos.

A segurança da nascente colonia lusitana, e a posição d'essa aldêa quasi em frente do rio da Bertioga, por onde mais se temiam as aggressões dos *Tamoyos*, deram grande importancia á essa aldêa, que em breve eclipsou S. Vicente.

Não é crivel que Martim Affonso de Sousa, escolhesse semelhante posição para cabeça de sua colonia, preferindo-a á de Santos, cujo porto e feliz situação eram mui superiores ao de S. Vicente.

O chefe lusitano voltando de uma viagem tão penosa á foz do rio de S. Maria (*Prata*) onde soffrera tantos contratempos, aproveitou e de accordo com os europêos que alli viviam naufragos ou desterrados, as duas aldêas dos *Tupiniquins* Orbioneme (*S. Vicente*) e Itanhaen (*Conceição*) para accommodar e prover a alimentação logo dos colonos que trazia, sem fazer grande cabedal da escolha do local.

N'essa época tomava-se mais em consideração os adversarios do sul, os *Carijós*, que os do norte, os *Tamoyos*, que posteriormente se mostraram mais temidos e antes parece que eram amigos. Era, além d'isto, por aquelle lado que Martim Affonso esperava os resultados da expedição de Pêro Lobo, que se mallogrou ; e de S. Vicente ficava mais proximo da grande aldêa *Tupiniquim* de Cananéa, d'onde tambem contava recursos para manter desde logo a população européa que tinha de ficar residindo no paiz.

Santos (*Uwawa Supe*) ficava mais distante, e natural-

mente sem as commodidades de S. Vicente ; além de que n'essa época, nem se podia contar com os recursos de Piratininga, pois Ramalho ainda por alli parece que não tinha dirigido as suas investigações, e nem aberto o seu famoso caminho para o estabelecimento de S. André a partir do estreito de seu nome, com que pôz em contacto com a marinha as populações de serra acima (*Guayanazes*).

Por outro lado, a acreditar-se Gabriel Soares, o terreno onde se fundou Santos, era a principio uma ilhota destacada da de S. Vicente por estreito canal que pouco a pouco se foi aterrando. Posição boa para os maritimos europêos ; mas o terreno da ilhota posto que alagado, offerecia segurança e comtudo não podia servir pela estreiteza do espaço para uma *taba* indigena. Sem duvida aproveitava para estadias provisorias de população addicta á marinha.

Antes da vinda e estabelecimento de Martim Affonso de Sousa, João Ramalho vivia no littoral de S. Paulo entre os *Tupiniquins* na maior liberdade, navegando pela costa meridional em bergantins que por si, ou seus companheiros (genros) construia. Negociava com os navios europêos que demandavam a costa de S. Vicente á Cananéa, e lhes vendia mantimentos e escravos, de ordinario *Carijós*, com quem lutavam os *Tupiniquins*.

Mas organisada a colonia forçoso lhe foi tomar outra posição e vida mais regular; receber a sua sesmaria, e cultival-a. Isto para Ramalho já não era possivel. Tomou a deliberação de subir a serra e entender-se com os *Guayanazes*, por meio de permutas com os generos europêos. Estes indigenas vivendo no campo não tinham descido á marinha, já pela difficuldade da descida, e horror que tinham como todos os indigenas campesinos a penetrar nas matas (26).

(26) Uma ordem de D. Anna Pimentel, esposa do donatario, datada de 11 de Fevereiro de 1544, que transcreve Fr. Gaspar em

Eis a explicação que nos pareceu natural e obvia da nova vida de João Ramalho, forçado a deixar a marinha pela physionomia differente que a terra ia tomando e a que elle não se queria sujeitar, a ponto de preferir terras na ilha *Guaybe* ou *Guaymbé* (Santo Amaro) do que em S. Vicente, ou nas immediações de Itanhaen, mui superiores.

Martim Affonso de Sousa demorou-se pouco tempo na colonia nascente; um anno e pouco mais, quando muito :— e nunca foi, e nem podia haver fundado Piratininga(*S. Paulo*). Basta lêr o proprio *Diario* de Pêro Lopes de Sousa para, ainda com pouca reflexão, vêr-se que as duas villas em que elle estabeleceu sua gente outras não foram senão

suas *Memorias*, liv. I, n. 116, e aqui reproduzimos, dá a medida das relações de João Ramalho com os *Guayanazes* de Piratininga ; relações ainda menos cordeaes com os outros colonos.

Eis a integra d'essa ordem :

« D. Antonia Pimentel, mulher de Martim Affonso de Sousa, capitão-mór, e governador da povoação da capitania de S. Vicente, costa do Brasil, que ora por seu especial mandado, e provisão, govérna a dita capitania, etc.

« Aos que este meu alvará virem, e o conhecimento pertencer, faço saber, que eu hei por bem, e me apraz, que todos os moradores da dita capitania de S. Vicente possam ir, e mandar resgatar ao campo (*Piratininga*), e á todas outras cousas ; e porém mando, que no tempo que os indios do dito campo *andam em sua santidade*, nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja, possa ir, nem mandar ao dito campo, por ser informada, que é grande perigo para a dita terra irem lá em tal tempo: e tirando em este tempo, todo outro mandarão, e irão, com tanto que sempre tomem licença do capitão, ou de quem o tal cargo tiver; e nenhum capitão, nem Ouvidor lh'o não poderá tolher, não sendo no tempo, que se diz em cima.

« E assim mando a todas as justiças, que guardem este, e o façam guardar ; porque assim o hei por bem. Feito em Lisboa, a 11 de Fevereiro de 1544. »

Diz Fr. Gaspar que extrahiu este importante documento do archivo da camara de S. Vicente, *fragmentos do livro de Vereações* que principiou em 1 de Janeiro de 1542 na vereação de 1544.

*S. Vicente* e *Itanhaen*, e nunca Piratininga, nome que por descuido, erro ou má fé alli foi encartado ou substituido.

Constancio em sua *Historia do Brasil* reconhece este facto, acompanhando aliás a Fr. Gaspar em suas *Memorias*, que muito desviou-se da verdade, quanto á direcção da viagem do fundador da colonia.

Gabriel Soares na sua *Noticia do Brasil* opina por S. Vicente e Santos, no que é acompanhado pelo autor da *America Portugueza* Rocha Pitta ; mas basta a distancia das duas villas no *Diario* de Pêro Lopes de Sousa para excluir tanto a povoação de Santos, como a de Piratininga, creações posteriores á estada de Martim Affonso.

Accresce que esse nome de *Piratininga*, que significa lugar da sécca do peixe, applicava-se no Brasil a muitos pontos que tinham esse destino. A villa de Itanhaen que se chamou *Conceição*, distava um pouco do seu porto na foz do rio Capivary á margem do oceano, era tambem um povoado e tinha aquelle destino ; e não seria maravilha que na época esse local se chamasse tambem *Piratininga*, sem ser o de S. Paulo nas vizinhanças do rio Anhemby. E se o local se chamava *Piranhem*, synonimo do precedente, mais força teria a nossa conjectura.

Não obstante uma hypothese ainda é possivel admittir. Quem sabe se o local de *Piratininga* não era o da futura villa de Santo André, pois não sabemos que nome tinha essa povoação ou aldêa antes de ser elevada á cathegoria de villa ? Por ora os documentos que existem impressos, nada a respeito asseguram.

Portanto, não se póde dizer que foi Braz Cubas o fundador de Santos, mas, por certo, concorreu muito para o seu adiantamento, e elevação á categoria de villa, além da imposição do nome, que a popularidade do seu hospital conseguiu manter trocando por elle o de *Guirapaçamã*,

que Staden transforma em *Uwawa Supe*, trucidamento praticado com outros muitos nomes tanto portuguezes como indigenas que sem piedade estropiava(27). Quem lendo a palavra *Artokoslie* poderá suppôr que se trata de Duarte Coelho, donatario de Pernambuco?

*Guirapaçamã* ou melhor *Uirapaçamã*, que os portuguezes converteram em *Guarapissuman*, passou para os inglezes que, no seculo decimo sexto, residiram em Santos com o mesmo defeito, e por isso na collecção de Purchas esta palavra vem assim reproduzida — *Warapisumana*. Em nossa linguagem quer dizer—*corda de arco*—ou como já notámos em outro artigo, *arco aparelhado*.

Por muito tempo o lagamar de Santos chamou-se a enseada de *Guarapissuman*; e era outr'ora vulgarissima essa denominação. E Machado de Oliveira no seu *Quadro Historico* no cap. 3 a consigna.

A traducção de *corda de arco* dada á essa palavra é de Marcgrav e de Montoya. Dividindo-a em duas *guirapara* ou *uirapara*, arco, e *çamã*, corda, temos a explicação da traducção.

Mas tambem não desconhecemos que a mesma palavra póde-se prestar a outra traducção, dividindo-se da mesma sorte. *Guira* ou *guara* passaro, e *peçama* ou *tupaçama*, corda ou atilho, mas de outros usos, indicando corda ou bando de *guarás*, passaro vermelho outr'ora abundante n'aquelle littoral, tendo-se em consideração o modo por que esses passaros vôam. Na ilha do Maranhão, onde taes passaros são ainda muito abundantes, mas onde infelizmente vão sendo furiosamente destruidos, o facto dá-se, e póde ainda hoje ser apreciado.

Se, pois, *Guirapaçamã* era o nome indigena de Santos,

(27) São muitos os lugares de sua obra onde se nota este defeito.

como o chronista benedictino diz nas suas *Memorias* que era differente, chamando a localidade de *Enguá-guassú*, que em portuguez corresponde á *Pilão grande* ?

Os portuguezes não guardaram nos escriptos de seus chronistas o nome indigena nem de S. Vicente, e nem de Santos, ainda que a bella enseada, em cujas margens a ultima se acha edificada, continuasse a ser denominada de *Guarapissuman*, e assim como já dissemos, era vulgarmente conhecida. Que razão portanto influiu no espirito de Fr. Gaspar para abandonar aquella tão expressiva denominação pela de *Engud-guassú?*

O douto chronista leu, ou teve noticia da traducção latina da peregrinação ou captiveiro de Hans Staden(28), onde se encontra a denominação de *Ywawa Supe* assim escripta, imposta á uma aldêa no local onde está edificada Santos. Essa traducção foi pela primeira vez publicada em 1617, e vem contemplada na celebrada collecção de Theodoro de Bry(29). Mas na edição allemã de Frankfort de 1593 d'essa mesma col-

(28) Fr. Gaspar nunca leu a obra de Staden, pois não cita-a uma só vez; se a conhecêra de muitos factos alli narrados se aproveitára para enriquecer a sua *Chronica*.

E' nossa conjectura que soube de outiva o nome de *Ywawa Supe* por alguem que vira ou lêra a obra de Staden na Europa, e aproveitou a noticia.

(29) Existem ainda d'esta obra outras traducções que não conhecemos, e que Tootal cita na sua. Sómente em nossa lingua, em que a obra tanto interessava ser conhecida e apreciada, é onde falta, e por isso é que escripto de tanto merecimento para o Brasil era, e ainda é tão pouco conhecido.

Eis as traducções a que Tootal refere-se :

Uma flamenga publicada em Antuerpia no anno de 1558; e tres hollandezas de 1630, 1686 e 1714. N'esta lingua houve seis edições, e na germanica, cinco, a ultima em 1859. Uma, a primeira, em Marpurg; outra, a ultima, em Stuttgart, e o restante em Francfort sobre o Mena.

lecção a denominação d'essa aldêa é *Uwwa Supe*, que manteve a traducção hollandeza de Pieter Van der Aa, conservou a traducção ingleza modernissima de Tootal, ao envez da franceza de Ternaux-Compans que seguiu a orthographia da traducção latina. Mas, em todas, a palavra *Supe* vem como que separada da precedente, e escrita com letra grande no principio.

As antiguidades de S. Vicente que se podiam colher nos cartorios d'essa cidade desappareceram com o incendio dos inglezes em 1592, ao mando de Cavendish(30). E o que apresenta Fr. Gaspar em suas *Memorias* não vai além do que o padre Simão de Vasconcellos nota em suas obras, salvo as noticias que pôde colher em algum raro documento inedito, sobretudo titulos de sesmarias, não poucas vezes de duvidosa authenticidade.

Ora ácerca da denominação indigena de Santos, o que colheu Fr. Gaspar para firmar a de *Enguá-guassú* foi na obra de Hans Staden, com accrescimos seus não só graciosos como muitissimo inexactos, fazendo intervir *Guayanazes* em assumpto que só interessava aos indigenas do littoral—*Tupiniquins*, ou antes *Tabayáras*, pelos *Tupinambás* do Rio de Janeiro e de Ubatuba tratados por *Marcayás* (31).

(30) O que os inglezes destruiram em S. Vicente não alcançava senão até o anno de 1537.

Os documentos anteriores á essa época 1532 — 1536 perderam-se com a assaltada dos castelhanos de Iguape.

Vide infra a nota co-relativa.

(31) O veneravel padre José de Anchieta em uma *informação* que dá *sobre os casamentos dos indios do Brasil*, que se acha em um livro da bibliotheca de Evora, distingue os *Temiminós* do Rio de Janeiro e do Espirito Santo, tratados de *Margaiás* (*Maracayás*) pelos *Tamoyos* e seus alliados os francezes, dos *Tupís* de S. Vicente, tambem chamados *Tupiniquins*.

Ouçamos o escriptor benedictino em suas *Memorias*, liv. 1, n. 141. Diz elle que Santos, sua patria « tem sua

Deve-se a publicação d'este importante documento ao nosso incansavel consocio Varnhagen, o actual visconde de Porto Seguro.

Vide *Revista do Instituto*, tomo VIII, pag. 258.

O padre Simão de Vasconcellos que podia-nos dar uma informação correcta das tribus do nosso littoral, e de suas vizinhas, porque fôra provincial da Companhia de Jesus, na Bahia, não o faz senão de uma maneira confusa.

Na *Vida do veneravel padre José de Anchieta,* liv. I, cap. 4º, exprime-se n'estes termos, referindo-se ao sul do Brasil:

« As nações de gentes que habitam estes sertões, seus varios ritos, e costumes, seria infinito descrevêl-os. Indo correndo a costa do oceano habitam os indios que chamam *Goayanâs*, *Tupís*, *Carijós*, *Bigobebas*; mais para o interior das brenhas, outros que chamam *Abacús*,, gente mais féra, e guerreira, correndo mais ao norte, e os que chamam *Carijós* do sertão, menos agrestes, *Guaramunis*, *Tupiares*, *Ibirayáras*, por outro nome os *Bilreiros*, lanceiros, etc.

« E estes são os Campos Elyseos d'esta gentilidade, e seus seriões, onde agora vem habitar o nosso Joseph, e doze seus discipulos. »

Entretanto Thevet na sua *Cosmographia Universal*, liv. XXI, cap. V, chama os Tabayáras (*Touasseares*) do Rio de Janeiro, Tupinambás (*surnomés Tupinambaux*), que os portuguezes conheciam por *Tamoyos*. E por *Tominous* designa os Guayanazes (*Touaiat Hoyanãs* surnomés *Tominous*).

Parece que o nome de *Touaiat Hoyanãs* corresponde á *Tapuiás-Goyanazes* ou *Tabaiares Goyanazes*, por isso que o mesmo Thevet traduz por *inimigo* a palavra *Touaiat*.

Contudo em outro lugar (cap. XVI do mesmo livro), Thevet distingue os *Tabaiares* dos *Margageaz*, posto que ambos fossem inimigos dos *Tamoyos*.

Por sua parte João de Lery considera o *Touaiat* e o *Margaiat* como uma só nação, fallando a mesma linguagem, que é a dos Tupinambás, Tupiniquins, Tabajáras (*Touaiaire*), Temininós (*Tenreminou*) e Carios.

Estes (os *Carios*) viviam além dos Tabajáras (*Touaiaire*) para o lado do Rio da Prata, tendo a mesma linguagem como os Tupís (*Toüoup*) Tupiniquins (*Toupénenquin*), ainda que com algumas alterações na pronuncia.

Lery, *Histoire de l'Amérique*, cap. XX, pag. 318.

posição na ilha de S. Vicente,em um paiz que os *Guayanazes* chamavam *Enguá-guaçú*, nome composto do substantivo *enguá*, e do adjectivo *guaçú*, significando *Pilão grande.* »

E querendo mostrar que taes indigenas tinham fundamento em dar áquella parte da ilha vicentina essa denominação, exprime-se n'estes termos, dando largas á sua ardente e fertilissima imaginação :

« A mencionada ilha de S. Vicente pela sua face opposta aos rumos de noroeste, norte e nordeste, e tambem á outra ilha de Santo Amaro da banda de oeste, com as serras, que ficam defronte d'ella na terra firme, constituem um circulo grande imperfeito, no meio do qual existe um lagamar entresachado de varios mangaes, e algumas ilhotas. »

Continuando diz, e isto é mais curioso :

« Chegando á este lugar os indios, e *contemplando a sua figura* pareceu-lhes semelhante *a dos pilões*, vistos pela parte interior, porquanto as serras, e outeiros levantados em torno das aguas, e terra plana, formam uma concavidade muito semelhante á dos instrumentos, *onde* o gentio brasilico fazia *as suas triturações* ; e por causa d'esta analogia deram o nome de *Enguá-guaçú*, ou *Pilão grande*, á parte da ilha de S. Vicente, que vai correndo dos outeirinhos até o principio da bahia *Caniú*, pouco mais ou menos. »

Estas razões imaginadas pelo douto chronista santense para explicar o fundamento do nome de *Pilão grande* dado á uma parte da ilha de S. Vicente não supportam o mais ligeiro exame, ainda mesmo que de feito o lugar tivesse realmente essa denominação. Os selvagens não remontavam tão alto para um tal proposito, notando-se que se uma semelhante idéa podia occorrer aos selvagens de serra acima, o

local realmente era occupado pelos do littoral, cujo horizonte lhes não permittia vêr as cousas do mesmo modo.

Accresce que n'esse tempo estando o lagamar cercado de arvoredo secular, de mangal basto e quasi impenetravel em vista dos meios de que dispunham os selvagens para destruil-o, a fórma interna do pilão mais facilmente se lhes apresentaria em baixo, sem ser preciso remontar ás serras, difficeis de divisar das margens do lagamar com semelhante embaraço.

Machado de Oliveira, no seu *Quadro Historico*, estende essa denominação pilonica á toda a ilha de S. Vicente, considerando talvez o seu terreno como a base d'esse immenso utensil, tendo por paredões as serranias.

O illustrado visconde de Porto Seguro, na segunda edição da *Historia do Brasil*, explica a denominação do local por outra fórma, restringindo a sua applicação á época em que os portuguezes estabeleceram na ilha, ou melhor em Santos, o *primeiro* monjôlo(32), o pilão movido por agua, sendo Braz Cubas o introductor do melhoramento, que vira na Asia, e provavelmente na India oriental, senão na China (33). E como esse instrumento era muito maior que

(32) *O primeiro monjôlo.* O nosso illustrado consocio não diz de onde extrahiu esta noticia, *maximè* da prioridade do estabelecimento d'este curioso engenho, que attrahiu a attenção de varios viajantes estrangeiros que têm percorrido o sul do Brasil.

Luccok nas suas *Notes on Brazil*; John Mawe nas suas *Travels in the interior of Brazil*, e Auguste de Saint-Hilaire na sua *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes*, o descrevem sob o nome de *monjola* e *monjollo*, vocabulo que nos parece de origem africana, e que talvez o primitivo S. Paulo nunca conhecêra.

Vulgarmente tambem é conhecido este utensil agricola sob a denominação de *preguiça*. Por essa causa Mawe o chama *sloth*, e o reproduz em estampa á pag. 190 de sua obra.

(33) O nosso illustrado consocio não discute se a palavra *Enguáguassú* é realmente o nome indigena de Santos; aceita *bona fide* o

os graes de madeira, e mesmo de pedra de que usavam os indigenas, d'ahi resultou o nome, por elles dado, de *Enguá-guassú*, que Fr. Gaspar traduziu por *Pilão grande* em vista do uso brasileiro.

que sustenta Fr. Gaspar em suas *Memorias*, e dá a explicação que segue, a qual, infelizmente, não póde calar em nosso animo.

Referindo-se ao sinistro de que foi victima o porto de S. Vicente, e a elevação do de Santos, a todos os respeitos preferivel, diz:

« Esta circumstancia deu ao porto de Santos toda a superioridade ao de S. Vicente: e bem depressa a soube fazer valer um dos colonos mais prestantes, que em seu principio teve esta terra—*Braz Cubas*.

« Este homem activo e emprehendedor, que veiu a ser na capitania não só procurador de Martim Affonso, *com quem estivéra na Asia*, e de quem era amigo, como provedor da fazenda real e *alcaide-mór*, conheceu que, havendo-se entulhado, como dissemos, o porto de S. Vicente, esta villa não poderia deixar de passar pouco a pouco para o outro lado da ilha, onde o ancoradouro era mais fundo, e onde a principio se haviam construido as tercenas para guarda das velas e enxarcias das náos de Martim Affonso que alli haviam recebido concerto.

« N'esse lugar adquiriu terras, e se estabeleceu, *construindo ahi o primeiro monjôlo que se conheceu no Brasil*, e foi pelos indios denominado *enguáguassú* (pilão grande), nome que primitivamente teve o local, onde depois se fundou a villa chamada de *Todos os Santos*, hoje cidade de Santos; villa, que, por influencia do mesmo Cubas, desde logo téve hospital e casa de Misericordia, com os privilegios da de Lisboa por alvará regio. »

E accrescenta:

« A idéa do monjôlo fôra *sem duvida* trazida por Cubas da Asia, e ainda hoje é conhecida na China; sendo-o na ilha Formosa, com o nome de *chuitoi*, que equivale á *pilão d'agua*. »

Este facto, conseguiu o mesmo escriptor, apurar em 1873, por occasião da exposição de Vienna, em vista dos modélos expostos na secção da China.

Ha infelizmente nas palavras que ficam transcriptas proposições que nem Fr. Gaspar e nem Pedro Taques, chronistas paulistanos, sustentam.

Os Europêos não chamam *pilão* senão ao instrumento que contunde e móe—*a mão do gral*; e portanto aquelle nome não é dado ao proprio gral ou almofariz. Mas no nosso paiz, por uma corruptela, ao gral feito de madeira, chamou-se *pilão*, e ao instrumento contundente — *mão de pilão*. Entretanto na expressão antiga, *taipa de pilão*, se vê a prova do sentido que primitivamente tinha aquelle vocabulo.

O chronista benedictino, depois de conhecido o nome indigena de sua patria pela obra de Hans Staden, infelizmente alterada pela pronuncia germanica, e depois de decorridos alguns annos, tratou de adaptal-o a algum vocabulo da lingua indigena ou geral que mais se approximasse.

Não consta que Braz Cubas, que veiu na primeira expedição (1531—1532) com Martim Affonso, estivesse com esse donatario na Asia, e alli fosse descobrir o modélo do *primeiro* monjôlo que se estabeleceu no Brasil.

A villa, hoje cidade de Santos, nunca foi denominada de *Todos os Santos*. Do hospital de Santos, como resumidamente se chamava o de Lisboa, veiu a denominação do que alli se edificou, e d'ahi o nome do local.

Querendo que o *monjólo* de Bras Cubas fosse o *pilão grande* de Fr. Gaspar não pôde ainda o mesmo nosso consocio elucidar a proveniencia d'aquella denominação

Na primeira edição da referida *Historia do Brasil*, tomo I, pags. 140 e 141 pronuncia-se por esta fórma:

« N'esse lugar chamado *Enguáguassú* (Iwawasupe, diz Staden, cap. 14), que significa *pilão grande* ou *monjôlo*, nome proveniente de um d'esses engenhos *primitivos* que alli havia, adquiriu (Braz Cubas) terras e se estabeleceu; e com tão bom exito que ao cabo de alguns annos, já n'esse local se creava uma villa, com o nome de *Santos* (Todos os), que desde logo teve hospital, casa de misericordia, com os privilegios da de Lisboa, por alvará regio;—que nunca os reis se eximiam de mostrar-se propensos a proteger instituições pias. »

Confrontem-se as duas apreciações nas obras citadas.

Se todos os factos historicos repousassem em fundamentos d'esta especie, o estudo da historia seria uma grande inutilidade.

Achou em *Enguá-guassú* o que desejava, e justificou a descoberta pela fórma já expendida.

O *Ywawa Supe* de Hans Staden é o *Enguá-guassú* dos indigenas, não os do littoral, *Tupiniquins*, mas os de serra acima, os predilectos *Guayanazes*. Mas não havendo escriptor algum de nossa lingua indicando semelhante denominação, causa especie o silencio que a este respeito guarda Fr. Gaspar não assignalando a fonte de onde extrahiu-a ou copiou, porquanto não conheceu-a Pedro Taques que o precedêra na sua *Historia da capitania de S. Vicente.*

Não deixa tambem de sorprender o pouco caso que Ayres do Casal faz na *Corographia Brasilica* d'essa denominação, elle tão amigo de indicar as indigenas, não contemplando-a n'aquella obra(34).

Pondo de lado a questão dos indigenas que haviam imposto o nome de *Enguá-guassú* á localidade de Santos, apreciemos por outra face o assumpto.

Se o local da aldêa fosse uma creação dos colonos, e não existisse como povoado antes da chegada de Martim Affonso de Sousa, o pretendido nome indigena não subsistira ao tempo de Hans Staden, vinte annos (1532—1553) depois do estabelecimento dos portuguezes. O nome do local seria logo portuguez, e não viria a sêl-o, como foi, posteriormente em consequencia de um facto estranho.

Se, pois, o nome indigena existia antes e se conservava até o tempo de Hans Staden que, até parece desconhecer a denominação de *Santos*(35), o nome de *Enguá-guassú* creado

(34) Ayres do Casal em sua obra mostra fazer mui pouco caso dos trabalhos de Fr. Gaspar. Basta a maneira de cital-o.

(35) No cap. 38 de sua obra, Staden referindo-se ao segundo navio portuguez que foi em sua demanda, cinco mezes depois da sua captura pelos *Tamoyos*, João Sanches, biscainho que figurava no navio de irmão de Staden para illudir os selvagens, exprime-se n'estes termos:

no fim do seculo passado torna-se uma impossibilidade, e não póde ser a correcção de *Uwawa Supe* e nem de *Ywawa Supe*, se se trata do monjôlo, porquanto os indigenas de serra acima, como os do littoral não podiam impôr ao local o nome de um utensil que desconheciam; e menos saberiam fazêl-o com as explicações do chronista santense por demais poetisadas.

A mesma orthographia do nome *enguá* não encontra apoio nem em Anchieta, e nem em Montoya. Um diz *anguá*, e o outro *unguá*. Alguns pronunciam *Induá* e tam- *Ibira-induâ*(36).

Aquella impossibilidade lança por terra a interpretação do chronista santense; e quando se queira recusar a denominação de *Guirapaçamã* ou mesmo a incorrecta de *Guarapissumã*, a *Warapisamana* dos inglezes, preferindo-se o vocabulo de Hans Staden, outras correcções existem menos escabrosas.

*Uwawa Supe* como escreveu Staden, e *Ywawa Supe* como reproduziu Theodoro de Bry na sua traducção latina,

« Meu querido irmão, é por vossa causa que viemos com este navio. Nós ignoravamos se ainda estarieis com vida, porquanto o primeiro navio não pôde obter noticias vossas; e o capitão *Braszupas de Sanctus* ordenou-nos que nos informassemos se vós ainda vivieis, e de resgatar-vos se os indios n'isso consentirem; e no caso contrario capturar alguns (*Tamoyos*) para trocar por vós. »

Ahi temos portanto o nome de Braz Cubas, e o de Santos, pela primeira vez declinados n'essa obra, de onde resulta que era, talvez, um local isolado, e nada tinha com a aldêa de *Uwawa Supe*, vindo depois a reunião dos dois pontos, e a confusão da população de ambos.

Staden nem procura mostrar a identidade dos dois lugares, se com effeito existia.

(36) Fr. Claudio d'Abbeville em sua *Historia da missão dos Capuchinhos na ilha do Maranhão* diz no cap. 50, que esse instrumento, o gral, se chama *Ongouá*, e ao pilão, a mão do gral, *Ongouá va yare.*

se não houve erro de imprensa em algum dos *w*, sobretudo o ultimo, podem ter muitas outras explicações(37).

Demais *supe* ou *çupe* é uma preposição significando *a* ou *para*, e as preposições na lingua *tupi* vem de ordinario no fim das palavras que regem, e são consideradas—posposições. E o modo porque escreve a Staden bem indica que se não trata do adjectivo—*assú*

D'esta fórma a palavra *uwawa supe* poderia lêr-se *u* ou *iguagadçupe* e traduzir-se—*para a enseada*; por isso que *iguagud*, e abreviadamente *iguad*, significam *enseada* de rio(38).

Tambem se poderia dizer *Iguaratáçupe*(39) indicando o porto onde os navios portuguezes vinham fundear. Ou ainda por abreviatura *iguaraçú*, a grande canôa, o navio ou navios dos colonos que n'essa enseada fundeavam.

Ainda outras explicações se poderiam dar, *maximè* pelos entendidos n'esse interessante idioma. Foi pena, que os portuguezes impuzessem sua extincção por determinação autoritaria tanto no Brasil meridional, como no septentrional; onde ainda era vulgar, um pouco além do meiado do seculo passado, e quando já havia um começo de litteratura.

(37) Na verdade mudando o ultimo *w* em *r*, o vocabulo *uwara* teria outra interpretação. Significaria passaro (*guira*), ou como Staden exprime-se tratando dos guarás (*uwara*), sob o titulo de passaro lindo (*uwara porange*) ou vermelho—*guira pirang*. Assim toda a expressão *uwara supe* indicaria uma habitação ou pouso de guarás.

(38) E se o *Uwawa* de Staden fosse em verdade a incorrecta pronuncia do *Enguá* de Fr. Gaspar, o *Supe* não seria ainda o *assú*, mas a preposição. D'esta sorte o nome da localidade se traduziria por esta fórma—*ao pilão*—ou como quer Varnhagen—*ao monjôlo* ou *para o monjôlo*.

(39) *Igaratá*. No Maranhão dizemos ainda *igarité*, designando certos barcos empregados na navegação dos rios, superiores em tonelagem ás canôas dos indigenas, mas inferiores á outras da mesma especie, que alli se chamam *gabarras*, denominação deixada pelos francezes.

Staden estropiava sem piedade os nomes européos de outras nações, e naturalmente ainda mais os indigenas do nosso paiz, como em sua obra dá tantos testemunhos. Como pois fiarmo-nos cégamente no que elle diz?

Não obstante, o que causa lastima é que chronistas nacionaes em vez de, para a intelligencia dos factos, procurarem a luz, se esforcem por mais obscurecêl-os.

Portanto, nossa opinião cada vez mais se firma ácerca de Fr. Gaspar da Madre de Deus, pois é um chronista de fantasia, e não escriptor sizudo e verdadeiro, em cujas proposições se possa confiar. E comtudo era um dos mais intelligentes, e que podia mui bem honrar a cogula de seu santo patriarcha como outros, com tanto lustre, fizeram na Europa.

Infelizmente elle não teve nem paciencia e nem conveniente discrição no que escreveu. Quando se diz—*trabalho de benedictino*, entende-se obra produzida por uma intelligencia cultivada, e que reune á muita discrição, grande copia de paciencia no preparo das chronicas, na coordenação dos factos destinados a adornar, sobre tudo a historia do paiz natal.

Liquidado este pequeno incidente cumpre não perdermos de vista a nossa these, continuando no seu exame.

## VI

Sabe-se, pela *Chronica* do padre Simão de Vasconcellos, o quanto João Ramalho e seus filhos, *mamelucos* avalentados e rixosos, eram adversos aos jesuitas, fundadores da cidade de S. Paulo (25 de Janeiro de 1554) e, até certo ponto, da provincia, domesticadores como foram da populosa tribu dos *Guayanazes*. Já o demonstrámos na precedente *Memoria*.

Ramalho, antes de Martim Affonso de Sousa chegar a S. Vicente, parece qne tinha a sua vivenda, mais particular, na ilha do *Guaybe* (Santo Amaro, a *ilha do Sol* de Pêro Lopes de Sousa) quasi em frente á barra grande de Santos, naturalmente afim de poder melhor entender-se com os navegantes europêos que demandavam aquelle ponto para refrescar e resgatar com os indigenas.

E Martim Affonso tanto não ignorava a existencia de gente européa no porto ou rio de S. Vicente, e portanto do conhecido *bacharel* que alli vivia, de grande prestimo aos nautas, que antes de arribar á Cananéa, mandou alli no seu encalce. Fez expedir da frota com esse proposito um bergantim (*grande falúa*), mas ninguem se encontrando no local demandado, a residencia de Ramalho, determinou Martim Affonso que a frota seguisse para a foz do rio da Prata, conhecido dos portuguezes sob o nome de *rio de Santa Maria*, que tambem era do proximo cabo.

A razão d'esta nossa conjectura, independente do que se lê na *Viagem* de Diogo Garcia, tem sua base no pedido que fez Ramalho de uma sesmaria n'aquella ilha, e provavelmente no local onde acolhia os navegantes europêos(40). Ora esse ponto não poderia ser preferido, se ahi não fosse a antiga residencia do velho degradado.

Isto não impedia de ter Ramalho outra residencia em S. Vicente (a antiga aldêa *Morpion* ou *Orbioneme*) local escolhido (41) provisoriamente, ao menos, por Martim Affonso

(40) E' nossa conjectura que esse local era situado no golfo profundo entre as pontas *Manduba* e *Raza*, mais visinho do oceano e abrigado, ao menos contra os ventos de leste e norte. Tambem não julgamos que fosse em S. Vicente, ou no local onde, na ilha de S. Amaro, se construiu depois um forte, o de *Itapema*, para defeza do porto de Santos.

(41) Na carta *annua* de 1584 sob o titulo *Informação do Brasil, e de suas capitanias*, que foi publicada no tomo VI de nossa *Revista* á

de Sousa na face oriental da ilha do mesmo nome (ou de *Engua-guassú* (42), como pretende Machado de Oliveira), por entender que era então o ponto mais adaptado para defesa de estabelecimento contra adversarios externos que se deviam temer.

N'essa villa viveu Ramalho muitos annos, um pouco desgostoso por não occupar o primeiro lugar, mantendo as velhas usanças adquiridas com os *Tupiniquins*, seus velhos alliados e compadres, como familiarmente tratavam os indigenas aos colonos, independente de qualquer parentesco espiritual.

Mas esse viver de S. Vicente não embargava-o de ir resgatar com os indigenas visinhos de serra acima, os *Guayanazes*, que demoravam além da Paranapiacaba nas veigas de Piratininga, denominado *campo de S. Vicente*, onde conseguiu penetrar mediante um caminho que abriu com herculeo esforço por terreno ingreme e apertado, que era mui difficil transpôr. Esse caminho, como já temos notado, partia do *estreito* chamado *do Ramalho*, na lingua indigena

pags. 404 e 433, se diz que Martim Affonso fôra a S. Vicente com a armada lusitana «depois de haver n'ella alguns *poucos* e *antigos moradores*» e a accrescentou muito.

E' portanto, mui natural que se estabelecesse onde achou congregados aquelles primeiros colonos.

(42) E' singular a abundancia da denominação de *Pilões*, traducção de *Induá* ou *Anguá*, applicada á differentes serras, rios e ribeiros do Brasil.

Sobre o rio ou esteiro da Bertioga lança-se outro rio com esse nome. E estando tão visinho de Santos quem sabe se d'ahi não deduziria Fr. Gaspar argumento para crear o sitio do *Pilão grande ?*

Na provincia de Goyaz os sertanistas de S. Paulo impuzeram o mesmo nome (*pilões*) á mais outro rio que se lança no Claro.

Os indigenas do nosso paiz, quanto á fórma d'esse utensil, tinham variadas especies, que se podem vêr no museu Hartt.

*Piraiquê* (43), particularmente do ponto hoje conhecido por *Piassaquéra* (44), outr'ora chamado pelos portuguezes *Porto das armadias* (45) e tambem *de Santa Cruz*, nome

(43) O esteiro de *Piraiquê* era formado pela terra firme e a pequena ilha intermedia com a de S. Vicente, que Fr. Gaspar denomina *ilha do Teixeira*, por havêl-a possuido seu pai, Gaspar Teixeira de Azevedo, de quem herdára o nome secular. Da mesma sorte o douto benedictino commemora em outro lugar o engenho *Madre de Deus*, que fôra estabelecido por Pêro de Góes, e pertencêra á sua familia.

Este religioso não perde occasião de celebrisar os lugares e edificios tanto de sua familia civil como religiosa.

N'este esteiro havia na confluencia com o rio Cubatão-assú, ou geral outro porto denominado *Outeiros*, mais á oeste, que veiu a ter preferencia ao de *Piassaquéra*, pela mudança do traçado da estrada de S. Paulo.

Mas, a actual estrada de ferro preferiu para o seu traçado quasi a direcção antiga de João Ramalho antes de alcançar a serra.

(44) *Piassaquéra.* Diz Fr. Gaspar em suas *Memorias*, liv. I, n. 113, que essa palavra compõe-se do subtantivo *piassaba*, que significa *porto*, e do adjectivo *aquéra*, cousa *velha*, ou para melhor dizer antiquada.

Martius no seu *Glossaria Linguarum* diz que *piaçaba* quer dizer *laço*.

(45) *Porto das Armadias* é como se disséra—porto das canôas. Os portuguezes chamavam *almadias* os pequenos botes.

Moraes no *Diccionario* assim define-as : « Embarcação subtil de uma peça inteiriça ; especie de canôa, que por outro nome se chama *tone*. Tambem se toma por jangada, ou balsa de pescar.»

Usava-se com essa denominação na costa d'Africa tanto occidental como oriental, e na India. Esse vocabulo—*almadia*—é de origem arabe, e figura nos livros portuguezes depois da viagem de Vasco da Gama. *Almadia*, diz Constancio, deriva-se do verbo *mada*, arabe, que significa cavar um madeiro á maneira de calha ou canôa.

Por outro lado este nome podia ser traducção do indigena ; e ou significando *almadia* ou *armadilha* tem mais relação com o que diz Martius, com referencia ao termo indigena—*piaçaba* da precedente nota.

No Maranhão e Pará a palavra *piassaba* tem outra significação. E' um tecido feito com a folha da palmeira, *babassú* ou *buassú* que é alli

que, assegura Fr. Gaspar, fôra imposto por Martim Affonso de Sousa (46).

A direcção d'essa estrada era mais occidental do que o traçado depois pelos jesuitas que partia do Cubatão grande, por onde se póde concluir que ella não podia passar sem volta pelo ponto de S. André, como a nova passava por S. Bernardo, outr'ora estabelecimento agricola benedictino.

João Ramalho alli, na borda do campo, mas contiguo ás mattas, tinha um pouso, á principio especie de guarita, onde ia resgatar com os indigenas da localidade ; e que mais tarde (1553) julgou-se necessario fortificar para manter em respeito essas tribus até então privadas de toda a luz do christianismo, e exploradas pelo trafego, pois eram tão barbaras como inconstantes.

N'aquelle ponto era o velho degradado efficazmente apoiado pela colonia nascente do littoral, que necessitava, principalmente, dos auxilios alimenticios que o campo lhe proporcionava, e de escravos. Por outro lado, os postos pomposos que lhe deram de *guarda-mór do campo*, de alcaide-mór *fronteiro*, e de donatario de S. André, aldêa elevada á cathegoria de villa fortificada, o consolavam da perda da posição que outr'ora gozava na marinha.

Essa situação entristecia-o, e as queixas que Schmidel ouvira n'aquella aldêa nos confirma em nossa conjectura.

commum. Esse tecido fórma uma esteira que serve de leito aos escravos e gente pobre. D'Abbeville chama á essa palmeira *Guacury*, talvez o nome do fructo.

A carta de sesmaria de Ruy Pinto, a que se refere Fr. Gaspar, tem a data de 28 de Fevereiro de 1533: publicou-a Varnhagen na primeira edição da *Historia do Brasil*, tomo I, pag. 440, e diz *almadias* e não *armadias*.

(46) Não consta de documento authentico.

Ramalho se via tanto mais desmoralisado quanto não pôde evitar que os novos missionarios da colonia, os religiosos da Companhia de Jesus, o fizessem excommungar por sua vida desmesuradamente licenciosa e mesmo repugnante ao viver da nascente colonia (47).

N'essas condições não podia habitar S. Vicente, passando-se, como é de crêr, em razão da idade e dos habitos de ha muito contrahidos, definitivamente para a sua villa de S. André, onde gozava do monopolio do resgate, e podendo continuar a viver na mesma licenciosidade com seus filhos, genros, apaniguados e outros que quizeram sujeitar-se ao seu regimen. Perdida estava a esperança de que peccador tão pertinaz, quizesse, reparando seus erros, voltar á vida regular.

Cumpre ainda reconhecer que Ramalho era por aquelle lado o primeiro defensor da colonia lusitana, não para embaraçar o commercio com os castelhanos do Paraguay como pretende Varnhagen ; impossivel n'aquella época (como ainda hoje é), o que se demonstra pela extraordinaria viagem de Ulrico Schmidel ; mas conter os assaltos dos indigenas *Guayanazes* com quem se mantinha, até a vinda dos jesuitas, uma paz sem segurança.

Posteriormente esse pequeno baluarte tinha por empenho resistir aos *Tamoyos*, que habitavam mui proximos, nas margens do rio Parahyba.

E por isso, Ramalho, aproveitando-se da estada de

(47) Não diz a historia se foram os jesuitas que promoveram essa medida, que elles por si não podiam tomar.

Mas não era natural que, havendo tanta relaxação na terra á chegada dos primeiros missionarios, a excommunhão de João Ramalho proviesse dos sacerdotes de má vida, verdadeiros relapsos, de que tanto abundavam as colonias.

Eis a razão de nossa conjectura.

Thomé de Sousa em S. Vicente, conseguiu, além do titulo e fôro de villa, augmentar a respectiva fortificação, cavalgando nos improvisados fortins, a artilharia da época, que em S. Vicente se pôde dispensar.

Installada a villa com a erecção do pelourinho, signal de méro e mixto imperio, João Ramalho não deixou de occupar logo os primeiros lugares da governança da terra, a saber, de juiz ordinario e de vereador da camara, etc.

Não ha certeza de que Thomé de Sousa na viagem que emprehendêra, já no fim de sua administração (1553) pelo littoral do sul até S. Vicente fosse á S. André, transpondo a serra de Paranápiacaba; e, mesmo, como pretende Fr. Gaspar (*Memorias*, liv. 1, n. 158), mandasse crear a villa de Ramalho, em vista de outros documentos em contrario, que apresenta aquelle chronista, mantendo o direito do donatario, já para isso autorisado pelo rei, pela sua carta de doação.

Accresce que Martim Affonso em 1553 ainda vivia, e não pouco influia na côrte lusitana, por seus brilhantes serviços no Oriente, e a particular amizade do rei D. João III.

Mas sendo Thomé de Sousa, governador geral do Estado e interessado na defesa do paiz, podia ter n'esse ponto com o donatario, jurisdicção cumulativa.

Por outro lado é mui possivel que Thomé de Sousa apenas aconselhasse e ordenasse a fortificação do local, auxiliando-a com os recursos de que podia dispôr por sua autoridade. Podia ainda autorisar provisoriamente o levantamento da villa até definitiva approvação do donatario ou do rei; e á esta opinião nos inclinamos em presença dos documentos que mais adiante iremos exhibindo.

As relações pouco benevolas de Ramalho com os jesuitas forçaram estes religiosos a dispensar o auxilio do velho

colono, preferindo fundar o seu estabelecimento em serra acima entre os barbaros *Guayanazes*, deixando de lado a villa fortificada de S. André, composta de alguns brancos europêos, *mamelucos* e indigenas da marinha, *Tupiniquins*.

E isto facilmente conseguiram os jesuitas pelos beneficios que já haviam feito aos indigenas em S. Vicente, mediante suas predicas, educação e instrucção dos meninos e execução das leis libertadoras, para que foram competentemente autorisados (48).

Estando, pois, firmada esta rivalidade que Fr. Gaspar em suas *Memorias*, liv. 1, n. 162, se esforça por assignalar e encarecer, como é que vemos depois Ramalho residindo em S. Paulo, o povoado dos seus detestados rivaes, e alli fazendo o seu testamento ?

Dir-se-ha foi a mudança do predicado de villa de S. André para S. Paulo em 1560 por ordem de Mem de Sá, no interesse da defesa da colonia, por inspiração e suggestões dos jesuitas, como inculca Fr. Gaspar (*Memorias*, liv. 1, n. 162 a 164), e grande sentimento de João Ramalho ; que forçou-o a dar esse passo.

Ainda assim a explicação não é natural e nem presumivel. O facto d'essa mudança, que devêra ainda mais offender os seus brios, impediria tal presumida abnegação da sua parte.

Em suas circumstancias, rico como se suppõe, orgulhoso, e tendo em redor de si tantos descendentes, genros e affins, Ramalho preferira voltar ás suas terras do Guaybe, e mesmo a residir em Santos, ou em S. Vicente do que em S. Paulo, se o facto se désse contra os seus interesses, e elle já não tivesse forças para impedil-o.

(48) Vide o padre Simão de Vasconcellos, *Chronica*, liv. I, n. 73.

Mas o facto realizou-se por interesse geral da colonia (49), sendo, em 1560, differentes as circumstancias das de 1553, com applauso de todos, porque era a segurança de todos. O voto dos jesuitas em taes condições não póde ter a maligna interpretação de Fr. Gaspar (*Memorias*, liv. 1, n. 164), que deturpa o que narra Vasconcellos (*Chronica*, liv. 2 n., 84), *maximè* tratando-se de varões verdadeiramente apostolicos como eram Manoel da Nobrega e Luiz da Grã.

Em prova de nosso asserto temos o testemunho insuspeito de Jorge Moreira e de Joannes Alves, officiaes da camara de S. Paulo, e outr'ora moradores de S. André, exarado em carta á rainha D. Catharina, regente na menoridade de D. Sebastião, em data de 20 de Maio de 1561.

Pedimos licença para citar algumas palavras de tão importante documento. Depois de referirem algumas medidas tomadas por Mem de Sá na luta contra os inimigos da colonia, *Tamoyos* e francezes, dizem os assignatarios o seguinte :

« E assim *mandou* que a villa de S. André, onde antes estavamos, se passasse para junto da casa de S. Paulo que é dos padres de Jesus, porque *nós todos* lhe pedimos por uma petição, assim por ser lugar mais forte e mais defensavel, e mais seguro assim dos contrarios (*Tamoyos*) como dos nossos indios, como por outras muitas cousas que a elle e a nós moveram. »

No periodo final ainda accrescentam :

« Outrosy *confirme* Vossa Alteza a mudação e trespação da vila que fez Mem de Sá com todos os mais capi-

(49) A mudança foi levada a effeito em 1563 ou 1564 quando o acto de Mem de Sá foi definitivamente approvado pelo donatario, ou pelo rei, se, a despeito do *foral* de D. João III, era ainda indispensavel em taes casos a approvação ou consentimento real.

tulos e liberdades que lhe deu, dos quaes mandamos um traslado á Vossa Alteza. »

Ora n'esta carta, que aliás é mui longa e detalhada, occupando-se tambem de outros assumptos, nem uma palavra se diz ácerca de João Ramalho, o fronteiro, o defensor da colonia, e comtudo toda a carta tem por alvo as lutas com os inimigos da colonia francezes e *Tamoyos*, solicitando-se auxilios da metropole. E João Ramalho, a primeira influencia de S. Vicente como reconhecia em 1553 o allemão Schmidel, e Mem de Sá em 1558(50), nem seu nome era em 1561 pronunciado!

O que, pois, influira para esse silencio, para essa incomprehensivel mudança nos sentimentos do povo d'essa villa de serra acima, creação favorita de Ramalho, o excommungado, mas tambem o orgulhoso guerreiro, bandeirista, terror dos indios, o colono audaz que nunca curvára a cerviz aos religiosos jesuitas, tão protegidos da metropole, e do governo central da Bahia? Esse silencio revelava um acontecimento extraordinario, pois não é provavel que se quizesse desprezar concurso tão valioso, não estando ainda segura a sorte da colonia.

Para resolver o problema podemos sómente appellar para um acontecimento, a morte ou ausencia de João Ramalho antes da medida que tomou Mem de Sá em 1560.

O silencio da carta que ha pouco citámos do nome de João Ramalho, notabilidade de tanta importancia, em 1561, vê-se tambem na *Chronica* do padre Simão de Vasconcellos, liv. II, n. 84, quando anteriormente o assignala nos ns. 77 e 126, pelo seu proprio nome nos annos de 1549 e 1553, e no de seus filhos e mal reputada descendencia

(50) Referimo-nos á carta que em o 1° de Junho d'esse anno (1558) dirigiu Mem de Sá ao rei de Portugal e se lê a pag. 463 do tomo I da *Historia do Brasil* de Varnhagen, na primeira edição.

em 1554. Este silencio resultava do passamento d'esse tão notavel protogonista d'aquella colonia.

Mem de Sá em um documento (*estromento*) que manda a D. João III com a sua carta escripta da Bahia no 1º de Junho de 1558, tratando das cousas relativas ao Rio de Janeiro, documento incompleto pela deficiencia de muitas letras e palavras, contém o seguinte(51) :

« .... Ouvi muitas vezes fallar a João Ramalho que era... verdade que é um homem dos muitos antigos na terra e boa lingua. »

Dizendo que os francezes e os *Tamoyos*, seus alliados, estavam mui proximos do campo de S. Vicente (*S. Paulo*), — « onde estão os padres de Jesus e João Ramalho por fronteiro, com uma *aldêa* de nossos indios(52), etc... »

D'aqui não se póde logo concluir que João Ramalho tivesse fallecido n'essa época (1558), antes, e pelo con-

(51) Esta carta que é um documento importante, embora escripto no 1º de Junho de 1558, não podia ser com direcção ao rei D. Sebastião, como julga Varnhagen na sua *Historia do Brasil*, tomo I, pag. 463—464, pelo que vamos observar.

E' certo que D. João III fallecêra á 11 de Julho de 1557, e D. Sebastião a quem coubéra o throno não contava mais de tres annos de idade, governando em seu lugar a regente D. Catharina.

Embora houvesse decorrido quasi um anno depois d'esse acontecimento é muito possivel que na Bahia fosse ignorado; accrescendo que estando a governar o reino a rainha D. Catharina, não era estylo escrever á ella, como se fôra ao rei. Se fôra assim a camara de S. Paulo não se dirigira á Regente, em 1561, como fez, e diria *Senhor*, e não *Senhora* como fez.

(52) Esta expressão—*uma aldêa de nossos indios*—parece indicar que n'essa época (1558) ainda o foral de villa não havia sido conferido á S. André.

E mais adiante se verá o fundamento de nossa opinião, ou melhor de nossa suspeita. E qual seria o nome d'essa aldêa na lingua dos indigenas ?

Nada sabemos.

trario, que então ainda era vivo; mas é um assignalamento que muito serve para o aquilatamento d'esta questão. Tambem não destroe o facto do fallecimento de Ramalho n'esse anno, por isso que a carta de Mem de Sá fôra escripta, da Bahia, longe da colonia de S. Vicente.

O nosso illustrado historiador Varnhagen, hoje visconde de Porto Seguro, nascido em Sorocaba, fez em 1840 uma visita ao importante archivo da camara municipal de S. Paulo, e do que alli colheu de importante communiçou ao nosso Instituito. Sua carta foi mandada imprimir no tomo II de nossa *Revista* á pags. 526, depois de lida na sessão de 14 de Novembro d'esse anno. Eis suas palavras, referindo-se a S. André e a João Ramalho:

« No archivo da camara municipal (*S. Paulo)* acham-se livros bem antigos, cuja letra já pertence á paleographia. Entre estes deve-se contar o caderno que contém as vereanças da extincta villa de S. André, dos annos de 1555 á 1558, nas quaes por vezes se acha a *assignatura* de João Ramalho, *o qual não sabia escrever*, e por seu *signal* usava de um risco com volta de ferradura aberta para o lado esquerdo, em que ia o seu nome de baptismo, seguindo-se o appellido.

« Vê-se do mesmo livro que elle era capitão e alcaide-mór do campo, e que depois foi vereador da camara.

« Tambem consta de *outro livro* o sitio em que tinha sua sesmaria, mas nada obtive a respeito da época *da sua vinda*, de mais além do que consta das cartas dos jesuitas da bibliotheca publica d'essa cidade (*a côrte*).

. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .

« *Este livro* de S. André é rubricado pelo escrivão Antonio Cubas em todas as folhas (53).

(53) Varnhagen diz na carta, que muitos d'esses documentos antigos

« Começa contendo *em fragmento* o fim do *foral* da villa dado por Martim Affonso em Lisboa aos 5 de Abril de 1558, e seguem as vereações de 1562 e 1563. »

Se estas informações são exactas, como são indubitavelmente, esses millesimos esclarecem perfeitamente a questão.

E' mui possivel que, depois da fortificação de S. André em 1553, se propuzesse ao donatario Martim Affonso de Sousa a elevação da aldêa dos Ramalhos á categoria de villa. Dando elle o seu consentimento assignou o *foral* da nova villa em Lisboa aos 5 de Abril de 1558, e foi então quando se levantou o pelourinho e se praticaram as formalidades em taes circumstancias usadas. Antes não podia ser senão provisoriamente.

Mas, crescendo n'esse intervallo, o importante estabelecimento dos jesuitas, S. Paulo, que demorava nas vizinhanças, como era natural, a aldêa dos Ramalhos, ainda na categoria de villa, não lhe embargaria o incremento. S. André, n'essa época, não contava trinta colonos, de origem européa, como diz a carta dos officiaes da respectiva camara já exhibida.

Proposta a mudança a Mem de Sá, pela propria camara de S. André em razão de palpaveis conveniencias, o governador geral do Brasil approvou o alvitre; e sujeitou-se a questão á decisão real ou do donatario, e em 1562 ou

estão decifrados com a escriptura moderna em entrelinha, o que *só se deve attribuir* a Pedro Taques, ou ao mesmo Fr. Gaspar :—» quem quer que foi, accrescenta, algumas vezes errou na decifração, e poderá fazer errar aos que não lerem pelo original. »

A letra d'essas entrelinhas, ao menos nos documentos do seculo antepassado, he tão moderna, que não pode ter por autores escriptores do ultimo seculo. Já temos visto alguns d'esses documentos.

Convem ler o que diz Pedro Taques no prefacio á sua *Historia da Capitania de S. Vicente*, quanto ás consultas que fez em documentos manuscriptos: parece que nos de S. André nunca tocou.

1563 foi resolvida a transferencia para S. Paulo com geral applauso, exclusive talvez os *mamelucos* Ramalhos.

A aldêa de S. André ficou em breve despovoada, ignorando-se ainda hoje o seu verdadeiro local; e embora Fr. Gaspar queira engastal-a na fazenda de S. Bernardo, da ordem benedictina, não conseguiu demonstral-o.

Todo o romance que sobre este assumpto creou o chronista santense, repousa sómente em sua imaginação, por demais succulenta.

O mesmo douto investigador sorocabano, nosso illustre consocio, em outra carta, anterior á precedente, e impressa no mesmo tomo da nossa *Revista* á pag. 521, já havia dito com muito senso, em vista dos desastres de que fora victima o archivo da camara da villa de S. Vicente, que fóra das cartas dos jesuitas não se encontram melhores documentos sobre as antiguidades de tão importante colonia.

S. Vicente soffreu muito do incendio dos inglezes em 1592, e ainda mais da incuria de seus filhos, quanto aos documentos posteriores, e outros que, com relação ao passado, se poderia ter, em tempo, reformado (54). A este res-

(54) Vide infra a nota immediata.

A historia dos primeiros tempos da colonisação lusitana no Brasil, é mui difficil.

Os archivos na colonia, mal guardados, ou foram victimas dos inimigos estranhos, ou do tempo, e da incuria dos interessados, os naturaes da terra.

Na metropole tambem não eram bem defendidos; e grande copia perdeu-se por occasião do terremoto de Lisboa (1755):

Na Bahia houve, em 1624, a destruição dos archivos com a invasão hollandeza; no Rio de Janeiro, ainda no ultimo seculo, com o incendio da casa da camara em 20 de Julho de 1790. Vide Pizarro—*Memorias* tomo VII, cap. 11, pag. 153, nota 1.

A perda dos archivos da Bahia deu lugar, abriu a porta á extravagante lenda do Caramurú e de sua pretendida esposa, a imaginaria Paraguassú.

peito poder-se-hia tambem dizer:—« O que não fizeram os barbaros (*inglezes*) praticaram os barbarinos, a saber—os proprios filhos da terra. »

A historia paulistana se acha mutilada, e pouco conhecida por tão lamentavel deleixo de seus filhos.

Mas, parece que S. Vicente antes do assalto de Cavendish em 1592, soffrêra outro por parte dos castelhanos, estabelecidos em Iguape, antes de 1550, commandados por Ruy Moschéra, de que trata Charlevoix na sua *Historia do Paraguay* liv. I, annos de 1530—1535.

Fr. Gaspar nas suas *Memorias*, liv. I, ns. 123 e 124, trata este acontecimento de fabula, por que d'elle não deu noticia o padre Simão de Vasconcellos em sua *Chronica* toda baseada nos documentos dos jesuitas, que chegaram a S. Vicente em 1549. Mas de um traslado publicado por Varnhagen, sobre a sesmaria de Ruy Pinto na primeira edição de sua *Historia do Brasil*, tom. I, pags. 440 e 441, consta a perda do livro do tombo de S. Vicente, por haverem-n'o levado *os moradores de Iguape*, fazendo-se novo livro em 1537.

D'aqui se vê que o primitivo cartorio ou archivo de S. Vicente foi destruido pela colonia castelhana que se refugiàra em Iguape ás ordens de Ruy Moschéra, acontecimento de que nada consta em nossas chronicas, mui deficientes, e relata-o com algumas faltas Charlevoix na sua *Historia do Paraguay* (55).

(55) Liv. I, anno de 1530 até 1535.

Tres inimigos teve o archivo de S. Vicente : os castelhanos em 1535 ou 1536; os inglezes em 1592 e finalmente, por seu descuido, os proprios vicentistas da ultima época em diante.

Vide Fr. Gaspar, *Memorias*, liv. I, n. 123 á 126, que com pouca critica julga o facto fabuloso, porque nada encontrou na *Chronica* do padre Simão de Vasconcellos.

Varnhagen em sua *Historia do Brazil* (primeira edição) tomo I, sec-

Posto de lado este incidente vejamos o que diz a carta a que já nos referimos:

« Das ruinas de S. André e de S. Bernardo (estabelecimento benedictino posterior) nada pude deduzir a respeito de João Ramalho. Cada vez me convenço mais da minha opinião já annunciada pela imprensa, que nas cartas dos jesuitas é que se acharão os melhores documentos para as duas primeiras épocas da historia moderna do Brasil; e nas que foram escriptas de S. Paulo ou S. Vicente por Leonardo Nunes e seus companheiros, se encontrará o mais antigo e essencial. »

Mas d'estas informações colheu-se um facto, que para a nossa questão não deixa de ter sua importancia; e vem a ser que, depois do anno de 1558, não se lê mais no livro da municipalidade de S. André o nome de João Ramalho, o fundador da villa. E quem sabe se taes documentos, cuja letra já pertencia á paleographia, sendo decifrados não revelariam sobre este assumpto a verdade inteira?

D'aquella época em diante o nome, tão historico de João Ramalho, desappareceu das nossas chronicas, mesmo da que mais confiança inspira, quando o seu autor apoia-se em documentos, e não em sua ou alheia phantasia, referimo-nos á obra do padre Simão de Vasconcellos.

Sómente depois de decorridos mais de dois seculos surge para illuminar nossos annaes *a copia* do testamento do famoso progenitor dos primeiros *mamelucos* do Brasil meridional, lavrado não em S. André, villa que fundára, não em Santos e menos em S. Vicente, nas vizinhanças de

ção XI, pag. 139, combate com vantagem a Fr. Gaspar, apoiando-se nos livros da camara de S. Paulo, de 1585—1586, fl. 13 v. e fl. 14, por onde se mostra a existencia d'essa luta, porquanto, por causa della, não foram contra os indigenas da Curytiba, para vingar Pêro Lobo e seus infelizes companheiros, Ruy Pinto e Pêro de Goes.

sua sesmaria, mas em S. Paulo, o local creado por seus adversarios. Testamento, adrede publico, com caracter e physionomia suspeitos, revelando bem a mão culposa que concebeu-o, levando a estranha data de 3 de Maio de 1580, em que se entroncam com João Ramalho e seu desembarque em Santos, a patria do chronista benedictino, em 1490, as recordações do dia auspicioso da descoberta de Cabral, e o millesimo da entrada da ordem benedictina no Brasil.

Fr. Gaspar, o feliz possuidor da *copia* do testamento, não nos quiz dar completa transcripção de tão notavel documento, e tão pouco o nome da pessoa que mimoseou-o; da época em que foi a copia extrahida; o nome do tabellião em cujo cartorio se achava o original; se a *copia* era ou não authentica ou sómente trabalho de curioso.

Em summa, além d'estas circumstancias, a razão ou, se possivel fosse, o historico da perda d'esse precioso titulo, que devêra por certo interessar a tão grande numero de familias de S. Paulo, de que fôra Ramalho o primeiro ascendente européo.

O avaro, mas venturoso chronista de Santos, guardou sómente para si esse supremo gozo do archeologo, a ninguem mais deixou vêr sua preciosidade pre-colombiana, com o risco de passar, depois de sua morte, a mãos menos zelosas e profanas, privando assim a posteridade de conhecêl-a em sua integra.

Legou-nos apenas o transumpto, e do modo porque pareceu-lhe mais decente para figurar em publico; até porque, segundo o que pensamos, esse transumpto é o que ha e o que houve de tão estupendo testamento, *ad hoc* creado para rodear de certa auréola um paiz, e duas individualidades, o imaginado protogonista, João Ramalho, e o escavador do testamento, o pithagorico Colombo da descoberta santina.

O nome do navegante genovez echoava muito na Europa quando Martim Affonso de Sousa aportára em S. Vicente, em 1532; e muito mais em 1549 quando alli foram ter os jesuitas. Cousa singular! todos ignoravam o que o feliz benedictino veiu a conhecer quasi no fim do seculo decimo-oitavo!

E entretanto Portugal, que quasi morrêra de despeito com a boa fortuna castelhana, o que não daria para fazer escurecer a gloria de Colombo, e exaltar a de um portuguez?

O *Diario* de Pêro Lopes de Sousa é silente sobre tão notavel acontecimento, e, aliás, como já demonstrâmos, João Ramalho, o *bacharel* de Cananéa, era muito conhecido dos navegantes que frequentavam a costa do Brasil meridional; de Pedro Annes, o piloto da armada exploradora, e até de João de Sousa, o capitão da mesma frota, que foi de Pernambuco á Lisboa por ordem de Martim Affonso communicar os successos de Itamaracá e de Pernambuco com os francezes, e volveu depois de Lisboa a encontral-o em S. Vicente, porto de antemão ajustado para o encontro, e que felizmente alli chegára antes do regresso de Pêro Lopes de Sousa a Portugal.

Os jesuitas por um lado não tratam a João Ramalho senão pelo *degradado*, o homem infame por seus crimes, amancebado publico por quasi quarenta annos, de galé que alli se achava cumprindo pena. Se outra fôra a razão da presença de João Ramalho na capitania de S. Vicente seria assim tratado?

Ora essa data de quasi quarenta annos extrahida das cartas dos jesuitas em 1549 e 1550, e 1551 a 1553, concorda perfeitamente com a relação de Schmidel, quando na ultima viagem passára em S. André, vindo do Paraguay. São estas suas palavras: « Ramalho pretende que tendo

feito a guerra *durante quarenta annos*, nas Indias (*Brazil*) e conquistado o paiz, etc. »

Não podemos precisar a data do fallecimento de João Ramalho, como na Bahia conseguiram os inventores de Catharina Alvares, *Paraguassú*, e de seu pretendido marido, Diogo Alvares, com a alcunha de Corrêa ; cujas sepulturas com todos os indispensaveis assignalamentos foram desencavados, no seculo decimo setimo, na segunda metade, depois da invasão hollandeza, por felizes e inspirados archeologos !

Mas, e é nossa conjectura, se o fallecimento de João Ramalho não foi em 1558, por certo não ultrapassou de 1560, quando muito : e com toda a probabilidade na sua villa de S. André. N'essa época o velho degradado devêra contar de oitenta e seis a oitenta e oito annos, calculando em trinta a sua idade presumivel, quando em Janeiro de 1502 aportou em Cananéa (56). E não era deficiente esse termo de existencia em razão da vida trabalhosa que curtiu.

E daremos a razão do que affirmamos, pois, suppomos, nos justificará perante os homens serios e illustrados cultores de nossa historia.

Na collecção manuscripta de cartas de varios membros da Companhia de Jesus, que possúe a bibliotheca nacional na côrte, encontra-se uma do irmão *Antonio de Sá*, escrita em hespanhol, provavelmente dirigida de S. Paulo, e não

(56) Se aquelles quarenta annos de estada no Brasil, de que já tratamos, têm exactidão rigorosa, João Ramalho desembarcou na ilha do Guahybe ou em Cananéa, em 1509 ou 1510, 1511 ou 1513.

N'estes casos outra foi a frota que o transportára, e não a primeira ; o que não é verosimil, e contrapõe-se aos testemunhos de Diogo Garcia e de Pêro Lopes de Sousa.

Mas, se os quarenta annos, como diz Schmidel, referem-se sómente ao tempo da guerra e não de estada no paiz, as épocas se conformam com os testemunhos precedentes.

de S. Vicente, aos irmãos da mesma Companhia na Bahia, em data de 13 de Junho de 1559, onde lê-se o seguinte trecho que copiaremos na propria lingua :

« Un indio que se llama Belchior está puesto en ayunar todos los dias que manda la Iglesia, y sin yo le hablar nadie, pregunto-me que le hyziese saber los dias de ayuno y qual no se comia carne, diziendo-me que antes *que muriese Juan Ramallo* que el se lo dizia y ayunava todos los dias que la Iglesia manda, y parece que el Senor se lo dixo, por que aquel mismo dia que al me dixo esto, me dixo el padre que le dixiese que avia de ayunar : yo enseno agora aiá la doctrina christiana, y las oraciones en nuestro romance (*Tupy*), como sempre hizimos despues que nos mandaron decir que era necessario concertar-se alguns vocabulos que estaban en la doctrina, etc. »

Se na colonia vicentina não havia, na época, outro João Ramalho, e tão conhecido que escusava explicar quem era para a Bahia, senão o de que temos tratado, é visto que fallecêra em fins de 1558 ou principios de 1559 confrontando a data da carta (13 de Junho de 1559), com as notas de Varnhagen do caderno de vereanças da camara da villa de S. André, em cuja corporação servira João Ramalho, como vereador.

Portanto este documento inédito e insuspeito, por partir não de um jesuita professo e escriptor, mas de um simples irmão e hespanhol que se dirigia á outros de sua classe sem proposito além do que consta de sua missiva, resolve perfeitamente a questão. Estabelece, e firma a certeza do facto do passamento de João Ramalho, antes da mudança da villa de S. André para a de S. Paulo em 1560.

Esta mudança mesmo não se poderia fazer, vivo João Ramalho, senão por seu consentimento ; o que não é presumivel attentas ás relações em que se achava com os

padres da Companhia de Jesus, mantidas de alguma sorte com seus descendentes, como se vê em Vasconcellos (*Chronica*, liv. I, n. 161) nas palavras: « Aquelles *mamelucos* Ramalhos, de arvore ruim peiores fructos, etc. » Palavras que presuppôem ou a morte de Ramalho, ou sua extrema decrepitude, conjectura admissivel aos oitenta e seis ou oitenta e oito annos de idade.

Note-se que Mem de Sá, administrador circumspecto, jámais se abalançaria a inutilisar um direito tão bem assentado, quasi um privilegio contra a vontade de quem o gozava, e tantos serviços fizéra á colonia, não obstante seus costumes depravados, mas mui tolerados em tal época e circumstancias.

Ora não basta termos a certeza de que semelhante testamento era impossivel, e que não passa de uma pia ou patriotica fraude da lembrança do seu inventor. E' mistér que a profliguemos, condemnando-a de modo que nunca mais se invoque em nossos annaes. Convém muito ainda, é do nosso rigoroso dever, que se faça bem conhecida a reprovação de semelhante escandalo historico, mesmo fóra do nosso paiz.

Nossa *Revista* aceitou-o como obra de boa fé de um chronista honesto, e posto que credulo, respeitador da verdade, mas, infelizmente, os factos que apresentamos demonstram o contrario.

Os creditos do chronista eram taes em nosso paiz que litteratos distinctos de outras regiões foram acolhendo, sem critica, a grande e estranha novidade.

O Dr. Lund, geologo e archeologo dinamarquez, de elevado merito, e que suppomos, ainda reside entre nós, communicou logo o acontecimento á Real Sociedade dos Antiquarios do Norte, o que consta do volume das *Memorias* d'esta celebre associação do anno de 1844.

E já o mesmo facto havia sido consignado no Boletim da sociedade de Geographia de Paris, do anno de 1842.

Paulo Gaffarel no seu bello trabalho intitulado—*Etude sur les rapports de l'Amerique et de l'ancien continent avant Christophe Colomb* (Paris, 1869), escreve sobre este assumpto um artigo, bem interessante, tratando dos viajantes desconhecidos que haviam precedido Colombo na America. Tomemos nota de alguns trechos:

« A mais curiosa e ao mesmo tempo *a mais authentica* d'essas expedições secretas, é a de um certo João Ramalho, de quem o Dr. Lund descobriu o testamento.

« Este acto official, em data de 3 de Maio de 1580, foi lavrado na presença do notario Lourenço Vaz e de quatro testemunhas, que todas assignaram, declarando que Ramalho habitava, havia noventa annos, a cidade de S. Paulo no Brasil. Portanto tinha alli chegado em 1490, e dois annos primeiro que Colombo.

« Ramalho, n'este caso, teria feito uma d'essas viagens clandestinas que já alludi. Eu não ignoro que tal homem deveria ter muita idade, e que o algarismo de noventa annos poderia ter sido adoptado, como o *sexcenta* dos latinos, para designar um ancião.

« Mas este Ramalho não é um personagem imaginario: Fr. Gaspar da Madre de Deus, escriptor posterior, conta, etc. »

Mais adiante accrescenta:

« Arrastado pela tempestade, ou por sua vontade, mas por contrabando, sobre essa costa, ahi se fixára, contrahindo mesmo alliança com os indigenas, como tambem fizeram no seculo XVI, alguns interpretes (*linguas*) normandos, que se estabeleceram entre os *Tupinambás*.

« Se mais tarde Ramalho não protestou, e nem para si reclamou a honra da descoberta, foi porque não quiz ex-

pôr-se á vingança de Portugal(57). Preferiu a tranquillidade aos perigos da gloria. »

Faz outras considerações sensatas, e mui aproveitaveis se a base do *humbug* gasparino fosse verdadeira.

O Sr. Luciano Cordeiro, portuguez, na *Memoria* que ainda este anno publicou sobre a *descoberta da America*, reivindicando alguma parte da gloria que cabe a Portugal n'esse grande acontecimento, aproveita-se tambem da supposta excavação do monge benedictino de Santos, na nota 83 á pag. 41 de sua *Memoria*, referindo-se ao maritimo acolhido por Colombo na ilha da Madeira ou da Terceira, antes de demandar o auxilio dos reis de Castella.

N'essa nota o Sr. Cordeiro reproduz todos os periodos da *Noticia* de Fr. Gaspar desde o começo até as palavras: — « o dito João Ramalho e seus companheiros só podiam vir em alguma embarcação que fizesse viagem para a Asia ou Ethiopia e désse á costa na praia de Santos, *entrando no numero de varios que desappareceram sem nunca mais se saber no reino que fim levaram.* »

E accrescenta:

« Estas ultimas palavras nos recordam a phrase tão verdadeira de Malte-Brun:

« Quantas viagens á aventura de que a historia nenhuma recordação conserva. Quantos desgraçados precursores de Christovão Colombo que, abysmados nas ondas do oceano ou naufragos em alguma praia deserta, não co—

(57) Esta razão não é procedente, porque n'este caso nem motivo haveria para vingança da parte de Portugal; o acto seria por si mais meritorio que culposo.

Uma razão semelhante, e tambem sem procedencia, dá o nosso illustre consocio Varnhagen, quando pretende contemplar Alonso de Hojeda como um dos descobridores do Brasil; a despeito do formal depoimento d'este celebre navegador quanto á derrota de suas viagens ao nosso continente da America.

lheram por fructo de sua nobre audacia senão uma morte ignota! »

E n'este sentido terão ainda de discursar outros cultores da archeologia americana, principalmente agora em que taes estudos têm tomado grande desenvolvimento, com a creação da meritoria Sociedade dos Americanistas.

Mas as reflexões de Malte-Brun, infelizmente, não se podem applicar a João Ramalho, pelo que já fica expendido. Entretanto ha factos em nossa historia que autorisam a crença de que, antes das viagens de Pinson, de Lepe e de Alvares Cabral, fôra o littoral do nosso paiz visitado e devassado por navegante, cujo nome a historia ainda não conhece.

Será este ponto assumpto de outro artigo, se o tempo e saude não nos faltar.

Terminando :

## VII

Não consintamos que sob o cunho do nosso Brasil percorra o mundo uma estulta fabula que amesquinha e deslustra nossa historia, sobre desmoralisar os que entre nós cultivam essa bella planta com zelo e patriotismo, filiados á maior sinceridade.

A historia do nosso paiz ganhará sómente com o culto inteiro da verdade, mas a verdade singéla, rigorosamente exposta, sem desnecessarios e ridiculos atavios, e esse culto muito nos ennobrecerá.

# ADDENDA

## I

Depois de já estar no prelo a presente *Memoria* tivemos occasião de consultar a preciosa collecção dos manuscriptos de Evora, copiados para a bibliotheca do Instituto, onde encontrámos firmados diversos factos que contrariam algumas de nossas conjecturas, e que no interesse da verdade historica aqui registramos.

Dissemos á pag. 299 que Thomé de Sousa, o fundador da cidade do *Salvador*, impropria e inexactamente conhecida em nossa época por *S. Salvador* que não exprime a grandeza da idéa da primeira e tão simples denominação ; conduzira para a colonia sua esposa. Conjectura mais natural sabendo-se que a sua commissão duraria pelo menos tres annos, a não haver cousa extraordinaria, por ser esse o prazo das commissões no governo da antiga monarchia.

Os nossos chronistas, omissos em muitos pontos importantes de nossa historia, foram tambem n'este caso.

Mas a leitura de uma carta do primeiro apostolo de nosso paiz, o padre Manoel da Nobrega, dirigida da Bahia ao padre Simão Rodrigues, provincial da Companhia de Jesus em Portugal, positivamente assegura o contrario.

Essa carta não tem data, mas pelos factos n'ella exarados, como a chegada do primeiro bispo do Brasil (22 de Junho), e a supposta proxima retirada de Thomé de Sousa com a vinda do successor D. Duarte da Costa, autorisa-nos a assegurar que esse importante documento foi escripto no anno de 1552 no mez de Agosto, a épocha das monções para a volta á Portugal(1).

(1) Esta carta assegurou mais uma verdade historica ácerca de um facto em que nem Gabriel Soares, nem o padre Simão de Vasconcel-

D'essa carta colhemos um trecho que parece-nos digno de ser já transcripto; seja pelo que contém de interesse para a historia da colonia, seja pelo que deixa imaginar, suppôr :

los foram exactos. Um dizia que o primeiro bispo do Brasil D. Pedro Fernandes Sardinha havia chegado á Bahia com a armada de 1550 (*Noticia do Brasil*, parte II, cap. 4); outro, que tinha sido no principio do anno de 1552 (*Chronica*, liv. I, ns. 80 e 114, e liv. II, n. 14), porque a sua provisão tem a data de 4 de Dezembro de 1551, em Lisboa.

A carta de Nobrega tira todas as duvidas; eis suas palavras com a respectiva orthographia :

« Bespora da bespora de S. João (22 de Junho) achegou o bispo á esta Baya, com toda a náu e gente de saúde, posto que trouxerão prolixa viagem, e quá parecia a todos que não viria, de que a cidade era mui triste, etc., etc. »

O Bispo hospedára-se na casa dos Jesuitas:—o bispo *vêo pousar comnosco*, até que lhe mercarão humas bôas casas, em que agora está. »

Prégou no dia da festa de S. Pedro e S. Paulo (29 de Junho) com muita edificação, com que muito ganhou, diz Nobrega, os corações de suas ovelhas

Este religioso estava na Bahia desde Março de 1552, tendo chegado de Pernambuco, em serviço de visita. E' admiravel o pouco cuidado que mostra Vasconcellos na apreciação d'essas datas notaveis em que figura sua Companhia, e devendo ter á mão documentos valiosos que podéra consultar, onde encontraria solução para as duvidas.

O nosso illustrado consocio Varnhagen, na primeira edição da *Historia do Brasil* (secç. 16), fundado na autoridade de João Pedro Ribeiro (*Dissert. Chronol.* tomo III, pag. 192, aliás, tomo V, pag. 223; exprime-se n'estes termos :

« O bispo eleito foi confirmado, e depois de sagrado passou a exercer sëu honroso cargo, e já em Outubro de 1551 se achava na Bahia. A bulla da creação do bispado *só mais tarde* foi promulgada. »

Parece que o douto historiador não consultára Gabriel Soares e nem Simão de Vasconcellos sobre este assumpto, de que tratamos no *Direito civil e ecclesiastico brasileiro*, tomo II, pag. 529, nota (*); e

« O governador Thomé de Sousa eu o tenho por tão virtuoso, e entende tão bem o espirito da Companhia, que lhe falta pouco para ser d'ella ; não creio que esta terra fôra ávante com tantos contrastes, como téve, se houvéra outro governador.

pelo que ahi dissemos com relação a Pizarro coube-nos em sorte, em um *postfacio*, reparos pouco àmenos sobre a nossa falta de *criterio historico* por não havermos contado o anno da data da bulla da creação de nossso primeiro bispado *more florentino*.

Quando discutimos assumptos d'esta ordem, sempre o fazemos com maior isenção de espirito, nosso empenho é a verdade historica, apurada sem paixão ou capricho. Se o erro está de nossa parte reconhecêmol-o sem dezar; se a verdade, defendêmol-a com constancia.

E por isso, sem escusadas retaliações, notaremos sómente que examinado de novo, com criterio historico, o assumpto pelo autor no *Supplemento* de 1857, que se não encontra additado em todos os exemplares da primeira edição da *Historia do Brasil* (e o que possuimos estava infelizmente n'este caso), e ainda na segunda edição da mesma *Historia*, estranhámos que não visse o douto historiador, desde logo, as impossibilidades chronologicas com que lutava, embaraçando-o de fazer a luz n'esta questão, como tem feito em outras.

Causa especie que o nosso illustrado consocio, historiador do Brasil, como é, e mui distincto, não visse essa data de 1552, em obras que necessariamente devêra ter manuseado, pois nem mesmo allude á sua existencia tratando de um ponto historico como é este, que tem sua importancia entre nós.

Simão de Vasconcellos em tres lugares de sua *Chronica* discute e procura esclarecer este facto; a carta *annua* da Companhia de Jesus de 1584 na provincia do Brasil, mantem de igual sorte aquella data, que confirmam as cartas ainda ineditas de Manoel da Nobrega, que se acham colleccionadas nos archivos de Evora, de que ora felizmente possuimos cópias.

Esses archivos foram devassados pelo illustre historiador, de que temos provas bem salientes em nossa *Revista* ; e n'este caso se acha tambem aquella *annua* de 1584, impressa no tomo VI, offrenda mui valiosa da sua generosa e patriotica procedencia.

« Dizem que se vai este anno que vem (1553), que temermos muito vir outro que destrua tudo : de quantos de lá vieram nenhum tem amor á esta terra ; só elle, porque todos querem fazer em seu proveito, ainda que seja á custa da terra, porque esperam de se hir.

Apoia-se o douto historiador para sustentar a sua data de 1551 nas *Dissertações* de João Pedro Ribeiro, equivocando-se na citação em todo o sentido.

No tomo V das *Dissertações* tratando dos bispos da nossa America, diz Ribeiro o seguinte á pag. 223 :

« *Bispos do Brasil.* 1551. Outubro. Pedro Sardinha.—*Hist. Gen.*, tomo III, pag. 192. »

Nas *erratas* emenda n'este ponto sómente o nome do bispo—Pedro Fernandes Sardinha.

Já se vê que houve engano de citação no tomo e paginas que eram os da *Historia genealogica da Casa Real portugueza* por D. Antonio Caetano de Sousa, o qual apenas diz que D. Pedro Sardinha se achára presente no acto da trasladação dos ossos da rainha D. Maria, esposa de D. Manoel, do mosteiro de Xábregas ou Enxobregas para Belem, no dia 19 de Outubro de 1551. Então já era designado como *bispo do Salvador*.

Sousa apoia sua asserção em um opusculo que, sobre o assumpto, publicou-se em 1551, e se acha textualmente transcripto no tomo II das *Provas* d'essa sua notavel *Historia*, sob n. 61, *maxime* á pag. 316 e cap. 9. Este escriptor, em 1737, designa D. Pedro Sardinha por bispo de S. Salvador da Bahia, em contraposição ao opusculo.

Ribeiro, portanto, não sabendo que data assignar á época em que foi nomeado ou sagrado esse prelado, arriscou essa data de Outubro de 1551, colhida na *Historia Genealogica*, e que nem procura fixar.

Mas, quanto o que elle diz differe do que se lê no *Supplemento de* 1857, e foi transcripto na segunda edição da *Historia do Brasil* (1875), e anda no *postfacio* da segunda edição da *Historia das lutas com os hollandezes no Brasil* (1872), de onde colhemos o seguinte trecho :

« Além d'isso no alvará de 16 de Setembro de 1551 se diz que o bispo « *ora vai* » para a sua diocese, onde, a darmos credito a um documento citado por J. P. Ribeiro, havia chegado em fins de Outubro. »

O que exara o mesmo douto escriptor no primeiro volume da

« Parece-me que, se el-Rei lhe der lá o que tem á sua filha, e a casar, *e lhe mandar sua mulher*, que julgará muito de viver cá, não por governador, senão por morador com que cá tem : digo de sua creação e seus escravos, porque é muito contente d'esta terra e acha-se muito bem n'ella, e muitas vezes conheci isto d'elle. E nem crerá ordenado de el-Rei, mais que qualquer favor de honra em sua vida.

« E se este homem quá assentar será grande favor da terra, e com elle se ganharão muitos moradores.

« Dê V. Reverencia d'isso conta á el-Rei, e veja-se o espirito de suas cartas. V. Reverencia lhe escreva os agradecimentos de muitos favores que nos quá faz, porque certo nos ama muito em o Senhor. »

No mesmo sentido escreveu Nobrega outra carta á D. João III, e bem interessante, sobre o assumpto, e outras circumstancias concernentes á colonia nascente.

*Historia do Brasil* (segunda edição) á pag. 251, ainda é mais caracteristico :

« O bispo não se demorou muito em seguir para o seu destino, effectuando a sua partida de Lisboa em fins de Setembro ; de modo que, antes do fim d'esse mesmo anno, se achava já na diocese. »

Em nota accrescenta o seguinte :

« 1. No alvará de 16 e carta régia de 22 d'este mez (1551) se diz que o bispo « *ora vae* » para a Bahia ; onde J. P. Ribeiro assegurou (D. Chr. III, 192) que chegára em fins do seguinte Outubro. »

Onde encontrar o *documento* e a *segurança* de João Pedro Ribeiro declarando que o primeiro bispo da diocese do Brasil, ou de Santo Salvador (*Sancti Salvatoris*), chegára á Bahia em fins de Outubro de 1551 se a 19 do mesmo mez estava ainda em Lisboa ?

Não houve aqui deficiencia de *criterio historico*, mas um simples descuido como tantas vezes acontece.

## II

Dissemos a pags. 328 e 329 que Martim Affonso de Sousa nunca fôra, e nem podia haver fundado *Piratininga*, e que as duas villas de que trata o *Diario* de Pêro Lopes de Sousa, não podiam ser outras senão *S. Vicente* e *Itanhaen*, prato de pedra,e nunca *Piratininga*, hoje *S. Paulo.*

Os manuscriptos da bibliotheca de Evora, a que já nos referimos, vêm solver todas as duvidas que sobre este assumpto existiam.

Em verdade Martim Affonso de Sousa subiu á serra de Paranápiacaba, e fundou nos campos de Piratininga uma villa do mesmo nome, precisamente no local onde hoje se acha estabelecida a cidade de S. Paulo.

Esta villa com o tempo desappareceu : os portuguezes que alli viviam retiraram-se para S. Vicente, ou para as povoações maritimas, menos João Ramalho que fundára um estabelecimento á borda d'essas campinas, conhecidas na época por *campo de S. Vicente*, ou simplesmente o *campo.* A' esse ninho creado para resguardo seu, entre as matas e mais proximo do littoral, impoz-lhe desde o principio, o nome de *S. André.*

O alvará de 11 de Fevereiro de 1544 explica em parte a causa do abandono dos portuguezes, de um estabelecimento, cujo local foi depois aproveitado pelos religiosos da Companhia de Jesus em 1554, quando fundaram a sua casa, e igreja de S. Paulo, como as cartas de Nobrega nos dão à respectiva explicação.

Foi por essa causa que, segundo nossa conjectura, se deu á uma rua, o nome de Martim Affonso de Sousa, a qual posteriormente mudou-se em S. Bento, em consequencia do mosteiro que edificou-se em sua direcção. E' natural que fosse o primitivo local da villa de 1532 ou 1533.

Fr. Gaspar para de tudo tirar partido para si, sua familia ou sua ordem, imaginou logo que o nome da rua era por causa de *Tibireçá*, a quem deram o nome do donatario, entidade que só veiu a ter importancia e celebridade depois de impressa a *Chronica* de Vasconcellos, ou melhor depois que lh'a deram Pedro Taques, e o mesmo religioso benedictino no seculo passado.

Da mesma circumstancia deduziu este religioso que o local onde se acha edificado o mosteiro, era onde aquelle indigena tinha a sua *tába!*

As cartas do padre Manoel da Nobrega, de 1553 e 1556, dizem o seguinte:

1553. *De S. Vicente a D. João III.*

« A graça e consolação do Espirito Santo seja com Vossa Alteza sempre amen.

« Porque mando este anno um padre de quá (2) a dar conta á Vossa Alteza e á Companhia das cousas destas partes, e por Thomé de Sousa haver pouquo, que se de quá partiu (3), pelos quaes de tudo será bem informado, não tinha eu pera que escrever, mas pera cumprir com a devoção de Vossa Alteza, e com os desejos, que em Nosso Senhor eu tenho d'estas partes serem favorecidas d'elle, sómente lhe darei alguma conta d'esta capitania de S. Vicente, onde a maior parte da Companhia residimos, por ser ella terra mais apparelhada pera a conversão do gentio, que nem huma das outras, porque nunqua tiveram guerra com os

(2) Era o padre Leonardo Nunes.

(3) Em Abril e Maio de 1553, porquanto em 13 de Julho d'esse mesmo anno chegára á Bahia o governador D. Duarte da Costa que o substituira na administração da colonia.

Gabriel Soares—*Noticia do Brasil*, parte II, cap. 5.

christãos, e é por aqui a porta e o caminho mais certo e seguro para entrar nas gerações do sertão, de que temos boas informações.

« Ha muitas gerações, que não comem carne humana, as mulheres andam cobertas, não são crueis em guerras, como estes da costa, porque sómente se defendem. Algumas têm um só principal (*chefe*), e outras cousas, mui amigas da lei natural, pola qual razão nos obriga Nosso Senhor a mais presto lhes soccorremos, maiormente que nesta capitania nos provem de instrumentos pera isso, que são alguns irmãos *linguas* (4), e por estas razões nesta capitania nos occupamos mais que nas outras.

« Está principiada uma casa na povoação de S. Vicente, onde se recolheram alguns orphãos da terra, e filhos do gentio, e outra (5) do mar dez leguas, pouco mais ou menos, duas leguas de uma povoação de João Ramalho, que se chama *Piratinin* (6), onde Martim Affonso de Sousa primeiro povoou ; ajuntamos todos os que Nosso Senhor quer trazer á sua igreja, e aquelles que sua palavra e evangelho engendra pela prégação, e estes de todos deixam

(4) Nessa colonia havia abundancia de *linguas*, o que se explica pela fórma porque começou o estabelecimento; ao envez da Bahia, onde a linguagem portugueza manteve-se desde o começo pelo numero dos que vieram fundal-a, e ignorancia do Tupi pelos colonos.

Em S. Vicente obtiveram os jesuitas desde logo para a sua corporação os irmãos *Pedro Corrêa*, de extrema importancia na colonia; *Manoel de Chaves*, *Antonio Rodrigues*, *Leonardo do Valle*, *Gaspar Lourenço*.

Pedro Corrêa era o mais eminente na pericia da linguagem, dos indigenas, e o mais influente em S. Vicente, quando alli chegaram os jesuitas. Seguia-se-lhe na pericia da linguagem Antonio Rodrigues, que Fr. Gaspar talhou para companheiro de João Ramalho.

(5) *Outra*. Additamos esta palavra ao texto, para ser comprehendido.

(6) *Piratinin*. Este nome refere-se ao local da casa, e não á povoação de João Ramalho, á duas ou tres leguas de distancia que, parece, sempre teve a denominação de *Santo André*.

seus costumes, e se vão extremando dos outros; e muita esperança temos de serem verdadeiros filhos da igreja.

« E vai-se fazendo uma formosa povoação, e os filhos d'estes são os que se adoutrinam no collegio de S. Vicente.

« Na Bahia não se entende agora com o gentio por falta de *linguas* (7), que não temos; sómente se sustenta aquella casa, e se doutrinam alguns moços; e assim tambem porque andam elles todos baralhados em tão crueis guerras, que vizinhos com vizinhos, e casa com casa se comem, que he grande juizo de Nosso Senhor, etc.»

1556. *De S. Vicente a S. Ignacio de Loyolla*

« E com isto (*refere-se ao modo de manter o collegio da Companhia em S. Paulo*), e com o mais que a casa tem seria collegio fixo, porque já tem casas e igreja e cerca em muito bom sitio, posto o melhor da terra, de toda abastança, que na terra póde haver em meio de muitas povoações de indios, e perto da villa de S. André, que he de christãos, e todos os christãos desejam ir alli viver, se lhes déssem licença (8).

« Alli foi a primeira povação de christãos, que nesta terra houve em tempo de Martim Affonso de Sousa, e vieram-se ao mar, por rezão dos navios, de que agora todos se arrependem, e todavia á alguns deixaram lá ir viver; assim tambem ensina-se já alli grammatica á alguns estudantes nossos, e lição de casos á todos.»

(7) *Linguas que não temos*. Havia sómente um que era Diogo Alvares, o *Caramurú*, mas esta declaração faz suppor que nem este era então vivo (1553).

(8) *Se lhes déssem licença*. A explicação d'esta circumstancia se encontra no alvará de 11 de Fevereiro de 1544 de D. Antonia Pimentel, esposa do donatario Martim Affonso de Sousa.

Vide *supra* pag. 328, o texto d'esse alvará.

MAPPA UNIVERSAL DO ORBE CONHECIDO
ORGANISADO
SEGUNDO AS MAIS RECENTES DESCOBERTAS
POR
João Ruysch. allemão
Roma 1508
ASIA ORIENTAL
I Viagens de Marco Polo.
AMERICA SEPTENTRIONAL E PARTE DA MERIDIONAL.
II Descobertas dos Normandos.
III " dos Côrtes Reaes.
IV " de Christovão Colombo.
UNIVERSALIOR COGNITI ORBIS TABULA
Ex recentibus confecta observationibus
(Fragmentum depromptum ex ed. Geogr. Ptolomæi, Romæ 1508, in folio.)
TERRA SANCTÆ CRUCIS SIVE MONDUS NOVUS
Circulus Cancri
Circulus Capricorni
Circulus Equinoctialis
Insula hæc anno 1456 fuit totaliter combusta.
Islant
Java major
Java minor
Candyn
Seylan
GOG
MAGOG
TEBET
BANGALA
CIAMBA
BOCATI
"PRIMEIRO MAPPA" da COSTA do BRAZIL
Organizado por João Ruysch segundo as notas fornecidas por Americo Vespucio e publicado na edicção da Geographia de PTOLOMEU no anno de 1508
EM ROMA
EDITOR
FR. MARCO BENEVENTANO RELIGIOSO CELESTINO
N.B. Este mappa foi extrahido da obra de Alexandre de Humboldt intitulada EXAME CRITICO DA HISTORIA DA GEOGRAPHIA DO NOVO CONTINENTE, etc. e reproduzido neste tomo da REVISTA para intelligencia das NOTAS PARA A HISTORIA PATRIA nos. I e II do socio Candido Mendes de Almeida, no mesmo impressas
Terra Santæ Crucis sive Mondus Novus

# BIOGRAPHIA

DOS

## BRASILEIROS ILLUSTRES POR ARMAS, LETRAS, VIRTUDES, ETC.

---

# LUIZ CARLOS MARTINS PENNA

O CREADOR DA COMEDIA NACIONAL

*(Memoria biographica lida no Instituto Historico e Geographico Brasileiro em sessão de 23 de Novembro de 1877)*

Pelo socio do mesmo Instituto

DR. LUIZ FRANCISCO DA VEIGA

---

Raras vezes nos temos occupado com assumpto que tão intima satisfação nos cause, posto que trespassada de magoa, e magoa cordialissima, como o que constitue o objecto d'este escripto.

Ha satisfação, por certo, porque effectuamos o pagamento de um devido tributo de admiração e de applauso á memoria de um muito distincto talento nacional; e ha igualmente magoa, porque ha recordação dolorosa do prematuro passamento de um honrado e benemerito fluminense, que conhecemos e que até foi, durante alguns annos, nosso excellente vizinho, á rua do Evaristo da Veiga (então dos Barbonos) n. 20, posto bastante joven fossemos então.

Mas, bem presente temos, em nosso espirito, a imagem sympathica e serena do illustre fluminense, apezar de fallecido a 7 de Dezembro de 1848 (ha vinte e nove annos), como tambem nos lembramos, e perfeitamente (temos n'isto

um particular prazer), da physionomia pallida e melancolica de outro illustre fluminense, Antonio Francisco Dutra e Mello (esperamos breve nos occupar d'elle), ainda mais infortunado, porque ainda mais cedo foi roubado á vida, com vinte e dois annos de idade, a 22 de Fevereiro de 1846.

E', porém, unicamente de Luiz Carlos Martins Penna que vamos tratar n'este escripto, d'esse singular escriptor fluminense, cujas obras dramaticas, selladas com o mais genuino cunho brasileiro, foram, entre nós, os primeiros typos d'este genero da litteratura.

---

A não menção d'este nome, nome tão caro, especialmente aos filhos d'esta capital do Imperio, no muito importante *Anno biographico brasileiro*, do douto e talentoso Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo, benemerito das letras patrias, e as muito deficientes e mesmo assim, em parte, inexactas informações que se encontram sobre este assumpto na, a respeito de outros objectos, tão noticiosa, obra do laborioso e intelligente Sr. Dr. Moreira de Azevedo, intitulada *O Rio de Janeiro, sua historia, monumentos, homens notaveis, etc.*, despertaram-nos o desejo de obter sobre o egregio morto mais ampla noticia, afim de redigir uma pequena memoria biographica, que, publicada pela imprensa, perpetuasse, e tão completamente quanto fosse possivel, o nome d'aquelle illustre brasileiro.

Felizmente encontrámos, em relação ao homem privado, e mesmo em relação ao funccionario publico, no illustrado e probo Sr. Dr. José Francisco Vianna, sobrinho do morto, a fonte legitima e fidedigna da verdade, das informações que desejavamos achar.

Quanto ao litterato, especialmente autor de comedias, tivemos necessidade de proceder a uma verdadeira exhumação, para nada nos servindo o pouco, e esse mesmo pouco incorrecto, que encontrámos sabido.

O que vamos escrever tem, pois, por base nossas proprias pesquizas e os esclarecimentos que nos ministrou patrioticamente aquelle distincto collega.

Dividiremos assim muito naturalmente este escripto em duas partes: na primeira trataremos do homem, da sua educação litteraria e do funccionario publico; na segunda do dramaturgo, especialmente autor de comedias, do litterato, emfim.

### Parte primeira.

Luiz Carlos Martins Penna, nascido n'esta cidade do Rio de Janeiro a 5 de Novembro de 1815, era filho legitimo do então juiz do bairro de Santa Rita, depois desembargador, João Martins Penna (mineiro) e de D. Francisca de Paula Julieta Penna (fluminense), neto, pelo lado paterno, do brigadeiro Francisco Martins Penna (portuguez) e de D. Claudia Maria de Sant'Anna (mineira), e pelo materno do tenente José Antônio da Costa Guimarães (portuguez) e de D. Maria Bernarda do Nascimento (fluminense).

Tendo ficado orphão de pai, com um anno de idade, e de mãi com dez annos, seu avô e depois um tio, maternos, que foram seus tutores, o destinaram para o commercio, em que se empregavam; por isso, depois de estudar as primeiras letras, a arithmetica e o latim, nas aulas dos antigos professores d'esta côrte Manoel Maria, Florencio e padre Agostinho Bandeira de Gouvêa, matriculou-se, em Março de 1832, na aula do commercio, cujo curso comple-

tou, tendo sido sempre approvado, e distinguindo-se por sua intelligencia e applicação.

Já emancipado da tutella de seu tio materno, e não se sentindo com vocação para o commercio, mas para os estudos litterarios e para as artes, frequentou, durante algum tempo, a Academia das Bellas Artes, onde adquiriu conhecimentos de architectura, estatuaria e pintura, os quaes distinctamente revelou, *maximè* sobre a pintura, nos escriptos que publicou a respeito das exposições d'aquella Academia e sobre a scenographia.

Depois de ter completado o curso da aula do commercio (tinha então vinte annos), e sem prejuizo da sua frequencia na academia das bellas artes, entregou-se com ardor ao estudo da historia, da geographia, da litteratura (especialmente a dramatica), e das linguas inglezas e italiana, aperfeiçoando-se na franceza, cujo estudo encetára aos quatorze annos, sem mestre, fallando e escrevendo corrente e correctamente todas essas linguas,

Simultaneamente cultivou a musica e o canto, tendo apreciavel voz de tenor, aprendendo tambem as regras de contra-ponto.

Revelado seu distincto merito, foi por decreto de 17 de 1838 nomeado amanuense da Mesa do consulado d'esta côrte, emprego que exerceu até 28 de Abril de 1843, em que foi removido, por decreto d'essa data, para lugar semelhante (o de amanuense) da Secretaria de Estado dos negocios estrangeiros, o qual serviu até Outubro de 1847, em que partiu para Europa (a 12 de Outubro, e na galera franceza *Amelie* (conforme consta do *Jornal do Commercio* de 13 do dito mez), por ter sido nomeado por decreto de 20 de Agosto d'esse anno addido de primeira classe á legação brasileira em Londres, emprego cujas funcções desempenhou de Fevereiro a Outubro de 1848.

Luiz Carlos Martins Penna, quer nos dois empregos que exerceu no Brasil, quer no de addido á legação brasileira em Londres, foi sempre um funccionario, além de muito intelligente, de exemplar procedimento e zeloso cumpridor de todas as obrigações a seu cargo, realizando importantes trabalhos n'este ultimo lugar, cujas funcções desempenhou cumulativamente com as de secretario da legação.

A sua extrema dedicação como funccionario publico muito concorreu para abreviar-lhe os dias da existencia, porque, menosprezando a natural debilidade de sua compleição, deixou que se aggravasse, no ultimo quinquennio da sua vida, a molestia pulmonar que, ha mais tempo, contrahira, e que completamente desenvolveu-se sob a influencia do clima frio e humido de Londres, não descontinuando nunca, entretanto, em seu meritorio ardor, em seu patriotico, mas não exigido suicidio, só pondo um termo a essa febril actividade, quando as forças de todo o abandonaram, violentando a tenacidade de sua vontade e a austeridade de seu zelo.

Desenganado das illusões que alimentára sobre a fortaleza de sua saude, ou antes sobre a possibilidade da victoria da resistencia moral ao descalabro de seu tão deteriorado organismo, o que é tão commum nos tisicos, pediu e obteve licença para voltar para o Brasil, acreditando ainda conseguir reerguer, pelo poder magico das auras vitaes da querida patria, o já infelizmente, e para sempre, desmoronado edificio.

Sahindo de Londres para Lisboa, em Novembro de 1848, ahi seus males attingiram á maxima gravidade, o tremendo ponto culminante, cujo declinio termina na sepultura!

A despeito dos humanitarios e louvaveis cuidados do digno consul brasileiro Vicente Ferreira da Silva (tambem já fallecido), e do engenho providente do distincto medico

portuguez Bernardino Antonio Gomes, falleceu Luiz Carlos Martins Penna a 7 de Dezembro do dito anno de 1848, no *Hotel de France*, ao caes do Sudré, sendo seu cadaver sepultado no cemiterio dos Prazeres.

Os restos mortaes do illustre brasileiro, em virtude de pedido que fez ao referido consul, momentos antes de morrer, foram exhumados a 11 de Setembro de 1850, com as solemnidades legaes, presentes as competentes autoridades portuguezas, encerrados em um caixão de zinco, este em outro funerario, e remettidos para o Brasil ao hoje igualmente fallecido conselheiro e senador Joaquim Francisco Vianna, seu cunhado e intimo amigo.

Luiz Penna era irmão de uma virtuosissima senhora, D. Carolina Penna Vianna, esposa d'aquelle conselheiro, a qual tivemos a fortuna de conhecer, prezando-a e venerando-a como uma verdadeira santa, que foi.

As cinzas de Luiz Penna, que sempre conviveu, e na mais doce e feliz harmonia com sua irmã e cunhado, emquanto esteve no Brasil, de 1834 em diante (e pouco tempo residiu na Europa), existem guardadas no mesmo jazigo que encerra as de sua boa irmã e dedicado cunhado, no cemiterio de S. João Baptista d'esta côrte.

Terminando a primeira parte d'esta noticia biographica, devemos aqui inserir a seguinte informação que nos forneceu o Sr. Dr. J. F. Vianna a respeito de Luiz Penna : « Tinha estatura baixa, compleição debil, olhos verdoengos, o olhar observador e penetrante, e uma presença nimiamente sympathica. »

Em virtude de nomeação, datada de 24 de Março de 1841, era Luiz Penna moço fidalgo da casa imperial ; mas sua mais meritoria fidalguia elle a conquistára, brazão por brazão, na luminosa e excelsa republica das letras.

Seu melhor titulo de nobreza não foi sanccionado pela

firma rubra de Cesar, mas pura doação de plebiscitos populares em repetidos comicios.

Morreu, tendo trinta e tres annos, um mez e dois dias de idade, senão no verdor dos annos, no principio da sua tão fecunda e honrada maduridade.

### Parte segunda.

Tratemos agora do dramaturgo, autor especialmente de comedias, do litterato, emfim.

Sobre esta segunda parte, e por certo a mais importante, da biographia de Luiz Penna, quasi nada, ou antes nada, encontrámos feito.

O proprio Sr. Dr. J. F. Vianna, que tanto preza (como deve) a respeitavel memoria de seu illustre tio, apenas nos forneceu a respeito d'esta face da distincta personalidade de Luiz Penna uma *muito incompleta* lista das composições theatraes do egregio fluminense, desprovida de quaesquer informações, commettendo mesmo um importante erro de data na unica e deficiente noticia que nos deu sobre a comedia *O Juiz de paz da roça*, como adiante se verá.

Em relação a esta parte da biographia de Luiz Penna, tres cousas de primeira importancia tinhamos de verificar, investigando de modo a obter, sem possibilidade de duvida, verdade inteira e irrefutavel: 1°, quantos e quaes dramas ou comedias escreveu Luiz Penna; 2°, quantos e quaes foram levados á scena nos nossos theatros; 3°, quantos e quaes foram impressos.

Sabendo, pela simples leitura da lista referida, que aquelle tão proximo parente de Luiz Penna ignorava quantas e quaes tinham sido suas producções litterarias, e

reconhecendo, por outro lado, a impossibilidade de conseguir esclarecimentos fidedignos, além d'aquelles, sobre os escriptos ainda ineditos, restringimos nossas pesquizas ao 2° e ao 3° ponto, isto é:

2.° Quantos e quaes dramas ou comedias de Luiz Penna foram levados á scena nos nossos theatros?

3.° Quantos e quaes foram impressos?

Ao principio, procuramos inquirir a uma ou outra pessoa, que acreditamos competente para dar-nos resposta satisfactoria áquellas perguntas; logo, porém, nos desenganamos, convencendo-nos de que o esquecimento e a ignorancia eram completos sobre este tão interessante assumpto.

Desilludidos, consultamos, além da referida obra do Sr. Dr. Moreira de Azevedo, o *Diccionario Bibliographico* do doutissimo e benemerito litterato e bibliophilo portuguez o fallecido Sr. Innocencio Francisco da Silva, e os catalogos dos livros impressos e publicados pelo tambem fallecido Paula Brito, annexos ás suas folhinhas de 1849 a 1857, existentes na bibliotheca fluminense; exploramos a Bibliotheca Municipal, a Fluminense e a nacional, o Gabinete Portuguez de Leitura e a bibliotheca particular, mas opulentissima de livros e manuscriptos brasileiros ou sobre o Brasil (é um precioso thesouro) do Sr. Dr. João Antonio Alves de Carvalho, e finalmente, consultamos onze annos do *Jornal do Commercio*, de 1837 (inclusive) a 1847 (tambem inclusive), examinando não só todas as paginas, mas todas as columnas das quatro ou seis paginas de mais de 4,000 jornaes (pois que os annuncios de theatro não se publicavam, como hoje, em lugar certo, mas em pagina e columna incertas), afim de ficar sabendo, com toda a certeza, quantos e quaes dramas ou comedias de Luiz Penna foram effectivamente levados á scena nos nossos

theatros, quando o foi pela primeira vez cada uma d'essas composições, e, finalmente, se foram impressas taes composições.

Muito pouco encontrámos no *Diccionario* do Sr. Innocencio, nos catalogos dos livros publicados pelo fallecido Paula Brito, e assim na Bibliotheca Nacional, na do Sr. Dr. João Alves de Carvalho e no Gabinete Portuguez de Leitura. Quanto á Bibliotheca municipal, não existiu jámais para ella o Fluminense Luiz Carlos Martins Penna!

A Bibliotheca Fluminense possuiu outr'ora, segundo nos informou seu honrado e desvelado patrono, o Sr. Francisco Antonio Martins, algumas das producções theatraes de Luiz Penna; hoje, porém, é um verdadeiro deserto sobre este objecto! As leituras fóra do estabelecimento, o que é da infeliz e parcial natureza (dizemos parcial, porque ha livros que não podem sahir do edificio) d'aquella Bibliotheca, dão estes tão lamentaveis resultados!

Foram os *Jornaes do Commercio* de 1837 a 1847 (onze annos) que nos forneceram a maior e a melhor cópia das informações que colhemos, e que ora offerecemos aos poucos, dignos e altos espiritos que prezam as cousas nacionaes.

Como é nosso rigoroso dever e como mandam a logica do progresso litterario e o mais trivial methodo, daremos noticia das composições theatraes de Luiz Penna, seguindo a ordem chronologica da primeira representação de cada uma d'essas composições.

Quaesquer considerações geraes, que nos possa suggerir este interessante assumpto, daremos depois.

Tinhamos quasi concluido esta memoria biographica, quando nos lembrámos de procurar a uma distincta filha (unica) que deixou o nosso Luiz Penna, senhora que não tinhamos a honra de conhecer, mas que sabiamos estar casada.

Tivemos a fortuna de encontrar essa senhora e a seu digno marido o Sr. Antonio Joaquim de Araujo Guimarães (residente á rua do Conde d'Eu n. 170) e esse encontro deu-nos o feliz azo de obter mais abundantes informações sobre as producções *ineditas* de Luiz Penna, informações que inserimos nos lugares competentes d'este escripto.

Eis a promettida noticia, peça por peça, com todos os esclarecimentos que deparámos em fontes fidedignas.

Cremos, a despeito de quaesquer lacunas ou deficiencias que possam ser notadas, ter, em parte, revelado e em parte deixado entrever uma fecunda e illustre individualidade, uma obumbrada, mas indiscutivel gloria nacional.

*O Juiz de paz da roça.*—Comedia (farça, disse o primeiro annuncio) em um acto, representada pela primeira vez no theatro de S. Pedro, a 4 de Outubro de 1838, em beneficio da actriz Estella Sezefreda.

(Vide *Jornal do Commercio* de 2, 3 e 4 do referido mez.)

A 15 ainda de Outubro, devendo fechar-se o theatro e em beneficio do actor João Caetano dos Santos, foi, de novo, levada á scena a (textual) *bem aceita farça.—O Juiz da roça.* »

(Vide *Jornal do Commercio* de 13 e 15 do mez supra citado.)

Cumpre notar que o primeiro titulo que teve esta comedia, titulo que se conservou durante as immediatamente posteriores representações, foi simplesmente.—*O juiz da roça.*

O Sr. Dr. Moreira de Azevedo informa que o autor conseguiu fazer representar esta comedia no anno de 1837, o que é inexacto ; a primeira representação só teve lugar na data supra referida.

O Sr. Innocencio Francisco da Silva, cuja morte foi tão

sensivel ás letras portuguezas e brasileiras, diz, na noticia que dá de Luiz Carlos Martins Penna, inserta no seu importantissimo *Diccionario Bibliographico Portuguez* conhecer a terceira edição d'esta comedia, devida á empreza Dois de Dezembro, de Paula Brito.

A Bibliotheca Publica possue um exemplar da edição de 1871 de Cruz Coutinho, o que tambem possuimos.

Está na relação que nos forneceu o Sr. Dr. J. F. Vianna que nos informou o seguinte:

« Quando estudante do segundo anno da aula do commercio, escreveu, tendo apenas dezoito annos (1833), a sua primeira comedia de costumes nacionaes, *O juiz de paz da roça*. Receioso, porém, de que o conhecimento d'essa sua vocação litteraria podesse difficultar a realização do seu desejo de obter um emprego publico (por serem insufficientes os rendimentos dos parcos bens que herdára de seus maiores), só fêl-a publicar e representar em 1841 ou 1842.»

*Publicar*, póde ser; *representar*, não, segundo ficou dito e irrefutavelmente.

Esta comedia mereceu tanta sympathia do publico fluminense, que julgaram os emprezarios dos outros theatros existentes n'esta côrte dever leval-a á scena nos theatros que dirigiam, ciosos dos applausos que outorgava a população ao joven e talentoso autor brasileiro; assim (deixando de fazer menção de factos mais modernos) foi a referida comedia levada á scena no theatro de S. Januario, a 26 de Maio de 1840, em beneficio da poetisa nacional D. Delfina Benigna da Cunha (vide *Jornal do Commercio* de 20, 22 e 26 de Maio), e no theatro de S. Francisco, a 20 de Setembro de 1841, em beneficio do autor José Romualdo de Noronha (*Jornal do Commercio* de 13, 16, 19 e 20 de Setembro), repetindo-se ainda a representação dois dias depois, isto é, a 22 de Setembro do dito anno de 1841.

O Sr. Dr. J. A. Alves de Carvalho possue exemplares da edição de 1843 d'esta comedia, que entretanto não encontrámos em varios catalogos dos livros impressos por Paula Brito, provavelmente por se esgotarem rapidamente as differentes edições que tirava.

O antigo catalogo (não o moderno de 1868) dos livros do Gabinete Portuguez de Leitura menciona esta comedia, referindo-se a exemplar da edição de 1842.

Possue o manuscripto original o Sr. Araujo Guimarães.

*A Familia e a festa da roça.*—Comedia em um acto, representada pela primeira vez no theatro de S. Pedro, a 1 de Setembro de 1840, em beneficio da actriz Estella Sezefreda.

(Vide *Jornal do Commercio* de 27 a 31 de Agosto do mencionado anno.)

O Sr. Dr. Moreira de Azevedo faz menção d'esta comedia, mas nada informa.

O Sr. Innocencio não a menciona.

A Bibliotheca Publica possue um exemplar da edição de 1871 de Cruz Coutinho, o que tambem possuimos.

Foi esta comedia longamente apreciada, quatro dias depois da primeira representação, no folhetim do *Jornal do Commercio* de 5 de Setembro do anno referido, reconhecendo o folhetinista « o genio do autor do bem aceito *Juiz de paz da roça* » e terminando seu juizo com as seguintes palavras :

« Ao publico agradou a comedia, que excitou longa hilaridade e obteve repetidos applausos. »

Festejando-se o anniversario da independencia a 7 ainda do dito mez, foi de novo levada á scena esta comedia.

Está na relação do Sr. Dr. J. F. Vianna.

Não está, porém, nos catalogos de Paula Brito ; possue d'ella exemplares, e das edições de 1842 e 1853, o Sr. Dr. Carvalho.

Está no antigo (não no moderno de 1868) catalogo dos livros do Gabinete Portuguez de Leitura, referindo-se á edição de 1842.

O Sr. Araujo Guimarães não possue o manuscripto original.

*O Judas em sabbado da Alleluia.*—Farça em um acto, representada pela primeira vez no theatro de S. Pedro, a 17 de Setembro de 1844, em beneficio do actor Manoel Soares.

(Vide *Jornal do Commercio* de 12, 16 e 17 do citado mez de Setembro.)

O Sr. Dr. Moreira de Azevedo faz menção d'esta comedia, mas nada informa.

O Sr. Innocencio diz conhecer a edição de 1852 da empreza *Dois de Dezembro* de Paula Brito.

A Bibliotheca Publica possue um exemplar da edição de 1871 de Cruz Coutinho, o que tambem possuimos.

Está na relação do Sr. Dr. J. F. Vianna.

Foi a primeira comedia publicada por Paula Brito na sua collecção denominada *Theatro Brasileiro*, e está nos respectivos catalogos.

Não está, porém, nos dois catalogos do Gabinete Portuguez de Leitura nem possue d'ella exemplar o Sr. Dr. Carvalho.

O Sr. Araujo Guimarães possue o manuscripto original.

*O Irmão das almas.*—Comedia em um acto, representada pela primeira vez no theatro de S. Pedro a 19 de Novembro de 1844 em beneficio do actor José Candido da Silva.

(Vide *Jornal do Commercio* de 11, 18 e 19 do referido mez.)

O Sr. Dr. Moreira de Azevedo faz menção d'esta comedia, mas nada informa.

O Sr. Innocencio diz conhecer a edição de 1852 da empreza *Dois de Dezembro* de Paula Brito.

A Bibliotheca Publica possue um exemplar da edição de 1877 de Cruz Coutinho, o que tambem possuimos.

Está na relação do Sr. Dr. J. F. Vianna.

Foi a terceira comedia publicada por Paula Brito na sua collecção denominada *Theatro Brasileiro*, e está nos respectivos catalogos; possue d'ella exemplares, e da edição de 1852, o Sr. Dr. Carvalho. Não está nos dois catalogos do Gabinete Portuguez de Leitura. O Sr. Araujo Guimarães possue o manuscripto original.

*Os Dois ou o inglez machinista.*—Comedia em um acto, representada pela primeira vez no theatro de S. Pedro, a 28 de Janeiro de 1845, em beneficio do actor Francisco de Paula Dias.

(Vide *Jornal do Commercio* de 27 do dito mez de Janeiro.)

Os Srs. Dr. Moreira de Azevedo e Innocencio fazem menção d'esta comedia, mas nada informam.

A Bibliotheca Publica possue um exemplar da edição de 1871, de Cruz Coutinho, o que tambem possuimos.

Está na relação do Sr. Dr. J. F. Vianna.

Não está, porém, nos catalogos de Paula Brito, nem nos dois do Gabinete Portuguez de Leitura; não possue d'ella exemplar o Sr. Dr. Carvalho. O manuscripto original está em poder do Sr. Araujo Guimarães.

*O Dilettanti.* — Tragi-farça em um acto, representada pela primeira vez no theatro de S. Pedro, a 25 de Fevereiro de 1845, em beneficio da actriz Gabriella da Cunha De Vechy.

(Vide *Jornal do Commercio* de 8 e 25 de Fevereiro citado.)

Os Srs. Dr. Moreira de Azevedo e Innocencio fazem menção d'esta comedia, mas nada informam.

A Bibliotheca Publica não possue exemplar d'ella. Possuimos um exemplar da edição de 1846 de Paula Brito, sendo a segunda das publicadas sob o titulo *Theatro Brasileiro*, por L. C. M. Penna.

Não está na relação do Sr. Dr. J. V. Vianna, nem possue della exemplar o Sr. Dr. Carvalho.

Está nos catalogos de Paula Brito ; não, porém, nos dois do Gabinete Portuguez de Leitura. O Sr. Araujo Guimarães possue o manuscripto original.

*Os Namorados ou a noite de S. João.* — Comedia em um acto, representada pela primeira vez a 13 de Março de 1845 em beneficio do actor Germano Francisco de Oliveira.

(Vide o *Jornal do Commercio* de 26 de Fevereiro e 11 de Março do referido anno. Nos annuncios declarava-se que a comedia terminaria, o que é natural, á vista de seu titulo e assumpto, por « um pequeno, mas lindo fogo de artificio. »

O Sr. Dr. Moreira de Azevedo faz menção d'esta comedia, mas nada informa.

O Sr. Innocencio não a menciona.

Não está na relação do Sr. Dr. J. F. Vianna, nem nos catalogos de Paula Brito, do Gabinete Portuguez de Leitura e da Bibliotheca Nacional. O Sr. Dr. Carvalho não a possue. Possue o manuscripto original o Sr. Araujo Guimarães. Provavelmente não foi impressa.

*Os Tres medicos.* — Comedia em um acto, representada pela primeira vez no theatro de S. Pedro, a 3 de Junho de 1845, em beneficio da actriz Ludovina Soares da Costa.

(Vide *Jornal do Commercio* de 23 de Maio e 3 de Junho citado.)

D'esta comedia não fazem menção nem o Sr. Dr. Moreira de Azevedo, nem o Sr. Innocencio.

Está na relação do Sr. Dr. J. F. Vianna.

Não está, porém, nos catalogos de Paula Brito, do Gabinete Portuguez de Leitura e da Bibliotheca Publica. O Sr. Dr. Carvalho não possue exemplar d'esta comedia.

Provavelmente não foi impressa.

Possue o manuscripto original o Sr. Araujo Guimarães.

*O Cigano.*—Drama em um acto, representado pela primeira vez no theatro de S. Pedro, a 15 de Julho de 1845, em beneficio do actor Florindo Joaquim da Silva.

(Vide *Jornal do Commercio* de 12 e 15 do dito mez.) Os Srs. Dr. Moreira de Azevedo e Innocencio não fazem menção d'este drama.

Vimos e lemos *uma cópia* que pertenceu ao actor Florindo, e da qual é hoje proprietario o Sr. Serafim José Alves. Segundo vem declarado no manuscripto, foi este drama escripto ou concluido a 16 de Março do referido anno.

Não está na relação do Sr. Dr. Vianna, nem tambem nos catalogos de Paula Brito, do Gabinete Portuguez de Leitura e da Bibliotheca Publica, nem o possue o Sr. Dr. Carvalho. Provavelmente nunca foi impresso.

O Sr. Araujo Guimarães possue o manuscripto original.

*O Noviço.*— Comedia em tres actos, representada pela primeira vez no theatro de S. Pedro a 10 (a 12, diz mal informado o Sr. Dr. Moreira de Azevedo) de Agosto de 1845.

(Vide o *Jornal do Commercio* do citado dia da representação.) Era recita da assignatura.

Como vimos, faz menção d'esta comedia o Sr. Dr. Moreira de Azevedo.

O Sr. Innocencio tambem a menciona.

A Bibliotheca Publica possue um exemplar da edição de 1853, de Paula Brito.

Possuimos um exemplar da edição de 1877, de Cruz Coutinho.

Está na relação do Sr. Dr. J. F. Vianna e está tambem nos catalogos de Paula Brito ; não, porém, nos dois do Gabinete Portuguez de Leitura.

Possue exemplares da edição de 1853 d'esta comedia o Sr. Dr. Carvalho.

O Sr. Araujo Guimarães possue o manuscripto original.

*Witiza* ou o *Nero de Hespanha.*—Drama em verso, em cinco actos e um prologo, representado pela primeira vez no theatro de S. Pedro a 21 (a 14, diz mal informado o Sr. Dr. Moreira de Azevedo) de Setembro de 1845. Era recita da assignatura.

(Vide o *Jornal do Commercio* de 15 do dito mez, onde vem um communicado, elogiando ao Sr. Romeiro (José Antonio Thomaz Romeiro) *inspector da scena*, pelo esmero com que ensaiava o drama, e vide igualmente o *Jornal* do dia da representação, onde vem o annuncio em que se declara que o drama foi extrahido da *Historia de Portugal*, de M. de la Clede, provavelmente (dizemos nós) da traducção do illustre lexicógrapho fluminense Antonio de Moraes e Silva.)

Fazem menção d'este drama o Sr. Dr. Moreira de Azevedo e o Sr. Innocencio, accrescentando aquelle simplesmente a inexacta informação que rectificámos.

Está na relação do Sr. Dr. J. F. Vianna.

Não está, porém, nos catalogos de Paula Brito, nos do Gabinete Portuguez de Leitura e no da Bibliotheca Publica.

O Sr. Dr. Carvalho não possue exemplar d'esta comedia. Ignoramos se foi impressa. Possue o manuscripto original o Sr. Araujo Guimarães.

*Bolyngbrock & C.ª ou as casadas, solteiras.*— Comedia em tres actos (imitação, diz o annuncio, feito naturalmente de accordo com o autor), representada pela primeira vez no theatro de S. Pedro, a 18 (a 14, diz mal informado o Sr. Dr. Moreira de Azevedo) de Novembro de 1845, em beneficio do actor Manoel Soares.

(Vide *Jornal do Commercio* de 6, 12, 17 e 18 de Novembro do dito anno.)

O Sr. Dr. Moreira de Azevedo nenhuma informação nos dá sobre esta comedia; entretanto denomina-a, por equivoco, *Os casados solteiros*, pondo no masculino o que o autor pôz no feminino e supprimindo o primeiro titulo.

O Sr. Innocencio não a menciona.

Não está na relação do Sr. Dr. J. F. Vianna, nem nos catalogos de Paula Brito, do Gabinete Portuguez de Leitura e da Bibliotheca Publica. O Sr. Dr. Carvalho não possue exemplar d'esta comedia.

Ignoramos se foi impressa. Possue o manuscripto original o Sr. Araujo Guimarães.

*O Caixeiro da taverna.*— Comedia em um acto, representada pela primeira vez no theatro de S. Pedro, a 18 de Novembro de 1845 (juntamente com a precedente), em beneficio do actor Manoel Soares.

(Vide *Jornal do Commercio* de 6, 12, 17 e 18 de Novembro de 1845.)

O Sr. Dr. Moreira de Azevedo faz menção d'esta comedia, mas nada informa.

O Sr. Innocencio declara conhecer a edição de 1852 da empreza *Dois de Dezembro*, de Paula Brito.

A Bibliotheca Publica possue um exemplar d'esta edição, o que tambem possuimos.

Está na relação do Sr. Dr. J. F. Vianna e nos catalogos

de Paula Brito ; não, porém, nos do Gabinete Portuguez de Leitura.

O Sr. Dr. Carvalho possue exemplares d'esta comedia. da edição de 1852.

Possue o manuscripto original o Sr. Araujo Guimarães.

*Quem casa quer casa.* — Proverbio em um acto, representado pela primeira vez no theatro de S. Pedro, a 15 de Dezembro de 1845, em beneficio do actor José Candido da Silva.

(Vide *Jornal do Commercio*, de 24 de Novembro a 15 do referido mez de Dezembro.)

O Sr. Dr. Moreira de Azevedo faz menção d'esta comedia, mas nada informa.

O Sr. Innocencio diz conhecer a edição de 1852 da empreza *Dois de Dezembro* de Paula Brito.

A Bibliotheca Publica possue um exemplar d'esta edição, o que tambem possuimos.

Não está na relação do Sr. Dr. J. F. Vianna, nem nos catalogos do Gabinete Portuguez de Leitura ; está, porém, nos catalogos de Paula Brito. Possue exemplares da referida edição de 1852 o Sr. Dr. Carvalho,e possue o manuscripto original o Sr. Araujo Guimarães.

*Os Meirinhos.* — Comedia em um acto, representada pela primeira vez no theatro de S. Pedro a 27 de Janeiro de 1846 : era recita da assignatura.

(Vide *Jornal do Commercio* do citado dia da representação ; foi ainda levada á scena nos dias immediatos, a 14 e 15 de Fevereiro, etc.)

Não fazem menção d'esta comedia nem o Sr. Dr. Moreira de Azevedo, nem o Sr. Innocencio.

Não está tambem na relação do Sr. Dr. J. F. Vianna, nem nos catalogos de Paula Brito, do Gabinete Portuguez de Leitura e da Bibliotheca Publica. Tambem não possue

exemplar d'esta comedia o Sr. Dr. Carvalho. Provavelmente não foi impressa. Possue o manuscripto original o Sr. Araujo Guimarães.

*Os Ciumes de um pedestre.* — Comedia em um acto, annunciada para ser representada no theatro de S. Pedro a 29 de Janeiro de 1846, em beneficio do actor Francisco de Paula Dias.

(Vide *Jornal do Commercio* de 15 do referido mez.)

Não foi, porém, levada á scena, sendo substituida por outra comedia de diverso autor.

Em todo o anno de 1846, bem como no de 1847, em que o autor partiu para a Europa, de onde só voltou o seu cadaver, ou, antes, d'onde só voltaram os seus ossos, não foi representada esta comedia.

Cremos que nunca o foi.

Os Srs. Dr. Moreira de Azevedo e Innocencio não fazem menção d'esta comedia, que está, entretanto, na relação do Sr. Dr. Vianna.

Provavelmente não foi impressa.

Não está nos catalogos de Paula Brito, do Gabinete Portuguez de Leitura e da Bibliotheca Publica. Tambem não possue d'ella exemplar o Dr. Carvalho. Consta-nos que esta comedia não foi levada á scena por não ter sido approvada pelo Conservatorio dramatico, visto referir-se a um facto recente e escandaloso. Possue o manuscripto original o Sr. Araujo Guimarães.

*As Desgraças de uma criancinha.* — Comedia em um acto, representada pela primeira vez no theatro de S. Pedro a 10 de Maio de 1846 : era recita da assignatura.

(Vide *Jornal do Commercio* de 9 e 10 de Maio citado.)

Não fazem menção d'esta comedia nem o Sr. Dr. Moreira de Azevedo, nem o Sr. Innocencio.

Tambem não está na relação do Sr. Dr. J. F. Vianna,

nem nos catalogos de Paula Brito, do Gabinete Portuguez de Leitura e da Bibliotheca Publica.

Não possue d'ella exemplar o Sr. Dr. Carvalho.

Provavelmente não foi impressa. Possue o manuscripto original o Sr. Araujo Guimarães.

*O Terrivel capitão do mato.* — Comedia (o primeiro annuncio dizia — drama) em um acto, representada pela primeira vez no theatro de S. Pedro a 5 de Julho de 1846: era recita da assignatura.

(Vide *Jornal do Commercio* do proprio dia da primeira representação.)

D'esta comedia não dão noticia nem o Sr. Dr. Moreira de Azevedo, nem o Sr. Innocencio.

Não está tambem na relação do Sr. Dr. J. F. Vianna, nem tambem nos catalogos de Paula Brito, do Gabinete Portuguez de Leitura e da Bibliotheca Publica.

Não possue exemplar d'ella o Sr. Dr. Carvalho:

Provavelmente não foi impressa. O Sr. Araujo Guimarães não possue tambem o manuscripto original, nem cópia d'esta comedia.

*O Segredo de Estado.* — Drama (imitação, diz o annuncio, feito naturalmente de accordo com o autor) em um acto, representado pela primeira vez no theatro de S. Pedro, a 29 de Julho de 1846, em beneficio da actriz Ludovina Soares da Costa.

(Vide *Jornal do Commercio* de 19 a 29 de Julho citado.)

D'este drama tambem não dão noticia os Srs. Dr. Moreira de Azevedo e Innocencio.

Tambem não está na relação do Sr. Dr. J. F. Vianna, nem nos catalogos de Paula Brito, do Gabinete Portuguez de Leitura e da Bibliotheca Publica.

Não possue exemplar d'elle o Sr. Dr. Carvalho.

Cremos que nunca foi impresso. O Sr. Araujo Guimarães não possue tambem o manuscripto original, nem cópia d'este drama.

*A Barriga de meu tio.* — Comedia burlesca em tres actos, representada pela primeira vez no theatro de S. Pedro, a 17 de Dezembro de 1846, em beneficio do actor Manoel Soares.

(Vide *Jornal do Commercio* de 5 a 17 do citado mez de Dezembro.)

O Sr. Dr. Moreira de Azevedo faz menção d'esta comedia, mas nada informa.

O Sr. Innocencio não a menciona.

Está na relação do Sr. Dr. J. F. Vianna mas, não nos catalogos de Paula Brito, do Gabinete Portuguez de Leitura e da Bibliotheca Publica.

Não possue exemplar d'ella o Sr. Dr. Carvalho.

Ignoramos se foi impressa. O Sr. Araujo Guimarães não possue o manuscripto original, nem cópia d'esta comedia.

A comedia em tres actos, denominada *A Barriga de meu tio*, foi a ultima composição de Luiz Penna levada á scena; deixou, porém, o incansavel fluminense mais as seguintes peças theatraes, que vimos e examinámos, em manuscripto, como vimos e examinámos, tambem em manuscripto, quasi todas as outras composições de Luiz Penna, quer já impressas, quer simplesmente representadas, que possue o Sr. Araujo Guimarães :

*D. Leonor Telles*, drama em cinco actos e seis quadros.

*Itaminda ou o guerreiro de Tupan*, drama indigena em tres actos.

*D. João de Lyra*, drama em tres actos.

*Fernando ou o santo accusador*, drama em quatro actos.

*Um Sertanejo*, comedia em um acto.

*O Jogo de prendas*, comedia em um acto.

*O Usurario*, comedia em tres actos, infelizmente truncada.

Luiz Penna encontrou muitas contrariedades no começo da sua tão breve, mas tão fecunda vida de autor dramatico, informando-nos o Sr. Dr. J. F. Vianna que o proprio João Caetano dos Santos bastante o guerreára, provavelmente (accrescentamos nós) por cultivar Luiz Penna especialmente a comedia, e não ser este o genero litterario das sympathias e da indole pujante e explosiva d'aquelle tão talentoso brasileiro, genio verdadeiramente admiravel, pois que não foi sómente creador de *não-eus*, mas creador de si mesmo, tendo por unica escola a propria natureza e por guia, tambem unico e indefectivel, seu soberano talento.

Ao já mencionado *inspector da scena* do theatro S. Pedro, José Antonio Thomaz Romeiro, deveu Luiz Penna a fortuna de serem representadas, tornando-o assim conhecido do publico, a maior parte das suas comedias, escriptas de 1842 a 1847.

Merece, entretanto, ser lembrado, sem prejuizo do que fica dito, e a bem do patriotismo de João Caetano dos Santos e da que foi depois sua esposa, que a primeira representação da primeira comedia de Luiz Penna teve lugar em beneficio da actriz Estella Sezefreda, e que a segunda representação d'essa primeira comedia realizou-se tambem em beneficio de João Caetano dos Santos.

Ainda em apoio d'esta cordial defesa que fazemos do grande actor fluminense, devemos aqui declarar que, no *Jornal do Commercio* de 18 de Março de 1846, lê-se um annuncio de João Caetano dos Santos, pedindo aos brasileiros, autores de peças theatraes, que apresentem suas composições, para ser escolhida uma, afim de ser levada á scena por occasião da reabertura do theatro de S. Francisco,

a composição qual teria de ser impressa, diz o annuncio, *á custa* do emprezario annunciante.

Mas, muito natural era que João Caetano dos Santos, independente de quaesquer motivos particulares que podesse ter, o que ignoramos e de cuja existencia mesmo duvidamos, prezasse mais, por exemplo, ao autor do *Antonio José* e do *Olgiato* e ao imitador do *Othelo* de Ducis, do que ao autor do *Juiz de paz da roça*, do *Dilettanti* e do *Quem casa quer casa*, etc., etc.

Não pensavam, porém, assim o Manoel Soares, o Paula Dias, a Gertrudes Angelica da Cunha, a Maria Amalia, a Gabriella de Vechy, o Monteiro e outros distinctos comicos d'aquelles tempos.

Entretanto, o excellente acolhimento que mereceu do publico fluminense o drama em verso, em cinco actos e um prologo, denominado *Witiza ou o Nero de Hespanha*, seus judiciosos e picantes folhetins, em uma importante folha diaria d'esta côrte, e o romance historico que escreveu, provam que o talento de Luiz Penna não era harpa de uma só corda, que modulasse uma eterna monodia, que não tinha elle por unico campo de actividade e unico de estadio de gloria, a ridente e iriada comedia, com seus fogos de artificio cambiantes, e sua plethora e convulsão de hilaridade, de sarcasmo e de ridiculo ; mas, pelo contrario, que tal talento era multiforme e omnimodo, capaz dos mais arrojados e variados commettimentos litterarios, opulentamente apto para cultivar, com feliz exito, todos os generos da litteratura.

Fizemos referencia a folhetins e a um romance escriptos por Luiz Penna ; é, pois, dever nosso accrescentar mais algumas palavras sobre este ponto.

Informando-nos o Sr. Dr. J. F. Vianna que Luiz Penna escrevêra um romance historico, denominado *Duguay-*

*Trouin*, nas paginas da *Sentinella da Monarchia* ou do *Correio da Tarde*, percorremos com a vista as paginas da dita *Sentinella da Monarchia* de 1840 a 1847 (a Bibliotheca Publica, unica que possue esse periodico, não possue os numeros de 1841), e nada encontrámos em materia de romances publicados em folhetim na dita folha senão os de Alexandre Herculano (*Eurico*, *Monge de Cister*, o *Bobo* e das *Lendas e Narrativas*, a *Abobada* e o *Parocho na Aldêa*) as *Viagens á minha terra* de Garret e differentes versões.

Estará o *Duguay-Trouin* justamente nos numeros da *Sentinella da Monarchia* do referido anno de 1841, que não pudémos vêr? Não conhecemos quem possua a collecção completa d'aquelle periodico.

Quanto ao *Correio da Tarde*, não nos foi possivel lêr senão as collecções de 1848 a 1849, (da Bibliotheca Fluminense (unica que possue essa folha), deprehendendo-se do primeiro numero d'aquelle anno (1848) que era elle tambem o primeiro numero do periodico, e tambem nas ditas collecções não encontrámos o citado romance de Luiz Penna, o que muito natural nos pareceu, por ter elle partido para a Europa a 12 de Outubro de 1847; sendo pouco provavel que aqui deixasse escripto para ser publicado em sua ausencia, e sendo ainda menos provavel que o remettesse da Europa, durante o anno de 1848, em cujo mez de Dezembro (a 7) falleceu, quando lá viveu sempre tão atarefado, apezar de consumido pela fatal molestia que o levou ao tumulo.

Entretanto, é para nós indubitavel que Luiz Penna escreveu um romance, que teve o nome de *Duguay-Trouin*, e que esse romance foi inserido em algum dos periodicos publicados n'esta côrte de 1838 a 1847. Tal é a confiança que nos inspira a probidade do nosso digno informante.

Basta-nos isto: faltam-nos tempo e paciencia para desco-

brir mais esta incognita ; outros o farão, talvez facilmente, e completarão n'este, como em qualquer outro ponto, as deficiencias d'esta noticia, o que muito estimaremos.

Quanto aos *folhetins*, escreveu Luiz Penna os publicados no *Jornal do Commercio*, durante o anno de 1846 até 3 de Março de 1847, em que deu-lhes a denominação de *Semana lyrica*, sendo o ultimo d'este titulo o publicado no *Jornal* de 14 de Setembro do dito anno de 1847. Menos de um mez depois seguia para Londres.

Os referidos *folhetins, maxime a Semana lyrica*, foram escriptos muito distinctos, pela graça e naturalidade de seus reparos, por sua tão apropriada e salutar causticidade epigrammatica, pelo atticismo de sua linguagem, e, finalmente, pelo bom gosto e notavel conhecimento que revelavam das regras da harmonia, dos preceitos directores da arte dramatica, e da compostura e conveniencias scenicas.

Apezar dos naturaes progressos, que tanto têm engrandecido e exaltado entre nós a litteratura e as artes, ainda hoje seriam devidamente apreciados e applaudidos aquelles formosos, perfumados e succulentos productos do tão deslembrado, mas tão memoravel, porque muito talentoso, inventivo e benemerito escriptor brasileiro.

Foi, porém, o theatro (porque muita gente ignorou e até hoje tem ignorado quem fosse o autor anonymo dos judiciosos e picantes *folhetins* e da *Semana lyrica* do *Jornal do Commercio*) o estadio publico das victorias e das glorias litterarias de Luiz Carlos Martins Penna.

As comedias de Luiz Penna têm um cunho tão caracteristicamente nacional, são tão popularmente brasileiras, são tão nossas, que haveria crime de leso-patriotismo em deixar morrer pela indifferença e pelo esquecimento publicos aquelles preciosos artefactos litterarios, sejam quaes

forem os senões que uma critica severa possa n'elles descobrir.

Luiz Carlos Martins Penna foi inquestionavelmente o creador da comedia nacional; e tanto basta para que seu nome tenha lugar distincto no já bem povoado Pantheon das letras patrias.

O que havia, antes d'elle, em materia de comedia brasileira? Uma lutuosa solidão, um vacuo lamentavel, ameaçado de ser eliminado pela creação de um mundo novo, ridente, soberbo e auspicioso.

Antonio José da Silva, o tambem illustre fluminense, que expiou na *redemptora* fogueira da *santa* Inquisição o grande crime de querer manter temerario a independencia da alma, a liberdade da consciencia, só foi brasileiro pelo nascimento. Suas famosas comedias, que se intitulam: *Guerras do alecrim e da mangerona*, *Os encantos de Medéa*, *O labyrintho de Creta*, *A vida de D. Quixote*, *O precipicio de Phaetonte*, etc., etc., não têm cunho nacional: são productos de um preclaro espirito puramente portuguez ou então distinctamente cosmopolita, tendo por vasto campo de exploração a typica natureza humana, sem determinação de latitude e de longitude.

Luiz Penna, pelo contrario, foi brasileiro, pronunciadamente brasileiro na quasi totalidade de suas composições theatraes, e foi mesmo ainda mais do que isto, porque foi fluminense, caracteristicamente fluminense, em suas numerosas comedias, tão opulentas de estudo dos nossos costumes, de satyras pungentes para os defeitos mais ou menos accidentaes ou chronicos, da nossa educação social e domestica, *maximè* nas camadas inferiores.

Felizmente elle viveu em tempos de verdadeiro patriotismo, tão differentes dos que ora correm, em que mandam todas as conveniencias sociaes e todos os preceitos da

moral que se cubra com véo bem espesso a estatua tantas vezes ultrajada do pudor publico!

E era tão prezado da patriotica população fluminense, e tão grandes eram o prestigio e a influencia do seu talento sobre os emprezarios de theatro e sobre os actores, que, no *Jornal do Commercio* de 6 de Junho de 1846, isto é, em um só dia, era annunciada a proxima representação de tres composições do illustre brasileiro, sendo, no theatro de S. Januario, *O judas em sabbado da Alleluia*, para o proprio dia do annuncio, e *O juiz de paz da roça*, para o dia 10 do mesmo mez, e, no theatro de S. Pedro, *Os irmãos das almas*, para o dia 7 ainda do referido mez.

Quanto á representação, em um só dia, de duas producções theatraes de Luiz Penna, foram factos estes que muitas vezes tiveram lugar no mesmo ou em dois theatros.

E' que então o publico não ficava, como hoje, á espera das apreciações e recommendações da imprensa: bastava tratar-se de peça, principalmente se nova, de autor nacional, para lá comparecer fervoroso, afim de animal-o, applaudil o e coroal-o.

Incidentemente, e, apenas como lembrança de factos que tiveram e têm um certo valor historico-litterario, permitta-se-nos aqui declarar, em relação a um illustre e benemerito companheiro de glorias de Luiz Penna, o Sr. Dr. Domingos José Gonçalves de Magalhães, hoje visconde de Araguaya, que sua primeira grande composição dramatica, a tragedia original intitulada *Antonio José ou o poeta e a Inquisição*, annunciada no *Jornal do Commercio* de 16 de Dezembro de 1837, para ser levada á scena pela primeira vez no theatro *Constitucional Fluminense* (1) (o de S. Pedro) a 20 do dito mez, em beneficio

(1) Tudo e todos queriam ser então constitucionaes, theatros e

da actriz Estella Sezefreda, e de novo annunciada no *Jornal do Commercio* de 18 do mez citado para ser representada a 3 de Janeiro de 1838, só foi effectivamente levada á scena, pela primeira vez, a 13 de Março d'este ultimo anno (no mesmo anno em que o foi e pela primeira vez a primeira comedia de Luiz Penna), em beneficio da mencionada actriz, conforme se lê nos *Jornaes do Commercio* de 6, 7, 8, 9, 10, 12 e 13 do dito mez de Março de 1838.

Dissemos que foi o *Antonio José* a primeira grande composição dramatica original do Sr. Dr. Magalhães, e assim nos exprimimos, porque o mesmo senhor tinha composto e feito representar antes, em 1832, no theatro da rua dos Arcos, elogios dramaticos ao 7 de Setembro e aó 7 de Abril.

Quanto ao drama, tambem original, do Sr. Dr. Magalhães, denominado *Olgiato*, foi representado, pela primeira vez, a 7 de Setembro de 1839, segundo se lê tambem nos *Jornaes do Commercio* de 3 a 7 d'este ultimo mez.

Voltando, porém, ao nosso estimavel e estimado Luiz Penna, sentimos ter de declarar que de suas *dezenove* composições theatraes, levadas á scena, acreditamos estarem tres perdidas ou ameaçadas infelizmente de se perderem,em mãos de indifferentes ou de nescios das preciosidades que possuem, e são ellas as seguintes: *O terrivel capitão do mato*, *O segredo de estado*, e *A barriga de meu tio*.

Posto já tenhamos dito alguma cousa a respeito da impressão das comedias ou dramas de Luiz Penna, quando

typographias ! Era mais um meio, e eloquente, de protestar contra as gentilezas do passado ! O theatro do Rocio, depois de ser de S. João e S. Pedro, devia, depois de 7 de Abril de 1831, declarar-se constitucional, ainda que não fosse senão por pouco tempo e como um simples protesto.

tratamos de cada uma, ou de cada um, em particular, diremos mais algumas palavras sobre este assumpto.

No *Jornal do Commercio* de 28 de Janeiro de 1846 vem publicado um annuncio de Paula Britto, declarando: 1º, que o *Theatro Brasileiro* seria constituido por doze peças theatraes de Luiz Penna; 2º, que já estava publicada a comedia danominada *O judas em sabbado d'alleluia*; que o *Dilettanti* estava no prélo, e que seguir-se-hia immediatamente a esta comedia *O irmão das almas*; 3º, finalmente, que o preço da collecção das doze peças, pago adiantado, seria de 5$, e que cada comedia avulsa custaria 600 rs.

Posto tenhamos examinado todos os *Jornaes do Commercio* de 1846 e 1847, além dos anteriores, até 1837 *inclusive* (procurando, é verdade, especialmente, senão exclusivamente, annuncios da *primeira* representação de cada uma das comedias de Luiz Penna), não encontrámos outra qualquer publicação de Paula Brito relativamente áquella empreza do *Theatro Brasileiro*.

E' possivel que exista.

Entretanto, examinando os catalogos dos livros publicados pelo referido Paula Brito, annexos ás suas folhinhas de 1849 a 1857 (unicas que possue a Bibliotheca Fluminense, que é tambem a unica que as possue), só encontrámos mencionadas as tres comedias a que nos referimos, isto é: *O Judas em sabbado de alleluia*, o *Dilettanti*, e o *Irmão das almas* e mais o *Noviço*, *Quem casa quer casa*, e o *Caixeiro da taverna*; seis, portanto.

Conhecem[illegible]ção de comedias de Luiz Penna dos annos de 1842, [illegible] 1846, 1852, 1853, 1871 e 1877; mas só temos visto e possuimos, com o titulo—*Theatro Brasileiro*, o *Dilettanti* (edição de 1846) *Quem casa quer casa* e o *Caixeiro da taverna* (ambas da edição de 1852).

Cremos, pois, que a tal publicação de *doze* peças de Luiz Penna, annunciada no *Jornal do Commercio* de 28 de Janeiro de 1846, sob a denominação geral de *Theatro Brasileiro*, mallogrou-se, em grande parte, infelizmente.

Em summa, das *vinte* composições dramaticas de Luiz Penna, annunciadas pelos jornaes, para serem levadas á scena, ou das *dezenove* effectivamente representadas, só conhecemos e possuimos *impressas* as *nove* seguintes: *O Juiz de paz da roça*, *A Familia e a festa da roça*, *O Judas em sabbado de alleluia*, *O Irmão das almas*, *Os Dois ou a Inglez machinista*, *O Dilettanti*, *O Noviço*, *O Caixeiro do taverna* e *Quem casa quer casa.*

Mas quantos escriptos do nosso Luiz Penna estão salvos, impressos ou ineditos?

Além das *nove* comedias *impressas*, das quaes acabamos de fazer menção, todas muitas vezes levadas á scena, dos *folhetins* e da *Semana lyrica* do *Jornal do Commercio*, e do não encontrado romance (mas que deve existir), estão salvas mais as seguintes composições dramaticas de Luiz Penna, estando os respectivos manuscriptos originaes em poder do Sr. Antonio Joaquim de Araujo Guimarães:

*Os Namorados ou a noite de S. João*, representada.

*Os Tres Medicos*, idem.

*O Cigano*, idem.

*Witiza ou o Nero de Hespanha*, idem.

*Bolymbrock & C.ª ou as casadas-solteiras*, idem.

*Os Meirinhos*, idem.

*Os Ciumes de um pedestre*, idem.

*As Desgraças de uma criancinha*, idem.

*D. Leonor Telles*, drama em cinco actos e seis quadros, não representado.

*Itaminda ou o guerreiro de Tupan*, drama indigena em tres actos, idem.

*D. João de Lyra*, drama em tres actos, idem.

*Um Sertanejo*, comedia em um acto, idem,

*O Jogo de Prendas*, comedia em um acto, idem.

*O Usurario*, comedia em tres actos, idem (infelizmente truncada).

Temos, pois, de Luiz Carlos Martins Penna, além dos *folhetins* e da *Semana lyrica* do *Jornal do Commercio*, e do não encontrado romance, *vinte e tres* composições dramaticas, estando *nove* já impressas, *treze* manuscriptas, mas em perfeito estado de conservação, e promptas, portanto, para serem tambem impressas, e *uma* truncada, parecendo-nos, porém, facil completal-a.

Quanto ás *tres*, ou pelo menos quanto a *duas* das tres comedias representadas, não impressas, e cujos manuscriptos ignora-se onde param, seja-nos permittido suggerir aos que são, mais do que nós, interessados em restaurar completa a bella memoria de Luiz Penna, um patriotico alvitre, baseado em instructivo e conhecido precedente.

As tres *eclipsadas* comedias de Luiz Penna são as seguintes: *O Terrivel capitão do mato*, levada á scena em noite de recita da assignatura, *O Segredo de Estado*, levada á scena em beneficio da actriz Ludovina Soares da Costa, e *A Barriga de meu tio*, levada á scena em beneficio do actor Manoel Soares.

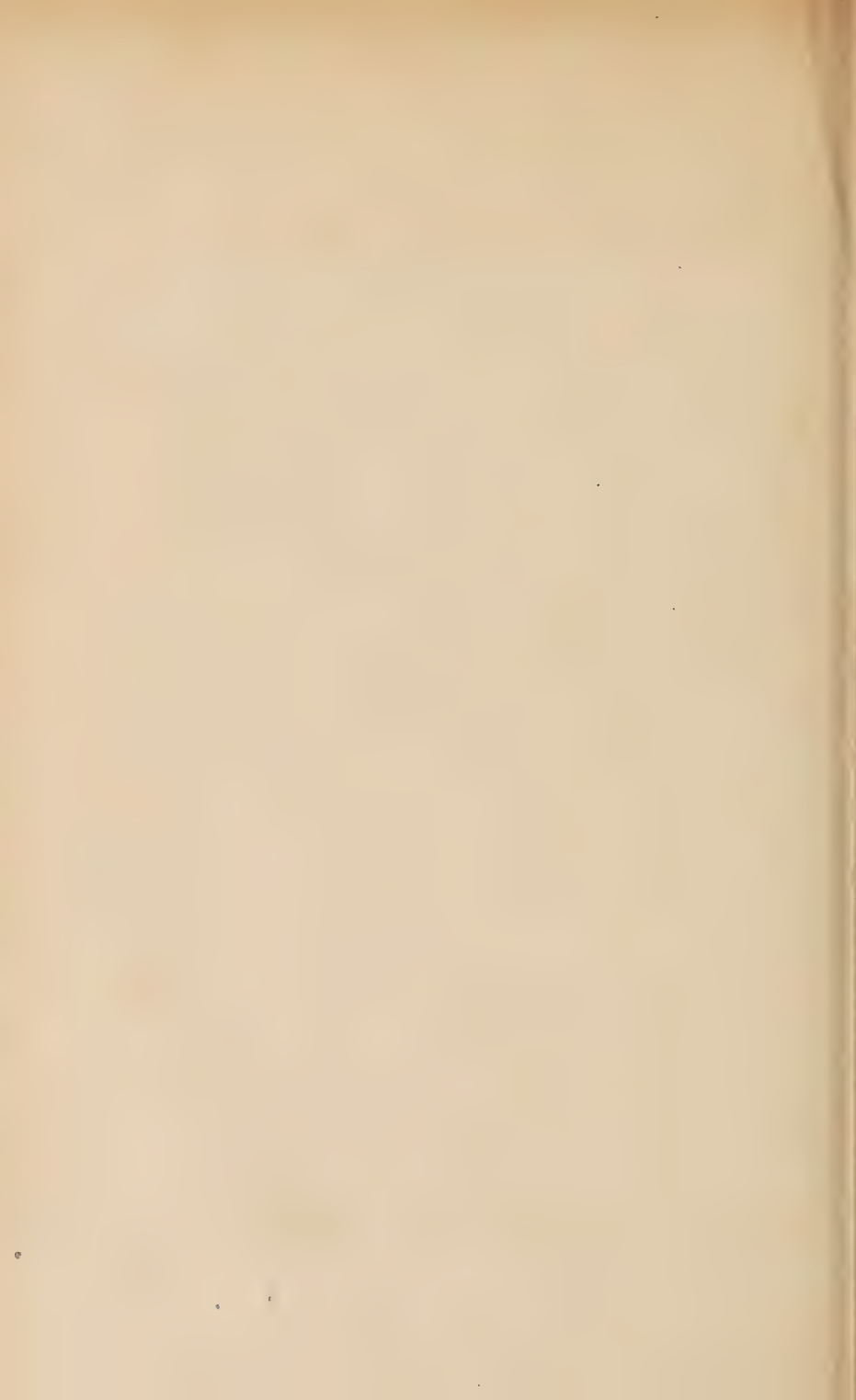
Ora, a cópia do drama *O Cigano*, que tivemos occasião de lêr, que pertenceu ao actor Florindo, e em cujo beneficio foi representado a 15 de Julho de 1845, avisa ou revela que o autor tinha o, aliás muito natural, costume de dar aos actores cópia das suas composições dramaticas, que tinham de ser levadas á scena, em beneficio dos mesmos actores; e como *duas* das *tres* peças *eclipsadas* foram representadas, em beneficio de um actor e de uma actriz, talvez seja possivel conseguir-se dos descendentes ou herdeiros

d'aquelle actor e d'aquella actriz (tão conhecidos) as alludidas cópias.

Quanto á comedia levada á scena em noite de recita da assignatura, parece-nos mais difficil a empreza de rehaver a respectiva cópia. As transformações, as transmissões e os incendios que tem soffrido a rediviva phenix, chamada theatro de S. Pedro, se não entibiam nossos patrioticos desejos, fazem quasi desmaiar nossas interessadas esperanças...

O que existe, porém, já é um opulento e precioso legado, que não devemos malbaratar ou permittir que se transforme em um montão de cinzas ou de poeira vil, triste e imprestavel, documento vergonhoso e irrefutavel do gradual, mas talvez fatal deslustre, senão total perda da physionomia do nosso caracter nacional.

Consentirá que se consumme esta obra de iniquidade e de vilipendio o patriotismo dos brasileiros?

Em 21 de Novembro de 1877.

# ACTAS DAS SESSÕES EM 1877

## 1ª SESSÃO ORDINARIA EM 20 DE ABRIL DE 1877.

*Presidencia do Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo.*

A's 6 horas da tarde, achando-se reunidos na sala do Instituto os Srs. Drs. Joaquim Manoel de Macedo, Carlos Honorio de Figueiredo, Manoel Duarte Moreira de Azevedo, José Tito Nabuco de Araujo, Antonio Alvares Pereira Coruja, senador Candido Mendes de Almeida, conselheiros Olegario Herculano de Aquino e Castro e Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, Drs. Manoel Jesuino Ferreira, Maximiano Marques de Carvalho, Felizardo Pinheiro de Campos, Joaquim Antonio Pinto Junior, brigadeiro José Vieira Couto de Magalhães e 1º tenente Francisco Manoel Alvares de Araujo, o Sr. Dr. Macedo, 1º vice-presidente, abriu a sessão.

Não havendo leitura de acta, o Sr. Dr. Carlos Honorio, servindo de 1º secretario, deu conta do seguinte:

### EXPEDIENTE

Carta do consocio Sr. Dr. Cesar Augusto Marques, communicando que por justo impedimento não póde comparecer á presente sessão.

Officios do Sr. Dr. J. J. de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque, director da secretaria do Imperio, communicando, de ordem de S. Ex. o Sr. ministro da mesma

repartição, que em data de 15 de Janeiro do corrente anno solicitou-se do Sr. ministro da fazenda expedição de ordem para que na alfandega d'esta côrte sejam despachados livres de direito quatro caixões com livros offerecidos a este Instituto pela Smithsonian Institution, e enviados pelo consul do Brasil em Baltimore; e participando estar o Sr. ministro inteirado do resultado da eleição a que o Instituto procedeu em assembléa geral, no dia 21 de Dezembro findo, para membros da mesa e das commissões que têm de funccionar no corrente anno.

Do Sr. barão de Cabo Frio, director-geral da secretaria de Estado dos negocios estrangeiros, remettendo, de ordem de S. Ex. o Sr. ministro d'essa repartição, um exemplar do *Relatorio* apresentado á assembléa geral legislativa na actual sessão, e dois pacotes com publicações da Academia Real das Sciencias da Belgica, offertadas a este Instituto e enviadas áquella secretaria pela legação do Brasil n'aquelle paiz.

Do Sr. presidente da provincia do Ceará, enviando um exemplar da *Collecção das Leis* promulgadas pela respectiva assembléa provincial.

Do Exm. Sr. visconde do Rio Branco, director da escola polytechnica, offerecendo a este Instituto um exemplar dos *Dados meteorologicos de observações feitas no Brasil*, e organisados por aquella escola.

Do Sr. barão de Aguiar de Andrada, ministro da legação imperial do Brasil em Montevidéo, offerecendo por parte do nosso consocio o Sr. Diogo de Barros Arana, ministro do Chile nas republicas do Prata, as seguintes obras:

*Processo de Pedro de Valdivia y otros documentos ineditos concernentes a este conquistador.* Santiago de Chile, 1875;

*Don Miguel Luis Amunategui, candidato a la presidencia de la republica.* Santiago, 1875;

*Narraciones Historicas*, por Miguel Luis Amunategui. Santiago, 1876;

*Don Claudio Gay, su vida y sus obras.*—Estudio biografico y critico escrito por encargo del consejo de la universidad de Chile, por Diego de Barros Arana. Santiago, 1876.

Carta dos Srs. marquez de Sousa Holstein e José Julio Rodrigues, membros da commissão nomeada pelo governo de S. M. Fidelissima, e installada em Lisboa para organisar entre Portugal e os paizes estrangeiros o serviço das permutações scientificas, litterarias e artisticas, pedindo a este Instituto que, á vista do accordo de 12 de Agosto de 1875, assignado pela quasi totalidade dos commissarios das nações representadas no Congresso Geographico de Paris, lhe declare quaes as intenções do governo do Brasil a respeito, afim de se habilitar devidamente para a installação entre esse Imperio e aquelle reino do serviço que estão encarregados de organisar.

Officio dos Srs. presidente e secretario do Gabinete de Leitura da cidade do Rio Grande do Sul, pedindo a este Instituto alguns numeros de sua *Revista* para completar a collecção que já possue.—Ao Sr. 1° secretario para fazer a remessa solicitada.

Dito do Sr. Luiz Augusto de Padua Fleury, secretario da legação do Brasil na republica Argentina, offerecendo o 2° volume dos *Anales de la Sociedad Scientifica Argentina*, cujo 1° volume já por elle foi enviado em 19 de Agosto ultimo.

Carta do Sr. conego José Gonçalves Ferreira, offerecendo uma collecção do periodico *Apostolo* e agradecendo ao Instituto o haver-lhe concedido uma collecção de suas *Revistas*.

Dita do Sr. E. Dupont, offertando alguns numeros da *Revista Brasileira* e da publicação com o titulo *Boatos*.

Do consocio Sr. Dr. Antonio Henriques Leal a seguinte

carta, que o Instituto resolveu fosse publicada integralmente na acta:

« Illm. e Exm. Sr.—Dirigi-me em meiados de 1875 ao Instituto Historico, Geographico e Ethnographico Brasileiro, por intermedio de seu mui digno 1º secretario o conego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, communicando que em minhas investigações particulares deparei nos archivos portuguezes com manuscriptos interessantes para a nossa historia, uns inteiramente ignorados, outros já apontados por varios escriptores, mas sem designação dos lugares onde paravam. Acompanhava aquelle officio uma relação de taes manuscriptos, e n'elle offerecia-me, sem outra remuneração mais do que a satisfação de ser de algum modo util, para dirigir qualquer cópia, ou cópias que interessassem ao Instituto, a seus membros ou ainda a curiosos que estudem a historia patria, encarregado outro individuo de pagar os copistas. Pedia por ultimo que depois de lidos em sessão fossem inseridos na *Revista*, para se vulgarisarem meu offerecimento e o conhecimento d'esses documentos historicos.

« Soube posteriormente que foram entregues o officio e relação, e nem extranhei a falta de resposta d'elles, habituado, como já estava, a não saber senão passados mezes e até anno, pela publicação da *Revista*, da recepção de offertas por mim feitas de obras, quer impressas, quer manuscriptas (cópias ou authographicos), uma d'ellas de grande preço, a *Historia da guerra da Catalunha*, escripta do proprio punho de seu autor D. Francisco Manoel de Mello, de que feliz acaso fez-me possuidor, e que apezar de offertas vantajosas da parte de um cavalheiro hespanhol para que a cedesse á bibliotheca de Madrid, não consentiu o meu espirito de nacionalidade e a dedicação que voto ao Instituto; e foi enriquecer a sua bibliotheca.

« Aguardei embalde pela transcripção d'essas peças na nossa *Revista*, até que soube pelo nosso consocio o Exm. Sr. senador Candido Mendes de Almeida, a quem dei noticia de alguns d'esses manuscriptos, que não foram elles apresentados ao Instituto e nem se encontram no seu archivo (*). Em vista do occorrido reenvio a inclusa relação junta, renovando ao Instituto, a seus membros e ás pessoas a elle estranhas meus offerecimentos de prestar-me, e de bom grado, para dirigir e vigiar as cópias que queiram dos manuscriptos apontados.

« Reiterando a V. Ex. meus protestos de muita consideração, subscrevo-me de V. Ex. humilde confrade e attento venerador.—*Dr. Antonio Henriques Leal.*—Lisboa, 13 de Janeiro de 1877. »

*Relação dos manuscriptos para a historia do Brasil colonial, a que se refere a carta supra.*

« Na bibliotheca da Ajuda :

« *Informação do Estado do Maranhão*, por Miguel da Rosa Pimentel. Lisboa, 4 de Setembro de 1692. Quinze paginas de folha (original).

« *Regimento para os capitães-móres dos rios das Amazonas*, com assignatura do mesmo Miguel da Rosa Pimentel. Quatorze paginas de folha (original).

« *Memorial*, que dá o capitão João da Rocha de Andrade, *das cousas necessarias ao Rio de Janeiro*. Lisboa, 22 de Dezembro de 1600 (original).

« Papel do padre Antonio Vieira (com o ultimo capitulo

(*) Examinando o archivo do Instituto Historico verifiquei que existem esses manuscriptos.—*Moreira de Azevedo.*

de sua letra), dado a el-rei, sobre a entrega de Pernambuco. Não traz o anno. Dezeseis paginas de folha.

« *Carta* de el-rei Filippe IV para o alcaide-mór de Villa Franca, sobre a restauração de Pernambuco. Madrid, 16 de Setembro de 1633 (original).

« *Carta* de Filippe IV para D. Pedro Castello Branco sobre o Estado do Brasil. Madrid, 13 de Março de 1636 (original).

« *Regimento* que el-rei D. João V mandou a José de Semedo Maia, capitão de mar e guerra da náo *Nossa Senhora da Piedade*, enviada a comboiar a esquadra que foi ao Rio de Janeiro. Lisboa, 2 de Março de 1717 (original).

« *Carta* de Gonçalo Ravasco para o duque, quando morreu seu tio o grande padre Antonio Vieira. Bahia, 31 de Julho de 1697 (original).

« *Informação sobre as minas do Ceará*. 8 de Agosto de 1654 (cópia).

« *Relação do dinheiro que se remetteu para a cidade de Lisboa* desde 22 de Maio de 1682 até 21 de Maio de 1687. Bahia, 28 de Junho de 1689—Antonio Lopes Ulhoa (original).

« *Relação do dinheiro e assucar que se remetteu para Lisboa da provedoria-mór do Estado do Brasil* desde 22 de Maio de 1688 até 21 de Maio de 1693, assignada pelo mesmo Ulhoa (original).

« *Relação do dinheiro remettido da provedoria-mór do Estado do Brasil para Lisboa* desde 22 de Maio de 1694 até 19 de Maio de 1699, assignado pelo mesmo (original).

« *Carta* de João Baptista de Azeredo Coutinho de Montaury para el-rei, offerecendo-lhe um estojo para navalhas, feito por um natural da capitania de Ceará Grande. Ceará Grande, 1° de Abril de 1783 (original).

« *Discurso* que D. Pedro de Almeida, conde de Assumar, fez no dia 4 de Setembro de 1717, em que tomou posse do governo da cidade de S. Paulo, assistindo o se-

nado, os nobres, o povo e alguns procuradores das villas da sua comarca (cópia).

« *Memorial* que o tenente-coronel Alvaro José Serpa Souto Maior deu á Sua Magestade na audiencia de 6 de Abril de 1728 (cópia antiga). E' uma exposição por parte de Estevão Pereira da Silva, que, vindo das Indias hespanholas, observára doze cousas com respeito ao Brasil, as quaes entendia serem dignas da real ponderação.

« Na bibliotheca nacional de Lisboa:

« *Apontamentos para a chronica da companhia de Jesus no Estado do Maranhão.* Acha-se este manuscripto com a marcação P. 4—39.

« E' um in-folio de 403 folhas, dividido em cinco livros, contendo o primeiro trinta e um capitulos, o segundo treze, o terceiro vinte e sete, o quarto vinte e quatro e o quinto cinco. Não traz nome de autor, e a narrativa chega até 1660. No fim da folha 403 vem o titulo do livro sexto, que devia occupar-se dos successos de 1661.

« *Chronica da missão da companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, pelo padre João Filippe Betendorf, missionario antigo da mesma missão. Tomo I, dedicado á Nossa Senhora da Luz. Procura-se com a marcação P. 4—27, e vai até 1630. Contém dez livros em vinte e quatro capitulos e duzentas e setenta folhas.

« *Livro dos obitos dos religiosos da companhia de Jesus*, pertencentes ao collegio de Santo Alexandre (Pará). São dois cadernos, com a marcação P. 4—31, vindo no rosto o seguinte distico: *Lembranças dos defuntos que estão enterrados na igreja de Nossa Senhora da Luz do collegio da companhia de Jesus do Maranhão. Parte primeira. Dos padres e irmãos da companhia que estão enterrados na igreja nova.* Principia o assento em 1699 e chega a 1749. Não é paginado. O segundo caderno (P. 4—32)

tem no tôpo da folha que serve de rosto: *Livro de obitos dos religiosos da companhia de Jesus, pertencentes ao collegio de Santo Alexandre. Anno de* 1730. São curiosos, porque após o nome de cada padre vem uma breve noticia de sua vida.

« Existe na bibliotheca nacional um grosso in-folio de cartas dos jesuitas, em grande parte do Brasil, desde o anno de 1572 até 1584. O anterior a este está no Rio de Janeiro. A marcação é P. 4—35.

« Sob a marcação P. 4—27 é um volume de cento e vinte cartas *originaes* dos jesuitas do Pará e Maranhão, dirigidas ao padre Bento da Fonseca. Abrangem os annos de 1734 a 1756.

« *P. Joannes Adrianus.—Littera in qua narrat mortem P. A. Vieira.*—Bahia, 1677.

« Nas notas A e B do segundo tomo de meus *Apontamentos para a historia dos jesuitas no Brasil* dou conta minuciosa de outros manuscriptos da bibliotheca nacional, que escuso aqui reproduzir.

« Na bibliotheca da Academia Real das Sciencias de Lisboa ha dois volumes, mal conservados, de cartas de jesuitas, e que vão de 1544 a 1568. São dos padres residentes nas Indias. Ha alli tambem alguns mappas da costa do Brasil, de portos, e outros topographicos de cidades.

« Na torre do Tombo encontrei os dois processos do padre Manoel de Moraes, instaurados pelo tribunal do santo officio de Lisboa: traz o n. 4847. Auto 28, anno 1643. »

Houve as seguintes

OFFERTAS

Pelas secretarias de Estado dos negocios do Imperio, justiça, estrangeiros, agricultura e da guerra, os *Relatorios*

que os Exms. ministros d'estas repartições apresentaram á assembléa geral legislativa na actual sessão.

Pelo Sr. Francisco Manoel Alvares de Araujo, alguns exemplares do *Anno Biographico* do Sr. Dr. Macedo, e tres exemplares da obra com o titulo : *O Imperio do Brasil na exposição universal de Philadelphia.*

Pela Sociedade de Geographia de Roma, o *Boletim* da mesma dos mezes de Julho, Agosto e Setembro de 1876.

Pela Academia Real de Bruxellas, as seguintes obras :

*Annuaire de l'Académie Royale des Sciences, des Lettres et des Beaux-Arts de Belgique.* Bruxelles, 1876 (annos de 1875—1876) ;

*Bulletins de l'Académie Royale des Sciences, Lettres et des Arts de Belgique.* Bruxelles, 1874—1875, tres volumes.

*Mémoires couronnées et autres mémoires publiées par l'Académie Royale de Bruxelles.* 1875, tres volumes ;

*Mémoires de l'Académie Royale des Sciences, etc.*, tome 41, 2e partie. Bruxelles, 1875—1876, dois volumes ;

*Mémoires couronnées et mémoires des savants étrangers publiées par l'Académie Royale.* Bruxelles, tomo 39, 1876.

Pelo consocio Sr. Dr. Joaquim Antonio Pinto Junior : *Guerra do Paraguay. — Defesa heroica da ilha da Redempção* (10 de Abril de 1866). Rio de Janeiro, 1877.

Pelo Sr. Dr. Brasilio Machado : *Madresilvas*, versos. Porto, 1876.

Pelo Sr. bacharel Joaquim Maria dos Anjos Espozel : *Revista mensal das decisões proferidas pela Relação da côrte em processos civeis, commerciaes e crimes.* Rio de Janeiro, 1876.

Pela typographia nacional, a *Collecção de leis e decisões do governo do Brasil*, anno de 1830. Rio de Janeiro, 1876.

Pelo Instituto Pharmaceutico do Rio de Janeiro, varios

numeros do seu jornal com o titulo: *Tribuna Pharmaceutica*, publicação mensal.

Pela Real Sociedade de Geographia de Londres, o seu *Boletim* do mez de Março de 1877.

Pelo consocio Sr. Dr. Gumbleton Daunt, por intermedio do Sr. Coruja: *Cathecismo da doutrina christã* (impresso) nas linguas portugueza e brasilica. Sem a folha do rosto e as ultimas.

Pelo Sr. Dr. Moreira de Azevedo, a sua obra com o titulo: *O Rio de Janeiro, sua historia, monumentos, homens notaveis, usos e curiosidades*, 1º vol. Rio de Janeiro, 1877.

Pelos editores do jornal *Illustração Brasileira*, os onze primeiros numeros. Rio de Janeiro, 1876.

Pelo Sr. Charles Pradez, um exemplar da sua obra *Doute et foi.—Influence de l'étude des sciences naturelles sur le sceptecisme contemporain.* Paris, 1877.

Pelo Sr. director das obras publicas da provincia do Rio de Janeiro: *Mappa* das distancias itinerarias entre a côrte, cidades e villas da provincia do Rio de Janeiro, organisado pela directoria das obras publicas da mesma provincia, 1876.

Pelo governo dos Estados do Mississipi, os seguintes:

*Journal of the house of representatives of the State of Mississipi at a regular session thereof, convened in the city of Jackson*, January, 1876. *Printed by authority.* Jackson-Mississipi, 1876;

*Journal of the senate of the State of Mississippi sthing as a court of impeachment, in the trials of Aldebert Ames, governor; Alexander K. Davis, lieutenant-governor; Thomas W. Cardoso, superintendent of public education.* Jackson-Mississippi, 1876, dois volumes;

*Laws of the State of Mississippi, passed at a regular*

*session of the Mississippi legislature, printed by authority of law*. Jackson-Mississippi, 1876 ;

*Repport on the geology and agriculture of the State of Mississippi*, by Eug. W. Hilgard. Jackson-Mississippi, 1860.

Pelo Sr. bibliothecario da bibliotheca publica de Montevidéo :

*Compendio de la historia de la republica Oriental del Uruguay*, por Isidoro de Maria. Montevidéo, 1874 ;

*Relaciones nominales de contribuintes de los departamientos del interior de la republica en el año de 1874, tomo II* ;

*La Escuela de agricultura de Palmira y su fundador Don Juan de Cominges*. Montevidéo, 1876 ;

*Documentos oficiales.—Tentativa de pacificacion interna por interposicion de S. E. el caballero R. U. Barbolani, ministro residente de S. M. el rey de Italia. — Negativa de D. Venancio Flores*. Montevidéo, 1876 ;

*Associacion rural del Uruguay*. Montevidéo, 1875 e 1876, doze fasciculos.

Pelo Sr. conego Fonseca Lima, um exemplar da suas orações funebres.

Varios jornaes e periodicos remettidos pelas respectivas redacções.

As offertas são recebidas com agrado.

## ORDEM DO DIA

Leu-se, e foi remettida á commissão subsidiaria de geographia, a seguinte proposta :

« Propomos para socio correspondente d'este Instituto o Dr. Thomaz Garcez Paranhos Montenegro, servindo-lhe

de titulo os seus dois trabalhos sobre o Rio de S. Francisco, já offerecidos. Em 20 de Abril de 1877.—*Manoel Jesuino Ferreira. — Carlos Honorio de Figueiredo. — Francisco Manoel Alvares de Araujo.* »

Foi apresentada e entrou em discussão a seguinte proposta :

« *Gabinete cartographico.*—A fundação d'este Instituto Historico e Geographico do Brasil, tendo comprehendido e previsto a época em que se poderia publicar por conta d'esta mesma instituição cartas exactas e completas, não só em relação ás sciencias puras que as inspiram e regulam, mas tambem sobre os quatro pontos de vista, a saber : politico, administrativo, militar e commercial, não só do Brasil, mas de outras nações ; e julgando nós que esta época se realiza agora :

« Proponho que este Instituto Historico e Geographico crêe e installe junto ás salas de suas sessões um gabinete cartographico, onde se preparem com toda a exactidão as cartas geographicas, topographicas e de geographia physica, que devem ser publicadas em todas as *Revistas* d'este Instituto. Sala das sessões do Instituto Historico e Geographico, Rio de Janeiro, 20 de Abril de 1877. — *Dr. Maximiano Marques de Carvalho.* »

Posta em discussão, fallaram sobre ella o seu autor, e os Srs. senador Candido Mendes, conselheiro Olegario, Drs. Manoel Jesuino Ferreira, e Pinto Junior e Coruja, resolvendo afinal o Instituto que a proposta e o seguinte additamento, feito pelo Sr. Jesuino Ferreira, fossem remettidos ás commissões de estatutos, de geographia e de fundos e orçamento.

Additamento. — « Proponho que, reconhecido o estado prospero das finanças do Instituto, mande-se litographar os mappas e cartas geographicas mais importantes que

existem no Instituto, em qualquer das officinas mais notaveis do Rio de Janeiro, ficando a cargo da secção respectiva a escolha dos ditos mappas e cartas. Em 20 de Abril de 1877. S. R. — *Jesuino Ferreira.* »

Foi approvado, e remettido á commissão de admissão de socios, o parecer dado pela commissão de historia a respeito das *Lições de historia patria* do Sr. Dr. Americo Brasiliense e de sua admissão ao gremio do Instituto.

Levantou-se a sessão ás 8 horas.

*Dr. Moreira de Azevedo,*
2° SECRETARIO SUPPLENTE.

---

## 2.ª SESSÃO EM 4 DE MAIO DE 1877.

*Presidencia do Sr. conselheiro Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello.*

A's 6 horas da tarde, achando-se presentes na sala do Instituto os Srs. conselheiro Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, Drs. Carlos Honorio de Figueiredo, Manoel Duarte Moreira de Azevedo, José Tito Nabuco de Araujo, Felizardo Pinheiro de Campos, senador Candido Mendes de Almeida, Antonio Alvares Pereira Coruja, conselheiros José Mauricio Fernandes Pereira de Barros e José da Costa Azevedo, o Sr. conselheiro Homem de Mello, 3° vice-presidente, abriu a sessão.

Os Srs. conselheiro Olegario Herculano de Aquino e Castro e Dr. Cesar Augusto Marques communicaram que, por motivo de serviço publico, não podiam comparecer á sessão.

Leu-se e approvou-se a acta da antecedente.

## EXPEDIENTE

Carta do Exm. Sr. presidente visconde do Bom Retiro, datada de Vienna d'Austria em 22 de Março ultimo, enviando ao Sr. 1º vice-presidente Dr. Macedo, uma relação de obras antigas, e outra de manuscriptos concernentes ao Brasil, existentes em archivos de dois conventos em Roma, afim de serem examinadas e se fazer acquisição, por meio de compra ou por cópias, d'aquellas obras e documentos que o Instituto não possuir. Remetteram-se a carta e relações á commissão de pesquiza de manuscriptos para dar parecer com urgencia.

Officios dos Srs. presidentes das provincias da Bahia, Alagôas, Ceará, Maranhão, Pará e Rio Grande do Sul, enviando exemplares de *Relatorios* e collecções de *Leis provinciaes*.

Carta do consocio Sr. Dr. Caetano Alves de Sousa Filgueiras, datada da Parahyba, solicitando documentos para escrever um trabalho sobre o finado socio Antonio Peregrino Maciel Monteiro.—Resolveu o Instituto que se respondesse ao digno consocio que não existem na bibliotheca do Instituto os documentos que solicita.

Houve as seguintes

## OFFERTAS

Pelas secretarias de Estado dos negocios da marinha e da fazenda os *Relatorios* apresentados á assembléa geral legislativa na actual sessão pelos respectivos ministros.

Pela Sociedade de Geographia de Paris, os seus *Boletins* dos mezes de Outubro, Novembro e Dezembro de 1876, e Janeiro e Fevereiro de 1877, cinco numeros.

Pela Sociedade de Geographia de Londres, o *Boletim* do mez de Março do corrente anno.

Pela Sociedade de Geographia Italiana, o seu *Boletim* de Dezembro de 1876.

Pela Sociedade de Geographia de Roma, os *Boletins* dos mezes de Novembro e Dezembro de 1876.

Pela Sociedade de Geographia de Madrid, os seus *Boletins* de Agosto a Novembro de 1876.

Pela Real Academia dei Lincei (Roma), anno 1876—1877, vol. 1.° Roma, 1877.

Pela Commissão Central Permanente de Geographia de Lisbôa, os *Annaes* de Dezembro de 1876.

Pelo Sr. Dr. Luiz Pereira Barreto, a obra intitulada *As tres philosophias*, segunda parte, *Philosophia metaphysica*. Jacarehy, 1877.

Pelo Instituto Pharmaceutico do Rio de Janeiro, dois numeros do seu jornal do corrente anno.

Pelo Sr. bacharel Joaquim Maria dos Anjos Esposel, *A Revista* das decisões proferidas pela Relação da côrte em processos civeis, commerciaes e crimes. O n. 2 de Março do corrente anno.

Pelo Sr. bacharel João Gabriel de Moraes Navarro, a sua obra sob o titulo *Diversões*. Campinas, 1876

Pelo Club Litterario Curytibano, os seus estatutos.

Pelo Sr. Francisco Vidal Gormaz, director da Sociedade de Hydrographia do Chile, *O Annuario hydrographico da marinha do Chile*. Santiago, 1877, anno III, um volume.

Pelo Sr. bibliothecario da Bibliotheca Municipal da Côrte, o *Relatorio* que apresentou á Illma. camara municipal em 9 de Outubro de 1876.

Pelo Sr. bibliothecario da Bibliotheca Publica de Montevidéo, os seguintes folhetos:

*Associacion Rural del Uruguay*, jornal dos mezes de

Dezembro de 1876, e Janeiro, Fevereiro, Março e Abril de 1877 ; *Expediente relativo á la denuncia hecha ante la comision economico-administrativa*, por D. Pedro E. Bauzá, Montevidéo, 1873 ;

*Sociedad de Amigos de la Educacion Popular* ;

Escuela Elbio Fernandez. Montevidéo, 1876 ;

*Reglamento geral de policia rural*, Montevidéo, 1876 ;

*Noticia sobre la evasion de Mr. Henri Rochefort, su arribo á Austria, viaje á Estados-Unidos, residencia en New-York y regresso á Europa*, reunidos y comentados por Tomas Moncayo. Montevidéo, 1874 ;

*Los Oradores de la camara.* — Retratos, bocetos y caricaturas. Montevidéo, 1876 ;

*Reglamento de seccion tercera y undecima.* Tit. 1° del codigo rural. Montevidéo, 1877 ;

*Buletin oficial de la comision de agricultura de la junta E. administrativa*, Montevidéo, 1877. Fevereiro e Março ;

*Comision central directiva de emigracion : Informe anual de 1877. — Emigracion, colonisacion y intereses generales*. Montevidéo, 1877.

Pelo Imperial Instituto Artistico, os numeros da *Illustração Brasileira* até hoje publicados.

Varios jornaes e periodicos enviados pelas respectivas redacções.

As offertas são recebidas com agrado.

## ORDEM DO DIA

Leu-se, e remetteu-se á commissão de geographia, a seguinte proposta :

« Propomos para socio correspondente do Instituto

Historico e Geographico Brasileiro o Sr. bacharel José Ignacio Coimbra, engenheiro, major reformado do exercito, chefe de secção da inspectoria das terras e colonisação, servindo de titulo para a sua admissão o seu trabalho *Mappa* geographico da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Sala das sessões do Instituto em 4 de Maio de 1877.—*Carlos Honorio de Figueiredo.*—*José Mauricio Fernandes Pereira de Barros.*—*Felizardo Pinheiro de Campos.*»

Foram approvados e enviados á commissão de admissão de socios os dois seguintes pareceres, apresentados pelos Srs. relatores das commissões de geographia e subsidiaria de geographia, sobre a proposta para admissão do Sr. Francisco Calheiros da Graça.

« Foi presente á commissão de geographia uma proposta assignada por quatro illustrados membros do Instituto, apresentando á sua approvação como socio correspondente ao Sr. 1º tenente da armada nacional Francisco Calheiros da Graça, servindo de titulo á sua admissão uma *Memoria* sobre a origem e causa do aquecimento das aguas do *Gulf Stream*, o *Mappa* das sondagens para o cabo transatlantico, e as *investigações* sobre os instrumentos destinados aos trabalhos hydrographicos do imperio, tudo da lavra do mesmo Sr. 1º tenente.

« Examinando a *Memoria* e o *Mappa*, pois que não recebeu as *investigações*, a commissão de geographia não póde esquivar-se a reconhecer que o primeiro trabalho tem muito merecimento e assaz recommenda a illustração do autor, bem como o mappa de sondagens de nosso littoral norte ás ilhas de Barbadas, de S. Thomaz, no mar das Antilhas ; mas a commissão não ousa dar completo parecer, entendendo que sobre taes assumptos convém ouvir a commissão subsidiaria de geographia, onde ha membros

competentes para julgarem um trabalho hydrographico. Sala das sessões em 26 de Setembro de 1876.—*Candido Mendes de Almeida.—Miguel Antonio da Silva.*»

« A' commissão subsidiaria de trabalhos geographicos foi presente a proposta, assignada por quatro illustres membros d'este Instituto, para ser aceito em seu gremio como socio correspondente o Sr. Francisco Calheiros da Graça, servindo-lhe de titulos :

« 1.º Sua *Memoria*, impressa em 1874 sobre a origem e causa do aquecimento das aguas do *Gulf Stream* ;

« 2.º O *Mappa* das sondagens para assentar-se o cabo transatlantico;

« 3.º As *investigações* ácerca dos instrumentos destinados á hydrographia.»

« Apenas foi entregue á mesma commissão o primeiro de taes trabalhos d'aquelle official de nossa armada, acompanhado do juizo da commissão de geographia, juizo favoravel e que recommenda a illustração do autor.

« A commissão de geographia, porém, esquivando-se de dar parecer completo sobre esses titulos de apresentação do mesmo official, lembrou a conveniencia de ouvir-se esta commissão, onde ha, em seu pensar, membros competentes para o julgamento dos que referem-se á *hydrographia.* Deixando de parte esse excesso de escrupulos da commissão referida, nota ainda por ultima vez a subsidiaria uma circumstancia que lhe restringe a missão que tem, o haver sómente recebido a alludida *Memoria*, dos tres trabalhos de que falla a proposta, memoria aliás bem julgada de começo, e que só por si, no entender da commissão subsidiaria, justifica a admissão solicitada, e da qual se trata.

« Quaesquer que sejam, pois, as refutações possiveis á idéa externada n'essa memoria sobre a questão desenvol-

vida, não quanto ás verdades de pontos scientificos que a enriquecem, mas ás applicações feitas no intuito de sustental-a, merece ella do Instituto aquelle acolhimento que tão respeitada commissão lhe deu, e lê-se do parecer assignado pelo nosso douto consocio o Sr. senador Candido Mendes de Almeida. Sala das sessões do Instituto Historico e Geographico em 4 de Maio de 1877.—O relator, *José da Costa Azevedo.* »

«De perfeito accôrdo com o parecer acima escripto, tenho sómente a accrescentar que a *Memoria* escripta pelo Sr. 1° tenente Francisco Calheiros da Graça, sobre a origem e a causa do aquecimento das aguas do golpho *Stream* nos parece um trabalho de alta importancia, que servirá para esclarecer e guiar a navegação na parte occidental do oceano Atlantico, em todo o espaço que se estende do cabo de S Roque até as margens orientaes do golpho *Stream*. Além d'este precioso trabalho vimos e apreciamos as tres cartas reduzidas da costa do Brasil, entre o cabo Gurupy e o rio Surinam, demarcando as sondas feitas pela curveta brasileira *Vital de Oliveira*, organisadas por ordem do governo imperial pelo Sr. 1° tenente da armada Francisco Calheiros da Graça.

« A segunda carta comprehende as costas das Guyanas, Venezuela e Antilhas, entre o rio Iracoubo e a ilha de Santa Lucia.

« A terceira carta comprehende as costas entre as ilhas da Trindade e Porto Rico.

« Estes mappas são originaes manuscriptos, e em nossa opinião de immenso valor para este Instituto; julgamos, pois, muito justo o apreço que a illustrada commissão de geographia lhes deu. Rio de Janeiro, 4 de Maio de 1877.— *Dr. Maximiano Marques de Carvalho.* »

Ficaram sobre a mesa para serem votados na proxima

sessão os dois pareceres abaixo, dados pela commissão de admissão de socios :

1.º « Proposto para socio correspondente do Instituto Historico o Sr. Domingos Soares Ferreira Penna, servindo-lhe de titulo de admissão seus escriptos intitulados : *Estudos sobre o Tocantins e Anapú*, publicados em 1864 ; *Região Occidental da provincia do Pará*, publicado em 1869, e *Noticia geral das comarcas de Gurupá e Macapá*, impressa em 1874, trabalhos que, examinados pela commissão de historia, foram elogiados ; julga a commissão de admissão de socios que o candidato póde ser recebido n'esta associação. Sala das sessões em 20 de Abril de 1877,—*Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo. — A. M. Perdigão Malheiro.—Dr. João Ribeiro de Almeida.* »

2.º « Havendo sido proposto para socio correspondente do Instituto Historico o Dr. Baptista Caetano de Almeida Nogueira, servindo-lhe de titulo de admissão a memoria por elle escripta, intitulada: *Apontamentos sobre a lingua alanhehe, tambem chamada tupy ou guarany*, a qual a commissão de archeologia e ethnographia, declarou ser um trabalho importante, methodico e scientifico de muito valor, é a commissão de admissão de socios de parecer que o mesmo senhor é digno de pertencer a este Instituto.

« Filho legitimo do coronel Antonio Felisberto Nogueira, nasceu o Dr. Baptista Caetano de Almeida Nogueira em 5 de Dezembro de 1826 em Camandocaia, hoje cidade de Jaguary na provincia de Minas; estudou primeiras letras e preparatorios em S. Paulo e em S. João de El-Rei, e em 1848 matriculou-se no curso juridico de S. Paulo. Tendo interrompido seus estudos na faculdade de direito, resolveu em 1850 cursar a escola militar, onde recebeu o grão de bacharel em mathematicas. Em 1857 a 1858 serviu de professor supplementar de francez e mathematicas no Impe-

rial Collegio de Pedro II, e em 1866 foi nomeado vice-director dos telegraphos, cargo que ainda exerce : é membro do Instituto Polytechnico. Sala das sessões em 20 de Abril de 1877.—*Manoel Duarte Moreira de Azevedo.—A. M. Perdigão Malheiro. – Dr. João Ribeiro de Almeida.*

Levantou-se a sessão ás 8 horas.

*Dr. Moreira de Azevedo,*

2° SECRETARIO SUPPLENTE.

---

## 3ª SESSÃO EM 18 DE MAIO DE 1877

*Presidencia do Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo.*

A's 6 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. Drs. Joaquim Manoel de Macedo, Carlos Honorio de Figueiredo, Manoel Duarte Moreira de Azevedo, Barão Gustavo Schreiner, senador Candido Mendes de Almeida, Francisco Manoel Alvares de Araujo, conselheiros Olegario Herculano de Aquino e Castro e José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, Agostinho Marques Perdigão Malheiro, Nicoláo Joaquim Moreira, Felizardo Pinheiro de Campos, Joaquim Pires Machado Portella, Miguel Antonio da Silva e José Vieira Couto de Magalhães, o Sr. Dr. Macedo, 1° vice-presidente, abriu a sessão.

Os Srs. Drs. José Tito Nabuco de Araujo e Cesar Augusto Marques, communicaram que não podiam comparecer á presente sessão, este por impedimento de serviço publico e aquelle por molestia grave em pessoa de sua familia.

Lida e approvada a acta da sessão antecedente, o Sr. 1° secretario deu conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officio do Sr. director da faculdade de medicina do Rio de Janeiro, offerecendo um exemplar do segundo *Relatorio* semestral do Dr. Claudio Velho da Motta Maya e outro do Dr. Domingos José Freire Junior, ambos lentes d'aquella faculdade e em commissão na Europa.

*Carta* do Sr. Antonio Martiniano da Silva Bemfica, communicando no dia 9 do corrente o fallecimento de seu irmão e membro d'este Instituto, o engenheiro José Franklin de Massena.

Dita do consocio o Sr. Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, offerecendo um exemplar da *Polyanthea de Langgius Cœsare Montanus.* Editio altera, 1607 ; e a obra sob o titulo : *The Aryan origin of the gaelic race and language, showing the present and past literary position of irish gaelic; its phonesis, the fountain of classic pronunciation ; its laws accord with grimm's laws ; its bardic beauties the source of rhyme ; the civilisation of pagan ireland ; early knowledge of letters the art of illuminating, ancient architecture. The round towers. The Brehon laws.* By the Very Rev. U. J. Bourke. London, 1875.

*Carta* do Sr. presidente da Sociedade de Geographia de Lyão, expondo as vantagens que se poderá obter para a vulgarisação dos conhecimentos geographicos, por meio dos sellos ou timbres postos nos endereços em todas as estações dos correios, nos quaes se indiquem os nomes das localidades ; de que remette um especimen afim de que o Instituto, se aceitar a idéa, seja d'ella interprete perante o governo imperial.

Houve as seguintes

OFFERTAS

Pela Real Universidade de Noruega, na Christiania, as seguintes publicações :

*Enumeratio insectorum novergicorum.* Fasciculos segundo e terceiro. 2 vol. in-8°.

*Forhandlinger i Videnskabs — Selskabet i Christiania Aar* 1874 – 1875. Christiania, 1875 — 1876, dois volumes, in-8°.

*Le Royaume de Norvérge et le peuple norvérgien, ses rapports sociaux, hygiène. moyens d'existence, sauvetage, moyens de communication et économie.*—Par le Dr. O. J. Broch. Christiania, 1876, in-8°.

*Transfusion und plethora eine physiogische studie von Jakob Worm Müller.* Christiania, 1875, in-8°.

*Engedruckte, unbeachtete und wenig beachtete Quellen zur geschichte des taufsymbols und der glaubensregel, etc., von Dr. C. P. Caspari.* Christiania, 1875, in-8°.

*Die Pflanzenwelt norwergens. Ein beitrag zur natur- und culturgeschichete nord-Europas. Von Dr. F. C. Schübeler.* Christiania, 1875 ;

*On some remarkable forms of animal life, from the great deeps of the norwergian coast. II Researches on the Structure and affinity of the genus. Brisinga.* By George Ossian. Christiania, 1875 ;

*Norwergian speciai catalogue for the internacional exhibition of Philadelphia,* 1876. Christiania, 1876.

Pelo Sr. bacharel Joaquim Maria dos Anjos Espozel, a *Revista* do mez de Fevereiro do corrente anno das decisões da Relação da Côrte e Supremo Tribunal de Justiça. Rio de Janeiro, 1877;

Pelo Sr. Dr. Carlos Honorio de Figueiredo, os seguintes folhetos :

A *Estrada de ferro para Mato Grosso e Bolivia*, por A. Bueno. Rio de Janeiro, 1877.

*Estrada de ferro da Victoria para Minas.*—Relatorio apresentado ao Sr. ministro da agricultura pelo engenheiro Hermillo Candido da Costa Alves. Rio de Janeiro, 1876.

Pelo Instituto Pharmaceutico do Rio de Janeiro, o seu jornal do mez de Abril proximo findo.

Pela Sociedade de Sciencias Historicas e Naturaes de Lyon, o primeiro e segundo semestres do seu *Boletim* de 1876, dois volumes.

Pelo autor, o Sr. Vivien de Saint-Martin, o primeiro e segundo fasciculos do *Novo Diccionario de geographia universal*. Paris, 1877.

Pelo Sr. Francisco Ramos Paz, *Questão religiosa*.—Carta á Serenissima Princeza Regente, primeira parte. Rio de Janeiro, 1876.

Varios jornaes e periodicos enviados pelas respectivas redacções.

As offertas são recebidas com agrado.

## ORDEM DO DIA

Leram-se e ficaram sobre a mesa para serem votados na proxima sessão, os seguintes pareceres :

1.° « A' commissão de historia do Instituto Historico e Geographico Brasileiro foram presentes os escriptos publicados pelo Sr. Dr. Alberto de Carvalho, a que se refere a proposta assignada por quatro illustres consocios em data de 21 de Julho do anno passado, e, de conformidade com o que é disposto nos estatutos que regem esta associação, passa a dar seu parecer sobre o valor historico d'esses trabalhos.

« São dois opusculos de trinta e quatro e quarenta paginas, escriptos em francez e publicados em Paris em 1869 e 1875.

« O primeiro, intitulado *Resposta aos artigos da Patria sobre a guerra do Paraguay*, tem por fim restabelecer a verdade na apreciação de factos referentes á guerra que o Imperio teve de sustentar com a republica visinha, refutando ao mesmo tempo alguns erros commettidos na imprensa estrangeira, quer em relação aos factos, quer em relação aos motivos que determinaram o procedimento altamente patriotico e desinteressado do Brasil na defesa da honra nacional, por nós gloriosamente vindicada.

«Pretendia-se, atacando com violencia a politica do Brasil, attribuir a intentos de invasão e de conquista a guerra, que só em repulsa da mais injusta aggressão fôra o Brasil forçado a sustentar por annos; e, sem comprehender-se talvez o espirito elevado das instituições politicas do grande imperio americano, denegava-se a justiça que é devida ao paiz, que tem sabido a custa do seu sangue, e pela iniciativa de seus proprios esforços, firmar o monumento de sua grandeza nas solidas bases do patriotismo e da liberdade.

« Foi então que, com louvavel zelo, veiu á imprensa o nosso joven compatriota lavrando o protesto que se contém em seu escripto; e cumpre reconhecer que o fez com vantagem, usando, na enunciação de suas idéas, de linguagem energica e convincente, como sóe ser a que é inspirada pela consciencia da verdade e do dever.

« E' só de lamentar-se que assumpto de tanta magnitude e importancia tivesse de ser circumscripto aos limites de um acanhado opusculo, sem o desenvolvimento de factos e razões, que poderiam ser suggeridos pelo estudo dos ultimos acontecimentos da guerra, e especialmente dos documentos officiaes que hão sido colligidos e publicados.

«O folheto sobre a guerra do Paraguay não póde ser considerado em rigor como um trabalho historico : é, porém, na verdade um trabalho litterario de incontestavel merito pela animação do espirito que o dicta e elegancia de fórma de que se reveste.

«O mesmo dirá a commissão quanto ao segundo opusculo, intitulado *Carta sobre o Imperio do Brasil*. E' igualmente escripto com talento e erudição, e, como o primeiro, lançado *currente calamo* no empenho de contrastar a falsa opinião formada no estrangeiro sobre as nossas cousas patrias, e d'esta vez com relação especialmente á emigração.

«As paginas que o autor escreve, se, como o diz, não têm valor litterario, destinam-se entretanto a proclamar os verdadeiros sentimentos de amizade e sympathia que animam o nosso povo em relação aos estrangeiros, que, como colonos, emigrantes ou com qualquer outro interesse, se vêm estabelecer no Brasil.

«Factos recentes têm feito duvidar, não d'esses sentimentos, mas da efficacia dos meios praticos empregados pela administração, no intento de proteger e sustentar os emigrantes europêos, salvaguardando os seus legitimos interesses.

« Taes têm sido, infelizmente, as impressões causadas, que diversos governos hão julgado dever adoptar medidas especiaes, de certo modo infensas á emigração.

« E o autor, nas considerações que se propõe a fazer, tomando a si a tarefa de patentear a pureza e cordialidade dos sentimentos com que são acolhidos os estrangeiros que abordam ás nossas plagas, restabelece com precisão, e sempre na linguagem animada e eloquente de que usa, a verdade dos factos, desfigurados pelo erro ou pela paixão, tornando bem sensiveis e conhecidos os pontos mais salientes do nosso caracter nacional.

«Eis, em summa, o que são os trabalhos examinados pela commissão : ensaios de uma intelligencia cultivada ; fructo do estudo e applicação de um brasileiro, que longe da patria soube opportunamente aproveitar-se dos recursos de que dispõe em defesa de interesses para nós tão caros.

«Se satisfazem o fim a que n'este momento se destinam, servindo de titulos a seu autor, para ser admittido como socio do Instituto, dil-o-ha a sabedoria d'esta illustrada associação. Rio, 18 de Maio de 1877.—*O. H. de Aquino e Castro.—José Tito Nabuco de Araujo.*»

2.º « Proposto para membro honorario do Instituto Historico o Sr. senador Candido Mendes de Almeida, tem a commissão de admissão de socios a satisfação de declarar que julga merecedor de tão honroso titulo esse nosso digno consocio, cujo nome é conhecido no paiz e fóra do paiz.

«Nascido em 14 de Outubro de 1818 na provincia do Maranhão, official da ordem da Rosa, commendador da ordem romana de S. Gregorio Magno, bacharel formado pelo curso juridico de Olinda, antigo professor de geographia e historia no lyceu provincial do Maranhão, ex-promotor publico e ex-secretario do governo na mesma provincia, chefe de secção da secretaria do imperio em 1854 a 1857, director de secção da secretaria da justiça em 1859, deputado á assembléa geral desde 1843 e actualmente senador do imperio, é o nosso digno consocio autor de muitas obras politicas, historicas e juridicas. Seria fastidioso e inutil repetir perante tão douta associação os titulos de todos os trabalhos litterarios do Sr. Candido Mendes ; basta especificar alguns, como o *Direito civil ecclesiastico brasileiro antigo e moderno*, pelo qual mereceu felicitações do douto bispo conde de Irajá, de outros prelados do imperio, de Mercurelli, secretario das cartas latinas, do Summo Pontifice e de diversos bispos de Portugal ; o *Atlas*

*do Imperio do Brasil*, acompanhado de muitas noções historicas, topographicas, estatisticas e economicas, trabalho este que teve geral aceitação na America e na Europa, e pelo qual varios litteratos e homens lidos, nacionaes e estrangeiros, renderam testemunhos de apreço aos talentos do autor, o *Codigo Philippino* e o *Direito Mercantil* de Silva Lisboa pelo nosso digno consocio accrescentado e annotado. Tem redigido diversos periodicos, como o *Legalista*, *Jornal Maranhense*, o *Observador*, o *Brado de Caxias* ; *Jornal Caxiense*, na provincia do Maranhão, e no Rio de Janeiro collaborou na *Sentinella da Monarchia* e foi redactor do *Correio da Tarde*.

« N'esta associação têm sido elogiadas suas investigações historicas, elucidando factos da historia patria, e seus luminosos pareceres sobre as questões mais transcendentes das sciencias que fazem parte do programma do Instituto Historico ; assim, concorrem no candidato todas as circumstancias para ser honrado com o titulo de socio honorario. Sala das sessões, em 4 de Maio de 1877.—*Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo.—A. M. Perdigão Malheiro.* »

3.° « Tendo sido proposto para socio correspondente do Instituto Historico o Sr. Dr. Americo Brasiliense, servindo-lhe de titulo de admissão a obra por elle escripta, sob o titulo *Lições de historia patria*, julga a commissão de admissão de socios que o mesmo senhor póde ser recebido n'esta douta associação.

« Dando parecer sobre o trabalho do Sr. Dr. Americo Brasiliense disse a commissão de historia d'este Instituto :

« Na cuidadosa investigação das primitivas chronicas,
« na deducção dos factos, desenvolvimento das idéas e
« exacta apreciação dos caracteres, guarda o autor a inva-

« riavel segurança e manifesta imparcialidade com que de-
« vem ser tratados os assumptos historicos. » Sala das sessões, em 19 de Maio de 1877.—*Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo.—A. M. Perdigão Malheiro.* »

Foram approvadas, e remettidas á commissão de redacção da *Revista*, a seguinte indicação e emenda additiva :

« Indico que na *Revista* de Instituto, que se acha no prelo e tem de ser brevemente publicada, se inclua a relação nominal de todos os socios do Instituto, com as devidas classificações, conforme os assentamentos constantes dos livros da secretaria, sem qualquer exclusão, a não ser a dos que tem até hoje fallecido, e cujos nomes constam já dos elogios biographicos feitos e publicados na mesma *Revista*. Rio, 18 de Maio de 1877.—*O. H. de Aquino e Castro.* »

*Emenda additiva.* — « Que se não exclua a lista dos socios fallecidos, sendo impressa após a dos socios vivos, e bem assim que a publicação d'essas listas se faça no principio do primeiro folheto de cada anno da *Revista*. S. R. —*C. Mendes de Almeida.* »

Leram-se e approvaram-se os seguintes pareceres :

O primeiro, dado pela commissão de geographia, sobre o canal interoceanico americano, segundo o convite feito pela commissão de geographia commercial, delegada pela Sociedade de Geographia de Paris, cujo parecer se acha publicado na acta respectiva do anno de 1876 (Acha-se publicado á pag. 417 da *Revista* de 1876).

Em virtude da approvação d'este parecer, foi nomeada a commissão, que ficou composta dos Srs. membros das commissões de geographia e subsidiaria de geographia, e do Sr. brigadeiro Couto de Magalhães.

O segundo, sobre o plano a adoptar-se para se escrever a historia e geographia do Brasil, é o seguinte :

« A commissão de historia do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tendo de dar parecer sobre o plano a adoptar-se para se escrever a historia, geographia, ethnographia e estatistica de cada uma das provincias do Imperio, segundo a indicação apresentada por diversos membros do mesmo Instituto em data do 1º de Junho do anno passado, reproduz o pedido constante do parecer junto da commissão de geographia, para que sejam préviamente fornecidas pela secretaria do Instituto as informações já por aquella commissão exigidas, e quaesquer outras que possa colher com relação á materia de que se trata, reservando-se para em tempo, e conjunctamente com a dita commissão, emittir parecer sobre o ponto principal da indicação. Rio, 18 de Maio de 1877.—*O. H. de Aquino e Castro.* —*José Tito Nabuco de Araujo.* »

*Parecer da commissão de geographia a que se refere o parecer supra.*

« Foi presente á commissão de geographia uma indicação, assignada por dois illustres membros do Instituto, tendo por fim o encarregar uma das nossas commisssões de formular um plano, segundo o qual deve ser escripto em cada provincia do Imperio um opusculo ácerca da geographia, ethnographia e estatistica da respectiva provincia, devendo esses trabalhos ser encarregados á pessoas habilitadas nas diversas provincias, as quaes, não sendo socios correspondentes do Instituto, serão pelo facto da nomeação consideradas socios depois do parecer das respectivas commissões, ficando suas admissões dependentes sómente da approvação dos trabalhos por ellas confeccionados, additando-se a esta indicação uma emenda afim de tambem contemplar-se a historia peculiar de cada provincia.

« Antes de poder a commissão, de por sua parte, dar o respectivo parecer, precisa que o Sr. 1° secretario, examinando as actas d'este Instituto, informe quaes as decisões anteriormente tomadas sobre taes assumptos e premios decretados.

« Outrosim requer a commissão que, tratando-se tambem na indicação de estatistica e de historia, sejam convidadas as commissões a que estas materias estão confiadas para de igual sorte interpôrem seu parecer, formulando o plano que se pede. Sala do Instituto, 23 de Junho de 1876. —*Candido Mendes de Almeida.*—*G. Schüch de Capanema.* »

Foram approvados unanimemente por escrutinio secreto os dois pareceres da commissão de admissão de socios, favoraveis aos Srs. Domingos Soares Ferreira Penna e Baptista Caetano de Almeida Nogueira, sendo estes senhores admittidos ao gremio do Instituto como membres correspondentes.

O Sr. presidente nomeou uma commissão especial, composta dos Srs. conselheiro Olegario, e Drs. Perdigão Malheiro e Machado Portella, para dar parecer sobre o pedido feito a este Instituto pelos Srs. marquez de Sousa Holstein e José Julio Rodrigues, membros da commissão portugueza de permutações internacionaes, em carta de 8 de Março de 1877, e já mencionada na acta d'este Instituto da sessão de 20 de Abril proximo findo.

A's 9 horas levantou-se a sessão.

*J. T. Nabuco de Araujo,*

2° SECRETARIO SUPPLENTE.

## 4ª SESSÃO EM 1 DE JUNHO DE 1877

*Presidencia do Sr. Dr. Carlos Honorio de Figueiredo.*

A's 6 horas da tarde, achando-se reunidos na sala do Instituto os Srs. Drs. Carlos Honorio de Figueiredo, Manoel Duarte Moreira de Azevedo, José Tito Nabuco de Araujo, Agostinho Marques Perdigão Malheiro, conselheiros Olegario Herculano de Aquino e Castro e José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, Drs. Joaquim Pires Machado Portella, Benjamim Franklin Ramiz Galvão, Maximiano Marques de Carvalho, Cesar Augusto Marques, Miguel Antonio da Silva, 1º tenente Francisco Manoel Alvares de Araujo, senador Joaquim Floriano de Godoy, e não tendo comparecido nenhum dos vice-presidentes, o Sr. Dr. Carlos Honorio, como socio mais antigo e na fórma dos estatutos, tomou a presidencia e abriu a sessão.

O Sr. Dr. José Tito Nabuco de Araujo, secretario supplente, servindo de 2º secretario, leu a acta da antecedente, a qual, posta em discussão, foi approvada.

O Sr. Dr. Moreira de Azevedo, tambem secretario supplente, servindo de 1º secretario, leu o seguinte

### EXPEDIENTE

Communicação do Sr. commendador João Wilkens de Matos, de não poder comparecer á sessão por doente.

Officio do Sr. presidente da provincia da Bahia, remettendo um exemplar dos documentos annexos ao *Relatorio* com que abriu a assembléa legislativa provincial no dia 1º de Março do corrente anno.

Dito do Sr. presidente da provincia do Rio Grande do Sul, remettendo um exemplar do *Relatorio* com que o Sr. Dr. José Antonio de Azevedo Castro passou a administração da provincia ao Sr. conselheiro Tristão de Alencar Araripe ; outro do d'este senhor, passando-lhe a presidencia, e outro com que elle presidente actual abriu a assembléa provincial em 6 de Março do corrente anno.

Dito do Sr. presidente da provincia do Pará, solicitando d'este Instituto quatro collecções de suas *Revistas* para as bibliothecas da capital, e cidades da Vigia, Cametá e Santarem d'aquella provincia.— Resolveu o Instituto que fosse enviada uma collecção para a bibliotheca da capital.

Dito dos Srs. presidente e secretario da camara municipal da cidade de Alegrete, na provincia de S. Pedro, pedindo a protecção e auxilio d'este Instituto em favor da bibliotheca publica municipal que aquella camara pretende crear para instrucção de seus municipes.—Ficou adiado até a primeira sessão.

Carta do consocio o Sr. Dr. Antonio Henriques Leal, datada de Lisboa, chamando a attenção do Sr. secretario para a *Revista Trimensal*, e lembrando a conveniencia e utilidade de inserir-se n'ella os documentos manuscriptos importantes que o archivo do Instituto possue ; e pedindo que, de preferencia, fossem publicados os que offereceu relativos á revolta de Manoel Bequemão.—Resolveu-se que se respondesse : quanto á primeira parte do seu pedido, que o Instituto já o satisfez, como é constante de sua *Revista* ; e quanto á segunda, que se tomará em consideração.

Dita do Sr. José Ferreira de Barros, datada de Curitiba, offerecendo um exemplar do *Almanak* da provincia do Paraná, por elle organisado.

Houve as seguintes

OFFERTAS

Pelo Sr. Dr. João Baptista dos Santos, de um exemplar da sua obra de hygiene publica sobre aguas potaveis : *Contribuições á hygiene do Rio de Janeiro*, 1877.

Pelo Sr. Pedro Luiz Sympson, a sua *Grammatica da lingua brasilica geral, fallada pelos aborigenes das provincias do Pará e Amazonas.* Manáos, 1877.

Pelo autor, o Sr. Henrique Houtain, *Essai sur l'industrie, etc., le commerce belge, français et étranger, leur état actuel et leur avenir.* Gand, 1876.

Pelo Sr. Dr. Carlos Honorio de Figueiredo, *Cabo submarino na provincia do Maranhão.* Petição da companhia dirigida ao governo imperial, pedindo modificações nas condições que obteve. Rio de Janeiro, 1877.

Pelo Sr. Dr. Joaquim dos Remedios Monteiro, as seguintes :

*Estudos nos dominios da medicina.* Bahia, 1876.

*Estudos sobre a hygiene publica*, pelo Dr. José de Góes Siqueira. Bahia, 1872.

*Memoria sobre a hematuria chylosa ou gordurosa dos paizes quentes*, pelo Dr. J. Crevaux e annotada pelo Dr. J. F. da Silva Lima. Bahia, 1876.

*Transfusão do sangue.* Bahia, 1876.

Pelos editores da *Illustração Brasileira*, o n. 23 d'este jornal.

Pela Sociedade de Geographia de Lyon, *De la soie.* Étude géographique et statistique sur la production et commerce de la soie par Léon Clugnet. Lyon, 1876.

Pela Academia de Lincei, *Atti della R. Accademia dei Lincei* (Roma), 1877. Fasciculo quarto.

Pela Sociedade de Geographia de Madrid, o *Boletim* da mesma, de Dezembro de 1876.

Pela Sociedade Imperial dos Naturalistas de Moscow, os ns. 2 e 3 do seu *Boletim*, 1876.

Pelo Sr. bibliothecario da bibliotheca publica de Montevidéo, as seguintes publicações :

*Conclusion del tomo I de la lejislacion vijente de la república del Uruguay*, por Pablo V. Goya. Montevidéo, 1875 ;

*Fernando Casos.* — Romances historicos del Perú, 1848—1873, dois volumes.

*Les hombres de bien*, parte I. Del becerro de oro. Paris, 1874.

*La politica entre bastidors*, 1873.

Varios jornaes e periodicos enviados pelas respectivas redacções.

As offertas são recebidas com agrado.

## ORDEM DO DIA

Remetteu-se a commissão de redacção da *Revista* a seguinte proposta :

« Sendo muito importante a *Memoria sôbre o golpho Stream* e as tres *cartas sobre a costa do Brasil*, escripta e publicada pelo Sr. 1° tenente Francisco Calheiros da Graça, proponho que seja publicada na *Revista* d'este Instituto Historico, submettendo-a previamente ao esclarecido juizo da sabia commissão de redacção da mesma *Revista*. Sala das sessões do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 1° de Junho de 1877.—*Dr. Maximiano Marques de Carvalho.* »

Entrou em discussão, foi approvado e remettido ao governo imperial, o seguinte parecer com os papeis annexos :

« A commissão especial do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, nomeada a 18 do corrente para dar parecer sobre a matéria do officio que ao mesmo Instituto dirigiram em data de 8 de Março passado os Srs. marquez de Sousa Holstein e professor José Julio Rodrigues, de Portugal, examinou os papeis juntos, e verificou que, tendo o governo de S. M. Fidelissima instituido uma commissão para organisar entre Portugal e os paizes estrangeiros o serviço das permutações scientificas, litterarias e artisticas, sobre as bases constantes dos documentos remettidos, deseja a mesma commissão desde já, e pela sua parte, encetar operações de manifesta e publica utilidade, e por isso estimaria conhecer as intenções do governo do Brasil a semelhante respeito, afim de se habilitar devidamente para a installação entre este Imperio e o reino de Portugal do serviço que se pretende realizar.

« A commissão do Instituto Historico, applaudindo a idéa contida nos documentos que examinou, e reconhecendo a incontestavel vantagem que das permutações internacionaes deverão resultar para os paizes que adherirem ao accordo proposto, sente não poder por si só satisfazer a requisição da commissão portugueza, visto como depende a solução pedida da deliberação do governo, unico competente para se pronunciar sobre o assumpto.

« E assim, propõe que ao mesmo governo, pelo ministerio do Imperio, sejam remettidos o officio e papeis juntos, solicitando-se a deliberação que o caso pede, a qual será em tempo communicada pelo Instituto á commissão portugueza de permutações internacionaes. Rio, 26 de Maio de 1877. — *O. H. de Aquino e Castro.*—*A. M. Perdigão Malheiro.* —*Joaquim Pires Machado Portella.* »

Foi approvado e remettido á commissão de admissão de socios, o parecer dado pela commissão de historia sobre os trabalhos que servem de titulo de admissão do Sr. Dr. Alberto de Carvalho.

Foram approvados unanimemente por escrutinio secreto dois pareceres da commissão de admissão de socios: um elevando o Sr. senador Candido Mendes de Almeida á categoria de membro honorario; e outro admittindo como socio correspondente do Instituto o Sr. Dr. Americo Brasiliense de Almeida Mello.

Levantou-se a sessão ás 8 horas.

*Dr. Moreira de Azevedo,*

SECRETARIO SUPPLENTE.

---

## 5ª SESSÃO EM 15 DE JUNHO DE 1877

*Presidencia do Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo.*

A's 6 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. Drs. Joaquim Manoel de Macedo, Carlos Honorio de Figueiredo, Manoel Duarte Moreira de Azevedo, José Tito Nabuco de Araujo, Antonio Alvares Pereira Coruja, senador Candido Mendes de Almeida, Drs. Cesar Augusto Marques, Manoel Jesuino Ferreira, João Ribeiro de Almeida, Felizardo Pinheiro de Campos, Joaquim Antonio Pinto Junior, Maximiano Marques de Carvalho, Francisco Manoel Alvares de Araujo e Miguel Antonio da Silva, o Sr. Dr. Macedo, 1° vice-presidente, abriu a sessão.

O Sr. Dr. Moreira de Azevedo, servindo de 2° secretario, leu a acta da antecedente, que, posta em discussão, e não havendo quem sobre ella fizesse observações, foi approvada.

O Sr. Dr. Carlos Honorio, servindo de 1° secretario, leu o seguinte

EXPEDIENTE

Officio do Sr. presidente da provincia do Paraná, remettendo um exemplar da *collecção de leis e regulamentos* promulgados no anno passado pela assembléa provincial.

Dito do Sr. 1° secretario do Lyceu Litterario Portuguez, enviando a relação das pessoas que formam a actual administração, e dois exemplares do *Relatorio* do mesmo Lyceu concernentes ao anno de 1876.

Dito do Sr. Dr. Baptista Caetano de Almeida Nogueira, accusando o officio que lhe dirigiu o Sr. secretario d'este Instituto, communicando-lhe que em sessão de 18 de Maio ultimo fôra admittido como socio correspondente; manifestando seu reconhecimento pela honra que lhe foi conferida; participa não poder comparecer á sessão por se achar onerado de trabalhos.

Carta do Sr. Oscar Constall, datada de Cassel (em Hesse), offerecendo ao Instituto um exemplar de sua obra sobre o *Brasil e seus habitantes*. Impressa em Berlim no corrente anno (em allemão).

Dita do Sr. Maunoir, secretario da Sociedade de Geographia de Paris, remettendo por parte dos autores: 1.° *Rapport au ministre de l'Instruction publique sur le service des missions et voyages scientifiques en* 1876, par

M. le baron de Walterille ; 2.° *Rapport au ministre de Instruction publique sur la mission des Chotts*, par M. le capitaine Roudaire.

Houve as seguintes

OFFERTAS

Pelo Sr. José Custodio Alves de Lima, *Lécture on Brasil its social, political and commercial relations with the United States*, Syracuse, 1877.

Pelo Sr. Dr. Moncorvo de Figueiredo, *Do emprego do chlorato de potassa na diarrhéa das crianças*. Rio de Janeiro, 1877.

Pela Sociedade de Geographia de Lisboa, o *Relatorio* lido na primeira sessão solemne annual da mesma sociedade pelo 2° secretario Rodrigo Affonso Pequito. Lisboa, 1877.

Pela secretaria da guerra, o *Relatorio* apresentado á assembléa geral legislativa na segunda sessão da decima sexta legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negocios da guerra, o Sr. duque de Caxias.

Pelo Instituto Pharmaceutico do Rio de Janeiro, o seu jornal do mez de Maio do corrente anno.

Pela Sociedade Imperial dos Naturalistas de Moscow, o seu *Boletim* n. 1 de 1876.

Varios periodicos enviados pelas respectivas redacções.

As offertas são recebidas com agrado.

Terminado o expediente, o Sr. Dr. José Tito pediu a palavra e communicou que o Sr. visconde de Porto Seguro, devendo retirar-se para a provincia de S. Paulo, pela urgencia de sua partida, não podia comparecer á sessão do Instituto, ao qual dedicava todo o respeito e homenagem.

O Sr. senador Candido Mendes de Almeida, tomando a palavra agradece ao Instituto o titulo de socio honorario, e diz que, se até hoje ha tributado muito amor a esta associação, envidaria todos os esforços para continuar a merecer a confiança e estima de seus consocios.

O Sr. Dr. Macedo, vice-presidente, responde, em nome do Instituto, ás palavras de reconhecimento do Sr. senador Candido Mendes.

## ORDEM DO DIA

Leu-se, e, depois de discussão em que tomaram parte varios membros, foi remettida á commissão de estatutos e redacção a seguinte proposta :

« Proponho :

« 1.º Que o Instituto Historico organise duas collecções de retratos, sendo uma de todos os brasileiros illustres na administração, na politica, nas letras e nas armas, que não fizeram nem fazem parte do Instituto ; e outra dos membros do mesmo Instituto, quer vivos, quer já fallecidos.

« 2.º Que no verso de taes retratos faça o Instituto lançar o nome do varão a quem pertencer, e, sempre que fôr possivel, a sua assignatura ou um *fac-simile* da sua assignatura, a naturalidade e datas de seu nascimento e obito.

« 3.º Que esses retratos sejam appensos á *Revista Trimensal* por proposta approvada de tres de seus socios.

« Quanto aos primeiros, quando se mencionar algum feito notavel, que tenha relação com os varões a que pertencerem, ou fôr impressa na dita *Revista* a biographia dos mesmos varões ; e, quanto aos segundos, quando se publicar o respectivo elogio historico das sessões anniversarias.

« 4.° Que o Instituto promova pelos meios a seu alcance a acquisição de cópias em busto dos retratos do oitavo conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito, que tão relevantes serviços prestou ao Brasil, e principalmente á provincia da Bahia, em cuja praça do commercio fôra collocado pelo voto do mesmo commercio ; e o do visconde de Cayrú, José da Silva Lisboa, um dos brasileiros mais distinctos pelo seu saber, virtudes e serviços, e que fôra collocado no salão da bibliotheca da capital da dita provincia por deliberação da respectiva assembléa legislativa, e os faça incluir na mencionada *Revista.*

« 5.° Que o Instituto faça igualmente incluir na mesma *Revista* os retratos dos nossos fallecidos socios, cujos bustos figuram tão merecidamente no salão de nossas sessões (S. R.) Em 15 de Junho de 1877.—*Manoel Jesuino Ferreira.*

Leu-se, discutiu-se e approvou-se a seguinte proposta :

« Proponho que o Instituto pelos meios a seu alcance procure se informar da administração do collegio dos orphãos de S. Joaquim da Bahia, se os restos mortaes do instituidor d'aquelle collegio Jaquim Francisco do Livramento foram trasladados de Marselha, onde falleceu aquelle varão ; em caso negativo, se foram feitos esforços por parte das administrações passadas do dito collegio para serem obtidos taes restos. Em 15 de Junho de 1877.— *Carlos Honorio de Figueiredo.* »

Levantou-se a sessão ás 9 1/2 horas da noite, dando o Sr. presidente para ordem do dia da proxima sessão : leitura de trabalhos dos socios.

*J. T. Nabuco de Araujo,*
2° SECRETARIO SUPPLENTE.

## 6ª SESSÃO EM 6 DE JULHO DE 1877

*Presidencia do Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo.*

A's 6 horas da tarde, reunidos na sala do Instituto os Srs. Drs. Joaquim Manoel de Macedo, Carlos Honorio de Figueiredo, José Tito Nabuco de Araujo, Antonio Alvares Pereira Coruja, conselheiro Olegario Herculano de Aquino e Castro, Drs. Cesar Augusto Marques, Manoel Jesuino Ferreira, Felizardo Pinheiro de Campos, Maximiano Marques de Carvalho, tenente-coronel Francisco José Borges, 1º tenente Francisco Manoel Alvares de Araujo e Dr. Luiz Francisco da Veiga, o Sr. Dr. Macedo, 1º vice-presidente, abriu a sessão.

Serviram de 1º secretario o Sr. Dr. Carlos Honorio de Figueiredo, e de 2º o Sr. Dr. José Tito, que leu a acta da antecedente, a qual foi approvada.

### EXPEDIENTE

Officio do Sr. Dr. Americo Brasiliense de Almeida Mello, agradecendo ao Instituto o titulo de socio correspondente e promettendo prestar-lhe todos os serviços que estiverem a seu alcance.

Dito do Sr. director-geral da secretaria de estrangeiros, enviando, de ordem do Sr. ministro da mesma repartição, o terceiro tomo das *Informações* prestadas pelos agentes diplomaticos e consulares do Imperio nos annos de 1873 a 1875, e um exemplar do *Relatorio* apresentado ás camaras por aquelle ministro na presente sessão.

Carta do Sr. barão de Wildick, offerecendo o primeiro volume da sua obra *Bibliotheca Consular*.—Collecção de legislação portugueza. Lisboa, 1877.

Houve as seguintes

OFFERTAS

Pelo consocio Sr. Dr. Luiz Francisco da Veiga, um exemplar da sua obra sob o titulo *O Primeiro Reinado*.—Estudado á luz da sciencia ou a revolução de 7 de Abril de 1831. Rio de Janeiro, 1877.

Pelo Sr. Theotonio Meirelles da Silva, official reformado da armada, as seguintes obras :

*A Marinha brasileira em Paysandú e durante a guerra do Paraguay.*—Resumos historicos. Rio de Janeiro, 1876.

*O Exercito brasileiro na campanha do Paraguay.* Resumos historicos. Rio de Janeiro, 1877.

*Resumos historicos colleccionados.* Rio de Janeiro, 1875.

Pela secretaria de Estado dos negocios da guerra, o *Relatorio* apresentado á assembléa geral legislativa na segunda sessão da decima sexta legislatura pelo Exm. Sr. duque de Caxias, ministro d'esta repartição.

Pelo Sr. Dr. Joaquim dos Remedios Monteiro :

*Memoria* sobre o filariose ou molestia produzida por uma nova especie de parasita cutaneo, descoberto por Antonio José Pereira de Sousa Araujo. Bahia, 1875.

*Monarchia ou Republica*, pelo Dr. Joaquim dos Remedios. Bahia, 1875.

*Feridos por armas de fogo.*—These de concurso do Dr. Antonio Pacifico Pereira. Bahia, 1874.

*Versos durante o carnaval*, por Eduardo Nunes Pires. Desterro, 1870.

*Noites de Luar*, por José Ramos da Silva Junior. Desterro, 1870.

Pelo Sr. Dr. Francisco Borges da Silva, *Considerações sobre o beri-beri.* Fortaleza, 1874.

Pelo Sr. Avv. G. B. Marchesini, *Il Brasile e le sue colonie agricole.* Studi. Roma, 1877.

Pelo Instituto Archeologico Alagoano, as suas *Revistas* n. 7 de Dezembro de 1875 e n. 8 de Junho de 1876.

Pelo Sr. bacharel Joaquim Maria dos Anjos Espozel, a *Revista Mensal* das decisões da Relação da côrte e Supremo Tribunal de Justiça, mezes de Março e Abril do corrente anno.

As offertas são recebidas com agrado.

## ORDEM DO DIA

Leu-se, e foi remettida á commissão de admissão de socios a seguinte proposta :

« Propomos para socio honorario do Instituto o Exm. Sr. conselheiro Homem de Mello, em attenção aos relevantes serviços prestados ao Instituto Historico e Geographico nos seus constantes estudos da geographia e historia patria. 6 de Julho de 1877.—*Dr. Cesar Augusto Marques.—Francisco Manoel Alvares de Araujo. —Antonio Alvares Pereira Coruja.—Luiz Francisco da Veiga.* »

Remetteu-se ás commissões de historia e de geographia a seguinte proposta :

« Proponho que o Instituto nomêe uma commissão de tres membros que se incumba de entreter correspondencia com os membros do mesmo Instituto residentes nas provincias, e, se houver precisão, com os juizes de direito,

juizes municipaes, promotores e parochos, sobre os seguintes pontos :

« 1.º Qual a topographia, grandeza e importancia da povoação, freguezia, villa ou cidade, sobre que versar a informação ;

« 2.º Que edificios publicos tem a povoação, etc., e qual sua categoria e época da fundação ;

« 3.º Qual o numero de seus templos e noticia de sua fundação;

« 4.º Se a povoação, etc., fôr porto de mar, qual a importancia do mesmo porto, e por que qualidade de embarcações é procurado ;

« 5.º Se a povoação fôr central, qual a distancia presumida em leguas do mais proximo porto de mar ;

« 6.º Quaes os generos de lavoura da localidade e importancia de seu commercio.

« Proponho mais que, á proporção que forem sendo obtidos taes esclarecimentos, a mencionada commissão, tendo em vista os dados estatisticos officiaes publicados, e mais as informações que puder colher nos melhores autores que têm tratado do Brasil, e principalmente na *Revista Trimensal* do mesmo Instituto, redija e apresente a este noticias das povoações, villas e cidades do Imperio. Em 6 de Julho de 1877. – *Jesuino Ferreira.* »

Leu-se, e ficou sobre a mesa para ser discutido e votado na proxima sessão, o seguinte parecer da commissão subsidiaria de geographia :

« A commissão subsidiaria de trabalhos geographicos d'este Instituto attentamente leu os escriptos do Sr. Dr. Thomaz Garcez Paranhos Montenegro, compendiados no folheto junto sob o titulo: *A Provincia e a navegação do rio S. Francisco.* Taes escriptos servem de base á proposta de ser o autor admittido ao mesmo Instituto como socio correspondente.

« Constam esses escriptos de duas partes distinctas : a primeira compõe-se da transcripção de artigos publicados no *Echo do Rio S. Francisco*, demonstrando as vantagens da creação da *projectada provincia* d'essa zona, idéa antiga que não póde ser justamente impugnada por quem conheça o territorio que a deve formar, e a facilidade da navegação do magestoso rio, descripta com solicita particularidade pelo autor dos referidos artigos ; e a segunda é uma narrativa singela, veridica e interessante em extremo, da viagem que fizéra o Dr. Montenegro por esse rio, ao deixar a cidade da Barra do Rio Grande, dirigindo-se em Novembro de 1874 para sua nova comarca, a de Alcobaça, na provincia da Bahia.

« Enthusiasta da idéa d'essa creação de provincia n'um centro de inexcedivel fertilidade, mais se lhe radicára a mesma idéa diante dos acontecimentos desdobrados ao vencer sem perigos a navegação, que se diz difficil, d'aquelle rio, por onde devem ir a vida, o progresso, e a felicidade dos actuaes e vindouros habitantes d'essa zona predestinada aos maiores desenvolvimentos agricolas em proveito do paiz.

« Firme nos valiosos dados estatisticos e nas opiniões de mór importancia, d'entre as quaes destaca-se a do nosso douto consocio o Sr. senador Candido Mendes de Almeida, o candidato Sr. Dr. Montenegro, n'esses referidos artigos, trata de refutar os opposicionistas do projecto acima mencionado, na crença firme de os convencer que as objecções offerecidas inquinam-se de vicios inherentes dos interesses *bairristas*, á cuja causa servem, em offensa da razão que assiste a mais de duzentos e vinte mil brasileiros, que habitam a zona territorial da projectada provincia

« Esses habitantes têm direito de se verem alli com propria autonomia provincial por desmembrações de faxas

territoriaes das provincias a que ora ainda estão sujeitos, como se viram os muito menos numerosos que residiam nas antigas comarcas do Alto Amazonas e de Coritiba; direitos muito mais justificaveis, já pela prioridade com que os fizeram conhecer, que vai ácerca de vinte annos, já pelas exigencias de sua situação interna.

« Contra o infortunio de se verem assim preteridos, e para o vencer, pede em linguagem severa, mas altamente digna, que não haja esmorecimento de parte dos que querem a *nova provincia*, tal qual a descreve o projecto que em 1873 passou na camara dos deputados.

« Os dados estatisticos officiaes, que expõe no correr dos artigos, comparando-os no interesse da questão que defende, mostram, por parte do candidato, somma valiosa de estudos geographicos e administrativos, facilmente reconhecidos pela commissão subsidiaria, a qual, terminando seu parecer, associa-se á proposta que lhe deu origem. O Instituto, porém, resolverá como entenda melhor aos interesses proprios.—*José da Costa Azevedo.* »

« Concordamos em tudo com o sabio juizo enunciado no parecer acima, escripto pelo nosso muito illustrado consocio o Sr. capitão de mar e guerra Costa Azevedo, accrescentando simplesmente as seguintes observações: em primeiro lugar, que o folheto escripto pelo Sr. Dr. Thomaz Garcez Paranhos Montenegro sobre a navegação do rio de S. Francisco tem um objectivo constante, isto é, demonstrar a conveniencia da creação de uma nova provincia no Imperio do Brasil, com a denominação de provincia de S. Francisco, e n'este intuito o escriptor fez todas as considerações politicas e economicas que lhe suggeriram os conhecimentos adquiridos em suas viagens e navegação d'aquelle rio; em segundo lugar, tendo sido apresentado esse projecto da nova provincia ao corpo legislativo, e sendo

combatido por alguns oradores, o escriptor tomou a tarefa de destruir todas as argumentações contrarias, e o fez com muita clareza. Ficou, pois demonstrada a conveniencia politica da creação d'aquella nova provincia. Isto vê-se na primeira parte do folheto. Quanto á segunda parte, o autor se occupou com um roteiro de sua viagem e navegação d'aquelle mesmo rio. Esta segunda parte está, pois, mais em relação com os trabalhos dos quaes se occupa o Instituto. Se o escriptor tivesse dado uma descripção physica d'aquellas regiões; se tivesse dado uma noticia hydrographica do mesmo rio; se tivesse determinado a força de suas correntes, e indicado os meios que se deviam empregar para facilitar sua navegação; se tivesse dado uma noticia icthyologica; se se tivesse occupado com a flora d'aquella região; se, finalmente, nos houvesse dado conhecimentos exactos das condições naturaes da atmosphera e do clima, teria tratado de assumptos de grande utilidade, e que estão muito em relação com os estudos com que se occupa este Instituto. Julgamos conveniente fazer estas reflexões para que o mesmo escriptor, continuando com seus trabalhos, tenha em attenção esses objectos, assim como todos os mais que se quizerem corresponder com este Instituto. Entretanto reconhecemos que este folheto tem muito merecimento, e nos associamos ao parecer do nosso muito illustrado collega acima inscripto. Sala das sessões do Instituto, em 6 de Julho de 1877.—*Dr. Maximiano Marques de Carvalho.* »

O Sr. Dr. Macedo, 1° vice-presidente, leu a parte quinta do seu trabalho biographico sobre Evaristo Ferreira da Veiga.

Levantou-se a sessão ás 8 horas.

*Dr. Moreira de Azevedo,*
2° SECRETARIO SUPPLENTE.

## 7ª SESSÃO EM 20 DE JULHO DE 1877

*Presidencia do Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo.*

A's 6 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. Drs. Joaquim Manoel de Macedo, Carlos Honorio de Figueiredo, Manoel Duarte Moreira de Azevedo, José Tito Nabuco de Araujo, Antonio Alvares Pereira Coruja, conselheiros Olegario Herculano de Aquino e Castro e José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, Drs. Miguel Antonio da Silva, Joaquim Antonio Pinto Junior, Maximiano Marques de Carvalho, Cesar Augusto Marques, 1° tenente Francisco Manoel Alvares de Araujo e Dr. Luiz Francisco da Veiga, o Sr. Dr. Macedo 1° vice-presidente, abriu a sessão.

O Sr. Dr. Moreira de Azevedo, servindo de 2° secretario, leu a acta da sessão antecedente, que foi approvada.

O Sr. Dr. Carlos Honorio, occupando o cargo de 1° secretario, deu conta do seguinte

### EXPEDIENTE

Communicação do Sr. Dr. Rozendo Muniz Barreto, de não poder comparecer á sessão por incommodo de saude.

Aviso do Sr. ministro do Imperio, declarando, em solução ao officio d'este Instituto de 11 do corrente, que o governo imperial está disposto a tomar parte nas trocas internacionaes de publicações e outros objectos de interesse scientifico, litterario e estatistico, propostas pelo governo portuguez, segundo o accôrdo do congresso de sciencias geographicas de Paris.

Officio do Sr. presidente da provincia do Rio Grande do

Sul, remettendo um exemplar da collecção dos actos, regulamentos e instrucções expedidas pela presidencia da provincia em 1870.

Dito do consocio o Sr. Dr. Antonio Pereira Pinto, offerecendo ao Instituto os *Annaes do parlamento brasileiro. —Camara dos Srs. deputados*, recopilados por elle, relativos aos annos de 1827, 1828, 1853, 1854 e 1856.

Dito do Sr. Dr. Carlos Antonio de Paula Costa, 1° secretario da Sociedade Medica do Rio de Janeiro, communicando a posse da directoria da mesma e a relação das pessoas que a compôem.

Dito do 1° secretario da sociedade litteraria, denominada Club Gonçalves Dias, noticiando a sua installação.

Dito do 1° secretario do Lyceu Litterario Portuguez, agradecendo a collecção da *Revista* d'este Instituto.

Carta do Sr. Dr. José de Góes Siqueira, offerecendo dez exemplares do *Elogio historico dos membros da Academia Imperial de Medicina*, recitado por elle na sessão magna do anno proximo passado.

Dita do Sr. José A. Tavora, bibliothecario da bibliotheca nacional de Montevidéo, agradecendo ao Instituto a collecção de *Revistas* e outras publicações remettidas para uso d'aquella bibliotheca.

Dita do Sr. Raphael Savernal, offerecendo alguns exemplares das suas cartas, sob o titulo *Brasilinas*, para serem distribuidas pelos membros do Instituto.

Houve as seguintes

OFFERTAS

Pelo Sr. Francisco Ramos Paz, os reguintes folhetos :

O *Papa e o concilio*, por James, versão e introducção de Ruy Barbosa. Rio de Janeiro, 1877.

*A Questão Religiosa*.—A liberdade dos cultos no Brasil. Rio de Janeiro, 1877.

Pela secretaria do Imperio, um exemplar do *Relatorio* apresentado á assembléa geral legislativa na actual sessão pelo ministro d'aquella repartição.

Pela Sociedade de Geographia Italiana, o seu *Boletim* dos mezes de Março a Maio do corrente anno.

Pelos Ensaios Litterarios do Rio de Janeiro, collecção de seus trabalhos. Rio de Janeiro, 1877.

Pelo Instituto Pharmaceutico do Rio de Janeiro, a sua *Revista* do mez de Junho.

Pelo Sr. director da faculdade de medicina do Rio de Janeiro, *Memoria historica dos acontecimentos notaveis no anno lectivo de* 1875, pelo Dr. Ezequiel Corrêa dos Santos.

Pelo autor (anonymo), *Descripção do canhão Albuquerque* publicada por um artilheiro. Rio de Janeiro, 1877.

Pelo Sr. bibliothecario da bibliotheca publica de Montevidéo, as seguintes :

*Memoria* apresentada por el directorio del Ferro Carril Central del Uruguay. Montevidéo, 1877.

*Memoria* de la jefatura politica y de policia de la capital, correspondente al año de 1876. Montevidéo, 1877.

*Boletim* official de la comision central de agricultura de la Republica Oriental del Uruguay. Montevidéo, 1877.

*El tempe argentino del delta de los rios Uruguay, Paraná y Plata*, por D. Marcos Sastre, con un discurso preliminar del Dr. D. A. Magarinos Cervantes, etc., quinta edicion. Buenos-Ayres, 1871.

*Reglamento enterno de la jefatura politica y policial del departamiento da capital*. Montevidéo, 1877.

*Apuntes de viaje del Plata a los Andes y del mar Pacifico al mar Atlantico*, por Santiago Estrada, segunda edicion. Buenos-Ayres, 1872.

*Asociacion rural del Uruguay*, revista quinzenal. Montevidéo, 1877.

Varios jornaes e periodicos remettidos pelas respectivas redacções.

As offertas são recebidas com agrado.

## ORDEM DO DIA

Entraram em discussão, e ficaram adiados, o parecer e voto em separado, já transcriptos na acta antecedente, da commissão subsidiaria de geographia, sobre os trabalhos que servem de titulo de admissão ao Sr. Dr. Thomaz Garcez Paranhos Montenegro.

A's 8 horas levantou-se a sessão.

*O. H. de Aquino e Castro*,
SERVINDO DE 2º SECRETARIO.

---

## 8ª SESSÃO EM 3 DE AGOSTO DE 1877

*Presidencia do Sr. barão Homem de Mello.*

A's 6 horas da tarde, reunidos na sala do Instituto os Srs. barão Homem de Mello, Drs. Carlos Honorio de Figueiredo, conselheiro Olegario Herculano de Aquino e Castro, senador Candido Mendes de Almeida, Manoel Jesuino Ferreira, Felizardo Pinheiro de Campos, Luiz Francisco da Veiga, Maximiano Marques de Carvalho, Agostinho Marques Perdigão Malheiro, Joaquim Antonio Pinto Junior, José Tito Nabuco de Araujo e Miguel Antonio

da Silva, faltando os Srs. 1° vice-presidente Dr. Joaquim Manoel de Macedo, por incommodo de pessoa de sua familia, e thesoureiro Coruja, por doente, conforme communicaram, o Sr. barão Homem de Mello, 3° vice-presidente, abriu a sessão e convidou para servir de 2° secretario o Sr. conselheiro Olegario, que procedeu á leitura da acta da antecedente, a qual, posta em discussão, e depois de breves observações feitas pelo Sr. Dr. Jesuino Ferreira, foi approvada.

O Sr. Dr. Carlos Honorio, occupando o lugar de 1° secretario, leu o seguinte

EXPEDIENTE

Officio do Sr. director geral da secretaria de Estado dos negocios estrangeiros, remettendo, de ordem do Sr. ministro d'aquella repartição, os volumes VI á X da obra intitulada *Documentos para a historia da vida publica do libertador da Columbia, Perú e Bolivia.*

Dito do Sr. Dr. Francisco Antonio Pimenta Bueno, offerecendo a este Instituto alguns exemplares da *Memoria justificativa e parecer sobre os planos para o prolongamento da estrada de ferro de S. Paulo, devido aos esforços de uma commissão de engenheiros brasileiros.*

Dito do Sr. secretario geral do Instituto Pharmaceutico do Rio de Janeiro, offerecendo um exemplar do *Relatorio da escola de humanidades e de sciencias pharmaceuticas*, apresentado ao mesmo Instituto pelo seu director.

Dito do Sr. 1° secretario do Instituto Academico, communicando a installação do mesmo e a lista das pessoas que compõem a directoria.

Dito do Sr. inspector da alfandega da côrte, communi-

cando achar-se alli uma caixa com livros, vinda de Baltimore, com endereço ao Instituto Historico.—O Sr. 1º secretario informou que a caixa a que se refere o officio supra é remettida pelo Smithsonian Institution, e que já deu as providencias necessarias para o seu recebimento.

Carta do Sr. Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, offerecendo um exemplar da *Vida do padre Belchior de Pontes, da companhia de Jesus*, composta pelo padre Manoel da Fonseca, impressa em Lisboa em 1752.

Dita do Sr. Diogo de Barros Arana, offerecendo as seguintes obras:

1.ª *Geografía física de la república de Chile*, por A. Pissis, con un atlas de vistas, córtes geologicos, etc.

2.ª *Carta geográfica, física y politica de Chile*, levantada pela comision topographica presidida por A. Pissis (Consta de treze grandes folhas).

3.ª *Quinto censo jeneral de la poblacion de Chile*, levantado em Abril de 1875.

4.ª *La Crónica de* 1810, por Miguel L. Amunategui, tomo II.

5.ª *Mapa de Chile* (Em fórma de livro).

6.ª *Plano* de Santiago, por Ernesto Ansart.

Houve as seguintes

OFFERTAS

Pelo Sr. Dr. José Tito Nabuco de Araujo, a *Revista Medica do Rio de Janeiro* do mez de Maio do corrente anno.

Pelo Sr. conselheiro Henrique de Beaurepaire Rohan, *Estudos ácerca da organisação da carta geographica do Imperio*. Rio de Janeiro, 1877.

Pelo Sr. Dr. José de Saldanha da Gama de um exemplar do seu *Relatorio sobre a exposição universal de Philadelphia em* 1876.

Pelo Sr. Dr. Felizardo Pinheiro de Campos, *Projectos de lei para organisação judiciaria e reforma do art.* 13 § 2° *da lei de* 20 *de Setembro de* 1871 *sobre a prisão sem culpa formada e a formação da culpa*, pelo desembargador J. A. de M. Castro, 1877.

Pela secretaria de Estado dos negocios da marinha, seis exemplares do *Relatorio* apresentado ao corpo legislativo na ultima sessão por S. Ex. o Sr. Luiz Antonio Pereira Franco, ministro d'aquella repartição.

Pelo Sr. William Thompson, *Tables for facilitating sumner's method at sea.* London, 1876.

Pela secretaria de Estado dos negocios da fazenda, *Proposta* e *Relatorio* apresentados á assembléa geral legislativa na actual sessão pelo Sr. ministro d'aquella repartição.

Varios jornaes e periodicos enviados pelas respectivas redacções.

As offertas são recebidas com agrado.

## ORDEM DO DIA

Leu-se, e foi remettida á commissão de geographia, a seguinte proposta :

« Proponho para socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o Sr. major de engenheiros Francisco Antonio Pimenta Bueno, servindo de titulo de admissão o seu trabalho sob o titulo : *Memoria justificativa dos planos apresentados ao governo imperial para o prolongamento da estrada de ferro de S. Paulo,*

e outros trabalhos. Sala das sessões, em 3 de Agosto de 1877. — *C. H. de Figueiredo.* »

Foi á commissão de redacção a seguinte proposta:

« Propomos que o Instituto Historico e Geographico Brasileiro institua conferencias publicas sobre pontos de historia patria. Sala das sessões, 3 de Agosto de 1877. — *Dr. Pinto Junior.* — *O. H. de Aquino e Castro.* »

Foi lida e entrou em discussão a presente proposta, feita pelo Sr. Dr. Maximiano Marques de Carvalho :

« Sendo a *Memoria*, escripta pelo Sr. 1º tenente de armada Francisco Calheiros da Graça *sobre a origem, formação e augmento da temperatura das aguas do golpho Stream* um trabalho de muita importancia para os navegantes, na parte occidental do oceano Atlantico, desde o cabo de S. Roque até as bordas orientaes dos Estados-Unidos ; sendo este trabalho, assim como as quatro cartas geographicas do mesmo autor, feito por iniciativa e recommendação do governo imperial: proponho que, por intermedio do seu muito respeitavel presidente, este Instituto communique ao mesmo governo imperial que acha serem de grande merecimento estes trabalhos, e que os recebeu com muito agradecimento. Sala das sessões do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, em 3 de Agosto de 1877. — *Maximiano Marques de Carvalho.* »

Sobre a materia da proposta fallaram o seu autor e os Srs. Pinto Junior, Pinheiro de Campos, senador Candido Mendes e Olegario, que concluio propondo o adiamento da discussão para depois da apresentação dos pareceres das commissões de admissão de socios e de redacção, a que se acham affectos os trabalhos do Sr. Calheiros da Graça.—Assim se venceu.

O Sr. Dr. Luiz Francisco da Veiga leu um seu trabalho, intitulado *Hymnos Patrioticos*, compostos por Evaristo

Ferreira da Veiga por occasião da independencia do Brasil.

Levantou-se a sessão ás 9 1/2 horas da noite, dando o Sr. presidente para ordem do dia da proxima sessão: leitura de trabalhos dos socios inscriptos.

*Dr. M. Marques de Carvalho,*

SERVINDO DE 2° SECRETARIO.

---

## 9ª SESSÃO EM 17 DE AGOSTO DE 1877

*Presidencia do Sr. Dr. Carlos Honorio de Figueiredo.*

A's 6 1/2 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. Drs. Carlos Honorio de Figueiredo, Manoel Duarte Moreira de Azevedo, Maximiano Marques de Carvalho, senador Candido Mendes de Almeida, Agostinho Marques Perdigão Malheiro e Luiz Francisco da Veiga, faltando por incommodados os Srs. Dr. Joaquim Manoel de Macedo, Antonio Alvares Pereira Coruja e Dr. Manoel Jesuino Ferreira, e não tendo comparecido nenhum dos vice-presidentes, o Sr. Dr. Carlos Honorio de Figueiredo, como membro mais antigo, na fórma dos estatutos, abriu a sessão e convidou para servir de 2° secretario o Sr. Dr. Maximiano, que leu a acta da antecedente, a qual, posta em discussão, foi approvada.

O Sr. Dr. Moreira de Azevedo, secretario supplente, servindo de 1° secretario, leu o seguinte

EXPEDIENTE

Officio do Sr. presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, remettendo um exemplar da collecção dos actos expedidos por aquella presidencia no anno de 1876.

Dito do Sr. 1º secretario do Lyceu Litterario Portuguez, convidando, em nome da directoria do mesmo Lyceu, a este Instituto para assistir á sessão magna de sua installação e á inauguração do retrato do sabio D. Fr. Francisco de S. Luiz. —O Sr. presidente nomeou os Srs. senador Candido Mendes, Drs. Moreira de Azevedo e Luiz Francisco da Veiga, para em commissão representarem o Instituto n'aquelle acto solemne.

Houve as seguintes

OFFERTAS

Pela Sociedade Italiana de Geographia, o seu *Boletim* do mez de Junho do corrente anno.

Pela secretaria de Estado dos negocios da justiça, um exemplar do *Relatorio* apresentado á assembléa geral legislativa pelo Sr. ministro d'aquella repartição.

Pelo Sr. bacharel Joaquim Maria dos Anjos Espozel, um exemplar da *Revista Mensal* das decisões da Relação da côrte e Supremo Tribunal de Justiça, do mez de Maio do presente anno.

Pelo Sr. Francisco Ramos Paz, *Boletim* do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil. Quinto anno, 1876.

Pelo Sr. bibliothecario da bibliotheca publica de Montevidéo :

*Nociones generales sobre el arte de crear los gusanos de seda*, por el doctor Santiago Bertelli, Montevidéo, 1876.

*Estudio de las cuestiones economicas y financeiras de la actualidad.*— Bases para la fundacion imediata de un banco nacional en la republica oriental del Uruguay, por Pedro S. Lamas. Montevidéo, 1876.

*Asociacion rural del Uruguay.*—Revista quincenal de la defensa de los derechos é interesses rurales y á propagar conocimientos utiles en todos los ramos de la agricultura y ganadaria. Montevidéo, 1877, Junio.

*Memoria de las reparticiones de salubridad, cemiterios y de rodados por* 1876. Montevidéo, 1877.

*Memoria de la receptoria de contribuicion derecta en el año de* 1875. Montevidéo, 1876.

Varios jornaes e periodicos enviados pelas respectivas redacções.

As offertas são recebidas com agrado.

## ORDEM DO DIA

Formulou o Sr. senador Candido Mendes a seguinte questão :

« Entre as duvidas profundas sobre as primeiras explorações do Brasil, as quaes embaraçam o juizo seguro dos historiadores, levanta-se esta : Qual o ponto da costa da nova terra descoberta por Cabral em que tocou a esquadrilha que em 1501 veiu com o habil cosmographo Americo Vespucio, depois de haver dobrado o cabo de S. Agostinho, onde recebeu tres indigenas para servirem de interpretes ? »

Sobre tão importante questão historica encetou-se discussão, na qual tomaram parte os Srs. Candido Mendes,

Perdigão Malheiro, Moreira de Azevedo, Luiz Francisco da Veiga e Maximiano M. de Carvalho.

Estando a hora adiantada, levantou-se a sessão.

*J. Tito Nabuco de Araujo,*

2° SECRETARIO SUPPLENTE.

---

## 10ª SESSÃO EM 31 DE AGOSTO DE 1877

*Presidencia do Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo.*

A's 6 horas da tarde, reunidos na sala do Instituto os Srs. Drs. Joaquim Manoel de Macedo, Carlos Honorio de Figueiredo, José Tito Nabuco de Araujo, senador Candido Mendes de Almeida, barão Gustavo Schreiner (ministro da Austria), Diogo Barros Arana (ministro do Chile) João Barbosa Rodrigues, Joaquim Pires Machado Portella, conselheiros Filippe Lopes Netto e Tristão de Alencar Araripe, o Sr. Dr. Macedo, 1° vice-presidente, abriu a sessão.

O Sr. Dr. José Tito, secretario supplente, servindo de 2° secretario, leu a acta da antecedente, a qual, posta em discussão, foi approvada.

O Sr. Dr. Carlos Honorio, 2° secretario, servindo de primeiro, deu conta do seguinte

### EXPEDIENTE

Officio do Sr. Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo, declarando que, tendo de retirar-se para fóra da cidade em

consequencia de molestia grave de pessoa de sua familia, e não querendo, como relator da commissão de admissão de socios, demorar os trabalhos affectos á dita commissão, os devolvia ao Sr. secretario para terem o conveniente destino.—A' vista dos motivos de impedimento do Sr. Dr. Moreira de Azevedo, o Sr. Dr. José Tito propôz a nomeação de um membro que substituisse aquelle senhor na referida commissão, e o Instituto resolveu que o Sr. presidente fizesse a nomeação.

Houve as seguintes

OFFERTAS

Pelo Sr. João Barbosa Rodrigues:

*Relatorio* sobre o rio Yamundá. Rio de Janeiro, 1875.

Dito sobre o rio Trombetas. Rio de Janeiro, 1875.

Dito sobre o rio Capim. Rio de Janeiro, 1875.

Dito sobre os rios Urubú e Jatapú. Rio de Janeiro, 1875.

*Exploração e estudos do valle do Amazonas*. Rio de Janeiro, 1875.

*Idolo Amazonico*, achado no rio Amazonas, pelo offertante. Rio de Janeiro, 1875.

*Compromisso* da irmandade do glorioso S. Benedicto dos pretos e mais devotos da freguezia de Nossa Senhora da Conceição das Minas do Castello (Manuscripto antigo e raro, original).

Pelo Instituto Archeologico Alagoano, *Discurso* proferido na sessão magna do decimo quinto anniversario, por seu orador Dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão. Pernambuco, 1877.

Pela Sociedade de Geographia de Paris, os *Boletins* dos mezes de Abril a Junho do corrente anno.

Pela redacção, *Revista nacional de sciencias, artes e letras.* Santos, 1877.

Pelo Sr. Vivien de Saint-Martin, *Nouveau dictionnaire de géographie universelle.* Fasc. Aut—art. Paris, 1877.

Pelo Sr. José Luiz da Gama e Silva, *Relatorio* da commissão ao norte da costa do Amazonas ao Oyapock. Pará, 1877.

Pelo Sr. director da faculdade de medicina do Rio de Janeiro, *Pontos approvados pela congregação* para as theses dos alumnos que têm de doutorar-se no anno de 1877. Rio de Janeiro, 1876.

Pela Academia dei Lincei, *Atti della Accademia,* anno 1876—1877. Roma, 1877.

Pelo Sr. bibliothecario da bibliotheca publica de Montevidéo, as seguintes.

*Asociacion Rural del Uruguay.*—Revista quincenal, Julho e Agosto de 1877. Montevidéo, 1877.

*Boletin Oficial* de la comision central de agricultura de la Republica Oriental del Uruguay, Junho e Julho do corrente anno.

*La Bolsa Montevideana,* 1867.

*Annexos* a la *Memoria* del ministerio de relaciones exteriores en el tercero periodo de la novena lejislatura. Montevidéo, 1863.

*Le Paraguay.*—La dynastie des Lopez avant et pendant la guerre actuelle, por John le Long. Paris, 1868.

*Documentos Oficiales* justificativos de la conducta de las autoridades departamentales de la Republica Oriental del Uruguay contra las accusaciones de las camaras brasileiras. Montevidéo, 1864.

*Reclamaciones* de la Republica Oriental del Uruguay contra el gobierno imperial del Brasil. Montevidéo, 1864.

*Avenas del Uruguay,* por Heraclio C. Fajardo. Buenos-Aires, 1862.

*Memoria* presentada á la asamblea general lejislativa en el tercero periodo de la decima lejislatura por el ministro y secretario d'Estado de relaciones exteriores. Montevidéo, 1870.

*Exposition of the stat of the banks established in the city of Montevideo.* — By the gouvernement commissioner Sr. D. Tomas Villalba. Montevidéó, 1865.

*Memoria* que el ministro de Estado en el departamiento de marina presenta al congresso nacional de 1871. Santiago de Chile.

*Documentos* relativos a la pacificacion de la republica. Montevidéo, 1864.

*Memoria* presentada a la asamblea general lejislativa en el segundo periodo de la decima lejislatura por el ministro de la relaciones exteriores. Montevidéo, 1869.

*Documentos Diplomaticos* relativos a la detencion del paquete argentino *Salto* en las aguas de la Republica Oriental del Uruguay, por el vapor de guerra nacional *Villa del Salto*. Montevidéo, 1867.

*Memoria* presentada por la comission permanente a la asamblea general en el tercero periodo de la undecima lejislatura. Montevidéo, 1875.

*Memoria* presentada por la commission permanente a la asamblea general en el segundo periodo de la undecima lejislatura. Montevidéo, 1874—e appendice.

*Informe de la comission consultiva* de la propuesta de reorganisacion de la Sociedad de Ferro Carril Central del Uruguay. Montevidéo, 1877.

*Historia de Rosas*, por Manuel Bilbáo, tomo I. —Buenos-Aires, 1868.

*Formulario de Processos*, arreglado para uso de los ejercitos de la Republica Oriental del Uruguay, por el coronel D. Salvador Garcia. Montevidéo, 1867.

*Ley y reglamento de la guarda nacional* de la Republica Oriental del Uruguay. Montevidéo, 1858.

*Nociones elementales de fisica popular*, por Pedro Recaldoni. Montevidéo, 1875.

*Conferencias sobre el derecho natural*, como introducion al curso de derecho das gentes, por G. Perez Gomar. Montevidéo, 1864.

*Manual de Policia.* - Collecion de leys, decretos y disposiciones, etc., referentes da policia de orden publica y municipal, por Antonio O. Villalba. Montevidéo, 1864.

*La Bolsa en la mano.*—Revista quincenal, por Calvo y Guerrico. Buenos-Aires, 1877.

*Economia Politica.*—Testo de la universidade mayor de la Republica Oriental del Uruguay. Montevidéo, 1864.

*Manual del Pastor*, ó sea instruccion practica para la criruza y cuidado de la raça merina, etc., por Daniel Perez Mendonza.—Obra postuma, publicada por P. Lastarria y C.ª Montevidéo, 1863.

*Los Herós de Pavon.*—Loa patriotica en un acto, por J. A. Ferrer Fernandez. Buenos-Aires, 1862.

*Cultivo y beneficio practico del tabaco*, por Juan de Cominges. Montevidéo, 1877.

*Memorias* presentadas por el ministro de Estado en el departamiento de las relaciones exteriores, al congresso nacional en 1869, 1870 e 1871. Buenos-Aires.

Varios jornaes enviados pelas respectivas redacções.

As offertas são recebidas com agrado.

Terminado o expediente, o Sr. presidente Dr. Macedo disse: que, sendo possivel que não se possa mais reunir o Instituto antes do regresso de Suas Magestades a esta côrte, por isso convidava a todos os membros a receberem os mesmos augustos senhores no dia de sua chegada no arsenal de marinha.

Passando-se á ordem do dia, o Sr. presidente continuou com a leitura do seu interessante trabalho biographico sobre Evaristo Ferreira da Veiga.

Esgotada a ordem do dia, levantou-se a sessão ás 9 horas da noite, sendo dada para ordem do dia da proxima sessão: leitura de trabalhos e pareceres de commissões.

*J. T. Nabuco de Araujo,*

2° SECRETARIO SUPPLENTE.

---

## 11.ª SESSÃO EM 14 DE SETEMBRO DE 1877.

*Presidencia do Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo.*

A's 6 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. Drs. Joaquim Manoel de Macedo, Carlos Honorio de Figueiredo, senador Candido Mendes de Almeida, conselheiros Olegario Herculano de Aquino e Castro e Tristão de Alencar Araripe, Felizardo Pinheiro de Campos, Maximiano Marques de Carvalho, D. Diogo de Barros Arana, Rozendo Muniz Barreto, Joaquim Antonio Pinto Junior e Luiz Francisco da Veiga, faltando por incommodados os Srs. Dr. Manoel Jesuino Ferreira e Antonio Alvares Pereira Coruja, o Sr. Dr. Macedo, 1° vice-presidente, abriu a sessão.

O Sr. 2° secretario interino leu a acta da antecedente, que, posta em discussão, foi approvada.

O Sr. Dr. Carlos Honorio, servindo de 1° secretario, deu conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officio do Sr. presidente da provincia do Ceará, remettendo um exemplar do *Relatorio* com que o seu antecessor passou-lhe a administração da provincia no dia 8 de Janeiro ultimo.

Dito do Sr. presidente da provincia do Pará, accusando o recebimento do que lhe dirigiu o Sr. secretario d'este Instituto, remettendo uma collecção da *Revista*, solicitada por S. Ex. para uso da bibliotheca publica d'aquella provincia.

Dito do Sr. presidente da provincia do Paraná, remettendo um exemplar do *Relatorio* apresentado á assembléa provincial em sua sessão do corrente anno.

Dito do Sr. presidente da provincia do Rio Grande do Sul, enviando um exemplar da *collecção das leis e resoluções* d'aquella provincia, promulgadas no corrente anno.

Dito do Sr. presidente da provincia de Goyaz, enviando um exemplar da *collecção de leis provinciaes* do anno proximo passado.

Dito do Sr. secretario do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, convidando a este Instituto para assistir á sessão de posse dos funccionarios ultimamente eleitos para os diversos cargos, etc. Foi nomeada para representar o Instituto uma commissão composta dos Srs. senador Candido Mendes, conselheiro Olegario e Dr. Perdigão Malheiro.

Carta do Sr. Luiz Daemers Cachard, datada de Bruxellas, declarando ser professor de mathematicas, linguas antigas e modernas, membro correspondente da Sociedade de Geographia de Lisboa , effectivo da Sociedade Geographica da Belgica, e da Sociedade de Sciencias Physicas e Climathologicas de Alger ; dar-se ao estudo especial da historia

e geographia, ha muitos annos e desejar associar-se aos trabalhos do Instituto Historico do Brasil, para o que solicitava a honra de ser recebido entre os seus membros correspondentes. Resolveu-se responder, remettendo um exemplar dos estatutos d'esta associação, para que por elles visse o candidato em que termos póde ser recebido como socio.

Carta dos Srs. presidente e secretario da camara municipal da cidade de Alegrete, agradecendo a collecção de *Revistas* d'este Instituto, solicitada para uso da bibliotheca publica municipal creada por aquella camara.

O Sr. Dr. Luiz Francisco da Veiga, como orador da deputação nomeada pelo Instituto, para felicitar a S. A. Imperial Regente, no dia 7 do corrente, pelo feliz anniversario da independencia do Brasil, apresentou o seguinte discurso que pronunciou na occasião do cortejo no paço imperial da cidade :

« Senhora !—A lei da emancipação é uma lei providencial, bemfeitora, perpetuadora e dignificadora, em todos os dominios da natureza animada.

« O Brasil, descoberto em 1500 e desde então povoado, achava-se em 1822 em completa maduridade, apto para reger-se, para proclamar e firmar sua soberania, sacudindo a vexatoria e opprobriosa tutella, tres vezes centenaria.

« O seculo decimo nono tem sido e é incontestavelmente o seculo das luzes e da libertação universal.

« A legislação de muitos povos cultos, e, entre outras, a portugueza, dá ao homem o gozo dos direitos civis e politicos na idade de vinte e um annos.

« Sendo este seculo o das luzes e da libertação universal, como dissemos, e contando o Brasil vinte e um annos de existencia á luz do dito seculo, no anno de 1821 (abstra-

hindo-se os trezentos anteriores de sua diuturna servidão) muito natural era que, n'aquella data, se declarasse livre, plenamente independente de todo o jugo desprestigiador, e que este facto, encarnação augusta de um direito excelso, fosse reconhecido e acatado por todos os povos do velho e do novo mundo.

« A 7 de Setembro de 1822 proclamou-se, pois, um facto augusto, encarnação de um direito excelso preexistente, declaração *official* que foi até *tardia*, pois que o povo fluminense, orgão legitimo de todos os brasileiros, desde 4 de Outubro de 1821 tinha feito affixar editaes nas esquinas das ruas e praças do Rio de Janeiro, declarando o Brasil independente e D. Pedro Imperador.

« O fallecido e benemerito conselheiro de Estado José Joaquim Carneiro de Campos, principal redactor da constituição do Imperio, e que morreu marquez de Caravelas, em officio que dirigiu em 18 de Setembro de 1823 ao conde do Rio Maior, delegado do rei D. João VI, assim se exprimiu, formulando bella e summariamente toda a verdade sobre o grande acontecimento da independencia do Brasil:

« Se apressa o abaixo assignado em observar ao « Sr. conde do Rio Maior que a independencia politica do « Brasil é o voto geral de todos os seus habitantes; que a « proclamação d'ella fôra effeito do *estado de virilidade* em « que se achavam estes povos, unicos do novo mundo que « ainda jaziam dependentes do antigo; que a *propria cons-« ciencia de suas faculdades, progresso e recursos*, motivára « sua emancipação, sem que jámais se deva presumir que « a revolução de Portugal, as injustiças das suas côrtes e « outros quaesquer eventos de condição precaria, podes-« sem ser mais que *causas occasionaes da acceleração* d'este « natural acontecimento. »

« A independencia foi, pois, *acto exclusivo da nação*

*brasileira*, que julgou dever quebrar os grilhões que a peavam e manietavam, quando se achou com forças para fazêl-o, prompta para sustentar seu pleito de honra no grande *forum* internacional e nos campos de batalha maritima e terrestre.

« Os patriarchas, isto é, os grandes e véros promotores da independencia do Brasil, foram uma ou duas duzias de patriotas, de conspicuos e egregios varões, que constituindo clubs politicos, auxiliando-se mutuamente e mandando emissarios aos mais importantes nucleos de população do gigantesco reino americano, portadores da *palavra de ordem*, da senha emancipadora, estabeleceram uma formidavel liga a bem da libertação da patria commum.

« O augusto avô de V. A. Imperial, o Sr. D. Pedro I, prestou então aos brasileiros o valioso serviço da sua adhesão, centralisando fortemente e unificando o movimento insurreicional, e fundando nas virgens e opulentas regiões da America meridional a monarchia e o Imperio, que foi um elemento de ordem e de integridade territorial.

« O Instituto Historico Geographico e Ethnographico Brasileiro, do qual sou n'este momento desauctorisado orgão, não podia, no anniversario de um tão grande dia da patria, que é tambem um grande dia para a realeza brasileira, deixar de felicitar a V. A. Imperial, augusta neta do bem avisado principe, que adheriu aos fervidos anhelos de libertação do povo brasileiro e que foi o fundador d'este imperio. »

S. A. a princeza imperial regente dignou-se responder :

« Agradeço muito as felicitações do Instituto Historico e Geographico Brasileiro por occasião do dia de maior alegria da nossa patria. »

A resposta de Sua Alteza é recebida com profundo respeito e acatamento.

O Sr. presidente nomeou o Sr. conselheiro Olegario para servir de orador da commissão do Instituto que tem de cumprimentar a SS. MM. Imperiaes pelo seu feliz regresso á esta côrte.

Houve as seguintes

OFFERTAS

Pelo Sr. 1° vice-presidente Dr. Macedo, um exemplar do 1° volume da sua *Ephemerida Historica do Brasil.*

Pela secretaria de estrangeiros, o *Relatorio* apresentado pelo Exm. Sr. ministro d'esta repartição á assembléa geral legislativa na segunda sessão da decima sexta legislatura.

Pela Sociedade de Geographia da Belgica, os ns. 1, 2 e 3 do seu *Boletim* do corrente anno.

Pela Sociedade de Geographia de Madrid, o seu *Boletim* de Janeiro do corrente anno.

Pelo ministerio do fomento do Mexico, *Registro Meteorologico* do observatorio central do palacio nacional, mez de Maio de 1877.

Pela secretaria da agricultura, o *Relatorio* apresentado á assembléa geral legislativa pelo Sr. ministro da mesma repartição na segunda sessão do corrente anno.

Pelo Sr. Angel J. Carranza, por intermedio do Sr. Domingos Lamas:

*Argentine republic sanitary* character of Andine Heights.

*Los restos del general San Martin.* —El presidente de la republica à seus conciudadanos. Buenos Aires, 1877.

*Redencion politica de los pueblos de la campaña y municipio de Buenos Aires*, por José Francisco Lopes, segunda edicion. Buenos Aires, 1877.

*Informe cientifico* sobre los terrenos de Palermo en que se proyecta la formacion de un paseo publico. Buenos Aires, 1874.

*La Constitucion.* — Diario de manana, comercial, literario, politico y de avisos. Buenos Aires, 1870.

*Washington.*—Estudio historico, por Guizot, traducido del frances por Delfina Vedia de Mitre, esposa del general. Buenos Aires, 1875.

*Cartas* con las vistas y propositos de Don Manuel Taboada. Buenos Aires, 1869.

*El almirante Vernon en las aguas de Nueva Granada,* 1739—1741.—Historia leida en sesion del Instituto Bonaerense de numismatica y antiguidades, por el Dr. Angel Justiniano Carranza. Buenos Ayres, 1874.

*Semblanza de lo Obispo Aneiros,* actual gobernador de la arquidiocesis Bonaerense. Buenos Aires, 1870.

*Epitome sobre la vida intima y publica del presbitero Don Escolastico Zegada,* por Angel J. Carranza. Buenos Aires, 1869.

*Actas de las sesiones de la convencion nacional ad hoc.* Buenos Aires, 1860.

*Lo retrato de Vicente Lopez,* autor del hymno nacional argentino—3 de Maio de 1785, 10 de Outubro de 1836.

Varios jornaes e periodicos enviados pelas respectivas redacções.

As offertas são recebidas com agrado.

## ORDEM DO DIA

Foi approvada unanimemente a seguinte indicação feita pelo Sr. Dr. Pinto Junior:

« Requeiro que se lance na acta d'esta sessão um voto de profundo pezar pelo fallecimento do nosso consocio o

illustre estadista francez Adolpho Thiers, communicando-se officialmente á viuva do mesmo nosso consocio e a todas as sociedades scientificas da França. »

Leu-se, e ficou adiada para a sessão immediata, a seguinte proposta :

« Sendo de grande conveniencia conhecer com a possivel exactidão o estado em que se acha actualmente o importante serviço da cathechese e civilisação dos indigenas do Imperio, proponho o seguinte :

« Que se represente ao governo imperial a necessidade de obter, por meio de circulares do ministro e secretario de Estado dos negocios da agricultura, aos presidentes das provincias, para que estes ouvindo os directores geraes de indios e quaesquer outras pessoas habilitadas, forneçam os seguintes esclarecimentos :

1.°

« Quantos indigenas bravios (approximadamente) existem na provincia ? A que tribus pertencem ?

« Quaes os lugares em que fixaram sua residencia ou percorrem mais amiudadamente ?

« Qual a natureza dos terrenos por elles occupados, matas ou campos, e quaes os rios que cortam esses terrenos ? São esses rios susceptiveis de navegação ?

2.°

« Quantos aldêamentos regulares existem na provincia, e em que datas foram formados ? De que numero de almas se compôem ?

3.°

« Quaes as inclinações e os costumes caracterisados de cada uma d'essas tribus ?

4.°

« De que desenvolvimento intellectual e moral são elles susceptiveis ?

5.°

« Que meios são necessarios para conseguil-o ?

6.°

« O que se ha feito para se lhes ensinar as primeiras letras e as artes fabris ?

7.°

« Que causas têm até hoje obstado a essa obra iniciadora ?

8.°

« Que meios é mister empregar para resolvêl-os ?

9.°

« Que relações mantêm os aldêamentos com as povoações circumvizinhas ?

10.

« Que patrimonio foi annexado a cada aldêamento ?

11.

« Tem esse patrimonio sido respeitado ou tem-se n'elle realizado esbulhos, e quaes ?

12.

« No caso de esbulho e usurpações, em que data exacta ou provavel se effectuou, e por quem ?

13.

« Que providencias tem-se dado para reprimir os abusos commettidos contra os indios ?

14

« Que publicações têm sido feitas na provincia em relação á cathechese e civilisação dos indigenas ?

« Um exemplar de cada publicação.

Sala das sessões do Instituto, 14 de Setembro de 1877. —*Dr. Joaquim Antonio Pinto Junior.* »

Pelo Sr. conselheiro Olegario, relator da commissão de estatutos e de redacção, foi dito que se achava já inserta na primeira parte da *Revista* do primeiro trimestre d'este anno a lista dos socios do Instituto em numero de oitocentos e quatorze, a saber :

*Socios actuaes.*

| | |
|---|---|
| Nacionaes. . . . . . . . . | 201 |
| Estrangeiros . . . . . . . . | 203 |

*Fallecidos.*

| | |
|---|---|
| Nacionaes. . . . . . . . . | 332 |
| Estrangeiros . . . . . . . . | 78 |
| Somma. . . . . . . . | 814 |

Dos socios nacionaes vivos são :

| | |
|---|---|
| Honorarios . . . . . . . . | 8 |
| Effectivos. . . . . . . . . | 50 |
| Correspondentes. . . . . . | 143 |
| Somma . . . . . . . | 201 |

E como complemento da medida encetada accrescentou que julgava conveniente a adopção da seguinte proposta :

« Achando-se publicada na primeira parte da ultima *Revista*, e em cumprimento de deliberação da mesa, a relação nominal dos socios do Instituto, por mim organisada em vista dos assentamentos constantes do livro de matricula e das actas das sessões, e tendo de ser, de conformidade com o que foi resolvido, annualmente transcripta a mesma relação na frente dos volumes que forem para o futuro publicados, para que possa ser em tempo devidamente emendada e corrigida, proponho :

« 1.° Que se officie sem demora, nos termos do art. 27 dos estatutos, aos socios residentes no Imperio, que se têm demorado no pagamento das prestações devidas, afim de resolver-se sobre a eliminação dos socios remissos, e dos que declararem que não fazem parte d'esta illustrada associação.

« 2.° Que respondidos ou não os officios expedidos, com informação da secretaria, se proceda, até a ultima sessão ordinaria d'este anno, de conformidade com o disposto no citado art. 27.

« 3.° Que seja incumbida uma commissão especial do trabalho de revisão annual da lista, incluindo-se os nomes dos socios novamente inscriptos, excluindo-se os que o deixarem de ser, e fazendo-se as demais alterações que forem ordenadas pela mesa administrativa.

« 4.° Que, só podendo haver cincoenta socios effectivos, e achando-se esse numero actualmente preenchido, sejam feitas as futuras nomeações ou designações d'essa classe de socios, quando haja vagas, por deliberação especial da mesa, tendo-se em attenção o disposto no art. 13 dos estatutos, quanto aos socios correspondentes, reputados effectivos supranumerarios.

« 5.º Que, passando o socio correspondente á classe de effectivo, ou de effectivo á de honorario, se expeça novo titulo de promoção ao nomeado, pelo qual se cobrará na secretaria o emolumento que fôr marcado pela mesa, com attenção ao augmento de despeza proveniente da medida adoptada.

« 6.º Que definitivamente organizada a relação dos socios, com as alterações que houverem de ser feitas até a proxima publicação na *Revista* de 1878, se faça a tabella que deve ser exposta na sala das sessões, como manda o art. 4º dos estatutos, sendo d'esse trabalho encarregada a mesma commissão de revisão. Sala das sessões, 14 de Setembro de 1877.—*O. H. de Aquino e Castro.* »

Entrando em discussão, fallaram sobre ella os Srs. Drs. Maximiano Marques de Carvalho, senador Candido Mendes, Pinto Junior, Olegario e Alencar Araripe.

Foram apresentadas as seguintes emendas :

« Requeiro que o art. 5º d'esta proposta seja adiado e dirigido a uma commissão para proceder a um exame sobre elle e dar o seu parecer, continuando a discussão da proposta.—*Dr. Pinto Junior.* »

« Separe-se o art. 5º para se discutir na sessão seguinte. —*Candido Mendes.* »

Passando-se á votação, foi approvada a proposta e a emenda do Sr. Candido Mendes, ficando assim adiada para a seguinte sessão a discussão do art. 5º da proposta, e approvados todos os mais.

Pelo Sr. presidente foi nomeada commissão de revisão, de que trata o art. 3º, ficando composta dos Srs. conselheiro Olegario, Drs. Carlos Honorio e Luiz Francisco da Veiga.

O Sr. senador Candido Mendes leu e fundamentou a seguinte proposta :

« Proponho que se solicite do ministerio do Imperio sua benevola intervenção para que se obtenha do governo francez cópias dos seguintes mappas, que se acham na bibliotheca nacional d'aquelle paiz, para enriquecimento da do nosso Instituto, a saber :

« 1.° Carta colorida da America do Sul, assignada por Jacques de Vau de Claye (fait en Dieppe l'an 1579).

« 2.° Plano do Rio de Janeiro, com a seguinte declaração : « Le vrai pourtraiet de Geneurre et du cap de fric. —*Jacques de Vau de Claye.*

« 3.° Carta da costa do Brasil, por Gaspar Viegas, de 1534. Sala das sessões, 14 de Setembro de 1877.—*Candido Mendes de Almeida.*—Posta em discussão, foi approvada. »

Seguiu-se a apresentação dos seguintes pareceres :

1.° Da commissão de pesquizas de manuscriptos :

« A' commissão de pesquizas de manuscriptos foi presente uma carta, que de Vienna d'Austria dirigiu em 22 de Março d'este anno o nosso illustrado consocio e presidente d'esta corporação o Sr. visconde do Bom Retiro, a outro não menos illustrado, o vice-presidente, Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo, onde se lêm as seguintes palavras :

« Sabendo quando estive em Roma que o nosso vice-consul n'aquella cidade, o Sr. advogado Marchevini, moço intelligente e litterato, estava, ha tempos, tomando nota de diversos livros e manuscriptos existentes nos archivos e dois conventos ultimamente secularisados, e que se referem ao Brasil, pedi-lhe cópia da dita nota. E' a que consta dos papeis juntos.

« Percorrendo-a vi, que muito conviria fazêl-a examinar no nosso Instituto, afim de saber-se,—se entre taes manuscriptos ou livros ha alguns, cuja acquisição convenha obter-se para o nosso archivo. »

« E mais adiante accrescenta :

« Devo accrescentar que quando visitei a grande bibliotheca de S. Martinho, em Napoles, mostraram-me alli um manuscripto em dois volumes de 1600 e tantos, com o titulo *Discrisione del Brasile*. O nome do autor, porém, não se podia lêr por estarem as letras quasi totalmente apagadas.

« Pedi que procurassem alli vêr se descobriam o dito manuscripto pelos catalogos antigos, onde me disseram que poderia ser encontrado, e bem assim que me tirassem e remettessem uma cópia do indice. Espero-a por estes dias, e logo que a receba envial-a-hei ao meu amigo para me informar se parece conveniente fazer-se a acquisição tambem d'esse livro. »

« A commissão viu e examinou as cópias a que se refere a supradita carta, uma com o seguinte titulo : *Manoscritti relative al Brasile che si trovano n'ella biblioteche Vittorio Emmanuele e Casanatense in Roma*, e pelo resultado dos seus estudos é de parecer que, quanto aos manuscriptos, nenhum existe em nossa bibliotheca, e que muito conviria adquirir as respectivas cópias, porque parecem, pelo titulo, importantes.

« E pelo que respeita ás obras impresssas, merecem ser compradas as da relação a este annexa, com quanto de algumas possúa a nossa bibliotheca exemplares, mas em tão deploravel estado, que é preferivel adquirir substitutos do que fazer a despeza com a encadernação das que possuimos.

« A commissão faz votos pela acquisição da cópia d'esse manuscripto a que se refere o nosso douto presidente, a quem o Instituto é devedor de mais este importante serviço, se a obra tiver o merecimento, como o titulo parece inculcar. Sala das sessões do Instituto, em 14 de Setembro

de 1877.—*Candido Mendes de Almeida.*— *Carlos Honorio de Figueiredo.*

Posto em discussão foi approvado.

2.° Da commissão de geographia :

« Foi presente á commissão de geographia a proposta apresentada pelo nosso consocio Dr. Carlos Honorio de Figueiredo de 3 do mez de Agosto, concebida nos seguintes termos :

« Proponho para socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o Sr. major de engenheiros Francisco Antonio Pimenta Bueno, servindo de titulo para sua admissão o seu trabalho *Memoria* justificativa dos planos apresentados ao governo imperial para o prolongamento da estrada de ferro de S. Paulo, e outros trabalhos.

« Além d'esta obra foi tambem presente á commissão, outra do mesmo major, sob o titulo *Parecer* sobre a petição dos directores da companhia Paulista, a respeito do prolongamento da estrada de ferro de S. Paulo, por onde corre o traçado da mesma estrada, cujo ponto terminal é no porto de Sant'Anna, á margem esquerda do rio Parnahyba, no limite da provincia de Minas Geraes com a de Matto Grosso. As duas obras, posto que revelem incontestavel merecimento de seu autor, não são, como os seus titulos demonstram, trabalhos propriamente geographicos e historicos. Não obstante, força é confessar que alguma cousa ha n'ellas a aproveitar com relação á geographia e historia do territorio paulistano, e que convem acolher com muito reconhecimento tudo o que alli interessa ao programma e missão do nosso Instituto, tendo-se em consideração o pouco que sabemos do territorio nacional, ainda á pequena distancia do littoral.

« As explorações das estradas de ferro têm não pouco concorrido para tornar o nosso territorio melhor conhecido

e apreciado, *maxime* nos pontos em que o respectivo traçado é definitivamente approvado. E sob este ponto de vista, os trabalhos do proposto são dignos do acolhimento do nosso Instituto, porquanto, como outros da mesma natureza, têm concorrido para o adiantamento da geographia em geral, e com particularidade para o da do nosso territorio. Sala das sessões do Instituto Historico e Geographico, em 14 de Setembro de 1877.—*Candido Mendes de Almeida.* —*Guilherme S. de Capanema.* »

Posto em discussão, foi adiado a requerimento do Sr. senador Candido Mendes.

3.° Da commissão de historia :

« A commissão de historia do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tendo presente a proposta apresentada por tres socios, na sessão de 27 de Outubro do anno passado, para que seja admittido ao mesmo Instituto, na qualidade de socio correspondente o Sr. Charles Pradez, natural da Suissa, e residente no Brasil desde 1843, servindo de titulo de admissão o livro que escreveu, e que vai junto *Nouvelles études sur le Brésil*, examinou o trabalho offerecido, e vem dar o seu parecer a respeito :

« Os novos estudos sobre o Brasil formam um volume de pequeno formato, impresso em Paris em 1872, contendo duzentas e sessenta e oito paginas de impressão. Não é um trabalho historico propriamente dito : é um simples estudo de moral social ; um quadro de costumes lançado a largos traços com habilidade e firmeza ; um opusculo curioso pelo objecto e fim a que se destina, escripto em estylo facil e ameno, prendendo a attenção do leitor pela naturalidade da linguagem e judiciosa apreciação dos factos que o autor se propõe a descrever e a analysar.

« A obra se dedica especialmente á propaganda da liberdade, em prol da raça escrava, ainda existente

entre nós. Dil-o francamente o autor no prologo, exprimindo-se assim : « *Meu fim principal é combater os prejuizos de raça que tão grave obstaculo oppôem á fraternidade humana, á fraternidade universal.* »

« Feliz na escolha do assumpto, deveria sêl-o igualmente o autor no desempenho da obra.

« Depois de uma narrativa ligeira da viagem que emprehendeu do seu paiz natal até o Rio de Janeiro, communicando as agradaveis impressões recebidas, e exaltando as maravilhas da natureza na esplendida terra americana, passa o escriptor a descrever com fidelidade e singeleza as scenas da vida campestre no interior do Brasil, expondo em seguida as condições da nossa lavoura, agricultura e commercio, a coparticipação da força escrava no desenvolvimento da nossa riqueza, e assignalando as phases por que tem passado o elemento servil desde o seu começo e introducção no Brasil, em épocas remotas, até as ultimas reformas de 1871.

« Relembra a historia do trafico de africanos, accusando as difficuldades que por tanto tempo embaraçaram a definitiva extincção de tão abominavel commercio ; e discorrendo sobre a emancipação e suas consequencias para o futuro do Brasil, aponta as vantagens do trabalho livre, que tanto concorre para o augmento da producção agricola, desenvolvimento da industria e riqueza do paiz.

« Trata ainda em resumidas paginas da civilisação dos indigenas, colonisação, estado actual da grande cultura e conclue pela transcripção da lei da emancipação, promulgada a 28 de Setembro de 1871, juntando observações criticas sobre algumas de suas disposições, no intento de melhorar-se o que se acha estabelecido, conciliando-se nos limites do possivel e do razoavel o maximo interesse do Estado com os justos interesses do senhor do escravo.

« Em summa : nos estreitos limites de seus novos estudos propõe-se o autor a advogar a causa da liberdade, hoje ganha na consciencia de todos, prenunciando uma nova éra de riqueza, de paz, de grandeza e de bençãos para este bello paiz, que só será verdadeiramente grande sendo effectivamente livre.

« Foi generosa e elevada a missão de que se encarregou o escriptor ; foi-lhe facil agradar e convencer : a causa era justa e sympathica, a convicção sincera, e favoravel a disposição dos que a tinham de attender e julgar.

« Assim, que não duvida a commissão recommendar ao Instituto o livro do Sr. Charles Pradez, tendo em attenção o assumpto de que se occupa, os termos em que se enuncia e finalmente a nobreza de sentimentos de que se mostra possuido o philantropo escriptor. Sala das sessões, 14 de Setembro de 1877.—*O. H. de Aquino e Castro.*—*José Tito Nabuco de Araujo.* »

Posto em discussão, foi approvado e remettido á commissão de admissão de socios.

4.° Da commissão de estatutos :

« A commissão de estatutos e de redacção do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tendo em attenção a proposta junta do Sr. Dr. Maximiano Marques de Carvalho, datada de 1° de Junho do corrente anno, relativa á publicação, na *Revista* do Instituto, da *Memoria* sobre a origem e causa do aquecimento das aguas do *Gulf Stream*, escripto pelo Sr. 1° tenente da armada Francisco Calheiros da Graça, e considerando que esse trabalho, apresentado como titulo de admissão do autor ao seio do Instituto, já mereceu favoravel opinião da commissão de geographia, é de parecer que seja publicado na *Revista*, logo que se offereça opportunidade, sendo a *Memoria*, que foi lida em francez, previamente traduzida pelo autor.

« Quanto ás tres cartas sobre a costa do Brasil, igualmente comprehendidas na proposta examinada, entende a commissão que tambem deverão ser publicadas, mas quando as circumstancias financeiras do Instituto o permittirem, e quando o forem os demais trabalhos de igual natureza existentes no archivo do Instituto. Sala das sessões, 14 de Setembro de 1877. — *O. H. de Aquino e Castro.* —*A. M. Perdigão Malheiro.*—*Dr. Joaquim Antonio Pinto Junior.*»

Posto em discusão foi approvado.

5.° Da mesma commissão :

« A commissão de estatutos e de redacção do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tendo de dar parecer sobre a proposta do nosso digno consocio o Sr. Dr. Manoel Jesuino Ferreira, apresentada em sessão de 15 de Junho do corrente, e relativa á collecção de retratos de brasileiros celebres que deverá ser composta e reunida á *Revista Trimensal* do mesmo Instituto, vem declarar que adhere á idéa geral que se contém na proposta, reconhecendo a conveniencia de honrar-se a memoria d'aquelles que em vida se illustraram pela pratica de acções grandes e elevadas, não só fazendo-se de seus feitos exacta e especificada menção nos annaes de nossa *Revista*, como ainda a ella juntando-se os retratos dos que assim souberam bem merecer da patria.

« Na medida lembrada vê a commissão um nobre incentivo á emulação, um novo estimulo ao patriotismo e prestimo dos bons servidores que ainda vivem, e uma justa e grandiosa homenagem de reconhecimento e gratidão prestada aos que já deixaram de existir.

« Encontra, porém, a commissão difficuldades praticas, que sujeita á apreciação do Instituto, para que sobre ellas resolva o que tiver por melhor.

« As collecções de retratos a que se refere a proposta,

comprehendendo todos os brasileiros illustres na administração, na politica, nas letras e nas armas, importarão, sem duvida, avultada despeza, que a commissão suppõe ser muito superior aos exiguos meios de que dispõe o Instituto.

« Outras e mais urgentes necessidades, como acquisição de obras raras e importantes para o fim a que nos propomos ; impressão de memorias e preciosos manuscriptos, que se vão perdendo com o tempo ; publicações de mappas geographicos ; organisação de archivo ; abertura diaria da bibliotheca, e mais providencias por vezes reclamadas, têm sido até agora adiadas por deficiencia de meios.

« Se, pois, ha impossibilidade de levar-se a effeito a medida, escusado é mais discorrer sobre ella ; se, porém, ha recursos com que possa ser realizada, sejam feitas as collecções.

« Mas n'este caso lembrará a commissão :

« 1.° Que nenhuma razão ha para que sejam os retratos sómente dos brasileiros que não fizeram nem fazem parte do Instituto ; quando os nossos consocios, tanto ou mais do que os que não são, se fazem dignos da distincção projectada.

« 2.° Que se fará preciso prover desde logo sobre o modo porque terá de ser feita a escolha ou designação dos retratados, porque nem todos os brasileiros illustres o poderão ser, e sempre será de mister que a qualificação seja feita por autoridade competente.

« 3.° Que será mais conveniente reservar-se a distincção sómente para os brasileiros fallecidos, esperando-se dos vivos a continuação dos bons serviços que os recommendarão á memoria dos posteros.

« 4.° Finalmente, que a providencia se estenda aos estrangeiros fallecidos, que, por sua illustração e serviços prestados ao Brasil, se tenham tornado dignos de nossa ve-

neração e reconhecimento, juntando-se sempre aos retratos, de nacionaes ou estrangeiros, que forem contemplados na *Revista*, minuciosa noticia de seus feitos, com as demais declarações lembradas na proposta. Sala das sessões, 14 de Setembro de 1877.—*O. H. de Aquino e Castro.*—*A. M. Perdigão Malheiro.*— *Dr. Joaquim Antonio Pinto Junior.*»

Posto em discussão, foi adiado para a sessão seguinte a requerimento do Sr. Olegario.

6.° Das commissões de historia e geographia :

« As commissões de historia e de geographia do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tendo de dar parecer sobre a inclusa proposta do Sr. Dr. Manoel Jesuino Ferreira, apresentada em sessão de 6 de Julho passado, concernente á nomeação de uma commissão especial, incumbida de entreter correspondencia com os membros do mesmo Instituto residentes nas provincias, e, se fôr preciso, com as autoridades locaes, afim de serem colhidos os necessarios esclarecimentos para à historia e geographia das diversas povoações do Imperio, entendem que a materia da mesma proposta se comprehende na das que foram anteriormente apresentadas por diversos membros d'esta associação, e deverá ser tomada na consideração devida quando se houver de formular um plano geral, pelo qual deva ser escripto em cada provincia um opusculo ácerca da historia, geographia, ethnographia e estatistica do Brasil.

« E porque haja sobre as referidas propostas pareceres emittidos em separado pelas commissões de historia e geographia, exigindo esclarecimentos que se tornam necessarios e que deverão ser prestados pela secretaria, insistem as mesmas commissões na exigencia já feita de informações sobre as propostas existentes e deliberações anterior-

mente tomadas pelo Instituto, com declaração dos premios decretados, e de tudo quanto mais possa ter relação com o assumpto, ficando desde já declarado que as commissões consideram importante a materia das propostas, aguardando só as informações pedidas e necessarias, para que possa ser formulado o respectivo parecer. Sala das sessões em 14 de Setembro de 1877.—*O. H. de Aquino e Castro.* —*Candido Mendes de Almeida.*—*Dr. Miguel Antonio da Silva.*—*José Tito Nabuco de Araujo.* »

Posto em discussão foi approvado, remettendo-se cópias do mesmo parecer ás respectivas commissões para os fins convenientes.

7.° Das commissões de estatutos, geographia e orçamento :

« As commissões de estatutos e de redacção, de geographia e de fundos e orçamento do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, examinaram a proposta e additamento juntos, apresentados pelos Srs. Drs. Maximiano Marques de Carvalho e Manoel Jesuino Ferreira, em sessão de 20 de Abril do corrente anno, relativos á creação de um gabinete cartographico, annexo ao mesmo Instituto, para o fim de serem ahi preparadas com toda a exactidão as cartas geographicas e topographicas que tiverem de ser publicadas nas *Revistas.*

« No additivo se propõe que, reconhecido o estado prospero das finanças do Instituto, se mande lithographar os mappas e cartas geographicas mais importantes, que existirem no archivo, em qualquer das officinas mais acreditadas da côrte, ficando a cargo da commissão respectiva a escolha dos mesmos mappas e cartas.

« As commissões reconhecem a conveniencia de, por todos os modos ao alcance do Instituto, desenvolver-se o estudo, conhecimento e publicação dos documentos concer-

nentes á geographia e topographia do Brasil, um dos fins principaes d'esta util instituição ; acreditam, porém, que nem se conforma com a indole do Instituto emprehender e dirigir por si mesmo estabelecimentos de impressão e lithographia, e nem conviria que o fizesse, ainda quando pudesse, porque a creação e conservação de estabelecimentos d'essa ordem e importancia, demandam sempre despezas muito crescidas com o pessoal e material indispensaveis, e os minguados recursos de que dispõe o Instituto não supportam tão pesado onus. Ainda como medida de economia mais conviria pagar as impressões dos mappas e cartas em estabelecimentos particulares, que se encarregassem da execução da obra sob a immediata inspecção do Instituto, do que montar para esse fim uma officina especial por elle custeada.

« Assim que, na impossibilidade de por si mesmo crear e dirigir o Instituto o proposto gabinete cartographico, inclinam-se as commissões a adoptar a proposta contida no additamento, pronunciando-se pela conveniencia de serem lithographados os mappas e cartas geographicas mais importantes existentes no archivo, em qualquer das officinas acreditadas da côrte, e sob a immediata inspecção das respectivas commissões, logo que o permittam as condições financeiras do Instituto.—Sala das sessões, 14 de Setembro de 1877.—*O. H. de Aquino e Castro.—Candido Mendes de Almeida.—Dr. Miguel Antonio da Silva.—A. M. Perdigão Malheiro.—Dr. Nicoláu Moreira.—Dr. Maximiano Marques de Carvalho.—Dr. Joaquim Antonio Pinto Junior.* »

Posto em discussão foi approvado.

Nada mais havendo a tratar, levantou-se a sessão ás 9 horas e meia da noite.

*J. T. Nabuco de Araujo,*
2º SECRETARIO SUPPLENTE.

## 12ª SESSÃO EM 28 DE SETEMBRO DE 1877

### HONRADA COM A AUGUSTA PRESENÇA DE S. M. O IMPERADOR.

*Presidencia do Exm. Sr. visconde de Bom Retiro.*

A's 7 horas da tarde, achando-se reunidos na sala do Instituto os Srs. visconde de Bom Retiro, Drs. Joaquim Manoel de Macedo, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, Carlos Honorio de Figueiredo, José Tito Nabuco de Araujo, Antonio Alvares Pereira Coruja, barão Gustavo Schreiner (ministro d'Austria), Diogo Barros Araña (ministro do Chile), senador Candido Mendes de Almeida, Manoel Jesuino Ferreira, Maximiano Marques de Carvalho, Luiz Francisco da Veiga, Joaquim Antonio Pinto Junior, Nicoláo Joaquim Moreira, tenente-coronel Francisco José Borges, José de Saldanha da Gama, Felizardo Pinheiro de Campos, Cesar Augusto Marques, conselheiro José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, José Vieira Couto de Magalhães, 1º tenente Francisco Manoel Alvares de Araujo, Joaquim Pires Machado Portella, faltando com causa o Sr. conselheiro Olegario Herculano de Aquino e Castro, annunciou-se a chegada de S. M. o Imperador, que foi recebido com as honras do estylo, e, tomando assento, o Sr. presidente abriu a sessão e declarou que, se lhe fosse permittido, pediria venia ao Instituto para em nome de Sua Magestade agradecer-lhe a maneira brilhante por que os seus membros em o anno findo mantiveram o brilho e credito do mesmo Instituto.

O Sr. Dr. Macedo, 1º vice-presidente, pediu a palavra, e em nome do Instituto felicita-o por vêr S. M. o Imperador

restituido á cadeira presidencial, occupando-a com o costumado brilho, gloria e sabedoria.

O Sr. Dr. Pinto Junior leu a seguinte moção, que, com satisfação, foi unanimemente approvada:

« Indico que se lance na acta d'esta sessão a declaração de que o Instituto Historico e Geographico Brasileiro encheu-se do mais sincero jubilo ao vêr que S. M. o Imperador, depois da sua longa viagem, volta de novo a animar com sua augusta presença esta importante associação, da qual tem sido sempre o mais desvelado protector e amigo. —*Dr. Pinto Junior.* »

Foi mandada á mesa a seguinte proposta:

« Propomos que se declare na acta da presente sessão que o Instituto Historico e Geographico Brasileiro recebeu com profundo pezar a triste noticia do fallecimento do eminente historiador portuguez Alexandre Herculano, socio correspondente do mesmo Instituto. Sala das sessões do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, em 28 de Setembro de 1877.—*Luiz Francisco da Veiga.—Antonio Pereira Pinto.—Alfredo d'Escragnolle Taunay.—A. M. Perdigão Malheiro.—Candido Mendes de Almeida.—O. H. de Aquino e Castro.—T. de Alencar Araripe.—D. Francisco Balthazar da Silveira.—Barão Homem de Mello.—Dr. José de Saldanha da Gama.—Carlos Honorio de Figueiredo.—Dr. Couto de Magalhães.—João Wilkens de Mattos.—Henrique de Beaurepaire Rohan.—Antonio Alvares Pereira Coruja.—Dr. Benjamim Franklin Ramiz Galvão.—Joaquim Pires Machado Portella.—Joaquim Pinto de Campos.—Dr. João Ribeiro de Almeida.—José Mauricio Fernandes Pereira de Barros.—Joaquim Manoel de Macedo.—Manoel Jesuino Ferreira.—Dr. Nicoláo Joaquim Moreira.—Ladisláo Netto.—Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo.—G. S. de Capanema.—Baptista Cae-*

*tano de A. Nogueira.—J. Barbosa Rodrigues.—Dr. Cesar Augusto Marques.—Dr. Joaquim Antonio Pinto Junior.—José Tito Nabuco de Araujo.—Miguel Antonio da Silva.—Francisco Manoel Alvares de Araujo.—Joaquim Norberto de Sousa e Silva.—Francisco José Borges.—Felizardo Pinheiro de Campos.—Dr. Maximiano Marques de Carvalho.—Visconde de Bom Retiro.—Dr. Rozendo Muniz Barreto.* »

O Sr. presidente, á vista da unanime manifestação do sentimento do Instituto, levantou a sessão, ficando a leitura da acta da antecedente para a seguinte.

*C. Honorio de Figueiredo,*

2° SECRETARIO.

---

## 13ª SESSÃO EM 12 DE OUTUBRO DE 1877.

HONRADA COM A AUGUSTA PRESENÇA DE S. M. O IMPERADOR.

*Presidencia do Exm. Sr. visconde de Bom Retiro.*

A's 7 horas da tarde, reunidos na sala do Instituto os Exms. Srs. visconde de Bom Retiro, Dr. Joaquim Manoel de Macedo, conselheiros José Ribeiro de Sousa Fontes e Olegario Herculano de Aquino e Castro, Drs. Carlos Honorio de Figueiredo, senador Candido Mendes de Almeida, conego Manoel da Costa Honorato, Felizardo Pinheiro de Campos, Alfredo d'Escragnolle Taunay, Cesar Augusto Marques, Maximiano Marques de Carvalho, Joaquim An-

tonio Pinto Junior, Benjamim Franklin Ramiz Galvão, Luiz Francisco da Veiga, José de Saldanha da Gama, João Barbosa Rodrigues, Rozendo Muniz Barreto e tenente-coronel Francisco José Borges, faltando por incommodados, conforme participaram, os Srs. Drs. José Tito Nabuco de Araujo e Antonio Alvares Pereira Coruja, annunciou-se a chegada de S. M. o Imperador, que foi recebido com as honras devidas, e, tomando assento, o Sr. presidente abriu a sessão.

Leram-se e foram approvadas as actas das sessões de 14 e 28 de Setembro ultimo.

Foi apresentado e lido pelo Sr. 1º secretario o seguinte

EXPEDIENTE

Officio do Sr. presidente da provincia do Rio Grande do Sul, enviando um exemplar do *Relatorio* com que o 2º vice-presidente passou-lhe a administração da mesma em 21 de Maio ultimo.

Outro do Sr. presidente da provincia de Sergipe, remettendo um exemplar da *Collecção de leis e resoluções* da assembléa provincial, promulgadas no presente anno.

Outro do Sr. presidente da provincia das Alagôas, remettendo um exemplar da *Falla* com que o Sr. 1º vice-presidente installou a segunda sessão ordinaria da assembléa d'aquella provincia.

Outro do Sr. presidente da provincia do Pará, remettendo o *Relatorio* que, sobre a commissão ao norte da costa d'aquella provincia, apresentou ao inspector da alfandega da capital o guarda-mór José Luiz da Gama e Silva.

Outro do Sr. Dr. Luiz Francisco da Veiga, remettendo,

para serem distribuidos pelos socios presentes á sessão, quinze exemplares do seu livro sobre moral publica e privada, com o titulo *Do amor proprio ao amor de Deus.*

Outro do Sr. conselheiro Olegario, com data de 25 de Setembro ultimo, communicando que, por se achar de nojo por fallecimento de pessoa de sua familia, deixava de cumprir a honrosa missão que lhe incumbira o Instituto, de servir de orador da commissão que, por parte do mesmo, tinha de comprimentar a SS. MM. Imperiaes por occasião do seu feliz regresso á esta côrte.

Carta do Sr. Dr. Olympio E. de Arroxellas Galvão, offerecendo um manuscripto com o titulo *Quadros administrativos da provincia das Alagôas,* organisados pelo offertante.

Dita do Sr. conselheiro Tristão de Alencar Araripe, offerecendo um exemplar da *Consolidação do processo criminal*, e um impresso contendo duas conferencias ácerca de assumptos de historia.

Uma communicação do Sr. Dr. Maximiano Marques de Carvalho sobre um phenomeno de combustão atmospherica, que se deu nos dias 20, 21 e 22 de Setembro proximo findo, na zona do ar que cobre a cidade do Rio de Janeiro, com uma nota sobre as observações meteorologicas feitas n'aquelles dias no observatorio astronomico do Rio de Janeiro.

Houve as seguintes

OFFERTAS

Pelo Sr. Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay, de um exemplar do *Relatorio* com que o mesmo senhor passou a administração da provincia de Santa Catharina, em 2 de Janeiro do corrente anno, ao Sr. 1° vice-presidente Dr. Herminio

Francisco do Espirito-Santo, e a sua obra *A Provincia de Goyaz na exposição nacional de* 1875.

Pelo Sr. conselheiro Olegario Herculano de Aquino e Castro, o *Elogio historico de José Bonifacio de Andrada e Silva*, feito pelo Sr. J. M. Latino Coelho.

Pela Sociedade de Geographia de Madrid, o *Boletim* da mesma de Fevereiro a Julho do corrente anno.

Pelo Instituto pharmaceutico do Rio de Janeiro, *A Tribuna Pharmaceutica*, jornal dos mezes de Agosto a Setembro do corrente anno.

Pela Sociedade Imperial dos Naturalistas de Moscow, um exemplar do seu *Boletim* n. 4.

Pela Sociedade de Geographia de Paris, o *Boletim* do mez de Julho ultimo.

Pela Sociedade de Geographia de Anvers, o *Boletim* de Fevereiro do corrente anno.

Pelo Sr. bibliothecario da bibliotheca nacional da côrte, um exemplar do 2° volume dos *Annaes* da mesma, e alguns exemplares, para serem distribuidos pelos membros do Instituto, da *Arte de grammatica da lingua brasilica da nação Kiriri*, composta pelo padre Luiz Vicencio Mamiani, da Companhia de Jesus, 2ª edição publicada pela bibliotheca nacional.

Pela Sociedade de Sciencias Naturaes de Lyon, o *Boletim* 31° volume, 1877.

Pela Academia Real dei Lincei di Roma. *Atti*, anno CCLXXIV, 1876—1877, serie terza,—fasciculo 7.° Giugno, 1877.

Pela redacção, *Revista Nacional de Sciencias, Artes e Letras.*—Directores, Dr. Antonio Carlos e Inglez de Sousa, vol. 1°, n. 2, de Agosto. Santos, 1877.

Pela Sociedade de Geographia de Londres, os *Boletins* de Maio, Junho e Julho do presente anno.

Pelo Sr. Estanisláu S. Zeballos :

*Estudio geológico sobre la provincia de Buenos Aires*, 1877 ;

*Sociedad cientifica Argentina.* — Descripcion de la fundicion nacional de tipos. Buenos Aires, 1876 ;

*Apùntes sobre las quiebras, a proposito del proyecto de reformas al codigo de comercio de la república Argentina.* Buenos Aires, 1874.

Pelo Sr. bibliothecario da bibliotheca publica de Montevidéo, as seguintes :

*Reglamento interno de la comision de Instr. publica.* Montevidéo, 1876 ;

*Reglamento de la honorable camara de representantes.* Montevidéo, 1870 ;

*Asòciacion Rural del Uruguay.*—Revista quincenal de Setiembro. Montevidéo, 1877 ;

*Boletin oficial de la comision central de agricultura de la república Oriental del Uruguay n.* 7. Montevidéo, 1877 ;

*Direccion de instruccion pública.*—Reglàmento para las escuelas, ano 1877 ;

*Reglas de procedimiento para examenes y concursos de maestros y ayudantes.* Montevidéo, 1877 ;

*Contestacion al informe de la comision consultiva nombrada por el superior gobierno para dictaminar sobre a propuesta de reorganisacion de la compañia Ferro-carril Central del Uruguay.* Montevidéo, 1877 ;

*Contaduria general de la república.*—Estados generales correspondientes al ejercicio de 1875. Montevidéo, 1876 ;

*Resúmen de la estatistica comercial de Chile, correspondiente al ano de* 1873. Valparaizo, 1874.

Pelo Sr. Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo, o 2° volume da sua obra, sob o titulo : *O Rio de Janeiro, sua*

*historia, monumentos, homens notaveis, usos e curiosidades.* Rio de Janeiro, 1877.

Pelo Sr. Francisco A. Pessoa de Barros *Barbara de Alvarenga ou os inconfidentes.*—Drama historico. Rio de Janeiro, 1877.

Pela redacção da *Revista Medica*, os numeros de Fevereiro a Agosto de sua revista. Rio de Janeiro, 1877.

Pelo Sr. Vivien de Saint-Martin, o fasciculo 4º do *Nouveau dictionnaire de géographie universelle.* Paris, 1877.

Varios periodicos enviados pelas respectivas redacções.

As offertas são recebidas com agrado.

## ORDEM DO DIA

Leu-se e remetteu-se á commissão de historia a seguinte proposta:

« Proponho para socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, o Sr. J. M. Latino Coelho, illustrado escriptor portuguez, servindo de titulo de admissão o trabalho que recentemente publicou, e que agora offereço para a bibliotheca do Instituto,—*Elogio historico de José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sala das sessões, 12 de Outubro de 1877.—*O. H. de Aquino e Castro.* »

Foi remettida á commissão de admissão de socios a seguinte proposta:

« Propomos para socio honorario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o nosso illustrado consocio e digno presidente, o Sr. visconde de Bom Retiro. Sala das sessões, 12 de Outubro de 1877.—*O. H. de Aquino e Castro.—Candido Mendes de Almeida.—Manoel da Costa Honorato.—Dr. Cesar Augusto Marques.—J. Barbosa Rodrigues.— Rozendo Muniz Barreto. — Dr. Maximiano*

*Marques de Carvalho.—Dr. Benjamim Franklin Ramiz Galvão.—Carlos Honorio de Figueiredo.—Felizardo Pinheiro de Campos.—Souza Fontes.—Dr. Joaquim Antonio Pinto Junior.* »

Por proposta dos Srs. Dr. Luiz Francisco da Veiga e conselheiro Olegario, approvada pelo Instituto, o Sr. presidente nomeou uma commissão, composta dos Srs. senador Candido Mendes de Almeida, conselheiro Olegario H. de Aquino e Castro, Drs. Ramiz Galvão, Carlos Honorio e Luiz Francisco da Veiga, para assistir ás solemnes exequias que diversas associações portuguezas, existentes n'esta côrte, resolveram mandar celebrar na igreja de S. Francisco de Paula, ás 10 horas do dia 13 do corrente, á memoria do historiador portuguez Alexandre Herculano.

Entrando em discussão a proposta que havia ficado adiada, e já transcripta na precedente acta, feita pelo Sr. Dr. Pinto Junior, pedindo que se solicite do governo informações sobre o conhecimento exacto do estado em que se acha actualmente o importante serviço da catechese, civilisação, direito de propriedade, etc., dos indigenas do Brasil, fallaram sobre o assumpto dos artigos da mesma proposta os Srs. Pinto Junior, Olegario, Candido Mendes e Macedo, sendo afinal approvada, salva a redacção.

Foi igualmente approvado o art. 5°, tambem adiado, da proposta do Sr. conselheiro Olegario a respeito do emolumento que deve pagar o socio correspondente quando passa a effectivo e este quando é promovido a honorario.

Foi approvado e remettido á commissão de admissão de socios, o parecer dado pela de geographia sobre os trabalhos que servem de titulo de admissão ao Sr. major de engenheiros Francisco Antonio Pimenta Bueno.

Entrou em discussão o parecer da commissão de estatutos e de redacção, dado sobre a proposta do Sr. Dr. Ma-

noel Jesuino Ferreira, a respeito dos retratos de varões illustres, brasileiros e estrangeiros, que houverem prestado serviços ao Brasil, e que devem ser appensos á *Revista* do Instituto, acompanhados de minuciosa noticia sobre os retratados.

Não estando presente o autor da proposta, resolveu o Instituto, a requerimento do Sr. conselheiro Olegario, que ficasse adiada a discussão.

Foi approvado e remettido á commissão de admissão de socios o parecer abaixo, apresentado e lido pelo Sr. relator da commissão de historia:

« A commissão de historia, do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tendo examinado, como lhe foi incumbido, a obra de Hans Stade, traduzida para o inglez pelo pelo Sr. Alberto Tootal, e a que se refere a proposta do Sr. senador Candido Mendes de Almeida de 27 de Outubro do anno passado, vem dar o seu parecer a respeito.

« Antes, porém, de o fazer declara que não se pronuncia sobre a questão da sufficiencia de um simples trabalho de traducção, como titulo de admissão do traductor ao seio do Instituto, em vista do disposto no art. 6° dos estatutos e no additamento de 17 de Novembro de 1871.

« Essa questão já foi levantada e discutida no Instituto em 1872; não foi até agora solvida, mas parece fóra da competencia da commmissão de historia.

« A obra examinada faz parte das publicações a cargo da Sociedade Hakluit, já conhecida do Instituto; tem por titulo: *Captiveiro de Hans Stade, de Hesse, nos annos de 1547 a 1555, entre as tribus selvagens do Brasil oriental*, traducção de Alberto Tootal, com annotações de Ricardo F. Burton.

« E' um volume impresso em Londres em 1874, contendo cento e sessenta e nove paginas, além de um prefacio

escripto pelo annotador, consul da Inglaterra em Santos nos annos de 1865 a 1868, e uma larga introducção enriquecida de esclarecimentos e noticias historicas de incontestavel interesse.

« O trabalho de Hans Stade foi publicado na Allemanha (Marbourg) pela primeira vez em 1557 ; teve successivas edições, e em 1837 foi vertido para o francez, fazendo parte da *Collecção de viagens e memorias originaes para a historia da descoberta da America*, por Henrique Ternaux Compans, obra importante que se encontra na bibliotheca d'este Instituto.

« Antes da traducção do Sr. Tootal não consta que houvesse outra em inglez. Southey conhecia a obra, e na sua *Historia do Brasil* faz d'ella especial menção, considerando a historia das aventuras de Hans Stade como uma obra de grande valor e á qual se referem, antes repetindo, do que accrescentando o que n'ella se contém, todos os subsequentes escriptos sobre as tribus *Tupis*.

« A commissão subscreve o voto de tão autorizado escriptor, reconhecendo o merito do trabalho que acaba de examinar.

« As minuciosas e veridicas noticias de Hans Stade sobre a indole, costumes e religião das tribus selvagens do sul do Brasil, as interessantes informações que ministra sobre a sua viagem e longa permanencia entre os indios, e a tocante narração que faz dos seus soffrimentos durante o captiveiro que supportou até ser libertado em 1554, despertam e impressionam a attenção do leitor, e fornecem amplos esclarecimentos para a historia patria, tanto mais apreciaveis, quanto é subido o interesse que hoje se liga a tudo quanto se refere ás raças aborigenes e aos successos que se prendem aos primitivos tempos de nossa vida colonial.

« Na primeira parte da obra trata o autor especialmente de sua viagem de Lisboa á Pernambuco, a bordo de um navio mercante ; das revoltas dos selvagens contra os portuguezes ; regresso á Europa ; segunda viagem á America em 1549, com destino ao Rio da Prata ; naufragio ; desembarque em S. Vicente ; aprisionamento ; captiveiro e resgate pelo commandante de um navio francez em 1554 ; viagem á Europa e chegada á França em 1555.

« Na segunda parte, e sob o titulo de *Narração veridica e precisa dos usos e costumes dos Tupinambás*, sempre na linguagem simples e chã de que usa, accrescenta muita noticia curiosa sobre a natureza physica e topographica do paiz, instituições e costumes dos que n'elle habitavam, juntando considerações de interesse, tanto para o philosopho, como para o historiador.

« Assim que, reconhecida a utilidade da obra, não duvida a commissão qualificar a nova traducção do Sr. Tootal como um trabalho litterario digno de estimação, e recommendavel como testemunho do apreço em que são tidas as couzas do Brasil por todos quanto prezam as letras e especialmente os estudos historicos a que o Instituto dedica particular attenção.

Sala das sessões, em 12 de Outubro de 1877.—*O. H. de Aquino e Castro.* — *José Tito Nabuco de Araujo.* — *Dr. Cesar Augusto Marques.* »

Leu-se, e ficou sobre a mesa para ser votado na proxima sessão, o seguinte parecer da commissão de fundos e orçamento :

« Temos a honra de apresentar ao Instituto o resultado de nosso exame relativo ás contas do anno social de 1876.

« Importou a receita em 20:953$991, e a despeza em 8:849$965 ; sendo o saldo para 1877 de 12:104$026.

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA

| | | |
|---|---|---|
| Saldo de 1875, a saber : | | |
| Em dinheiro . . . . . . . | 242$116 | |
| Em dez apolices . . . . . . | 10:000$000 | |
| Na caixa economica . . . . | 1:731$475 | 11:973$591 |
| Consignação do thezouro nacional . . . . . . . . . . | 7:000$000 | |
| Juros de dez apolices . . . | 600$000 | |
| « da caixa economica . . | 108$400 | |
| Joias . . . . . . . . . . | 100$000 | |
| Divida activa. . . . . . . | 294$000 | |
| « corrente . . . . . . | 666$000 | |
| Assignatura e venda de *Revistas* | 112$000 | |
| Estorno. . . . . . . . . . | 100$000 | 8:980$400 |
| Somma. . | | 20:953$991 |

DEMONSTRAÇÃO DA DESPEZA

| | | |
|---|---|---|
| Impressão de *Revistas* e mappas | 3:525$300 | |
| Reimpressão e papel. . . . . | 989$000 | |
| Vencimento de empregados e porcentagens . . . . . . | 2:584$700 | |
| Despeza com a bibliotheca e sala . . . . . . . . . | 330$000 | |
| « com bustos . . . . . | 400$000 | |
| Compra de livros e encadernações . . . . . . . . . . | 307$895 | |
| Annuncios e publicações . . | 386$560 | |
| Expediente e objectos de escriptorio. . . . . . . . . . | 326$510 | |
| Saldo que passa para 1877 : | | |
| Em dinheiro . . . . . . . . | 20$151 | |
| Em dez apolices . . . . . . . | 10:000$000 | |
| Na caixa economica . . . . . | 2:083$875 | 20:953$991 |

«Achando-se a escripturação em dia, e os documentos em devida fórma, é de parecer a commissão que sejam approvadas as contas do anno social de 1876 apresentadas pelo Sr. thezoureiro, cujo zelo tem sido constante no desempenho de seu cargo. Sala das sessões do Instituto Historico, 28 de Setembro de 1877.—*Francisco José Borges.* —*Dr. Maximiano Marques de Carvalho.*»

«A commissão offerece para vigorar no exercicio corrente o orçamento seguinte:

RECEITA

| | |
|---|---|
| Joias de entrada . . . . . . . . . . | 40$000 |
| Prestações semestraes dos socios . . . . | 700$000 |
| Cobrança da divida activa . . . . . . | 200$000 |
| Assignatura e venda de *Revistas* . . . . | 300$000 |
| Juros de dez apolices . . . . . . . . | 600$000 |
| « de dinheiro em conta corrente na caixa economica . . . . . . . . | 108$400 |
| Subvenção do thezouro nacional . . . . | 7:000$000 |
| Somma. . . . . | 8:948$400 |

DESPEZA

| | |
|---|---|
| Impressão da *Revista* annua . . . . . | 3:500$000 |
| Reimpressão dos numeros esgotados . . . | 500$000 |
| Trabalhos de lithographia e impressões . . | 200$000 |
| Encadernações e compra de livros. . . . | 1:300$000 |
| Vencimentos de empregados . . . . . | 2:800$000 |
| Expediente e despezas diversas . . . . | 638$400 |
| Somma. . . . . | 8:948$400 |

«Sala das sessões do Instituto Historico, 28 de Setembro

de 1877.—*Francisco José Borges.—Dr. Maximiano Marques de Carvalho.* »

O Sr. Dr. Joaquim M. de Macedo leu uma parte da *Biographia*, por elle escripta, de Evaristo Ferreira da Veiga.

O Sr. presidente, obtendo venia de Sua Magestade, levantou a sessão ás 9 horas.

*C. Honorio de Figueiredo,*

2º SECRETARIO.

---

## 14ª SESSÃO EM 26 DE OUTUBRO DE 1877

HONRADA COM A AUGUSTA PRESENÇA DE S. M. O IMPERADOR.

*Presidencia do Exm. Sr. visconde de Bom Retiro.*

A's 7 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. visconde de Bom Retiro, Drs. Joaquim Manoel de Macedo, conselheiro José Ribeiro de Sousa Fontes, Carlos Honorio de Figueiredo, Manoel Duarte Moreira de Azevedo, José Tito Nabuco de Araujo, Antonio Alvares Pereira Coruja, conselheiro Olegario Herculano de Aquino e Castro, senador Candido Mendes de Almeida, conego Manoel da Costa Honorato, Nicoláo Joaquim Moreira, José de Saldanha da Gama, Manoel Jesuino Ferreira, João Barbosa Rodrigues, Maximiano Marques de Carvalho, tenente-coronel Francisco José Borges, João Ribeiro de Almeida e Alfredo de Escragnolle Taunay, annunciou-se a chegada de S. M. o Imperador, que foi recebido com as honras do estylo, e, tomando assento, o Sr. presidente abriu a sessão.

Lida pelo Sr. 2º secretario a acta da antecedente e posta em discussão foi approvada.

O Sr. 1º secretario deu conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios dos Srs. Drs. Cesar Augusto Marques e Agostinho Marques Perdigão Malheiro, communicando não poderem comparecer á sessão por incómmodados.

Officio do Sr. Nivaldo Teixeira Braga, declarando que, como professor da primeira cadeira do sexo masculino, em Coritiba, na provincia do Paraná, e autorisado pelo Sr. presidente da provincia, pretende crear uma bibliotheca escolastica no estabelecimento a seu cargo, e para isso solicitava a coadjuvação d'este Instituto.—Resolveu-se que, depois de installada a referida bibliotheca, o Sr. 1º secretario procedesse na fórma do estylo.

Dito do Sr. 1º secretario do Instituto de Sciencias Physicas e Naturaes, communicando a installação do mesmo Instituto, de que são fundadores os lentes e alumnos da secção de sciencias physicas e de sciencias naturaes da escola polytechnica d'esta côrte, sendo seus fins vulgarisar aquellas sciencias pela imprensa, por meio de conferencias publicas, e espalhar gratuitamente a instrucção pelo povo.

Dito do consocio o Sr. Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, offerecendo o n. 143 do *Diario Fluminense* de 17 de Dezembro de 1824, que traz um artigo expondo os planos das sociedades secretas, e um appendice analysando e commentando o projecto de constituição para as provincias confederadas, por Manoel de Carvalho Paes de Andrade.

Houve as seguintes

OFFERTAS

Pela typographia nacional a *Collecção de leis do Imperio* e *decisões do governo* de 1876, tres volumes.

Pela Sociedade de Geographia de Paris, o seu *Boletim* do mez de Agosto do corrente anno.

Pelo consocio o Sr. Dr. Americo Brasiliense de Almeida Mello, por intermedio do Sr. conselheiro Olegario, vinte volumes da 2ª edição das suas *Lições de Historia*, para serem distribuidos pelos Srs. socios presentes, e um dito para a bibliotheca do Instituto.

Varios jornaes e periodicos enviados pelas respectivas redacções.

As offertas são recebidas com agrado.

## ORDEM DO DIA

Leu-se, e ficou sobre a mesa para ser votado na proxima sessão, o seguinte parecer :

« A commissão de admissão de socios subscreve com prazer á proposta de 12 do corrente, apresentada por onze de nossos distinctos consocios, para que seja elevado a socio honorario o nosso illustrado e digno presidente o Exm. Sr. visconde de Bom Retiro.

« Declinar este nome é ao mesmo tempo dispensar, por notoria, a noticia do saber, erudição, elevadas qualidades e relevantes serviços de tão eminente brasileiro, de tão prestante cidadão, de um dos mais conspicuos membros, que o Instituto se desvanece de contar no seu seio. Sala das sessões do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, em 26 de Outubro de 1877. — *A. M. Perdigão*

*Malheiro. — Dr. João Ribeiro de Almeida. — Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo.* »

Entrando em discussão o parecer ácerca das collecções de retratos, dado pela commissão de estatutos e de redacção, transcripto anteriormente e adiado para esta sessão, o Sr. Dr. Manoel Jesuino Ferreira pediu a palavra e motivou a seguinte proposta :

« Proponho que o parecer sobre a proposta que apresentei em sessão de 15 de Junho do corrente anno, relativamente á organisação de duas collecções de retratos, volte á commissão, afim de que, tendo em vista a mencionada proposta em original ou uma cópia, tirada sem omissão de palavras, como a que teve presente quando deu o dito parecer, digne-se de reconsideral-o.

« Acho conveniente, em additamento á referida proposta, declarar que as alludidas collecções servirão apenas de archivo, d'onde se possa buscar com facilidade os retratos dos individuos sobre os quaes haja o Instituto de tratar em sua *Revista*, e que taes collecções não constituem só por si distincção honorifica para o retratado. Em 26 de Outubro de 1877. — *Jesuino Ferreira.* »

Foi approvada a proposta, e devolvido á commissão de redacção o respectivo parecer para reconsideral-o.

Entrou em discussão, foi approvado e remettido á commissão de admissão de socios, o parecer que havia ficado adiado, da commissão subsidiaria de geographia, dado sobre os trabalhos que servem de titulo de admissão ao Sr. Dr. Thomaz Garcez Paranhos Montenegro ao gremio do Instituto.

Foi igualmente lido, approvado, e remmettido á commissão de admissão de socios, o seguinte parecer da de historia, formulado sobre o *Elogio historico de José Bonifacio*

*de Andrada e Silva*, que serve de titulo de admissão de seu autor o Sr. José Maria Latino Coelho.

« A commissão de historia, do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tendo presente a proposta de admissão do Sr. José Maria Latino Coelho, notavel escriptor portuguez e digno secretario geral da Academia Real de Sciencias de Lisboa, ao gremio do mesmo Instituto, servindo de titulo de habilitação, na fórma dos estatutos, o *Elogio Historico de José Bonifacio de Andrada e Silva*, recentemente publicado e offerecido ao Instituto por um de seus membros, examinou com a devida attenção o importante trabalho d'aquelle illustrado escriptor, e passa a dar o seu parecer a respeito.

« Não é o *Elogio* de José Bonifacio a simples biographia de um homem: é a pagina brilhante da historia de duas nações irmãs, em uma quadra difficil e melindrosa, grave e complicada, escripta com a proficiencia e imparcialidade do consciencioso historiador, que só tem na mente a justiça, por norte a verdade, e por objecto o facto que se propõe a narrar ou a esclarecer.

« Ha homens que representam idéas tão grandiosas, épocas que significam revoluções tão salutares, successos que traduzem glorias tão subidas, que, para que possam ser devidamente retratados e descriptos na téla sumptuosa que se desdobra á admiração das gerações que passam, faz-se de mister toda a superioridade de engenho, toda a elevação de pensamento, largueza de vistas, acerto de apreciação e provada capacidade de execução—attributos raros e só proprios do verdadeiro talento aprimorado pelo lustre da mais solida instrucção.

« Não se mede a importancia dos trabalhos de intelligencia pela extensão ou pelo espaço que têm tomado na fórma a livre manifestação do pensamento.

« Ha phrases que valem discursos ; discursos que valem mais que livros ; livros que constituem monumentos de perduravel fama e custosa magnificencia.

« Perde em tamanho, é certo, o que ganha em estimação o breve trabalho historico que a commissão acaba de examinar.

« Vasto, porém, no assumpto e profundo no objecto, memora-se n'essas poucas paginas a vida de um grande cidadão, maior pelo merito e pelos feitos que o tornaram celebre, do que pelas tardias honras que hão procurado engradecer-lhe a imagem.

« José Bonifacio, o vulto ingente que assoma no horizonte da nossa historia, rodeado do prestigio da sciencia, enriquecido pelo estudo, animado pelo patriotismo e glorificado pelo soffrimento, bem merecia a posthuma homenagem que lhe é prestada por um dos mais eminentes representantes da litteratura portugueza.

« O *Elogio Biographico*, tecido pelo douto academico, reune a dupla qualidade que distingue o trabalho do escriptor de historia : diz a verdade, e pelo modo por que deve ser dita.

« Se a historia sem a verdade é apenas o romance, cumpre que ao dizêl-a, com inalteravel firmeza e inteira segurança, possa ainda o escriptor guardar a propriedade do modo, a graciosidade da fórma e a conveniencia do estylo, que assellam o caracter do perfeito historiador.

« O trabalho do Sr. Latino Coelho é digno do seu autor, e está na altura do merecimento d'aquelle a quem se dedica.

« Acompanhando os primeiros passos do notavel paulista na senda luminosa que percorreu, longe da patria, em busca de instrucção, n'aquelles minguados tempos colloniaes, em que até da luz do espirito se fazia na metropole

avaro monopolio, refere o escriptor o progressivo desenvolvimento d'essa privilegiada intelligencia, fadada a grandes commettimentos em um futuro ainda remoto ; e applaudindo os triumphos colhidos em uma rapida e brilhante carreira escolastica, celebra a iniciação do esperançoso neophito nos trabalhos da Academia de Sciencias, em annos ainda tão verdes e juvenis, que o viço da mocidade parecia contradizer a grave compostura do academico.

« Narra em seguida como foi aproveitada pelo governo a especial aptidão do joven naturalista, sendo mandado a percorrer lugares onde podesse ser praticamente accrescentado o copioso cabedal já recolhido no estudo das sciencias a que se consagrára ; e enfeixando a mésse farta e opulenta, segada pelo activo e habil cultor nos dominios perlustrados da sciencia, mostra-nos como compensados foram, e largamente, os dispendios do Estado pelas vantatagens que provieram das investigações do incansavel pesquizador.

« Tão certo é que nunca são perdidos os sacrificios feitos em prol da instrucção e auxilio ás vocações legitimas, quando com discreta prudencia se sabe regular o modo de produzir, gastando, e de saccar sobre o futuro, á conta dos avanços do presente.

« Quando José Bonifacio regressou de suas longas e proveitosas excursões coroava-o a aureola do sabio : seu nome ficara inscripto nos annaes da sciencia ; e com as honras que para si colhêra, assegurava a gloria da patria que se orgulhava de o contar por filho.

« Soube o governo accumular sobre os seus hombros, na phrase do biographo, os encargos que são maior testemunho de valia verdadeira, que as barateadas e inanes distincções com que as régias chancellarias aferem e aquilatam na sua tarifa graciosa os talentos de eleição. De sua

parte tambem soube corresponder o sabio á confiança de que se mostrára digno, trabalhando incessante. E quando, nos nefastos dias da invasão estrangeira, juntou ao auxilio de suas luzes o esforço de seu braço, como cidadão e como soldado, bem demonstrou como perfeitamente se alliam os oppostos interesses das armas e das letras, quando ao serviço de uma razão esclarecida se tem um coração aberto aos nobres sentimentos do patriotismo e da lealdade.

« Eram, porém, esses mesmos sentimentos que lhe faziam despertar vivida e pura na alma bem formada a imagem da patria aguilhoada aos rigores do despotismo colonial.

« Approximava-se a hora da emancipação de um grande povo ; já eram frageis os laços com que embalde se pretendia comprimir os pulsos do gigante americano ; a imprudencia ou a cegueira da metropole havia estragado a arma do poder que não soubéra manejar ; avultavam os erros do systema colonial, mal ensaiado e desastradamente posto em pratica por administrações pouco avisadas ; era infallivel o effeito : a colonia reagiu e combateu, resistiu e venceu ; porque nas pugnas da liberdade contra os excessos da prepotencia nunca póde ser duvidoso o triumpho da razão e da justiça.

« José Bonifacio, destinado a servir de protogonista ou de comparte nas scenas animadas de uma gloriosa revolução, comprehendeu desde logo que um dever de honra o chamava ao theatro da luta que se ia travar entre a força e o direito, no conflicto de interesses antagonicos da metropole e da colonia ; correu presto a envolver-se no movimento reaccionario que já se denunciava em mais de um ponto, e ahi, como em toda parte onde teve o genio occasião de expandir-se, seus nobres sentimentos manifestaram-se em actos de inexcedivel patriotismo.

« Interprete autorisado da opinião ou instrumento principal de uma empreza felicissima, no dizer do escriptor, negue-se-lhe embora a iniciativa da idéa, nunca se lhe poderá contestar com fundamento a coparticipação efficaz que lhe coube na fundação da nacionalidade brasileira.

« E tanto basta para a sua immarcessivel gloria.

« Não pretende a commissão inculcar que fosse a independencia do Brasil obra exclusiva de um homem, ou fosse elle um principe, um ministro ou simplesmente um cidadão. Não foi; não o podia ser. A aspiração da liberdade era sem duvida a preoccupação geral dos espiritos, o justo anhelo de todos os bons e sinceros patriotas; a independencia era uma idéa nacional, que germinára na consciencia da propria dignidade, que se desenvolvêra com o tempo, se fortificára ao influxo da civilisação, na marcha progressiva da sociedade, e que só aguardava a occasião adequada para se patentear em todo o brilho de sua elevada expressão.

« Fez-se a independencia; e manda a justiça da historia que se reconheça e proclame que, n'essa gloriosa conquista da liberdade, em que collaboraram todos quantos sentiam-se animados pela flamma sagrada do patriotismo, cabe por direito e razão o lugar de honra áquelles que, pela superioridade da intelligencia e influencia da posição, pelo esforço da vontade e energia da acção, se achavam investidos da autoridade e do poder que os faziam arbitros dos destinos do paiz, supremos directores da opinião e principaes motores dos acontecimentos que rapidamente succediam-se.

« Sómente os homens populares, que cingem na fronte o diadema do talento, são, como diz o escriptor, capazes de fundar em solidas bases as nacionalidades livres.

« José Bonifacio, ministro illustrado e previdente, conselheiro leal e esforçado lidador na grandiosa empreza da emancipação nacional, se, como alguns pensam, não foi o pensamento, foi o braço que guiou destro o movimento reaccionario, coroado do mais feliz successo.

« Seu nome, sua gloria, a justa celebridade de seus feitos, constituem um patrimonio de inestimavel valor para a nação que o preza e honra.

« Não amesquinhemos, pois, o que é grande; não menosprezemos o que tanto respeito ncs infunde: a reputação do sabio, a probidade do cidadão, o zelo, o desinteresse e a dedicação do patriota.

« A perseguição e o exilio feriram a victima das paixões partidarias em assomos de delirio; a estatua e o triumpho a exalçaram ao apogeu das grandezas sociaes na calma de tempos mais serenos.

« Hoje, á luz que irradia um quadro, magistralmente lançado pela mão segura de um habil pintor, ostenta-se em toda a sua pujança o vulto magestoso do brasileiro distincto, que por tantos titulos se recommenda á veneração dos que o contemplam.

« A commissão do Instituto cumpre um dever louvando o trabalho historico do Sr. Latino Coelho, e com prazer applaude o generoso impulso que levou o escriptor portuguez a decantar as glorias que tambem são suas, porque a Portugal, como ao Brasil, cabe a fortuna de contar José Bonifacio entre os seus filhos mais prezados.

« E se a severidade da critica ou a variedade do pensamento não permitte ainda que se fixe definitivamente a opinião que sobre os factos da independencia deve ser formada; se é cedo para pronunciar-se a ultima palavra sobre assumptos que se prendem á nossa historia politica em tempos de tão agitadas commoções, seja-nos ao menos

dado, a nós, obreiros do porvir, juntar com desvelado esmero e accurada attenção todos os valiosos subsidios que a geração contemporanea vai preparando para o soberbo monumento da historia da nossa patria.

« A nós cabe a missão de honrar a memoria dos grandes homens; á posteridade o encargo de julgal-os. Sala das sessões, 26 de Outubro de 1877. — *O. H. de Aquino e Castro.* — *J. T. Nabuco de Araujo.* »

Em seguida entrou em discussão, e foi tambem approvado, o parecer da commissão de fundos e orçamento dado sobre as contas do Sr. thesoureiro, relativas ao anno findo, e orçando a receita e despeza para o presente anno social.

O Sr. Dr. Macedo pediu a palavra e continuou com a leitura da *Biographia*, por elle escripta, *de Evaristo Ferreira da Veiga.*

O Sr. presidente, obtendo venia de S. M. Imperial, levantou a sessão ás 8 1/2 horas.

*C. H. de Figueiredo*,

2º SECRETARIO.

---

## 15ª SESSÃO EM 9 DE NOVEMBRO DE 1877

HONRADA COM A AUGUSTA PRESENÇA DE S. M. O IMPERADOR.

*Presidencia do Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo.*

A's 7 horas da tarde, reunidos na sala do Instituto os Srs, Drs. Joaquim Manoel de Macedo, conselheiro José Ri-

beiro de Sousa Fontes, Carlos Honorio de Figueiredo, Manoel Duarte Moreira de Azevedo, José Tito Nabuco de Araujo, Antonio Alvares Pereira Coruja, Maximiano Marques de Carvalho, conselheiros Olegario Herculano de Aquino e Castro e Filippe Lopes Netto, tenente-coronel Francisco José Borges, Felizardo Pinheiro de Campos, João Barbosa Rodrigues, Luiz Francisco da Veiga, Nicoláo Joaquim Moreira e 1° tenente Francisco Manoel Alvares de Araujo, annunciou-se a chegada de S. M. o Imperador, que foi recebido com as honras do estylo, e, tomando asento, o Sr. Dr. Macedo, 1° vice-presidente, abriu a sessão.

Lida e approvada a acta da antecedente, o Sr. 1° secretario deu conta do seguinte

## EXPEDIENTE

Um officio do Sr. Dr. Manoel Buarque de Macedo, offerecendo vinte exemplares do *Relatorio* do Sr. tenente-coronel de engenheiros Dr. Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim sobre o abastecimento de agua n'esta capital.

## OFFERTAS

Pela secretaria da agricultura :

*Estudos* sobre a largura das estradas de ferro e a resistencia dos trens, pelo engenheiro Honorio Bicalho. Rio de Janeiro, 1877.

*Considerações* ácerca dos melhoramentos de que, em relação ás sêccas, são susceptiveis algumas provincias do

norte do Brasil, pelo marechal de campo Henrique de Beaurepaire Rohan (segunda edição). Rio de Janeiro, 1877.

*Ensaios* sobre alguns melhoramentos tendentes á prosperidade da provincia do Ceará. Rio de Janeiro, 1877.

*Directoria das obras publicas.*—Arrasamento da lage submarina existente na entrada do porto de Santos, provincia de S. Paulo. Rio de Janeiro, 1877.

*Garantia de juros.*—Estudos para sua applicação ás emprezas de utilidade publica no Brasil, pelo engenheiro André Rebouças. Rio de Janeiro, 1874.

*Estudos definitivos* da linha de Cangussú, variante da estrada de ferro do Rio Grande a Alegrete.—Memoria justificativa apresentada por Eduardo de Moraes, etc. Rio de Janeiro, 1876.

Pelo Instituto Archeologico Alagoano, a sua *Revista* do mez de Dezembro de 1876.

Pelo Sr. Dr. Nicoláo Joaquim Moreira, alguns exemplares de seu *Relatorio* sobre a immigração nos Estados-Unidos da America. Rio de Janeiro, 1877.

Pelo Sr. Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay, tambem alguns exemplares dos *Discursos* por elle proferidos nas duas primeiras sessões da decima sexta legislatura da assembléa geral. Rio de Janeiro, 1877.

Pelo Sr. Dr. Maximiano Marques de Carvalho, trinta exemplares do seu folheto sob o titulo *Apreciações das causas physicas da sêcca do Ceará e outras provincias limitrophes*. Rio de Janeiro, 1877.

Pelo Sr. Dr. José de Góes Siqueira, *Breve estudo sobre a prostituição e a syphilis no Brasil.*—Memoria approvada pela Academia Imperial de Medicina. Rio de Janeiro, 1877.

As offertas são recebidas com agrado.

## ORDEM DO DIA

Leu-se, e foi remettida á commissão de estatutos e de redacção, a seguinte proposta :

« Tendo este Instituto resolvido em suas sessões anteriores fazer publicar em suas *Revistas* as cartas geographicas que a illustrada commissão de redacção julgasse conveniente, proponho que sejam preferidas e publicadas nas primeiras *Revistas* as cartas seguintes :

« 1.° A carta do Brasil, comprehendida entre o Rio de Janeiro e a Bahia de S. Salvador, levantada pelo capitão de fragata E. Mouchez, coadjuvado pelo commandante da canhoneira brasileira *Itajahy*, o Sr. capitão-tenente Fonseca. (Esta carta está na collecção de cartas geographicas de Mr. Mouchez, e o Instituto possue essa collecção.)

« 2.° A carta reduzida da costa do Brasil, comprehendida entre Porto Seguro e Pernambuco, levantada em 1819 pelo engenheiro hydrographo da marinha franceza Mr. Givry, a bordo da corveta *La Bayadère* e o brigue *Favorito*, sob as ordens do barão Roussin. (Esta carta existe na bibliotheca d'este Instituto, assim como a collecção de que faz parte, das cartas da costa do Brasil, levantadas sob as ordens do mesmo barão Roussin.)

« Sala das sessões do Instituto. Rio da Janeiro, 9 de Novembro de 1877.—*Dr. Maximiano Marques de Carvalho.* »

Votou-se por escrutinio secreto e foi unanimemente approvado o parecer da commissão de admissão de socios, elevando a socio honorario o Exm. Sr. visconde de Bom Retiro, digno presidente d'este Instituto, o qual, comparecendo logo depois da votação e assumindo a presidencia, disse : que, tendo conhecimento, ao chegar á sala das ses-

sões, da honrosa nomeação com que acabava de ser distinguido pela benevolencia do Instituto, cumpria um dever de reconhecimento agradecendo-a, e assegurando que fará sempre pela prosperidade e desenvolvimento do Instituto tudo quanto depender de seus esforços.

Entrou em discussão e foi approvado o seguinte parecer :

« A commissão de estatutos e de redacção do Instituto Historico e Geographico Brasileiro examinou a proposta que em sessão de 26 do mez passado apresentou o Sr. Dr. M. Jesuino Ferreira, para que fosse reconsiderado o anterior parecer dado pela mesma commissão sobre a proposta relativa ás collecções de retratos de varões illustres, que têm de acompanhar as *Revistas Trimensaes*.

« Sanado o erro de cópia que havia em ponto essencial na proposta anteriormente examinada, vê agora a commissão que o que o Sr, Dr. Jesuino Ferreira lembra é que o Instituto organise duas collecções de retratos, sendo uma de todos os brasileiros illustres que não fizeram parte do mesmo Instituto, e outra dos membros d'esta associação, quer vivos, quer já fallecidos.

« E mais, que as alludidas collecções sirvam apenas de archivo d'onde possam ser tirados com facilidade os retratos d'aquelles que houverem de ser contemplados na *Revista* sem que constituam por si sós distincção honorifica para os retratados,

« Com as declarações feitas, e assim explicado o pensamento do proponente, a commissão retira a observação feita sobre a supposta exclusão dos consocios brasileiros, e sustenta quanto ao mais a opinião que já teve occasião de emittir, repetindo que acha muito aproveitavel a idéa, ficando dependente a execução da proposta na parte relativa á despeza dos meios de que puder dispôr o Instituto, e

assentado que a escolha dos retratos que houverem de acompanhar as *Revistas* será feita por votação da mesa, sobre proposta assignada por tres socios pelo menos. Sala das sessões, 9 de Novembro de 1877.—*O. H. de Aquino e Castro.* —*A. M. Perdigão Malheiro.* »

Leram-se, e ficaram sobre a mesa para serem votados na seguinte sessão, os tres pareceres abaixo transcriptos, dados pela commissão de admissão de socios :

1.° « Havendo sido proposto para socio honorario do Instituto Historico o Sr. barão Homem de Mello, crê a commissão de admissão de socios interpretar fielmente os votos do Instituto, declarando esse nosso illustrado consocio digno de tão honroso e ambicionado titulo.

« Se na carreira politica ha attingido posição elevada, tendo exercido o cargo de presidente de varias provincias do Imperio e de deputado á assembléa geral, nas letras é seu nome conhecido e respeitado. Seus estudos historicos brasileires, esboços biographicos, escriptos historicos e litterarios, a *Carta physica do Brasil*, descrevendo os systemas orographico e hydrographico, e outros trabalhos, o tem conceituado como escriptor e franqueado-lhe as portas das associações litterarias.

« A dignitaria da ordem da Rosa, a carta de conselho e o titulo de barão memoram relevantes serviços de tão prestimoso cidadão, que, occupando no Instituto Historico o cargo de 3° vice presidente, é merecedor da honra que essa douta associação lhe deseja conferir. Sala das sessões, em 9 de Novembro de 1877.—*Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo.—A. M. Perdigão Malheiro.—Dr. João Ribeiro de Almeida.* »

2.° « Tendo sido proposto para socio correspondente do Instituto Historico o Sr. José Maria Latino Coelho, e havendo a commissão de historia do mesmo Instituto apre-

ciado com muito louvor o trabalho do candidato, intitulado *Elogio historico de José Bonifacio de Andrada e Silva*, opina a commissão de admissão de socios que entre os nomes dos membros do Instituto Historico e Geographico do Brasil se inscreva o do Sr. Latino Coelho, distincto litterato portuguez.

« Nascido em Lisboa em 29 de Novembro de 1825, filho legitimo do professor de mathematicas capitão João Alberto Coelho, cedo começou o Sr. Latino Coelho a frequentar as escolas, a honrar as academias; cultivou as letras, e em pouco tempo conquistou merecida reputação litteraria em Portugal.

« Official do exercito, professor da escola polytechnica, jornalista, poeta, deputado, orador, secretario da Academia Real de Siencias de Lisboa, dotado de talento privilegiado, tornou-se conhecido na imprensa periodica e politica do paiz ; varios jornaes politicos e litterarios, diversos escriptos historicos e criticos, obras didacticas e outros interessantes trabalhos, têm assignalado seu talento, tão fecundo, tão facil em produzir, tão variado, tão rico e tão conhecido.

« A penna engenhosa e brilhante do distincto escriptor acaba de enriquecer a litteratura portugueza com o *Elogio academico de José Bonifacio de Andrada e Silva*, no qual manifesta o autor sua intelligencia eminente, estudiosa, applicada, rica de conhecimentos e de sciencia, e assim julgamos ser sufficiente esse trabalho, consagrado á memoria de um brasileiro tão notavel, para ser admittido no gremio do Instituto Historico o Sr. José Maria Latino Coelho. Sala das sessões, em 9 de Novembro de 1877.—*Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo.—A. M. Perdigão Malheiro.—Dr. João Ribeiro de Almeida.* »

3.ª « Proposto para socio correspondente do Instituto

Historico o Sr. Hercules Florence, servindo-lhe de titulo de admissão o trabalho intitulado *Esboço da viagem feita pelo Sr. Langsdorff no interior do Brasil,* desde Setembro de 1825 até Março de 1829, escripto em francez, e traduzido pelo nosso distincto consocio Sr. Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay, julga a commissão de admissão de socios o candidato digno do titulo de socio do Instituto Historico e Geographico do Brasil.

« A narrativa do Sr. Hercules Florence, escripta em linguagem simples e despretenciosa, e com verdade e criterio, dá noticia da longa exploração do barão Jorge Henrique de Langsdorff, consul-geral da Russia no Brasil, que falleceu em sua patria em 1842, tendo seu governo lhe concedido avultada pensão, apezar do máo resultado de sua viagem. Sala das sessões, em 9 de Novembro de 1877.— *Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo.—A. M. Perdigão Malheiro.—Dr. João Ribeiro de Almeida.* »

O Sr. Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo, obtendo a palavra, leu um trabalho sob o titulo *O Dia 30 de Julho de 1832.*

Terminada a leitura, o Sr. presidente, obtendo venia de S. M. o Imperador, levantou a sessão.

*Dr. Moreira de Azevedo,*

2° SECRETARIO SUPPLENTE.

## 16ª SESSÃO EM 23 DE NOVEMBRO DE 1877

### HONRADA COM A AUGUSTA PRESENÇA DE S.M. O IMPERADOR.

*Presidencia do Exm. Sr. visconde de Bom Retiro.*

A's 7 horas da tarde acharam-se presentes os Srs. visconde de Bom Retiro, Drs. Joaquim Manoel de Macedo, Carlos Honorio de Figueiredo, Manoel Duarte Moreira de Azevedo, conselheiros Henrique de Beaurepaire Rohan, Olegario Herculano de Aquino e Castro e Filippe Lopes Netto, senador Candido Mendes de Almeida, tenente-coronel Francisco José Borges, barão Gustavo Schreiner, conego Manoel da Costa Honorato, Drs. Felizardo Pinheiro de Campos, Luiz Francisco da Veiga, Maximiano Marques de Carvalho, Alfredo d'Escragnolle Taunay, Ladisláo de Sousa Mello Netto e Antonio Monoel Gonçalves Tocantins, faltando com causa participada os Srs. Dr. Manoel Jesuino Ferreira, Antonio Alvares Pereira Coruja e Francisco Manoel Alvares de Araujo.

Annunciando-se a chegada de S. M. o Imperador, foi o mesmo augusto senhor recebido com as honras do estylo, e, tomando assento, o Sr. presidente abriu a sessão.

O Sr. Dr. Moreira de Azevedo, secretario supplente, servindo de 2º secretario, leu a acta da antecedente, que, posta em discussão, foi approvada.

O Sr. Dr. Carlos Honorio, 2º secretario, servindo de primeiro deu conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officio do Sr. director geral da secretaria de Estado dos negocios estrangeiros, enviando, por parte da legação do Imperio em Lima, um exemplar do *El monitor rebelde «Huascar,»* por José Antonio Garcia y Garcia, do mez de Junho do corrente anno.

Dito do Sr. Dr. Ernesto Ferreira França, concebido n'estes termos :

« Illm. e Exm. Sr.—Não tendo estado presente na sessão do Instituto, celebrada a 28 do corrente, solicito comtudo que se insira na acta o protesto da minha completa e fervorosa adhesão á manifestação de jubilo, solemnemente pelo Instituto externada, por motivo do fausto regresso de S. M. o Imperador.

« N'este patriotico empenho, igualmente caro ás letras e á patria, ouso implorar o precioso intermedio de V. Ex.

« Deus guarde a V. Ex.—Illm. e Ex. Sr. presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro, 29 de Setembro de 1877.—*Dr. Ernesto Ferreira França.*»

Dito do Sr. Manoel Candido da Veiga e Sousa, director do curso nocturno gratuito da Associação Promotora da Instrucção de Meninos, trazendo ao conhecimento d'este Instituto que o mesmo curso prosegue nos trabalhos tendentes á fundação de uma bibliotheca popular na freguezia de S. Christovão d'este municipio, e que, já possuindo avultado numero de obras, solicitava uma collecção de suas *Revistas*.—Resolveu-se na fórma do estylo.

Carta do Sr. Gonçalo de Faro, offerecendo um exemplar do livro com o titulo *Colonias orphanologicas, agricolas e industriaes do municipio da Estrella.* Rio de Janeiro.

Varios jornaes enviados pelas respectivas redacções.

As offertas são recebidas com agrado.

## ORDEM DO DIA

Leu-se, e foi remettida á commissão subsidiaria de historia a seguinte proposta :

« Proponho que sejam remettidos á respectiva commissão os *Quadros administrativos da provincia das Alagôas*, pelo juiz de direito do Porto Calvo, Olympio Euzebio de Arrochellas Galvão, apresentados em sessão de 12 de Outubro proximo findo, afim de dar seu parecer, reforçando o que foi dado em 1875 sobre as outras publicações do mesmo Dr. Arrochellas, por mim proposto para socio correspondente d'este Instituto. Sala do Instituto, em sessão de 23 de Novembro de 1877.—O conego, *M. da Costa Honorato.* »

Foram unanimemente approvados por escrutinio secreto tres pareceres, adiados, da commissão de admissão de socios :

O primeiro, elevando a membro honorario o Exm. Sr. barão Homem de Mello, 3° vice-presidente.

O segundo e terceiro, admittindo ao gremio d'este Instituto os Srs. José Maria Latino Coelho e Hercules Florence.

Os Srs. conselheiro Henrique de Beaurepaire Rohan e Dr. Luiz Francisco da Veiga occuparam a attenção do Instituto, lendo aquelle parte de um seu trabalho sob o titulo : *O antigo e novo Porto Seguro*, e este um trabalho biographico sobre Luiz Carlos Martins Penna.

O Sr. presidente, obtendo venia de S. M. o Imperador, levantou a sessão ás 8 1/2 horas.

*Dr. Moreira de Azevedo,*

2° SECRETARIO SUPPLENTE.

## 17ª SESSÃO EM 7 DE DEZEMBRO DE 1877

HONRADA COM A AUGUSTA PRESENÇA DE S. M. O IMPERADOR.

*Presidencia do Exm. Sr. visconde de Bom Retiro.*

A's 7 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. visconde de Bom Retiro, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, Drs. Carlos Honorio de Figueiredo, Manoel Duarte Moreira de Azevedo, senador Candido Mendes de Almeida, barão Gustavo Schreiner, Maximiano Marques de Carvalho, conde de Baependy, Felizardo Pinheiro de Campos, Antonio Alvares Pereira Coruja, João Barbosa Rodrigues, conselheiro Filippe Lopes Netto, Francisco Manoel Alvares de Araujo e Antonio Manoel Gonçalves Tocantins, annunciou-se a chegada de S.M. o Imperador, que foi recebido com as honras do estylo, e, tomando assento, o Sr. presidente abriu a sessão.

O Sr. Dr. Moreira de Azevedo, servindo de 2º secretario, leu a acta da antecedente, que, posta em discussão, foi approvada.

O Sr. Dr. Carlos Honorio, servindo de 1º secretario, deu conta do seguinte

### EXPEDIENTE

Carta do Sr. 1º secretario conselheiro Sousa Fontes, communicando não poder comparecer á sessão por incommodado.

Dita do Sr. conselheiro Henrique de Beaurepaire Rohan, tambem communicando não poder comparecer por justos motivos.

Dita do Sr. Dr. Antonio Pereira Pinto, offerecendo dois exemplares dos *Annaes* da camara dos Srs. deputados do anno de 1829, por elle recopilados e publicados no corrente anno.

Dita do Sr. Dr. Maximiano Marques de Carvalho, explicando os motivos que obrigaram a retirar-se da sessão passada logo no principio dos trabalhos.

Officio do Sr. presidente da provincia do Rio Grande do Sul, remettendo um exemplar da *Collecção dos Actos* expedidos pela presidencia d'aquella provincia em os annos de 1871 e 1872.

Dito do Sr. barão Homem de Mello, 3° vice-presidente d'este Instituto, agradecendo ao mesmo o haver-lhe elevado de socio effectivo á categoria de honorario.

Houve as seguintes

## OFFERTAS

Pelo Sr. Dr. Tobias Leite, *Noticia do instituto dos surdos-mudos do Rio de Janeiro*, 1877.

Pela Bibliotheca Nacional, *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 3°, 1877.

Pela Sociedade de Geographia da Belgica, o seu *Boletim* n. 4 do corrente anno. Bruxellas, 1877.

Pela Sociedade de Geographia Italiana, o *Boletim* da mesma do mez de Agosto. Roma, 1877.

Pela Sociedade de Geographia de Paris, o seu *Boletim* do mez de Setembro. Paris, 1877.

Pela Sociedade de Estatistica de Marselha e Sociedade de Geographia, *Répertoire des travaux de la Societé Estatistique de Marseillle*, tomo XXXVII. Marseille, 1877; e *Boletim* dos mezes de Setembro e Outubro.

Pela Sociedade de Geographia de Madrid, os *Boletins* dos mezes de Agosto e Setembro do corrente anno.

Pela Sociedade de Geographia de Anvers, o *Boletim* do mez de Outubro.

Pela redacção da *Revista Nacional de Sciencias e Letras* de S. Paulo, o vol. 2º, n. 1. Outubro de 1877.

Varios jornaes remettidos pelas respectivas redacções.

As offertas são recebidas com agrado.

## ORDEM DO DIA

Leu-se, e foi remettida á commissão de estatutos e de redacção da *Revista*, a seguinte proposta:

« 1.º Que se contrate com pessoa habilitada, e que melhores condições possa offerecer a confecção do indice alphabetico de nossa *Revista*, com mais amplo desenvolvimento do que se acha no tomo XXII da mesma *Revista* (1859).

« 2.º Que se proceda da mesma fórma com o catalogo da bibliotheca do Instituto, atrazado desde 1860, guiando-se o que encarregar-se de redigil-o pelos systemas mais aperfeiçoados postos em pratica na Europa e nos Estados-Unidos.

« 3.º Que se publique pela imprensa e pela lithographia a obra denominada *Razão de Estado*, do sargento-mór Diogo de Campos Moreno, com os seus mappas, e, sendo possivel, pelo systema de Kunstmann, conforme se acham

desenhados e coloridos. Sala do Instituto, em 7 de Dezembro de 1877.—*Candido Mendes de Almeida.* »

Ficou sobre a mesa para ser votado na proxima sessão o seguinte parecer :

« A commissão de admissão de socios, tomando conhecimento da proposta para ser admittido como membro correspondente do Instituto Historico, o Sr. Dr. Thomaz Garcez Paranhos Montenegro, autor dos escriptos intitulados *A Provincia e a navegação do Rio de S. Francisco*, que foram examinados pela commissão subsidiaria de trabalhos geographicos, julga o candidato digno de pertencer a esta douta associação.

« Filho legitimo do tenente-coronel José Garcez da Rocha Vasconcellos Montenegro e de D. Maria Joaquina da Silva Paranhos Montenegro, nasceu o Dr. Thomaz Garcez Paranhos Montenegro em 22 de Janeiro de 1838 na antiga povoação, hoje villa da Mata de S. João, provincia da Bahia. Em 1858 recebeu o gráo de bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela faculdade de direito do Recife ; serviu o cargo de promotor publico nas comarcas de Caravelas, Camamú e Valença ; de curador-geral dos orphãos nos termos de sua residencia ; em 1867 foi nomeado juiz de direito da comarca do Rio S. Francisco, d'onde foi removido em 1874 para a comarca de Alcobaça, e em 1875 para a de Nazareth ; em 1860 foi eleito primeiro supplente de deputado á assembléa provincial da Bahia, tomando assento em 1861 ; em 1865 foi deputado eleito á mesma assembléa. Fundou o hospital da Santa Casa de Misericordia de S. Pedro da cidade da Barra do Rio Grande ; serviu de provedor e construiu o hospital da referida Santa Casa, o primeiro edificio da zona do S. Francisco ; promoveu na mesma cidade a edificação de um theatro e deu incremento ás obras da matriz, prestando assim, além do cultivo das letras, bons

serviços á patria. Sala das sessões em 7 de Dezembro de 1877.—*Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo.—A. M. Perdigão Malheiro.—Dr. João Ribeiro de Almeida.* »

O Sr. Antonio Manoel Gonçalves Tocantins, obtendo a palavra, leu um seu trabalho sobre a *Tribu Mundurucú.*

Terminada a leitura, o Sr. presidente, obtendo venia de S. M. o Imperador, levantou a sessão.

*Dr. Moreira de Azevedo,*

2° SECRETARIO SUPPLENTE.

---

## SESSÃO DA ASSEMBLÉA GERAL DE ELEIÇÕES EM 21 DE DEZEMBRO DE 1877.

*Presidencia do Sr. barão Homem de Mello.*

A's 7 horas da tarde, presentes os Srs. barão Homem de Mello, Drs. Carlos Honorio de Figueiredo, Felizardo Pinheiro de Campos, senador Candido Mendes de Almeida, Drs. Maximiano Marques de Carvalho, João Ribeiro de Almeida, conego Manoel da Costa Honorato e 1° tenente Francisco Manoel Alvares de Araujo, o Sr. conselheiro barão Homem de Mello, 3° vice-presidente, abriu a sessão em assembléa geral para se proceder á eleição dos membros da mesa e das commissões que têm de funccionar no anno de 1878, e nomeou para escrutadores os Srs. Drs. Carlos Honorio de Figueiredo e Felizardo Pinheiro de Campos. Passando-se ao processo eleitoral, na fórma dos estatutos, foram eleitos os Srs. :

PRESIDENTE

Visconde de Bom Retiro.

1° VICE-PRESIDENTE

Dr. Joaquim Manoel de Macedo.

2° VICE-PRESIDENTE

Joaquim Norberto de Sousa e Silva.

3° VICE-PRESIDENTE

Barão Homem de Mello.

2° SECRETARIO

Dr. Carlos Honorio de Figueiredo.

SECRETARIOS SUPPLENTES

Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo.
Dr. José Tito Nabuco de Araujo.

ORADOR

Dr. Joaquim Manoel de Macedo.

THESOUREIRO

Antonio Alvares Pereira Coruja.

COMMISSÃO DE FUNDOS E ORÇAMENTO

Tenente-coronel Francisco José Borges.
Dr. Maximiano Marques de Carvalho.
Conselheiro José Mauricio Fernandes Pereira de Barros.

COMMISSÃO DE ESTATUTOS E REDACÇÃO DA REVISTA

Conselheiro Olegario Herculano de Aquino e Castro.
Dr. Joaquim Antonio Pinto Junior.
Conselheiro Tristão de Alencar Araripe.

COMMISSÃO DE REVISÃO DE MANUSCRIPTOS

Conego Dr. Manoel da Costa Honorato.
Dr. Joaquim Pires Machado Portella.
Dr. Felizardo Pinheiro de Campos.

COMMISSÃO DE TRABALHOS HISTORICOS

Conselheiro Olegario Herculano de Aquino e Castro.
Dr. José Tito Nabuco de Araujo.
Conselheiro Filippe Lopes Netto.

COMMISSÃO SUBSIDIARIA DE TRABALHOS HISTORICOS

Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo.
Dr. Benjamim Franklin Ramiz Galvão.
Dr. Rozendo Muniz Barreto.

COMMISSÃO DE TRABALHOS GEOGRAPHICOS

Senador Candido Mendes de Almeida.
Conselheiro Henrique de Beaurepaire Rohan.
Dr. Cesar Augusto Marques.

COMMISSÃO SUBSIDIARIA DE TRABALHOS GEOGRAPHICOS

Dr. Miguel Antonio da Silva.
Dr. José de Saldanha da Gama.
Capitão de mar e guerra José da Costa Azevedo.

COMMISSÃO ARCHEOLOGICA E ETHNOGRAPHIA

Dr. José Vieira Couto de Magalhães.
Dr. Ladisláu de Sousa Mello Netto.
Dr. Nicoláu Joaquim Moreira.

COMMISSÃO DE ADMISSÃO DE SOCIOS

Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro.
Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay.
Dr. João Ribeiro de Almeida.

COMMISSÃO DE PESQUIZA DE MANUSCRIPTOS

Commendador João Wilkens de Mattos.
Dr. Manoel Jesuino Ferreira.
1° tenente Francisco Manoel Alvares de Araujo.

Não se procedeu á eleição de 1° secretario por ser este cargo biennal e ter sido eleito para elle, no anno passado, o Sr. conselheiro José Ribeiro de Sousa Fontes.

Terminada a eleição, o Sr. presidente declarou que o Instituto entrava em férias, e levantou a sessão.

---

# SESSÃO MAGNA ANNIVERSARIA

DO

# INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO

NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 1877.

---

## DISCURSO

DO EXM. SR. PRESIDENTE VISCONDE DE BOM RETIRO.

Senhores. — A' vossa benevolencia devo, pela terceira vez, a honra de presidir á sessão magna do anniversario de nossa regeneração social.

Ha um anno sentou-se n'esta cadeira um dos mais preeminentes membros do Instituto, e abriu a sessão, após brilhantissimo discurso, enriquecido com os primores de arrebatadora eloquencia e as mais preciosas galas, de que sabe revestir sempre as producções litterarias que dimanam de sua invejavel penna.

Que differença, senhores, de então para hoje, cabendo igual tarefa a quem, destituido de tão raros dotes, só tem para offertar-vos os mais incessantes esforços e tudo quanto de mais extremoso encerra a dedicação, a vêr se um dia chega a corresponder á confiança de que se desvanece, e com a qual tanto o haveis distinguido! Prova é já, e não pequena, a victoria alcançada pela consciencia do dever, na luta ingente que teve de travar com a da fraqueza das proprias forças, para não recuar diante da obrigação que lhe é, n'esta solemidade, imposta pela natureza do cargo.

Ha um anno nosso 1° vice-presidente foi n'este recinto orgão fiel e harmonioso de todos os socios do Instituto, manifestando as intensas saudades, que pungiam corações agradecidos em virtude da ausencia de nosso benemerito protector, e da excelsa Imperatriz, que percorriam longinquas terras.

Hoje pertence-me a grata missão de, em nome tambem de toda esta associação, render de novo, embora sem o mesmo explendor de phrase, mas com igual sinceridade, as mais fervorosas e repetidas graças ao Altissimo por achar-se restituido ao seio da patria, coberto de bençãos, querido e festejado por toda a parte, o augusto par, objecto sagrado de nosso mais devotado amor, de nosso mais puro e indelevel reconhecimento.

Desempenhava n'aquelle tempo vosso presidente uma das mais honrosas e agradaveis funcções, acompanhando o nosso primeiro consocio n'essa variadissima, e a todos os respeitos instructiva excursão, e enchia-se de jubilo e nobre orgulho observando e admirando o cuidado com que eram por elle examinados, sem poupar-se a fadigas de rapidas e difficeis viagens, os mais interessantes estabelecimentos publicos e particulares dos povos mais cultos, e ao mesmo tempo a perseverança com que procedia tão por menor a investigações scientificas e praticas, na vastissima escala dos melhoramentos dos differentes ramos da actividade humana, de par com o estudo comparativo de diversas instituições, e sua applicação ao Brasil — alvo constante, e sempre o primeiro, de seus mais estremecidos desvelos.

Então, cheio de ufania (para que occultal-o?), foi ainda vosso presidente, frequentes vezes, testemunha do zelo que, no meio de tamanha lida, de envolta com tantas, tão sérias e tão variadas preoccupações do espirito, mereceu-

lhe, sempre, esta sociedade, já procurando tornal-a ainda mais conhecida ; já recommendando e acoroçoando pesquizas de manuscriptos e acquisição de obras, que viessem enriquecer nosso archivo ; já, emfim, interessando-se vivamente pelos trabalhos aqui feitos na ausencia, durante a qual, não ha duvidar, o Instituto, guiado pelo digno presidente interino, soube corresponder ás significativas demonstrações de lembrança e estima de seu inclyto regenerador. Ainda ha pouco acabámos de receber mais uma prova de taes sentimentos em preciosissimo mimo de alto valor, com o qual dignou-se brindar-nos.

E' um quadro a oleo, copiado com todo o esmero, representando aborigenes e outros habitantes do Brasil no seculo XVII.

Este quadro constitue a primeira das cópias que, a expensas suas, mandou tirar de quantos do mesmo genero viu no museu ethnographico de Copenhague, e cuja authenticidade lhe foi, além do aspecto da pintura, confirmada pelo sabio ethnologo, o Sr. Worsac, director d'aquelle museu. As outras cópias são brevemente esperadas, e apenas cheguem serão entregues ao Instituto.

Longe, bem longe, se não me visse forçado a cingir-me mais de perto ao fim que ora nos reune, me arrastaria o enlevo das prazenteiras recordações de tudo quanto vi, de tudo quanto presenciei de nobre, de sublime e de elevado n'esta viagem do Imperador, á qual se prendem as mais bem fundadas esperanças do muito que ha de produzir de util ao Brasil, e constituir no futuro uma das mais bellas paginas da historia d'este reinado.

Agora devo congratular-me comvosco pela marcha sempre progressiva do Instituto Historico Geographico e Ethnographico Brasileiro, sempre ganhando novos titulos para manter-se na categoria que merecidamente lhe

compete entre as mais uteis instituições litterarias, desde que mão augusta e generosa houve por bem outorgar-lhe, em 1840, mais fecunda existencia.

O anno social que termina não foi, por certo, menos fertil do que os anteriores em trabalhos da propria lavra de nossos intelligentes e prestimosos companheiros.

Em cada anno que passa vai o Instituto deixando rastos luminosos, que lhe firmam a reputação de tempos a esta parte adquirida no velho e no novo mundo.

Collecções de sua *Revista*, regularmente publicada, figuram entre os livros que adornam riquissimas bibliothecas, e são procuradas dentro e fóra do Imperio com verdadeiro empenho.

Academias scientificas importantes, estabelecimentos litterarios e pessoas notaveis por seu saber, entretêm comnosco estreitas relações, mais de uma vez consultando o Instituto sobre questões concernentes a factos e investigações historicas ou ethnographicas, e trocando nossas publicações por seus mais preciosos trabalhos.

Se, pelo lado financeiro, grande cabedal não faz avultar nosso patrimonio, temos, comtudo, sabido manter-nos modestamente, mas sem esterilidade, aguardando sem desanimo que, mais folgada a renda nacional, permitta os poderes do Estado auxiliarem-nos em commettimento de ordem mais elevada a prol do progresso da historia, geographia e ethnographia no Brasil.

Nossas sessões têm sido celebradas com a maior assiduidade e satisfatoria concurrencia, rara sendo a que deixasse de primar pela leitura de memorias ou escriptos de real interesse.

Nossos archivos contêm inestimaveis manuscriptos que assaz hão de servir para a historia patria, muitos dos quaes estariam irremediavelmente perdidos se não exis-

tisse esta associação, na falta de outra do mesmo genero.

A melhor harmonia ha reinado, sem excepção, entre nossos consocios, que, segundo aliás era de esperar, consideram as salas do Instituto terreno neutro por excellencia, onde não se fazem sentir as opiniões partidarias, onde pessoas de oppostas communhões, olvidando (em boa hora o digo) divergencias politicas, vivem em fraternal e intima convivencia, e, honra lhes seja feita, curando exclusivamente dos nobres encargos, que, movidos por patriotica espontaneidade, tomaram por timbre desempenhar.

Novos lidadores foram admittidos na arena de nossos trabalhos. Os precedentes d'esses conspicuos cavalheiros, suas reconhecidas habilitações e as obras que têm publicado, nos levam a n'elles antever outros tantos auxiliares dos que de ha muito servem ao Instituto.

Motivos são esses de sobra para justo regosijo, e exultariamos de completo, e não perturbado prazer, se, *pari passu* que tudo isto commemoramos no anniversario do maior dia de nossa vida social, não nos agorentassem a alegria os golpes crueis que a mão da morte desfecha, roubando-nos, no decurso do anno, quatro prestantissimos socios, merecedores todos de nossas saudades, todos illustres como infatigaveis cultores do jardim das letras, e um d'elles, um dos maiores vultos de uma grande nação, ou antes do seculo actual. Não me é dado, todavia, proseguir n'este terreno. A um dos mais eloquentes oradores que conheço está confiada a gloria de pôr em brilhante relevo os nomes, predicados e serviços de tão eminentes personagens.

Em breve ouvireis tambem o relatorio do illustrado 1º secretario, onde será descripto, com a clareza da erudição e do methodo que o distinguem, tudo quanto fez

objecto de nossas sessões no periodo decorrido de 15 de Dezembro do anno passado em diante.

Senhor. E' tempo de terminar. Não o posso, porém, não o devo fazer e não farei sem satisfazer um dos mais imperiosos anhelos do Instituto, e sem obedecer ao proprio e irresistivel impulso, depondo ante o throno imperial as respeitosas, e cordiaes homenagens da profunda e immorredoura gratidão que nos penhora para com V. M. Imperial e S. M. a Imperatriz, por mais uma vez terem-se dignado abrilhantar esta festa litteraria.

Igual manifestação têm o direito de exigir de nós S. A. R. o Sr. conde d'Eu e sua augusta consorte a Serenissima Princeza Imperial pelas demonstrações de apreço, com que, incessantemente, têm favorecido o Instituto, demonstrações que ainda mais evidentes se tornaram, para mais nos captivarem, durante a ausencia do nosso anjo tutelar.

Está aberta a sessão.

# RELATORIO

## DO 1º SECRETARIO CONSELHEIRO DR. JOSÉ RIBEIRO DE SOUSA FONTES.

Senhores.—N'este dia solemne, em que celebra o Instituto Historico Geographico Brasileiro, com festa litteraria, o anniversario da sua fundação, o 1º secretario deve relatar todo o occorrido em suas sessões, e dar conta fiel e circumstanciada do estado da associação.

Deveres muito honrosos e superiores ás suas forças, minguados, porém, ante a vontade de cumpril-os e a gratidão para com aquelle que, um dia, por sua vontade, por seu amór ás letras e pela reconhecida dedicação tantas vezes manifestada em prol do Brasil, deu ao Instituto o impulso que tendes sabido conservar e sustentar, indicaram ao vosso 1º secretario uma commissão ardua, porém nobre, e o obrigaram a não seguir vossas pégadas nas jornadas de 1876 e 1877, e a vir agora fazer-vos o inventario descarnado do que, com tanto zelo, vigilancia e desvelo, foi colhido pelo nobre 2º secretario.

Como sabeis, a saude de S. M. a Imperatriz obrigou ao Imperador a retirar-se temporariamente da patria e do Instituto; era mister um medico que acompanhasse a Imperatriz que soffria, e a escolha recahiu sobre o menos habilitado. Ao vosso 1º secretario coube a honrosa tarefa de acompanhar os monarchas n'essa peregrinação, em que elle viu muitas vezes este Instituto ennobrecido diante dos sabios americanos e europêos pelo seu augusto protector, pelo Imperador, para quem as questões scientificas e administrativas eram tão comesinhas, que causava pasmo a proficiencia com que

eram tratadas a todos que com elle conversavam e discutiam. Sim, o nosso augusto protector por toda parte investigava com muito criterio e discernimento, não só tudo quanto pudesse interessar o nosso paiz, como tambem os dados historicos que tivessem relação com a patria e com todos os ramos das sciencias de que se occupa a nossa associação. Não são a lisonja e a cortezania que me fazem fallar assim : é o amor da verdade quem me leva a publicar, n'este momento, esta pagina verdadeira e muito exacta da nossa historia patria, escripta pelas virtudes civicas de Sua Magestade.

Sem ter sido testemunha do resultado de vossas locubrações no anno que finda, sem a necessaria cultura da intelligencia para avaliar e aquilatar os trabalhos que foram exhibidos no correr das sessões, e rastejar o que ha de util no inesgotavel manancial existente nas offertas ; ainda mais, baldo das qualidades necessarias ao escriptor e ao orador, mesquinho vai ser este relatorio, que sem duvida, feito por outrem, seria succulento e proveitoso ; entretanto que não passará de resumida acta das actas. N'estas circumstancias, vcs peço desde já indulgencias e permissão para entrar em materia.

No corrente anno começou o Instituto suas sessões ordinarias no dia 20 de Abril, e pôde celebrar dezesete, das quaes, as seis ultimas foram honradas com a augusta presença de S. M. o Imperador.

Os membros d'esta associação, sempre solicitos no desempenho de seus deveres, ainda não arrefeceram o ardor com que á porfia procuram dados uteis á historia patria. Um, analysando com severa critica a vida politica de um dos grandes vultos da nossa imprensa, offerece-nos a biographia de Evaristo Ferreira da Veiga e com ella explica uma época historica ; outro, se occupa ainda com

esse mesmo patriota e com Martins Penna ; faz resaltar os meritos litterarios d'aquelle, como autor de hymnos patrioticos, e os d'este, como dramaturgo ; ao mesmo tempo um terceiro nos relata, com toda a fidelidade, os successos occorridos no dia 30 de Julho de 1832 ; e ainda um quarto illustre consocio nos faz a comparação do antigo com o novo Porto Seguro.

Não foram, porém, esses quatro obreiros os unicos que vieram trazer-nos o material de que estamos de posse. Muitos outros, como vereis mais tarde, trouxeram-nos ou enviaram-nos, com afan, bem elaborados pareceres de commissões e offertas de subido valor, emquanto outros, interessados pelo bom andamento dos trabalhos do Instituto e pelo progresso, occuparam-se com propostas uteis, e com a elaboração do indice dos socios existentes e fallecidos.

*Trabalhos lidos.* — Em sessão de 6 de Julho o nosso digno 1° vice-presidente e orador, o Sr. Dr. Macedo, leu a *Biographia* de Evaristo Ferreira da Veiga. Com o talento e illustração que lhe são proprios, e que todos nós lhe conhecemos, com clareza e castigada linguagem, o autor tomou esse grande gladiador da imprensa brasileira em seu berço ; pôz em relevo as nobres qualidades de seus progenitores ; acompanhou Evaristo na sua vida escolar e politica ; encarou-o como redactor da *Aurora Fluminense*, como lidador e athleta respeitavel n'aquellas épocas de perturbações por que passou a nossa terra, e, com o grande homem, explicou a grande crise de então, em que mostrou que Evaristo salvou a monarchia e o throno do Imperio do Brasil.

Em sessão de 3 de Agosto leu o nosso consocio o Sr. Dr. Luiz Francisco da Veiga uma *Memoria*, na qual provou que foi Evaristo Ferreira da Veiga, o fallecido

redactor da *Aurora Fluminense*, o verdadeiro e unico autor do hymno da independencia, que tem o estribilho *Brava gente brasileira*, como o foi do *Hymno Marcial*, que então cantaram os corpos militares da guarnição, e de mais cinco hymnos patrioticos que n'aquella quadra de effervescencia e de acrysolado civismo compôz o digno brasileiro, tendo apenas vinte e dois annos de idade. O autor da *Memoria* a que me refiro já havia offerecido ao Instituto, annos antes, os autographos d'aquelles hymnos.

Em sessão de 23 de Novembro ainda o mesmo Sr. Dr. Luiz Francisco da Veiga leu uma *Memoria Biographica* sobre o fallecido litterato, e especialmente dramaturgo brasileiro, Luiz Carlos Martins Penna, verificando, com toda exactidão, que foram representados nos theatros d'esta côrte dezenove dramas ou comedias d'aquelle distincto fluminense; que foram impressas nove d'estas composições dramaticas, e que existem, além d'essas nove, mais treze manuscriptas, em perfeito estado de conservação e promptas para serem tambem impressas, e uma truncada, parecendo-lhe facil completal-a; ao todo vinte e tres peças theatraes, das quaes só seis não foram levadas á scena, estando tres perdidas, porque, posto tivessem sido representadas, nunca foram impressas, nem existem em lugar conhecido os respectivos manuscriptos originaes nem cópias d'elles.

Para chegar ao conhecimento do que nos relata o autor em sua *Memoria* foi necessario um trabalho extraordinario de investigação, sendo o principal o exame minucioso de mais de dez mil folhas periodicas. Foi uma verdadeira exhumação, e exhumação archeologica, sem outro instrumento senão a intelligencia alliada á perseverança, e sem outro incentivo mais que o puro patriotismo.

Na mesma sessão de 23 de Novembro o Sr. conselheiro

Henrique de Beaurepaire Rohan começou a leitura de um seu trabalho, sob o titulo *O Antigo e novo Porto Seguro*. Não estando nós de posse do escripto de S. Ex., não podemos dar aqui o seu resumo; mas cremos firmemente que em suas pesquizas, e com o criterio que é proprio do nosso respeitavel e illustrado consocio, encontrará o Instituto, senão elucidadas, ao menos bem ventiladas, as questões controversas d'esse ponto do nosso territorio.

Em 9 de Novembro occupou a attenção do Instituto o Sr. Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo com a leitura de um seu trabalho, com o titulo *O Dia 30 de Julho de* 1832.

Infatigavel em suas investigações sobre historia patria, analysa o autor n'essa memoria a situação do paiz depois da revolução de 7 de Abril; aponta as sedições, os movimentos civis e militares que então surgiram na côrte e nas provincias, consagra palavras de louvores ao padre Feijó, ministro da justiça, que, dotado de vontade energica e de resolução inabalavel, consegue subjugar os motins, dissolver os corpos indisciplinados do exercito e encetar diversas medidas uteis á tranquillidade publica. Mas este cidadão retira-se do ministerio; e julgando-se que para salvar a nação dos anarchistas só convinham meios violentos, remedios promptos, planejou-se o golpe de estado de 30 de Julho, dando, em resultado, a regencia e o ministerio sua demissão, e convertendo-se a camara dos deputados em *assembléa nacional* para decretar por acclamação nova constituição já elaborada.

De feito, recebe o presidente da camara a demissão da regencia e de todo o ministerio. Immediatamente declara-se a assembléa em sessão permanente, e, apresentado o parecer para ella se constituir em assembléa nacional, va-

rios deputados combatem vigorosamente semelhante alvitre, e, depois de luminosa discussão, prevalece a voz da razão e da legalidade, resolvendo-se pedir á regencia a sua permanencia : esta cede e noméa o ministerio dos quarenta dias, assim denominado pela sua ephemera duração, recuperando o partido dominante sua antiga preponderancia.

Elogia o autor a attitude patriotica e honrosa dos representantes da nação n'essa crise politica, o bom senso do povo, que conserva-se calmo e socegado. Assim o dia 30 de Julho, que se apresentou tenebroso e revolucionario, termina risonho e placido, e, em vez de ennegrecer as paginas da historia patria, vem dar-lhe niveo explendor.

Na sessão de 7 de Dezembro o Sr. Antonio Manoel Gonçalves Tocantins leu os seus *Estudos sobre a tribu Mundurucú*. N'esse trabalho descreve o nosso consocio a viagem ás malócas ou aldêas centraes dos *Mundurucús*, situadas no valle do Alto-Tapajoz.

Faz o itinerario de Belém, capital do Pará, á essas aldêas ; relata scenas da vida selvagem ; conta a chegada á malóca de Necodemos ; os *Mundurucús* lhe offerecem boa hospitalidade ; um d'elles lhe faz presente da cabeça mumificada de uma moça da tribu *Parintintins*, e conta como matára a moça. Descreve o odio entre os seus e os *Parintintins* ; genesis *Mundurucú*, crenças e tradições ; apparição do Carú-Sacaebê, que ensina a caçar aos habitantes de Acupahy. Falla da ingratidão e castigo de Acupahy e da malóca de Necodemos. como berço do genero humano. Refere a lenda do cão, considerado oriundo de uma donzella da tribu de que trata com um guerreiro desconhecido. Narra a antiga fama dos *Mundurucús*, as recordações historicas ; trata da antiga Mundurucania, da situação actual das malócas *mundurucús* ; do desapparecimento das populações

indigenas do valle de Tapajoz ; das guerras, modo de as fazer, fim e seu objecto.

Dá noticias de tribus indigenas das margens do Alto Xingú, onde só os *Mundurucús* têm penetrado ; dos indios das fronteiras de Matto-Grosso, Alto-Xingú, região desconhecida, e refugio provavel das populações selvagens que desappareceram das margens do Tapajoz e do Tocantins.

Noticia que S. A. R. o principe Adalberto da Prussia, acompanhado do conde Oriola e do conde de Bismark, penetrou até as cachoeiras inferiores do Xingú em 1842, e que na aldêa do Cabroá, depois de longos annos de ausencia, appareceu um *Mundurucú*, que diz ter-se baptizado no Rio de Janeiro, servindo-lhe S. M. o Imperador de padrinho.

Trata da conveniencia de explorar-se o Alto Xingú, do qual só os *Mundurucús* dão noticias.

Fallando das aldêas centraes, faz sua descripção, tratando do nome, população, caracteres symbolicos achados na margem do Alto Tapajoz e nos morros elevados de Areucré ; da lavoura, industria, meios de subsistencia, plantas cultivadas e fructos silvestres mundurucanos.

Finalmente, entra em considerações sobre a classificação da raça d'esta tribu, e diz que, apezar da tradição dos *Mundurucús*, que se diz autocthones d'esses lugares, e apezar da opinião de Alfredo d'Orbigni, que classifica esta tribu na raça que elle chama—Brasilo-Guarany—pensa o autor da memoria que todos os caracteres physicos e moraes d'este povo o classificam na raça ando-peruviana, segundo o systema de classificação do mesmo Alfredo d'Orbigni ; diz mais :—a theogonia e o dialecto d'esse povo são mui diversos da theogonia e da lingua *tupi*.

Aqui pára a narração dos trabalhos que foram lidos nas sessões ; mas, como já vos disse, não foram sómente esses

quatro obreiros os unicos que facearam a cantaria que deve continuar a construcção do nosso edificio. O nosso distincto e laborioso consocio o Sr. conselheiro Olegario Herculano de Aquino e Castro, achando pouco o peso que sobre seus hombros carrega n'esta associação, como relator da commissão de redacção de nossa *Revista*, interessando-se pelo bom andamento do Instituto Historico, e vendo que seria de grande utilidade a transcripção do indice de todos os socios no nosso jornal, de modo a poder ser conhecido por qualquer que o possuisse, emprehendeu e levou a effeito a *relação nominal* dos socios vivos e fallecidos desde a fundação do Instituto, por ordem de antiguidades e classes, organisando, em vista dos apontamentos constantes do livro de matricula e das actas das sessões, esse indice. Este seu trabalho começou a ser publicado no fasciculo do primeiro trimestre de 1877 e será continuado sempre nos folhetos correspondentes dos annos seguintes. Parabens ao nosso consocio por tão feliz lembrança.

A commissão de admissão de socios offereceu, no corrente anno, á consideração do Instituto, oito bem elaborados pareceres, nos quaes examinou com minucia os trabalhos que serviam de titulos aos candidatos para serem admittidos ao gremio do mesmo Instituto, constantes das respectivas propostas.

A de estatutos e de redacção da *Revista*, seis outros, não menos judiciosos pareceres ; outros tantos, da mesma importancia e quilate, foram apresentados pelas commissões de historia e subsidiaria respectiva ; tres nos foram enviados pela commissão de geographia e sua subsidiaria.

A de pesquiza de manuscriptos, a de historia e geographia reunidas tambem não estiveram ociosas, como bem podereis vêr lendo as actas que opportunamente serão publicadas ; finalmente, a de fundos e orçamento nos apresentou

em sessão de 28 de Setembro o seu parecer sobre a receita e despeza do Instituto, terminando-o por este modo: «Achando-se a escripturação em dia e os documentos em devida fórma, é a commissão de parecer que sejam approvadas as contas do anno social de 1876, apresentadas pelo Sr. thesoureiro, cujo zelo tem sido constante no desempenho de seu cargo.» Approvando o Instituto este parecer, cumpriu na sua ultima parte um sagrado dever de gratidão devida ao nosso thesoureiro cuja dedicação é superior a qualquer elogio.

Crescido foi o numero de propostas apresentadas, como bem se poderá vêr das respectivas actas, mas d'entre ellas se destacam algumas das quaes não posso deixar de tratar especialmente, porque têm o merito de grata recompensa dada a consocios cheios de serviços publicos e academicos; e zelosos obreiros da nossa associação. Refiro-me ás propostas que elevaram á cathegoria de socios honorarios o nosso mui digno presidente o Exm. Sr. visconde de Bom Retiro, o Exm. Sr. 3° vice-presidente barão Homem de Mello e o Exm. Sr. senador Candido Mendes de Almeida. Declinar seus nomes é mais nobre do que relatar suas qualidades: todos nós conhecemos esses distinctos varões. Seu saber e erudição não são sómente apreciados no nosso paiz. O estrangeiro os conhece e respeita, e o Instituto, dando-lhes o mais que podia ainda ficou pezaroso, porque a prova de sua gratidão ficou aquem do seu conceito e dos seus desejos.

Foram admittidos ao gremio do Instituto, na qualidade de socios correspondentes, em sessão de 18 de Maio, o Sr. Dr. Baptista Caetano de Almeida Nogueira; na de 1° de Junho o Sr. Dr. Americo Brasiliense de Almeida; na de 23 de Novembro os Srs. José Maria Latino Coelho e Hercules Florence.

A fouce segadora da vida não deixou de abrir claro nas

nossas fileiras. O nosso distincto orador vos dará conta exacta d'esses a quem aprouve o Creador chamar a si.

As associações litterarias do paiz e as estrangeiras continuaram a nos offerecer seus trabalhos, e procuram com avidez possuir a nossa *Revista* em troca ; as redacções de varios jornaes scientificos nos obsequiaram constantemente com a offerta de suas gazetas ; além disso, variadissimos foram os presentes recebidos, e entre elles muitos são de subido valor scientifico. Receio fatigar-vos fazendo a sua resenha, que julgo desnecessario, porque no annexo podereis encontrar a lista de todos, acompanhada dos nomes offertantes, aos quaes, em nome do Instituto, cumpro o dever de agradecer-lhes.

Os altos poderes do Estado continuam a manifestar ao Instituto muita consideração. Em nome d'esta associação agradeço com subido respeito e cordialidade os favores recebidos.

A nossa *Revista* se acha publicada até o 1° trimestre do anno que finda.

O estado das finanças é lisongeiro, graças ao zelo do nosso thesoureiro.

Os empregados do Instituto são merecedores, por seu zelo, de justos louvores.

Eis-nos, senhores, chegados ao termo da jornada que me ordenastes percorrer. Perdoai-me o ter abusado de vossas attenção tão esterilmente.

Senhor, Senhora. Em nome d'esta associação, que tanto vos deve, eu vos agradeço a honra que lhe prodigalisastes assistindo á festa litteraria do anniversario de sua fundação.

Que as bençãos dos céos caiam sobre vós, sobre vossos filhos e netos para bem do nosso paiz e de todos os brasileiros, é o desejo d'este Instituto e d'este vosso subdito.

# DISCURSO

### DO ORADOR O SR. DR. JOAQUIM MANOEL DE MACEDO.

Os heróes redivivos que a musa inflammada de poetas descreve, atravessando o espaço, ou visitando os campos de suas proezas, estão longe de ser creações de todo imaginarias.

No passado d'essa ficção fulge o dom providencial da immortalidade na terra pelo renome que os feitos e trabalhos grandiosos perpetuam, e nas proprias crenças absurdas que vêm surgir das sepulturas pallidas e frias ; mas em seus vultos de outr'ora, com o seu andar, com os seus modos, e até com a sua voz de outr'ora, finados a um ou cem annos, refulge a verdade da alma immortal, refulge a luz divina da eternidade.

Ha redivivos : Homero ainda passa diante de nós, cantando e esmolando pelas cidades da Grecia ; Platão com a sua republica; Socrates vendo Deus nos proprios momentos em que bebia a cicuta, ainda estão passando a nossos olhos, depois d'elles conquistadores, philosophos, idealistas ; no nosso seculo, emfim, os maravilhosos heróes da intelligencia e do trabalho : são redivivos ; não atravessam, porém, o espaço, atravessam a nossa memoria ; porque com o seu renome atravessaram os seculos e perduram na historia.

E em cada anno que se volve augmenta o numero dos redivivos com os benemeritos da humanidade, e os inclytos varões que a onda da morte vai levando.

Tambem o Instituto Historico e Geographico do Brasil tem os seus redivivos, e esta é a hora em que elles vão passar.

Ahi chega o prestito... triumphal ; mas funubre. Saudemol-os, senhores!...

Este que vem adiante chegou á noite da morte muito antes de ter chegado á noite da vida, que é a velhice sombria.

Esse cahiu ao tocar o seu meio-dia.

A 9 de Maio descansou, dormindo para não mais acordar na terra, o nosso estimado consocio o Dr. Jesé Franklin Massena.

Filho do capitão José Antonio da Silva, nasceu na cidade de Ayuruoca, provincia de Minas Geraes: seu berço foi embalado pelos ventos nas alturas da Mantiqueira, e em sua infancia ficou-lhe na alma a impressão profunda, não das suaves cantigas que fazem adormecer o menino, mas d'aquelle fragor sublime da cataracta dos banhos que se precipita pela magestosa mole de rochedos cavados das aguas com oitenta metros de altura, e que echôa no espirito do homem, inflammando n'elle o sentimento da admiração em face das maravilhas da natureza.

No acreditado collegio Melchiades, em Ayuruoca, fez José Franklin os seus estudos de humanidades com applausos dos seus professores, e principalmente se tornou tão distincto no latim e em geographia, que durante tres annos leccionou essas materias.

Era o homem das alturas, e quiz subir acima da do seu berço: subiu: em elevado empenho scientifico ascendeu ao Itatiaya, chegou á base, ao ponto accessivel das Agulhas Negras, e desthronou o Itacutiara, dando o sceptro da culminancia da orographia brasileira ao Itatiaya!

Era o homem das alturas e quiz subir ainda mais; acima porém, das Agulhas Negras elle viu no immenso horizonte sómente o céo, e em toda, e sobre toda natureza e no céo, via sómente Deus.

Tomou-o então a idéa de aprofundar seus conhecimentos de metaphysica, de estudar com ardor a theologia e de

consagrar-se ao sacerdocio : havia o quer que seja de vaidade humana no fundo d'essa aspiração; trazendo-a, porém, para a cidade do Rio de Janeiro, n'ella em breve abandonou-a, preferindo ir formar-se em mathematicas na Europa.

José Franklin entrou para o gremio do nosso Instituto, abrindo as portas d'este com a chave da sua *Memoria* sobre o Itatiaya. Partiu para a Europa, chegou á capital, outr'ora rainha do mundo, e na universidade romana tomou o gráo de doutor em mathematicas e philosophia em justo premio de habilitações luzidamente provadas.

Mas, homem das alturas, elle dedicou-se com predilecção perante o estudo da astronomia, tendo por sabio mestre o celebre padre Secchi, a quem S. M. o Imperador muito benignamente o recommendára.

De volta á patria que muito amava, o Dr. José Franklin recolheu-se á sua provincia, foi n'ella empregado como engenheiro, trabalhou infatigavel, revelou a riqueza aurifera do valle de Santo Antonio no municipio de Ayuruoca, traçou habil e consciencioso a carta ou mappa do sul de Minas, e escreveu com esforço e rapidez alguns trabalhos ou esboços sobre assumptos astronomicos.

Emprehendêra e começára por ultimo grande obra; nada menos que um *Tratado de Astronomia* ; abrira as azas á viajar no espaço em vôos de aguia-sciencia, e mal o ousára, transviou-se, transviando-se-lhe a razão no meio da multidão dos planetas.

Misera mariposa das luzes sublimes que a attrahiam, queimou n'ellas suas azas, e cahiu...

O hospicio de Pedro II recebeu em sua desgraça o homem das alturas, que cahira dos astros no fundo do abysmo da alienação mental.

Corra-se um véo sobre os ultimos mezes d'essa vida não

vivida; um véo, que se compõe de duas mortalhas: a mortalha da razão perdida, e a mortalha que envolveu o cadaver.

O Dr. José Franklin Massena era constante, laboriosissimo e apaixonado cultor da sciencia. A geographia e a astronomia mereciam os seus amores de predilecção; como porém, se tivesse no animo a previsão do proximo termo dos seus dias, trabalhava rapido, com ardor febril a fazer pensar que dizia a si proprio: « tenho pressa! » Ha por isso ás vezes em seus escriptos passagens, em que as idéas parecem confusas e obrigam estudo mais retido.

Intelligencia robusta e fertil em suas primicias, deixava augurar thesouros; mas a previsão sinistra, se em verdade elle a tinha, realizou-se.

A onda da morte levou-o.

O Brasil confia a guarda da memoria de José Franklin Massena ao Itatiaya.

Agora vai seguindo um benemerito, que honrava o clero brasileiro, illustrou-se na politica, e foi luz de civilisação por suas obras litterarias.

E' o padre Thomaz Pompeu de Sousa Brasil.

Sua vida foi explendida lição do que póde uma bella e rica intelligencia, quando sabe ajudar-se do trabalho e da perseverança e inspirar-se de inclyto civismo.

Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, filho legitimo de Thomaz de Aquino Sousa, nasceu na villa de Santa Quiteria, comarca de Sobral, na provincia do Ceará, aos 6 de Junho de 1828: seu berço foi o da pobreza, sua familia, que ainda não tinha filho algum Thomaz Pompeu, entre os seus, não gozava de influencia, nem era lembrada por nome conhecido.

O homem que acabava de nascer parecia condemnado a viver e morrer na obscuridade, como arbusto mesquinho, que vegeta, murcha, cahe e desfaz-se ignorado na solidão.

Thomaz Pompeu mostrou na escola de primeiras letras tanto talento e amor ao estudo, que chamou sobre si a attenção de alguns parentes collateraes que possuiam fortuna,e que tiveram a gloria de abrir caminho de futuro no campo das letras ao esperançoso menino.

Thomaz de Aquino e Sousa não dispunha de recursos. Aquelles bons parentes concorreram com a quantia necessaria para enroupar o pobre menino e fazêl-o seguir para Pernambuco,onde receberia ensino gratuito sob a protecção santa da igreja.

O anjo da caridade empresta suas azas celestes ao talentoso filho de Santa Quiteria, o qual vôa e pousa no seminario episcopal de Olinda. Alli segue com applicação infatigavel todo o curso de humanidades e os estudos theologicos ; chega ao termo d'elles com aproveitamento tão distincto, que passa logo do banco dos alumnos para a cadeira de professor : completa a idade exigida, toma ordens de presbytero ; mas arde-lhe n'alma a sêde de mais sciencia, deixa o seminario e matricula-se na academia de Olinda.

Não penseis que ao joven sacerdote já estivesse sorrindo a fortuna ; não : elle se acha ainda em luta com as contrariedades da pobreza ; faltam-lhe recursos, faz milagres de economia, e quasi que se abate na penuria ; mas em torno d'elle volve-se o genio, que é a antithese viva do egoismo, o genio das expansões leves, das alegrias puras, dos sonhos côr de rosa, do enthusiasmo de fogo, das imprudencias muitas vezes, e ainda mais vezes dos impulsos generosos, genio que se chama—mocidade academica—e que em dias amargos clamava ao esperançoso mancebo—ávante, irmão !

Thomaz Pompeu tomou o gráo de bacharel em sciencias sociaes e juridicas, e voltou, emfim, de Pernambuco para a provincia do Ceará, sempre objecto do seu amor.

Padre e bacharel em direito, elle serve dedicado á igreja,

e advoga no fôro na capital do Ceará; ainda exerce com proficiencia o magisterio, leccionando no lyceu provincial geographia e historia, e desempenha as funcções de vigario-geral na sua provincia Mais tarde é nomeado director da instrucção publica, e é de sua muito esclarecida experiencia que esse importantissimo serviço recebe no Ceará organisação systematica e proveitosa.

Não foi sómente no ministerio ecclesiastico, na banca moralisada e habil da advocacia, na cadeira de abalisado professor e na directoria da instrucção publica da provincia, que se illustrou o nosso venerando consocio. Sua penna de escriptor succulento e de severos estudos deu á patria as seguintes obras :

*Compendio elementar de geographia geral e especial do Brasil.*

*Principios elementares de chronologia para uso do lyceu do Ceará.*

*Memoria estatistica da provincia do Ceará, sob sua relação physica, politica e industrial.*

*Diccionario topographico e estatistico da provincia do Ceará.*

Quatro obras que são reveladoras do alto saber do seu autor e da sua filial dedidação á provincia onde nascêra.

Mas n'estes rudes traços biographicos as datas ficaram esquecidas, para que corresse mais simples e rapida a exposição, não entrando o exercicio de alguns d'aquelles cargos e a publicação d'estas obras de permeio na vida politica do padre Thomaz Pompeu.

Cidadão illustrado e patriota, elle não podia ser indifferente á causa e á marcha dos negocios do Estado.

Desde os bancos da academia juridica o padre Thomaz Pompeu se pronunciára liberal, se quizerem—estudante liberal ; chegado á cidade da *Fortaleza*, capital do Ceará,

manifestou sua opinião politica, que havia de ser—*fortaleza* dos principios liberaes sempre em combate e nunca rendida, *fortaleza* de uma só bandeira até o dia de sua morte.

A capacidade intellectual, a firmeza inabalavel, a energia sem o transviamento das paixões, a coragem nas lutas sem os delyrios da intolerancia deram em poucos annos ao padre Thomaz Pompeu a mais legitima influencia no partido liberal do Ceará.

Na legislatura de 1845 a 1847, e na de 1868 no mesmo anno dissolvida, elle foi deputado da assembléa geral pela sua provincia, muito ouvido nos conselhos do partido, raro e sem fulgores na tribuna parlamentar.

Em 1848, após a dissolução da camara, foi propugnador da opposição mais decidida e forte; mas restrictamente mantida dentro dos limites constitucionaes, e fêl-a assim com ardor hostil, e com perseverança intelligente, e sem descanso, como nenhum outro mais activo, e abnegado soube melhor desempenhal-a.

Chefe d'essas campanhas herculeas, que resistiram ao erro da resistencia armada em Pernambuco, e depois ao rompimento mal sentido da enferma confusão, atrapalhação, desordem, mistura antagonica de idéas de partidos contrarios, e subsequente cholera morbus chronica da descrença politica do povo, n'essas campanhas de fogo contra o gelo, depois do incendio illegal, o padre Thomaz Pompeu foi o sacerdote fiel das puras doutrinas do partido liberal-monarchista, como redactor principal e depois unico do *Cearense*, que é uma das mais lindas flôres da sua corôa de gloria politica.

O *Cearense*, o orgão de Pompeu, fortaleza liberal, custou-lhe, um ou dois annos antes de 1860, sua demissão de director da instrucção publica da provincia do Ceará; mas peior do que a elle custou á provincia a perturbação

do systema sabio no transcendente e magistral serviço, que aliás nada tinha com os certamens dos partidos politicos.

Em 1863 a camara conservadora em sua maioria foi dissolvida, e no anno seguinte o padre Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, escolhido senador em lista triplice, apresentada á corôa pela provincia do Ceará, tomou assento na camara vitalicia.

A vitaliciedade do senado porventura tem-se afigurado a um ou outro, excepções felizmente raras, como aposentadoria politica libertadora de fatigantes explorações da confiança ou do favor eleitoral do povo, ás vezes pobre, illudido enthusiasta de falsos tribunos e verdadeiros egoistas dissimulados.

O padre Thomaz Pompeu de Sousa Brasil já era um dos chefes do partido liberal do Imperio, quando entrou para o senado brasileiro; mas, depois de senador foi, se é possivel, ainda mais activo na defesa das idéas e da politica liberal.

A imprensa tinha sido o gladio constitucional com que conquistára influencia e prestigio tanto maiores, que elle não combatêra nunca por seu interesse individual; mas sempre pelo interesse geral de seu partido. O senador não esqueceu a imprensa, e no *Cearense* arcou valente, firme, incessante em honra de sua bandeira e em campanhas de opposição, até que o gelo da morte paralysou-lhe as mãos e d'ellas inertes fez cahir a penna.

Bayardo da imprensa, deixou de batalhar quando deixou de viver.

No senado, violentando sua modestia, que lhe creava embaraços de acanhamento, e contrariado embora pela fraqueza da voz, Thomaz Pompeu tomou condigno posto entre os oradores notaveis.

Onde e quando a causa liberal entrava em batalha par-

lamentar, paladino infallivel era elle: na vespera do combate, e ainda sem prévia combinação, Thomaz Pompeu era contado entre os lidadores da vanguarda.

Como orador nunca primou, nem pela eloquencia que accende o enthusiasmo, nem pelos recursos de tribuna, que são dardos de epigrammas atormentadores, ou golpes de ridiculo, que afundam o adversario nas confusões da hilaridade da assembléa. Nas campanhas do parlamento desenvolvia em alto gráo a estrategia de bom senso; nas pelejas a sua arma exclusiva era a logica. Tinha voz fraca; fallava, porém, fluente, simples, grave, e era sempre ouvido com attenção.

D'esse senso que lhe quadruplicava o thesouro da sciencia deixou o nosso finado consocio exhùberante prova nas discussões vehementes que suscitou a questão religiosa. Padre e ao mesmo tempo um dos chefes do partido liberal, bem podéra resguardar-se n'aquella abstenção, que o silencio facilita; elle, porém, pronunciou-se franco na tribuna; e em lições de moderação e de sabedoria não sacrificou principios, nem torturou doutrinas; mas foi como aura suave que mitiga os ardores e derrama a serenidade em bafejos de harmonia.

Em 1877 o nosso illustre consocio ainda por alguns mezes frequentou as sessões do senado; sua saude, porém, já estava tão profundamente alterada, e tanto se aggravaram os seus soffrimentos, que com licença d'aquella camara retirou-se para o Ceará.

O padre Pompeu levava a morte, annunciando-se nas ancias afflictivas do mais generoso coração. Sua provincia tão amada não lhe podia dar lenitivo aos padecimentos, quanto mais regeneração da saude. O Ceará deu-lhe sómente amargura grandissima no pronunciamento do horrivel flagello da sêcca, e apenas a extrema consolação de abrir-lhe em seu seio a sepultura que o recebeu.

Oh ! o Ceará...como lhe tem sido desabridamente fatal o anno de 1877 ; dos seus mais illustres e gloriosos filhos, um, o padre Pompeu, lá morre em Setembro ; outro, José de Alencar, o mais legitimo representante das letras brasileiras, aqui, a 12 de Dezembro, passa prematuramente á eternidade, e sobre tão dolorosas perdas avulta o horror incommensuravel da sêcca.

O padre Pompeu ainda vivia, e, estendendo longos os encovados olhos pelo vasto solo da provincia, via arquejando de dôr os rios com seus leitos resseccados, a vegetação morta, os campos torrados, centenas de mil irmãos chorando de miseria, de fome e de sêde, lagrimas em diluvio immenso a cahir na terra, sem dar curso aos rios nem fertilidade aos campos ; via chegarem os primeiros retirantes, expondo o quadro dos maiores tormentos ; via .. Oh ! Deus teve piedade do filho martyr ; fêl-o voltar a cabeça para não vêr, exhalar o ultimo suspiro para não sentir.

O padre Thomaz Pompeu de Sousa Brasil fechou para sempre os olhos na cidade da Fortaleza em Setembro de 1877.

Elle era membro correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, do Instituto Historico da Bahia, do Instituto dos Advogados do Recife, do Litterario do Maranhão e de muitas outras sociedades de letras.

E muito mais do que tudo isso, elle era na amizade fiel, na sociedade homem de bem e de virtudes, na igreja padre illustrado, na advocacia exemplo de honestidade, na instrucção publica guia esclarecida e fonte de luz da mocidade, na politica campeão do progresso, monarchista constitucional, alma do seu partido no Ceará e um dos seus chefes no Imperio, de lealdade sem jaça com os correligionarios, batalhador que sabia o que era adversidade e nunca

soube o que era retirada ; na firmeza de principios e nas resistencias constitucionaes e campanhas de opposição rochedo inabalavel, embora batido pelos ventos e pelas vagas da tempestade, ou em uma palavra a fortaleza—que nunca arriou bandeira.

N'este anno o nosso Instituto duas vezes no mez de Setembro suspendeu e fechou suas sessões, tomado de pezar e luto á noticia funubre dos passamentos de dois illustradissimos socios, que eram em vida e continuam a ser além da morte summidades européas.

Immensos redivivos da civilisação moderna, são elles que passam agora.

Em França derrocou um monumento, e tão grande era elle que além das serranias e dos oceanos todo o mundo civilisado commoveu-se, ouvindo o ruido estrondoso do seu baque.

A 3 de Setembro d'este anno morreu Thiers em Paris.

A biographia de Thiers apresenta dois periodos distinctos : o primeiro é de vinte e quatro annos, em que elle se embala no berço, sorri á infancia, revela-se collegial de sorprendente talento no lyceu de Marselha, opulenta a intelligencia maravilhosa e fulgura na escola de direito d'Aix, conquista virentes louros como advogado n'essa mesma cidade, e, emfim, entra e manifesta-se em Paris. O segundo periodo deixa de ser biographia de um homem : é a historia da França durante meio seculo e mais seis annos.

Em suas grandiosas proporções esse vulto immenso abate e confunde o vosso orador, que deve fazer o seu elogio, apertando-o em limites forçosamente muito estreitos ; vem-lhe, porém, amiga idéa em soccorro de animação. Ha tratados de astronomia, em que se estuda o sol em um capitulo.

Maria José Luiz Adolpho Thiers, filho de Pedro Luiz Maria Thiers e de Maria Magdalena Amic, nasceu em Marselha a 15 de Abril de 1797. Em despreziveis remoques, adversarios de armas vis lembraram-lhe cem vezes a origem plebéa, dizendo uns que seu pai fôra simples operario no porto de Marselha, ou rudissimo carpinteiro, conforme outros. E era com effeito assim: Thiers tinha por unicos pergaminhos de nobreza, mas de nobreza de alma inspirada e de coração generoso, as elegias, as cartas do *Jornal de Paris*, e o immortal canto de morte de André Chenier, primo de Maria Magdalena Amic, sua mãi; e André Chenier que em 1794 morreu na guilhotina pela gloria de ter n'aquellas cartas corajoso atacado o governo feroz do terror que deshonrava e ennegrecia a revolução de 1789.

Plebeu por certo e de origem muito humilde, Thiers podêra ter dito bastante, dizendo aos mais antigos e primeiros fidalgos da França: « Vós apenas herdastes a nobreza de vossos nomes; mas eu criei, fiz a nobreza do meu. »

Que importam essas vãs questões sobre o ninho-berço da aguia?.. O filho do obscuro burguez de Marselha, operario ou carpinteiro, nascêra mais do que nobre, nascêra predestinado para as lutas titanicas e para os trabalhos de Hercules.

Entrou na vida e foi logo embalado ao som da *Marselheza*, e dos hymnos das victorias d'aquella maravilhosa campanha da Italia, em que o general Bonaparte foi maior do que o Imperador Napoleão. Era ainda menino, quando no meio de travessuras infantis ouviu o gemido abafado da republica franceza, que fôra esmagada pela manopla do guerreiro triumphador e ambicioso. No lyceu de Marselha estremeceu ao estrondo do desabamento do Imperio em 1814; viu durante onze mezes a bandeira branca

e as flôres de liz, onde tremulára a tricolor; acompanhou ancioso as peripecias dos cem dias, e conturbou-se escutando os echos da quéda do colosso em Waterloo.

Na escola de direito d'Aix o predestinado, com o espirito exaltado pelas recentes e vivas lembranças de revoluções, de apotheoses e de catastrophes politicas, estudava o systema da nova monarchia da restauração, e em alegres, e animadas sociedades e assembléas de estudantes, improvisava-se chefe de partido politico, discutia com admiravel eloquencia questões constitucionaes e economicas da maior transcendencia, e ás vezes rematava seus discursos, exclamando como um chefe de opposição parlamentar: « Quando subirmos ao ministerio, havemos de realizar estas idéas. »

Rico de conhecimentos juridicos, profundo em historia e em philosophia, já notavel amador illustrado de bellas artes, Thiers por muito breve tempo advogado no tribunal d'Aix, partiu para a deslumbrante capital da França, levando por toda sua riqueza algumas centenas de francos, producto de premios em concursos da academia.

Thiers chegou a Paris a 1 de Novembro de 1821: a 5 de Maio d'esse anno Napoleão tinha morrido em Santa Helena.

Coincidencia curiosa: a historia da França registra no mesmo anno de 1821 um astro abysmando-se no ocaso, e novo astro a despontar radioso.

A 5 de Maio Napoleão em Santa Helena.

A 1 de Novembro Thiers em Paris.

O primeiro periodo da biographia de Thiers acada aqui.

O predestinado vai começar a revelar-se portentoso.

O homem vai começar a ser a historia da França!

Volviam-se os annos do primeiro reinado da restauração: estava travada a luta pacifica e legal entre o governo de Luiz XVIII e o partido liberal dirigido por Manoel,

Laffite, Benjamin Constant, Casimir Perier, o general Foy e outros, e cujo orgão mais notavel na imprensa era o *Constitucional*, que contava em cada redactor um nome illustre, ou de reputação já firmada.

O joven Thiers, chegado a Paris apenas a 1 de Novembro, entrou no dia 30 do mesmo mez para a redacção do *Constitucional*. Estreára-se com victoria de Cesar. Dentro em pouco alcançou maior triumpho; pois que, reconhecida sua superior intelligencia, a vivacidade de suas criticas, a força de sua logica e a extensão de suas idéas politicas, do *Constitucional* teve de obedecer e seguir a direcção o seu espirito.

No entanto elle collaborava no *Globe*, escrevia estudos criticos de elevado merecimento sobre exposições de bellas artes, e publicou um artigo politico sobre a obra de Mouttorier *A Monarchia Franceza*, produzindo tal impressão que o celebre Talleyrand quiz conhecer pessoalmente o joven Thiers, apreciára-o desde o primeiro instante com o seu olhar de lynce; e disse a alguns que zombavam do *parvenu*: « Ce n'est pas un *parvenu*, c'est un *arrivé* qui ira plus loin que nous tous. »

E a prophecia do famoso estadista realizou-se.

No primeiro reinado da restauração Thiers fez da imprensa seu pedestal, e foi luzeiro na imprensa. No segundo, sob Carlos X, e quando ainda não era deputado, elevou-se a chefe de partido.

Em 1829 o conde de Artois, que não soubéra aprender nas adversidades da emigração e do exilio, e que em 1824 succedêra no throno a seu irmão, impôz á França o ministerio *Polignac*, reacção anti-liberal franca, representada pela eloquencia absolutista de certos nomes.

Thiers funda a 1 de Janeiro de 1830 o *Nacional*, e dirige energico, infatigavel e estupendo na imprensa, a

campanha contra o ministerio, multiplicando recursos de opposição, de que sómente póde ser fonte o genio.

A 26 de Julho o *Monitor* publica os famosos decretos a que a reacção dos ultra-realistas levou Carlos X:

Suspensão da imprensa periodica.

Dissolução da camara dos deputados, etc.

Seguiram-se a revolução de Julho e a quéda de Carlos X.

Preciso é dizê-lo: um dos primeiros a tocar a rebate com o brado da resistencia foi Thiers: a revolução de Julho de 1830 foi em grande parte obra d'elle; mas Thiers não era revolucionario.

Na historia dos desastres e das catastrophes das monarchias é indispensavel não perder de vista entre outras causas a acção malefica d'aquelles que, por cégo, compromettedor e fatal culto pessoal, ou por dissimulado e perverso interesse de privilegios anachronicos, ou de ambições inconfessaveis, são ou se fingem mais realistas que o rei, e que após os desastres e as catastrophes choram muito mais a perda de sua influencia, e dos seus proventos, do que o infortunio do rei cahido, quando, e isso já não é pouco em vergonhosas experiencias, quando abyssinios, sem pudor, não atiram pedras ao sol que se abate no occidente.

Quem fez a revolução de Julho de 1830 não foi o povo de Paris; não foi o trabalho subterraneo de sociedades secretas em conspiração activa; não foi Thiers com as lavas do *Nacional*, e com a erupção vulcanica de resistencia: foi a vertigem reaccionaria da facção ultra-realista, foi o ministerio Polignac, que sahiu d'ella, como falsa Minerva armada, de cerebro de Jupiter anachronico.

O povo estava victorioso nas barricadas de Paris; faltava, porém, governo que désse garantias de ordem á

França e de paz á Europa suspeitosa: Thiers foi o encarregado de ir procural-a em Neuilly.

Começou a monarchia de Julho.

Conselheiro de Estado, secretario geral das finanças, Thiers estreiou-se na tribuna da camara, no caracter de commissario do rei, ostentando todas as qualidades de consummado orador. Em 1831 o collegio eleitoral d'Aix deu-lhe cadeira no parlamento.

Em 1832 morre Casimir Perier, e para encher o vacuo immenso deixado por estadista tão illustre um só nome acode ao espirito dos monarchistas constitucionaes, o nome de Thiers.

Elle toma a pasta do interior no gabinete Soult, quando Paris se tumultua em manifestações ameaçadora, Lyon se revolta, a ordem periga por toda a parte e a duqueza de Berry desembarca em França: O novo ministro realiza a politica de repressão que aconselhára: esmaga as insurreições e faz prender a duqueza de Berry, e como para descansar d'esses trabalhos redige e apresenta projectos sobre instrucção primaria e secundaria, obras publicas e outros assumptos: esses projectos tornaram-se leis; não o foi, porém, aquelle em que se pautou depois a visão do futuro do estadista de genio.

Foi Thiers que então propôz á camara votação de creditos para cercar Paris de fortificações. Só mais tarde o governo conseguiu vencer a pertinaz opposição e dar a Paris aquella cinta de fortalezas, que em 1870 baldaram todas as forças dos exercitos victoriosos da Allemanha por tantos mezes da mais gloriosa resistencia, que sómente cedeu ao tormento da fome.

O ministerio Soult dissolveu-se: em 1834, e após quatorze dias de crise, formou-se o gabinete de coalisão, e Thiers voltou ao poder com o seu celebre e sabio rival Guizot.

Quasi logo o attentado de Fieschi sobrevem: o rei Luiz Filippe escapa á morte milagrosamente; mas o fogo infernal semeára cadaveres, entre os quaes o do presidente do conselho, o duque de Trevire, a cujo lado estava Thiers, que ficou incolume.

Esse crime abominavel, e o fanatismo que o excitára, levam o energico estadista a propôr á camara as famosas leis de Setembro, que arredaram d'elle grande numero de liberaes seus admiradores, e o tornaram objecto do odio dos republicanos.

Essas leis eram, com effeito, de repressão terrivel, sobretudo a fulminadora da imprensa. Lançou-se a accusação de matricidio sobre o redactor do *Nacional*, que assim despedaçava a escada por onde subira. Attribue-se mesmo a Thiers a confissão de sinistro pensamento nas seguintes imprudentes palavras: « Aprendi na opposição o que se póde fazer com os diarios politicos: vou matal-os de um só golpe! »

E' duvidoso pelo menos tão indiscreto enunciado em estadista tão sagaz e tão patriota. As leis de Setembro foram de convulsante occasião. Aos tenebrosos Fieschi, assassinos do rei, da monarchia, da ordem e da França constitucional, Thiers oppõe as leis de Setembro, fulminadoras, como os raios de Jupiter. Contra machinas infernaes de assassinatos do fanatismo, machina infernal de legislação transitoria: repressão a medir-se pelas proporções do crime.

Nem tudo é generoso e bello nas lutas politicas, nem tudo facil, normal, e logicamente legitimo, puro, na vida activa do estadista influente: no governo, como na opposição ha para o estadista o mais consciencioso e dedicado periodos violentos, confrangentes, supprimidores da logica absoluta dos principios, periodos de abnegação heroica,

de torturas, em que a occasião-terremoto é suprema rainha, que exclue do Pantheon da historia, como egoista, covarde ou material marco de pedra, o estadista que não sabe sacrificar temporariamente sua popularidade, seus louros e seus triumphos, á salvação do Estado e á prosperidade da patria.

Thiers nas leis de Setembro sacrificou nos altares do patriotismo as glorias do seu renome de liberal: foi abnegação, e provou-a combatendo contra essas leis, quando o fanatismo politico deixou de impôl-as, como anomala exigencia de circumstancias extraordinarias de cataclysma social.

O gabinete de coalisão durou pouco tempo. Havia n'elle dois planetas, Thiers e Guizot, cada qual com seu movimento, sua influencia e seu curso diversos: a rivalidade e o antagonismo pronunciaram-se.

Em politica monarchico-constitucional Thiers escrevêra em sua bandeira o principio monarchico, mas profundamente democratico: *le roi regne, il ne gouverne pas*, isto é, o rei verdadeiramente irresponsavel, e a responsabilidade dos ministros theorica e praticamente fundada. Guizot adoptava a influencia politica e intelligente do rei com a responsabilidade dos ministros que a aceitavam. No fundo o principio era quasi identico; na fórma, porém, da exposição da doutrina Thiers sahia sem Danton, nem Robspierre, da nova idade começada em 1789, e Guizot vinha de Gand, onde fôra encontrar a restauração de 1814.

O gabinete de coalisão desfez-se ao embate de duas influencias já em disputa de preeminencia, e tão de improviso cahiu, que os dois rivaes nem tiveram tempo de apertar as mãos, despedindo-se na vespera da luta herculea que iam travar.

Eram dois gigantes Thiers e Guizot, e separaram se

como Achilles e Heitor se teriam separado se alguma vez Homero os tivesse posto batalhando colligados.

Thiers foi chefe do gabinete que em 1836 succedeu ao de coalisão ; mas no fim de sete mezes demittiu-se, porque não prevaleceu no animo do rei a sua politica de intervenção positiva e efficaz a favor da causa liberal de Isabel II de Hespanha.

Depois de tres annos de opposição parlamentar subiu de novo ao poder, como presidente do conselho e ministro dos negocios estrangeiros em Março de 1840, para descer no fim de outros sete mezes: n'esse curto periodo deixou por vestigios consideraveis reformas, economicas, fez votar um monumento a Moliére, iniciar o projecto para trasladação das cinzas do Imperador Napoleão para a capital da França e recahiu ainda mais na desconfiança dos liberaes, combatendo as reformas eleitoraes e parlamentar.

Surgira, porém, a questão do Oriente, então chamada Mahomet-Ali e Porta Ottomana, e n'ella a França isolada em face das grandes potencias da Europa ; Thiers armou a França e preparou-a para a guerra ; o partido conservador da camara, tendo por chefe Guizot, manobrou em favor da paz e contra o gabinete, que demittiu-se pela recusa do rei a abrir o parlamento com um discurso bellicoso.

Guizot ganhára a partida; mas por certo não foi elle nem os seus amigos politicos que derribaram o gabinete Thiers: foi o rei Luiz Filippe, a quem tinham chamado o Napoleão da paz, que sabiamente oppôz seu voto politico a uma guerra, que provavelmente sería desastrosa para a França. Thiers teve a gloria de ser derribado do poder pela coalisão da Russia, Inglaterra, Prussia, Austria e Turquia ; cinco grandes potencias de um lado, e o esta-

dista francez do outro: a Europa em armas fez cahir um homem; mas o homem se exalta cahindo assim.

Guizot subiu ao poder. Thiers tomou na camara o commando da opposição do centro esquerdo: começou a guerra parlamentar de quasi oito annos, em que Achilles e Heitor levaram quasi oito annos a multiplicar dia por dia aquelle sublime combate, que é o unico na immortal epopéa da Grecia.

Thiers resplendeu na liça, como corrupção dos principios generosos da revolução de 1789, como o paladino de todas as idéas liberaes, e em 1848 foi propugnador energico d'aquella campanha dos banquetes reformistas, de que sahiu inopinada, imprevista, incalculada, a revolução de Fevéreiro.

Aos primeiros annuncios do vulcão rompente, Thiers transpôz as barricadas, de um vôo passou do Hotel de Ville ao palacio do rei, do povo em revolução ao elemento de ordem, e monarchista leal recorreu a Luiz Filippe para evitar a catastrophe e salvar a dymnastia de Julho abraçando-se com as reformas liberaes.

Era tarde: *c'est trop tard.* Thiers tinha feito promulgar as leis de Setembro, em 1840 esmagára as aspirações de reforma eleitoral e parlamentar, fôra o estadista da repressão, era gigante pela intelligencia, mas entre os liberaes abatido pela imputação de reaccionario. Em 1848 sobrava a Thiers a sabedoria para o conselho; mas faltava-lhe a confiança do povo para a acção magnetica-salvadora da monarchia.

Em 1848 Thiers foi quasi simples, commovido e sorpreso observador da fogueira revolucionaria, para a qual aliás tinha amontoado sem o querer elementos de incendio em sua habilissima opposição parlamentar.

Mil oitocentos e quarenta e oito é a data da republica

ephemera: Thiers a temer a anarchia e em horror ao communismo, é mais ordeiro que republicano, e é sorprendido pelo golpe de Estado de 2 de Dezembro de 1851, de que havia de sahir logo em seguida o Imperio de Luiz Napoleão.

Preso na mesma noite do rompimento da revolução feita pelo presidente da republica, o estadista revolucionario de 1830 é exilado da sua querida França, e quasi que se applaude d'esse rigor politico, que o livra de suspeitas anteriores de favoneador da ambição napoleonica.

Emquanto dura o exilio, aproveite-se o temporario eclipse do estadista para considerar-se o historiador — *historiador illustre e nacional*—como o chamou depois o Imperador Luiz Napoleão.

Thiers achou tempo para deixar á França duas obras: uma grande e outra colossal.

A primeira foi a *Historia da revolução franceza*, escripta durante os annos de sua opposição na imprensa ao governo da Restauração. Seu merecimento é notavel: raios de brilhante luz esclarecem os periodos tormentosos da época vulcanica; mas Thiers é n'essa historia muitas vezes menos juiz imparcial, do que suspeito enthusiasta de idéas e de homens que lhe serviam como dissimuladas armas de guerra politica.

A *Historia do consulado e do Imperio* é muito mais reflectida e completa: Thiers n'ella ostenta a variedade e profundezas dos seus extensos conhecimentos, expondo a marcha ou succession dos acontecimentos, estudando a administração, a diplomacia, a concordata e em tudo o genio de Napoleão; prende o leitor mais grave pela sabedoria das apreciações, e o menos grave pelo encanto do estylo, que chega a enlevar a propria imaginação; descrevendo batalha, renova-as, e renova as commoções das

terriveis, duvidosas e anciantes phases nos campos de que elle tem o dom da mais accidentada topographia, e admira pelos juizos de sorprendente estrategista amador, com que elle mostra o acerto e os erros dos planos dos generaes, e a mestria, felicidade, falhas de calculo, ou contrariedades imprevistas na execução; mas ainda assim a *Historia do consulado e do Imperio* se resente do enthusiasmo que prejudica ao historiador: e quem sabe se escrevendo de 1840 em diante não exaltou de mais o *Napoleão da guerra* para tornar bem accentuado o seu contraste com o Napoleão da paz?...

Como quer que fosse, são duas obras, cada uma das quaes basta para glorificar o nome do autor.

Mas o exilio acaba: o exilado volta á França; poucos annos depois entra na camara, céga e passiva obediente á vontade imperial; sua voz se desprende: a principio é nota de reparo e de conselho, sobe logo a escala até o protesto, e não tarda a ser voz de commando de chefe de opposição.

O absolutismo, a dictadura imperial decahem; mas eis que prorompe o anno fatal, o das agonias da França.

Em 1870 Thiers entra em sua apotheose politica! Na tribuna, elle só contra todos, contra o governo imprudente e contra o enthusiasmo da França bellicosa, ataca o sinistro empenho da guerra, demonstra a superioridade dos recursos da Prussia, para entrar immediatamente em campanha; exclama: « Tudo nos falta! » e prediz os desastres da patria.

Debalde fallou o propheta. Nenhum comprehendeu o Mane-Thecel-Phares que o novo Daniel explicava n'aquelle festim de Balthazar.

Rompe a guerra, e realizam-se as prophecias. Os exercitos da Allemanha, já vencedores, avançam sobre Paris,

onde, proclamada a republica, se organisára o governo da defesa nacional.

Então o propheta se faz diplomata peregrino, diplomata de governo não reconhecido, santo embaixador do patriotismo. Na peior estação e aos setenta e tres annos de idade, ei-lo, vai de Paris a Londres, de Londres a Vienna, de Vienna a S. Petersburgo, e d'ahi, emfim, á Florença a pedir generosa intervenção que poupe a França ao horror dos sacrificios que o vencedor lhe prepara. Em toda parte achou a glorificação do seu nome, em parte alguma o apoio, o soccorro nobre e magnanimo que procurava para sua patria.

Vinte e seis departamentos o elegeram seu representante na assembléa nacional da França. Nomeado logo quasi por unanimidade chefe do poder executivo, inicia o programma chamado—tregua dos partidos—ou pacto de Bordeaux, e arrasta-se a Versailles, onde teve de submetter-se ás bases preliminares do tratado da paz.

Depois, todos o sabem, a communa de Paris esmagada, todos os ramos da administração publica reorganisados, cinco mil milhões de francos de indemnisação da guerra pagos á Allemanha, a occupação de provincias francezas pelos prussianos consequentemente terminada, as finanças restauradas, dão a medida dos serviços de Thiers.

A 24 de Maio de 1873 o presidente da republica deu a sua demissão.

Desde muito o pacto de Bordéos estava quebrado: os partidos dymnasticos tinham maioria na assembléa, e Thiers, propugnador da republica conservadora, desceu do poder, sentindo-se ferido pelo triumpho parlamentar de uma *ordem do dia* opposicionista.

A França deu razão a Thiers.

A 25 de Fevereiro de 1875 a assembléa nacional votou a constituição republicana.

Thiers foi eleito senador.

Em 1877 o presidente Mac-Mahon dissolveu a camara.

Thiers assignou o manifesto dos 363, e diz-se que elle escrevia, como chefe da esquerda, o seu manifesto eleitoral, quando a 3 de Setembro veiu subito a morte arrancal-o á França.

Tinha 80 annos, que não podiam dobrar-lhe o corpo e menos arrefecer o fogo vivissimo de sua intelligencia privilegiada, e que apenas conseguira embranquecer-lhe a cabeça. Sua velhice era apenas essa corôa branca: elle era como o Hecla coberto de neve e com o vulcão no seio; a differença é que em Thiers o vulcão estava no cerebro.

Todas as honras foram prestadas aos restos mortaes do regenerador da França agonisante. O mundo civilisado tomou parte no luto da França, onde talvez lhe preparam magestoso monumento commemorador de seu nome e de sua gloria.

Oh! mas para que monumento de arte humana?...

Nem columnas de bronze ou de marmore, nem estatua, nem tumulo soberbo e grandioso.

Não! basta uma lapida bem simples, bem rasa; mas na lapida grave-se só e exclusivamente o nome — *Thiers.*

O nome é o monumento.

Tambem nos immortalisados se apaga a luz da vida.

O solitario do Valle de Lobos, que, melancolico, fugindo aos homens, deixára aos homens um nome, que não cabia na peninsula, e transpunha os Pyrinéos e o Atlantico, baixou á sepultura este anno, tendo fallecido no seu retiro de sabio.

Alexandre Herculano, filho de Theotonio Candido de Araujo, fiel e recebedor da antiga junta dos juros, e neto

de José Rodrigues de Carvalho, pedreiro e mestre de obras da casa real, nasceu em Lisboa a 28 de Março de 1810.

Por coincidencia inteiramente casual o nosso Instituto, honrando a memoria dos seus socios finados em 1877, lembra com saudade e dôr um preclaro, notabilidade brasileira, e dois homens de genio europêos, todos tres de berço pobre e de familia sem pergaminhos de fidalguia, e todos tres elevados e engrandecidos pela nobreza do trabalho.

Alexandre Herculano recebeu do proprio pai a instrucção primaria; dos padres das Necessidades o ensino severo e aprofundado do latim; com professores particulares aprendeu o francez e o inglez, logo depois comsigo mesmo estudou o allemão; na Torre do Tombo cursou a aula de diplomatica regida por Francisco Ribeiro Guimarães, e em seguida mais tarde com mestres, ou só com os mestres mudos e com a sua prodigiosa intelligencia, abarcou essa immensa riqueza de condição e de conhecimentos, que deram a Portugal monumentos de gloria litteraria.

Estudioso, reflectido, já então pouco communicativo, mas trazendo no coração os germens de grandes virtudes, e na alma o fogo santo, que havia de revelar-se genio, Alexandre Herculano fez-se joven em época terrivel, e começou a temperar seu caracter firme e rigido ante o quadro sinistro da proscripção da liberdade politica, da perseguição que atropellava, e dos patibulos, onde eram mortos os defensores d'essa liberdade, que então já era a dama dos pensamentos do estudante cavalheiro.

Em parte imprudente arrebatamento de mocidade, em parte impulso energico de crenças já flammejantes n'alma, Alexandre Herculano envolveu-se na mallograda revolta do 4° de infantaria em Agosto de 1831.

O joven revolucionario de vinte e um annos de idade

corria perigo na patria, e de accordo com o pai, que o abençoou duas vezes, como filho e como liberal, refugiou-se na fragata franceza *Melpomene*, então fundeada no Tejo.

Uma das musas do Parnaso da fabula, *Melpomene*, cobriu com o seu sceptro o mancebo, que havia de fulgir como inspirado poeta, e com outros emigrados politicos levou-o á Inglaterra.

Em um anno de emigração Alexandre Herculano estuda a fortuna humana, prova seus rigores e retempera seu animo heroico nos soffrimentos da adversidade.

Da Inglaterra passa á França, tendo estado em Jersey, onde tinha de estar em 1852 Victor Hugo, e d'onde esse seu irmão poeta despediu sobre Napoleão III o raio, ou a anathema *Napoleon le Petit;* de França seguiu para a famosa *Ilha Terceira*, sobre cujos rochedos já encontrou de pouco pousada a aguia libertadora, D. Pedro I, ex-Imperador do Brasil, a preparar seu vôo estupendo sobre a cidade gloriosa, que lhe herdou o coração.

Alexandre Herculano alista-se como simples soldado no batalhão de voluntarios da rainha. Santa fraternidade de genios! Alexandre Herculano é camarada militar de Garrett. D. Pedro, o libertador, firma a bandeira da liberdade na cidade do Porto: começa a guerra, fratricida embora; o batalhão de voluntarios da rainha glorifica-se pela bravura; dois soldados epicos, Herculano e Garrett, fulguram entre os mais bravos.

A deusa da victoria orna o peito de Alexandre Herculano com a medalha da ordem Valor e Merito. O voluntario soldado patriota aceita-a, e ama-a, como lembrança do triumpho da liberdade e da gloria nacional.

A febril animação politica que sahiu da guerra da libertação levou Alexandre Herculano á casa temporaria, ao parlamento portuguez. Não estava alli o seu elemento:

estavam alli as desillusões do animo mais puro, os desencantos do patriotismo mais desinteressado a envergonhar-se das lutas do egoismo, do enraivamento de ambições, dos sophismas do direito, da santidade da carta constitucional profanada em sua execução.

Alexandre Herculano, rigido, severo, consciencioso e sabio, olhou em torno de si, e achou-se ilha de crenças fieis e intransigentes, em sua immaculada moralidade, no meio de immenso oceano de caprichos, de vagas apaixonadas, de tempestades e de batalhas politicas, que mentiam á religião do seu abnegado patriotismo.

Hercules matou-se, arrojando-se ao abysmo de fogo, desesperado por não poder arrancar de seu corpo a tunica de Dejanira. Nos tempos modernos a tunica de Dejanira tão encantada como a da fabula, é a politica opulenta de esperanças, rica de illusões enlevadoras, arrebatante pelas proprias commoções dos combates, pelos resentimentos das derrotas, pelos enthusiasmos das victorias. Alexandre Herculano, mais forte e magnanimo do que Hercules, arrancou de seus hombros a tunica, e afastou-se da nova Dejanira, lançando-lhe em despedida o ligeiro e ultimo olhar do seu desprezo.

O inspirado maldisse da chamada politica militante, embusteira fascinadora, de cujos braços se arredou, dando a primeira prova publica da admiravel indifferença com que via rojando a seus pés as falsas grandezas, os ouropeis da terra.

Alexandre Herculano, que já tinha começado a orar no jardim das letras, pensou talvez que em sua abstenção, nas lutas inglorias da politica, tomava apenas arado modesto na seara litteraria e civilisadora; mas o que tomou foi o sceptro, e sem o pensar sentou-se no throno da civilisação portugueza.

O emigrado da *Melpomene* já cingia a fronte com a corôa da poesia; o romance historico que elle creou deu-lhe segundo diadema.

Refulgia o genio; mas ainda lhe perdoavam o genio. No *Panorama* admiravam-lhe a *Abobada*, em que o espirito nacional é exaltado pelo architecto cégo, applaudiram-lhe todos os romances, nenhum dos quaes é futil, encerrando cada um lições philosophicas; deixaram correr quasi impunes as harmonias gemedoras, e as musicas tempestuosas do *Monasticon*, no qual o *Eurico*, que rivalisa em bellezas e em sentimentos com o *Jocelyn* de Lamartine, encerra paginas epicas ao molde das melhores da *Odysséa* de Homero; mas impavido se levanta com idéas philosophicas, que incitam suspeitas de máo catholico no animo do clero mais intransigente.

Não cabe n'este trabalho a enumeração simples de todos os romances, e das lendas e narrativas, e de outras obras litterarias do inspirado.

Elle trazia duas corôas, e as corôas pesam, e as mais ricas de preciosas gemmas tem espinhos; Alexandre Herculano, porém, fez o *tombo* dos thesouros da *Torre*, fartou-se nas fontes da historia, accendeu para si vivissima luz na escura noite dos primeiros seculos da monarchia portugueza, e tomou terceira e esplendida corôa, escrevendo e publicando os dois primeiros volumes da *Historia de Portugal.*

Logo ao primeiro ateou-se guerra violenta contra o autor, que omittira no texto e negára em uma nota o milagre do apparecimento de Jesus Christo no campo de Ourique.

Ferido pelo insulto, apontado ao povo ignorante como inimigo da religião catholica, novo Luthero, e desnaturado portuguez, Alexandre Herculano respondeu áquella

parte do clero, que assim o aggredia, com os energicos pamphletos *Eu e o Clero*, *A Batalha de Ourique*, observações diplomaticas sobre o falso documento da apparição de Ourique, nos quaes o ardor do resentimento é mil vezes menor do que a opulencia da erudição.

Em seguida, e como a despender um raio preliminador, publicou a *Historia da origem e do estabelecimento da inquisição em Portugal* e, depois os 3º e 4º volumes da *Historia de Portugal.*

Como historiador, Alexandre Herculano não tem rival na patria nem superior na Europa.

Mas a grita levantada contra elle, as injurias descomedidas, a calumnia, emfim, sem que jámais lhe abatessem o animo, conseguiram levar-lhe o desgosto ao coração.

O sabio retirou-se para o seu Valle de Lobos, onde explorou a agricultura e a industria, suavisando o trabalho com o estudo, e com o cultivo da historia e das letras, do que ficaram em legado á patria e ao mundo os ineditos 5º volume da *Historia de Portugal* e a traducção em verso do *Orlando* de Ariosto.

O solitario do Valle de Lobos era procurado, visitado em seu retiro, como Washington no seu Mount-Vernon.

Ao Valle de Lobos foi S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II apertar a mão de Alexandre Herculano, de quem era amigo e com quem se correspondia.

Entre os poetas e os litteratos portuguezes esse homem venerando só por um nome era conhecido : chamavam-no — mestre.

E de subito, a 11 de Setembro, Portugal estremeceu ao annuncio do estado agonisante de Alexandre Herculano.

No dia seguinte pronunciou-se a calamidade nacional. O rei das tres corôas estava morto.

A 3 de Setembro Thiers em França, a 12 Alexandre

Herculano em Portugal entravam no Pantheon, Thiers mais deslumbrante, Alexandre Herculano mais limpido.

Thiers foi cincoenta e seis annos politico; traz mais de meio seculo de combates, de poder e de opposição, triumphos e derrotas, contradicções de principios pela violencia das circumstancias, luz brilhante estremecida de algumas sombras até a apotheose do seu patriotismo desde 1870.

Alexandre Herculano foi a bella e pura isenção das ambições politicas e das grandezas sociaes; não quiz sentar-se na camara dos pares, não aceitou condecorações, não quiz titulos de nobreza, e quanto mais indifferente olhava para essas grandezas humanas, mais alto se levantava, e grande se impunha ao respeito dos homens.

O Sr. de Concy tinha por divisa:

« Não sou rei, nem principe, nem duque, nem conde: sou o Sr. de Concy. »

O solitario do Valle de Lobos podia dizer: « Não sou grã-cruz, nem barão, nem conde; não sou par do reino: sou Alexandre Herculano. »

## MANUSCRIPTOS OFFERECIDOS AO INSTITUTO

PELO SR. DR. OLYMPIO E. DE ARROCHELLAS GALVÃO

Quadros administrativos da provincia das Alagôas.

PELO SR. JOÃO BARBOSA RODRIGUES

Compromisso da irmandade do Glorioso S. Benedicto dos pretos e mais devotos da freguezia de Nossa Senhora da Conceição das Minas do Castello.

---

## RELATORIOS E DOCUMENTOS OFFERECIDOS PELAS SECRETARIAS DE ESTADO

PELA SECRETARIA DO IMPERIO

Relatorio apresentado á assembléa geral legislativa na primeira sessão da decima sexta legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negocios do Imperio conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo. Rio de Janeiro, 1877.

Relatorio. dos trabalhos estatisticos apresentados ao Sr. ministro e secretario de Estado dos negocios do Imperio pelo Sr. conselheiro Manoel Francisco Corrêa, director geral da repartição de estatistica. Rio de Janeiro, 1877.

Relatorio apresentado á assembléa geral legislativa na segunda sessão da decima sexta legislatura pelo Sr. ministro e secretario de Estado Antonio da Costa Pinto e Silva. Rio de Janeiro, 1877.

### PELA SECRETARIA DA JUSTIÇA

Relatorio apresentado á assembléa geral legislativa na primeira sessão da decima sexta legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negocios da justiça conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro, 1877.

Relatorio apresentado á assembléa geral legislativa na segunda sessão da decima sexta legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negocios da justiça conselheiro Francisco Januario da Gama Cerqueira. Rio de Janeiro, 1877.

### PELA SECRETARIA DE ESTRANGEIROS

Relatorio da repartição dos negocios estrangeiros, apresentado á assembléa geral legislativa na primeira sessão da decima sexta legislatura pelo ministro e secretario de Estado barão de Cotegipe. Rio de Janeiro, 1877.

Relatorio da repartição dos negocios estrangeiros, apresentado á assembléa geral legislativa na segunda sessão da decima sexta legislatura pelo Sr. ministro Diogo Velho Cavalcanti. Rio de Janeiro, 1877.

Documentos para la historia de la vida publica del libertador de Columbia, Perú y Bolivia, publicados por disposicion del general Blanco, etc. Caracas, 1876. Volumes 6º, 7º, 8º, 9º e 10.

### PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA

Relatorio apresentado á assembléa geral legislativa na primeira sessão da decima sexta legislatura pelo ministro e secretario de Estado Thomaz José Coelho de Almeida, e Annexos ao mesmo relatorio. Rio de Janeiro, 1877.

Relatorio apresentado á assembléa geral legislativa na segunda sessão da decima sexta legislatura pelo Sr. ministro e secretario de Estado Thomaz José Coelho de Almeida. Rio de Janeiro, 1877.

Estudos sobre a largura das estradas de ferro e as resistencias dos trens, pelo engenheiro Honorio Bicalho. Rio de Janeiro, 1877.

Considerações ácerca dos melhoramentos de que, em relação ás sêccas são susceptiveis algumas provincias do norte do Brasil, pelo marechal de campo Henrique de Beaurepaire Rohan (segunda edição). Rio de Janeiro, 1877.

Ensaios sobre alguns melhoramentos tendentes á prosperidade da provincia do Ceará. Rio de Janeiro, 1877.

Arrasamento da lage submarina existente na entrada do porto de Santos, provincia de S. Paulo. Rio de Janeiro, 1877.

Garantia de juros. Estudos para sua applicação ás emprezas de utilidade publica no Brasil, pelo engenheiro André Rebouças. Rio de Janeiro, 1874.

Estudos definitivos da linha de Cangussú, variante da estrada de ferro do Rio Grande a Alegrete. — Memoria justificativa apresentada por Eduardo José de Moraes, chefe da commissão. Rio de Janeiro, 1876.

PELA SECRETARIA DA GUERRA

Relatorio apresentado á assembléa geral legislativa na primeira sessão da decima sexta legislatura pelo Sr. ministro e secretario de Estado duque de Caxias. Rio de Janeiro, 1877.

Relatorio apresentado á assembléa geral legislativa na segunda sessão da decima sexta legislatura pelo ministro e secretario de Estado duque de Caxias. Rio de Janeiro, 1877.

### PELA SECRETARIA DA MARINHA

Relatorio apresentado á assembléa geral legislativa na primeira sessão da decima sexta legislatura pelo Sr. ministro e secretario de Estado Luiz Antonio Pereira Franco. Rio de Janeiro, 1877.

Relatorio apresentado á assembléa geral legislativa na segunda sessão da decima sexta legislatura pelo Sr. ministro e secretario de Estado Luiz Antonio Pereira Franco, seis exemplares. Rio de Janeiro, 1877.

### SECRETARIA DA FAZENDA

Proposta e relatorio apresentados a assembléa geral legislativa na primeira sessão da decima sexta legislatura pelo Sr. barão de Cotegipe. Rio de Janeiro, 1877.

Proposta e relatorio apresentados á assembléa geral legislativa na segunda sessão da decima sexta legislatura pelo Sr. barão de Cotegipe, dois exemplares. Rio de Janeiro, 1877.

---

## RELATORIOS E DOCUMENTOS OFFERECIDOS PELAS PRESIDENCIAS DE PROVINCIAS

### PELO SR. PRESIDENTE DA PROVINCIA DO RIO GRANDE DO SUL

Collecção dos actos, regulamentos e instrucções expedidos pela presidencia da provincia em 1876. Porto Alegre, 1877.

Collecção de leis e resoluções da provincia na segunda sessão da decima sexta legislatura. Porto Alegre, 1876.

Falla dirigida á assembléa legislativa provincial pelo 2° vice-presidente Dr. Joaquim Dias de Castro na primeira sessão da decima setima legislatura. Porto Alegre, 1817.

Relatorio com que o Sr. Dr. José Antonio de Azevedo Castro passou a administração da provincia em 5 de Abril de 1876 ao Sr. conselheiro Tristão de Alencar Araripe. Porto Alegre, 1877.

Collecção das leis de 1870. Porto Alegre, 1877.

Idem, idem, tomo XXX. Porto Alegre, 1877.

Relatorio com que o Sr. Dr. João Dias de Castro, 2° vice-presidente, passou a administração da provincia ao Sr. presidente em 21 de Março de 1877. Porto Alegre, 1877.

Relatorio com que o Sr. conselheiro Tristão de Alencar Araripe passou a administração da provincia do Rio Grande do Sul ao Sr. Dr. J. Dias de Castro, 2° vice-presidente no dia 5 de Fevereiro de 1877. Porto Alegre, 1877.

### PELO SR. PRESIDENTE DA PROVINCIA DO PARANÁ

Leis e regulamentos da provincia do Paraná, tomo XXIII. Coritiba, 1876.

Relatorio apresentado á assembléa provincial do Paraná em 15 de Fevereiro de 1877 pelo presidente da provincia.

### PELO SR. PRESIDENTE DA PROVINCIA DA BAHIA

Falla com que o Sr. presidente da provincia abriu a assembléa provincial no dia 1° de Março de 1877. Bahia, 1877.

Annexos á falla com que o Exm. Sr. desembargador Henrique de Lucena, presidente da provincia, abriu a quinquagesima sexta legislatura da assembléa provincial no dia 1° de Março de 1877.

Leis e resoluções da provincia da Bahia do anno de 1876. Bahia, 1877.

PELO SR. PRESIDENTE DA PROVINCIA DAS ALAGÔAS

Collecção de leis de 1876. Maceió, 1877.

Relatorio com que o Sr. presidente da provincia passou a administração da provincia ao Sr. Pedro Antonio da Costa Moreira, 1° vice-presidente no dia 26 de Dezembro de 1877. Maceió, 1877.

Falla com que o Sr. 1° vice-presidente Dr. Pedro Antonio da Costa Moreira installou a sessão ordinaria da vigesima primeira legislatura em 15 de Abril de 1877. Maceió, 1877.

PELO SR. PRESIDENTE DA PROVINCIA DE SERGIPE

Collecção de leis e resoluções da provincia de Sergipe, publicadas pela assembléa legislativa provincial. Aracajú, 1877.

PELO SR. PRESIDENTE DA PROVINCIA DO CEARÁ

Collecção de leis de 1876. Fortaleza, 1877.

Falla com que foi aberta a primeira sessão da vigesima terceira legislatura da assembléa provincial em 1° de Julho de 1876. Fortaleza, 1876.

Relatorio com que o Sr. presidente da provincia Dr. Francisco de Faria Lemos passou a administração da mesma provincia ao Sr. Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa no dia 10 de Janeiro de 1877. Fortaleza, 1877.

PELO SR. PRESIDENTE DA PROVINCIA DO MARANHÃO

Collecção de leis de 1876. Maranhão, 1876.

Relatorio com que o Sr. barão de Monção, 3° vice-presi-

dente da provincia, passou a administração da mesma ao Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides no dia 18 de Dezembro de 1876, acompanhado do que lhe dirigiu o Sr. senador Frederico de Almeida e Albuquerque ao entregar-lhe a administração da mesma.

PELO SR. PRESIDENTE DA PROVINCIA DE GOYAZ

Collecção de leis da provincia de Goyaz, tomo XLII, 1874.

PELO SR. PRESIDENTE DA PROVINCIA DO PARÁ

Relatorio com que o Sr. presidente da provincia do Pará Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides entregou a administração da mesma ao Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho em 18 de Julho de 1876. Pará, 1876.

Do Amazonas ao Oyapock.—Relatorio da commissão ao norte da costa da provincia do Pará em 1877.

---

## OBRAS E DOCUMENTOS OFFERECIDOS POR DIVERSAS PESSOAS E ASSOCIAÇÕES

PELO SR. CONEGO J. G. FERREIRA

Collecção do Apostolo dos annos de 1867 até o presente.

PELO SR. FRANCISCO MANOEL ALVARES DE ARAUJO

Vinte exemplares da obra do Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo, sob o titulo *Anno Biographico,* e dez ditos vertidos para o inglez, Rio de Janeiro, 1876.

O Imperio do Brasil na exposição universal de Philadelphia, quatro exemplares, sendo um em portuguez, um em francez, um em allemão e um em inglez. Rio de Janeiro, 1876.

### PELA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE ROMA

Os Boletins de Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 1876.

### PELA ACADEMIA REAL DE BRUXELLAS

Annuaire de l'Académie Royale des Sciences, de Lettres et Beaux-Arts de Belgique. Bruxelles, 1876 (annos de 1875—1876).

Bulletins de l'Académie Royale, etc. Bruxelles, 1874 e 1875, tres volumes.

Mémoires couronnées et autres mémoires publiées par l'Académie. Bruxelles, 1875, tres volumes.

Mémoires de l'Académie Royale des Sciences, de Lettres e des Beaux-Arts de Belgique, tome XLI, deuxième partie. Bruxelles, 1875—1876, dois volumes.

Mémoires couronnées et mémoires des savants étrangers publiées par l'Académie Royale de Bruxelles, tom. XXXIX, 1876.

### PELA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LONDRES

O Boletim dos mezes de Março e Setembro do corrente anno.

### PELA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA ITALIANA

Bolletins de Novembro e Dezembro de 1876, e Janeiro a Junho e Agosto de 1877.

### PELA ACADEMIA DEI LINCEI

Atti della Real Accademia dei Lincei. Roma, 1877. Fasc. 1ª a 5.º

### PELA SOCIEDADE IMPERIAL DOS NATURALISTAS DE MOSCOW

Boletins dos annos de 1875 a 1876. Seis fasciculos, ns. 1, 2, 3 e 4, de 1877.

### PELA SOCIEDADE DE ESTATISTICA DE MARSELHA

Repertorio dos trabalhos da Sociedade de Estatistica de Marselha, tomo XXVII. Marselha, 1877.

Boletim dos mezes de Setembro e Outubro do corrente anno.

### PELA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE PARIS

Boletins de Outubro, Novembro e Dezembro de 1876, e Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho e Setembro do corrente anno. Paris, 1877.

### PELA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE MADRID

Boletins dos mezes de Agosto a Dezembro de 1876. Tomo I, n. 6 ; e Janeiro a Setembro de 1877.

### PELA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LYON

De la soie.— Etude géographique et statistique sur la production et commerce de la soie en Concon, par Lion Clugnet. Lyon, 1877.

### PELA SOCIEDADE DE SCIENCIAS HISTORICAS E NATURAES DE LYON

O Boletim de 1877, 31° volume. Auxerre. 1877 e o primeiro e segundo semestre de 1875.

### PELA UNIVERSIDADE DE CHRISTIANIA

Enumeratio insectorum novergicorum. Fasciculos segundo e terceiro, dois volumes.

Catalogus coleopteorum continens, auctore H. Siebke. Christiania, 1875.

Forhandlinger i Videnskabs—Selskabet i Christiania Aar 1874 — 1875. Christiania, 1875 — 1876, dois volumes.

Le Royaume de Norvége et le peuple norvégien, ses rapports sociaux, hygiène, moyens d'existence, sauvetage, moyens de communication et économie.—Par le Dr. O. J. Broch. Christiania, 1876, in-8.°

Transfusion und plethora eine physiogische studie von Jakob Worm Muller. Christiania, 1875.

Engedruckte, unbeachtete und wenig beachtete Quellen zur geschichte des taufsymbols und der glaubensregel, etc., von Dr. C. P. Caspari. Christiania, 1875.

Die Pflanzenwelt norwergens. Ein beitrag zur natur- und culturgeschichete nord-Europas. Von Dr. F. C. Schubeler. Christiania, 1875.

On some remarkable forms of animal life, from the great deeps of the norwergian coast. II Researches on the Structure and affinity of the genus Brisinga. By George Ossian. Sars. Christiania, 1875.

Norwergian special catalogue for the internacional exhibition of Philadelphia, 1876. Christiania, 1876.

PELO SR. DR. JOAQUIM ANTONIO PINTO JUNIOR

Guerra do Paraguay.—Defesa heroica da ilha da Redempção (10 de Abril de 1866). Rio de Janeiro, 1877.

PELO SR. DR. BRASILIO MACHADO

Madresilvas.—Versos. Porto, 1876.

PELA TYPOGRAPHIA NACIONAL

Collecção de leis do Imperio e decisões do governo do anno de 1830. Rio de Janeiro, 1876.

Idem, idem, idem de 1876, tres volumes. Rio de Janeiro, 1877.

PELO SR BACHAREL JOAQUIM MARIA DOS ANJOS ESPOZEL

Revista mensal das decisões proferidas pela Relação da Côrte e Supremo Tribunal de Justiça. Rio de Janeiro, 1876 a 1877, cinco numeros.

PELO INSTITUTO PHARMACEUTICO DO RIO DE JANEIRO

Tribuna pharmaceutica, publicação mensal. Rio de Janeiro, ns. 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13.

Relatorio da escola de humanidades, de sciencias pharmaceuticas, apresentada ao Instituto Pharmaceutico do Rio de Janeiro, pelo pharmaceutico Janvrot em 1876. Rio de Janeiro, 1877.

PELO SR. DR. RICARDO GUMBLETON DAUNT.

Cathecismo (impresso) das linguas portugueza e brasilica. Sem a folha do rosto e ultimas.

The aryan origin of the gaelic Race and Language, showing the present and past literary position of irish gaelic; its phonesis, the fountain of classic pronunciation; its laws accord with grimem's laws; its bardic beauties the source of rhyme; the civilisation of pagan Ireland; early knowe ledge of letters; the art of illuminating, ancient architecture. The round Towers. The Brehon law, by the Rev. U. J. Bourke. London, 1875.

Polyanthea nova, hoc est, opus suavissimis. Francofurt, 1607, infolio.

Vida do veneravel padre Belchior de Pontes, da Companhia de Jesus da provincia do Brasil, composta pelo padre Manoel da Fonseca. Lisboa, 1752.

PELO SR. DR. MANOEL DUARTE MOREIRA DE AZEVEDO

O Rio de Janeiro, sua historia, monumentos, homens notaveis, usos e curiosidades. Rio de Janeiro, 1877. 2 volumes.

PELOS EDITORES DA ILLUSTRAÇÃO BRASILEIRA

Collecção de seus jornaes. Rio de Janeiro, 1876—1877.

PELO SR. CHARLES PRADEZ

Doute et foi. — Influence de l'étude des sciences naturelles sur le sceptecisme contemporain. Paris, 1876.

PELO SR. DUPONT, EDITOR

Revista de agricultura brasileira, os primeiros numeros.
Boatos, publicação semanal, 1876, os primeiros numeros.

PELO SR. DIRECTOR DAS OBRAS PUBLICAS DA PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO

Mappa das distancias itinerarias entre a côrte, cidades e villas da provincia do Rio de Janeiro, organisado pela directoria das obras publicas da mesma provincia em 1876.

PELO GOVERNO DOS ESTADOS DO MISSISSIPPI

Journal of the house of representatives of the State of Mississippi at a regular session thereof, convened in the city of Jackson. January, 1876. Printed by authority. Jackson, Mississippi, 1876.

Journal of the senate of the State of Mississippi sitting at a court of impeachment, in the trials of Aldebert Ames, governor; Alexander K. Davis, lieutenant governor; Thomas W. Cardozo, superintendent of public education, Jackson, Mississippi, 1876, dois volumes.

Laws of the State of Mississippi, passed at a regular session of the Mississippi legislature. Printed by authority of law, Jackson, Mississippi, 1876.

Report on the Geology and Agriculture of the State of Mississippi, by Eug. W. Hilgard. Jackson, Mississippi, 1860.

PELO SR. BIBLIOTHECARIO DA BIBLIOTHECA PUBLICA DE MONTEVIDÉO

Compendio de la historia de la República Oriental del Uruguay, por Isidoro de Maria. Montevidéo, 1874.

Relaciones nominales de contribuyntes de los departamientos del interior de la República en el año de 1874.

La Escuela de Agricultura de Palmira y su fundador D. Juan de Cominges. Montevidéo, 1876.

Documentos oficiales.—Tentativa de pacificacion interna por interposicion de S. E. el caballero R. U. Barbolani, ministro residente de S. M. el rey de Italia.

Negativa de D. Venancio Flores. Montevidéo, 1869.

Asociacion rural del Uruguay. Montevidéo, 1875 e 1876, doze fasciculos, Janeiro a Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto e Setembro, 1877.

Espediente relativo à la denuncia hecha ante la comision economico-administrativa por D. Pedro E. Baceza. Montevidéo, 1873.

Sociedad de Amigos de la Educacion Popular.—Escuela Elbio Fernandez. Montevidéo, 1876.

Reglamento geral de policia rural. Montevidéo, 1876 e 1877.

Noticias sobre la evasion de Mr. H. Rochefort, su arribo à Austria, viaje à Estados-Unidos, residencia en Nueva-York y regresso à Europa, reunidos y comentados por Tomas Moncayo. Montevidéo, 1874.

Los oradores de la camara.—Retratos, bocetos y caricaturas. Montevidéo, 1876.

Reglamento de la seccion tercera y undécima.—Tit. 1° del codigo rural. Montevidéo, 1877.

Buletin oficial de la comision de agricultura de la junta E. administrativa. Montevidéo, 1877, Fevereiro e Março.

Comision central directiva de emigracion. — Informe anual de 1877 — Emigracion, colonisacion y intereses generales. Montèvidéo, 1877.

Almanaque de Orion, 1873.

Conclusion del tomo I de la legislacion vigente de la Repùblica del Uruguay, por Pablo V. Goyna. Montevidéo, 1875.

S. Pruvonena.—Los Hombres de bien ! !

F. de la Vega.—La Politica entre bastidores.

F. Casos.—Romances historicos del Perú, dois volumes.

Memoria representada por el directorio del Ferro Carril Central del Uruguay. Montevidéo, 1877.

Memoria de la jefatura politica y de policia de la capital correspondiente al año de 1876. Montevidéo, 1877.

El tempe argentino del delta de los rios Uruguay, Paraná y Plata, por D. Marcos Sastre, con un discurso preliminar del Dr. D. A. Magarinis Cervantes, 5ª edicion. Buenos-Aires, 1871.

Apuntes de viaje del Plata a los Andes y del mar Pacifico al mar Atlantico, por Santiago Estrada, 2ª edicion. Buenos-Aires, 1872.

Nociones generales sobre el arte de crear los gusanos de seda, por el Dr. Santiago Bertelli. Montevidéo, 1876.

Estudio de las cuestiones economicas y financeras de la actualidad. — Bases para la fundacion imediata de un Banco Nacional en la República Oriental del Uruguay, por Pedro S. Lamas. Montevidéo, 1876.

Memoria de las reparationes de salubridad.—Cenunterios y patentes de rodadas por 1876. Montevidéo, 1877.

Memoria de la receptoria de contribuicion directa nel año de 1875. Montevidéo, 1876.

Reglamento interno de la comision de I. Publica. Montevidéo, 1876.

Reglamento de la honorable cámara de representantes. Montevidéo, 1870.

Direccion de Instruccion publica—Reglamento para las escuelas, año 1877. Montevidéo.

Direccion de instruccion Publica.—Reglas de procedimento para examenes y concursos de maestros y ayudantes. Montevidéo, 1877.

Curso de aritmetica elemental, sistema métrico decimal y calculo mercantil, etc. Montevidéo, 1875.

Contestacion al informe de la comision consultiva nombrada por el superior gobierno para dictaminar sobre la proposta de reorganisacion de la Compañia Ferro-Carril Central del Uruguay. Montevidéo, 1877.

Contadoria general de la República.—Estados generales correspondientes al ejercicio de 1875. Montevidéo, 1876.

Anexos a la Memoria del ministerio de relaciones exteriores in el tercero periodo de la novena legislatura de la República. Montevideo, 1863.

Le Paraguay—La Dynastie de Lopes avant et pendant la guerre actuelle, par John le Long. Paris, 1868.

La Bolsa montevideana, 1867.

Documentos oficiales justificativos de la conducta de las autoridades departamentales de la República Oriental del

Uruguay contra las acusaciones de las cámaras brasileras. Montevidéo, 1864.

Reclamaciones de la Repùblica Oriental del Uruguay contra el gobierno imperial del Brasil. Montevidéo, 1864.

Avermas del Uruguay, por Heraclio C. Fajardo. Buenos-Aires, 1862.

Memoria presentada à la asambléa general legislativa en el tercero periodo de la décima legislatura por el ministro i secretario de Estado de relaciones esteriores. Montevidéo, 1870.

Exposition of the stat of the banks established in the city of de Montevidéo, by the gouvernment comissioner, Sr. Don Thomas Villalba. Montevidéo, 1865.

Memoria que el ministro de Estado en el departamento de mariña, presenta al congresso nacional de 1871. S. Thiago de Chile.

Memoria presentada a la asambléa general legislativa en el segundo periodo de la décima legislatura, por el ministro de la relaciones exteriores. Montevidéo, 1869, e annexos.

Documentos relativos a la pacificacion de la República. Montevidéo, 1864.

Documentos diplomaticos relativos à la detencion del paquete argentino *Salto* en las aguas de la República Oriental del Uruguay por el vapor de guerra nacional *Villa del Salto*. Montevidéo, 1867.

Memoria presentada por la comision permanente a la asambléa general en el tercero periodo de la undécima legislatura. Montevidéo, 1875; e no segundo periodo da legislatura de 1874.

Informe de la comision consultiva de la propuesta de reorganisacion de la Sociedad de Ferro-Carril central del Uruguay. Montevidéo, 1877.

Historia de Rosas, por Manoel Bilbão, tomo I (1810—1832). Buenos-Aires, 1868.

Formulario de procesos, arreglado para uso de los ejercitos de la República Oriental del Uruguay, por el coronel D. Salvador Garcia. Montevidéo, 1867.

Ley y reglamento de la guarda nacional de la República Oriental del Uruguay. Montevidéo, 1858.

Nociones elementales de fisica popular, por Pedro Recaldori. Montevidéo, 1875.

Conferencias sobre el derecho natural, como introduccion al curso de derecho de gentes, por G. Perez Gomar. Montevidéo, 1864.

La Muger abandonada, drama em quatro actos, por José C. Bustamante. Montevidéo, 1876.

Manual de policia.—Coleccion de leys, decretos y disposiciones, etc., referéntes la policia de ordem pública y municipal, por Antonio O. Villalba. Montevidéo, 1874.

La Bolsa en la mano.—Revista quincenal, por Calvo y Guorrico. Buenos-Aires, 1877.

Manual del pastor ó sea instruccion práctica para la creaza y cuidado de la raza merino, por Daniel Perez Mendonza, obra postuma, publicada por P. Lastarria y Ca. Montevidéo, 1863.

Los Héros de Pavon — Loa patriotica em un acto, por J. A. Ferrer Fernandez. Buenos-Aires, 1862.

Cultivo y beneficio practico del tabaco, por Juan de Cominges. Montevidéo, 1877.

Les trez gaúchos orientales, por Antonio D. Lussich. Montevidéo, 1877.

Memorias presentadas por el ministro de Estado en el departamento de relaciones esteriores al congresso nacional en 1869, 1870 e 1871. Buenos-Aires.

PELO SR. DIOGO BARROS ARANA

Processo de Pedro de Valdivia i otros documentos ineditos concernentes a este conquistador. Santiago de Chile, 1874.

Riquezas de los antiguos jesuitas do Chile. Santiago de Chile, 1872.

Don Miguel Luis Amunategui, candidato a la presidencia de la República. Santiago, 1875.

Narraciones históricas, por Miguel Luis Amunategui. Santiago, 1876.

Plano topografico-geologico de la República de Chile, levantado por orden del gobierno, bajo de la direccion de A. Pissis. Doze folhas.

Quinto censo jeneral de la poblacion de Chile, levantado en el 19 de Abril de 1875 por la oficina central de estatistica de Santiago. Valparaiso, 1876.

Plano de Santiago de Chile, levantado por Ernesto Ansart, 1875.

Atlas de geografia fisica de la República de Chile, por A. Pissis, 1875.

Geografia fisica de la República de Chile, por A. Pissis. 1875, um volume.

Mapa de Chile.

La Cronica de 1810, por Miguel Luis Amunategui.— Tomo II. Santiago, 1876.

Resúmen de la estatistica comercial de Chile correspondiente al año de 1873. Valparaiso, 1874.

PELO SR. FRANCISCO VIDAL GORMAZ DIRECTOR DA SOCIEDADE DE HYDROGRAPHIA DO CHILE

O Anuario hydrografico de la mariña de Chile. Santiago de Chile, 1877, año tercero, um volume.

PELO MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR DE LISBOA

Annaes da commissão central permanente de geographia n. 1. Dezembro de 1876.

PELO SR. DR. LUIZ PEREIRA BARRETO

As tres philosophias, segunda parte.—Philosophia metaphysica. Jacarehy, 1877.

PLLO SR. JOÃO GABRIEL DE MORAES NAVARRO

Diversões. Campinas, 1877.

PELO SR. BIBLIOTHECARIO DA BIBLIOTHECA MUNICIPAL DA CÔRTE

O Relatorio que o mesmo senhor apresentou á Illm. camara municipal em Outubro de 1876. Rio de Janeiro, 1876.

PELO SR. DR. CARLOS HONORIO DE FIGUEIREDO

A estrada de ferro para Mato Grosso, por A. Bueno. Rio de Janeiro, 1877.

Estrada de ferro de Porto-Alegre á Uruguayana.—O ministerio da agricultura e o engenheiro João Ernesto Viriato de Medeiros. Rio de Janeiro, 1877.

Estrada de ferro da Victoria para Minas.—Relatorio apresentado ao Sr. ministro da agricultura, pelo engenheiro Hermillo Candido da Costa Alves. Rio de Janeiro, 1876.

Cabo submarino na provincia do Maranhão.—Petição

da companhia dirigida ao governo imperial, pedindo modificações nas condições que obteve. Rio de Janeiro, 1877.

Almanak da provincia do Paraná.

PELO SR. VIVIEN DE SAINT-MARTIN

Nouveau dictionnaire de géographie universelle. Paris, 1877. Fasciculos 1° a 5.°

PELO SR. FRANCISCO RAMOS PAZ

Questão religiosa. — Carta á Serenissima Princeza Regente, primeira parte. Direito. Rio de Janeiro, 1876.

O Papa e o concilio, por Janus —Versão e introducção de Ruy Barbosa. Rio de Janeiro, 1877.

A Questão religiosa.—A liberdade dos cultos no Brasil. Rio de Janeiro, 1877.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil.—Quinto anno, 1876.

PELO SR. PEDRO LUIZ SYMPSON

A sua grammatica da lingua brasilica geral, fallada pelos aborigenes das provincias do Pará e Amazonas. Manáos, 1877.

PELO SR. HENRIQUE HOUTAIN

Essai sur l'industrie et le commerce belge, français, etc., étrangers, leur état actuel et leur avenir. Gand, 1876.

PELO SR. DR. JOAQUIM DOS REMEDIOS MONTEIRO

Estudos nos dominios da medicina. Bahia, 1876.

Estudos sobre a hygiene publica, pelo Dr. José de Góes Siqueira. Bahia, 1872.

Memoria sobre a hematuria chylosa ou gordurosa dos paizes quentes, pelo Dr. J. Crevaux, e annotada pelo Dr. J. F. da Silva Lima. Bahia, 1876.

Memoria sobre o filariose ou molestia produzida por uma nova especie de parasita cutanea, descoberta por Antonio José Pereira de Sousa Araujo. Bahia, 1875.

Eduardo Nunes Pires.—Durante o carnaval. Versos. Rio de Janeiro, 1874.

Noites de luar, por José Ramos da Silva Junior. Cidade do Desterro, 1870.

Monarchia ou republica, pelo Dr. Joaquim dos Remedios Monteiro. Bahia, 1875.

Feridas por armas de fogo.—These de concurso do Dr. Antonio Pacifico Pereira. Bahia, 1874.

Transfusão do sangue. Bahia, 1876.

PELO SR. DR. JOÃO BAPTISTA DOS SANTOS

Hygiene publica.—Aguas potaveis. Contribuições á hygiene do Rio de Janeiro, 1877.

PELO SR. OSCAR CONSTALL

Brasilien land und leute Berlin, 1877.

PELO SR. DR. MONCORVO DE FIGUEIREDO

Do emprego do chlorato de potassa na diarrhéa das crianças. Rio de Janeiro, 1877.

PELO SR. JOSÉ CUSTODIO ALVES DE LIMA

Lecture on Brazil its social, political and commercial relations with the United States. Syracuse, 1877.

PELA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA

Relatorio lido na primeira sessão solemne annual da mesma, pelo 2º secretario Rodrigo Affonso Piquito. Lisboa, 1877.

PELA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE ANVERS

Boletim de Fevereiro e Outubro de 1877.

PELO LYCEU LITTERARIO PORTUGUEZ DO RIO DE JANEIRO

O Relatorio apresentado pela directoria em 1876. Rio de Janeiro, 1877.

PELA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DA BELGICA

Boletins ns. 1, 2, 3 e 4 do corrente anno. Bruxellas, 1877.

PELO SR. THEOTONIO DE MEIRELLES

A marinha brasileira em Paysandú e durante a guerra do Paraguay.—Resumos historicos. Rio de Janeiro, 1876.

O exercito brasileiro na campanha do Paraguay. Resumos historicos. Rio de Janeiro, 1877.

Resumos historicos, colleccionados por Theotonio de Meirelles. Rio de Janeiro, 1875.

PELO SR. DR. FRANCISCO BORGES DA SILVA

Considerações sobre o beri-beri. Fortaleza, 1874.

PELO SR. AW. G. B. MARCHESINI

Il Brazile e le sue colonie agricola.—Studi. Roma, 1877.

PELO SR. DR. LUIZ FRANCISCO DA VEIGA

O Primeiro reinado. — Estudo á luz da sciencia, ou a revolução de 7 de Abril de 1831. Rio de Janeiro, 1877.

PELO INSTITUTO ARCHEOLOGICO ALAGOANO

As suas *Ravistas* n. 7 de Dezembro de 1875 e n. 9 de Junho de 1876. Maceió; e Discurso proferido na sessão magna do decimo quinto anniversario, pelo Dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão. Pernambuco, 1877.

PELO SR. PEDRO AFFONSO DE FIGUEIREDO (BARÃO DE WILDIK)

Collecção de legislação portugueza. Lisboa, 1877.

PELO SR. DR. FELIZARDO PINHEIRO DE CAMPOS

Projectos de lei para organisação judiciaria e reforma do art. 13, § 2º, da lei de 20 de Setembro de 1871, sobre a prisão sem culpa formada e a formação da culpa, pelo desembargador J. A. M. Castro. Rio de Janeiro, 1877.

PELO SR. DR. ANTONIO PEREIRA PINTO

Annaes do parlamento brasileiro.—Camara dos Srs. deputados. Sessões de 1827, 1828, 1853, 1854, 1855 e 1856, e quarto anno da primeira legislatura—1829. Rio de Janeiro, 1877.

PELA SOCIEDADE ENSAIOS LITTERARIOS DO RIO DE JANEIRO

Collecção de trabalhos da mesma. Rio de Janeiro, 1877.

PELO SR. DIRECTOR DA FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO

Memoria historica dos acontecimentos notaveis no anno lectivo de 1875, pelo Dr. Ezequiel Corrêa dos Santos.

Pontos approvados pela congregação da faculdade de medicina do Rio de Janeiro para as theses dos alumnos que têm de doutorar-se no anno de 1877.

PELO AUTOR

Descripção do canhão Albuquerque, publicada por um artilheiro. Rio de Janeiro, 1877.

PELA LEGAÇÃO DO IMPERIO DO BRASIL EM LIMA

El monitor rebelde *Huascar*, por José Antonio Garcia y Garcia. Junio, 1877. Lima.

PELO SR. DR. GONÇALO DE FARO

Colonias orphanalogicas agricolas e industriaes do municipio da Estrella. Rio de Janeiro, 1877.

PELO SR. WILLIAM THOMPSON

Tables for facilitating summer method at sea. Londres, 1876.

PELO SR. CONSELHEIRO HENRIQUE DE BEAUREPAIRE ROHAN

Estudos ácerca da organisação da carta geographica do Imperio. Rio de Janeiro, 1877.

PELO SR. DR. JOSÉ DE SALDANHA DA GAMA

Relatorio sobre a exposição universal de Philadelphia em 1876. Rio de Janeiro, 1877.

PELO SR. DR. FRANCISCO ANTONIO PIMENTA BUENO

Memoria justificativa dos planos apresentados ao governo imperial para o prolongamento da estrada de ferro de S. Paulo. Rio de Janeiro, 1876.

Parecer sobre a petição dos directores da Companhia Paulista a respeito do prolongamento da estrada de S. Paulo.

PELO SR. DR. JOSÉ TITO NABUCO DE ARAUJO

Revista medica.—Orgão da Sociedade Medica do Rio de Janeiro, o n. 10, de Maio do corrente anno.

PELO MINISTERIO DO FOMENTO.—SECÇÃO PRIMEIRA

Registro meteorologico del observatorio central del palacio nacional de Mexico. Maio de 1877.

PELO SR. DR. JOAQUIM MANOEL DE MACEDO

Ephemerida do Brasil. Rio de Janeiro, 1877.

PELO SR. ANGEL J. CARRANZA

Argentine republic.—Sanitary character of Andine Heights. London.

Los restos del general Saint-Martin, el presidente de la república, á sus conciudadanos. Buenos-Aires, 1877.

Redencion politica de los pueblos de la campña y municipio de Buenos-Aires, por José Francisco Lopez, segunda edicion. Buenos-Aires, 1877.

Informe cienfico sobre los terrenos de Palermo en que se proyecta la formacion de un paseo publico. Buenos-Aires, 1874.

La Constitucion. — Diario de la manãna comercial, literario, politico y de avisos. Buenos-Aires, 1870.

Washington. — Estudio historico, por Guizot, traducido del frances por Delfina Vedia de Mitre, esposa del general. Buenos-Aires, 1875.

Cartas con las vistas y propositos de D. Manoel Taboada. Buenos-Aires, 1869.

Semblanza del Obispo Aneiros, actual gobernador de la arquidiocesis bonaerense. Buenos-Aires, 1870.

El almirante vernon en las aguas de Nueva Granada, 1739—1741.—Historia leida en session do Inst. Bonaerense de Numismatica y Antiguidad, por el Dr. Anjel Justiniano Carranza. Buenos-Aires, 1874.

Don Escolastico Zegada. — Epitome sobre la vida intima y publica del presbitero... por Anjel J. Carranza. Buenos-Aires, 1860.

O retrato de Vicente Lopez, autor del hymno nacional argentino, 3 Maio de 1785—10 de Otubro 1836.

PELO SR. DR. ALFREDO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY

A Provincia de Goyaz na Exposição nacional de 1875. Rio de Janeiro, 1876.

Relatorio com que ao Exm. Sr. Dr. Herminio Francisco do Espirito Santo, 1° vice-presidente da provincia de Santa Catharina, passou a administração da mesma o Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay em 2 de Janeiro de 1877. Cidade do Desterro, 1877.

Discursos proferidos nas duas primeiras sessões da decima sexta legislatura por Alfredo d'Escragnolle Taunay. Rio de Janeiro, 1877.

PELO SR. CONSELHEIRO OLEGARIO

Elogio historico do conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva pelo Sr. J. M. Latino Coelho.

PELO SR. CONSELHEIRO TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE

Consolidação do processo criminal do Brasil. Rio de Janeiro, 1876.

Como cumpre escrever a historia patria. —Conferencias. Rio de Janeiro, 1876.

PELO SR. ESTANISLÃO S. ZEBALLOS

Estudio geologico sobre a provincia de Buenos-Aires. Buenos-Aires, 1877.

Sociedad cientifica Argentina. — Descripcion de la fundacion nacional de tipos. Buenos-Aires, 1876.

Apuntes sobre las quiebras a proposito del proyecto de reformas al codigo de comercio de la República de Buenos-Aires, 1874.

PELA REDACÇÃO DA « REVISTA MEDICA » DO RIO DE JANEIRO

Os numeros de sua *Revista* de Fevereiro a Agosto do corrente anno.

PELO SR. BIBLIOTHECARIO DA BIBLIOTHECA NACIONAL E PUBLICA DA CORTE

Arte de grammatica da lingua brasilica da nação

*Kiriri*, composta pelo padre Luiz Vincencio Mamiani da Companhia de Jesus, segunda edição publicada pela bibliotheca nacional do Rio de Janeiro, 1877.

Annaes da bibliotheca nacional do Rio de Janeiro, o segundo e terceiro volume. Rio de Janeiro, 1877.

PELA REDACÇÃO

Revista nacional de sciencias, artes e letras. — Directores, Dr. Antonio Carlos e Inglez de Sousa. Volume primeiro de Agosto. Santos, 1872, vol. 2º, n. 1. Outubro, 1877.

PELO SR. JOSÉ LUIZ DA GAMA E SILVA

Do Amazonas ao Oyapock.—Relatorio da commissão ao norte da costa. Pará, 1877.

PELO SR. JOÃO BARBOSA RODRIGUES

Relatorio sobre o rio Yamundá. Rio de Janeiro, 1875.

Idem sobre o rio Trombetas. Rio de Janeiro, 1875.

Idem sobre o rio Capim. Rio de Janeiro, 1875.

Idem sobre os rios Urubú e Jatapú. Rio de Janeiro, 1875.

Exploração e estudos do valle do Amazonas. Rio de Janeiro, 1875.

Idolo amazonico achado no rio Amazonas, por João Barbosa Rodrigues. Rio de Janeiro, 1875.

PELO SR. DR. MANOEL BUARQUE DE MACEDO

Relatorio do Sr. tenente-coronel de engenheiros Dr. Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim sobre o abastecimento

d'agua, e em desempenho da commissão que pelo governo foi incumbido na Europa. Rio de Janeiro, 1877.

PELO SR. DR. NICOLÁO JOAQUIM MOREIRA

Relatorio sobre a immigração nos Estados-Unidos da America. Rio de Janeiro, 1877.

PELO SR. DR. MAXIMIANO MARQUES DE CARVALHO

Apreciações das causas physicas da sêcca do Ceará e outras provincias limitrophes. Rio de Janeiro, 1877.

PELO SR. DR. JOSÉ DE GOES SIQUEIRA

Breve estudo sobre a prostituição e a syphilis no Brasil. —Memoria approvada pela Academia Imperial de Medicina. Rio de Janeiro, 1877.

PELO SR. DR. TOBIAS LEITE

Noticia do instituto dos surdos-mudos do Rio de Janeiro, pelo seu director. Rio de Janeiro, 1877.

## SOCIOS ADMITTIDOS AO GREMIO DO INSTITUTO NO ANNO DE 1877

### NACIONAES

Domingos Soares Ferreira Penna.
Dr. Baptista Caetano de Almeida Nogueira.
Dr. Americo Brasiliense de Almeida Mello.

### ESTRANGEIROS

José Maria Latino Coelho.
Hercules Florence.

---

## SOCIOS FALLECIDOS DURANTE O ANNO DE 1877

### NACIONAES

Senador Thomaz Pompeu de Sousa Brasil.
Dr. José Franklin Massena.

### ESTRANGEIROS

A. Thiers.
Alexandre Herculano.

FIM DO TOMO XL, PARTE SEGUNDA.

# INDICE

## DAS MATERIAS CONTIDAS NO TOMO XL

### PARTE SEGUNDA

#### TERCEIRO TRIMESTRE



#### QUARTO TRIMESTRE